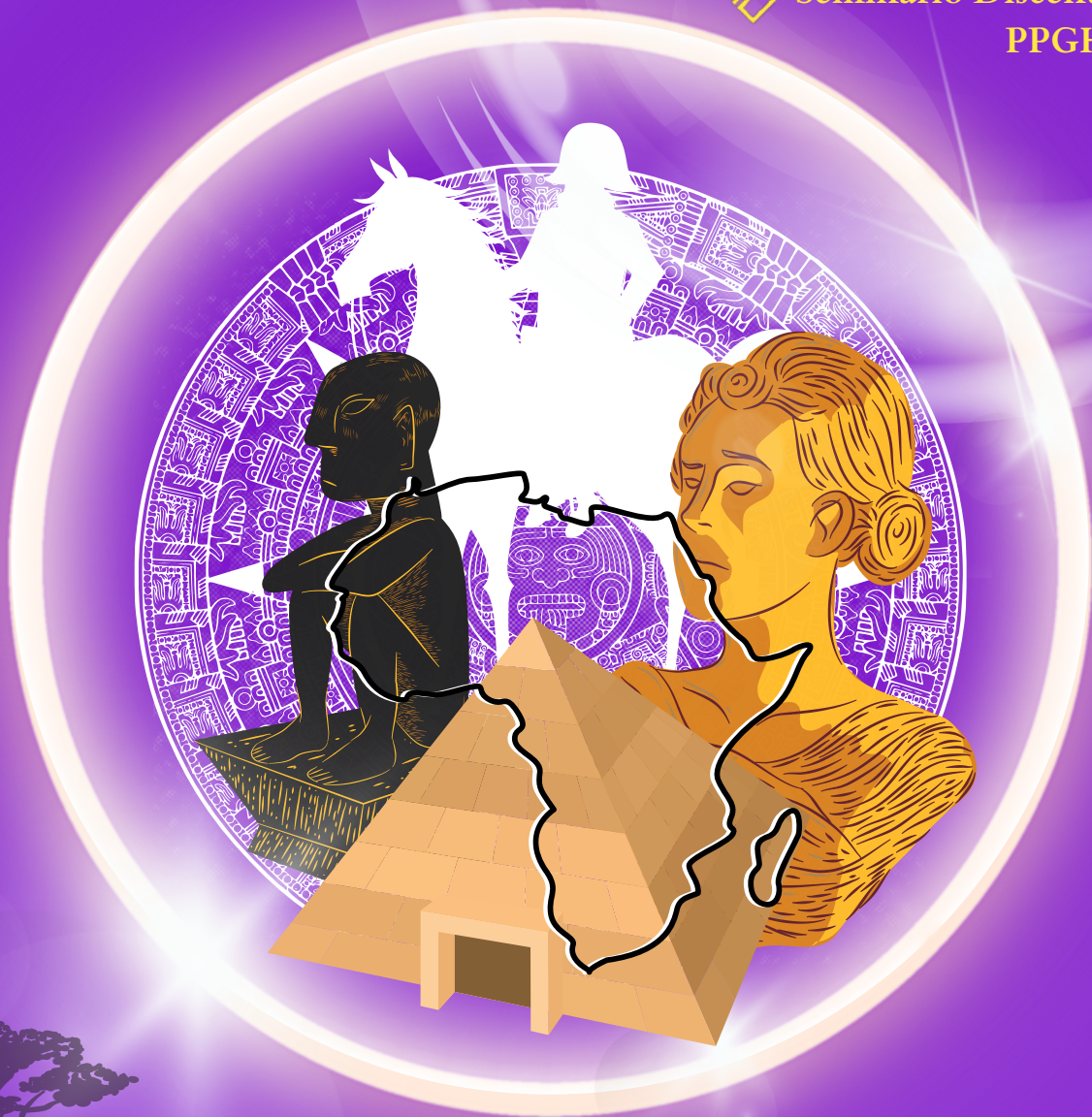


CAPES

História Através da História



Seminário Discente 2022
PPGH-UFF



A História Através da História
Seminário Discente PPGH-UFF

Ori Editora
Selo Corpora

2023

Copyright © PPGH-UFF, 2023.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Revisão Ortográfica: Gabriella Catorza.

Designer Gráfico: Gabrielle Catorza Oliveira.

Projeto Editorial: Valquíria Velasco.

Comitê Editorial e Organizadores do E-book: Adson Rodrigo Silva Pinheiro; Barbara Romano Athila Freixo; Jéssica Evelyn Pereira dos Santos; Thaís Rodrigues dos Santos e Yasmin da Silva Pacheco.

Comissão Organizadora: Adson Rodrigo Silva Pinheiro, Andressa Inácio de Oliveira, Bárbara Romano Athila Freixo, Beatrice Rossotti, Igor Mello Diniz, Jéssica Evelyn Pereira dos Santos, Thaís Rodrigues dos Santos e Yasmin da Silva Pacheco.

Apoio:

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (PROEX-UFF) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

P 6 5 4 P I N H E I R O , A . / F R E I X O , P . / S A N T O S , J . /
S A N T O S , T . / P A C H E C O , Y . (O r g s .) .

A História Através da História. Seminário Discente PPGH-UFF. PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva; FREIXO, Bárbara Romano Athila; SANTOS, Jéssica Evelyn Pereira dos; SANTOS, Thaís Rodrigues dos; PACHECO, Yasmin da Silva.

Rio de Janeiro (RJ): Ori Editora, Selo Corpora, 2023.

532pp. 23cm.

E-book.

ISBN: 978-65-998968-1-1

1.História – 2. Antiguidade – 3. Medieval – 4. Moderna
5. Contemporânea

CDD. 904

CDU. 906



Rio de Janeiro – RJ
vcrv@orieditora.com.br
www.orieditora.com.br
+55 (21) 99147-2929

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
PARTE I - ANTIGA.....	9
A PÓLIS ATENIENSE PARA ALÉM DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS COMO UMA POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DISCURSIVA Yasmin Da Silva Pacheco.....	10
IDENTIFICANDO DIFERENÇAS MEDIANTE PERFORMANCES E AGÊNCIA - UMA REFLEXÃO SOBRE AS SEPULTURAS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO DE GRANDS CAUSSES DO GÉVAUDAN Thaís Rodrigues Dos Santos.....	24
PARTE II – MEDIEVAL	38
O PODER, O PAPA, A IGREJA E SUAS JUSTIFICATIVAS: INTELECTUAIS HIEROCRATAS E SUAS IDEIAS NA BAIXA IDADE MÉDIA (C.1269-C.1350) Sabina Dos Santos Costa Freitas; Carlos Thadeu Freire Da Costa.....	39
A DOENÇA, A CURA E O SAGRADO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS TERAPÊUTICOS NA VITA CAESARII (549) Marcos Pedrazzi Chacon.....	53
A BASÍLICA DO LATRÃO, O PODER SACRAMENTAL E AS CONSAGRAÇÕES PONTIFICAIS ENTRE OS SÉCULOS IV E VI D.C Tomás De Almeida Pessoa.....	70
PARTE III - MODERNA.....	84
GUERRA MERCANTILISTA E AGRICULTURA COLONIAL NA AMAZÔNIA Juliano Menegat	85
MULHERES INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL Suelen Siqueira Julio.....	95
POR ÓRGÃOS PROFANOS: JOÃO DE BARROS ENTRE O HUMANISMO CRISTÃO E A TRADIÇÃO DA POLÊMICA ANTIJUDAICA Alexandre De Paula Antunes Aragão.....	112

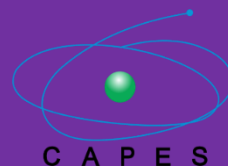
“ASSI NUNCA PODRAN SER PERFECTOS RELIGIOSOS”: CLERO SECULAR E ORDENS RELIGIOSAS EM DISPUTA NO BISPADO DE QUITO Flavia Silva Barros	123
---	-----

PARTE IV – CONTEMPORÂNEA.....136

“SANTO ANTÔNIO PEQUENINO AMANSADOR DE BURRO BRAVO”: ANNA LUIZA DO NASCIMENTO E OS FEITIÇOS AMANSADORES DE BRANCOS NA VILA DO ITABORAÍ Hanna Katherine Ferreira Gomes	137
OCTAVIANO HUDSON: UMA TRAJETÓRIA DE RELEVÂNCIA E APAGAMENTO RACIAL NO MUNDO DO TRABALHO Isabella De Souza Tavares	151
O FUTURO PASSADO DE GOIÁS: DISCUSSÕES SOBRE AS TENSÕES ENTRE OS TEMPOS HISTÓRICOS E A MODERNIDADE A PARTIR DA HISTÓRIA INTELECTUAL GOIANA (1917-1944) Janaina Ferreira Dos Santos Da Silva.....	164
AS MENINAS DO ASILO SÃO LUIZ: DA INDIGÊNCIA E FALTA DE PUDOR À MÃE DE FAMÍLIA José Gabriel Gomes Pinto Maffei.....	179
FEDERALIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA Rebecca De Medeiros Silva.....	192
FOTOGRAFAR A AMÉFRICA: MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO E BAHIA NO SÉCULO XIX Beatrice Rossotti.....	203
PORTO DE IMBETIBA E CABOTAGEM ENTRE MACAÉ E O RIO DE JANEIRO EFETUADA PELA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MACAÉ-CAMPOS Romulo Wesley Trancoso Da Silva.....	220
NEOPENTECOSTALISMO E NEOLIBERALISMO: INDÍCIOS DE UM TEMPO DE URGÊNCIA. Amanda Vilela Gomes.....	237
A DESESTATIZAÇÃO DE EMPRESAS NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985) Valesca De Souza Almeida	254
1958: A ELEIÇÃO ESTADUAL FLUMINENSE Andressa Cristina De Miranda Do Carmo.....	267
A PADROEIRA DA REVOLUÇÃO: NOSSA SENHORA APARECIDA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 Mathews Nunes Mathias	282

DA PAIXÃO AO DEVER, POR UM FUTEBOL DESVIANTE Glauco José Costa Souza; Marcelo Viana Araújo Filho.....	298
LUTAS DE REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE UMBANDISTA NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA Lucas Ferreira Pinto De Andrade Alves.....	313
ATRÁS DE UMA GRANDE MULHER, TANTAS OUTRAS: O PROTAGONISMO DE BERTHA LUTZ NA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL É SOLITÁRIO? Bárbara Freixo.....	330
THE GURUGU PLEDGE: HISTÓRIAS DE IMIGRANTES AFRICANOS Bianca Santoro	345
TRADUÇÃO-CONSAGRAÇÃO? APORTES PARA O ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX Caio Affonso Leone.....	356
RACISMO E SEXUALIDADE EM SOCIEDADES AUTORITÁRIAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A CIRCULARIDADE DA MEMÓRIA DA REVOLTA DA CHIBATA/JOÃO CÂNDIDO E DA BOATE CHANTECLER, DURANTE O ESTADO NOVO E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL Geisa Oliveira Balbino Ferreira; Olívia Tereza Pinheiro De Siqueira.....	367
FATO POÉTICO VERSUS CLASSIFICAÇÕES LITERÁRIAS: TENSÕES ENTRE A MEDIAÇÃO DA LEITURA, RECEPÇÃO E MATERIALIDADE DOS TEXTOS Lucas De Carvalho Cheibub.....	383
QUEM TEM MEDO DE LITERATURA POPULAR? DOS FOLHETINS OITOCENTISTAS ÀS REVISTAS DE EMOÇÃO Mírian Dos Santos Marques	398
EM NOME DE ALLAH E DE ORIXÁ O ENCONTRO DO ISLAMISMO MALÊ COM O CANDOMBLÉ NAS RUAS DO RIO DE JANEIRO DE 1890-1930 Thamires Guimarães	415
NITERÓI - UMA CIDADE NOVA EM TEMPOS DE INCERTEZA (1970 - 1990) HISTORIOGRAFIAS, PROJETOS DE EXPANSÃO URBANA E AS MEMÓRIAS DE UM LUGAR Ademas Pereira Da Costa Jr	428
MENSAGEM OU MASSAGEM?: AS NOVAS FORMAS DE ENGAJAMENTO POLÍTICO NO RAP BRASILEIRO Caio Gatto Paulo	444
O CONGLOMERADO LEMANN FORMANDO INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO BRASIL (1991-2018) Lisia Cariello.....	456

RIO 40 GRAUS: MILÍCIAS E ESTADO AMPLIADO	
Danilo George Ribeiro	470
APLICATIVOS E ENTREGADORES: OS CAMINHOS DA DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO SOB DUPLA PERSPECTIVA	
Lucas Souza	487
FEMINICÍDIO NO BRASIL: RELAÇÕES DE GÊNERO E CAPITALISMO	
Raíssa Teixeira Almeida De Souza	505
A ABERTURA DO SISTEMA CARCERÁRIO E A CPI DOS PRESÍDIOS	
Rosileide Ribeiro De Melo Souza	519



APRESENTAÇÃO

Em 2021, o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH) completou 50 anos. Criado em 1971 com o mestrado, e posteriormente, em 1985, inaugurou o seu doutorado, hoje, se consolidou como um dos programas mais antigos e mais férteis em inovação em pesquisas do país.

Parte desse processo deve-se ao empenho integrado de docentes, discentes e equipe administrativa e o apoio institucional da Universidade que tem investido de forma sistemática e com afinco em consolidar, não apenas suas atividades de ensino, mas também de produzir por meio de pesquisas novos conhecimentos, novas temáticas partindo das exigências do cotidiano e da nossa época e de ampliar o debate acerca das abordagens teórico-metodológicas a partir do acolhimento das novas demandas socioculturais do nosso tempo.

Para que as discussões ocorram de forma alicerçada e garantam a construção de novas noções e aprendizados, bem como promover o intercâmbio de ideias entre os estudantes do programa, o evento ocorreu durante os dias de 14 a 18 de março, o *Seminário Discente do PPGH-UFF*, em formato online. Esta também foi uma maneira de celebrar os 50 anos do Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UFF).

Este Seminário foi uma iniciativa dos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) com o apoio do PROEX/CAPEX. Ele promoveu a divulgação e a interação da produção de conhecimento realizadas no PPGH-UFF. Muitas dessas pesquisas ainda estão em desenvolvimento, e agora vem a público por meio desse livro a apresentar para os pesquisadores e para os futuros ingressos os desafios e as saídas teórico-metodológicas, encontradas por nós, discentes de mestrado e doutorado, diante de algumas problemáticas historiográficas apresentadas na nossa contemporaneidade.

Para melhor acesso ao campo de interesse dos leitores, o livro foi organizado a partir dos setores temáticos do programa, sendo assim, divididos nessa obra em 4 seções: antiga, medieval, moderna e contemporânea. Com a perspectiva de que as informações possam subsidiar uma discussão a respeito da pesquisa e da formação na pós-graduação. Os trabalhos aqui abrem diferentes perspectivas de análises de fontes, sejam as escritas pesquisadas em arquivos ou em redes sociais, as iconográficas, as orais, as de audiovisual ou mesmo as de cultura material entre tantos outros documentos.

Refletir sobre os encontros de pesquisa e formação, sobre as ferramentas metodológicas e os pensamentos epistemológicos constituídos a partir de análise e crítica do material empírico, nos compromete com a seriedade da ciência desenvolvida no país e com a produção feita nacionalmente para corresponder aos investimentos feitos pela sociedade na universidade pública, aberta e gratuita. Dessa forma,

A História Através da História

entregamos essa obra a todas as comunidades, acadêmicas ou não, para seu usufruto, reflexão, crítica e autoconhecimento, pois só assim, com a contribuição de todas e de todos, podemos garantir a transformação social tão almejada pelos que nos antecederam. Boa leitura! Bons trajetos! Boas pesquisas! Boas reflexões!

Comissão Editorial

PARTE I - ANTIGA



A PÓLIS ATENIENSE PARA ALÉM DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS COMO UMA POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Yasmin da Silva Pacheco*

Introdução

Muitos estudos foram produzidos acerca da pólis ateniense, desde sua formação até seu declínio. Poderíamos elencar autores clássicos sobre esses estudos, como M. Finley (1985) e J-P Vernant (2002), a eles podemos adicionar autores como Vlassopoulos (2007) e outros. Os estudos sobre a formação da pólis são imprescindíveis para compreendermos o contexto de Atenas no século V a. C.¹. Uma das principais demarcações institucionais de uma pólis é a assembleia, instituição que teve sua maior proeminência e funcionabilidade nas decisões da vida pública, durante o período clássico (STARR, 2005).

A construção do que conhecemos como pólis no período clássico ateniense, com todas as suas instituições e *politeia*, instituiu-se de maneira gradual. Alguns eventos, contudo, precipitaram mudanças mais abruptas, sobretudo por meio de reformas políticas e econômicas, principalmente as perpetradas por Sólon (séc. VI) e Clístenes (séc. VI-V). Entretanto, consideramos que os aspectos formais, associados à esfera cívico-ritual, são apenas uma perspectiva de análise desse fenômeno. Nossa proposta no presente artigo é levar em consideração, além da institucionalidade da pólis, as práticas sociais² que representam manifestações cotidianas que irrompem as fronteiras da institucionalidade.

Defendemos que a pólis, assim como sua politeia, é constituída e reconstituída não apenas a partir de reformas, mas também, e sobretudo, a partir das práticas que não necessariamente concordam com os protocolos institucionais. Além disso, elementos que compõem o que estamos adotando aqui como pólis institucional e pólis

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof.º Dr.º Alexandre Santos de Moraes. Bolsista CAPES. Contato: yasminpacheco@id.uff.br

¹ Adotaremos no presente artigo a formatação a.C. e d.C., entretanto, salvo exceções, todos os séculos citados em diante serão referentes a a.C. Quando assim não for, indicaremos.

² Entendemos a prática social a partir de Bourdieu, como uma “série essencialmente linear”, com uma lógica própria que atende uma demanda social específica (BOURDIEU, 2009. p. 138).

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

discursiva será um ponto a ser analisado para compreendermos como essa percepção de pólis pode ser expandida. Isso se dá a partir de uma cultura material que será analisada por meio dos *katádesmoi* e dos epigramas funerários do período clássico ateniense. A construção e reconstrução de um modelo políade se dá a partir dos subterfúgios discursivos que são perceptíveis por meio da análise de uma documentação do período. Entendemos esse discurso enquanto caminho de análise a partir de Florim (1990, p. 117):

o discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáxicos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos

Nesse sentido, adotamos epigramas funerários e *Katádesmoi*, para demonstrar práticas do período clássico ateniense que são passíveis de serem analisadas como elementos que representam as práticas sociais cotidianas. Esse cotidiano se dá a partir das práticas sociais empreendidas, tanto no campo previsto pela institucionalidade políade, quanto para além desta dimensão. Nesse sentido, o cotidiano pode ser caracterizado como um elemento excepcional, a partir do prisma em que este apresenta elementos que não estão contidos nas práticas oficiais. Porém, é possível observar que em algumas instâncias essas práticas de sociabilidade apresentam-se de maneira que representam uma dimensão políade não institucional. Esses *corpora* foram escolhidos, pois além de dimensionar elementos da pólis institucional, também podem ser pensados a partir de sua construção discursiva e possibilidade de (re)construir a pólis.

Os *corpora* permitem uma análise dialógica acerca do contexto funerário e da utilização política dos mortos nesse período. O primeiro é formado pelos epigramas funerários encontrados no cemitério do *Kerameikos*, com elogios fúnebres a esses mortos. O segundo é composto pelos *katádesmoi*, lâminas de chumbo com imprecizações para fazer mal a um inimigo. Estes, por sua vez, representam um costume que, por não ser restrito aos magistrados, poderia ser praticado também por mulheres bem-nascidas, estrangeiros, escravos, prostitutas etc. O primeiro grupo, que ficava exposto aos olhos de todos que transitam por *Kerameikos*, oferece uma perspectiva da pólis visível, idealizada e negociada, uma pólis ajustada aos protocolos institucionais. Já o segundo, que ficava oculto sob a terra, permite analisar a pólis invisível, a que expunha os problemas e limites da mesma democracia que a pólis visível buscava defender, uma

discursividade que permitia a reconstrução dos modelos políticos por meio de vivências cotidianas. Desta maneira, apresentamos neste artigo reflexões iniciais acerca dos desdobramentos da pesquisa em curso, com apontamentos e possibilidades que tomam forma ao longo de nossas análises da documentação e das teorias acerca do tema.

A construção da pólis

Para podermos analisar essas questões de uma maneira mais aprofundada, é necessário que compreendamos qual o caminho realizado para que o que entendemos hoje como pólis tenha se formado. É importante termos em mente que entre os séculos VII e VI, a vida pública ateniense estava sob administração da aristocracia, cidadãos ricos que tinham o controle executivo da pólis. Ao final do século VI, conflitos entre os camponeses e os cidadãos mais abastados começaram a ocorrer, uma vez que os primeiros estavam insatisfeitos com a exploração que viviam. Além disso, um conflito de partes políticas estava ocorrendo. Desta maneira, esses dois fatores combinados geraram *stasis* (conflitos civis) entre a população ateniense. Como forma de diminuir os conflitos, Sólon foi eleito como arconte por volta de 594. Este era considerado menos conservador e foi visto como um conciliador, de maneira que os aristocratas não perdessem seu local de destaque político e pudesse, ao mesmo tempo, apaziguar os ânimos dos camponeses.

Este arconte foi responsável por reformas que delinearão a democracia que se consolidaria posteriormente, assim como uma segurança e independência política para os camponeses. Dentre as medidas, Sólon proibiu a escravidão por dívidas e dividiu os cidadãos em classes a partir da renda. Além disso, criou o conselho dos *Quatrocentos*, que tinha como objetivo ser um comitê geral de supervisão das propostas encaminhadas para a assembleia, de criação de instituições poliades, tribunal, dentre outras propostas foram de autoria deste arconte. Desta maneira, Sólon fez reformas políticas e econômicas, que a curto prazo diminuiu os conflitos existentes no período. Já a longo prazo possibilitou que os menos abastados pudessem exercer direitos políticos, como é o caso da inclusão dos *thétai*³ na assembleia, adquirindo, assim, o exercício da vida pública (STARR, 2005).

³ Das classes censitárias criadas por Sólon entre o final do século VI e início do século V, os *thétai* eram considerados os menos abastados, com menor possibilidade de contribuir financeiramente para a manutenção da pólis. Segundo Starr (2005), esse era um estamento que possuía menos de 200 medidas de grãos, como era medida a riqueza na época.

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

A pólis ateniense teve variados líderes políticos que poderiam representar desde o lado mais conservador até o mais próximo dos ideais mais populares. Dentre eles, houve um período de tirania com Pisístrato e seus filhos cujo governo obteve grande apoio do dêmos. Após a morte de desses líderes, Iságoras surge como um político proeminente, sendo eleito no final do século VI com a intenção de desfazer as ações realizadas por Pisístrato e algumas realizadas por Sólon. Seu principal opositor foi Clístenes, que convocou a isonomia, chamando a população para levantar-se contra o líder político. Após conflitos populares e políticos Clístenes pode retornar de seu exílio, causado por Iságoras em aliança com o rei de Esparta, e assumir como líder político em Atenas.

Clístenes ficou conhecido por suas reformas e, segundo Starr (2005), as mesmas deram continuidade as reformas de Sólon. Além disso, da mesma maneira que o primeiro, Clístenes também foi responsável pela instauração da democracia no cenário político ateniense, já no início do século V. Dentre as reformas de Clístenes, podemos perceber uma preocupação com as questões geográficas da pólis. Temos, por exemplo, uma reorganização do território de Atenas, que passou de quatro para dez tribos, consideradas subdivisões cívicas. Além disso, essa divisão geográfica contava com três distritos dos quais um estava na área urbana de Atenas e dois na área rural. Segundo Starr (2005), o objetivo desta reforma foi criar e regulamentar o conselho dos *Quinhentos*, que era composto por cinquenta membros de cada tribo. Desta maneira, a participação dos *dêmoi* tornou-se mais presente no cenário político ateniense, com uma representatividade de variados grupos e localidades da pólis.

Outro ponto interessante das modificações propostas por Clístenes foi acerca do reconhecimento da cidadania. Antes, o mesmo se dava por meio de patronímio ateniense, mas com suas reformas o sujeito precisava ser apresentado ao fazer 18 anos e ser reconhecido pelo dêmos; só assim incorporado como cidadão de Atenas. Só então, pessoas do sexo masculino, maiores de idade, reconhecidos pelo dêmos como cidadão, poderiam estar inseridos nas decisões políticas da pólis, assim como exercer os direitos previstos.

Além disso, na tentativa de evitar que houvesse a possibilidade da volta da tirania, Clístenes instaurou o ostracismo. Esta era uma forma de votação que os cidadãos da assembleia votavam por meio de *ostracas*⁴ para o exílio de algum político que fosse temido ou desaprovado pelo povo. Uma demonstração do aumento da participação política dos cidadãos em Atenas nesse período pode ser vista por meio do

⁴ Pequenos cacos de cerâmica, que podiam ser reaproveitados ou não. Neles eram inscritos o nome daquele que se intentava mandar para um exílio de dez anos, mas sem perder seus direitos de cidadão. Outro ponto interessante é a divergência existente em relação a quando foi a primeira vez que esse sistema foi usado de maneira efetiva. Sobre o assunto ver mais em Starr (2005).

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

ostracismo. Segundo Starr (2005), era preciso conter cerca de 6 mil *ostracas* na urna, no mínimo, para que o exílio fosse decretado. Portanto, por mais que esse quantitativo representasse uma minoria, ao considerarmos a totalidade de cidadãos e habitantes⁵ da Ática, esse elemento já denota um aumento da participação na vida pública de cidadãos que antes eram excluídos.

As reformas impetradas por Clístenes foram responsáveis pela unificação da pólis, tanto no contexto territorial, quanto político. As mesmas já estavam consolidadas no início do século V, possibilitando que o mecanismo político obtivesse êxito nos séculos seguintes (CANDIDO, 2016). Gradualmente, a democracia foi se instaurando com cada vez maior controle dos *dêmoi* e dos cidadãos, frente as decisões sobre a vida pública ateniense. Desta maneira, a *políteia* foi responsável pelos desdobramentos que ocorreram ao longo dos anos. Entretanto, o que pudemos ver até o presente momento foi a constituição das instituições da pólis, por meio de reformas políticas e econômicas, com aparatos cívicos que corroborassem a mesma e mantivessem seu funcionamento. Porém, esta não era a única face possível para analisarmos a pólis ateniense.

Pólis Institucional e Pólis Discursiva

Aqui, elegemos a diferenciação entre o que denominamos de *pólis institucional* e *pólis discursiva*, que se relacionam em complementariedade nas práticas sociais e de sociabilidades atenienses. Para a melhor compreensão desses conceitos, lançaremos mão de algumas definições e análises que partem da documentação histórica de cultura material. Nesse sentido, estamos de acordo com Soares (2009), que afirma que a pólis institucional pode ser representada pelos elementos clássicos que vem sendo analisados pela historiografia, desde o século XIX d. C, que ocupam-se de elementos como a religiosidade cívica, a economia e estrutura política de Atenas. Parte dos estudos concentram-se nas instituições, como as criadas por Sólon e Clístenes, por exemplo, que regulamentavam as questões cívicas e jurídicas de Atenas, principalmente, no período clássico. Essas organizações eram utilizadas para manter a *políteia* dentro de um contexto econômico e político favorável para si e para a pólis. Já a pólis discursiva é uma categoria que complementa a anterior, não representa uma relação dicotômica. Essa última está inserida na primeira, todavia tem a possibilidade

⁵ Aqui incluo, para além dos cidadãos atenienses, também aqueles que moravam na pólis, como os metecos, escravos, dentre outros.

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

de modificá-la. A discursividade apresenta-se por meio das práticas sociais e cotidianas que legitimam ou demonstram uma crítica a essa pólis institucional.

Segundo Soares (2009), a historiografia tradicional argumenta que a pólis institucional funcionava como “mediação fundamental das relações sociais atenienses” (SOARES, 2009, p. 194). Portanto, podemos perceber que a politeia poderia ser vista por meio dessas instituições e que, sem elas, as relações sociais não ocorreriam da mesma maneira. O autor exemplifica diversas instâncias sociais regulamentadas por decretos e leis, como o casamento, herança, escravidão, dentre outros aspectos. Para uma melhor definição sobre pólis institucional, assim como suas caracterizações, estamos de acordo com Soares (2009, p. 197), quando afirma que:

Dito isso de outro modo, a polis-instituição, como objeto criado pelos cidadãos, não se separa e se volta contra seus sujeitos (os cidadãos), como ocorre no capitalismo entre o capital e o trabalho. Entre instituição (polis) e sujeito (cidadão), existe a apropriação. Com ela, a polis-institucional volta a ser um objeto da ação cívica, a política. É nesta contradição que se encontra a política: os cidadãos subjetivam a polis-institucional para se subjetivarem, ou por outro lado, se tornam objeto da ação da polis para poder transformar a própria polis em objeto da ação política.

Nesse sentido, podemos compreender alguns aspectos que a pólis institucional. Esse modelo pressupõe partir de preceitos legislativos, cívicos e jurídicos para abranger e regulamentar os diferentes âmbitos políades. Além disso, ela demonstra a oficialidade da pólis como fator englobante, presente em todos os seus espaços e na atuação na vida pública; portanto, podemos dizer que essa pólis institucional é aquela demonstrada publicamente, geralmente em tom laudatório. Dentre esses aspectos, a mitologia e a religião cívica são elementos que são partícipes dos pressupostos institucionais da pólis. Essa é uma pólis dos cidadãos, pois esses agem por ela e por meio dela, como nos tribunais de justiça ou nas assembleias. Nessas organizações, as decisões estavam nas mãos dos cidadãos, pois eles definiriam o melhor curso para a pólis, tanto em tempos de guerra, quanto em tempo de paz (STARR, 2005).

Portanto, podemos falar que a pólis institucional seria uma pólis “dos atenienses”, em que os não-cidadãos estariam sob a égide de suas leis e decretos, mas não poderiam participar da construção dos mesmos. Segundo Starr (2005), o debate é se esse modelo democrático possuía, de fato, a participação de todos os cidadãos. Segundo o autor, apenas uma parcela mínima tinha acesso de fato nas decisões políticas. O autor elenca elementos desde a distância geográfica de alguns locais da pólis até questões financeiras, que não permitiam que uma parcela participasse das aproximadamente quarenta sessões anuais da assembleia. Essa proposição feita por Starr (2005) é um questionamento interessante para pensar o quão inclusiva, na prática,

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

a democracia direta ateniense era; porém, para o presente artigo vale lembrar que mesmo que uma parcela mínima participasse, as reformas políticas permitiam o acesso dos cidadãos a essas estruturas institucionais políades. Dessa maneira, era possível a participação política direta na vida pública pelos cidadãos, mesmo que a sua prática seja dificultada por questões sociais e econômicas.

Nesse sentido, podemos dizer que os cidadãos se apropriam da vida política da pólis e por consequência de suas instituições, assim como agem por meio delas. Como exemplo dessa pólis institucional, temos as orações fúnebres e os epigramas funerários como marcos da documentação literária e cultura material produzidas nesse contexto. Com o fim de demonstrar as características supracitadas, reproduzimos abaixo o texto escrito em um epigrama funerário encontrado no Pireu e datado do início do século IV. É importante lembrar que este era um local de grande movimentação em Atenas, tanto de cidadãos como de não cidadãos. Reproduzimos abaixo a tradução proposta por Andrade (2011, p. 193):

(14) QUERIPE O melhor elogio que entre os homens pode alcançar uma mulher, no mais alto grau o havia alcançado Queripe em sua morte. Aos meus filhos deixou a lembrança de sua virtude. (GC 891, p. 245. Pireu c. 390-80 a. C.)

Podemos perceber, a partir da análise da transcrição acima, que o epigrama se refere a uma mulher que estava enterrada na região do Pireu e que para ela foi erigida uma estela funerária como marco material de seu sepultamento. Além disso, a ela foram destinados elogios públicos em seu epigrama, deixando claro seu prestígio para aqueles que ficaram em vida ou a necessidade de reafirmação dessas características. Devido a última frase, é possível inferir que ela era uma mulher casada, pois deixou filhos e, provavelmente, quem mandou fazer esse marco funerário foi seu marido, que exaltava a virtude de sua esposa. Este é um breve exemplo de uma cultura material que representa a pólis institucional no século IV, momento em que a democracia e todas os aparatos cívicos e jurídicos já estavam arraigados na sociedade ateniense.

Desta maneira, podemos perceber o sepultamento de Queripe como uma forma de demonstrar prestígio dessa família, assim como uma demarcação pública do sepultamento e das qualidades desta mulher. Outro aspecto que alinha a teoria defendida por Soares (2009) de uma pólis institucional, com o exemplo ressaltado acima, é que era algo institucionalmente permitido e previsto na religiosidade cívica do período. O sepultamento era necessário, inclusive, pois mortos insepultos não poderiam adentrar ao Hades e ficariam vagando entre os vivos. Portanto, mais do que um costume ou imperativo tradicional, o sepultamento de familiares, que incluía a produção de estelas funerárias para elogiar seus mortos publicamente, era uma

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

exigência para a manutenção da estabilidade da pólis. Era, portanto, uma maneira de demonstrar o prestígio, seja social, político ou econômico que aquela família tinha, reafirmar esses mesmos aspectos frente a toda a sociedade (não apenas os cidadãos) e cumprir uma exigência prevista no protocolo cívico-religioso.

Não podemos negligenciar a importância dessa pólis institucional, assim como a sua forma de regulamentação da sociedade ateniense do período, como nos afirma Soares (2009). Entretanto, concomitante a ela é preciso pensarmos em um âmbito que não era abrangido por esse aparato institucional. Esses eram os não cidadãos, em sua maioria, e suas vivências, que não tinham acesso à vida pública da cidade, ou ao menos não nos termos cívicos e legais previstos nas instituições. Além disso, diversos casos podem ser elencados para exemplificar essas questões, como, por exemplo, o caso das mulheres cidadãs, que apesar de seu *status* na pólis não tinha previsto dentro das leis. Sua participação efetiva nas instituições políticas e jurídicas de forma direta, apenas por intermédio de outra pessoa, sendo cidadão e do sexo masculino. O caso dos metecos é interessante, pois apesar de serem domiciliados em Atenas, esses, também, não participavam ativamente das decisões políticas da mesma, mesmo que essas os afetassem direta ou indiretamente. Sobre esse assunto podemos ver mais em Soares (2009, p. 207):

O acesso a práticas políticas de não-cidadãos, tendo em vista uma definição de política como liberdade cotidiana de começar, contra os automatismos da vida, foram analisados também alguns ligares dessa liberdade, como *outros usos* dos espaços da polis na “vida comum” e a construção de *outras* memórias e identidades. Estas seriam “brechas” da polis-institucional, pelas quais os não-cidadãos, produtores da polis, se encontrariam numa relação não mais objetiva [...] mas subjetiva; ou seja, as brechas seriam momentos nos quais os não-cidadãos criticariam (por representações e práticas) o caráter “fetichista” da polis e assumiriam uma subjetividade política ao lado e/ou contra o corpo cívico.

Chamamos, então, de *pólis discursiva* aquela que abrange não apenas os cidadãos, mas também os não-cidadãos. Essa é uma pólis formada a partir das vivências e necessidades desses habitantes de Atenas que não tinham acesso direto às decisões políticas ou a recursos judiciais. É uma pólis que é construída e reconstruída constantemente a partir das questões sociais, políticas, econômicas, jurídicas, dentre outras, vividas por essas pessoas. O que Soares (2009) chama de “brechas”, compreendemos aqui como elementos subjetivos das vivências desses habitantes poliades. Questões que poderiam ser decididas em um âmbito institucional no caso de um cidadão eram interditas ao não-cidadão. Desta maneira, formas alternativas de resolução dos problemas foram surgindo ao longo do tempo. As práticas sociais

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

associadas a essa pólis discursiva baseiam-se no cotidiano desses habitantes assim como são consideradas, em alguns casos, como desviantes da pólis cívica.

Ao falarmos de um grupo que estatisticamente poderia compor a maioria das pessoas que conviviam em Atenas, e que nem sempre era atendido pelas instituições políades, defendemos que há uma história vista por baixo sendo delineada (THOMPSON, 1981). Em muitos casos, essa pólis discursiva era composta por práticas sociais que ressaltavam elementos que eram passíveis de serem escondidos perante a sociedade e/ou visitantes de Atenas. Dentre os aspectos possíveis podemos citar a religiosidade como um meio de emergir as questões que poderiam estar fora do que era previsto pela institucionalidade da pólis. Entre as práticas que não estavam concordes com a religião cívica está o uso dos *katádesmoi*. Eles poderiam ser enterrados junto dos mortos em cemitérios ou depositados em poços, santuários, dentre outros. Além disso, ao analisar seu conteúdo, foram classificados de acordo com sua temática, podendo ser de amor, jurídico, de ofício, dentre outros (CANDIDO, 2004).

Para pensarmos essa prática social representativa de uma expressão pouco religiosidade, uma prática mágico-religiosa, lançaremos mão de um exemplo de um *Katádesmos*, presente em um catálogo a ser publicado, gentilmente cedido pela Prof.^a Dr.^a Maria R. Candido. Segue abaixo a transcrição do *Katádesmos*:

Melano inscrevo embaixo... negócio alma atividade. Trabalho pés mãos língua vontade. Também todos (estão) sob o trabalho de Melano. Hermes. Inscrevo embaixo atividade negócio alma mãos habilidade 5 Atividade negócio alma e o que existe: Hermes arruíne junto. Inscrevo Evagora mãos pés alma. Língua atividade trabalho e todas as partes dela. Inscrevo embaixo Biotea mãos pés alma Inscrevo embaixo trabalho habilidade e todas as partes dela.

Esse *Katádesmos* foi encontrado em um sepultamento próximo ao porto do Pireu, em uma escavação realizada no século XIX e hoje está salvaguardada no Museu de Atenas. Seu local de encontro é próximo, geograficamente, da estela cujo epigrama analisamos acima, o que denota que diferentes discursividades partilhavam os mesmos espaços. Essa lâmina foi datada do século IV, também o mesmo período de datação do epigrama funerário. A partir da análise da transcrição acima, apreendemos que essa é uma lâmina de ofício, no qual a intenção do solicitante é paralisar um possível oponente no contexto de oficinas e produção de algo. Isso é possível denotar, por exemplo, a partir da passagem em que se fala de “atividade/negócio”, além disso, os nomes elencados estão associados a partes do corpo que se intenta paralisar, para que desta maneira aquele grupo de pessoas não pudesse agir. Esse é um exemplo de prática social que está no contexto políade, porém fora de sua institucionalidade, tornando-se um produto do que Soares (2009) chama de “brecha” da pólis institucional.

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

Portanto, podemos perceber que existiam práticas sociais no período clássico ateniense que nem sempre estavam alinhadas com a institucionalidade da pólis, uma vez que nem todos os seus habitantes eram atendidos pelos aparatos legais existentes. Porém, é importante termos em mente, que no caso dos katádesmoi, por exemplo, é possível que tanto cidadãos, quanto não cidadãos fizessem uso dessa ferramenta mágico-religiosa. Além disso, essa pólis discursiva pode ser entendida como uma outra face da pólis institucional: a relação é dialógica, e não dicotômica. As práticas não se excluem, mas se complementam, assim como as suas construções da pólis. Entretanto, não podemos deixar de ter em mente que essa discursividade é ampla e possível sobretudo para aqueles que possuem outra maneira de se relacionar com a pólis. Para melhor compreender essas questões, lançamos mão de compreender para além de um discurso, mas de uma discursividade presente na constituição da pólis.

Pólis como uma construção discursiva

Tendo em mente o que foi exposto até o presente momento, é necessário que nos detenhamos um pouco mais na discursividade, assim como a sua influência na construção da pólis, e na formação do que chamamos de pólis discursiva. Neste momento, é necessário que façamos um movimento ampliado, para conjugar as informações trabalhadas até o presente momento com as análises das fontes. Dessa maneira, será possível que compreendamos que a análise da cultura material é uma forma de percebermos como essa pólis está sendo construída e reconstruída, constantemente, por meio das relações interpessoais. Esse movimento é perceptível por meio da análise dos vestígios materiais do período, como apresentamos anteriormente. Nesse sentido, estamos de acordo com a assertiva de Soares (2009, p. 71), que vê a “polis como uma constante construção discursiva, da qual temos apenas alguns vestígios materiais e textuais”.

É por meio de uma discursividade presente na cultura material que a pólis se reinventa constantemente para atender as demandas surgidas ao longo do tempo. Estamos de acordo com a hipótese levantada por Foucault (1996) quando afirma que em toda sociedade a produção do discurso ocupa diferentes instâncias concomitantemente. Ao mesmo tempo, é selecionada, organizada, controlada e redistribuída, e isso ocorre por procedimentos em que a função é conjugar seus acontecimentos. A partir dessa premissa e da análise acima proposta, podemos perceber que aquilo que está sendo mostrado tanto nos epigramas funerários quanto

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

nos *katádesmoi*, representam uma discursividade produzida por Atenas e que, ao mesmo tempo, também produz a pólis.

Não consideramos os discursos dissociados das práticas, pelo contrário: entendemos o discurso, também, como uma forma de ação social, pois além da comunicação e da linguagem utilizada, possuem uma função e uma consequência (FOUCAULT, 1996). Isso ocorre em função de como esses discursos circulam na pólis. A partir disso é necessário pensar acerca da descontinuidade do discurso, uma vez que os passos e *topoi* dessas tipologias de documentação apresentam-se de maneira diferenciada. Isso ocorre, pois há uma correspondência entre o tipo de discurso e o seu local de produção, assim como o suporte material influi no tipo de discurso veiculado. Portanto, há uma materialidade no discurso, assim como uma prática.

Ao analisarmos os epigramas funerários, eles partem do pressuposto de um suporte material em pedra, com vistas à publicidade, como um elemento que deve ser mostrado para os demais. Eles pertencem ao âmbito institucional da pólis e por esse motivo preconizam uma oficialidade no seu fazer e no seu mostrar. A exemplo desse aspecto podemos perceber a nomeação evidente do morto, que é indicado a partir de elogios, para que os transeuntes do local se lembrem de seu nome e suas qualidades. Esse é o caso de Queripe, que tem seu nome evidenciado e suas qualidades também, dentre elas as questões familiares são as elegidas para tal. Esse traz um outro aspecto da discursividade, pois o próprio discurso é uma forma de exclusão (FOUCAULT, 1996). Ao eleger os elementos familiares para serem publicizados, outros aspectos da vida de Queripe foram omitidos.

Nesse mesmo caminho, a discursividade presente no *katádesmos* exposto, também, exclui elementos da vida daqueles que estão sendo alvo de impreciação. Porém, a partir dessa cultura material podemos perceber o contexto de um discurso como uma performance, uma vez que há uma invocação para fazer mal a alguém. As pessoas que são alvos estão nomeadas, o que demonstra uma necessidade de direcionamento das solicitações para uma maior eficácia da palavra e possibilidade da ação (PACHECO, 2020). Nesse sentido, essa cultura material demonstra uma discursividade a ser escondida devido ao seu local de depósito, enterrado em um sepultamento, e não publicizado para os transeuntes, como é o caso dos epigramas funerários.

Em ambos os casos, podemos perceber uma palavra atuante, seja por meio de um discurso para exaltar a memória de um morto, seja para evocar o mal a algum inimigo, também por meio da solicitação da ação de um morto. Nesse sentido, essa discursividade é produto e produtora de práticas sociais e sociabilidades que estão presentes tanto na institucionalidade quanto nos demais âmbitos da vida cotidiana dos cidadãos e não-cidadãos. Entretanto, temos que ter em mente que o discurso não é um

A História Através da História

PACHECO, Yasmin da Silva.

elemento neutro e transparente (FOUCAULT, 1996), mas sim perpassa por crivos de interesses. Nesse sentido, os epigramas funerários atendem aos interesses de uma pólis institucional, de um modelo democrático e de uma politeia que preconiza o elogio a seus cidadãos. Portanto, é um discurso a ser mostrado para legitimar as qualidades das pessoas que compõem esse contexto. Já os *katádesmoi* são discursos que podem denotar uma crise em algum contexto institucional, como o jurídico por exemplo (PACHECO, 2020). Logo, em ambos os casos essa discursividade atende a interesses particulares e não são neutros e transparentes em suas intenções, mesmo que essas não sejam evidentes muitas vezes.

Há, portanto, um jogo discursivo na pólis ateniense entre o que se é demonstrado publicamente e entre aquilo que é realizado escondido. É importante perceber que em ambos os casos, estamos tratando de uma discursividade política de formulação e reformulação da pólis por meio das práticas sociais e da sociabilidades cotidianas. Essas reformulações são vistas a partir de estratégias adotadas para alcançar elementos que a institucionalidade não atendia, como fica evidente no caso das imprecizações. Essas podem ser lidas como um elemento que é posto em prática em maior profusão no período clássico em resposta a questões particulares que não estavam sendo atendidas pelas instituições. Essa era uma prática possível tanto a cidadãos como a não-cidadãos, o que denota uma possibilidade outra de resolução de conflitos (PACHECO, 2020).

Portanto, a pólis não é apenas um espaço geográfico, mas também objeto de construção e reconstrução constantes a partir de suas práticas sociais e das demandas da vida comum. Essas práticas se fazem por meio das ações discursivas que podem ser vistas, tanto na literatura como na cultura material. Essa perspectiva não apenas convive com, mas também depende da pólis institucional. Defendemos, pois, que a pólis tinha a sua instância institucional, mas também a que chamamos de discursiva, que estava permeada nas vivências e convivências de seus habitantes.

Considerações Finais

A formação de uma pólis, assim como seus significados e entendimentos ao longo da historiografia sobre o período clássico, fornece uma gama de possibilidades e perspectivas. A partir de um entendimento sobre a pólis institucional, assim como de uma pólis discursiva, podemos perceber que há diferentes formas de se pensar e repensar a Atenas do período clássico. Ao nos debruçarmos sobre o tema, a partir de uma leitura da cultura material, fica evidente que essa pólis é constituída a partir de questões legais e institucionais, mas também de práticas sociais e sociabilidades que estão presentes em seu cotidiano e que ultrapassam a institucionalidade.

Nesse sentido, há um jogo de visibilidade e invisibilidade no contexto políade. As características e expectativas políades são mostradas, por exemplo, na rememoração de um cidadão de prestígio, de maneira pública, por meio dos epigramas funerários. Já estratégias populares poderiam ser realizadas, como uma forma de alcançar resultados que não eram possíveis por meio da institucionalidade, como é o caso dos *katádesmoi*. Esse é, portanto, um discurso a ser ocultado dentro da estrutura políade. Logo, há um discurso oficial, proferido e mostrado, assim como há um discurso paraoficial, que é construído como uma estratégia popular, que, geralmente, é ocultado.

Defendemos aqui que há um exercício da política para além dos espaços institucionais por meio da discursividade. Entendemos que as práticas sociais vistas por meio da cultura material é uma forma de fazer político que se estende para além dos cidadãos e/ou da pólis institucional. Há a presença desse fazer político na pólis discursiva. Isso permite um viés para a construção contínua da pólis, incluindo as sociabilidades como um meio de pensar e repensar, construir e reconstruir a pólis ateniense. Portanto, a pólis institucional existe e regulamenta a maior parte das relações sociais, porém não é a única existente, pois a pólis discursiva é responsável pela possibilidade de um repensar a pólis através das vivências dos cidadãos e não-cidadãos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marta Mega de. O espaço funerário: comemorações privadas e exposição pública das mulheres em Atenas (séculos VI-IV a.C.). **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, p. 185-208, 2011.

CANDIDO, Maria Regina. **Atenas, liderança unipolar no Mar Egeu (480-411 a.C.)** / Maria Regina Candido, - Rio de Janeiro; UERJ/NEA: Letras e Versos, 2016.

CANDIDO, Maria Regina. **A feitiçaria na Atenas Clássica**. Letra Capital Ed., 2004.

FINLEY, Moses I. **A política no mundo antigo**. trad. Álvaro Cabral. RJ, Zahar, 1985.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 173-179, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

GAGER, John G. (Ed.). **Curse tablets and binding spells from the ancient world**. Oxford University Press, 1999.

PACHECO, Y. S. **Uma análise de espaços, práticas mágico/religiosas e materiais a partir dos Katádesmoi em Atenas no período clássico**. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, Fábio Augusto Morales. **A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política dos discursos de Lísias**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

STARR, Chester G. **O nascimento da democracia ateniense: a assembléia no século V a.C.** Odysseus, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria—ou um planetário de erros**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERNANT, J.P. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

IDENTIFICANDO DIFERENÇAS MEDIANTE PERFORMANCES E AGÊNCIA - UMA REFLEXÃO SOBRE AS SEPULTURAS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO DE GRANDS CAUSSES DO GÉVAUDAN

Thaís Rodrigues dos Santos*

Introdução

O sul da França da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro nos concede uma abundância de dados referentes ao contexto funerário, tendo em vista as milhares de sepulturas identificadas até o momento. A partir delas, podemos explorar alguns aspectos das comunidades que vivenciaram este contexto, como sua heterogeneidade social. Assim, buscamos compreender como as performances funerárias e agência apresentada nas sepulturas de Grands Causses du Gévaudan contribuem também para a identificação de heterogeneidade social. Partimos da hipótese de que a heterogeneidade social no Languedoc da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro nas performances funerárias é construída a partir da agência dos participantes de diferentes formas: dos artefatos depositados com os mortos, do tratamento dado a esses indivíduos e da complexidade de monumentalização das sepulturas.

A nossa amostragem engloba vinte e cinco sepulturas, cujos dados ósseos foram analisados mais especificamente das áreas de Causse de Sauveterre/Cham des Blanquets/Causse de Mende (Aveyron, Lozère), Plateau des Bondos (Lozère), Causse Méjan/Can d'Artigues (Lozère) e Causse Noir (Aveyron, Gard e Lozère).¹

As sepulturas de Grands Causses du Gévaudan vêm sendo escavadas desde meados do séc. XIX até a década de 1990 (cf. DEDET, 2001, pp. 9-14). No geral, elas datam entre a Idade do Bronze Final e o início da Segunda Idade do Ferro, podendo ser sepulturas montículos, como nos casos aqui selecionados, mas também monumentos mais antigos reutilizados (como no caso de *dolmens* do Calcolítico e cofres funerários) (cf. DEDET, 2001).

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista CNPQ.

¹ Essa hipótese resulta da nossa pesquisa de doutorado em andamento pelo PPGH-UFF (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense).

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

Elas encontram-se na região do Languedoc Oriental, que na Idade do Bronze Final e na Primeira Idade do Ferro (900-475 a.C.) se diferenciavam por não por constituírem necrópoles, assim podendo estar mais afastadas uma das outras, e sendo mais monumentalizadas em comparação com as sepulturas de covas planas e rasas das necrópoles do Languedoc Ocidental (cf. DEDET, 2004 e 2018).

Já nesse período, algumas sepulturas contêm a deposição de vasos importados de outras populações mediterrâneas (gregos, etruscos e fenícios), mas esse não é o caso de nenhuma das sepulturas estudadas nesse artigo. Esses objetos evidenciam os primeiros contatos entre as populações locais com essas outras populações. Eles passam a ser mais correntes após 600 a.C., com a fundação da colônia grega foceia no sul da França, Massália (cf. DIETLER, 2010).

Além disso, as sepulturas de Grands Causses du Gévaudan não apresentam os mesmos indícios da proto-urbanização que começa a ser encontrada em necrópoles do período, como no caso de Agde, onde observamos a demarcação de espaços de circulação/ruas e até mesmo de quarteirões.²

Ademais, também devemos mencionar que nessas sepulturas podem aparecer tanto indivíduos inumados quanto cremados, em contraste com o Languedoc Ocidental, na qual a presença de indivíduos inumados é extremamente rara, apesar de acontecer.

Igualmente, é importante mencionar que utilizaremos os conceitos de performance e status (cf. SCHERCHNER, 2013; BABIC, 2005); e como metodologia, utilizaremos análises estatísticas e qualitativas.

Metodologia

Como mencionado, utilizaremos nesse artigo como metodologia análises estatísticas e qualitativas. Primeiramente, construímos tabelas de frequências das variáveis consideradas como relevantes para auxílio na resposta da nossa questão (idade dos mortos, quantidade de indivíduos nas sepulturas, tratamento do corpo: inumação ou cremação, e quantidade de artefatos nas sepulturas). A partir dessa tabela, calculamos proporções e porcentagens que englobam intervalos de erro calculados a partir de índice de t de 90% de confiança, com a finalidade de transformar amostras em tendências populacionais.

² Entendemos como proto-urbanização uma construção mais ordenada e planejada do espaço, que era feita em materiais duros, como pedras, em detrimento de materiais mais perecíveis, como madeira.

Igualmente, produzimos um gráfico de ramo e folhas buscando facilitar a nossa visualização dos valores dos diâmetros das sepulturas para identificação dos valores mais recorrentes e amplitude. Por fim, realizamos duas análises de regressão linear, com a finalidade de descobrir a correlação entre duas variáveis quantitativas a partir de uma linha reta, ou seja, buscamos averiguar se uma variável depende ou varia em relação à outra. No caso desse artigo, apresentaremos qual a correção do diâmetro das sepulturas em relação à quantidade de mobiliário total e quanto a correlação entre o diâmetro das sepulturas em relação à quantidade de pessoas nas sepulturas.

Explorando os casos das sepulturas de Causse Méjan, Can d'Artigues, Causse Noir e de Plateau des Bondons em Grand Causses du Gévaudan

Dentre as variáveis selecionadas como relevantes para a identificação da heterogeneidade social apresentada no contexto funerário estudado, encontra-se a idade dos indivíduos. De acordo com as nossas análises estatísticas, possuímos as informações contidas na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – IDADE DOS INDIVÍDUOS DAS SEPULTURAS DE CAUSSE MÉJAN, CAN D'ARTIGUES, CAUSSE NOIR E PLATEAU DES BONDONS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO

	Frequência	Proporção	Porcentagem
Adultos	23	$0,77 \pm 0,13$	$77\% \pm 13\%$
Tamanho adulto	3	$0,10 \pm 0,90$	$10\% \pm 9\%$
Crianças	3	$0,10 \pm 0,90$	$10\% \pm 9\%$
Não identificada	1	$0,03 \pm 0,05$	$3\% \pm 5\%$
Total	30	1,00	100%

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

A partir da Tabela 1, observamos que a maioria dos indivíduos enterrados nos montículos eram adultos ($77\% \pm 13\%$) enquanto poucos eram crianças ($10\% \pm 9\%$). Sobre o restante dos mortos, apenas podemos mencionar que eles possuíam tamanho adulto ($10\% \pm 9\%$) e não podemos afirmar com certeza a sua idade ou que $3\% \pm 5\%$ não possuem tamanho e nem a idade identificados. Esse quadro nos aponta para a preferência por conferir um enterramento no formato de montículo para adultos. Temos conhecimento de que algumas crianças são enterradas no contexto residencial, mas, mesmo assim, a quantidade de crianças encontradas deixa margem para a especulação da presença de outras práticas funerárias que não nos deixaram vestígios, ou que nem todos esses indivíduos fossem enterrados de maneira a nos conceder vestígios para análise. Frente a esse panorama, identificamos que as crianças eram frequentemente excluídas da deposição dos enterramentos em sepulturas de montículo.

TABELA 2 – QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS POR SEPULTURAS DE CAUSSE MÉJAN, CAN D'ARTIGUES, CAUSSE NOIR E PLATEAU DES BONDONS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO

	Frequência	Proporção	Porcentagem
Uma	21	$0,84 \pm 0,11$	$84\% \pm 11\%$
Duas	3	$0,12 \pm ,0,10$	$12\% \pm 10\%$
Três	1	$0,04 \pm 0,06$	$4\% \pm 6\%$
Total	25	1	100%

Igualmente, podemos perceber pelos dados apresentados pela tabela 2 acima, que a maioria das pessoas enterradas nesse contexto possuíam sepulturas individuais ($84\% \pm 11\%$), enquanto havia apenas três sepulturas duplas ($12\% \pm 10\%$) e uma tripla ($4\% \pm 6\%$). Das sepulturas duplas, a T. 7 (Montículo de Champ Rond) possuía dois adultos, a T. 10 (Montículo de Conques 1) abrigava um adulto e uma criança, e a T. 24 possuía dois adultos. Na única sepultura tripla, a T. 18 (Montículo de Serre de Cabrié 1), encontramos um adulto e duas crianças. Tendo em vista que a T. 10 e a T. 18 são as únicas sepulturas que possuem crianças neste contexto, confirmamos a ideia apresentada por Dedet (2001) de que é possível que as crianças possuíssem um status

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

inferior ao dos adultos, apenas figurando no contexto funerário acompanhadas de adultos. Além disso, consideramos que as crianças que aparecem nesses montículos não eram quaisquer crianças.

Já a tabela 3 abaixo, nos propicia a identificação de que a maioria dos indivíduos enterrados nessas sepulturas foram inumadas ($70\% \pm 14\%$), enquanto a cremação, apesar de minoritária ($30\% \pm 14\%$), concorria com a prática anteriormente mencionada. Ou seja, identificamos que a maioria dos indivíduos buscava enterrar seus mortos utilizando-se da prática tradicional na região, a inumação, enquanto uma minoria começava a enterrar seus mortos utilizando-se de uma prática mais tradicional da região vizinha (Languedoc Ocidental), a cremação.

TABELA 3 – TRATAMENTO DO CORPO DOS MORTOS NAS SEPULTURAS DE CAUSSE MÉJAN, CAN D'ARTIGUES, CAUSSE NOIR E PLATEAU DES BONDONS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO

	Frequência	Proporção	Porcentagem
Inumação	21	$0,70 \pm 0,14$	$70\% \pm 14\%$
Cremação	9	$0,30 \pm 0,14$	$30\% \pm 14\%$
Total	30	1	100%

TABELA 4 – QUANTIDADE DE ARTEFATOS COMPONDO O MOBILIÁRIO TOTAL POR SEPULTURA EM CAUSSE MÉJAN, CAN D'ARTIGUES, CAUSSE NOIR E PLATEAU DES BONDONS DA IDADE DO BRONZE FINAL E DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO

	Frequência	Proporção	Porcentagem
Zero	7	$0,28 \pm 0,15$	$28\% \pm 15\%$
Um	7	$0,28 \pm 0,15$	$28\% \pm 15\%$
Dois	5	$0,20 \pm 0,13$	$20\% \pm 13\%$

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

Três	4	$0,16 \pm 0,12$	$16\% \pm 12\%$
Quatorze	1	$0,04 \pm 0,06$	$4\% \pm 6\%$
Trinta	1	$0,04 \pm 0,06$	$4\% \pm 6\%$
Total	25	1	100%

Com base na tabela 4 acima, verificamos que a maioria das sepulturas possuía uma quantidade pequena de mobiliário: entre zero a três objetos. Apenas duas sepulturas apresentam quantidade de mobiliário discrepante, uma com quatorze (T. 7 – Montículo de Champ Rond) e outra com trinta (T. 3 – Montículo de Dévois de Villeneuve 1). Ponderamos que essas duas sepulturas nos apontem para pessoas com um status destacado nessa sociedade, dada a grande quantidade de mobiliário que as acompanha. No entanto, não consideramos que apenas uma grande quantidade de mobiliário funerário possa nos conceder indícios quanto ao status elevado de alguns indivíduos, pois apesar de alguns indivíduos possuírem quantidade menor de mobiliário funerário, esses objetos podem ser diferenciados seja pela raridade, procedência ou complexidade de confecção. Como exemplo, temos a T. 5 (Montículo de Aven Armand 1), que possui uma espada de ferro semelhante às de tipo de Günligen e de Mindelheim, além de duas taças de bronze.

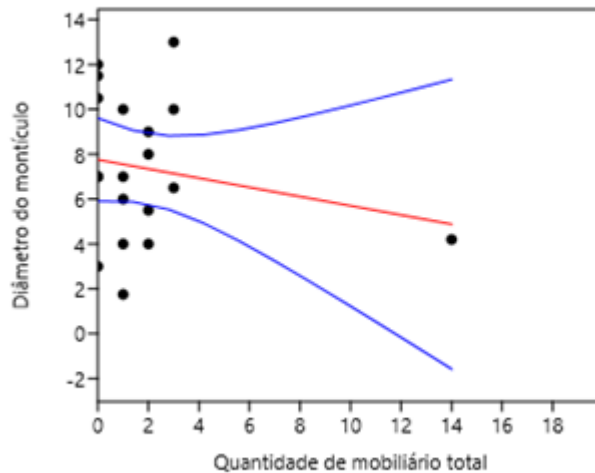
A História Através da História
SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

GRÁFICO 1 – GRÁFICO DE RAMO E FOLHAS DO DIÂMETRO DAS SEPULTURAS (M) DE CAUSSE MÉJAN, CAN D'ARTIGUES, CAUSSE NOIR E PLATEAU DES BONDONS DA PRIMEIRA IDADE DO FERRO

1	8
3	0
3	6
4	0
5	5
6	05
7	000
8	0
10	00
11	5
12	0
13	0

Da mesma maneira, o Gráfico 1 acima nos auxilia a compreender as diferenças de tamanho das sepulturas a partir do diâmetro (m) dos montículos. Observamos como a amplitude desses diâmetros é elevada (11,2m), ou seja, existe uma grande variação de tamanho. O tamanho mais recorrente trata-se de 7m (T.1 – Montículo de Moulin à Vent du Pradal, T. 2 – Montículo de Valbelle e T. 6 – Montículo de Aven Armand 2). A média do tamanho do diâmetro dos montículos é de 7,2m. Consideramos que esta média confirma a ideia de que fora concedido um espaço maior no contexto mortuário para alguns indivíduos do que para outros. Identificada essa diferenciação, utilizaremos esses dados em análises a seguir, visando responder alguns questionamentos.

GRÁFICO 2 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR DO DIÂMETRO DO MONTÍCULO EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE MOBILIÁRIO TOTAL COM 95% DE CONFIANÇA ($Y = -0,20546X + 7,7551$)



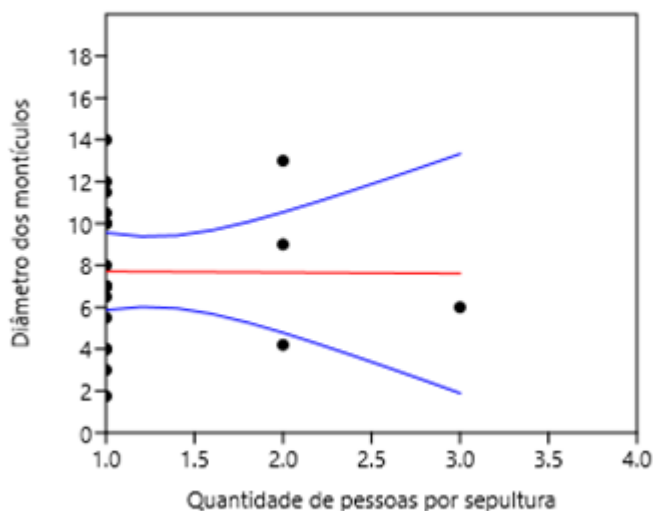
Frente aos dados encontrados nas tabelas anteriores, nos perguntamos se o tamanho do diâmetro dos montículos variava em relação à quantidade de mobiliário funerário. Para responder esta questão, realizamos um teste de regressão linear apresentado no Gráfico 2 acima. A partir dele, observamos uma correlação entre o diâmetro dos montículos e a quantidade de mobiliário funerário que explica 3,9% da variação no tamanho dos montículos ($y = -0,20546X + 7,7551$; $r = -0,19928$; $r^2 = 0,039714$; $t = -0,83849$; $p = 0,41339$). Dessa maneira, temos uma probabilidade considerável (41%) de que a variação no tamanho dos montículos não é explicada pela quantidade de mobiliário depositado. Ou seja, consideramos que o diâmetro dos montículos não pode ser explicado pela quantidade de mobiliário funerário nele depositado. Tendo em vista que tanto a quantidade de mobiliário depositado nas sepulturas quanto o tamanho do espaço dedicado ao morto no contexto funerário podem ser considerados como indicadores de status, concluímos que, nesse estudo, não podemos privilegiar uma destas características em detrimento da outra, pois as sepulturas com maior tamanho não são necessariamente as que possuem maior quantidade de mobiliário funerário. Por isso, também consideramos que montículos de tamanhos significativamente maiores em relação à média possam abrigar indivíduos de status diferenciado nessa comunidade. Ponderamos que tanto indivíduos com grande quantidade de mobiliário funerário quanto com montículos de tamanhos discrepantes apresentem status diferenciado nessa sociedade, mas cada um demarcado

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

de formas distintas no contexto funerário, talvez pela origem diversa que um status elevado nessa sociedade poderia advir. Assim, consideramos que essas duas variáveis (quantidade de mobiliário funerário e tamanho dos montículos) nos apontem para a construção da heterogeneidade social no contexto funerário do Languedoc Oriental na Idade do Bronze Final e na Primeira Idade do Ferro.

GRÁFICO 3 – ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR DO DIÂMETRO DO MONTÍCULO EM RELAÇÃO À QUANTIDADE PESSOAS NAS SEPULTURAS COM 95% DE CONFIANÇA ($Y = -0,05 X + 7,76$)



De igual modo, nos perguntamos se a variação do diâmetro dos montículos poderia ser explicada pela quantidade de pessoas que foram enterradas neles. Para isso, realizamos uma análise de regressão linear apresentada no gráfico 2. Tendo em vista os resultados dele, identificamos uma correlação entre o diâmetro dos montículos e a quantidade de pessoas por sepultura que explica 0,00006% da variação do diâmetro dos montículos ($y = -0,05 X + 7,76$; $r = -0,0079286$; $r^2 = 6,2863E-05$; $t = -0,033639$; $p = 0,97354$). Dessa forma, possuímos uma probabilidade extremamente alta (97%) de que a variação no diâmetro dos montículos não é explicada pela quantidade de pessoas dentro das sepulturas; o que demanda uma análise mais detalhada dos enterramentos em questão.

Construindo monumentos funerários para os mortos: um olhar sobre a variabilidade

Apesar das sepulturas analisadas serem todas de montículos, encontramos uma diversidade de composições de estruturas e tamanhos. Frequentemente, menciona-se a presença de pedras e terra como materiais de construção desses monumentos, no entanto, podemos nos deparar ou com sepulturas compostas majoritariamente por blocos de pedra grandes (T. 10 - Montículo de Conques 1 e T. 15 - Montículo de Jas de Racoules 3), por sepulturas compostas principalmente de pedras pequenas (T. 7 - Montículo de Champ Rond) ou por enterramentos que misturavam diferentes tamanhos de pedras (T. 19 - Montículo de Serre de Cabrié 3).

Frente a esse quadro, consideramos que as diferentes composições de pedras dos montículos poderiam tornar o monumento visualmente mais complexo, a partir da mistura/composição de pedras de diferentes tamanhos e formas, e poderia tornar a sua construção mais trabalhosa e diferenciada, tendo em vista que blocos grandes podem pesar mais para serem transportados do que cascalhos, demandando maior esforço e mobilização para a sua construção.

Além disso, julgamos que alguns monumentos funerários foram construídos para serem mais visíveis em termos de altitude na paisagem do que outros, tendo em vista que alguns são considerados planos ou de baixa elevação (T. 1 - Montículo de Moulin à Vent du Pradal, T. 8 - Montículo de Serre de Moussu), enquanto outros além do aproveitamento da altitude natural da sua localização ainda são mais altos, como o caso da T. 10 (Montículo de Conques 1), que se encontra 900 m de altura e seu montículo possui 1,30m de altura, sendo maior do que a maioria dos montículos da região estudada.

Portanto, compreendemos que cada monumento funerário de Causse Méjan, Can d'Artigues, Causse Noir e de Plateau des Bondons da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro era único e ajudava a construir a heterogeneidade social nesse contexto funerário, pois apesar de encontrarmos recorrências nos meios através dos quais esses monumentos eram edificados (uso de pedras e terra; formato circular ou oval; presença de pavimentações, divisões ou, contornos/limitações), eles podem diferir em termos de composição e até mesmo dinâmica de construção.

Por isso, consideramos que os conceitos de agência e de performance sejam fundamentais para dar conta de sua interpretação, uma vez que os participantes desses rituais construíam esses monumentos se utilizando de comportamentos restaurados de performances funerárias anteriores, ou seja, as recorrências citadas anteriormente evidenciam a reiteração e práticas, muitas vezes ancestrais. Da mesma forma, essas

práticas mobilizam técnicas e matérias-primas disponíveis e acessíveis (em termos econômicos e tecnológicos) de acordo com suas motivações e escolhas pessoais. Julgamos que isso poderia ser feito de forma a tornar congruente as possibilidades permitidas estruturais e os interesses pessoais e de grupos (como de parentesco) para conferir status e construir a memória dos mortos dessas comunidades.

Conclusão

Concluimos que as análises dos dados apresentadas confirmam a hipótese inicial, de maneira a observamos como as performances funerárias identificadas em Grands Causses du Gévaudan apontam para a presença de uma heterogeneidade social demarcada a partir da agência dos seus participantes, tendo em vista que observamos que indivíduos com diferentes status eram enterrados nesse contexto, que podiam ser eles adultos, majoritariamente, e crianças, muito eventualmente.

Entendemos que, no geral, as crianças possuísem um status inferior aos adultos nessa sociedade, e que as poucas crianças enterradas em montículos possuíam maior status do que as demais, o que poderia estar vinculado à suas relações de parentesco, isto é, fossem de famílias de status social elevado na sua comunidade.

Interpretamos que um status elevado nessa sociedade era demarcado tanto pelos artefatos depositados (quantidades de mobiliário discrepantes (T. 7 – Montículo de Champ Rond e T. 3 – Montículo de Dévois de Villeneuve 1 ou presença de objetos raros como espadas e taças de bronze, como no caso das T. 5, T. 17 e T. 23), quanto por montículos funerários maiores, ou mais laboriosos e monumentalizados (T.). Como verificado pela análise de regressão linear apresentada pelo Gráfico 2, essas duas formas de demarcação de status não necessariamente eram empregadas para um mesmo indivíduo, se tratando de estratégias diferentes para a mesma finalidade. Também identificamos, a partir da análise de regressão linear apresentada no Gráfico 3, que o tamanho dos montículos não podia ser explicado pela quantidade de pessoas nele enterradas. Por conta da distinção dessas duas estratégias de demarcação de status elevado no contexto funerário, consideramos possível que a origem do status dos indivíduos enterrados com grande quantidade de mobiliário e com montículos maiores fosse diferente.

Temos conhecimento de que é bastante provável que os indivíduos enterrados nesses montículos fossem membros elite, ou seja, pessoas diferenciadas nessa sociedade, dada a pouca quantidade de sepulturas que foram encontradas no Languedoc Oriental nesse período. Assim, interpretamos que estamos diante de uma

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

elite, mas que era heterogênea, tanto em termos da presença de indivíduos com maior ou menor status, assim como de indivíduos com assimetrias de recursos econômicos (quantidade de artefatos) para demarcar o seu status no contexto funerário.

Igualmente, identificamos que alguns indivíduos buscaram construir a memória dos seus mortos utilizando-se de uma prática funerária que não era tradicional no Languedoc Oriental, a cremação, mas que era amplamente utilizada na região vizinha, Languedoc Ocidental. Assim, consideramos que a concomitância da cremação e da inumação no Languedoc Oriental também nos aponte para a questão da heterogeneidade social. Nesse caso, consideramos relevante mencionar o contexto de alargamento de contatos interculturais mencionado na introdução desse texto, pois sendo esse um momento de maior circulação no Languedoc, até mesmo de pessoas de diferentes origens, escolher enterrar os mortos com uma prática tradicional da região vizinha pode nos apontar para um estreitamento de relações entre diferentes populações locais, de maneira a buscar uma diminuição da demarcação das diferenças entre elas no contexto funerário. Nesse sentido, é possível que verifiquemos não apenas o desencadeamento de novas relações com outras populações mediterrâneas (gregos, etruscos e fenícios), mas também de novas relações entre diferentes populações locais.

Além disso, entendemos que a variação da composição dos montículos vincula-se a escolhas realizadas pelos participantes do ritual tanto em relação a normatizações e comportamentos restaurados de rituais anteriores, assim como de inovações e respostas criativas frente à possibilidade de recursos disponíveis na cultura local. Ou seja, vê-se a construção de um discurso de ancestralidade e de assimetria social por meio dessas práticas funerárias, que também entendemos como indícios da produção de heterogeneidade social nesse contexto.

Referências Bibliográficas

BABIC, Stasa. *Status identity and archaeology*. In: DIAS-ABREU, Margarita. **Archaeology of Identity: approaches to gender, age, status, ethnicity and religion**. London: Taylor Francis, 2005.

BARRET, John. *A thesis on agency*. In: DOBRES, Marcia-Anne. ROBB, John. **Agency in Archaeology**. London: Routledge, 2000.

BATS, Michel. *Les Phocéens, Marseille et la Gaule (viie-iiiie s. av. J.-C.)*. **Pallas**, [S.L.], n. 89, p. 145-156, 1 out. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pallas.792>.

DEDET, Bernard. *Variabilité des pratiques funéraires protohistoriques dans le sud de la France: défunts incinérés, défunts non brûlés*. **Gallia**, [S.L.], v. 61, n. 1, p. 193-222, 2004. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/galia.2004.3062>.

DEDET, Bernard. *Tombes et pratiques funéraires protohistoriques des Grands Causses du Gévaudan (Aveyron, Gard, Lozère)*. Paris: Éditions de La Maison Des Sciences de L'homme, 2001.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France*. London: University of California Press, 2010.

LIMA, Henrique. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GAILLEDROT, Éric. *From household to cities: habitats and societies in southern France during the Early Iron Age*. In: GLEBA, Margarita. MARÍN-AGUILERA, Beatriz. DIMOVA, Bela. (ed.) **Making cities. Economies of production and urbanization in Mediterranean Europe, 1000-500 BC**. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2021.

GARCIA, Dominique. *La Celtique Méditerranéenne: Habitats et sociétés em Languedoc et em Provence. VIII-II siècles av. J.-C.* Arles: Éditions Errance, 2014.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In OLIVEIRA, Mônica. ALMEIDA, Carla. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HODGE, Trevor. *Ancient Greek France*. Philadelphia: Duckworth 1998.

A História Através da História

SANTOS, Thaís Rodrigues dos.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURK, Peter. (org.) **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

LUCY, Sam. *The archaeology of age*. In: DÍAS-ANDREU, Margarita. **Archaeology of Identity: Approaches to Gender, Age, Status, Ethnicity and Religion**. London: Taylor Francis Routledge, 2005.

MOREL, Jean.-Paul. *Phocean Colonization*. In: TSETSKHLADZE, Gocha. (Ed.). **Greek Colonization: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas**. Volume 1. Leiden: Brill, 2006.

PY, Michel. **Les Gaulois du Midi: De la fin de l'âge du Bronze à la Conquête Romaine**. Paris: Éditions Errance, 1993.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies. An Introduction**. London: Routledge, 2013.

PARTE II - MEDIEVAL



O PODER, O PAPA, A IGREJA E SUAS JUSTIFICATIVAS: INTELECTUAIS HIEROCRATAS E SUAS IDEIAS NA BAIXA IDADE MÉDIA (C.1269-C.1350)

Sabina dos Santos Costa Freitas*

Carlos Thadeu Freire da Costa*

A Baixa Idade Média (c. 1300-1500), frequentemente considerada um período de crises, tanto frumentárias quanta sanitárias e também políticas foi, igualmente, uma época de grandes desenvolvimentos. Já Jérôme Baschet em seu livro clássico, *A Civilização Feudal: Do ano mil à conquista da América* (BASCHET, 2008, pp. 247-274), havia defendido que é necessário um olhar mais nuançado sobre este período, particularmente sobre o século XIV época que, por muito tempo, foi considerada pela historiografia um ponto baixo da civilização medieval, após os séculos de dinamismo que teriam configurado o período que vai do ano 1000 ao ano 1300.

Deste modo, uma série de publicações e de estudos, quer no exterior, quer no Brasil, vem tratando de realçar os grandes desenvolvimentos próprios desta época e, inclusive, a propor que ao invés de rupturas, durante este último terço do medievo, teria havido sim, muitas continuidades com os duzentos anos de desenvolvimento que o teriam precedido. Tal foi o objetivo de alguns autores, como Denley e Waley que em seu manual sobre a Baixa Idade Média retornaram aos últimos cinquenta anos do século XIII, fixando seu início ainda neste século que foi classificado de “belo”, por Jacques Le Goff (DENLEY & WALEY, 2013, p. X-XI) e da coleção *A Idade Média* que dirigida por Umberto Eco, propõe uma comparação e uma continuidade entre os séculos XIII e XIV, ao invés de juntar este ao século XV, como uma tradição mais clássica tende a fazer (ECO, 2017, pp. 17-29). Por fim, historiadores como Françoise Autrand em sua biografia sobre o rei francês Carlos V não teve dúvidas em chamar atenção que o século XIV teria sido, também ele, belo, tal qual o século que o precedera. (AUTRAND, 1994, pp. 30-51).

*Doutoranda em História Medieval - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense/ PPGH -UFF. Orientanda da Professora Doutora Vânia Leite Frões, Professora Titular de História Medieval PPGH-UFF. E-mail para contato: sabina.costa.freitas@gmail.com

* Doutorando em História Medieval - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense/ PPGH-UFF. Orientando da Professora Doutora Vânia Leite Frões, Professora Titular de História Medieval PPGH-UFF. E-mail para contato: thadeucosta@uol.com.br. Bolsista pela CAPES

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

Também nós, neste trabalho, nos propomos a seguir semelhante via, primeiro de demonstrar uma continuidade entre o século XIII e o XIV, apesar das diferenças e em seguida de relativizar a visão deste século como sendo pura e simplesmente nefasto. Com efeito, no que tange à História das Ideias, o século XIV foi um século decisivo, no qual novas ideias foram propostas e no qual viveram e produziram a sua obra nossos dois intelectuais, Egídio Romano e D. Álvaro Pais, ainda que tenham nascido no século XIII.

Egídio Romano e a Plenitude do poder papal

Egídio Romano nasceu entre 1243 e 1247, em Roma, capital dos Estados Papais e centro espiritual da Cristandade, sob o nome de Egídio Colonna. Por muitos anos, os historiadores ficaram em dúvida se este sobrenome, Colonna, se referia ao pertencimento de Egídio a esta importante família aristocrática da cidade ou se referia ao bairro de seu nascimento. A Polêmica é importante, pois ajudaria a lançar uma luz mais clara sobre a personagem, pois a família Colonna foi, no geral, inimiga de Bonifácio VIII, principal patrono de Egídio. A maioria dos estudos recentes, inclusive o da brasileira Eliane Veríssima de Santana, posiciona-o como tendo nascido nesta região e não como sendo membro do clã nobre (SANTANA, 2020, pp. 437-438). De qualquer modo é impossível termos certeza.

Após seu nascimento, Egídio entrou para a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, ordem mendicante, tal qual a de D. Álvaro (SANTANA, 2020, p. 438) e rapidamente se destacou em seus estudos, indo estudar primeiro no *studium* da ordem em Paris e depois, na universidade, renomada, desta mesma cidade central do reino de França. O século XIII viu o desabrochar definitivo das universidades na Europa e do método de estudo escolástico, baseado nos comentários à bíblia e ao livro das sentenças de Pedro Lombardo, no campo da teologia e à glosa de Acúrsio, no campo do Direito (ECO, 2017, pp. 319-325). A partir desta época e cada vez mais, até os dias de hoje, os intelectuais seriam formados dentro dos quadros universitários. Também D. Álvaro, o será, como vemos mais abaixo.

Na universidade, Egídio foi discípulo de São Tomás de Aquino, mestre que exerceu grande influência sobre seu espírito, de modo que na maior parte de sua filosofia este adotou, ao lado do comentário bíblico e das convicções cristãs, parte fundamental do arsenal mental da grande maioria dos pensadores medievais, como bem demonstrou Gilson (GILSON, 2020, pp. XV-XXII), o pensamento de Aristóteles. Isto lhe gerou problemas, pois parte de suas teses fizeram parte daquelas condenadas pelo bispo de Paris, Étienne Tempier em 1277 (SANTANA, 2020, p. 438)

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

e este só pôde voltar aos estudos com a ajuda do papa Honório IV. Em 1294, o papa Bonifácio VIII o nomeou arcebispo de Bourges.

Egídio Romano é dono de uma obra altamente diversa, neste trabalho, destacaremos sua obra política que é dividida em duas obras principais, o *De Regiminem Principum* que foi escrita para servir de instrução a Filipe IV, O Belo (r. 1284-1315), seu aluno e, já no início do século XIV, o *De Ecclesiastica potestate*. Enquanto o primeiro é uma obra de forte cunho aristotélico, inserido na tradição de espelho de príncipes, a segunda obra marcou o tempo como uma das primeiras, senão a primeira, sistematização filosófica da teoria hierocrática.

Com efeito, a hierocracia, enquanto um princípio jurídico e político do papado que defendia a sua supremacia frente aos demais poderes da Cristandade, já existia antes da escrita da obra egidiana, porém, ao sistematizá-la, ele permitiu a formação de toda uma escola de pensamento hierocrática, escola da qual, também D. Álvaro, fará parte. As razões para esta realização, por parte deste nosso pensador, estão na séria disputa política que a partir do início do século XIV, opôs o papado a muitos dos poderes temporais, particularmente, entre seu ex-aluno, Filipe IV e o papa Bonifácio VIII, ambos já citados neste capítulo. Uma vez que o rei francês avançava sobre a colação dos benefícios, os dízimos e as imunidades jurídicas eclesíásticas (MARTIN, 2008, pp. 531-538), o papa se via forçado a defender a Igreja e confiou a Egídio a escrita de uma obra que justificasse as suas prerrogativas de acordo com o saber da época.

O *De Ecclesiastica Potestate*, assim, se propõe a realizar esta sistematização dentro da fôrma das reflexões já anteriores de Egídio, ou seja, se ele se trata de um tratado de augustinismo político, que vê na política ao mesmo tempo um remédio para o pecado e uma consequência deste e, portanto, faz numerosas referências à bíblia e a seus comentadores, nem por isso ele deixa de lado o mais recente saber aristotélico (SANTANA, 2020, p.441). Assim diz Egídio¹:

Também, nós diremos, conforme nós fazemos referência a uma outra ciência o correto [ou seja, a norma] é o juiz tanto de si mesmo e do que desvia dele. Pois nós vemos com referência aos sentidos que, em todos os casos, o que é correto julga todas as coisas corretamente e o que não é correto não as julga corretamente(...) mas aquele que tem uma mente saudável e um apetite bem disposto e que é zeloso, ou seja, bom e santo e espiritual julgará todas as coisas corretamente, uma vez que foi elevado de todas as considerações terrestres; e ele será julgado, condenado, por ninguém. Pois está escrito em *Ética 3* que o homem zeloso julga cada classe

¹ Todas as passagens da obra de Egídio foram traduzidas por nós da língua inglesa, uma vez que, o exemplar em nossa posse está nesta língua.

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

das coisas corretamente e a verdade aparece para ele em cada uma (ROMANO, 2004, pp. 7-9).

Logo, após um prólogo no qual Egídio reafirma a santidade da posição papal e a verdade da hierocracia a partir da fé, ele se usa de um longo argumento proveniente dos livros de Aristóteles para defender que aquele que melhor julga, é aquele que é um homem espiritual, pois está conectado às coisas do alto e não às coisas da terra. Nosso filósofo romano complementarà isto mais abaixo, ao defender que estes homens espirituais, necessariamente seriam, na maior parte das vezes, clérigos, pois estes seriam, mesmo com suas falhas, guiados pelo Espírito Santo de Deus, e portanto, teriam uma maior capacidade de distinguir o certo do errado do que os homens leigos, como vemos abaixo:

(...) Pois estas pessoas são guiadas pelo Espírito Santo de Deus e são filhas de Deus e não importa o quão ignorantes elas possam ser sobre o curso das estrelas, e sobre as proporções da geometria e sobre as belezas da lógica, estas pessoas não obstante entenderão as coisas que são necessárias para a Salvação delas. Pois a “unção”, ou seja, o Espírito Santo, os ensina todas as coisas e especialmente àquelas necessárias à Salvação (ROMANO, 2004, p. 9).

Portanto, se o homem correto julga corretamente todas as coisas e se os clérigos julgam melhor do que os leigos, pois o Espírito Santo os guia através da unção quando da ordem, daí advém que, necessariamente, o papa julgaria melhor do que todos os demais, pois é o maior dos sacerdotes e aquele que seria o mais espiritual já que é o mais próximo de Deus, de acordo com a teologia católica.

Os argumentos egidianos para a defesa da hierocracia, no entanto, não param nestas relações causais e lógicas, mas também se expande para incluir argumentos analógicos de comparação entre o poder papal e a organização da sociedade cristã e a própria disposição dos cosmos, deste modo, ele dirá mais à frente que:

E assim, como no universo em si mesmo, toda substância corporal é governada por uma espiritual-pois os céus que são superiores entre todos os seres corporais e que tem influência sobre todos os corpos são, eles mesmos, governados por substâncias espirituais, que são as inteligências que os movem, assim também entre os fiéis todo senhor temporal e todo poder terreno deve ser regido e governado pelo poder espiritual e eclesiástico e especialmente pelo sumo pontífice que carrega o ápice do poder. Mas o pontífice em si, deve ser julgado apenas por Deus (ROMANO, 2004, p. 27).

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

Deste modo, Egídio Romano estabelece um sistema filosófico de hierocracia baseado em argumentos lógicos, causais, analógicos e cosmológicos, é como se para ele, a hierocracia fizesse parte da própria criação e deste modo, ir contra ela, é ir contra a criação divina. De fato, em outras partes do texto, nosso filósofo demonstra como esta já era presente mesmo no tempo dos judeus antigos, uma vez que neles, o sacerdócio teria precedido a realeza. Além disso, o seria em qualquer sociedade humana, já que o próprio Noé (ROMANO, 2004, p. 281) teria realizado um sacrifício a Deus antes do primeiro rei, Nemrod, aparecer sobre a face da terra (ROMANO, 2004, p. 281). Logo, o bom rei, o bom senhor temporal aceitaria a hierocracia e governaria de acordo com seus parâmetros, não de acordo com a ideia de que seu poder viria diretamente de Deus, sem intermediários, isto só poderia levar a uma inversão da ordem querida por Deus e, portanto, ao pecado.

Pensador que ainda merece mais estudos, do ponto de vista da História das Ideias, Egídio Romano soube realizar uma síntese, em sua principal obra política, tanto de argumentos aristotélicos quanto augustinianos, platônicos e jurídicos (SANTANA 2020,p.441), como soia ser comum entre muitos das principais figuras letradas de sua época (ECO, 2017, pp. 361-370). Apesar de certas desconfianças contra Aristóteles em meios de augustinismo político, não se refutava usá-lo quando se considerasse que o argumento era bom, mesmo que de modo a não citá-lo diretamente, o mesmo valendo para o Tomismo, como tivemos ocasião de analisar (COSTA, 2021, pp. 113-127). Esta primeira síntese, serviu de base para toda uma escola hierocrática de pensamento que além de Egídio Romano, incluiria D. Álvaro Pais, Augustinho Triunfo e Tiago de Viterbo. Será a D. Álvaro Pais, frade galego, “hispano de nação” e bispo de Silves em Portugal que tratará a próxima parte deste texto.

Álvaro Pais e as tensões políticas entre a Igreja e o Estado

Álvaro Pais nasceu em Salnés, na Galiza, em 1275 e esteve em numerosas cidades e regiões da Europa, mas permaneceu longo período em Portugal, onde foi nomeado Bispo, e onde elaborou ou revisou as suas principais obras², o *Estado e Pranto*

² Além dos tratados, Álvaro Pais escreveu Cartas e Opúsculos: Epistolae: ed.: V. Meneghin Scritti Inediti di Fra Alvaro Pais. Lisboa, 1969; Gradus humilitatis = Epístola 25, ed. V. Meneghin Scritti Inediti di Fra Alvaro Pais. Lisboa, 1969, p.166-169; Sermo de visione beatifica (1333, perante o papa João XXII, obra perdida); Tractatus de fide, algumas obras de autoria discutida, sem data precisa ou perdidas: Commenterium in quator libros Sententiarum (obra perdida); Quaestiones quodibetales; Quinquagesilogium (seu Sermones); Tractatus contra ismahelitas, mauros et arabes; Tractatus de sacrilégio e uma obra espúria: Commentarium in Matthaum (?) – obra atribuída ao Frei por mão recente

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

da Igreja (de 1330 a 1332), o *Espelbo dos Reis* (1331-44) e o *Colírio da Fé contra as Heresias*, considerado um catálogo de heresias enquanto o *Estado e Pranto* e o *Espelbo dos Reis* se destacam pelo caráter eminentemente político, podendo ser analisados, inclusive sob o ponto de vista jurídico.

O *Estado e Pranto da Igreja*, escrito a pedido do Papa João XXII (1316-34) “o reverendíssimo e santíssimo senhor papa Dom João XXII, de Cahors” (PAIS, 1988, v. I, p. 333) na cidade de Avinhão “onde ele então residia com a sua verdadeira cúria – sucessor do apóstolo S. Pedro e vigário de Nosso Senhor Jesus Cristo” (PAIS, 1988, v. I, p. 333)

Nesta obra, as teses do Bispo estão expostas em 93 artigos, divididos em duas partes. Na primeira parte, considerada o núcleo principal de suas ideias, *status ecclesiae*, em 70 artigos distribuídos em três volumes (livro I) (BARBOSA, 1988), D. Álvaro trata de temas como os pecados dos eclesiásticos, os limites da atuação pontifícia, a unidade da Igreja e a supremacia do poder espiritual sobre o temporal bem, como a questão de Avinhão e os cismáticos e problemas em torno da cisão da Ordem Franciscana e a condenação dos espirituais, dentre outros. A segunda parte.

A segunda parte (livro II), *planctu ecclesiae*, é composta de cinco volumes, com 23 artigos nos quais o Bispo expõe assuntos como o estado moral das dignidades eclesiásticas, incluindo o Papa e do corpo eclesiástico (cardeais, bispos, e o baixo clero), trata dos vícios cometidos pelos laicos - imperadores, reis, dignidades seculares, e demais membros da sociedade além de abordar o tema da regra franciscana, da pobreza evangélica e da obediência.

O Bispo relata o “estado de pranto” no qual se encontra a Igreja devido, tanto ao desrespeito dos monarcas às prerrogativas clericais, quanto a determinadas práticas e atitudes de alguns prelados. Da mesma forma, versa sobre a organização da sociedade medieval, estabelecendo os parâmetros para sua organização, para manutenção da paz, ordem, justiça.

Nesse sentido, esclarece o Bispo,

Primeiro, com a proposição de Aristóteles, Política, VII, ao afirmar que em qualquer polícia (sociedade) uma, perfeita e feliz, seja de um reino seja de uma cidade, são necessárias seis coisas: a saber: a classe dos lavradores, para haver alimentos; os artífices, nos quais compreende todos os mercenários, ou seja, os que trabalham por salários; os homens de guerra, para reprimir os rebeldes de dentro e defender dos atacantes de fora; a abundância de dinheiro para prosseguir as oportunidades bélicas; o

no Manuscrito Paris, BNF, lat. 12024 ff.1-65 [sec. XV]. BARBOSA, J. M. Álvaro Pais. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1992.

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

sacerdócio para o culto dos deuses; e os juízes que são extremamente necessários para reger e dirigir os cidadãos (PAIS, 1988, v. I, p. 505).

O *Espelho dos Reis*, considerado um grande resumo das teses expostas no Estado e Pranto é um manual pedagógico inscrito na literatura dos espelhos de príncipes, e articula prerrogativas cristãs do bom governante aos ideais ciceronianos e aristotélicos. No *Espelho*, o Bispo defende um modelo de governante que tem na educação para o ofício régio a salvaguarda da boa governança, da harmonia na sociedade medieval, do bem comum pois o “bem e a felicidade de uma sociedade está na conservação da sua unidade que se chama paz” (PAIS, 1955-56, v. I, p 161).

Franciscano, D. Álvaro estudou Direito Civil e Canônico na Universidade de Bolonha, tendo como professor Guido de Baisio, a quem se refere como “meu mestre Arcediago” (PAIS, 1988, v, I, p. 537) e acredita-se que tenha lecionado naquela universidade ao menos até 1304, quando ingressou na Ordem dos Frades Menores (BARBOSA, 1992).

A cartas trocadas entre Álvaro Pais e Ângelo de Clareno (1247/48-1337), a respeito de questões sobre a Regra franciscana, situam o Bispo na Umbria, por volta de 1328 (ALMEIDA, 2004). No ano de 1330, Álvaro Pais estava em Avinhão, como penitenciário do Papa João XXII (1316-34), cargo que ocupa até 1332. Em junho de 1332, é nomeado Bispo de Corona e no ano seguinte é transferido para a diocese Silves, onde permanece até fugir para Sevilha, em 1349 (BARBOSA, 1992; SOUZA, 2004).

Em seus escritos, o Bispo deixa claro seu posicionamento sobre grandes questões de seu tempo, explicando que ao longo de sua própria obra mostrará “o poder da Igreja Romana e a autoridade e jurisdição do predito senhor Papa João e de qualquer outro legítimo pontífice romano. Por eles, se verá claramente que o predito Bávaro, infiel e cismático, procedeu, de facto e indevidamente, contra o dito senhor Papa João” (PAIS, 1988, v. I, 9. 505).

A respeito da questão do papado em Avinhão (BASCHET, 2006, p. 251), o Bispo está claramente ao lado de João XXII, contra “o intruso Luis da Baviera, que procede como imperador e foi sentencialmente condenado por seus crimes como cismático e herético pelo dito Dom João verdadeiro papa, introduziu-o à força do apostolado da predita santa sé de Pedro, com o título de Nicolau V” (PAIS, 1988, v. I, p. 333). Da mesma forma, se opõe ao cismático, Pedro de Córdoba, “apóstata da Ordem dos Menores, a quem chamo Corvino, porque como corvo se alimenta da morte resultante da divisão cismática (...), e porque como corvo e ladrão se sentou furtivamente na sé de Pedro e não temeu usurpar o lugar do predito senhor papa João em vida deste (...)” (PAIS, 1988, v. I, p. 333).

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

Como apoiador de João XXII, D. Álvaro esteve em Roma em 1328, reunindo-se com o antipapa apoiado pelo imperador e por isso também foi obrigado a sair de Monte Campatri, na ocasião da entrada do imperador. Em Portugal, ao defender os interesses e a autoridade da Igreja, seja na redação de suas obras ou nas cartas endereçadas a Afonso IV, D. Álvaro também se envolveu em conflitos com o rei.

A natureza desses conflitos está estreitamente relacionada às definições do Bispo sobre a hierarquia dos poderes temporal e espiritual na sociedade medieval, e numa escala maior e mais objetiva a organização da própria sociedade, definindo lugares, funções e importância de cada um dos membros. Desta forma, “a sociedade deve ser governada da mesma forma que “a cabeça tem o governo do corpo” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 163). O Papa, vigário de Deus, se encontra no ápice do poder espiritual e temporal e deve ser obedecido pelo Rei e seus súditos (PAIS, 1955-56).

Nesses termos, Roma é definida como a cabeça da Cristandade, da mesma forma que “o papa, vigário universal de Deus, é, na fé de Cristo, o monarca de todo o mundo e a cabeça dos fiéis” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 45). Constituído pelo senhor como príncipe e juiz de tudo (PAIS, 1988, v. I, p. 385), “o papa é ou deve presumir-se santo, e, por isso, muitíssimo se deve presumir em seu favor que procede e vive santa e justamente, e evita o contrário. (...) Realmente, não é de presumir que faça coisa diferente da que faria Cristo ou Pedro, cujo vigário é e sucessor.” (PAIS, 1988, v. I, p. 387). Como juiz, “ao sumo pontífice compete conhecer os actos humanos, julgar e corrigir os costumes, e infligir penas.” (PAIS, 1988, v. I, p. 515).

A retidão da ação pontifícia deve, destaca o Bispo, se refletir em toda Igreja, sobretudo na ação dos prelados, dos quais requer-se prudência na ação e sabedoria coisas divinas. Na consagração dos bispos, se inquire deles se conhecem o Novo e o Velho Testamento e também se sabem governar a sua casa e isto porquê se espera que “os prelados exerçam não só a vida contemplativa, mas também a activa” (PAIS, 1988, v. I, p. 519), de tal forma que pratiquem a oração e a contemplação, mas sobretudo estejam junto das multidões.

Com a plenitude do poder nas coisas espirituais, o sumo pontífice tem também o poder nas coisas temporais e corporais. Mas, como precisa dirigir prioritariamente as coisas espirituais, o sumo pontífice, “primeiro e supremo príncipe que dirige plenamente toda a sociedade cristã em todos os aspectos” (PAIS, 1988, v. I, p. 517) outorga aos dirigentes e senhores temporais que renasceram nas águas e no Espírito Santo o governo das coisas seculares.

Como representantes do Cristo e depositários da Igreja de Pedro, os pontífices “ungem e abençoam os reis católicos, invocando sobre eles a graça do Espírito Santo (...). e nesta unção recebe o rei, do Espírito Santo, a prudência de governar, que é a recta razão das coisas agíveis” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 41). Assim, com o dom especial

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

do Espírito Santo, e a graça conferida por Deus através do batismo, os governantes podem adquirir a prudência e sabedoria para reger o povo cristão.

Porém, é preciso considerar que o Bispo não tencionava apenas teorizar sobre os poderes, sobre a hegemonia pontifícia, ou sobre a organização da sociedade e atuação de seus membros. Mais do que isso, a redação de suas obras aponta para sua intenção de sugerir práticas e intervenções régias e episcopais as quais resultariam no bem comum.

No que respeita aos governantes temporais, o Bispo estabelece a monarquia como forma ideal de governo e dedica-se, sobretudo no *Espelho dos Reis*, a enumerar as virtudes, características e ações desejáveis ao rei cristão que deve elevar o reino terrestre à categoria de reino celeste. A obra se inicia com a dedicatória a Afonso XI, “generosíssimo e vitoriosíssimo Senhor, príncipe e rei dos Visigodos, vigário terrestre de Cristo na província de Bética e terras circunjacentes, e nos dilatados reinos de Espanha, campeão católico e defensor da fé ortodoxa de Jesus” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 5).

Em seguida, D. Álvaro destaca a utilidade e a importância de sua compilação, “colírio com que possas ungir teus olhos reais interiores (...) e o espelho em que assiduamente te contemples, confessando que a ti, meu Senhor natural, e afectuosissimamente dilecto, nada de mais precioso e mais durável possa oferecer” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 5).

Nos dois volumes do *Espelho dos Reis*, inúmeras são as referências às Sagradas Escrituras, - tradição neo e vetero testamentária bem como aos pensadores hierocratas e aos filósofos da tradição clássica com o objetivo de ensinar e justificar as virtudes fundamentais aos monarcas (COSTA, 2005).

O Bispo recorre, também, aos argumentos do Direito Canônico e assim, acredita influenciar a preparação e instrução não apenas de Afonso XI, mas também dos príncipes da Cristandade na diversidade de temas, funções, virtudes e ações que compõem o ofício régio e são necessárias à boa governança, destacando que “o principal e precípua acto do poder régio é julgar” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 93). E para exercer a justiça, recompensando os bons e punindo os maus, cabe aos reis estabelecer leis, “pois que é de sua função o julgar ou então aceitar e promulgar as leis estabelecidas por outrem, e induzir e compelir, com admoestações medo do castigo e promessa de prémio, à sua observância. Por essa razão, os reis chamam-se legisladores” (PAIS, 1955-56, v. I, p. 95).

Ora, a redação das obras de Álvaro Pais se dá justamente no contexto de afirmação das monarquias e aumento das estruturas burocráticas e administrativas no qual a figura do príncipe passava a concentrar em torno de si as funções administrativas, legislativas e judiciárias, além da função militar (BASCHET, 2006;

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

OLIVEIRA MARQUES, 1986). Esse é também o cenário do renascimento do direito romano, vinculado à criação das universidades (CHIFFOLEAU, 2002), as quais são consideradas espaço de construção e preservação de saberes, de conhecimento e de ensino, mas também como um ambiente onde se manifesta o poder, mediado pelas relações políticas. Nas universidades, estão os intelectuais qualificados que poderiam estar à disposição da Igreja ou do Estado e os governantes passam a buscar em suas cadeiras os membros de seus quadros administrativos (VILAR, 2015).

Se, por um lado, as teses do Bispo versavam sobre as diretrizes da organização da sociedade, por outro, pretendiam, através de certa doutrinação das ações régias manter, dentre outras questões, determinados privilégios e benefícios episcopais. Mas, em grande medida as práticas governativas do príncipe ideal, cristão e justo definido quer no *Espelbo*, quer no *Estado e Pranto*, concorriam para o fortalecimento da monarquia e também esbarravam na manutenção dos privilégios e prerrogativas senhoriais e episcopais (VENTURA, 1997). Esta foi, sem dúvida, uma das grandes batalhas do Bispo de Silves e não apenas do ponto de vista teórico.

É certo que o Bispo escrevia dirigindo-se a toda a Cristandade, considerando que o processo de consolidação das monarquias nacionais sobre as feudais incluiu uma atuação mais forte contra os poderes do clero e suas imunidades, devido ao seu peso socioeconômico e político, do que contra a nobreza (OLIVEIRA MARQUES, 1986; GUENÉE, 1981). Mas, também é possível afirmar sobre sua articulação com os monarcas da península ibérica, considerando a dedicatória a Afonso XI de Castela e os embates com Afonso IV (1325-57) de Portugal, os quais teriam chegado as agressões físicas a D. Álvaro, levando-o a fugir pra Sevilha, onde morreu entre 1349-51 (BARBOSA, 1992; SOUZA, 2003).

A diocese de Silves, onde D. Álvaro era Bispo desde 1333, sofreu com a sobretaxação após a guerra contra Castela e até com confiscos de bens eclesiásticos. D. Álvaro defendia a monarquia como forma ideal de governo e a supremacia do rei nos assuntos temporais, mas defendia, sobretudo, que o monarca preservasse as liberdades e os privilégios da Igreja.

Mas, o processo de centralização administrativa posto em desenvolvimento por Afonso IV atuava justamente para reduzir e extinguir os poderes e direitos episcopais, atuando muitas vezes de forma abusiva nas dioceses portuguesas, especialmente em Braga, Porto e Silves (VILAR, 2010). Essa atuação incluía a substituição dos prelados nos cargos administrativos, progressivamente ocupados pelos juristas e intelectuais oriundos das universidades, além da interferência régia na escolha dos bispos para as dioceses e, finalmente, a retirada de imunidades e privilégios (VENTURA, 1997; VILAR, 2010). E tudo isso causava imensa satisfação ao Bispo de Silves, cujas obras pretendiam influenciar os monarcas e restaurar a ordem ideal da

sociedade, onde prevaleceriam a paz, a justiça e a manutenção das prerrogativas episcopais.

Considerações Finais

No contexto do fortalecimento das monarquias tardo medievais, priorizou-se a análise das ideias políticas de dois pensadores cuja formação e atuação no cenário dos embates entre a Igreja e a monarquia merecem destaque.

A partir do estudo das obras de Egídio Romano e Álvaro Pais identificou-se a trajetória dos autores nos meios político-sociais e nas universidades, demonstrando-se assim, perfeita articulação de suas teses com o cenário das transformações em questão, sobretudo aquelas ligadas ao processo administrativo e normativo/legislativo próprios da afirmação das monarquias tardo-medievais.

Em relação a Egídio Romano, como já vimos, este pensador se usou deste ambiente universitário e de seus conhecimentos de Aristóteles, direito, Santo Agostinho e de seu mestre, São Tomás de Aquino, para formular a primeira defesa filosófica e sistemática da hierocracia, frente a um poder monárquico capetíngeo na França que, representado por Filipe IV, O Belo, pretendia subtrair poderes às jurisdições eclesiásticas e ao papa, não muito diferente do que acontecerá no reinado de D. Afonso IV em Portugal, na época de D. Álvaro.

Também vimos como ele pode ser considerado, portanto, o fundador da escola hierocrática de pensamento em termos filosóficos, ao qual se oporá tanto uma escola a favor de uma relação equilibrada entre os poderes temporais e eclesiásticas quanto uma outra, a favor de que o poder eclesiástico seja totalmente submisso ao poder temporal. Neste último caso, o seu principal representante será Marsílio de Pádua. Deste modo, podemos expandir a afirmação do historiador brasileiro, José Antônio de Souza, que dizia que os anos que vão da ascensão de Filipe IV, O Bávoro, ao trono imperial (1314) e à sua morte (1347), representariam o último e mais relevante momento de disputa na Idade Média entre o poder imperial e o papal, para ao menos, toda a primeira metade do século XIV e incluir neste bojo não só estes dois poderes universais, mas também, aquele cada vez mais presente, das monarquias territoriais que se arrogavam nacionais e das dioceses e das igrejas locais como um todo, que em última análise, eram partes constitutivas e basilares do poder do papa.

É inegável que a primeira metade deste século, viu novos desenvolvimentos na formação e consolidação destas monarquias, apesar das crises e da visão deste século como um de retração, os quais os reinados de Filipe IV, O Belo na França (r.1285-

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

1314) e de D. Afonso IV em Portugal (r.1325-1357) são apenas alguns exemplos marcantes. Exemplos estes, os quais os nossos autores tiveram de lidar diretamente.

Em relação a Álvaro Pais, é interessante observar não apenas como suas propostas de organização social e atuação régia se baseiam fundamentalmente em prerrogativas cristãs, mas como elas estão perfeitamente articuladas com as alterações que estão em curso e, mais do que isso pretendem realizar essa intervenção. São as nuances dos desdobramentos de cada uma dessas esferas, entre a teorização de um príncipe ideal e a prática governativa que se situam questões tão interessantes de análise do tema do poder e das ideias políticas.

Álvaro Pais constrói uma imagem de rei legislador, instruído e educado para o exercício da governança, que se cerca de um corpo administrativo, igualmente preparado para o desempenho dessa função. Ora, Afonso IV se encaixa perfeitamente nesse modelo.

A historiografia situa o governo afonsino num período de “amadurecimento” da produção normativa da monarquia portuguesa com o enquadramento do território em circunscrições – as comarcas, bem como o aumento dos ofícios das governações régias (tabeliães públicos, corregedores de comarca, sobrejuizes, corretores, ouvidores) e da burocracia de Corte e respectivas taxas que lhes é característica. Destaca também, que o aumento da produção legislativa correspondeu a uma crescente utilização dos atos escritos, nas Chancelarias, e a conseqüente construção de um organograma dos serviços e ofícios da governação régia e concelhia, com notório destaque para as questões referentes às instituições do governo central.

Mas, todo esse processo de centralização de poderes inclui, invariavelmente a extinção dos privilégios episcopais que desagrada ao Bispo, enfraquece a Igreja. Os escritos de D. Álvaro refletem sua desaprovação, mas são também esforços emocionados em defesa daquela ordem que mantém a supremacia episcopal que caminhe ao lado do poder régio constituído, ambos atuando em parceria pelo bem comum e não se desgastando em disputas ou oposição.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. C. R. de. **“Da Palestina a Europa: trajecto de um livro de formação monástica”** In: . Península. Revista de Estudos Ibéricos, n. 1, 2004.

BARBOSA, J. M. Álvaro Pais. **Lisboa**/São Paulo: Editorial Verbo, 1992.

BASCHET, J. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América.** São Paulo: Globo, 2006.

CHIFFOLEAU, J. **“Direito”.** In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Coord. de tradução Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1

ECO, Umberto. **A Idade Média.** Vol3. Castelos, Mercadores e Poetas. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017

GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

GUENÉE, B. O. **Ocidente nos séculos XIV e XV – os Estados.** São Paulo: Editora Pioneira:

LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. (coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Coordenação de tradução Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 1.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV.** SERRAO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.) **Nova História de Portugal**, v. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

PAIS, Frei Álvaro. **Espelhos dos Reis.** Estabelecimento do texto e tradução e Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-56, 2 v.

PAIS, Frei Álvaro. **Estado e Pranto da Igreja.** Estabelecimento do texto e tradução de Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988-1998. 8 v.

ROME, of. Gilles. ***On Ecclesiastical Power.*** New York: Columbia University Press, 2004.

SANTANA, de V. Eliane. **“Egídio Romano”** In SOUZA, de Q. Guilherme; NASCIMENTO, de S. Renata. **Dicionário: Cem fragmentos Biográficos: A Idade Média em trajetórias.** Goiânia : Editora Tempestiva, 2020, pp. 437-445.

A História Através da História

COSTA, Carlos Thadeu Freire da Costa; FREITAS, Sabina dos Santos Costa.

SOUZA, J. A. de C. R. D. Álvaro Pelayo O. **Min y D. Afonso IV de Portugal y las relaciones de poder.** 2003.

SOUZA, J.A. de C.R. D. **As Relações de Poder na Idade Média Tardia:** Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham. Porto/ Porto Alegre: Editora da Universidade do Porto/ ETS Edições, 2009.

SOUZA, J. A. de C. R. de. **¿Un fillo de Gómez Chariño?** Álvaro Pais; traxectoria e promoción ao episcopado. In: Revista Galega de Ensino, n. 44, pp. 177-197, nov. 2004.

VILAR, H. V. “Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séc. XIII-XIV)”. In: **Revista do Arquivo Municipal de Loulé**, n. 15, 2015, pp.78-87.

VILAR, H. V. “No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos.” In: **Lusitânia Sacra**, n. 22. 2010.

A DOENÇA, A CURA E O SAGRADO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS TERAPÊUTICOS NA VITA CAESARII (549)

Marcos Pedrazzi Chacon*

Introdução

A temática da doença e as formas de se obter a cura se encontram no cerne das preocupações do homem medieval. Como salientam alguns autores, como Van Dam (1993) e Klingshirn (2020), o mundo da Alta Idade Média era marcado por um quadro de precariedade, insegurança e incerteza, de forma que um clima irregular poderia ocasionar perturbações (ou mesmo a ruína) para as colheitas, gerando uma situação de fome e penúria generalizada. Do mesmo modo, más condições de habitação e alimentação poderiam levar a quadros de enfermidade, capazes de subtrair o indivíduo do processo produtivo e, em consequência, retirar sua capacidade de prover o próprio sustento e o de sua família.

Destarte, pode-se assumir com relativa segurança que a habilidade em livrar alguém da doença, e da dor a ela associada, consistia em um saber fundamental para tal sociedade, um saber que se traduzia numa posição de poder e influência, capaz, inclusive, de afirmar ou criar relações de subordinação e dominação no seio da sociedade (VAN DAM, 1993).

Mas a quem se poderia recorrer no advento de uma enfermidade? A quais tipos de especialistas e/ou práticas? Refletindo sobre tais questões, Horden (2008) utiliza uma metáfora um tanto engenhosa, propondo ver o espaço da cura alto medieval como um “mercado”. Com tal metáfora, por um lado, o autor indica a disponibilidade simultânea de diferentes métodos e agentes da cura, assim como a existência de competição entre eles e, por outro, demonstra o papel do enfermo no processo de escolha e a atribuição de uma hierarquia entre os diferentes modelos terapêuticos, enfatizando que esta não era predeterminada, mas sim sujeita ao agenciamento humano.

O relacionamento entre estes “sistemas terapêuticos”, como serão denominados a partir deste ponto, encontraram uma notável repercussão na produção

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas. E-mail: marcos_chacon@id.uff.br

literária do período, em especial, no que tange às Vidas (*Vitae*), narrativas hagiográficas, que se propunham a retratar a trajetória de vida, os feitos e os milagres dos santos, dentre os quais, grande destaque era dado àqueles relacionados à cura de moléstias.

Assim, tendo por base estas provocações iniciais, o presente trabalho, refletindo o atual estágio da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado (PPGH-UFF)¹ e sem pretender conferir um tratamento exaustivo ao tema, tem como proposta a realização de uma análise preliminar acerca das representações e do relacionamento entre os sistemas terapêuticos, tomando como objeto de estudo a Vida de Cesário de Arles (*Vita Caesarii*)². Para tanto, primeiramente, realizou-se uma breve contextualização de cunho histórico-político e religioso, objetivando situar a fonte trabalhada no seu contexto de produção e, ao mesmo tempo, estabelecer as balizas regionais e temporais da pesquisa, isto é, a Gália do século V e VI. Em seguida, tendo por base a bibliografia especializada, buscou-se aprofundar certas temáticas importantes para a pesquisa como um todo, delineando, assim, o panorama terapêutico alto medieval e as principais características das obras hagiográficas, em especial, das *Vitae*. Munido-se destas considerações, foram examinados excertos extraídos da *Vita Caesarii*, com foco para a atuação e relação entre os sistemas terapêuticos nela contidos.

Cesário de Arles e a Gália dos séculos V e VI

Por volta dos séculos V e VI, o Ocidente europeu viveu um período de intensas (e conturbadas) transformações. Junto ao esfacelamento da estrutura político-administrativa do Império Romano e o avanço das migrações dos povos germânicos, observa-se um período em que os bispos, aproveitando do vácuo de poder originado especialmente nas cidades, estendem seu poder e influência. Assumem, assim, paulatinamente a posição de principal autoridade urbana, concentrando poderes religiosos e políticos e englobando papéis como os de juiz, conciliador e protetor da

¹ No âmbito da dissertação, realiza-se uma análise sobre os discursos produzidos acerca da doença e os conflitos entre os sistemas terapêuticos, tendo por base: os sermões produzidos por Cesário de Arles, a *Vita Caesarii* (549), escrita por Cipriano de Toulon e outros autores, assim como as atas de concílios presididos por Cesário, tais como Arles (524), Carpentras (527), Orange (529) e Vaison (529). Para isso, utiliza-se como ferramenta metodológica a Análise do Discurso Crítica, filiada à Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, estabelecendo, no entanto, diálogos oportunos com a vertente da Análise do Discurso Francesa de Michel Pêcheux.

² Em relação às versões analisadas na presente pesquisa, utiliza-se a edição latina de Bruno Krusch (1896), denominada *Vitae Caesarii episcopi Arelatensis libri duo*, pertencente à coleção da *Monumenta Germaniae Historica*. Também se emprega a tradução para a língua inglesa feita por William Klingshirn (1994), denominada *The Life of Caesarius*.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

comunidade. Beneficiando-se das estruturas urbanas, os bispos assumiram funções administrativas vitais e atuaram enquanto um elemento unificador entre o mundo romano e o germânico (BASCHET, 2011).

Trazendo o foco para o aspecto religioso, como se pode avaliar tanto o estado quanto a abrangência da cristianização no contexto dado? Valendo-se dos ensinamentos de Bastos (2013), pode-se trabalhar com a noção de uma cristianização incompleta, restrita quase que exclusivamente aos meios urbanos, ao passo que os vastos contingentes da população rural campesina permaneciam como pagãos, arraigados a costumes e práticas tradicionais que, passados de geração em geração, eram conhecidos como a “religião dos pais” e entendidos como fundamentais para a reprodução da vida sócio-econômica (GIORDANO, 1983; BASTOS, 2009). Assim, deparando-se com esse universo de práticas e crenças estranhas ao cristianismo, muitas vezes designadas como sobrevivências pagãs, ou seja, vestígios de um passado remoto que remontam à Antiguidade Clássica, mas incompatíveis com a nova religião, a Igreja, sobretudo pela ação dos bispos e párocos, inicia seu programa de conversão e cristianização. Como caracterizam os autores, a cristianização consistiu em um processo pelo qual a Igreja “sai” das cidades e penetra nos campos, buscando, por um lado, requisitar para si o controle e a hegemonia das relações humanas com a esfera do sagrado e, por outro, hegemonizar a crença e a consciência dos crentes. (BASTOS, 2009; BROWN, 2013).

Dado estes desenvolvimentos, pode-se introduzir Cesário de Arles. Nascido no seio de uma família nobre galo-romana na cidade de Chalons-sur-Saône, Borgonha, por volta de 470, Cesário, ainda jovem (c. 488), deixa sua cidade natal buscando tornar-se um monge e ingressa no célebre Mosteiro de Lérins³. Tendo danificado sua saúde pela prática de mortificação excessiva, tal como a realização de jejuns rígidos e vigílias intensas, foi enviado a Arles para que se recuperasse. Lá, foi recebido sob o patronato do bispo Eônio de Arles que o ordenou ao diaconato e sacerdócio e, por volta de 499, nomeou-o como abade de um mosteiro masculino em Arles (KLINGSHIRN, 1994).

Com a morte deste por volta de 501, Cesário assumiu como bispo de Arles, apesar de enfrentar considerável oposição do clero local, desagradada por sua rápida ascensão. Radicado no importante centro urbano de Arles⁴, Cesário rapidamente

³ Conforme expõe Peter Brown (2013), fundado em 400 por São Honorato, o Mosteiro de Lérins foi um importante ponto de transmissão cultural, especializado no treinamento de indivíduos de origem nobre para a vida ascética e para o exercício do episcopado.

⁴ A cidade de Arles despontou, desde a segunda metade do século V, como a principal diocese do sul da Gália, em virtude de sua relevância político-econômica. De modo geral, a cidade funcionava como um centro administrativo, um porto fluvial, um mercado para gêneros alimentícios e produtos manufaturados, um ponto de coleta de rendas e taxas e sede episcopal, que controlava uma vasta província eclesiástica (KLINGSHIRN, 1994).

adquiriu grande prestígio e influência, sendo confirmado pelo Papa Símaco (exerceu o papado entre 498-514), em 514, como vicário papal e metropolitano sobre a Gália, o que lhe conferia a prerrogativa de supervisão geral dos assuntos eclesiásticos na Gália e Espanha e a de convocação de concílios. Nessa perspectiva, veio a presidir sínodos e concílios na Gália que versavam, sobretudo, acerca de questões litúrgicas e pastorais, tais como os Concílios de Arles (524), Carpentras (527), Orange (529) e Vaison (529) (KLINGSHIRN, 1994).

Dentro de 7 anos após sua morte, em 27 de agosto de 542, foi composta a *Vita Caesarii* (c. 549), a qual foi dividida em dois livros. No que concerne à autoria, foi escrita por cinco clérigos que o conheceram, estes sendo: Cipriano, bispo de Toulon entre c. 517-545 (considerado como o mentor e organizador da obra como um todo e principal autor do primeiro livro); Firmínio, bispo de Uzès entre c. 534-552; Vivêncio, de Sé incerta, mas que serviu como bispo entre c. 541-549; Messiano, um presbítero, que serviu como notário e entregador de correspondências do bispo; e Estefânio, um diácono que residia com outros clérigos na casa do bispo (KLINGSHIRN, 1994).

Fundamentação Teórica

O Panorama Terapêutico Medieval

Conforme evidenciado no introito, as temáticas da doença, saúde e cura são de grande relevância para os estudos no campo da História. Sua proficuidade foi exaltada por diversos autores, como Le Goff (1985), para quem, a doença constitui uma categoria capaz de colocar o historiador em contato com um amplo e complexo conjunto de crenças e práticas que envolvem as relações dos homens entre si e com o mundo à sua volta, sendo especialmente útil para a compreensão do universo mental e das crenças do homem medieval. Em outra via de análise, Bastos (2009) observa a doença enquanto um importante *locus* de reflexão, acerca da qual são produzidos múltiplos discursos que perpassam as mais diferentes esferas socioculturais, como o poder, a ideologia e os mais variados aspectos da religiosidade.

No entanto, alguns cuidados devem ser tomados. Como infere Porter (2008), questões como a concepção e as percepções que se tem acerca da doença são dotadas de variabilidade a depender do período, temporalidade e grupos sociais observados. Não só isso, mas a própria doença pode ser vista de forma diferente pelos pacientes e pelos praticantes das artes médicas. Em consonância ao autor, Crawford e Lee (2010) observam a doença enquanto um constructo social, cuja definição está ligada a algumas

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

variáveis, como classe social, idade, gênero e etnicidade. Nesse sentido, as formas de interpretar e responder à doença, incluindo aí os modos de tratamento, possuem um viés cultural, devendo sempre ser vistas dentro de dado contexto social.

Partindo destes pontos, pode-se inferir acerca da doença no mundo alto medieval. Neste âmbito, Crawford e Lee (2010) apontam que a noção de doença não levava em consideração tão somente a ação de enfermidades sobre o corpo humano, incluindo desvios em relação a noções prévias da saúde, enquanto normalidade. Assim sendo, certos tipos de doenças e deficiências, reconhecidas socialmente como marcadoras de desvio, foram deliberadamente manipuladas e usadas com a finalidade de marginalizar, punir e excluir indivíduos enfermos. Em caráter complementar, Van Dam (1993) aponta que o conceito de saúde não era restrito apenas à saúde do corpo, mas também à da alma. Analisando a sociedade gaulesa do século VI, o autor infere que a doença era percebida, muitas vezes, como uma manifestação pública do pecado, resultado de transgressões às normas da comunidade. Nestes casos, o processo de cura requeria não tratamentos particulares, mas a confissão e perdão dos pecados que promoveriam, ademais, a reintegração social do enfermo.

Acerca das causas da doença, Giordano (1983) infere que a doença era socialmente vista como um mal provocado por uma vontade alheia ao indivíduo e introduzida no corpo por um agente externo. A visão clerical, por sua vez, não era muito diferente, associando essa “origem externa” a causas religiosas, de modo que as enfermidades poderiam advir do castigo divino pelos pecados cometidos, ou serem um sinal e manifestação da ação do demônio sobre uma pessoa, exercida diretamente mediante possessão, ou através de magias destrutivas, os malefícios, realizadas por outrem. Já, no caso da visão médico-erudita, a doença proviria do desequilíbrio humoral, como será melhor detalhado adiante.

Como foi visto, diante da ocorrência de uma moléstia, o enfermo poderia recorrer a todo um “mercado” de práticas e agentes da cura, cabendo-lhe agenciamento no processo de escolha. O que motivava esse processo de escolha? Com respaldo nos ensinamentos de Brown (1981) e Horden (2008), pode-se arguir que nenhum dos sistemas tem autoridade final no campo da cura, de maneira que o processo de escolha levava em conta critérios sociais e culturais que refletiam o *milieu* social do enfermo e as experiências compartilhadas de sua comunidade, assim como os tipos de relações humanas que se desejava mobilizar e replicar no processo de cura.

Diante do exposto, deve-se tecer algumas considerações acerca dos referidos sistemas terapêuticos, apreciados previamente em outro estudo (CHACON, 2021). Destarte, o primeiro sistema é aquele denominado como “eclesiástico”. Ele se encontra intimamente ligado à *reverentia*, conceito utilizado por Peter Brown (1981) para designar, mais que um modelo de interação com o sagrado, uma forma de

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

apreensão do mundo natural e de cooptação das forças nele ocultas. Nesse sentido, o comportamento reverencial implica em uma relação verticalizada com o sagrado e o sobrenatural, exigindo uma atitude específica de submissão, por parte do enfermo, aos desígnios celestes, isto é, a Deus, aos santos e à própria Igreja, responsável por ministrar os sacramentos. Este ato de submissão, por sua vez, requer do enfermo compromissos múltiplos, tais quais: a aderência a um determinado ritmo de vida (como a participação nas festividades litúrgicas e dos santos, a abstenção de certas práticas consideradas pecaminosas); dirigir sua atenção para locais específicos em que se possa sentir a *praesentia* dos santos (tais como os túmulos dos santos ou igrejas e santuários onde suas relíquias sejam guardadas) e buscar receber os sacramentos eclesiásticos. Assim, o sistema eclesiástico conta com seus próprios agentes: os padres e presbíteros, capazes de ministrar os sacramentos seguindo preceitos bíblicos e os santos e suas relíquias.

O segundo sistema terapêutico, denominado “popular”⁵, é aquele tomado como oposto ao eclesiástico, sendo frequentemente associado, pelos autores eclesiásticos, à realização de práticas consideradas pagãs ou supersticiosas, tais como: a utilização de amuletos; realização de práticas votivas dirigidas a árvores, rochas e fontes; interpretação de augúrios e práticas divinatórias, dentre outras. Tal sistema relacionava-se, por sua vez, à noção de *rusticitas*, comportando um tom pejorativo de rudeza, ignorância, negligência e descuido em relação aos preceitos que informam a *reverentia* (BROWN, 1981). Além disso, mesmo que muitas destas práticas pudessem ser realizadas pelo próprio enfermo, sem a intercessão de um especialista, o sistema popular contava com seus próprios agentes da cura, os quais correspondiam a diferentes categorias de “sujeitos astutos”, os quais era tomados como charlatães ou ajudantes do Diabo pelos padres e bispos. Assim, destacam-se em diferentes fontes, o recurso a uma série de agentes identificados por termos intercambiáveis, como adivinhos (*divini*), arúspices (*aruspices*), sortilégos (*sortilegi*), herboristas (*erbariae*), dentre outros⁶.

Por fim, o último sistema terapêutico diz respeito ao “médico-erudito”. Este possuía como agentes, por excelência, os *medici*, praticantes da medicina profissional, baseada na tradição terapêutica hipocrática-galênica. De forma resumida, esta tomava

⁵ Denominamo-lo “popular” por entender que ele constitui uma parte integrante da chamada cultura e religiosidade popular. Sua conceituação é alvo de intensos debates na historiografia. Contudo, filiou-se à corrente composta por autores como Gurevich (1993) e Jolly (1996), segundo os quais, a noção de popular adquire um aspecto interclassista, de modo que a religiosidade e a cultura popular consistiriam em crenças e práticas comuns à maioria dos indivíduos, independentemente de classe ou *status* social, e englobaria tantos aspectos da religiosidade formal quanto da folclórica.

⁶ Para uma discussão mais aprofundada, vide: Filotas (2005).

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

a saúde enquanto o equilíbrio das quatro qualidades primárias (quente, fria, seca e úmida), associadas aos quatro elementos (ar, água, terra e fogo) e aos quatro humores (sangue, bílis, pituíta e atrábilis), e, por sua vez, a doença era vista como a consequência da desarmonia e desequilíbrio de tais qualidades e humores (BASTOS, 2009). Todavia, como defende Giordano (1983), apesar de sua base “científica”, a prática da medicina profissional, assim como a farmacopeia utilizada (baseada, especialmente, em recomendações dietéticas e na aplicação de poções e unguentos compostos por extratos vegetais), era influenciada pela magia, sendo frequente a recomendação de amuletos, ligaduras e a recitação de fórmulas mágicas por parte dos médicos.

Considerações Sobre as Hagiografias

Dentre as fontes que apresentaram grande difusão pelo mundo europeu ao longo da Alta Idade Média, encontram-se as hagiografias. Veículos primordiais para a promoção do culto dos santos, mas também cumprindo funções alternativas, as obras hagiográficas permitem, ao historiador, um vislumbre sobre uma miríade de temáticas, ao passo que impõem alguns desafios particulares em sua análise. Estes têm início em sua própria conceituação, um tanto elusiva e marcada por controvérsias.

Assim, como observam diferentes autores, a hagiografia (“escrita sobre o sagrado”) constitui uma categoria vaga que reúne, sob sua alçada, diferentes tipos de documentos, de caráter narrativo ou não, tais quais: as *(i) vitae*, narrativas das vidas de santos que morreram pacificamente; *(ii) passionēs*, narrativas das vidas de santos que sofreram o martírio; *(iii) miraculae*, coletâneas de milagres *post mortem*, que ocorreram diante do túmulo dos santos e em outros lugares; *(iv) inventionēs*, os relatos de descoberta de relíquias; *(v) translationēs*, a transferências e instalação ritual das relíquias em um santuário, dentre outros (HALSALL, 2008; PALMER, 2018; HERRICK, 2020). Assim, pode-se dizer que o elemento comum aos diferentes textos hagiográficos seria o fato de lidarem com temáticas relacionadas à santidade e/ou aos santos. No entanto, como observa Palmer (2018), mesmo dentro da mesma categoria textual, hagiografias não são estanques, mas dotadas de grande variabilidade regional, de modo que os próprios padrões de santidade eram frequentemente adaptados aos contextos culturais e sociais de seus hagiógrafos (PALMER, 2018).

Partindo desse ponto, pode-se melhor explorar algumas das principais características das hagiografias e, especificamente, das *Vitae*. Como observa Birkett (2020), Vidas de santos constituem uma forma de literatura didática e promocional, cujo objetivo primário relacionava-se à edificação de uma audiência local e promoção do culto de um santo. Contudo, elas poderiam se prestar a outros fins. Por um lado,

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

cabe-se notar que as *Vitae* não registravam apenas as vidas dos santos, mas, dotadas de funções historiográficas, articulavam a história e a identidade das instituições e comunidades locais que os veneravam (BIRKETT, 2020). Esta posição vai ao encontro daquela de Klingshirn (1994), para quem a exaltação da imagem do santo espelhava no prestígio de toda sua comunidade e grupos que a ele se associavam. Outrossim, uma *Vita* também não se encontrava alheia a finalidades de cunho político, podendo ser utilizada como meio de se reabilitar bispos impopulares na tradição local, proteger seus apoiadores do ataque de facções rivais, resguardar direitos e privilégios ligados a um mosteiro, santuário e/ou igreja fundados pelo santo, defender reivindicações sobre propriedades, primazia jurisdicional ou mesmo sobre o exercício de direitos metropolitanos etc. (HALSALL, 2008; PALMER, 2018).

Ademais, na construção da imagem de um santo, seus hagiógrafos valiam-se grandemente de convenções, *topoi* e empréstimos retirados de outras *Vitae*. Com isso, objetivavam enquadrar a pessoa sendo promovida como santa dentro de uma tradição pré-estabelecida de santidade. Seu sucesso seria consumado caso a audiência da *Vita* fosse capaz de estabelecer uma forte semelhança entre aquele indivíduo e um corpo maior de santos conhecidos em cuja companhia deveria pertencer (HERRICK, 2020).

Agora, retornando à temática da doença, deve-se indagar: qual o valor das hagiografias em relação ao estudo dos sistemas terapêuticos? Para isso, pode-se valer dos ensinamentos de Flint (1989), segundos os quais, as hagiografias permitem uma análise acerca: do lugar ocupado pelo santo na devoção popular, diante de seu poder em providenciar a cura; das hierarquias sociais estabelecidas pelos hagiógrafos, que buscando mobilizar a devoção popular em prol do culto do santo, alçavam-no ao topo, em detrimento de outras figuras; de forma mais específica, das pressões e competições sociais pelo papel de curandeiro nessa sociedade, permitindo, assim, avaliar o relacionamento entre, como chama, os santos, os médicos e os encantadores. Em consonância à autora, Horden (2008) toma as hagiografias como verdadeiras “janelas abertas para o panorama terapêutico na Alta Idade Média”, argumentando que, apesar de serem parciais, visto seu objetivo de exaltar os feitos e milagres do santo, elas oferecem detalhes sobre as tentativas de tratamento empreendidas pelos enfermos antes de se voltarem à ajuda do santo.

Os Sistemas Terapêuticos na *Vita Caesarii*

Voltando a atenção diretamente para a narrativa hagiográfica, um primeiro ponto a se mencionar é que a *Vita Caesarii* foi dividida em dois livros. Como indica Klingshirn (1994), tal divisão teria sido feita de modo a tirar proveito dos interesses

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

particulares e capacidades de cada autor, os quais adquiriram diferentes tipos de conhecimento acerca de Cesário, baseado em suas posições sociais e interação com o bispo. Assim, os autores do Livro I (VC I), Cipriano, Firmínio e Vivêncio, que conheceram Cesário enquanto bispo e metropolitano, focaram seus escritos nos aspectos oficiais de sua carreira monástica e clerical, tais como sua juventude em Chalon, treinamento monástico em Lérins, liderança política em Arles, viagens para fora da diocese, feitos enquanto pregador, realizador de milagres e fundador de um mosteiro. A seu turno, os autores do Livro II (VC II), Messiano e Estefânio, retrataram Cesário como ele teria sido visto pelo clero local, narrando suas atividades públicas e locais, milagres, sobretudo de cura e exorcismo, viagens pelas paróquias rurais, momentos privados de conversas e ensinamentos, os sonhos e visões que o santo tivera em sua vida, além de descreverem os acontecimentos em torno de sua morte e funeral (KLINGSHIRN, 1994)

Em relação à representação dos sistemas terapêuticos, a partir da *Vita Caesarii*, pode-se avaliar tanto o sistema eclesiástico quanto o médico-erudito, não havendo menção por parte dos hagiógrafos das variadas “curas mágicas” relativas ao sistema popular, cujo estudo requer a análise complementar de outras fontes (como seus sermões) e, portanto, encontra-se além do escopo do presente trabalho. Dito isso, como se pode avaliar o sistema eclesiástico na Vida? De forma muito expressiva, este pode ser vislumbrado através das curas milagrosas operadas por Cesário, as quais constituem, inclusive, o tipo de milagre mais registrado pelos hagiógrafos, reforçando sua grande importância nesta sociedade.

Ao todo, são registrados na *Vita* quatorze milagres de cura⁷, aos quais podem ser adicionados outros três que assumem uma característica híbrida de exorcismo e cura (VC II, 18/19, 20 e 29), reforçando a noção de que a doença poderia ter origem sobrenatural. Tais passagens serão analisadas mais detalhadamente em um momento oportuno. Contudo, deve-se considerar alguns pontos: primeiramente, se considerarmos os dezessete, a maioria desses milagres foi realizada durante a vida do santo (13), seja mediante sua presença física ou através do contato do enfermo com um objeto ligado ao santo ou que lhe pertencia. Já, a menor parte dos milagres de cura foram realizados após a morte do santo, mediante o contato com as suas relíquias (4).

A implicação disso, como observou Klingshirn (2001), é que os milagres operados pelo santo em pessoa representam um sistema terapêutico centralizado, que apenas poderia ser realizado pelo santo, o qual se valia apenas das técnicas aprovadas e embasadas nas Sagradas Escrituras e em outras *Vitae*. Dentre elas, destacam-se a:

⁷ Estes são registrados nos capítulos: 39/40, 43, 47, 49 e 51 (VC I) e 2-4, 10-12, 13-15, 16, 25, 39, 40, 41 e 42 (VC II).

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

oração, unção com óleo consagrado, aspersão com água benta, imposição das mãos e realização do sinal da Cruz. Em contraste, os milagres realizados por suas relíquias⁸ representam um sistema descentralizado, de modo que, mesmo que os clérigos de Cesário controlassem o acesso à maioria de suas relíquias, eles não controlavam sua utilização quando esta parava nas mãos do enfermo. Um exemplo disso pode ser analisado no capítulo 25 (VC II), ocasião em que uma mulher aristocrata de Marselha, tendo seu pé deslocado, foi carregada por seus escravos até o local em que Cesário se encontrava. Após ser abençoada por ele, dirigiu-se ao seu cavalo e tocou a região ferida com o tecido que cobria a sela do cavalo, recuperando imediatamente a saúde.

Ademais, também se observa que grande parte dos milagres realizados por Cesário seguiu um determinado padrão ritual que, como sugerido por Klingshirn (2001), integrava semelhante. Este era dividido em cinco estágios: (i) um pedido por ajuda por parte do aflito, um de seus familiares ou mesmo seu senhor (no caso do enfermo ser um escravo); (ii) sua resposta que, via de regra, consistia de uma recusa inicial (de modo a evitar quaisquer acusações de arrogância e orgulho), mas que, mediante a insistência do requerente, passava a expressar seu consentimento em atender a demanda; (iii) o diagnóstico do problema, realizado pelo próprio santo ou delegado a algum de seus subordinados; (iv) a performance das ações rituais apropriadas (citadas acima) e; (v) o anúncio de um resultado positivo, tornando público para a comunidade a cura realizada.

No que tange ao sistema médico-erudito, este aparece representado, na *Vita*, por duas maneiras: primeiro, em um aspecto positivo e elogioso, por meio do qual as ações do próprio santo são comparadas direta ou indiretamente às dos médicos; segundo, em um aspecto não necessariamente negativo, mas diminuído, de modo que os médicos são colocados em um patamar inferior ao santo, seja por sua inabilidade em promover a cura ou porque, de alguma forma, foram sujeitados ao poder do santo.

No primeiro caso, tais passagens estão relacionadas aos capítulos 15, 17 e 20 (VC I). O caso do capítulo 15, em especial, é extremamente emblemático. Nele, são narradas as ações de Cesário após se tornar bispo. Como se sabe, durante e após o processo de sua eleição, Cesário teve que se defrontar com forte oposição local de clérigos descontentes com sua rápida ascensão, quando, possivelmente, havia candidatos com melhores credenciais. Como observa Klingshirn (2001), era comum e essencial para bispos eleitos em um contexto de grave oposição local, que passassem os primeiros anos do exercício de seu episcopado empenhando-se em restaurar a

⁸ Klingshirn (2001) considera como relíquias objetos pertencentes a Cesário ou que entraram em contato com seu corpo e que exibiam virtudes taumatúrgicas, sendo capazes de realizar milagres, tanto ao longo de sua vida quanto após sua morte.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

harmonia e o consenso. Este havia sido o caso do bispo Honorato de Arles (c. 350-429), antecessor de Cesário. Destarte, guiado por tal exemplo, Cesário, dentre outras ações, buscou se mostrar como um praticante assíduo das virtudes ascéticas oriundas de sua experiência monástica em Lérins e, assim o fazendo, foi comparado a um médico capaz de curar as enfermidades espirituais e impedir o surgimento de novas: “[Cesário] entregou-se completamente à Palavra de Deus, à leitura e à pregação constante: em verdade, tal qual um médico do espírito, que curava os vícios inatos das doenças e os prevenia de nascerem dos maus pensamentos”⁹

O capítulo 17 retrata, por sua vez, outras facetas da atuação de Cesário como bispo. Em particular, grande foco é dado ao modo de sua pregação e às temáticas por ele abordadas. Nesse caso, os hagiógrafos indicam que Cesário moldava sua pregação de acordo com o público, de modo a lhe oferecer o remédio mais adequado à sua moléstia, o que lhe comparava novamente a um médico:

Assim, proferia a pregação para que os bons incitasse à glória e os maus chamasse de volta por meio da pena. Como um bom médico, providenciava diferentes remédios para diferentes moléstias, oferecendo não algo que agradasse, mas, ao invés, o que curasse, não considerando a vontade do doente, mas desejando a saúde, propriamente, ao enfermo (VC I, 17, tradução nossa)¹⁰.

No capítulo 20, reforça-se o caráter patronal e a prática da caridade por Cesário. Nesta ocasião, a par de empregar recursos na libertação de cativos, na oferta de esmolas aos pobres e, inclusive, obter do rei visigodo Alarico II (reinou entre 484 e 507) imunidade de taxação às terras da Igreja em Arles, Cesário demonstrou sua preocupação com os enfermos, providenciando-lhes uma casa espaçosa para que pudessem ouvir a celebração do santo ofício na basílica. Nesta ocasião, organizou leitos para os enfermos “com uma pessoa, para que pudesse cuidar e curá[-los]”¹¹.

Por outro lado, a par de comparações do santo a médicos, tais agentes também são representados na *Vita Caesarii*: diretamente no caso dos capítulos 41 e 50 (VC I); e indiretamente quando se observa os capítulos 49 (VC I), 40 e 41 (VC II). Em todas

⁹ Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p.462): “(...) Et totum se verbo Dei et lectione, inquietis etiam praedicationibus mancipavit: re vera ut spiritalis medicus, qui morborum vitia curaret inserta et prohiberet malis cogitationibus nascitura”.

¹⁰ Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p. 463): “Ita praedicationem proferebat, ut et bonos incitaret ad gloriam et malos revocaret a poena. Sicut bonus medicus diversis vulneribus diversa medicamenta providebat, offerens, non quod unumquemque delectaret, sed potius quod curaret, non inspicens voluntatem aegrotis, sed sanitatem desiderans competenter infirmis”.

¹¹ Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p. 464): “Cum persona, quae obsequi et mederi possit”.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

as passagens, como se verá, os hagiógrafos pretendem frisar a sujeição dos médicos ao santo.

Nos primeiros casos, o capítulo 41 (VC I) retrata o episódio em que o diácono Helpídio, também famoso por sua atuação enquanto médico da corte do rei ostrogodo Teodorico (454-526), suplicou ao santo que o livrasse de uma “infestação diabólica” (*diabolica infestatione*) que lhe causava diversas aflições, dentre elas, uma chuva de pedras na sua casa. Atendendo ao pedido, Cesário purifica sua casa aspergindo-a com água benta (*benedictae aquae infusione respersit*), livrando o médico, de uma vez por todas, de sua aflição.

Por sua vez, no capítulo 50 (VC I), narra-se o milagre de punição dirigido a Anatólio, médico dissoluto, que é punido por Deus por se deitar com uma prostituta na mesma cama em que Cesário dormira anteriormente durante sua visita à vila de Launico. Após perpetrar o pecado, foi tomado por tremores que o derrubaram no chão e, assim, reconhecendo o poder do santo, confessou publicamente seu pecado.

Como foi defendido em um trabalho anterior (CHACON, 2021), aponta-se que, nestas passagens, os hagiógrafos tenham tentado construir um modelo do bom e do mau médico de acordo com sua atitude reverencial (ou ausência dela) em relação ao santo. No caso de Helpídio, que reúne o papel de clérigo e médico da corte, este, reconhecendo a natureza espiritual de sua aflição e o poder do São Cesário, age com a devida *reverentia*, implorando e se submetendo à ação deste que o livra do mal. Quanto a Anatólio, este é punido por não respeitar o espaço abençoado pelo santo através de sua presença física. É importante notar que, em ambos os casos, não se questiona as habilidades médico-terapêuticas destes indivíduos, mas, contudo, observa-se que se encontram em uma posição submissa ao santo, pois não possuem qualquer poder de intervenção frente ao sagrado e o sobrenatural e podem ser punidos por ele.

Em relação às outras passagens, a situação retratada é diferente, sendo registrados episódios de milagres de cura, operados por Cesário ou suas relíquias, nos quais os enfermos antes de efetivamente curados pelo santo, haviam sido, previamente, submetidos a diferentes tratamentos médicos que se mostraram ultimamente ineficazes. No primeiro desses casos (VC I, 49), narra-se a cura do escravo de um ilustre patricio de nome Partênio, que se encontrava em um estado de inconsciência, pois havia sido vitimado por um “ataque perverso” (*nequissimam temptationem*). Como se sucede, primeiro, Cesário reconhece a natureza da aflição sofrida como sendo de origem espiritual e, em seguida, aplica o remédio apropriado, o óleo abençoado. Fazendo isso, o santo teria tido sucesso em recuperar a saúde do enfermo, ocasião em que frisam os hagiógrafos, após o tratamento médico ter falhado:

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

E, assim, em verdade, como seu inimigo mais parecia uma aflição da alma do que uma enfermidade do corpo, foi unguído com o óleo consagrado pela benção do homem santo. Isto feito, o ataque maligno partiu dele, de tal forma que seu senhor o colocasse no comando da casa. Assim, através de seu servo, Cristo o restaurou à saúde, após ter falhado a cura do médico terreno (VC I, 49, tradução nossa)¹².

Em seguida, são relatados dois milagres de cura ocorridos através do contato (indireto) do enfermo com as relíquias do santo. No primeiro caso (VC II, 40), narra-se que o filho de um homem ilustre conhecido como Sálvio fora severamente afligido por febres terçãs (*febribus tertianis*) e “(...) era do desejo deste homem curá-lo com as repetidas poções recomendadas para sua doença, mas nada pôde ajudar”¹³. Segundo os hagiógrafos, a cura só foi possível quando o rapaz bebeu da água em que fora lavado o corpo do santo ou suas vestes. Contudo, tal utilização de “poções recomendadas” mostram-se uma evidência clara da intervenção prévia de um médico. Em modo similar, no capítulo 41 (VC II), registra-se a cura do filho de outro homem ilustre, Marciano, que havia sido afligido por febres problemáticas (*febribus incommodis*), que “mesmo seus médicos se desesperaram [com seu caso]”¹⁴. A recuperação da saúde, igualmente, só se efetivou quando o filho bebeu a água na qual foram lavadas as vestes de São Cesário. Nestes três últimos casos, resta evidente que os médicos são colocados em um patamar inferior ao de Cesário, mostram-se ineficientes em fornecer a curar em várias situações, não sendo páreos para os poderes taumaturgicos do homem santo.

Considerações Finais

Portanto, diante da breve exposição teórica e análise de passagens da *Vita Caesarii*, buscou-se, *a priori*, tecer algumas considerações para o período em que Cesário de Arles teria vivido, este marcado pelo processo de cristianização das zonas rurais da Gália, no qual Cesário foi uma figura pivotal. Ademais, foi possível conceituar e caracterizar as percepções acerca da doença na Alta Idade Média, a qual poderia ter origem espiritual ou natural, assim como os três sistemas terapêuticos analisados:

¹² Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p. 476): Et dum re vera hostis ipsius vexatio magis animi quam corporis infirmitas videretur, oleo beatissimi viri benedictione sacro perunctus est. Quo facto, ita temptatio maligna discessit ab eo, ut quem, cessante cura terreni medici, per servum suum Christus reddiderat sanitati, domui etiam suae dominus ipse praeponeret.

¹³ Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p. 498): (...) Et, ut est studium talis viri, crebis potionibus huic infirmitati competentibus illum studeret mederi, nihil prorsus iuvari potuit.

¹⁴ Texto original segundo a edição de Krusch (1896, p. 498): (...) Ut etiam a medicis desperaretur.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

eclesiástico, popular e médico-erudito. Ainda, pretendeu-se qualificar as hagiografias, com destaque para as Vidas, narrativas que pretendiam promover o culto de um santo e, assim o fazendo, possibilitam um importante vislumbre para o universo terapêutico medieval.

Em relação à Vida de Cesário de Arles, esta nos traz evidências para o estudo dos sistemas eclesiástico e médico-erudito. Quanto ao primeiro, este é evidenciado através dos milagres de cura realizados por Cesário e suas relíquias, e destaca, dentre suas práticas, aquelas pautadas nas recomendações bíblicas e hagiográficas. Em relação ao sistema médico-erudito, este pode ser observado tanto em passagens nas quais os hagiógrafos associam Cesário a um médico, ou lhes atribuem tais características, e em passagens em que as curas promovidas pelos santos foram antecedidas pelo fracasso do tratamento dos médicos. Assim, concorda-se com o posicionamento adotado por Flint (1989), segundo o qual, apesar de sua importância social, popularidade e habilidades serem reconhecidas pelos hagiógrafos, o médico não pode se comparar ao santo, na medida em que não tem qualquer poder sobre moléstias de cunho espiritual e, muitas vezes, são superados pelo santo no próprio tratamento de enfermidades físicas. De certa forma, o médico servia quase como uma “fachada” para o santo, sendo a descrição de sua falha utilizada para realçar quão mais poderoso o santo era enquanto um curandeiro.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias:

KLINGSHIRN, William E. (trad.). **The Life, Testament and Letters of Caesarius of Arles**: translated texts for historians. Liverpool: Liverpool University Press, 1994.

KRUSCH, Bruno (Ed.). *Vitae Caesarii episcopi Arelatensis libri duo*. MGH SS rer. Merov. 3. Hannoverae: Impensis Bibliopolli Hahniani, 1896, pp. 433-501.

Referências gerais:

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2011.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. **O poder nos tempos da peste** (Portugal - séculos XIV/XVI). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Assim na Terra como no Céu...**: Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

BIRKETT, Helen. *Constructing the Text: a Comparative Study of Two Saints' Lives Written c.1200*. In: HERRICK, Samantha Kahn (ed.). **Hagiography and the History of Latin Christendom, 500– 1500**. Leiden: Brill, 2020.

BROWN, Peter. **The cult of saints: its rise and function in Latin Christianity**. London: The University of Chicago Press, 1981.

BROWN, Peter. **The rise of western Christendom: triumph and diversity: A.D. 200-1000. 10th anniversary revised edition**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

CHACON, Marcos Pedrazzi. Os sistemas terapêuticos alto medievais: entrecruzamentos e conflitos. In: SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA (FAED- UDESC), 11, 2021, Santa Catarina. **Anais da 11ª Semana Acadêmica de História - Mídias e Representações**, vol. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://anaissemanahistoriaudesc.blogspot.com/p/anais-atual-2021.html>>, acessado em 15/06/22.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

CRAWFORD, Sally; LEE, Christina. **Bodies of Knowledge: Cultural Interpretations of Illness and Medicine in Medieval Europe.** Oxford: Archaeopress, 2010.

FILOTAS, Bernadette. ***Pagan Survivals, superstitions and popular cultures in Early Medieval pastoral literature.*** Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2005.

FLINT, Valerie. *The Early Medieval 'Medicus', the Saint - and the Enchanter.* ***The Society for the Social History of Medicine***, 1989.

GIORDANO, Oronzo. ***Religiosidad popular en la Alta Edad Media.*** Madrid: Editorial Gredos, 1983.

HALSALL, Guy. *The sources and their interpretation.* In: FOURACRE, Paul (ed.). ***The New Cambridge Medieval History***, vol. 1 c.500 - c.700. Cambridge: Cambridge University Press, 2008

HERRICK, Samantha Kahn. *Introduction.* In: HERRICK, Samantha Kahn (ed.). ***Hagiography and the History of Latin Christendom, 500– 1500.*** Leiden: Brill, 2020.

HORDEN, Peregrine. *Sickness and healing.* In: NOBLE, Thomas F. X.; SMITH, Julia M. H. (ed.). ***The Cambridge History of Christianity: Early medieval christianities c. 600 - c.1100***, vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KLINGSHIRN, William E. *Introduction.* In: KLINGSHIRN, William E. (trad.). ***The Life, Testament and Letters of Caesarius of Arles: translated texts for historians.*** Liverpool: Liverpool University Press, 1994.

KLINGSHIRN, William E. ***Caesarius of Arles: The making of a Christian community in Late Antique Gaul.*** Cambridge: Cambridge University, 2001.

KLINGSHIRN, William E. *Magic and Divination in the Merovingian World.* In: EFROS, Bonnie; MOREIRA, Isabel (ed.). ***The Oxford Handbook of the Merovingian World.*** New York: Oxford University Press, 2020.

LE GOFF, Jacques. Uma história dramática. In: LE GOFF, Jacques (Org.). ***As doenças têm história.*** Lisboa: Terramar, 1985

SILVA, Paulo Duarte. **Poder episcopal, pregação e calendário nos séculos V e VI: Natal e Páscoa nos sermões de Leão de Roma e de Cesário de Arles (440-542).** Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2013. 279 f.

A História Através da História

CHACON, Pedrazi Marcos.

PALMER, James T. *Early Medieval Hagiography*. London: Arc Humanities Press, 2018.

PORTER, Roy. *Cambridge História da Medicina*. São Paulo: Ed. Revinter, 2008.

VAN DAM, Raymond. *Saints and their miracles in Late Antique Gaul*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

A BASÍLICA DO LATRÃO, O PODER SACRAMENTAL E AS CONSAGRAÇÕES PONTIFICAIS ENTRE OS SÉCULOS IV E VI d.C.

Tomás de Almeida Pessoa*

O presente artigo é fruto de uma primeira reflexão sobre a tese iniciada no ano de 2022 no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF) na qual analisamos duas igrejas de Roma, a Basílica do Latrão e a Basílica de São Pedro, e seu papel para a construção da autoridade pontifical em Roma entre os séculos IV e VI d.C.

Nesse trabalho nos concentraremos na Basílica do Latrão, conhecida atualmente como Arquibasílica de São João do Latrão, provavelmente a mais antiga basílica cristã do Ocidente e possivelmente de todo o cristianismo, o que é mesmo reivindicado até os dias de hoje (DE BLAAUW, 2016, pp. 556-559; GUIDOBALDI, 2016, pp. 461-492). O edifício atual, por exemplo, herdeiro da antiga basílica após restaurações e reconstruções,¹ possui o título de “Mãe e Cabeça de todas as igrejas da Cidade e do Mundo” que está presente, em latim, em duas inscrições da sua fachada (IMAGEM 1).

Após essa breve introdução sobre a basílica atual e sua importância, indicamos que o artigo está dividido em duas partes: primeiramente, a história de fundação desse edifício será abordada e posteriormente, a questão das consagrações pontificais e do poder sacramental do bispo de Roma.

Em primeiro lugar, a Basílica do Latrão foi construída no Célio, uma das sete colinas históricas de Roma, porém fora do centro histórico da cidade que era composto, ao menos desde a época do início do Império, pelo Palatino, fórum romano e Capitolino (IMAGEM 2). No início do século IV d.C., a Basílica do Latrão foi

* Doutorando em História (PPGH-UFF). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

¹ A Basílica do Latrão foi pilhada duas vezes durante o século V d.C., gravemente danificada durante um terremoto em 896 e severamente queimada pelos incêndios de 1308 e 1360. Ainda assim, contrariamente à Basílica de São Pedro do século IV d.C., destruída completamente para a construção de uma estrutura completamente nova a partir de projetos de nomes célebres como Bramante (1444-1514), Rafael Sanzio (1483-1520) e Michelangelo (1475-1564), a estrutura fundamental da Basílica do Latrão permaneceu a mesma até o século XVII. Mesmo nesse último caso, a reestruturação terminada em 1649 por obra de Francesco Borromini (1599-1677) possuiu o objetivo de preservar os elementos da basílica mais antiga, ainda que seja discutível até que ponto isso foi bem sucedido (BOSMAN, HAYNES, LIVERANI, 2020, p. 1-9).

construída por ordem do primeiro imperador cristão, Constantino I, na parte oriental do Célio, sendo o nome desse monumento associado a um ou mais senadores romanos denominados de *Lateranus* (Latrão na tradução para o português) que haviam habitado na região (RICHARDSON, 1992, pp. 68-70, 170-174, 279-282; COARELLI, 2004, pp. 237-369, pp. 417-464; MARAVAL, 2014, pp. 115-116).²

Figura 1 - Inscrição presente na fachada da atual Arquibasílica de São João do Latrão em Roma.



Autores como Maraval (2014, p. 116) seguiram a afirmação de Krautheimer (1983, pp. 30-32), um dos principais nomes no estudo das basílicas dessa época, de que a escolha desse local fora do centro de Roma teria sido simplesmente uma tentativa de

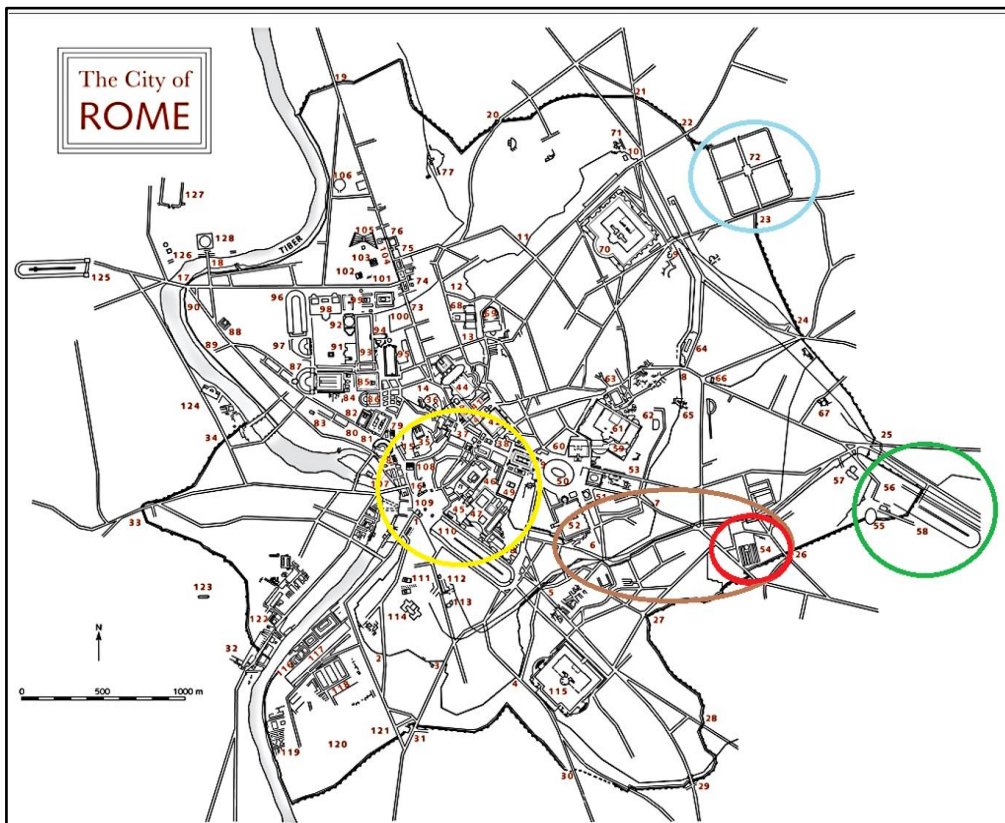
² No século I d.C., possuímos a primeira referência a um senador com esse nome associado à região, pois a residência suntuosa do senador *Plautius Lateranus* é lá localizada pelo poeta satírico romano Juvenal (c.60-c.130). Após ter sido executado por uma acusação de cumplicidade a uma conspiração contra o imperador Nero (37-68 d.C) em 65 d.C., sua casa na região foi confiscada e passou a integrar o patrimônio imperial. No século III d.C., possuímos a informação de outro personagem com o mesmo nome associado à região: *Sextius Magius Lateranus*. Cônsul em 197 d.C. e fiel colaborador do imperador Sétimo Severo (146-211 d.C), *Sextius* foi recompensado por ele com uma residência na região, talvez a mesma que havia pertencido anteriormente a *Plautius* (RICHARDSON, 1992, pp. 129-130; LIVERANI, 2020, pp. 16-41).

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

não incomodar as famílias senatoriais romanas, na sua maioria pagãos nessa época. Contudo, esse tipo de posição não levava em conta considerações sobre a cidade no século III d.C., provavelmente devido a um certo desconhecimento e depreciação do período posterior à época considerada por muito tempo como o auge do Império Romano, isto é, principalmente de Augusto a Marco Aurélio nos séculos I e II d.C.³

Figura 2 - A cidade de Roma no século IV d.C. A marcação amarela indica aproximadamente o centro de Roma ao menos desde o início do Império, a marcação marrom indica aproximadamente a área do Célio e a marcação vermelha indica a região



Quando observamos, no entanto, a dinastia dos Severos, que governou o Império entre 193 d.C. e 235 d.C., podemos constatar que a área na qual seria construída a basílica e seus arredores despertaram um interesse crescente para esses

³ Para mais sobre o século III d.C de maneira geral, inclusive sobre que muitas vezes denominou-se de “Crise do século III d.C”, ver: SOUTHERN, 2001; MODÉLAN, 2006.

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

imperadores. De fato, desde o século I d.C., os imperadores normalmente moravam em um complexo de palácios no monte Palatino (números 45, 46, 47 assinalados na Imagem 2 dentro da marcação amarela),⁴ onde estavam no centro da cidade e próximos de locais importantes para a reunião das pessoas: não só o fórum romano, mas também o Coliseu e o Circo Máximo (números 50 e 110 assinalados na Imagem 2 dentro da marcação amarela), locais de entretenimento. Todavia, eles também possuíam residências alternativas há alguns quilômetros de distância de Roma ou mesmo nas margens da cidade. Na época dos Severos, os imperadores seguiram essa tendência e, também habitando no Palatino, escolheram uma área alternativa de residência para recriar o paradigma de palácio mais locais de entretenimento e assim o fizeram a partir da construção dos chamados Palácio Sessoriano, o Anfiteatro Castrense e o Circo Variano (IMAGEM 2, números 55, 56 e 58 dentro da marcação verde) (RICHARDSON, 1992, p. 7, 87, 361-362; GUIDOBALDI, 2004, p. 11-15; COARELLI, 2014, p. 209-212).

Sétimo Severo, o primeiro da dinastia, também ordenou o aumento do aparato militar urbano em Roma e nesse contexto foi construída a chamada *Castra Nova* na região posteriormente conhecida como Laterana. Essa estrutura era uma caserna onde residiam os chamados *equites singulares*, guardas imperiais montados a cavalo que serviram como guarda-costas imperiais e que também simbolizavam o poder da dinastia. Isso deve ser considerado ainda mais ao longo da segunda metade do século III d.C. em que a proximidade ao exército se tornou cada vez mais importante para o poder dos imperadores (HEBBLEHITE, 2017; HAYNES; LIVERANI, 2020, p. 91-127).

Essa guarda continuou a ser importante até o início do século IV, na chamada época da Tetrarquia, período no qual existiu normalmente mais de um imperador. No contexto de luta pelo poder entre os diferentes imperadores, o imperador Maxêncio que residia em Roma entrou em conflito com o imperador Constantino I e a batalha decisiva entre os dois ocorreu na área próxima da chamada Ponte Mílvia, há alguns quilômetros de Roma, em 312. Mesmo que dificilmente possamos saber se Constantino teria de fato se convertido após derrotar Maxêncio, como fontes das épocas assim o relatam,⁵ existem declarações e ações favoráveis ao cristianismo por

⁴ No século I d.C., o imperador Augusto adquiriu uma série de casas no Monte Palatino e lá ordenou a construção de um complexo que seus sucessores continuariam a habitar e aumentar ao longo dos séculos até a época de Constantino. Mesmo após o fim do Império Romano do Ocidente, essas estruturas continuaram a ser habitadas por diferentes autoridades que habitaram Roma de maneira permanente ou temporária (RICHARDSON, 1992, pp. 114-118, 136-139, 281-282; GUIDOBALDI, 2004, pp. 11-12).

⁵ Para a Batalha da Ponte Mílvia e as dificuldades para saber mais sobre a questão da conversão de Constantino veja-se: VAN DAM, 2011. Para mais sobre Maxêncio, que poderia ser considerado, como o

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

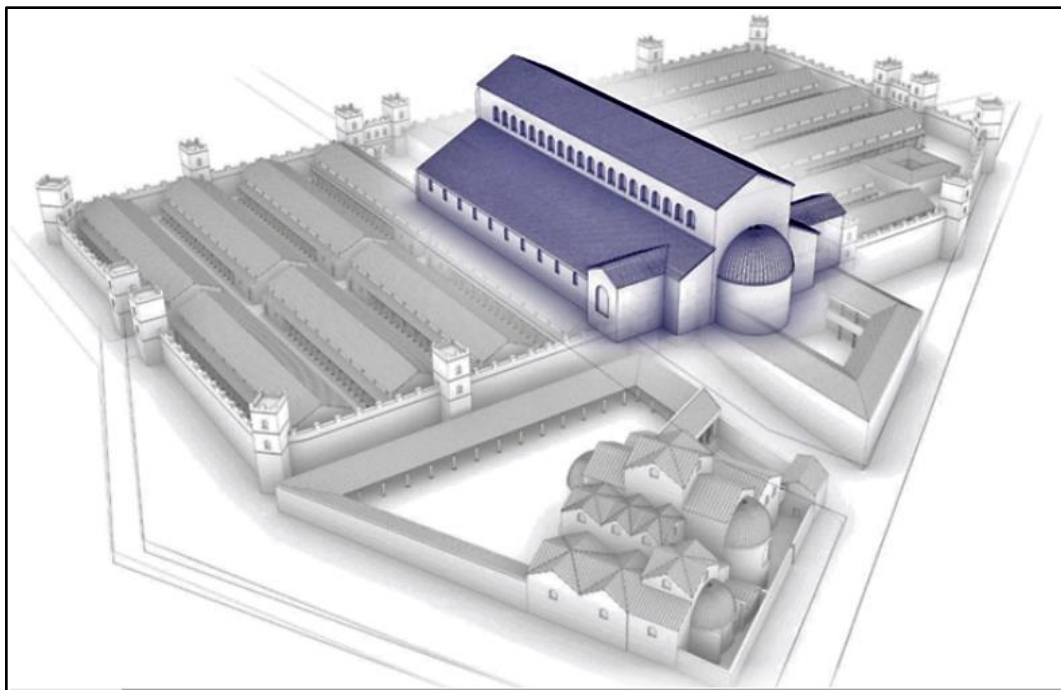
parte desse imperador a partir desse período.⁶ Entre elas, a mais importante para nosso artigo foi a ordem para a edificação da Basílica do Latrão em c. 315.

Considerando que a guarda montada que mencionamos esteve ao lado de Maxêncio na batalha, Constantino a aboliu e ordenou a destruição da *Castra Nova*, um símbolo de poder de Maxêncio, assim como para imperadores precedentes. Ele também ordenou a construção da Basílica do Latrão exatamente no centro da área anteriormente ocupada por essa caserna, no local onde era o equivalente ao seu antigo quartel-general. Sendo assim, existiam outras motivações para a escolha desse local que não teriam a ver simplesmente com uma tentativa de não irritar os senadores romanos pagãos (LIVERANI, 2020, p.10-41; HAYNES; LIVERANI, 2020, p. 116-118). O monumento construído exatamente no centro da antiga estrutura simbolizava uma nova ordem associada ao cristianismo, e, portanto, o local possuía uma importância clara (IMAGEM 3) (GUIDOBALDI, 2004, p. 12-13). Essa igreja se tornaria, ao longo do tempo, a catedral do bispo de Roma.

próprio Constantino, como um usurpador: LENSKY, 2007: pp. 61-65. Sobre a religião de Constantino, o que podemos indicar aqui é o fato de ele venerava desde 310 o deus conhecido como *Sol Invictus*, considerado como superior a todos os outros deuses, apesar disso não significar uma rejeição a todos eles (POTTER, 2013: pp. 126-8). Para autores como Modéran (2006, pp. 102-104) e Potter (2013, pp. 150-159) essa devoção já possuía uma lógica próxima da devoção cristã, o que pode ser indicado, por exemplo, por imagens cristãs do século III d.C., encontradas em Roma, em que Cristo é representado com elementos associados a uma divindade solar.

⁶ Mencionamos aqui, por exemplo, duas cartas de 313 d.C a Anulino, procônsul de Cartago. Na primeira, Constantino ordenou a devolução do que havia sido confiscado aos cristãos durante as perseguições no Norte da África. Na segunda, ele declarou a isenção do clero aos serviços públicos (LENSKY, 2007: pp. 71-72; MARAVAL, 2014: p. 133).

Figura 3 - A Basílica do Latrão construída exatamente no centro da área anteriormente ocupada pela estrutura denominada Castra Nova. Fonte: HAYNES; LIVERANI, 2020, p. 117.



Se Constantino, realmente, possuísse em mente uma localização periférica que não irritaria os senadores pagãos, poderia escolher diversos outros locais para a Basílica do Latrão como, por exemplo, a *Castra Praetoria*, uma outra caserna que abrigava guardas que lutaram ao lado de Maxêncio e que estava muito mais afastada do centro de Roma (IMAGEM 2, marcação azul). A Basílica do Latrão, no entanto, localizava-se numa região relativamente próxima tanto do centro histórico da cidade quanto do novo centro de poder dos imperadores desde o século III, onde o próprio Constantino residiu durante o período em que permaneceu em Roma (RICHARDSON, 1992, p. 63; GUIDOBALDI, 2004, p. 12-13; LIVERANI, 2008, p. 9-10).

Tendo abordado o contexto de construção da igreja, passamos para a segunda parte do artigo sobre o poder sacramental. Para isso, devemos primeiramente explicar que seguimos a concepção de Walter Ullmann (1999, p. 26-33), que estabeleceu que o poder do pontífice se baseava em dois aspectos complementares que utilizamos como

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

categorias de análise: o poder sacramental (*potestas ordinis*), basicamente o poder de realizar cerimônias religiosas na cidade de Roma, e o poder de São Pedro (*potestas jurisdictionis*), poder de governar a Igreja herdado diretamente daquele por vezes denominado como príncipe ou primeiro dos apóstolos. Defendemos, portanto, que a Basílica do Latrão foi fundamental para o poder sacramental, pois esse poder era ligado à ação do Espírito Santo incorporado durante a consagração pontifical graças à sucessão episcopal, uma linha ininterrupta da doutrina verdadeira dos apóstolos até os bispos, segundo a concepção cristã.⁷

A relação entre a Basílica do Latrão e a cerimônia de consagração pontifical pode ser observada na *Collectio Avellana* e no *Liber Pontificalis*, nossas duas fontes escritas principais. Esses são dois escritos do século VI que possuem o objetivo de estabelecer a autoridade pontifical, porém, a partir de maneiras diferentes: a primeira pela reunião de uma série de cartas de bispos, imperadores e outras autoridades dos séculos IV, V e VI e a segunda por meio de uma grande compilação de vidas de bispos de Roma desde a época de São Pedro (TESTA, MARCONI, 2019, p. VIII-XXXII; MCKITTERICK, 2020, p. 1-3).⁸ Nessas duas fontes, podemos observar que desde a segunda metade do século IV, quando o cargo de bispo de Roma começava a se tornar cada vez mais desejado devido ao poder daquele que o detinha, existiram em algumas ocasiões mais de um pretendente ao episcopado de Roma e grupos que apoiavam cada um desses pretendentes.

Apresentamos duas passagens que demonstram dois casos na *Collectio Avellana*. No primeiro, a disputa entre Dâmaso (366-384) e Ursino na segunda metade do século IV e no segundo a disputa entre Bonifácio I (418-422) e Eulálio no século V, com seus escritores respectivos que tomam claramente posição: “Após sete dias com todos [...] que ele corrompeu com uma grande quantia, (Dâmaso) ocupou a Basílica Lateranense e lá foi ordenado bispo [...]”⁹ “[...] O homem santo Eulálio fora levado para a Igreja Lateranense [...], onde permaneceu por dois dias [...] para esperar o dia de costume no qual poderia ser solenemente ordenado”.¹⁰

⁷ Entre os escritos que sobreviveram até os dias atuais, um dos mais antigos autores a expor a concepção de sucessão episcopal foi Irineu (c.130-c.200), bispo de Lyon, que assim o fez para legitimar o que considerava como a ortodoxia em relação às heresias. Para mais sobre esse bispo veja-se: BEHR, 2013; BASTIT; VERHEYDEN, 2017.

⁸ O *Liber Pontificalis* é um documento muito complexo composto por diversas partes escritas, originalmente, ao longo dos séculos até a época de Estevão V, bispo de Roma no século IX. Nós nos referimos aqui à sua primeira parte, escrita na primeira metade do século VI (*LIBER PONTICALIS*, 1886, pp. XXXIII-LXVII; MCKITTERICK, 2020, pp. 1-35).

⁹ Tradução nossa do texto em latim presente em: *EPISTVLAE[...] AVELLANA QVAE DICITVR COLLECTIO*, 1895: p. 3.

¹⁰ Tradução nossa do texto em latim presente em: *EPISTVLAE[...] AVELLANA QVAE DICITVR COLLECTIO*, 1895: p. 59.

Apresentamos também duas passagens no *Liber Pontificalis*, uma relativa à mesma disputa citada acima entre Bonifácio I e Eulálio e outra relativa à disputa entre Símaco (498-514) e Lourenço, ocorrida entre o final do século V e começo do século VI. Devemos indicar que a Basílica do Latrão é denominada de Basílica Constantiniana no *Liber Pontificalis* (LIBER PONTIFICALIS, 1886, p. 172, 191): “Esse (Bonifácio) foi ordenado sob tensão no mesmo dia de Eulálio. [...] Na realidade, Eulálio foi ordenado na Basílica Constantiniana, mas Bonifácio (foi ordenado) na Basílica de Júlio”.¹¹ “Esse (Símaco) foi ordenado com tensão no mesmo dia que Lourenço, Símaco na Basílica Constantiniana, Lourenço na Basílica de Santa Maria”.¹²

O que é interessante de se afirmar a partir desses casos é o fato de que a Basílica do Latrão foi em todas essas ocasiões o local de consagração de um dos pretendentes ao episcopado de Roma dos séculos IV ao VI devido à sua legitimidade, o que não ocorreu com outros edifícios posteriores a ela, construídos ao longo dos séculos IV e V como a Basílica de Júlio e a Basílica de Santa Maria.

Essa legitimidade da Basílica do Latrão se baseava, primeiramente, na sua grande opulência, maior do que outras basílicas dentro das muralhas, o que demonstrava o poder do bispo. Nesse caso, as escavações ao menos desde o século XIX permitiram que os estudiosos conseguissem saber mais sobre a basílica do século IV-VI.¹³

Os estudos indicam que a igreja era imponente com oitenta e oito colunas, 100 metros de comprimento e cerca de 55 metros de largura (IMAGEM 4). Ela era, portanto, relativamente similar, por exemplo, àquele que era provavelmente o maior templo da cidade de Roma, o Templo de Vênus e Roma no fórum romano com 110 metros de comprimento, 53 de largura e 31 de altura (RICHARDSON, 1992, 409-410; COARELLI, 2004, p. 100-102; GUIDOBALDI, 2016, p. 464; BOSMAN, 2020, p. 187). A Basílica do Latrão também possuía cerca de 32 metros de altura (correspondente mais ou menos a um prédio de 10 andares), cinco naves e um grande número de janelas pelas quais a luz poderia entrar e ser refletida pela ornamentação interior composta por ouro, prata, bronze, mármore e outros materiais suntuosos (KRAUTHEIMER, 1980, p. 23; DE BLAAUW, 2016, p. 561-562; BOSMAN *et al*, 2020, p. 143). Tudo isso deve ser considerado no contexto do primeiro edifício

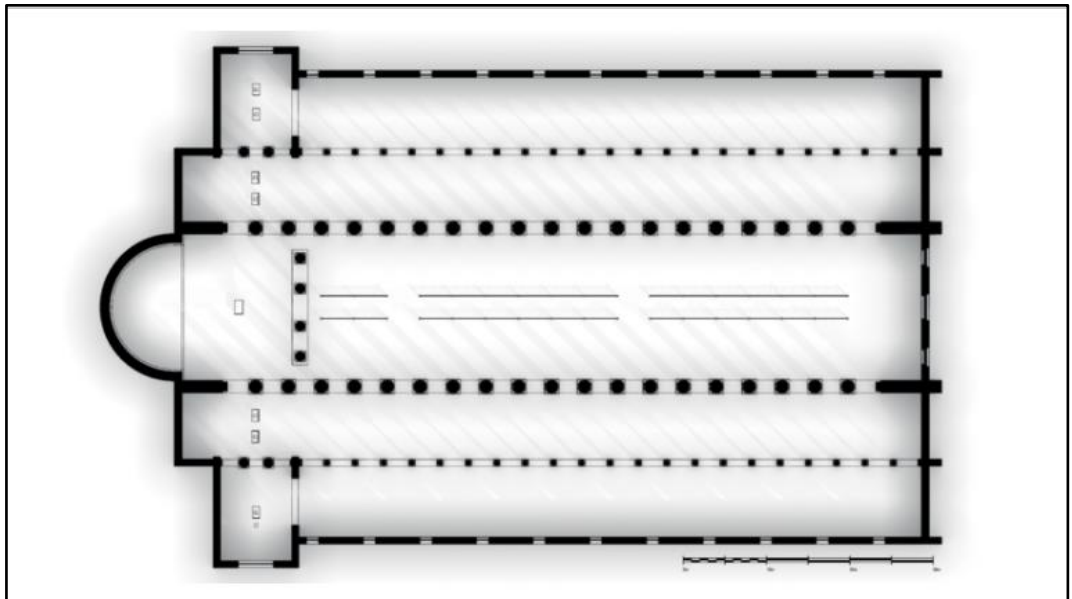
¹¹ Tradução nossa do texto em latim presente em: *LIBER PONTIFICALIS*, 1886, p. 227.

¹² Tradução nossa do texto em latim presente em: *LIBER PONTIFICALIS*, 1886, p. 260.

¹³ Nesse artigo, as imagens que utilizamos da Basílica do Latrão e da *Castra Nova* são provenientes do chamado “Lateran Project”, um projeto que integra as informações das escavações passadas com pesquisas mais recentes que associam escavações e técnicas de análise modernas tanto no solo da atual basílica quanto abaixo dela (HAYNES *et al*, 2014, pp. 125-144).

monumental cristão de Roma que poderia, portanto, rivalizar com os outros monumentos da cidade, assim como o bispo de Roma também pretendia rivalizar com os outros poderes da cidade.

Figura 4 - Proposição de restituição da Basílica do Latrão no século IV.

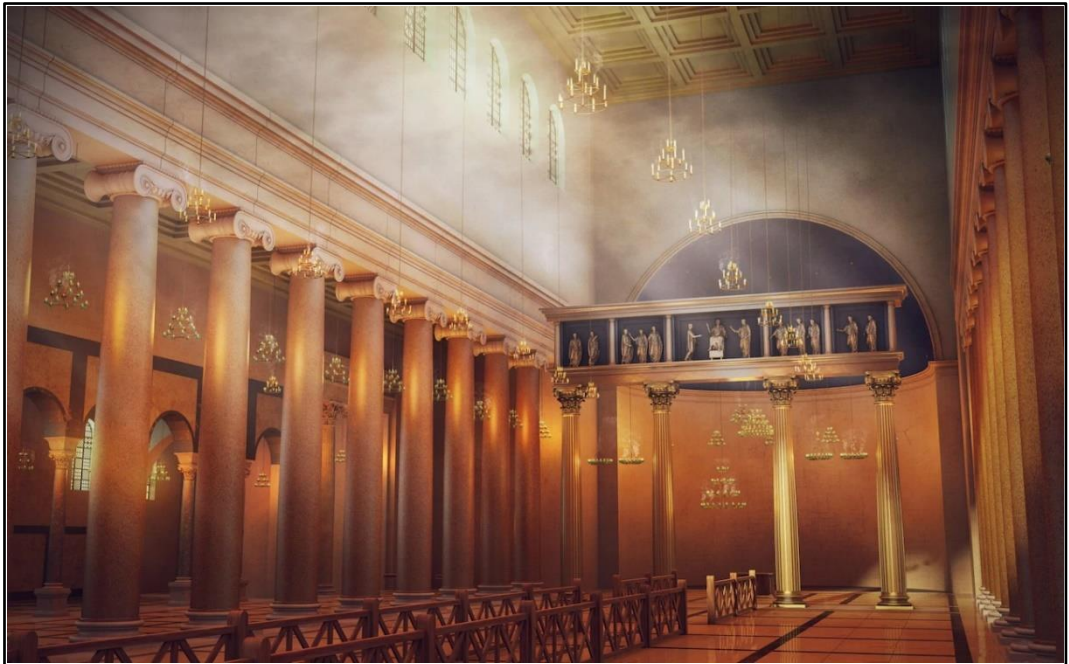


Como podemos observar por uma outra proposição de restituição,¹⁴ seu interior era também suntuoso e com uma grande beleza a partir dos reflexos da luz que entravam pelas janelas e criavam um ambiente resplandecente que era associado a Deus (IMAGEM 5). Nesse caso, as escavações podem ser auxiliadas pelas descrições dos elementos doados pelo imperador Constantino que ornamentavam a Basílica do Latrão. Essas também estão presentes no *Liber Pontificalis* na chamada Vida de Silvestre, o bispo da época em que a Basílica foi construída, porque provavelmente o seu escritor utilizou documentos das doações de Constantino que estavam nos arquivos da Igreja de Roma na sua época (*LIBER PONTIFICALIS*, 1886, p. CXLIII-CXLIX; MAIURO, 2007, p. 235-258). Entre todos os elementos, nos concentraremos no chamado *Fastigium*, o frontão ornado por treze estátuas, Cristo no centro e os apóstolos nos dois lados, sustentado por quatro colunas e com mais de 8 metros de altura e cerca de 658

¹⁴ Ver nota 14.

kg (DE BLAAUW, 2016, p. 556, 562).¹⁵ Além da igreja no seu exterior, a altura e peso dessa estrutura e dessas estátuas demonstram o caráter monumental e imponente do *fastigium* dentro da igreja e associado ao poder do bispo.

Figura 5 - Proposição de restituição da parte interior da Basílica do Latrão



Além disso, como afirmamos acima, o poder sacramental do bispo era ligado à ação do Espírito Santo incorporado durante a consagração pontifical graças à sucessão episcopal, uma linha ininterrupta da doutrina verdadeira dos apóstolos até os bispos, segundo a tradição cristã. O *Fastigium*, esse elemento único e grandioso da Basílica do Latrão, era, portanto, um dos principais responsáveis pela posição

¹⁵ Na época, uma libra valia cerca de 325 g e um pé valia cerca de 30 cm (LAUFFER, 1971: pp. 54-55). "Um *fastigium* laminado de prata que possui na (sua parte da) frente o Salvador sentado numa cadeira com 5 pés (1,5 m) e que pesa 120 libras (39 kg) e 12 apóstolos que pesam cada um 90 libras (29,250 kg) e possuem 5 pés (1,5 m) com coroas de prata puríssimas [...]. O próprio *Fastigium* pesa 2025 libras". Tradução nossa do texto em latim presente em: *LIBER PONTIFICALIS*, 1886, p. 172. A altura do monumento se baseia nas colunas que fazem parte do chamado Altar do Santíssimo Sacramento na Arquibasílica de São João do Latrão atual e que alguns autores defendem serem as mesmas que sustentavam o *Fastigium* anteriormente (BOSMAN *et al.* 2020, p. 143).

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

privilegiada dessa igreja para a consagração pontifical também porque ressaltava a presença de Cristo e todos os apóstolos, guardiões da doutrina. Além disso, o *Fastigium* também era provavelmente fundamental para a eucaristia devido a presença de todos esses treze personagens durante a Última Ceia. Finalmente, outras cerimônias também possivelmente lá ocorriam e estudaremos sobre suas relações com a Basílica do Latrão ao longo da pesquisa.

Assim sendo, apesar da contínua importância da Basílica de São Pedro e do poder herdado diretamente do apóstolo mesmo até os dias atuais, nesse artigo tivemos como objetivo demonstrar que a Basílica do Latrão também possuiu um papel fundamental na época ao ressaltar tanto a sua localização na cidade quanto a sua suntuosidade associada ao outro aspecto essencial que fazia parte do poder do bispo de Roma: o poder sacramental.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

EPISTVLAE IMPERATORVM PONTIFICVM ALIORVM INDE AB ANNO CCCLXVII VSQUE AD ANNVM DLIII DATAE, AVELLANA QVAE DICITVR COLLECTIO, Texte et commentaire d'Otto Günther, Prague, Tempsky, 1895.

LIBER PONTIFICALIS, Texte, Introduction et commentaire de Louis Duchesne, Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1886.

Fontes Secundárias:

BASTIT, A; VERHEYDEN, J. (eds.) *Irinée de Lyon et les débuts de la Bible Chrétienne. Actes de la Journée du 1. VII. 2014*. Lyon: Brepols, 2017.

BEHR, J. *Irenaeus of Lyons. Identifying Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. *The Lateran Basilica to 1600*. In: BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. (eds.). **The Basilica of Saint John Lateran to 1600**. Padstow (Cornwall): Cambridge University Press, 2020, p. 1-9.

BOSMAN, L. *et al. Visualising the Constantinian Basilica*. In: BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. (eds.). **The Basilica of Saint John Lateran to 1600**. Padstow (Cornwall): Cambridge University Press, 2020, p. 129-183.

BOSMAN, L. *Constantine's Spolia: A Set of Columns for San Giovanni in Laterano and the Arch of Constantine in Rome*. In: BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. (eds.). **The Basilica of Saint John Lateran to 1600**. Padstow (Cornwall): Cambridge University Press, 2020, p. 184-230.

COARELLI, F. *Rome and Environs: An Archaeological Guide*. Translated by James J. Clauss and P. Harmon. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2014.

DE BLAAUW, S. 2016. *A Classic Question: The Origins of the Church Basilica and Liturgy*. In: BRANDT, O; FIOCCHI NICOLAI, V. (Curatela scientifica) **Costantino e i Costantinidi. L'Innovazione Costantiniana, le sue radici e i suoi sviluppi**. Città del Vaticano: Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 2016, p. 553-562.

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

GUIDOBALDI, F. *Sessorium e Laterano. Il nuovo polo cristiano della Roma costantiniana*. In: **Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité**, tome 116, n°1, p. 11-15, 2004.

GUIDOBALDI, F. *La formulazione progettuale della Basilica Cristiana come ulteriore espressione dell'Innovazione Costantiniana nel campo dell'architettura*. **Costantino e i Costantinidi**. L'Innovazione Costantiniana, le sue radici e i suoi sviluppi. Città del Vaticano: Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 2016, p. 461-492.

HAYNES, I.; LIVERANI, P.; PEVERETT, I.; PIRO, S.; SPINOLA, S. Progetto Laterano: Primi Risultati. In: **Atti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia** (Serie III). Rendiconti Volume LXXXVI. Città del Vaticano: Pontificia Accademia Romana di Archeologia, 2014, p. 125-144.

HAYNES, I.; LIVERANI, P. *The Castra Nova and the Severan Transformation of Rome*. In: BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. (eds.). **The Basilica of Saint John Lateran to 1600**. Padstow (Cornwall): Cambridge University Press, 2020, p. 91-127.

HEBBLEHITE, M. *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire, AD 235–395*. London and New York: Routledge, 2017.

KRAUTHEIMER, R. **Rome: Profile of a city, 312–1308**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

HEBBLEHITE, M. *Three Christian Capitals: Topography and Politics*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1983.

LAUFFER, S. *Diokletians Preisedikt*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1971.

LENSKY, N. *The Reign of Constantine*. In: LENSKY, N (Ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Constantine**. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 359-410.

LEWIS, C.; SHORT, C. **A New Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

LIVERANI, P. *Interventi urbani a Roma tra il IV e il VI secolo*. In: **Cristianesimo nella Storia** 29. Bologna: Edizioni Dehoniane, p. 1-31, 2008.

LIVERANI, P. *The Evolution of the Lateran: From the Domus to the Episcopal Complex*. In: BOSMAN, L; HAYNES, I; LIVERANI, P. (eds.). **The Basilica of Saint John Lateran to 1600**. Padstow (Cornwall): Cambridge University Press, 2020, p. 10-41.

A História Através da História

PESSOAS, Tomás de Almeida.

MAIURO, M. *Archivi, Amministrazione del Patrimonio e proprietà imperiali nel Liber Pontificalis*. La Redazione del *Libellus* imperiale copiato nella *Vita Sylvestri*. In: PUPILLO, D. (ed.), **Le proprietà imperiali in Italia**. Firenze: Le lettere, 2007, p. 235-258.

MARAVAL, P. ***Constantin le Grand***. Empereur Romain, Empereur Chrétien, 306-337. Paris: Éditions Tallandier, 2014.

MARCONI G.; TESTA, R. ***The Collectio Avellana and its revivals***, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2019.

MCKITTERICK, R. ***Rome and the Invention of the Papacy: The Liber Pontificalis***. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

MODÉRAN, Y. ***L'Empire romain tardif***. 235-395 ap. J.-C. Paris: Ellipses Édition, 2006.

POTTER, D. ***Constantine the emperor***. New York: Oxford University Press, 2013.

RICHARDSON, L. ***A New Topographical Dictionary of Ancient Rome***. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

SOUTHERN, P. ***The Roman Empire from Severus to Constantine***. London and New York: Routledge, 2004.

ULLMANN, W. ***Historia del Pensamiento Político en la Edad Media***, Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

VAN DAM, R. ***Remembering Constantine at the Milvan Bridge***. New York: Cambridge University Press, 2011.

PARTE III - MODERNA



GUERRA MERCANTILISTA E AGRICULTURA COLONIAL NA AMAZÔNIA

Juliano Menegat*

Introdução

Este artigo busca analisar a ocupação colonial portuguesa na Amazônia sob a luz do duplo caráter (comercial e belicista) da acumulação primitiva de capitais. Procurei inserir a preocupação característica da história ambiental sobre o meio (geográfico e ecológico) em que esta história se desenrola, claro que sempre em dialética com o fator humano. Também busquei trazer um diálogo com os trabalhos mais recentes em arqueologia e antropologia sobre a região Amazônica na longa duração. Desta maneira transdisciplinar, espero desfiar questões importantes sobre a ocupação colonial da floresta tropical.

O jogo das trocas e o jogo das guerras

As razões pelas quais os indígenas aceitaram ferramentas de ferro por toras de pau-brasil não são as mesmas pelas quais o europeu moderno produz e vende açúcar. Muito embora em ambos os casos possamos enxergar trocas mercantis (frequentemente as relações de troca com ou entre os indígenas são caracterizadas como “escambo”, um termo que esconde uma depreciação, como se fossem formas menos desenvolvidas de intercâmbio), a função da mercadoria depende do lugar que esta forma social ocupa em determinada sociedade.

Em um famoso manuscrito intitulado *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, padre João Daniel afirma que os indígenas não perceberam que estão cercados de riquezas pois não as reconhecem, tal qual as galinhas. Estas riquezas mencionadas pelo jesuíta estão tanto nos frutos, as cobiçadas drogas do sertão, como na terra produtiva. Desta forma, o missionário explica pela natureza animalesca do *índio*, seu desinteresse pelo mundo das mercadorias.

* Mestrando no PPGH/UFF. Bolsista pela CAPES.

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

Nas disputas entre as unidades políticas da Europa moderna, a mercadoria possui, para os que a comercializam e produzem, a função de servir à acumulação de capitais. A importância deste processo reside em conceder a capacidade de fazer a guerra - tanto para a defesa quanto da ampliação do território. A guerra, por sua vez, potencializa a acumulação de capitais. Isto é possível a partir de uma dinâmica criada pela Revolução Militar Moderna, onde as tropas mercenárias e as armas de fogo pesadas são cada vez mais relevantes para a vitória militar e a consequente manutenção do poder. De forma retroalimentar, estas armas (assim como as novas estruturas defensivas necessárias para contê-las, com quem as armas de fogo estão em perpétua competição, em busca da superação mútua) e tropas de novo tipo possuem no dinheiro a sua articulação. O mercenário está interessado apenas em um contrato de trabalho, pouco importando qual seja o grupo contratante - eis o lema burguês da igualdade. As armas de fogo, por sua vez, são produzidas em moldes pré-industriais, longe das relações feudais. Esta configuração gera uma dinâmica onde a vitória na guerra está cada vez mais vinculada à posse do dinheiro. (KURZ, 1997; FIORI 2004).

Havia um determinado tipo de tropa mercenária originária dos territórios germânicos, durante a Baixa Idade Média, conhecida como *Landsknecht*, alemão para “servo da terra”. Era geralmente composta pelos filhos mais novos das famílias camponesas, visto que apenas o mais velho herdava a terra, restando aos demais servirem como servos deste. Isto é um reflexo de um processo maior, no qual a diminuição das propriedades camponesas, entre o final da Idade Média e a Idade Moderna, estava associada às disputas entre camponeses e senhores de terra pela apropriação dos excedentes produzidos.

Por volta do século XI, o desenvolvimento de um conjunto de técnicas agrícolas permitiu um grande aumento da população europeia. Estas técnicas expandiram o modelo agrícola baseado no arado, anteriormente restrito às terras mais quentes do Mediterrâneo, Egito e Mesopotâmia, para os solos profundos das planícies do Norte e Leste da Europa. A questão destes espaços é que, apesar da sua fertilidade e profundidade, o rigor do inverno inviabiliza o modelo de alqueive com tração, utilizado pelos gregos e romanos. Este modelo se baseia na complementaridade entre os rebanhos e as terras agrícolas: os animais pastam nas terras menos férteis, enquanto as áreas com maior potencial agrícola são utilizadas para o cultivo de cereais. À noite, os animais são recolhidos nas áreas agrícolas que estivessem em alqueive, isto é, naquelas parcelas que foram recém cultivadas e que agora estariam passando pelos processos necessários para que os níveis de fertilidade fossem recuperados para permitir novo cultivo, dentro de um regime de rotação de cultivo. Neste processo, o estrume depositado durante as noites era fundamental. Não obstante, a maior parte deste material se perdia nos solos menos férteis dos pastos. A outra parte dos

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

procedimentos que tornavam o solo apto para receber os cultivares era a destruição do tapete de ervas espontâneas que se formava durante este período de alqueive, sendo utilizados para tal fim o arado, o enxadão e a pá. Este modelo agrícola, tal como se apresentava, não era apropriado para as regiões mais frias do Norte da Europa, tendo sido necessária uma adaptação. O arado, que antes apenas arranhava a terra, se tornou mais pesado, entrando mais fundo nos solos ainda congelados da primavera. Este arado mais pesado foi atrelado a cavalos (que possuem maior força de tração do que os bois) através de um novo mecanismo que não enforça os animais, permitindo-lhes que empreguem mais força. Além disso, a estabulação dos rebanhos, durante o inverno, possibilitada pelas novas ferramentas para colher o feno e carregá-lo até os estábulos, permitia uma concentração do estrume produzido em quantidade superior àquela do sistema anterior (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Esta fartura subsidiou a expansão cristã pelos territórios da Europa à Leste, ao Sul (nas guerras de reconquista da Península Ibérica) e no Mediterrâneo, nas guerras pela Terra Santa. Todos estes conflitos fazem parte das Cruzadas contra povos não-cristãos (muçulmanos e pagãos) (JUNIOR, 2001). Inclusive, o cavaleiro medieval possui notáveis semelhanças com o regime agrícola descrito, na medida em que as ferramentas do guerreiro e do camponês são de ferro, assim como a tração utilizada é a do cavalo.

No entanto, o crescimento da população, tanto das classes produtoras quanto das nobiliárquicas, gerava também o empobrecimento dos filhos que se viam diante de parcelas cada vez menores de terra - de onde surge o *Landsknecht* e provavelmente outros tantos tipos de mercenários. Assim, os excedentes produtivos são cada vez mais disputados entre camponeses e senhores. Após um declínio populacional devido à Peste Negra, o súbito aumento do preço da mão-de-obra levou os senhores de terra a se voltar para a produção de rebanhos, visto que esta atividade requer menos mão-de-obra (MOORE, 2002).

No entanto, aí ocorre o rompimento do metabolismo daquele sistema agrícola, visto que há a desarticulação ecológica das terras agrícolas e dos pastos, muito embora estivessem economicamente articulados. Daí, segue-se uma crise ambiental cuja solução se dará na colonização do Novo Mundo (MOORE, *op. cit.*; POMERANZ, 2021).

É neste cenário em que ocorre a colonização ultramarina. Nas ilhas atlânticas e nos reinos cruzados do Levante, durante a Baixa Idade Média, foram postos em prática regimes de produção agrícola muito parecidos com os que depois seriam instalados nas Américas (SCHWARTZ, 1988). Isto é, eram modelos baseados na exportação de produtos cultivados em monocultura, por trabalhadores escravos e em grandes propriedades. *Mercadoria* é uma categoria que dá nexos a este processo, pois é

ela que justifica esta enorme mobilização, cumprindo um papel essencial na acumulação primitiva de capitais, visto que a reprodução do valor se dá, necessariamente, pela sua passagem pelo corpo físico de uma mercadoria (MARX, 2015).

Amazônia: hidrografia histórica

Saindo de Quito em 1542, Orellana desce um dos tributários do Amazonas em busca da mítica Terra da Canela, chegando ao Oceano Atlântico cerca de um ano depois. Este trajeto alerta os espanhóis desta passagem para o Vice-Reino do Peru, cuja prata era de tão grande importância naquele contexto de guerras na Europa¹. De fato, posteriormente o português Pedro Teixeira realizou o mesmo percurso, partindo de Belém em 1637, chegando em Quito. Ciente do risco que corria, a Coroa Espanhola ordena em 1612 que seus vassalos sediados em Pernambuco (no contexto da União Ibérica) expulsem os estrangeiros (ingleses, holandeses e franceses) dos territórios reivindicados na foz do Amazonas e da Ilha de São Luís do Maranhão. Não obstante, a região permanecerá em disputa até 1630, quando a última tentativa de estabelecimento dos ingleses é frustrada, se estabelecendo, assim, a hegemonia portuguesa nesta bacia hidrográfica (HEMMING, 2007).

A ocupação agrícola do território, como forma de garantir sua viabilização econômica, tanto em termos de realizar lucros para a metrópole quanto sustentar os gastos da colonização, é uma preocupação posterior à conquista/defesa deste espaço frente à concorrência das demais nações europeias. No entanto, ela parece falhar neste objetivo, cabendo à exploração dos produtos da floresta, as cobiçadas drogas do sertão.

Desta maneira, estabelece-se, no Amazonas, um modelo de territorialização diferente do realizado pelos portugueses no Nordeste Açucareiro. Busca-se o controle dos afluentes dos rios, que são caminhos rumo aos sertões e cuja disputa já parecia estar presente antes da chegada dos europeus na região.

Na contramão dos modelos arqueológicos de então para a Amazônia, que depositavam no meio (a floresta tropical) a causa para a ausência de complexidade social na região (MEGGERS, 1954 e 1984; STEWART, 1949), Donald Lathrap propôs nos anos 1970 que este espaço era o coração das terras baixas da América do Sul. Isto se daria pela rede de comunicação possibilitada por meio da navegação dos afluentes

¹ “[N]os últimos anos do reinado de Isabel, na Inglaterra, ou de Felipe II, na Espanha, nada menos que três quartos das despesas do governo eram destinados à guerra, ou ao pagamento das despesas dos anos anteriores”. (FIORI, *op. cit.* p. 29).

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

da Bacia Amazônica, conectando os Andes, a Bacia do Paraguai, o Atlântico e o Caribe, via rio Orinoco. O modelo foi chamado de “cardíaco” (LATHRAP, 1970). De fato, estudos recentes têm demonstrado que a região é um palco milenar de intensa atividade cultural, tendo sido encontrada lá a cerâmica mais antiga das Américas (NEVES, 2012).

Neste sentido, Eduardo Góes Neves escolheu a Amazônia Central, “a região situada ao longo de ambas as margens do rio Amazonas entre a foz do rio Japurá e a foz do rio Madeira” (NEVES, 2012), para estudar o que teria sido a área central desta rede hidrográfica. O trabalho realizado demonstra a existência de grandes sítios arqueológicos neste local, havendo inclusive a construção de grandes estruturas defensivas, como valas e paliçadas, ao redor de determinados assentamentos. Não obstante, outros grandes sítios arqueológicos vêm sendo encontrados em regiões menos centrais desta bacia. É o caso dos geoglifos do Acre; os sítios arqueológicos de Llanos de Mojos, na Bolívia; da Ilha de Marajó; e no alto Xingu.

Figura 1 - Mapa topográfico da porção norte da América do Sul. Percebe-se que a maior parte da bacia amazônica se encontra em uma mesma altitude, assim como a rede que conecta esta região às outras porções das Américas.



A História Através da História

MENEGAT, Juliano

A ocupação portuguesa, por sua vez, se inicia com um claro objetivo de controlar o acesso à bacia Amazônica pelo Atlântico, salvaguardando-a das nações concorrentes. Em 1661, o padre jesuíta João Felipe Bettendorf funda a Aldeia dos Tapajós – funda apenas para os registros portugueses, pois a aldeia já existia, apresentando uma grande porção de *terra preta*, um registro arqueológico que atesta uma ocupação ampla em termos espaciais e temporais (este sítio arqueológico se espalha por mais de cinco quilômetros quadrados) (CARNEIRO, 2007). O fato de esta ocupação estar situada no ponto em que o rio Tapajós toca o Amazonas pode ser entendido como evidência da importância da conexão entre ela e o rio. Mais acima do Amazonas, os índios Manaus eram um dos principais fornecedores de cativos aos colonos portugueses. Não obstante, uma guerra eclodiu entre ambas as partes e a vitória portuguesa sobre este povo abriu o rio Negro para a exploração colonial (HEMMING, *op. cit.* SWEET, 1974).

Guerra nas matas

A guerra neste ambiente tão diferente da Europa, os trópicos úmidos, assumia um caráter diverso da guerra no velho continente. Assim, no combate contra as invasões holandesas, a estratégia adotada era baseada em duas linhas: a *guerra de Flandres* e a *guerra brasileira*. A primeira correspondia ao modelo europeu, caracterizado pelos sítios das cidades e focadas no controle das praças, utilizando-se para tanto de artilharia e minagem, com pouca ocorrência de batalhas campais (ROCHA, 2013).

A *guerra brasileira*, por sua vez, “tratava-se da apropriação do estilo de guerra dos índios e, nesse sentido, da adaptação ao ambiente ecológico”, havendo pouco uso da cavalaria, utilização de artilharia pesada (“pois a artilharia leve de campanha sofria com a imobilidade do terreno” (ROCHA, *op. cit.* p. 74), e havendo a guerra por emboscadas, caracterizada pela alta mobilidade e pelos ataques às unidades produtivas interioranas. Buscava-se o “cerco do inimigo em alguns sítios porventura perdidos na costa, impedindo o acesso ao interior (e aos engenhos ali localizados) e o uso do poder naval contra os mesmos” (*idem*, p. 44).

Desta maneira, manifestou-se, desde cedo, o antagonismo entre os militares formados na Europa e os militares locais acerca da estratégia que deveria ser empregada. Jerônimo de Albuquerque, um dos líderes brasileiros na expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão, formado, portanto, pelos conflitos no Novo Mundo, apontou que “são de pouco efeito as fortalezas”, e que a melhor fortificação “é os grandes matos e estar bem com os naturais” (*idem*, p. 75). De forma parecida, a câmara de Belém, em representação ao capitão-mor de 1647, sugere que fosse

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

abandonada a fortaleza de Belém e que se produzissem mantimentos nas trilhas, sendo mais conveniente se manterem “senhores dos campos”, visto que de dentro da fortaleza não seria possível manter a aliança com os índios: “não largar a fortaleza e [perder] a fortaleza e a capitania” (*idem*, p. 76). Ainda sobre o antagonismo entre os formados pela guerra de Flandres e os adeptos da guerra brasileira, aponta Padre Antônio Vieira, em relação ao cargo de sargento-mor:

(...) e esse [cargo de sargento-mor, ocupá-lo] dos da terra, e não de Elvas, nem de Flandres, porque este Estado, tendo tantas léguas de costa, e de ilhas e rios abertos, não se há-se de defender, nem pode, com fortalezas, nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas e, principalmente, muitos índios; e esta guerra só o sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal (*idem*, p. 77).

Assim, um elemento fundamental para a guerra nas matas da bacia amazônica era a presença dos exércitos indígenas. Conforme Evaldo Cabral de Melo, muito embora

os contingentes negros e indígenas mobilizados durante a resistência [contra os holandeses] e a restauração eram numericamente inferiores às tropas regulares e milicianas. (...) em todo o século XVII essa não foi a realidade do Estado do Maranhão. (...) [onde] a aliança com os índios foi decisiva desde os primórdios da conquista (ROCHA, *op. cit.* p. 53).

Nos principais conflitos e entradas ocorridos nesta região, os índios representavam o grosso da tropa. Em 1647, a Câmara de São Luís afirmava que “sem índios, senhor, não é possível defender esse Estado [do Maranhão] o que claramente se viu na restauração desta praça” (*idem*, p. 61)

Agricultura ao revés

Como já foi mencionado, a agricultura colonial não realizou o sucesso da economia açucareira na bacia Amazônica, havendo uma grande preponderância das drogas do sertão na exploração. “como os que haviam conquistado o Maranhão haviam vindo de Pernambuco, assim que tomaram posse da terra ‘começaram logo a edificar engenhos’ nos quais trabalhavam escravos indígenas resgatados” (CHAMBOULEYRON, et al., 2010, p. 125). Não obstante, Moura relata que houve o posterior abandono do cultivo de cana-de-açúcar e do tabaco em favor da exploração das drogas do sertão. (HEMMING, *op. cit.*).

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

No entanto, uma reconceitualização destes produtos florestais é necessária, visto que sua distribuição não é acidental. Estudos recentes têm apontado que a floresta amazônica possui um forte componente antrópico, sendo um produto do manejo milenar realizado pelos indígenas, constituindo parte importante do seu sistema produtivo. Este manejo se inicia com a abertura das roças. A capoeira que se segue ao fim do ciclo da mandioca (que dura cerca de dois anos) não representa o encerramento produtivo deste espaço. O sistema produtivo não se encerra onde a clareira encontra a mata antiga. Daí a confusão de Lévi-Strauss: não é nítida, aos olhos ocidentais, a linha onde acaba o domesticado e começa o selvagem (LÉVI-STRAUSS, 1952, *apud* FAUSTO & NEVES, 2018). Assim:

O caso da castanha pode ser expandido para outras espécies de árvores da Amazônia cujos padrões atuais de distribuição podem estar relacionados ao manejo humano no passado: uma compilação de dados obtidos em 1170 parcelas de inventários botânicos revelou que a Amazônia abriga aproximadamente 16 mil espécies de árvores, mas que apenas 227 delas (1,4% do total) representam metade das árvores de todo o bioma (...) denominadas 'hiperdominantes' (...) Para os autores do estudo [TER STEEGE et al. 2013], um dos fatores que poderiam explicar essa hiperdominância seria o amplo cultivo pelos povos indígenas antes do início da colonização europeia (NEVES, 2021, p. 115-116).

Estes fatos nos indicam que a agricultura colonial não necessitou de se fazer tão presente na viabilização da ocupação colonial da Amazônia justamente pela presença do elemento antrópico na floresta: as drogas exploradas eram manejadas pelos povos amazônicos e sua exploração configura saque colonial.

Conclusão

Nota-se como a guerra moderna nos trópicos americanos, tanto no nordeste brasileiro quanto na região amazônica, assumiu feições próprias, quando comparadas às guerras no Velho Mundo. Longe das hostes mercenárias ou profissionais das nações europeias, aqui eram os indígenas que cumpriam um papel fundamental, devido não apenas ao seu número muitíssimo superior ao dos soldados pagos, mas também ao conhecimento de que dispunham sobre o terreno. Além disso, buscou-se demonstrar a ligação entre a ocupação militar e a agricultura comercial-colonial que pretendia-se instalar nestes territórios. Fundamentalmente, procurei neste trabalho realizar a conexão do aspecto produtivo da colonização, voltado para a produção de lucros para os Estados em formação, e do aspecto bélico, entendidos aqui como indissociáveis.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Robert L. **A base ecológica dos cacicados amazônicos**. Revista de Arqueologia, v. 20, n. 1, 2007.

CHAMBOULEYRON, Raphael et al. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açaí, 2010.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas**. Volume 1 e 2. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2004.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Editora Vozes, 2004.

HEMMING, John. **Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. Edusp, 2007.

JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. Brasiliense, 2001.

KURZ, Robert. **A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar**. Folha de São Paulo, v. 30, n. 3, p. 3, 1997.

LATHRAP, Donald Ward. *The upper amazon*. Southampton: Thames & Hudson, 1970.

LÉVI-STRAUSS, C. 1952. *The use of wild plants in tropical South America*. Economic Botany 6: 252–70. <https://doi.org/10.1007/BF02985068> – 1991. Histoire de Lynx. Paris: Plon.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. IICA, 2010.

MEGGERS, Betty J. **Environmental limitation on the development of culture**. American anthropologist, v. 56, n. 5, 1954.

MEGGERS, Betty J. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. 1984.

MOORE, Jason W. *The crisis of feudalism: An environmental history*. *Organization & Environment*, v. 15, n. 3, p. 301-322, 2002.

A História Através da História

MENEGAT, Juliano

NEVES, Eduardo. 2021. **Castanha, pinhão e pequi ou a alma antiga dos bosques do Brasil**. In: Cabral de Oliveira, J. et al. Vozes vegetais: Diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: UBU. Pp.109-124.

POMERANZ, Kenneth. ***The great divergence***. Princeton University Press, 2021.

ROCHA, Rafael Ale. **A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)**. 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STEWART, Julian Haynes. **Handbook of south american Indians**. US Government Printing Office, 1949.

SWEET, David Graham. ***A RICH REALM OF NATURE DESTROYED: THE MIDDLE AMAZON VALLEY, 1640-1750***. The University of Wisconsin-Madison, 1974.

TER STEEGE, Hans et al. **Hyperdominance in the Amazonian tree flora**. Science, v. 342, n. 6156, 2013.

MULHERES INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Suelen Siqueira Julio*

Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa de doutorado intitulada *Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial* (JULIO, 2022). Recentemente defendida pelo PPGH-UFF, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Elisa Garcia, a tese aborda a inserção das mulheres indígenas na capitania do Rio de Janeiro, do século XVI ao início do XIX. A adoção de um recorte temporal tão amplo se deveu à busca de levantar o máximo de informações disponíveis nas fontes para responder à seguinte questão: qual a especificidade do grupo ao qual nos referimos como mulheres indígenas? Isto é, quais características marcaram a experiência histórica dessas mulheres na América portuguesa em geral e, particularmente, no Rio de Janeiro?

Através dessa questão principal, a pesquisa perseguiu o objetivo de complexificar o conhecimento disponível acerca das índias na história do Brasil, rompendo com imagens estereotipadas e relacionadas à dupla subalternização que recaiu sobre elas: enquanto indígenas e mulheres. O estudo buscou também explicitar que os processos de invasão e colonização da América foram marcados pelo gênero, analisando aspectos como alianças, guerras, atuação política de sujeitos indígenas, trabalho, matrimônio, maternidade e posse de bens.

Entendido como a construção social dos papéis prescritos para homens e mulheres (BOCK, 1991; SCOTT, 1994; SOIHET, 1997), o gênero foi utilizado como categoria de análise, a fim de marcar as implicações que esses papéis traziam para a vida dos nativos que iam sendo integrados à sociedade colonial. Como é demonstrado no decorrer do trabalho, as concepções vigentes sobre o feminino e o masculino estavam entre os elementos estruturantes das leis, da religião, dos modos de governar os povos dominados, da organização do trabalho e de tantos outros aspectos fundamentais daquela sociedade (MURIEL, 1974; TREXLER, 1995; POWERS, 2002). Nesse sentido, a pesquisa seguiu um caminho que vem sendo trilhado por algumas pesquisas que, ao adotarem como foco o papel do gênero na organização das

* Doutora em História pela UFF. Professora do Departamento de História do Colégio Pedro II. Agradeço ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

sociedades indígenas e coloniais, têm resultado em análises inovadoras acerca das relações entre nativos e europeus, com destaque especial para as mulheres (SLEEPER-SMITH, 2001; KELLOG, 2005; BARR, 2007; STOLER, 2010 [2002]; GHOSH, GARCIA, 2015; 2008 [2006]).

À luz dos cruzamentos entre gênero, etnia e posição social, a tese em questão focou a atuação histórica das mulheres indígenas, sujeitos tradicionalmente relegados a segundo plano. Na historiografia brasileira, as nativas têm sido ligadas, sobretudo, aos primeiros momentos da colonização, dando-se destaque para o seu papel na geração de mestiços, seja por meio de arranjos familiares ou através encontros sexuais fortuitos, baseados numa suposta disponibilidade sexual dessas mulheres (PRADO, 1981 [1928]; FREYRE, 2006 [1933]; ELLIS JR., 1976 [1936]; PRADO JR., 2011 [1942]). Ainda não totalmente abandonada, a redução das índias às funções de mães de mestiços e de esposas ou “concubinas” dos portugueses aparece já no momento de construção de uma “história nacional” no século XIX. Em sua influente *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo de Varnhagen (1877 [1854], p. 203 e 206) escrevia que os colonizadores se adaptaram “a muitos usos dos bárbaros”, incluindo as uniões com as índias, apontadas como um importante fator de “fusão das nacionalidades tupi e portuguesa”.

Ao buscarem sublinhar o caráter conflituoso da miscigenação – amiúde baseada na violência sexual praticada pelos colonizadores –, diversas abordagens bem posteriores acabaram reproduzindo os estereótipos que restringem as nativas ao papel de reprodutoras ou que colocam demasiada ênfase na sexualidade de tais mulheres (ALMEIDA, 1988; GAMBINI, 1988; BASEGGIO; SILVA, 2015/2016; BARBOZA; VIEIRA, 2018; REZZUTTI, 2018).

A presente pesquisa buscou intervir nesse quadro, através da composição de uma história social preocupada em ressaltar outros aspectos da experiência das indígenas: que papéis exerceram; o que se disse e se legislou sobre elas; qual o impacto das divisões de gênero europeias sobre suas vidas; como tais divisões foram construídas e modificadas no chamado Novo Mundo; quais relações as índias tiveram com homens indígenas, colonos, missionários, pessoas escravizadas e/ou de origem africana, entre outros atores presentes na sociedade colonial.

Abordagens como a proposta nesta pesquisa vêm sendo desenvolvidas no exterior, acerca de outros contextos das Américas (ZULAWSKI, 1992; MANGAN, 2005; TOWNSEND, 2006; OCHOA; GUENGERICH, 2021). Na historiografia brasileira, uma contribuição digna de nota para o estudo das mulheres indígenas é o livro *De cunhã a mameluca*, trabalho pioneiro lançado por João Azevedo Fernandes (2003). Partindo de um diálogo crítico com a obra de Florestan Fernandes (1989 [1948]; 2006 [1951]) – excessivamente centrada no poder dos homens tupinambás,

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

principalmente os mais velhos – Azevedo Fernandes mostra que o status feminino entre os tupis era muito mais elevado do que nos faz crer o viés masculino implícito nas fontes e nas reconstruções antropológicas tradicionais. Além disso, o autor demonstra que os papéis desempenhados por essas mulheres em suas sociedades de origem impactaram a construção da sociedade colonial.

Contemporânea de trabalhos que, especialmente nos Estados Unidos, começavam a renovar os estudos sobre as mulheres nativas, a abordagem de Azevedo Fernandes permaneceu por um bom tempo como uma iniciativa isolada no Brasil (GARCIA, 2020). Se excetuarmos alguns artigos mais preocupados com o estudo das representações europeias acerca das índias do que propriamente com sua participação na dinâmica social da colônia (RAMINELLI, 2018 [1997]; TENÓRIO; GOMES, 2004; FLECK, 2006), podemos afirmar que apenas nos últimos anos as índias começaram a aparecer como tema central de investigações mais sistemáticas (CAMPOS, 2012; FARIAS, 2014; GARCIA, 2015; JULIO, 2017; BORBA, 2018; OESTE, 2020; ALMEIDA, 2021).

Assim, a ênfase colocada pela autora deste artigo nas mulheres indígenas se deve, principalmente, à constatação de que as especificidades que sobre elas incidiram ainda não foram satisfatoriamente estudadas. A abordagem, no entanto, não deve ser vista como “específica”, no sentido de se contrapor às abordagens “gerais”. Isto é, as referidas mulheres não constituem um assunto “curioso” ou um apêndice à “história geral”. Pelo contrário: o foco sobre as indígenas tem um enorme potencial de contribuir para a construção de uma história verdadeiramente mais ampla, visto que é impossível escrever sobre elas sem tratar, por exemplo, dos homens brancos que dominavam a sociedade colonial. Enquanto isso, muitas abordagens ditas gerais são, na verdade, análises focadas nas camadas dominantes. Dispensando pouca ou nenhuma atenção às ações de personagens que, como as nativas, fizeram parte das bases que sustentaram a sociedade colonial, tais abordagens se mostram, ao fim e ao cabo, marcadas pelo gênero – masculino, no caso – e pela classe (dominante), além de enfatizarem os personagens brancos. São, portanto, bem menos “gerais” do que já se pensou.

Estudar as mulheres nativas significa analisar trajetórias de sujeitos fundamentais para a construção da América portuguesa – e isso não se restringe à tradicional ideia das índias como mães dos “primeiros brasileiros”. Mais do que os enfatizados enlacs entre índias e portugueses, é preciso analisar detidamente o papel das *gentias da terra* sob outros aspectos, como o político e o econômico. Além de terem atuado como mediadoras, intérpretes e catequistas, as indígenas formaram um contingente crucial de mão de obra nos mais diversos locais da América colonial (FERNANDES, 2003; SLEEPER-SMITH, 2001; MANGAN, 2005; JAGER, 2015).

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

Foi do trabalho dessas mulheres e das suas técnicas de lida com o solo que dependeram os europeus, recém-chegados numa terra desconhecida, onde muitas sociedades viam o cultivo e o preparo de alimentos como um trabalho feminino.

No Brasil, temos o exemplo da farinha de mandioca que, fabricada pelas índias ou utilizando suas técnicas de preparo, nunca deixou de atuar como base da alimentação na colônia, além de ter servido como importante moeda de troca nos portos de embarque de africanos escravizados e como sustento das gentes que navegavam por diferentes partes do mundo (ALENCASTRO, 2000; LIMA, 2006; RODRIGUES, 2017). Raramente explicitado na historiografia sobre o Brasil colonial, esse nexos entre as mulheres nativas e a produção de itens que, como a farinha, eram tão importantes no comércio atlântico, foi um dos elementos analisados na tese aqui apresentada, que se preocupou também em evidenciar a carga de trabalho oculta sob a figura da esposa e da mãe indígenas (JULIO, 2022).

Na busca de analisar concretamente a multifacetada experiência histórica das índias no Rio de Janeiro, a pesquisa utilizou como base diversos tipos de fontes primárias, sobretudo. Boa parte dessa documentação consiste em registros eclesiásticos consultados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) e no Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói (ACMN): assentos de batismo, casamento e óbito – alguns deles acompanhados por testamentos –, bem como habilitações matrimoniais.¹

Uma das justificativas para a escolha dessas fontes é o fato de serem “um dos poucos *corpora* documentais massivos e reiterativos que sobreviveram aos séculos XVII e XVIII” (FRAGOSO; GUEDES; SAMPAIO, 2014, p. 10). Numa época em que a ideia de registros civis estava longe de existir, era a Igreja que produzia e guardava informações sobre os nascimentos, casamentos e óbitos, numa prática que envolvia tanto a administração dos sacramentos quanto a busca de controlar os comportamentos daqueles que eram, ao mesmo tempo, almas a serem enquadradas na doutrina católica e súditos da Coroa portuguesa. Como observado por Ronald Raminelli (2014), as malhas da administração eclesiástica se mostravam eficientes, detendo muito mais informações sobre os fiéis do que os ouvidores e demais magistrados tinham sobre as suas imprecisas jurisdições. Os padres produziram dados

¹ Na época colonial, os noivos deveriam comprovar que atendiam a determinadas condições básicas para sacramentar sua união. As habilitações matrimoniais eram processos instaurados, sobretudo, nos casos em que era preciso averiguar mais a fundo se entre os noivos não existiam impedimentos como: parentesco, casamento forçado, ter prometido casar ou já estar casado com outra pessoa, um dos cônjuges não ser católico etc. Assim, quando havia alguma suspeita/denúncia de impedimento ou em casos de pendência documental (a falta do assento de batismo de um dos noivos, por exemplo), era aberto um processo com o fim de apurar o caso (FARIA, 1998; CASTELNAU-L'ESTOILE, 2019).

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

sobre indivíduos de todos os tipos – livres e escravizados, ricos e pobres, mulheres e homens, índios e brancos etc. – muitos dos quais dificilmente são visíveis em outras fontes, como é o caso das indígenas.

Desse modo, a consulta aos documentos eclesiásticos mostra que ainda que as informações sobre as nativas não sejam tão abundantes quanto as disponíveis sobre outros sujeitos, tais dados estão longe de serem inexistentes. Através de uma abordagem qualitativa dessas fontes, foi possível explorar as relações políticas, econômicas, sociais, interétnicas, de gênero nas quais as mulheres indígenas estiveram envolvidas. Embora, por vezes, a tese tenha adotado a quantificação, ela não se propôs a de um exercício de demografia, pois as fontes são demasiado lacunares para se avaliar com precisão o peso das índias na população colonial. Nem sempre explicitadas nas fontes com indicativos étnicos, as mulheres nativas certamente tiveram uma presença muito maior no conjunto da população colonial do que o que fazem crer os silêncios sobre elas e as parcas – porém ricas – referências a *índias*, *gentias*, *da terra* e outros rótulos que costumavam recair sobre os sujeitos indígenas dentro e fora das fontes paroquiais.

Mais um motivo para investir na documentação eclesiástica foi o fato de que o trabalho mais completo sobre as populações indígenas no Rio de Janeiro colonial, *Metamorfozes indígenas*, não se debruçou sobre ela (ALMEIDA, 2003). Além disso, o estudo que se dedicou à análise das habilitações matrimoniais do bispado do Rio, feito por Charlotte de Castelnau-L'Estoile (2019), concentrou-se nos processos referentes ao casamento de pessoas escravizadas no período entre 1680-1720. Assim, ao abarcar um recorte temporal mais amplo e ao focar as mulheres indígenas, a tese buscou trazer à tona aspectos ainda inexplorados dessa documentação.

Como ensina a história social, quanto mais variados os tipos de fontes consultadas, maiores são as chances de apreender os sujeitos históricos em toda a sua complexidade (DAUMARD, Adeline et al, 1984). Desse modo, além da documentação eclesiástica, a pesquisa fez uso de diversos outros tipos de fontes, como aquelas oriundas da administração colonial, a exemplo das leis e da correspondência entre as autoridades coloniais e a Coroa. Parte desses documentos se encontra em arquivos brasileiros, como o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Também foram consultadas, de modo presencial e remoto, uma importante documentação disponível em acervos portugueses, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), a Biblioteca Pública de Évora (BPE), entre outros. Como documentação auxiliar, foram utilizados escritos de missionários, cronistas e viajantes de diversas épocas, bem como imagens iconográficas e outras fontes que podem ser conferidas na tese.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

A leitura crítica das fontes envolveu, entre outros elementos, um olhar de gênero sobre os dados obtidos. Segundo Margarita Ortega (2006), a escrita de uma história que supere o esquecimento do gênero feminino implica não só o uso de fontes tradicionalmente pouco utilizadas pela historiografia. Implica, sobretudo, um esforço de revisão crítica sobre documentos já conhecidos, dos quais é necessário explicar os silêncios sobre as mulheres, observando de que forma os fatos são apresentados. Aqui, mais uma vez, a adoção da perspectiva de gênero se mostrou útil, pois esta ressalta o conteúdo relacional da história das mulheres, ampliando o leque de fontes. Ou seja, o estudo da história das mulheres deve considerá-las em suas relações com os homens e, desta maneira, são úteis não apenas as fontes que tratam diretamente sobre elas, mas também aquelas nas quais são pouco consideradas ou mesmo apagadas (GONÇALVES, 2015, p. 75). Para o caso das mulheres indígenas, este não é um ganho pequeno, já que tais considerações potencializam – ou melhor, viabilizam – trabalhos focados na sua experiência histórica. Assim, na pesquisa aqui apresentada, ainda que amiúde as índias não tenham aparecido como as protagonistas das fontes, estas foram perscrutadas, a fim de que – com suas linhas e entrelinhas – contribuíssem para esclarecer os papéis por elas desempenhados no Rio de Janeiro.

Note-se que a leitura das trajetórias vividas pelas índias implica considerações não só sobre gênero, já que seu pertencimento étnico marcou profundamente suas histórias. A noção de etnia adotada se beneficiou das contribuições de Fredrik Barth (2000), autor que aponta as insuficiências da definição de grupo étnico que foca como aspecto principal o compartilhamento da mesma cultura. Barth propõe uma noção mais dinâmica e relacional das categorias étnicas, colocando como foco a auto atribuição e a atribuição por outros. Desse modo, a pesquisa não buscou uma suposta lista de características culturais que teriam marcado mulheres indígenas pertencentes a este ou aquele povo, mas sim investigar as trajetórias históricas vividas por mulheres que, ao longo do período colonial, foram identificadas através de categorias como *índias*. E mais: na medida do possível, buscou-se saber de que forma essas mulheres se apropriaram de tais rótulos.

O interesse em analisar a história do ponto de vista das indígenas – o que teriam a dizer sobre si, como perceberam sua situação – é dificultado pelas fontes, produzidas pelos agentes coloniais e portadoras da sua visão. Contudo, através do aporte teórico fornecido pelo diálogo entre historiadores e antropólogos que vêm valorizando o ponto de vista dos sujeitos históricos indígenas (ALMEIDA, 2013), foi possível formular hipóteses acerca dos interesses das índias e quais estratégias de vida e sobrevivência lhes foram possíveis traçar. Inclusive, o mencionado aporte permite entender que as fontes são, em alguma medida, produtos de interações e diálogos, ainda que assimétricos. Assim, mesmo que os interesses e as concepções de gênero

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

dos colonizadores os tornassem pouco propícios a escrever sobre as indígenas, a importância que elas tinham em diversas sociedades nativas não as permitiu passarem despercebidas. Ainda que homens como os jesuítas muitas vezes não tenham registrado sequer o nome das mulheres indígenas com as quais interagiram, elas lograram imprimir sua presença nos escritos que hoje nos servem de fonte.

Através da documentação, das ideias e dos procedimentos explicados sumariamente até aqui, foram elaborados os capítulos apresentados a seguir. O primeiro capítulo da tese aborda a capitania fluminense, buscando traçar um panorama de todo o período colonial. Intitulado “O Rio de Janeiro colonial”, tem como objetivo expor o contexto no qual se desenvolveram as trajetórias das mulheres indígenas, além de explicitar a dimensão de gênero da invasão e da colonização da América. Ativas e fundamentais nos contatos iniciais com os europeus, as mulheres nativas seguiram desempenhando papéis importantes mesmo após o esgotamento das relações de troca entre indígenas e portugueses. Estes últimos – ainda que tenham enfrentado resistências e reveses que os obrigaram a adotar flexibilizações – terminaram por implantar uma ordem colonial que implicava a apropriação do território, a catequização, a escravização, a desorganização deliberada das instituições nativas e a imposição de instituições europeias.

Entre essas instituições, foi destacado o casamento cristão, analisado no capítulo II, *Gentias do Rio*, dedicado à análise das relações sociais nas quais as mulheres nativas estiveram inseridas e à discussão das categorias pelas quais elas foram evocadas na América portuguesa como um todo. Para além dos envolvimento sexuais/afetivos não sacramentados pela Igreja e que possibilitaram alianças, alimentos, mão de obra e mercadorias para os europeus, existiram as políticas de matrimônio, levadas a cabo pela Igreja e pela Coroa. Segundo Castelnau-L’Estoile (2019), o casamento era parte central do envolvimento da Igreja na expansão ultramarina, sendo considerado o mecanismo por excelência de incorporação da população não europeia ao catolicismo. Tal projeto de conversão possuía uma dimensão não só religiosa, mas intelectual, social, política e econômica. Deste modo, a institucionalização do matrimônio foi o símbolo do estabelecimento da sociedade colonial. Isto é, a imposição do modelo cristão de casamento simbolizava a passagem do estágio de mera presença dos europeus em determinadas áreas para a implantação de instituições de origem europeia.

No Rio de Janeiro, tal institucionalização do matrimônio parece ter ocorrido com maior solidez no século XVII. Entre outras questões, os assentos de casamento – assim como os de batismo e óbito – informam sobre a própria presença dessas mulheres na capitania: classificações como *índia* adentram o Oitocentos, mesmo após séculos de colonização, guerras, miscigenações e da aplicação, em alguma medida, da política assimilacionista estabelecida pelo Diretório dos Índios (DIRECTÓRIO, 1757;

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

DOMINGUES, 2000, ALMEIDA, 2003). As mulheres nativas, é importante destacar, eram o alvo preferencial das políticas de incentivo aos matrimônios entre indígenas e não indígenas, os chamados “casamentos mistos”, já que dificilmente ocorreriam matrimônios entre portuguesas e homens indígenas (LEY, 1755).

No caso fluminense, a documentação mostra um considerável número de casamentos mistos antes e depois do século XVIII. Porém, raramente essas uniões foram sacramentadas com portugueses ou homens que pudessem ser classificados como “brancos”, mas sim com “pardos”, “crioulos”, “pretos” e “cabras”, livres e escravizados – o que constitui um forte indicativo da posição subalterna das mulheres indígenas enquanto grupo. Derivadas ou não das políticas assimilacionistas, tais “misturas” não necessariamente resultaram no apagamento da identidade indígena (ALMEIDA, 2003; JULIO, 2022).

Continuando a tarefa de fornecer elementos concretos sobre as mulheres indígenas na história do Brasil, o terceiro capítulo, “Uma história social das mulheres indígenas”, aprofunda a análise das trajetórias registradas nas fontes eclesiásticas. Dessa documentação emergem pontos diversificados sobre a vida das índias, tais como: suas relações de solidariedade, conflito, trabalho e afetividade com os demais segmentos da sociedade colonial; a pertinência de considerar as conexões entre indígenas, africanos e seus descendentes; as nuances de gênero que pesaram sobre suas trajetórias. A partir da atenção às categorias empregadas especificamente na documentação fluminense para se referir às mulheres indígenas, foram discutidas as diversas possibilidades da história social desse grupo, demonstrando que tal abordagem amplia o leque de informações disponíveis acerca desses sujeitos tão precariamente documentados. Ao prestarem depoimentos remetidos ao tribunal eclesiástico do Rio de Janeiro, mulheres e homens a exemplo de Jerônima da Conceição e José da Costa, *índios de nação*, tiveram ecos de suas vozes registrados. Por entre os jargões formais anotados pelos escrivães, é possível ouvir algo dos desejos e dramas de noivos que, como Jerônima e José, “por não se poderem separar pelo desordenado amor, que entre eles há” buscavam reunir as condições necessárias para se “unir ao vínculo do Matrimônio” (ACMRJ, 1809, f. 3).

Mulheres indígenas e os mundos do trabalho, quarto capítulo, tem como foco o universo laboral, fazendo um recorte mais específico nas relações sociais abordadas anteriormente. Ao atentar para as indígenas enquanto mão de obra, o capítulo persegue objetivo de destacar o papel central desempenhado por elas na economia colonial e, na medida do possível, nas suas sociedades de origem. Foram analisadas as circunstâncias e as modalidades de exploração sob quais as nativas labutaram, bem como as nuances de gênero do trabalho no Brasil colonial. Além de tecer considerações sobre índias que foram pequenas e médias proprietárias, o capítulo analisa as

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

concepções de pobreza e riqueza na sociedade colonial, com o fim de investigar as condições materiais de existência dos sujeitos indígenas.

O capítulo V, “Tornar-se índia”, aprofunda a discussão sobre o significado de ser mulher indígena e as implicações do gênero sobre suas trajetórias a partir do contato com os brancos. Em busca de desnaturalizar os comportamentos, atitudes, tarefas e outros aspectos atribuídos aos gêneros masculino e feminino, o capítulo analisa os mecanismos através dos quais os nativos vieram a *se tornar mulheres e homens* integrados à América portuguesa. Nesse complexo processo marcado por imposições, violências e inevitáveis limites e flexibilizações, foi possível perceber as respostas elaboradas pelos indígenas, seja em termos de resistência, diálogo e/ou internalização das identidades de gênero que a eles eram atribuídas pelos colonizadores.

O capítulo enseja também férteis discussões sobre as hierarquias, conflitos e outras relações no interior de cada gênero e sobre a necessidade de considerar a presença de pessoas que não se encaixavam no esquema binário feminino/masculino. Após uma breve reflexão acerca de que tipos de pensamento as mulheres indígenas poderiam ter elaborado sobre si mesmas, o capítulo encerra com a retomada de alguns escritos elaborados no decorrer do tempo, principalmente nos séculos XVI e XVII, no intuito de buscar as vozes de mulheres nativas que não puderam ser ignoradas pelos seus androcêntricos observadores. Personagens tão diferentes entre si como aventureiro alemão Hans Staden, o protestante francês Jean de Léry e seus compatriotas católicos André Thevet, Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, além do corsário inglês Anthony Knivet, fornecem a rara oportunidade de acessar – ainda que de maneira bastante indireta – ecos das vozes de mulheres que viveram em contextos nos quais as relações das nativas com homens brancos não estavam marcadas pela dominação europeia (STADEN, 2017 [1557]; LÉRY, 1961 [1578]; THEVET, 1944 [1557] e 2009 [1575]; ABBEVILLE, 1874 [1614]; EVREUX, 1874 [c. 1613]; KNIVET, 2007 [1625]). Ao “inventarem a América” (O’GORMAN, 2006 [1958]) através da escrita e de imagens iconográficas, as obras desses e de outros homens, cujo alcance e influência chegaram aos nossos dias, “inventaram” também as índias, às vezes de uma forma surpreendentemente mais complexa do que aquela a que nos habituamos a pensar as “mães do Brasil”.

Imagem bem viva no imaginário nacional, a índia como a “mãe”, “avó” ou “bisavó” dos brasileiros é o tema principal do sexto e último capítulo. Sob o título “*Não há mulher indígena ‘pega no laço!’: as índias no imaginário nacional*”, o capítulo explora a presença e as ausências das mulheres indígenas na memória social construída através da escrita, da iconografia e de outros suportes. A fim de contribuir para a necessária superação de imagens redutoras sobre mulheres e homens indígenas, foram apontados elementos que já vêm atuando para a construção de novas memórias. Tais elementos

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

não incluem apenas o potencial da História enquanto disciplina ou o papel de políticas públicas que poderiam ser colocadas em prática. Incluem, sobretudo, a ação dos próprios sujeitos indígenas, que, nas últimas décadas têm alcançado uma maior visibilidade na cena política, com notório destaque dos movimentos de mulheres (MICHELETTO, 2021).

Ao tocar em assuntos da contemporaneidade, o capítulo não se afasta do tema central da tese. Pelo contrário: busca sublinhar tanto os usos do passado em torno de índias coloniais como Paraguaçu quanto o desconhecimento acerca de outras possibilidades de ser indígena, percebidos a partir dos casos de Violante do Céu e Marquesa Ferreira, mulheres abordadas na pesquisa. Para além de atender ao objetivo geral de contribuir para o conhecimento sobre as mulheres indígenas, tal capítulo cumpre a função de sublinhar que embora a tese tenha adotado o marco tradicional da história política – considerando como colonial o período que vai do início da colonização portuguesa até a Independência do Brasil –, é preciso ter ciência de que essa definição é assaz limitada para dar conta das relações da sociedade envolvente com os indígenas. Afinal, 1822 não representou nenhuma ruptura na política indigenista (OLIVEIRA, 2016). Assim, não obstante tenha optado por tomar 1822 como uma referência que servisse de limite para a procura de documentos relativos às mulheres indígenas, o trabalho não ignora as discussões que têm sido feitas sobre a permanência de relações coloniais dos Estados e das sociedades da América para com os povos originários (POTIGUARA, 2018 [2004]; GONZAGA, 2021; HOLANDA, 2021; QUIJANO, 2005 [2000]; DUSSEL, 1993 [1992]; SANTOS, 2014 [2010]).

Sem dúvidas, a adoção de uma temporalidade tão ampla e a abordagem de tantos temas impuseram inúmeros desafios. Porém, a própria presença das mulheres indígenas em todos os poros da sociedade que se criou na América portuguesa – e no Rio de Janeiro, mais precisamente – exige a reflexão de fôlego levada a cabo na pesquisa aqui apresentada.

Referências Bibliográficas

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. Trad. Cezar Augusto Marques. São Luís: Typ. do Frias, 1874 [1614].

ACMRJ [ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO]. Cx. 3441, nº 87.985, ano 1809.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. **Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro**. História Social, Campinas, n. 25, p. 19-42, 2013.

ALMEIDA, Rauana. **Mulheres indígenas: violência e condições femininas em Tlaxcala, Nueva España, século XVIII**. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

BARBOZA, Renan do Nascimento; VIEIRA, Felipe Gonçalves. **A mulher indígena e a formação do povo brasileiro**. Cadernos Camilliani, Cachoeiro de Itapemirim, v. 15, n. 3-4, p. 331-344, dez. 2018.

BARR, Juliana. **Peace Came in the Form of a Woman: Indian and Spaniards in the Texas Borderlands**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: _____ (Org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. **As condições femininas no Brasil Colonial**. Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015/2016.

BOCK, Gisela. **La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional**. Historia Social, Valencia, n. 9, p. 55-77, 1991 [1989].

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

BORBA, Bárbara Lustoza da Silva. **Nas entrelinhas da História:** representações de índias e mamelucas nos registros coloniais do primeiro século da América portuguesa. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CAMPOS, Márcia. **As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes:** Mato Grosso – século XIX. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Un catholicisme colonial : Le mariage des Indiens et des esclaves au Brésil*. Paris: PUF, 2019.

DAUMARD, Adeline et al. **História social do Brasil:** teoria e metodologia. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Pará, 3 mai. 1757. In: CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas:** Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1974]. p. 189-226.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

DUSSEL, Enrique. **1492:** o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993 [1992].

ELLIS JR., Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1936].

EVREUX, Yves d'. **Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614.** Maranhão: Typ. do Frias, 1874. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/100366175>>. Acesso em: 16 out. 2020.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Erika Karine Gualberto de. **Mulheres indígenas imersas nas lutas:** Vivências e ações femininas nas guerras e conflitos ao norte da América Portuguesa (1576-1770). 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUNB, 1989 [1948].

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. São Paulo: Globo, 2006 [1951].

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca:** a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

FERNANDES, João Azevedo. **Antecedentes indígenas:** organização social das tribos tupis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1976 [1960]. t. 1: A época colonial, v. 1: Do descobrimento à expansão territorial, p. 72-86.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **De mancebas auxiliares do demônio a devotas congregantes:** mulheres e condutas em transformação (reduções jesuítico-guaranis, séc. XVII). Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 617-634, 2006.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa:** métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006 [1933].

GAMBINI, Roberto. **O espelho índio:** os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GARCIA, Elisa Frühauf. **Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Río de la Plata:** Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI. Americania: Revista de Estudios Latinoamericanos, Sevilla, n. 2, p. 39-73, jul.-dic. 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As mulheres indígenas na formação do Brasil:** historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. In: SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa (Org.). Mulheres do mundo atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 27-44.

GHOSH, Durba. **Sex and the Family in Colonial India: The Making of Empire.** New York: Cambridge University Press, 2008 [2006].

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo indígena.** São Paulo: Matrioska, 2021.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. **Saúde coletiva e o planeta comum:** o chamado das mulheres indígenas de cura pela terra. Interterritórios, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 167-191, 2021.

JAGER, Rebecca. Malinche, *Pocahontas, and Sacagawea: Indian women as cultural intermediaries and national symbols*. Norman: University of Oklahoma Press, 2015.

JULIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha:** uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Niterói: Eduff, 2017.

JULIO, Suelen Siqueira. **Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial**. 2022. 452 f. Tese (Doutorado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

KELLOG, Susan. *Weaving the Past: A History of Latin America's Indigenous Women from the Prehispanic Period to the Present*. New York: Oxford University Press, 2005.

KNIVET, Anthony. **Vária fortuna e estranhos infortúnios de Anthony Knivet:** memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007 [1625].

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961 [1578]. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1713.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LEY sobre os casamentos com as Índias, de 4 de Abril de 1755. **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I**. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1767. tomo I, f. 108-108v.

LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”:** Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MANGAN, Jane E. *Trading roles: gender, ethnicity, and the urban economy in colonial Potosí*. Durnhan and London: Duke University Press, 2005.

MICHELETTO, Julia Pizarro. **Vozes que não querem calar:** violência colonial e estratégias de enfrentamento da mulher indígena. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2021.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

MOREIRA, Vania Maria Losada. **Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa:** amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 47, set./dez. 2018.

MURIEL, Josefina. **Los recogimientos de mujeres: Respuesta a una problemática social novohispana.** México: UNAM, 1974.

OCHOA, Margarita R.; GUENGERICH, Sara Vicuña (Ed.). **Cacicás: the indigenous women leaders of Spanish America, 1492-1825.** Norman: University of Oklahoma Press, 2021.

OESTE, Laura. **Mulheres indígenas e fronteiras platinas (século XVIII):** invisibilidade, famílias e alteridades. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América.** México: Fondo de Cultura Económica, 2006 [1958].

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

ORTEGA, Margarita. Introducción. In: MORANT, Isabel (Dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina. Madrid: Cátedra, 2006.** v. 2: El mundo moderno. p. 13-23

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** Lorena: U’Ka Editorial, DM Projetos Especiais, 2018 [2004].

POWERS, Karen Vieira. **Conquering discourses of “sexual conquest”: of women, language, and mestizaje.** *Colonial Latin American Review* [Online], v. 11, n. 1, p. 7-32, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10609160220133655>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil:** ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981 [1928].

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e*

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [2000]. p. 107-130.

RAMINELLI, Ronald. **Eva Tupinambá**. In: DEL DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018 [1997]. p. 11-44.

RAMINELLI, Ronald. **Prefácio**. In: SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c. 1580-c. 1690. Niterói: Eduff, 2014. p. 13-15.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

RODRIGUES, Jaime. **“De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”**: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Revista Brasileira de História [Online], v. 37, n. 75, p. 71, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez. 2014 [2010].

SCOTT, Joan Wallach. **Prefácio a Gender and Politics of History**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SLEEPER-SMITH, Susan. **Indian women and French men: rethinking cultural encounter in the Western Great Lakes**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 275-296.

STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**. Porto Alegre: L&M, 2017 [1557].

STOLER, Anne Laura. **Carnal knowledge and imperial power: race and the intimate in colonial rule**. Berkeley: University of California Press, 2010 [2002].

TENÓRIO, Jeane de Santana; GOMES, Alberon Lemos. **A mulher no imaginário jesuíta: um olhar de gênero sobre a produção da Companhia de Jesus no Brasil, séculos XVI e XVII**. In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA E ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PERNAMBUCO: MEMÓRIA E HISTÓRIA, 5., Recife. Anais... Recife, 2004.

A História Através da História

JULIO, Suelen Siqueira

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944 [1557].

THEVET, André. **A Cosmografia Universal de André Thevet, Cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009 [1575].

TOWNSEND, Camilla. **Malintzin's choices: an Indian woman in the conquest of Mexico**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006.

TREXLER, Richard. **Sex and Conquest: Gendered Violence, Political Order, and the European Conquest of the Americas**. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877 [1854]. v. 1.

ZULAWSKI, Ann. **Clase social, género y etnicidad: mujeres indias urbanas en la Bolivia colonial (1640-1725)**. Historia y Cultura, La Paz, n. 21-22, p. 3-28, 1992.

POR ÓRGÃOS PROFANOS: JOÃO DE BARROS ENTRE O HUMANISMO CRISTÃO E A TRADIÇÃO DA POLÊMICA ANTIJUDAICA

Alexandre de Paula Antunes Aragão*

I.

João de Barros (1496 - 1570), feitor das Casas da Índia e Mina, foi um prolífico renascentista português que procurou esboçar intelectualmente os eixos do império quinhentista. Da *Cartinha para aprender a ler com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, de 1539, e a subsequente edição em 1540 da *Gramática da Língua Portuguesa*, que procurava unificar os padrões da língua do reino – como Antonio de Nebrija (1444-1522) havia feito para a Rainha Isabel de Espanha – ao mesmo tempo que conforma as práticas religiosas do reino ao dogma romano; à *Ropicapnefma ou Mercadoria Espiritual*, de 1532, que procurava providenciar os argumentos teológicos e filosóficos para a refutação dos sentimentos religiosos equivocados que considerava comuns em Portugal por meio de um diálogo satírico à moda erasmista; às *Décadas da Ásia*, cuja primeira edição é publicada em 1552, que procuravam narrar as conquistas portuguesas no continente asiático de modo a justificar os títulos do rei de Portugal, João de Barros discorreu sobre todas as bases essenciais do império português. Suas obras mais lidas eram, em grande parte, contribuições do autor à construção e consolidação de um projeto monárquico português que necessitava não apenas de alicerces materiais, mas também de suportes filosóficos, teológicos, políticos e intelectuais.

O *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judens* de 1543, entretanto, nunca saiu da forma manuscrita, cuja versão *princeps* foi apresentada ao cardeal infante d. Henrique (1512-1580), que negou a sua publicação. Até hoje salvo, o manuscrito está guardado na biblioteca do Liceu Passos Manuel, em Lisboa, e teve sua primeira edição apenas em 1950, com o esforço do Instituto de Alta Cultura e do dr. I. S. Révah. É uma obra de caráter único: o diálogo – que apresenta uma conversa entre o Evangelho e o Talmude – surge para mobilizar argumentos face a uma nova entidade que havia se estabelecido em Portugal, o Santo Ofício, e às motivações de suas primeiras vítimas judaizantes, queimadas no primeiro auto-de-fé efetuado em 20

* Mestrando no Curso de História Moderna no PPGH-UFF.

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

de setembro de 1540. Não surpreende, então, que o primeiro leitor tenha sido o inquisidor-geral. Todavia, pode surpreender que, para conseguir desenvolver a obra, que se constitui como um apelo aos cristãos-novos para verem a verdadeira fé do cristianismo, João de Barros tenha demonstrado uma “quase totalidade [de] saber cabalístico, talmúdico e midráshico” (BATAILLON, 1951, p. 324, trad. livre). Na tentativa de renovar a apologética antijudaica, João de Barros procura suas fontes na tradição ibérica do pensamento teológico contra o Talmude, que se baseia precisamente nas autoridades judaicas.

E o autor deixa isso claro logo em sua dedicatória ao cardeal infante, encerrando-a com o pedido de que “(...) se estes meus latidos levarem o tom profano do órgão pelo que passaram, peço a V.A. (...) eu que zelei fé, ache correição piedosa, para serem dignos de entrar no gazofilácio da Igreja.” (BARROS, 1543 *apud* REVAH, 1950, p. 2). Nessas palavras, já se percebe algo do que teria movido o cardeal infante a proibir a impressão do *Diálogo Evangélico*: desde sua dedicatória, o feitor admite que, para argumentar contra os judeus, utiliza as autoridades e textos deles, ou seja, se armou das armas hebraicas. Envolto nas disputas intelectuais que eclodiram em Portugal a partir da metade do século XVI, o cardeal infante não permitiu circular um livro que, mesmo mantendo na sua conclusão adesão à ortodoxia do dogma católico e ao zelo de salvação das “simples e ignorantes ovelhas” (*Idem*, p. 1) - que o cardeal seguramente também não deixava de notar em seu reino - chegava nesse ponto através de argumentos que não passavam pelas autoridades resguardadas pela Santa Igreja Católica de Roma. Segundo o parecer, era demasiado perigoso permitir a circulação de livros onde estavam expostas as linhas de pensamento de judeus e hereges judaizantes, mesmo que apresentadas para serem refutadas. Segundo os censores do Santo Ofício, o “tom profano” a que se refere João de Barros infecta inevitavelmente todo o seu latido, e não há correição piedosa que possa extirpá-lo.

Neste artigo, a partir dessa compreensão das autoridades que João de Barros mobiliza em seu texto, busca-se recontextualizar o *Diálogo Evangélico* para além de sua interpretação como obra de influência erasmista, problematizando as opiniões de Erasmo de Rotterdam acerca das autoridades válidas para a teologia cristã, e propondo uma interpretação da obra de Barros que a situa na tradição das controversas e polêmicas religiosas que abundam na Península Ibérica do período de convivência das três religiões.

II.

Há ampla historiografia escrita sobre o erasmismo de João de Barros¹, é uma vertente analítica que se apresenta não somente como fértil, mas principalmente que se revela com certa facilidade a partir do senso comum dos estudos do início da Época Moderna. Por assim dizer, parece que Erasmo é inevitável. E de certa forma, o é. O "príncipe dos humanistas", que com singular notoriedade digladiou com os maiores nomes de sua época e alugou um espaço permanente nas mentes tanto dos maiores protestantes como dos maiores nomes da contrarreforma, parece estender a sua influência teológica e retórica por todas as muitas e variadas arenas de disputa onde os homens do século XVI se encararam em combate textual. Porém, muitas vezes o "furor erasmista" tolhe as análises literárias, pondo Erasmo em todos os lugares, até naqueles em que ele mesmo decidiu não entrar, ou também, e igualmente corrente, de o verem como a única fonte possível de certos argumentos teológicos que, em realidade, não são unicusais e perdem muito de sua riqueza se os resumimos apenas à influência do humanista roterdamês. Mesmo sendo o seu maior expoente, Erasmo não define em si o humanismo católico.

Em *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal*, J. S. da Silva Dias faz coro a esse ponto quando contesta a afirmação de Bataillon, que em seu *Erasmus y el erasmismo* vê na obra *Comento en Romance* de Azpilcueta (1491-1586) um exemplo tácito da influência do humanista nortenho. Dias rebate Bataillon dizendo que Azpilcueta aumenta os horizontes acanhados dos conservadores tradicionais, mas não percorre o erasmismo, já que não suspeita nem censura o monaquismo, a confissão auricular, a lei da abstinência, a fé nas indulgências e nas relíquias, a veneração das imagens, a mediação dos santos e as devoções interesseiras e, de fato, parece ser um livro escrito em resposta aos ataques erasmistas à devoção pueril que se encontram no *Modus Orandi* - da liturgia, da oração vocal, do culto dos santos e de Nossa Senhora, enfim das práticas tradicionais e populares, quer apenas expurgar a superstição, impiedade e grosseria; não se inspira do biblismo, do zelo da interioridade, do solilóquio da alma com Deus e da desconfiança às formas exteriores e cerimoniais do culto. Afinal,

¹ Chega, hoje em dia, a ser um lugar comum da análise de Barros até mais pervasivo do que as análises das *Décadas da Ásia* e seu cunho global, que proliferam desde a década de 1980. Sobre ela, além da bibliografia do artigo, cf. BATAILLON, Marcel. *Erasmus y el erasmismo*. Barcelona: Editora Crítica, 1977; HAHN, Fábio André. *Ropicapnefma como literatura antijudaica no portugal quinhentista*. Congresso Internacional de História. 9 a 11 de Setembro de 2009, Maringá, Paraná, Brasil; RAMALHO, Américo da Costa. *Notas de Investigação XXVI - João de Barros e Erasmo: a propósito da Viciosa Vergonha*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1986; DIAS, J. S. Da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1960, Cap. I, Cap. VI, Cap. IX

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

Dos místicos do Norte à Lefèvre d'Étaples, dos cartuxos de Colônia a Clichtove, dos dominicanos holandeses à *docta pietas* italiana, passando pelo V Concílio de Latrão e pelo relatório apresentado ao Papa Paulo III em 1537 (*Consilium de emendanda Ecclesia*), espria-se um vasto mundo de influências a que um homem culto como ele não podia, evidentemente, ser estranho. É que, na realidade, **não era um, eram vários, os caminhos que vinham a dar a esta Roma de uma prática religiosa menos formal, menos exterior, menos terrestre** (DIAS, 1960, pp. 208-10, grifo meu).²

O mesmo parece acontecer com o problema dos judeus e dos argumentos e estratégias para a sua conversão. Fábio Hahn busca na influência de Erasmo de Rotterdam a explicação para o que chama de “antijudaísmo pacífico” de João de Barros no *Diálogo Evangélico*. É instigado nessa direção tanto pela análise de Israel Révah quanto pelo erasmismo da *Ropicapnefma*. Também outros letrados portugueses questionavam a utilidade da violência na conversão. O “bordalense”³ André de Gouveia (1497 - 1548), diretor do Colégio das Artes fundado em 1542, e outros portugueses e estrangeiros estudados em França perturbaram os religiosos tradicionais do reino, liderados por Diogo de Gouveia Sênior (1471 - 1557), que viam perigo na introdução de ideias estrangeiras e possivelmente luteranas. Mestre João da Costa, lente de teologia e sub-principal do colégio, entendia assim a natureza da conversão nas suas declarações quando foi réu do Santo Ofício, sob suspeita de luteranismo, ao dizer que é melhor converter os luteranos do que queimá-los, que para isso serve a teologia “para que os bons teólogos preguem aos maus e ensinem os que não sabem e os tragam à Igreja do Nosso Senhor” (COSTA *apud* BRANDÃO, 1944, p. 28) ou que “Nosso Senhor não se quer servido por força e com medo que é serviço de escravo, que faz o que lhe mandam com medo dos açoites.” (COSTA *apud* BRANDÃO, 1944, p. 30).

² De fato, Dias vê o *Comento en Romance* exatamente como uma apologia da piedade tradicional em face do atrativo do erasmismo - uma obra que preludia a política de confusão do erasmismo com o luteranismo que começa a ser executada em 1550.

³ No reinado de D. João III (1521 - 1557), dois grupos disputam a liderança cultural e intelectual do país na forma do controle da Universidade de Coimbra e do Colégio das Artes. São compostos por “bolseiros d’el rei” que haviam estudado no exterior, dentre eles religiosos e seculares, e de estrangeiros convidados pelo rei a lecionar em Portugal. O primeiro deles, liderado por Diogo de Gouveia Sênior, é chamado de “parisiense”, no que a maioria de seus membros seguia as orientações teológicas da Universidade de Paris e haviam passado algum tempo estudando na universidade e no seu Colégio de Santa Bárbara, o qual Diogo de Gouveia Sênior reforma no início do século; o segundo, liderado por André de Gouveia, sobrinho de Diogo, também é composto por pessoas que haviam estudado em Paris, mas que também o haviam feito no Colégio de Guiena, em Bordéus, onde André de Gouveia foi reitor após não ter sucesso em reformar a Universidade de Paris, e seguiam as orientações teológicas humanistas da escola, e por isso são chamados de “bordaleses”.

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

Mesmo assim, é principalmente a partir da influência erasmista na *Ropicapnefma* que a maioria dos autores a estende para todo o corpus de João de Barros, passando-a então também para os seus argumentos acerca da conversão dos judeus. Não se busca aqui negar a influência de Erasmo de Rotterdam sobre *A Mercadoria Espiritual*, embora seja interessante notar que o próprio João de Barros, na sua dedicatória a Duarte de Resende, abdica dela de certa maneira:

nenhuma linguagem podia convir mais a vós e a mim que a que tratasse de mercadoria, feita em colóquios, por ser tempo deles. **Não lhe pareça que o digo por os de Erasmo, que estes já são velhos**, mas por alguns novos portugueses que vós e eu temos ouvido, entre homens que neste trato da mercadoria falam tão solto como se estivessem em Alemanha nas xiras de Lutero (BARROS, 1532 *apud* REVAH, 1955, p. 5, grifo meu).

Para Dias (DIAS, 1960, p. 185), essa seria uma admissão indireta das dívidas intelectuais do feitor com o filósofo roterdamês, porém as dívidas de Barros com Erasmo se fazem sentir principalmente nas entrelinhas, por exemplo, quando o Tempo classifica as opiniões da Razão Católica como “sandices erasmistas” (BARROS, 1532 *apud* REVAH, 1955, p. 111); ou quando as formas populares de culto não são do agrado da Razão (*Idem*, p. 131); ou quando o tempo manifesta claramente suas preferências pela teologia de tipo e base escriturária (*Ibidem*, p. 125-126), em passagem redigida em semelhança do *Enchiridion* (DIAS, 1960, p. 186, nt. 5); ou até da maneira como “não foi sem reservada intenção que o autor [João de Barros] pôs nos lábios dos dissidentes críticas de sabor erasmiano, que a Razão se abstém precavidamente de refutar” (*Idem*, p. 187).

Mas o que isso tem a ver com os judeus e os argumentos para a sua conversão? Muito se fala que a *Ropicapnefma* é a primeira das obras antijudaicas de João de Barros (REVAH, 1950, p. 62; HAHN, 2009, p. 100-118), em grande parte por ter sido escrita pouco antes da instalação do Santo Ofício no reino de Portugal e por em sua dedicatória se comparar a Paulo nos seus esforços de converter a Cristo os que andam fora dele, mas o problema da conversão dos judeus é mencionado apenas *en passant* na obra, não sendo essa a principal preocupação desse diálogo satírico pluri-intencional, como reconhece Fábio Hahn e o próprio Revah (HAHN, 2009, p. 102-3). A ideia de que seria uma obra antijudaica, para além do seu contexto cronológico, surge principalmente pois neste diálogo Barros aborda muitos dos problemas teológicos que eram motivos de querela entre os judeus e os católicos, como a situação dos cristãos-novos em Portugal, o problema do messianismo, entre outros (*Idem*, p. 114-117). Entretanto, em nenhum momento deste diálogo João de Barros busca providenciar argumentos para a conversão dos judeus - sendo eles mencionados apenas na terceira

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

pessoa. A abordagem de questões espirituais e sociais não acontecem por ser a obra antijudaica, acontecem, pois, a obra é, no final, uma sátira erasmista.

E onde estaria Erasmo de Rotterdam na construção de argumentos para a conversão genuína dos judeus? Apenas em seu biblismo interiorista “pacífico” e sua repudia às formas populares de culto? Essa resposta parece insuficiente. Como dito acima, reduzir a heterodoxia católica à influência de Erasmo oculta um problema mais complexo. Erasmo não versa sobre os argumentos para a conversão dos judeus de seu tempo. Nesse assunto, é clara a conclusão de Shimon Markish em *Erasmus and the Jews*:

Logo, parece incontroverso, e óbvio, que é igualmente infundado falar do ódio de Erasmo aos judeus quanto falar de sua simpatia por eles. Enquanto lutava sem cansar contra o ‘judaísmo’, que para ele era a antítese da ‘filosofia de Cristo’, empregando constantemente a ideia e imagem do judeu em lições moralistas abstratas e alegorias atemporais e ahistóricas, Erasmo era indiferente ao sobrevivente ‘resquício de Israel’, seus problemas, sua cultura, e sua propriedade espiritual. Erasmo simplesmente não tinha interesse nos judeus - deixe-os enxamear nos seus covis; nós cristãos não temos assunto com eles, e o seu futuro está nas mãos da Providência, como o Apóstolo Paulo previu. O judeu vivo, de carne-e-osso, simplesmente não está dentro do campo de visão de Erasmo (MARKISH, 1986, p. 142, trad livre).

A principal contribuição do “príncipe dos humanistas” para a polêmica antijudaica está, na verdade, no seu papel como hebraísta e exegeta - os métodos de análise das Sagradas Escrituras permitiriam um manuseio mais hábil contra os argumentos teológicos rabínicos. Inegavelmente, a compreensão profunda do texto sagrado e os caminhos para fazê-lo são preocupações constantes dos estudos do roterdamês. Em sua controvérsia com Lutero sobre o livre-arbítrio, se vê obrigado a dizer:

O conflito concerne ao significado das Escrituras (...) onde se encontram homens mais familiarizados com as palavras sagradas? (...) E se nesse debate se considera a santidade em vida mais do que erudição, veja que campeões podem ser alinhados no lado do livre-arbítrio! (DE ROTTERDAM *apud* MCLAUGHLIN, 1965, p. 681, trad. livre).

A preocupação pela maneira de, e com que autoridades olhar o texto sagrado, compartilhada amplamente pela literatura polêmica antijudaica na Península Ibérica, está sempre presente em Erasmo e seus discípulos. De fato, o hebraísmo especializado como forma de exegese das Sagradas Escrituras entrará em Portugal principalmente com um dos grandes seguidores do roterdamês, Nicolau Clenardo (1495-1542), que foi chamado para compor o grupo de estudiosos que renovaram a teologia e os estudos

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

das línguas em Portugal por D. João III e foi um dos grandes propagadores do erasmismo no reino, além de conhecido de João de Barros (DIAS, 1960, p. 182). E note-se, na primeira metade do XVI, a proliferação dos estudos hebraicos em Portugal.

Em 1516, Erasmo edita o seu *Novum Instrumentum* que se torna a base de outras edições críticas da Bíblia, sendo necessário também recordar as contribuições de Johannes Reuchlin, “pai da gramática hebraica entre os cristãos”, autor de *De rudimentis hebraicis* (1506) e do importantíssimo *De art cabbalistica* (1517) (RODRIGUES, 1994, p. 51). Com essas bases, Nicolau Clenardo, um dos maiores impulsionadores do estudo das línguas eruditas, escreveu o *Tabula in grammaticam Hebraeam* (Lovaina, 1529), que teve 23 edições ainda no século XVI, e em conjunto com a *Grammatica Hebraea* (Coimbra, 1566) do judeu converso Francisco de Tavora, foram as mais utilizadas para esses estudos em Portugal (*Idem*, p. 52 e 54). Desde 1554, a cadeira de estudos hebraicos da Universidade de Coimbra não consta nas actas da universidade, tendo sido movido para o Colégio das Artes, onde o primeiro regimento, de 16 de novembro de 1547, estabelece que nele houvesse mestres de latim, grego e hebraico (*Ibidem*, p. 55). E também no Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade se ensinava o hebraico, como previsto em suas constituições de 1536. Em carta enviada a Fr. Brás de Braga em 1537, Clenardo manifesta a sua intenção de estabelecer o ensino do idioma santo nos claustros de Santa Cruz, e o rei D. João III faz alusão à sua docência nas provisões régias de 30 de janeiro e 16 de fevereiro de 1538 (*Ibidem*, p. 54). E tão rapidamente quanto eles foram introduzidos no reino pela viagem de Clenardo, foram eles, a partir da segunda metade do XVI, perseguidos pela censura da contrarreforma.

O que é imperativo notar aqui, no entanto, é como a contribuição do humanismo à exegese bíblica e aos estudos das línguas santas representam, na perspectiva dos argumentos para a conversão dos judeus, uma contribuição pouco desconsiderável. Busca-se aqui atender ao pedido de Fábio Hahn na conclusão de sua tese, quando sugere o estudo “das ideias antijudaicas em longas frequências cronológicas, procurando avaliar a perenidade dessas ideias na primeira metade do século XVI” (HAHN, 2009, p. 241). E para esse objetivo, não se pode ignorar a influência de Johannes Reuchlin, que após seu contato com Pico della Mirandola (RUDERMAN, 1984, p. 432) na Itália, resgatou de Raimundo Lúlio (1232 - 1316), catalão do século XIII, a ideia da Cabala Cristã. Dentre os argumentos para a conversão dos judeus, de singular importância e capacidade eram aqueles que passavam pelos próprios “órgãos profanos” deles para construir seus argumentos a favor da fé de Cristo, como foram os de João de Barros no *Diálogo Evangélico*. Nesse sentido, se reconhece que o principal interesse de Reuchlin nos seus estudos cabalísticos não era, como o foi para a literatura polêmica ibérica, a conversão dos judeus, e sim a sua própria concepção esotérica da magia como uma ferramenta de renovação da teologia

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

cristã, trabalho no qual ele se empenha desde a publicação de seu *De verbo mirifico* (1494) (REUCHLIN, 1983, p. vi-viii). Mesmo assim, não se pode deixar escapar o fato de que Reuchlin suscitou o antagonismo de seus contemporâneos por abertamente abraçar os estudos judaicos, e até louvar judeus hipotéticos na introdução do segundo livro de sua arte cabalística (RUDERMAN, 1984, p. 432-433). E também, ao buscar demonstrar a capacidade da cabala em demonstrar verdades cristãs, Reuchlin dotava esses textos de potencial evangélico que não escapariam da percepção de um leitor atento (GUNDERSHEIMER, 1963, p. 40). Nas palavras de Ruderman:

Sem dúvida uma representação tão positiva da cultura judaica contemporânea, escrita por um estudioso cristão de tamanha estatura no meio de uma árdua controversa sobre a publicação de livros judaicos, se constituiu como uma ousada afirmação política e cultural (RUDERMAN, 1984, p. 433, trad. livre).

Essa controvérsia tinha como foco a proibição, ou não, dos livros dos judeus na Alemanha. Controvérsia na qual Reuchlin se posicionou a favor do valor dos textos hebraicos, tanto para a teologia cristã, quanto para a sua utilização hábil na conversão dos judeus. E Erasmo, que considerava Reuchlin como um dos grandes humanistas do seu tempo, era receoso sobre a sua glorificação dos textos hebraicos e suas possíveis utilidades (MARTINS, 1999, p. 90-98). Em carta enviada a Wolfgang Koepfel (1478-1541), datada de um ano após a publicação do *De art cabbalistica*, o humanista de Rotterdã repudia os textos judaicos em sua totalidade, fazendo pouca diferença da tradição mística e da tradição exegética dos rabinos e do Talmude, confessando o medo de que sua proliferação leve a um “renascimento judeu” - “Eu temo que através dessa oportunidade, a cabeça de uma praga previamente sufocada pode se reerguer.” (DE ROTTERDAM, 1518 *apud* GUNDERSHEIMER, 1963, p. 40, trad. livre). Em suas cartas, é constante que Erasmo contraste a vaidade dos estudos dos textos judaicos, de um lado, com o caminho certo para Cristo, de outro (GUNDERSHEIMER, 1963, p. 43). Para ele, a futilidade dos esforços de Reuchlin era muito clara: “Os partidários de Reuchlin propõem essas coisas pitagóricas e cabalísticas; mas no meu julgamento nós não devemos seguir outro caminho que não a paixão ardente e a imitação de Jesus.” (DE ROTTERDAM, 1518 *apud* GUNDERSHEIMER, 1963, p. 50, trad. livre).

Mas a concepção dessa futilidade não era compartilhada por todos que, como Barros, trilharam em caminhos abertos por Erasmo. Na coleção de documentos sobre João de Barros disponibilizada por António Baião no início do século XX, na terceira parte onde constam os documentos do códice “Servisos da Casa de Rial”, hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos manuscritos da Livraria, número 2664, a fl. 104 encontramos uma minuta para uma petição de Jerônimo de Barros, um dos

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

filhos do historiador, que pelo seu testamento ficou encarregado de organizar seus papéis⁴. Nessa petição, infelizmente sem data precisa, mas provavelmente datada pouco depois da morte do historiador, em 1570, Jerônimo de Barros escreve para o rei, fazendo uma lista dos livros "[os quais] tenho ainda cá" ou que já tinha deixado "na sua [do rei] cela", pois o rei parecia estar interessado, com Jerônimo escrevendo "e se nos que cá ficam há algum que v. m. queira, m[ui]ta grande m[ercê] me fara em o tomar". E na lista de livros que ainda não haviam sido entregues a majestade, entre "tratados de filosofia e alquimia escritos de mão", uma "cosmografia de Munster", "umas obras em linguagem", constava, tacitamente, nas palavras de Jerônimo de Barros, "Joanis Reuchlylin *de arte a cabalística*" (BAIÃO, 1917, p. 114, doc. 44).

III.

Dessa indicação da biblioteca pessoal do feitor, pode-se tentativamente concluir não somente que ele constava como um dos leitores de Reuchlin, mas também, posto à luz de sua mobilização das autoridades judaicas no *Diálogo Evangélico*, que ele se posicionava de maneira oposta a Erasmo quanto ao valor das tradições e autoridades dos judeus tanto para a teologia cristã, quanto, e principalmente, para a conversão dos judeus à fé de Cristo. Assim, é possível se distanciar do erasmismo na análise da controvérsia antijudaica na primeira metade do Portugal quinhentista. A Península Ibérica conta com uma vasta tradição de literatura de batalha e conversão que prezava a mobilização das autoridades judaicas contra os próprios rabinos, desde os escritos esotéricos de Raimundo Lúlio, passando pelos códices de Fr. João de Alcobça (1332-1348), até os tratados mais longos como *A Corte Imperial* (séc. XIV - XV) e a obra de Jerônimo de Santa Fé (c. 1350 - 1419). É à luz dessa tradição literária bastante única à convivência das três religiões na península que se deve considerar também os tratados antijudaicos que surgem após a expulsão dos judeus de Portugal. Para além de ser impelidos pelas ondas de heterodoxia católica e os anseios humanistas de renovação da vida espiritual, João de Barros e os seus contemporâneos da literatura antijudaica prezam o poder de conversão de tais "órgãos profanos" acima tanto das práticas violentas do Santo Ofício quanto de um biblismo evangelista que, embora essenciais para nortear a vida religiosa do laicado comum, os parecia ineficiente para a genuína conversão dos cristãos-novos.

⁴ Como consta na própria coleção de documentos de Baião, que contém uma minuta autógrafa do testamento de João de Barros à página 66, doc. 101.

Referências Bibliográficas

- BAIÃO, António. **Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor, seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores de suas “Décadas”**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917
- BATAILLON, Marcel. **João de Barros, Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeus, manuscrito inédito, Introdução e notas de I. S. Révah [compte-rendu]**. Bulletin Hispanique, volume 53, número 3, pp. 324-325, 1951.
- BRANDÃO, Mário. **O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa**. Ed. Uni de Coimbra; Coimbra, 1944.
- DE ROTTERDAM, Erasmus. *On Free Will*. apud ROSS, James B.; MCLAUGHLIN, Mary (org.). **The Portable Renaissance Reader**. Londres: The Viking Portable Library, 1965.
- DIAS, J. S. Da Silva. **Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)**. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1960.
- GUNDERSHEIMER, Werner L. Erasmus, *Humanism, and the Christian Cabala*. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, vol. 26, no. 1/2, Warburg Institute, 1963.
- HAHN, Fábio André. **A Pureza da Fé: o antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal Quinhentista**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 2009.
- MARKISH, Shimon. **Erasmus and the Jews**. Trad: OLCOTT, Anthony. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MARTINS, José Vitorino De Pina. **Erasmus na origem do humanismo na Alemanha: a glorificação de Reuchlin**. Tradução De Leonel Ribeiro Dos Santos. - Lisboa : Faculdade de letras Universidade de Lisboa, 1999. PHILOSOPHICA, N° 14, pp. 85-98.
- REUCHLIN, Johanness. **On the Art of the Kabbalah**. Trad. GOODMAN, Sarah and Martin. New York: Abaris Books, 1983.
- REVAH, Israel. **Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus. Manuscrito Inédito de João de Barros, o autor das “décadas”. Introdução e notas de I.S. Revah**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Livraria STUDIUM Editora, 1950.
- REVAH, Israel. **Ropica Pnema** - Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura Modernizada, notas e estudos de I.S. Revah. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol I - 1952; vol II – 1955.

A História Através da História

ARAGÃO, Alexandre de Paula Antunes

RODRIGUES, Manuel Augusto. **Os estudos hebraicos em Portugal.** In: DOS SANTOS, Maria Helena Carvalho; RIBEIRO, José Sommer (org). Os judeus portugueses entre o descobrimento e a diáspora. 2ª Ed. Associação Portuguesa de Estudos Judaicos. Fundação Calouste-Gulbenkian. Lisboa, 1994.

RUDERMAN, David. *On the Art of the Kabbalah.* Johann Reuchlin. Renaissance Quarterly, 37(3), 1984.

“ASSI NUNCA PODRAN SER PERFECTOS RELIGIOSOS”: CLERO SECULAR E ORDENS RELIGIOSAS EM DISPUTA NO BISPADO DE QUITO

Flavia Silva Barros*

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa para minha tese de doutorado que trata do papel das finanças do clero na região do arcebispado de Lima. Nele apresento um documento referente à disputa da posse de algumas doutrinas nas montanhas da diocese de Quito, que fazia parte da arquidiocese de Lima. Consiste em seis cartas trocadas entre o bispo de Quito, Alonso de la Peña y Montenegro, a rainha regente (Maria Ana de Áustria) e a Audiência de Quito, a respeito de um pedido do bispo para um intercâmbio de doutrinas: os clérigos seculares assumiriam as doutrinas das cidades que estivessem na posse das ordens religiosas e os regulares se instalariam nas das montanhas que estivessem na posse dos clérigos.

A rivalidade entre os cleros nos territórios da América teve início no processo de evangelização. Nos primeiros tempos da conquista, os religiosos desembarcaram no Novo Mundo com a tarefa de evangelizar os novos súditos da coroa espanhola. Para isso, receberam privilégios da Santa Sede e sobre eles constituíram sua organização. Com a chegada dos primeiros bispos teve início a estruturação da Igreja sob administração diocesana e também o conflito com as ordens religiosas, que não queriam abandonar os privilégios que lhes foram concedidos.

Um dos desdobramentos desta rivalidade pode ser visto na disputa pelo controle das doutrinas de índios. As doutrinas foram inicialmente entregues aos religiosos, pois havia poucos clérigos seculares. No entanto, o panorama mudou com o crescimento do número de clérigos, que sobravam nos vice-reinos enquanto faltavam benefícios. Os religiosos justificavam a posse das doutrinas com as bulas recebidas de Roma, enquanto os bispos alegavam que tais concessões só eram válidas na ausência do episcopado.

* Doutoranda em História no PPGH-UFF.

A correspondência entre o bispo e as demais autoridades permite uma aproximação de um dos lados deste conflito, o clero diocesano e suas demandas e queixas em relação à administração das doutrinas. Para compreender o contexto no qual o bispo fez seu pedido, é necessário considerar duas questões diretamente relacionadas: a política eclesiástica hispânica na América (da qual o Patronato Régio era o eixo central) e a rivalidade entre o clero. Desse modo, a análise do documento possibilitará a discussão principalmente sobre um dos aspectos da oposição entre ordens religiosas e clero secular: a disputa por recursos financeiros apresentada na questão do controle das doutrinas.

Patronato Régio

O Patronato era o cerne da política eclesiástica da monarquia hispânica nas Índias. Os Reis Católicos, mediante negociações com Roma, se empenharam em obter o domínio sobre a poderosa Igreja em seus reinos (ELLIOTT, 2012, p. 65), oportunidade que se abriu com a Reconquista. Como recompensa os reis receberam o Patronato de todas as igrejas de Granada e quiseram estender tal solução a todos os seus territórios.

Tão logo receberam a notícia do descobrimento da América, os reis Fernando e Isabel solicitaram ao papa a soberania sobre a nova terra, que foi concedida mediante o compromisso com a evangelização. Em 1508, o papa Julio III concedeu, finalmente, o Patronato universal sobre a Igreja americana através da bula *Universalis Ecclesiae*, que além de determinar que o rei e seus sucessores deveriam construir, fundar e dotar igrejas e monastérios, conferia à pessoa real o direito de apresentação para cargos e benefícios eclesiásticos.

A partir do conteúdo preciso e limitado da bula se desenvolveu um grande aumento das prerrogativas reais em relação à Igreja na América. Os direitos patronais foram sendo cada vez mais ampliados, e, no século XVI surgiu a teoria do Vicariato Régio, segundo a qual os reis não seriam apenas patronos, mas delegados do papa para o governo eclesiástico. A primeira formulação desta ideia é atribuída ao franciscano Juan Focher em 1570 (HERA, 2007, p. 90), e foi adotada e desenvolvida por tratadistas posteriores.

Nos territórios americanos, cabia ao vice-rei ou ao governador a responsabilidade de atuar como vice-patrono eclesiástico. Era o representante da máxima autoridade na esfera secular, enquanto o bispo a representava no âmbito eclesiástico. Ambos deviam atuar em conjunto para a evangelização dos nativos, que era a justificação da soberania concedida aos reis espanhóis. As atitudes das autoridades

seculares e eclesiásticas se definiram a partir do Patronato, que foi a base da política eclesiástica nas Índias.

A rivalidade entre o clero

Os primeiros missionários chegaram à América para evangelizar os naturais apoiados em bulas papais que lhes concediam vários privilégios e não aceitaram se submeter à administração episcopal quando as dioceses foram estabelecidas

Em 1521, o papa Leão X emitiu o breve *Alias Felices*, que dava faculdades para administrar todos os sacramentos próprios da ordem sacerdotal e, quando não houvesse bispos, para exercer suas atribuições, como administrar a confirmação, conferir ordens menores, absolver excomunhões e conceder indulgências (MORALES, 2010, p. 4). Em 1522, Adriano VI emitiu outro breve para missionários que iam para as Índias, o *Exponi Nobis*. O principal assunto do breve era a relação dos missionários com seus superiores espanhóis. No último parágrafo, no entanto, o papa conferia aos superiores das ordens *omnimodam auctoritatem nostram* (nossa autoridade ilimitada) tanto no foro externo como no interno. Essa frase deu ao documento o nome pelo qual é conhecido até hoje: bula Omnímota.

O trabalho dos missionários foi guiado pela interpretação deste breve, segundo o conceito medieval de *plenitudo potestatis* (MCCREADY, 1973), no qual não há diferença entre a sociedade secular e a religiosa. No século XI, se atribuía ao papa a *plenitudo potestatis*, o pleno poder tanto nos assuntos espirituais como temporais, que justificava o exercício de amplos poderes na sociedade medieval, equivalente a omnímota potestade que os religiosos na América reclamariam muito tempo depois.

Porém nas Índias, o Patronato Régio regulava as relações entre a Igreja e o poder real, concedendo a este amplos privilégios e o Concílio de Trento reforçou a autoridade dos bispos, fortalecendo a organização episcopal e paroquial da Igreja. O governo de Francisco de Toledo no Peru (1569-1581), por exemplo, marcou a execução de uma série de políticas que reforçavam o Patronato, entre elas as determinações da *Ordenanza del Patronazgo de 1574*, que foi muito mal-recebida pelas ordens religiosas (PADDEN, 1956, p. 353), pois atacava frontalmente seus privilégios.

Os enfrentamentos do clero – tanto regular como secular – com vice-reis e alcaides e a busca por alianças e apoios em diferentes grupos políticos e sociais afetaram o panorama político. A institucionalização da Igreja, em especial no Vice-reino do Peru, avançou como parte integrante do sistema colonial, sujeito às mesmas contradições e tensões (ACOSTA, 2014, p. 123). Além disso, nas Índias a manutenção do clero e sua situação patrimonial estavam vinculados diretamente ao Patronato Régio

e eram afetados pela legislação real, que dependia da situação financeira da coroa, que frequentemente apresentava oscilações. Estas condições influenciavam diretamente também a organização e distribuição das doutrinas, nas quais clérigos e religiosos protagonizaram uma verdadeira batalha pelo controle.

Doutrinas

As doutrinas, que se estenderam da Nova Espanha para o resto das Índias, consistiam em paróquias de índios assistidas por um ou mais sacerdotes como curas de almas. No Peru, sua origem está associada às *encomiendas*, pois o *encomendero* devia manter um clérigo, um religioso ou, na falta destes, uma pessoa leiga de boa reputação para ensinar o catolicismo aos indígenas (ARMAS MEDINA, 1953, p. 119).

Nos primeiros tempos da conquista, os religiosos ficaram responsáveis pela evangelização, pois havia poucos clérigos seculares. No entanto, à medida que o número de seculares crescia aumentavam os problemas com os frades que não queriam abandonar as doutrinas e voltar a seus conventos, como exigiam os bispos.

O cura doutrineiro recebia um salário (chamado de sínodo) por seu trabalho. Além disso, podia ter alguns índios para seu serviço. Durante grande parte do século XVI o sínodo foi pago em produtos pelos índios, mas já no fim deste século o pagamento em dinheiro já estava difundido no Vice-reino do Peru (ACOSTA, 1982, p. 2). Bernard Lavallé (1982, p. 152) aponta que as doutrinas eram, na maioria das vezes, excelentes negócios que os doutrineiros administravam como verdadeiras empresas, com a cumplicidade dos pequenos funcionários locais.

Acosta (1982, p. 22-24) enumera uma série de formas de utilização de bens e serviços pelos doutrineiros. Além do trabalho, havia o pagamento em velas para festividades como casamentos, batizados e festas de santos, e a apropriação de bens de consumo. Também existiam as atividades comerciais realizadas pelos doutrineiros, que revendiam produtos que recebiam dos índios como oferendas.

Através das doutrinas, os doutrineiros tinham, além do poder de intervir no governo temporal e espiritual dos indígenas, os benefícios econômicos proporcionados pelos tributos e pelo trabalho dos índios. Rocher Salas (2008) diz que das “chaves” que fechavam a porta da autonomia indígena, a que estava em poder do clero era talvez a de maior alcance e estava diretamente ligada às doutrinas. Por meio delas, os doutrineiros tinham, além do poder de interferir no governo espiritual e material dos indígenas, as vantagens econômicas proporcionadas pelos tributos e pelo trabalho dos naturais.

A História Através da História

BARROS, Flavia Silva

Tudo isso fazia com que seu controle fosse muito cobiçado, e ele foi parte de uma disputa mais ampla que abrangia aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos. Nesse embate as ordens religiosas e o episcopado frequentemente entravam em conflito enquanto defendiam seus próprios interesses. No caso do controle das doutrinas, havia dois movimentos que propunham uma solução. Um deles recomendava a substituição dos curas religiosos por clérigos seculares, a chamada “secularização das doutrinas”, e o outro propunha apenas uma mudança na administração: as doutrinas ficariam com os religiosos, mas sob administração episcopal. A Coroa oscilava entre as duas correntes e durante muito tempo não se definiu por nenhuma delas. A secularização definitiva das doutrinas se daria apenas no século XVIII.

Dízimos

O dízimo era uma parte importante na disputa pelas doutrinas. Muitos consideravam que isentar os índios do pagamento dos dízimos seria um modo de facilitar sua conversão, uma vez que poderiam resistir ao batismo se tivessem que pagar mais um imposto. As ordens religiosas defendiam essa teoria e foram as principais opositoras da imposição do pagamento do dízimo pelos nativos. A hierarquia episcopal, ao contrário, era em sua grande maioria favorável à cobrança.

Este era mais um ponto de divergência entre os cleros, pois as ordens acreditavam que a obrigação do pagamento do dízimo era uma arma poderosa dos bispos contra as doutrinas dos religiosos e se opunham à sua aplicação (ARMAS MEDINA, 1953). Além disso, temiam que a obrigação se estendesse para as propriedades que iam adquirindo. Quando uma propriedade, sobre a qual originalmente era imposta o dízimo, era adquirida pelas ordens religiosas ficava dali em diante isenta do pagamento. Bispos e cabidos protestavam enfurecidos, pois se consideravam lesados com a diminuição na arrecadação do imposto.

Em suas correspondências autoridades eclesiásticas e audiências frequentemente mencionam o dano causado à Fazenda Real com a redução do montante do dízimo, uma vez que os novenos reais (parte da arrecadação destinada à coroa) eram prejudicados. No território ocupado pelas ordens, além dos índios não pagarem o dízimo, os frades também recebiam subsídios da coroa espanhola.

Apesar da sua pobreza inicial, pouco a pouco as ordens foram adquirindo bens. No início do século XVI já tinham propriedades, e a tendência se acentuou com o tempo. Apesar das várias cédulas reais que proibiam os religiosos de comprar propriedades e ter tratos comerciais, os frades seguiram adquirindo-as. Em 1608, uma

cédula real apontava as ordens religiosas como possuidoras da terça parte de todos os bens raízes existentes no Peru, sobre os quais não era cobrado o dízimo (CASTAÑEDA; MARCHENA, 1978, p. 2).

Muitos frades não observavam devidamente seu voto de pobreza, e a coroa se preocupou em fazer com que fosse cumprido. Acreditava-se que a cobiça por parte de eclesiásticos era prejudicial ao êxito da evangelização, o que afetava diretamente o propósito da presença espanhola nas Índias. Uma cédula de 1568 determinou que vice-reis e audiências deveriam observar os breves apostólicos que proibiam os religiosos de ter propriedades privadas (GRANDÓN, 2019, p. 4), determinação que foi inserida na Recompilação de Leis de Índias em 1680 (Livro I, tít. 14, lei 50).

A petição do bispo

A correspondência do bispo Alonso de la Peña Montenegro, que veremos a seguir, está inserida no complexo contexto de disputa entre facções do clero. No acervo do Arquivo General de Índias, sob o título *“conveniencia de permutar doutrinas los clérigos con los frailes”* encontramos uma série de seis cartas datadas de 1666 a 1672 a respeito de um pedido do bispo de Quito, Alonso de la Peña Montenegro, para a troca de doutrinas entre clérigos e religiosos (Quito, 14, R.3, N.5).

Na primeira carta, de 15 de novembro de 1666, o bispo pede ao rei que estabeleça um pagamento adequado para os clérigos que administravam as doutrinas nos territórios das montanhas de Quito. O rendimento destas, segundo o prelado, era insuficiente para o sustento dos curas, que terminavam por abandoná-las. Enumerou oito doutrinas (Santa Bárbara, Zamora, Tongueraca, Caballerias, Mocoa, Sucumbios, Santo Antonio de Morga e Abila) que estavam tão distantes uma da outra que não podiam ser unidas, pois as mais próximas entre si estavam separadas por três ou quatro dias de viagem, e pediu que a remuneração concedida aos clérigos fosse de pelo menos quatrocentos pesos.

No dia 19 de novembro do mesmo ano, o bispo escreveu sobre o intercâmbio de doutrinas. Disse que os religiosos ocupavam as melhores doutrinas e as ordens eram tão ricas que, apesar dos gastos para o sustento de seus frades e para decorar suas igrejas luxuosamente, tinham bastante renda sobrando. Segundo ele, os franciscanos, mesmo sem propriedades, tinham muitas capelarias que eram muito rentáveis. Enquanto isso, os clérigos ocupavam as localidades mais remotas e mais pobres e como eram ordenados como capelães, muitas vezes deixavam essas doutrinas e iam para as cidades para atender seus deveres apesar dele, como bispo, buscar recompensar

A História Através da História

BARROS, Flavia Silva

e obrigar os clérigos a ir a essas doutrinas para que não faltassem tais trabalhadores (Quito, 14, R.3, N.5).

Termina a carta apontando o remédio para estes problemas: que os religiosos trocassem doutrinas com os clérigos. Os religiosos iriam para as doutrinas mais distantes das cidades, de onde não sairiam com tanta frequência e serviriam melhor os índios. Os clérigos, por sua vez, estariam mais próximos de seus superiores e poderiam ser punidos mais facilmente em caso de má conduta.

A terceira carta é a mais longa, de 30 de janeiro de 1668. Nela, o bispo denunciava os inconvenientes da condução das doutrinas pelos religiosos: má administração dos sacramentos e negligência no ensino da doutrina cristã. Além de não ensinar os nativos, os frades se dedicavam ao comércio, gastavam o que adquiriam em jogos e frivolidades e não respeitavam o voto de castidade e “assi nunca podran ser perfectos religiosos” (Quito 14, R.3, N.5). O bispo relatava ainda uma série de escândalos envolvendo os frades e suas amantes. Também afirmou que os religiosos se tornaram poderosos em pouco tempo, com os emolumentos das doutrinas, enquanto não havia um clérigo que tivesse enriquecido com a ocupação de cura.

Os impostos devidos ao rei teriam sido reduzidos porque os índios fugiram para lugares remotos devido às humilhações e maus tratos impostos pelos religiosos na cobrança dos tributos, o que os fez fugir para longe dos cobradores de impostos. Por esse motivo, várias doutrinas estariam a ponto de acabar por falta de índios (mas não cita quais seriam). O bispo culpava os provinciais, visitantes e comissários das ordens por distribuir as doutrinas àqueles que prometiam fazer grandes doações e por isso pediam muitas contribuições dos doutrinheiros. Assim, acusava os religiosos de roubar seus fiéis para pagar essas contribuições e também para gastar em diversões desonestas.

A quarta carta foi escrita pela rainha regente e endereçada à Audiência de Quito. Em novembro de 1669, a rainha pediu à Audiência que incumbisse o bispo de informar quais doutrinas deveriam ser trocadas com os clérigos seculares, quem as mantinha e por quanto tempo, além das razões para o intercâmbio em cada uma delas. Também solicitou a opinião da Audiência sobre o assunto. Diante do pedido do bispo de aumentar o salário dos clérigos nas doutrinas das montanhas, ela ordenava que o prelado usasse sua autoridade para forçá-los a permanecer nelas, e punisse aqueles que não cumprissem com seu dever.

Em 1672, foram enviadas as respostas do bispo e da Audiência. O bispo deu suas razões para solicitar o intercâmbio de doutrinas: primeiramente, a razão para que os religiosos as ocupassem foi a conversão dos índios, que só acontecia nas montanhas, pois nas doutrinas próximas às cidades e vilas eles já estavam convertidos. Em segundo lugar, o estado religioso seria melhor observado, já que longe das cidades os religiosos

A História Através da História

BARROS, Flavia Silva

não teriam a oportunidade de abandonar suas doutrinas. E, finalmente, com a troca, os clérigos, que eram muitos e letrados, teriam mais recompensas. Então, listou as doutrinas que podiam ser trocadas, afirmando que ainda havia outras:

As doutrinas que os religiosos mantinham perto das cidades eram: Cotocollao, Santa Clara de Pomasque, Santo Antonio de Pomasque (perto de Quito); Alangasi, Machache, Aloa, Vyumbicho e Amaguana (estavam a duas e quatro léguas de Quito); Chambo, Guano, San Andres, Lita, Puni, (e outras) em Riobamba; Gualaseo, Paute (e outras) em Cuenca.

As doutrinas dos clérigos nas montanhas eram: Sucumbios e Mocoa, na província de Pasto; Santa Maria del Puerto, Timbiqui e Santa Barbara, em Barbacoas; Yuquipã, Zuna, Yumbos e Quixos, na província de Macas; Zamora, Caballerizas, Cumbinama, Santiago (e outras) na província de Loja.

Os clérigos não queriam ir a essas doutrinas porque se sustentavam das posses e capelanias que tinham nas cidades. Mesmo que o prelado os obrigasse, eles se recusavam a ir porque a renda não era suficiente e eles eram ordenados como capelães, enquanto os religiosos não tinham esse pretexto. Por isso, ele havia pedido o aumento do salário, o que poderia encorajar o clero a servi-los. As doutrinas das montanhas eram muito remotas, com estradas acidentadas e um clima rigoroso, bem como a falta de provisões, que tinham que ser compradas nas cidades. Por essa razão, os clérigos se recusavam a ir até elas, e ele evitava forçá-los.

Em sua carta a Audiência, por sua vez, dizia que já havia proposto ao rei que as doutrinas das montanhas, que seriam catorze, fossem entregues aos jesuítas, que estavam fazendo muitos progressos naquelas que administravam. Para isso o salário teria que ser adequado porque o atual era muito escasso, as doutrinas estavam muito distantes e todo o sustento tinha que ser trazido das cidades.

Quanto à proposta do bispo de trocar doutrinas com os religiosos, a Audiência não via nenhuma vantagem. Pelo contrário, pensavam que tal novidade poderia trazer problemas maiores (mas não dizem quais). Também sugeriram que os salários dos clérigos poderiam ser aumentados em até cem pesos para que tivessem menos dificuldades.

Embora o documento apresente principalmente a visão do bispo, é possível entrever alguns aspectos importantes da disputa pelo controle das doutrinas. Primeiramente, a persistência da questão das doutrinas nas montanhas, que já existia e tinha sido motivo de reclamações de outros bispos.

Dom Alfonso de Santillán, bispo de Quito em 1620, queixou-se ao rei que as doutrinas foram entregues aos religiosos devido à falta de clérigos, problema que já havia sido superado, pois havia muitos deles na diocese sem trabalho enquanto as doutrinas estavam nas mãos dos religiosos. As poucas restantes estavam em regiões

montanhosas, muito pobres e de difícil acesso. Além disso, os religiosos tinham tomado posse das melhores terras do bispado e, ao se isentarem do pagamento do dízimo, punham em risco a receita do tributo (Quito, 77, N.18).

Em 1630, o bispo de Quito, Pedro de Oviedo fez o mesmo pedido em carta ao rei (Quito, 77, N.34). Segundo ele, os clérigos tinham as piores doutrinas, nas montanhas, e iam para lá sem querer, forçados pelo bispo. Ele também se referiu ao descuido dos religiosos em seus deveres como doutrinheiros e terminou a carta dizendo que os frades poderiam trocar algumas de suas doutrinas com os clérigos, pois dessa forma mostrariam sua caridade. Desse modo, podemos ver que vários anos depois a provisão de doutrinas nas regiões montanhosas, que eram isoladas e pobres, continuava problemática e outros bispos já haviam tentado solucionar a questão.

Alonso de la Peña Montenegro, na busca de um parecer favorável à sua petição, tocava numa questão que atingia a justificativa da conquista das Índias: a evangelização dos índios. Embora, na segunda metade do século XVII, o contexto fosse diferente da época inicial da conquista, a defesa da fé era uma parte importante do discurso da coroa espanhola. Ao enumerar acusações aos frades, deixava claro que eles eram um mau exemplo para aqueles que deveriam instruir na fé e na moral cristã. A preocupação como o bom comportamento do clero era especialmente enfatizada nas Índias, devido à preocupação com o sucesso da evangelização.

Como os indígenas eram novatos no cristianismo, entendia-se que os maus exemplos dos evangelizadores poderiam afastá-los da fé. Isso incluía a cobiça e a avareza, sempre entendidas como opostas ao estado clerical, e por isso censuradas. Por esse motivo, existia uma discussão sobre a pobreza evangélica, e em especial sua observância pelos religiosos, além da proibição de que adquirissem e conservassem bens já exposta nas Partidas (Partida I, tit. 21). Além disso, segundo o bispo, por ambição os frades violavam seu voto de pobreza e maltratavam os nativos que deviam proteger.

Outro aspecto enfatizado pelo bispo é o financeiro. Destacou a riqueza das ordens, o luxo de suas igrejas e conventos, os tratos comerciais e gastos dos frades em contraste com a pobreza dos clérigos, obrigados a estar em doutrinas pobres e isoladas. Além disso, também lesavam a Fazenda Real, uma vez que as ordens não pagavam o dízimo. Os dízimos das Índias pertenciam à coroa, por doação do papa, e os reis os doavam de volta para a Igreja, retendo para si dois novenos do total arrecadado. Então, qualquer diminuição do montante do tributo afetava também o quinhão real.

Uma questão apontada pela audiência foi a entrega das doutrinas nas montanhas aos jesuítas, possibilidade que não foi sugerida pelo bispo. A chegada dos inicianos, que coincidiu com a do vice-rei Francisco de Toledo, foi um acontecimento importante para a evangelização nos territórios andinos. Francisco de Toledo teve uma

relação ambígua com os jesuítas: apesar de tentar utilizá-los na evangelização, houve uma série de desgastes entre eles, provocados por várias divergências (MERLUZZI, 2014, p. 347).

A Companhia de Jesus também teve atuação destacada no Terceiro Concílio Limense e em textos de catequese posteriores. Destaca-se também a figura e as obras de José de Acosta, teólogo que ajudou a organizar a missão jesuítica no vice-reino do Peru e foi professor, pregador e reitor do Colégio de Lima entre 1576 e 1581 (MARTINS, 2019, p. 160). Assim, a trajetória dos jesuítas no vice-reino do Peru indica que a Companhia de Jesus gozava de alguma consideração.

Considerações Finais

Não é possível tirar conclusões definitivas sobre uma disputa tão ampla e complexa a partir apenas deste documento. No entanto, ele constitui um ponto de partida para reflexões não só acerca da persistente rivalidade entre os cleros, como das dinâmicas econômicas e de poder que perpassavam as relações entre os atores envolvidos.

As dificuldades que envolviam a provisão das doutrinas nas montanhas já existiam há bastante tempo, como atestam correspondências de bispos anteriores. Estes apresentaram as mesmas queixas que Alonso de la Peña Montenegro: melhores doutrinas sob controle dos religiosos e as piores, em regiões montanhosas pobres e afastadas, eram entregues ao clero secular. Todos os prelados também faziam referência ao descaso dos frades com seus deveres nas doutrinas.

A doutrinas nas montanhas eram consideradas “piores” não só por seu isolamento, mas por seu baixo rendimento econômico, ou seja, sua pobreza. Os clérigos que as serviam não tinham perspectiva de compensações materiais, em doutrinas cujo isolamento era um agravante para sua carência. As melhores doutrinas, ao contrário, eram as que proporcionavam ganhos substanciais aos doutrineiros e a proximidade com cidades e vilas aumentava esses ganhos na medida em que facilitavam transações comerciais (não obstante a proibição do comércio aos eclesiásticos).

Assim, a questão principal que atravessa as cartas é que as doutrinas em territórios nas montanhas não têm um bom desempenho financeiro e por isso eram evitadas pelos clérigos. O bispo, então, buscava substituí-los pelos religiosos cujas ordens já eram ricas e lucravam ainda mais com a posse de doutrinas que lhes proporcionavam mais ganhos materiais. Para reforçar e legitimar sua petição,

A História Através da História

BARROS, Flavia Silva

enumerou os desvios morais dos frades, porém, a documentação da época aponta desvios semelhantes também entre o clero secular.

Ainda são necessárias maiores investigações sobre as relações entre os jesuítas, a Audiência de Quito e o bispo, visto que esta levantou a possibilidade das doutrinas nas montanhas serem entregues aos inacianos enquanto Alonso de la Peña Montenegro não considerou o assunto neste documento. E também sobre o relacionamento entre a Audiência e o prelado na época desta correspondência, temas que devem analisados e desenvolvidos no decorrer da pesquisa de doutorado.

Compreender a dinâmica de funcionamento das doutrinas é fundamental para entender as relações entre autoridades seculares e eclesiásticas no período dos vice-reinos, bem como a importância do fator econômico nos conflitos protagonizados pelos sujeitos eclesiásticos e nas relações entre eles. Desse modo, o documento apresentado constitui mais uma contribuição para esta importante discussão.

Referências Bibliográficas

Documentos

AGI, Quito, 14, R.3, N.5, 1672.

AGI, Quito, 77, N.34, 1630.

AGI, Quito, 77, N.18, 1620.

ACOSTA, Antonio. *“Religiosos, doctrinas y excedente económico indígena en el Perú a comienzos del siglo XVII.”* *Histórica*, v. 6, n. 1, pp. 1-34, 1982. ARMAS MEDINA, Fernando de. *Cristianización del Peru 1532-1600*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1953.

CASTAÑEDA, Paulino; MARCHENA, Juan. *“Las órdenes religiosas en América: Propiedades, diezmos, exenciones y privilegios.”* *Anuario de estudios americanos*, v. 35, pp. 125-158, 1978.

ELLIOTT, John H. *La España Imperial*. Editorial Vicens-Vives, Barcelona: 2012.

GRANDÓM, Javier Barrientos. *“Bienes de los clérigos.”* *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series*, n. 15, 2019.

HERA, Alberto de la. *“La doctrina del Vicariato Regio en Indias”*. In: *Orbis incognitus: avisos y legajos del Nuevo Mundo* Vol. 1. Huelva: Universidad de Huelva, 2007, p.89-99.

LAS Siete Partidas del sabio Rey don Alonso, Tomo I. **Gregorio Lopez de Tovar**. Oficina de D. Leon Amarita, 1829.

MARTINS, Fredson Pedro. *“Uma igreja, dois mundos: análise das diretrizes conciliares apresentadas em Trento e em Lima (séc. XVI).”* *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 26, pp. 142-172, 2019.

MCCREADY, William D. (1973). *“Papal Plenitudo Potestatis and the Source of Temporal Authority in Late Medieval Papal Hierocratic Theory.”* *Speculum*, 48, 4, 654-674.

MERLUZZI, Manfredi. *Gobernando los Andes: Francisco de Toledo virrey del Perú (1569-1581)*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2014.

A História Através da História

BARROS, Flavia Silva

MORALES, Francisco. **Parroquias y doctrinas. El ámbito eclesial de su origen y desarrollo.** In: MENEGUS, Margarita; MORALES, Francisco; MAZIN, Oscar. *La secularización de las doctrinas de indios en la Nueva España. La pugna entre las dos iglesias.* Ciudad de México: UNAM, 2010.

PADDEN, Robert Charles. **“The Ordenanza del patronazgo, 1574: an interpretative essay”.** *The Americas*, v. 12, n. 4, pp. 333-354, 1956.

RECOPIACIÓN de Leyes de los Reynos de las Indias, Tomo I, Madrid, 1681.

ROCHER SALAS, Adriana. ***Las doctrinas de indios: la llave maestra del Yucatán colonial.*** In: *La Iglesia Hispanoamericana: De la colonia a la república.* Ciudad de México: Plaza y Valdés Editores, 2008. pp. 71-98.

PARTE IV - CONTEMPORÂNEA



“SANTO ANTÔNIO PEQUENINO AMANSADOR DE BURRO BRAVO”: ANNA LUIZA DO NASCIMENTO E OS FEITIÇOS AMANSADORES DE BRANCOS NA VILA DO ITABORAÍ.

Hanna Katherine Ferreira Gomes*

Introdução:

No dia 06 de dezembro de 1881, era aberto um inquérito policial na Vila do Itaboraí, tendo em vista uma denúncia feita sobre Anna Luiza do Nascimento, Felipe, Claudio Manoel Pacheco e Amancio Luis Manoel. Nela, o Promotor Público Interino escreve:

(...) onde se acharam empregados no delito criminoso tráfico de feitiçaria e sortilégios, aplicando beberagens a fim de produzirem abortos e outros fins reprovados, extorquindo desta arte a fortuna dos incautos, arruinando a saúde de muitos indivíduos, quando os mesmos vão seja, com bebidas preparadas com raízes, talvez venenosas, e pervertendo a escravatura do lugar, fatos estes continuamente reproduzidos (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro, Processo nº1080, p. 2).

As reuniões aconteciam na casa de Anna Luiza, com auxílio de sua filha, Sylvania Roza do Amor Divino, de Claudio e Amancio. Elas consistiam em danças, beberagens e fornecimento de remédios, tudo aos pés de Santo Antônio, a quem Anna era devota. Em seu depoimento, ela se identifica como Quimbandeira, realizando encontros frequentados por livres, libertos e escravizados, que tinham por fim “abrandar corações maus” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 4). Outros corroboram essa informação, Claudio Alves Pacheco fala em “abrandar corações duros dos brancos” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 9). Amancio Luiz Manoel conta que os pós e raspas de raízes oferecidos por Anna serviam para “amansar corações dos brancos” e

* Mestranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Esta pesquisa possui apoio do CNPQ.

para que se tivesse um inimigo, ele não lhe visse (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 12).

Moradores da Vila do Itaboraí, no interior do Rio de Janeiro, eles foram processados por crime de estelionato, de acordo com o artigo 264 do Código Criminal do Império (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080). As práticas religiosas afro-brasileiras não eram proibidas no Império do Brasil, de acordo com o Código Criminal do Império, na quarta parte “*Dos crimes policiaes*”, Capítulo I sobre Ofensas da religião, da moral e bons costumes consta como crime apenas: “Art. 27. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado” (BRASIL. Código Criminal, 1830). É possível compreender, portanto, que se o espaço de culto não fosse similar a uma Igreja ou se ele não ocorresse em lugares públicos, então não era considerado criminoso.

No entanto, o fato de não ser considerado crime pela lei, não impediu a atuação da polícia em espaços de manifestação da afro-religiosidade, e até mesmo a punição dos praticantes em âmbito jurídico. Como no caso do feitiçeiro José Sebastião da Rosa, preso em 1871 e julgado por crime de estelionato, condenado a seis anos de prisão. O seu advogado de defesa, Jansen Júnior, aponta que o principal motivo para a condenação de Rosa não era o estelionato, mas por ter exercido feitiçaria e não poder ser punido, já que não havia lei para tal crime no Império. (SAMPAIO, 2000, p. 179.)

Inserido nesse escopo, assim como Juca Rosa, Anna Luiza tinha sido enquadrada no crime de estelionato, para condenar as suas práticas religiosas. Ao longo do processo, torna-se evidente que o principal motivo para a denúncia ter sido feita, foi o envolvimento dos escravizados das fazendas do entorno nas reuniões da quimbandeira. Assim, é possível refletir sobre a escravidão na Vila do Itaboraí nesse final do Oitocentos, assim como sobre as demandas dos escravizados, suas expectativas e formas de resistência nesse contexto. O que para os brancos era feitiço para amansá-los, para os escravizados se tornava uma forma de afastar a aflição e atrair a boa fortuna. Sob a ótica dos senhores de escravos, Anna Luiza era um perigo em potencial, para a sua comunidade uma forma de afastar a desventura.

A quimbandeira Anna Luiza e a aflição da escravidão

A Vila do Itaboraí tem suas origens na Vila de Santo Antônio de Sá, fundada logo após a cidade de São Sebastião no século XVI. Inicialmente, era um local de aldeamentos indígenas e distribuição de sesmarias visando a proteção da cidade contra

estrangeiros. Mais tarde, o povoamento passou a ser feito a partir da distribuição de terras àqueles que prestassem serviços a coroa portuguesa, delineando um panorama de formação de grandes propriedades no século XVII. Foi então que a Freguesia de São João de Itaboraí se tornou um ponto de ocupação agrícola, com o estabelecimento de engenhos e fazendas nas margens dos rios. Posteriormente, com destaque para a produção do açúcar, a Freguesia foi elevada a Vila, marcando a sua expansão econômica no século XVIII (COSTA, 2013).

É possível situar geograficamente a Vila do Itaboraí como parte do Recôncavo da Guanabara, região que compreende as terras entre a Baía de Guanabara e a Serra do Mar. Ela integra uma região tradicionalmente percebida como periférica à cidade do Rio de Janeiro. Contudo, é importante superar a ideia de sujeição da periferia ao centro, elaborando reflexões sobre as conexões tanto entre as partes que compõem o Recôncavo, quanto com o Atlântico (BEZERRA; SOARES, 2011, p. 14). Ao trabalhar essa concepção, Nielson Bezerra e Mariza Soares (2011) caracterizam o Recôncavo da Guanabara enquanto um conjunto de caminhos, levando em conta as redes sociais, pequenos e grandes negócios, pessoas e mercadorias que ligam as partes entre si e com outras áreas da capitania.

É inserido nessa rede que situamos Anna Luiza e suas reuniões quimbandeiras, como parte desses caminhos construídos entre o Atlântico. Na Vila do Itaboraí, assim como em todo o Recôncavo da Guanabara, a grande maioria dos cativos africanos eram da região Centro-Occidental da África (COSTA, 2013, p. 87). Esses sujeitos, para além de força de trabalho, também protagonizavam trocas culturais e elaboração de sentidos religiosos no seu cotidiano. Muitos aspectos das cerimônias de Anna se encaixam no repertório religioso centro-africano, podendo ser compreendido como experiência da diáspora. O próprio nome, dado por ela às suas reuniões, é um forte indicativo desse pertencimento. Derivado de Kimbanda, em Kikongo o vocábulo significa adivinhador, feiticeiro, já em Kimbundu, se refere a doutor, mágico, bruxo (SLENES, 2006, p. 294).

Ao se deparar com o mesmo caso, o historiador Eduardo Possidônio traz a luz uma percepção interessante sobre os saberes sagrados afro-religiosos. Quando perguntada da sua idade, Anna Luiza deixou claro primeiramente que não recordava, mas que era bem velha, mais tarde perante o tribunal do Juri disse ter aproximadamente 70 anos. Por conta disso, Possidônio levanta a ideia de que ela poderia ter sido iniciada liturgicamente por outro líder religioso, possuindo uma bagagem cultural religiosa considerável (POSSIDÔNIO, 2020, p. 239). Assim, suas práticas de culto teriam sido ensinadas em determinado momento de sua vida por outra pessoa mais experiente, talvez ainda no tempo em que era escrava.

A História Através da História

GOMES, Hanna Katherine Ferreira

A casa de Anna Luiza era procurada para a resolução de problemas diversos, um ponto de encontro para aqueles que buscavam por benesses. Remédios para curar doenças do corpo, feitiços amansadores e de proteção contra os inimigos foram algumas das requisições listadas pelos depoimentos sobre as cerimônias quimbandeiras. O espaço religioso organizado pela senhora liberta era um lugar de escuta e resolução de aflições dos variados sujeitos que a frequentavam. Logo, eram espaços de cura dos males do corpo e da alma, o que para os herdeiros das tradições culturais centro africanas são aspectos interligados.

No repertório cultural centro-africano, o complexo de ventura e desventura pode ser considerado o paradigma central das manifestações religiosas. Pautado por ele, maximizar a ventura e se proteger contra o infortúnio são uma busca constante. Nessa dinâmica, os espaços mágico-religiosos e seus rituais desempenhariam o papel de ajudar na realização dos objetivos daquela coletividade (CRAEMER; VANSINA; FOX, 1976). No caso dos escravizados que iam até a casa de Anna em busca dos remédios amansadores de brancos, podemos supor que as angústias da vida na escravidão eram percebidas como infortúnio a ser combatido por esses sujeitos. As reuniões simbolizariam, então, a busca pela ventura, a partir das experiências de desventura dos frequentadores.

Outro conceito importante para compreender o funcionamento da casa de Anna Luiza é a de culto de aflição. Essa concepção foi trabalhada para pensar os cultos Kimpasi no Kongo, mas serviria para classificar e refletir sobre cultos com marcas centro-africana do outro lado do Atlântico. A partir dessa perspectiva, a cura para todos os males viria no culto de aflição, no qual um chefe religioso proveria a cura para a fonte do problema, sendo ele individual ou social e coletivo (SLENES, 2006, p. 287). A casa de Anna na Vila do Itaboraí, no Recôncavo da Guanabara, se relaciona com esse repertório mágico-religioso.

No auto de perguntas às testemunhas do flagrante policial na casa da quimbandeira, Domingos Vieira de Assis, lavrador de 23 anos de idade, conta sob juramento que:

[...] foi pela dita preta apresentado ao dito subdelegado uma porção de pós de cor vermelha, uma porção de raízes, um rosário com umas figas pendentes, dizendo ela que os pós tinha dado a uma porção de escravos de Joaquim José Alves para ser ao mesmo Alves administrado em alguma comida ou bebida porque eles tem a virtude de amansar e que sabe por ouvir dizer que em casa desta preta se fazem sessões de feitiçaria e nada mais disse (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 14).

A História Através da História

GOMES, Hanna Katherine Ferreira

No Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Joaquim José Alves aparece listado como um fazendeiro de açúcar, ao lado de outros nomes que despontam nos autos do processo, como Epiphany José Vargas e Joaquim Bernardino Alves Ilustre (*Almanack Administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, 1882, p. 1778). Tendo em vista a perspectiva de mundo centro-africana, Alves seria um agente da desventura nesse panorama da escravidão e atuando na resolução desse problema, o feitiço amansador serviria para a eliminação da aflição.

Nesse contexto do Recôncavo da Guanabara, Itaboraí se tornaria uma das principais produtoras de açúcar da capitania do Rio de Janeiro, sendo a maior do Recôncavo da Guanabara (COSTA, 2013, p. 88). É nesse panorama de produção e comércio açucareiro que os alvos dos feitiços amansadores despontam. A vila de São João de Itaboraí passou por um grande desenvolvimento econômico no final do século XVIII e início do século XIX, assumindo a condição de entreposto comercial. No começo do Oitocentos, Itaboraí possuía uma população escravizada muito superior ao número de população livre, tendo o número de escravizados disparado consideravelmente na passagem de uma centúria para a outra, com um aumento de 50,8% (COSTA, 2013, p. 79).

Esse cenário se modifica um pouco no final do século XIX, apesar de se manter como uma localidade povoada majoritariamente por negros e negras.¹ Levando em conta o Recenseamento da Província do Rio de Janeiro, realizado em 1872, a Paróquia de São João Batista de Itaboraí possuía um quantitativo de 5.801 escravizados e 12.716 livres (RIO DE JANEIRO. Censo da Província. Paróquia de São João Batista do Itaboraí, 1872). Ou seja, se antes, a população escravizada superava a população livre, no final do XIX o quadro havia mudado. Tendo em vista, o boom de escravizados no início do Oitocentos, é possível presumir que parte considerável daqueles cativos ingressaram na categoria livres no recenseamento.

Os escravizados que buscavam pela resolução de suas angústias faziam parte desse panorama. Eles circulavam em uma localidade ocupada por negros e negras, em grande parte livres e libertos, construíram perspectivas de liberdade e viram na casa de Anna Luiza uma possibilidade de intervenção nas suas vidas. Os serviços para maximizar a boa fortuna eram realizados mediante o pagamento de determinado quantia. Os valores eram colocados “no Oratório de Santo Antônio com que ela ré depois comprava velas para ladainhas” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 78). Quando perguntada para que fim ela rezava a Santo Antônio, ela respondeu que “fazia por ser devota do mesmo Santo”. A presença de tal

¹ Aqui, entendo negros como a junção de duas categorias presente no Censo da Província do Rio de Janeiro de 1872, a de pretos e pardos.

Santo é algo constante em cultos que compartilhavam do repertório cultural centro-africano (POSSIDÔNIO, 2020, p. 232).

Em alguns movimentos religiosos centro-africanos, a absorção de elementos do cristianismo, a partir de novos significados pautados pelo paradigma central da ventura-desventura é algo comum (CRAEMER, VANSINA E FOX, 1976). O uso do dito santo católico em tais práticas religiosas pode se encaixar nesse cenário, já que Santo Antônio de Pádua foi promovido pelo principal grupo missionário no Kongo, conhecido como curador milagroso e fomentador de fecundidade. Beatriz Kimpa Vita, líder do movimento antoniano no Reino do Kongo, reinterpreto o santo sob a luz dos preceitos kimpasi e influenciada pela percepção dos minkisi. Seu principal objetivo era restaurar a pureza ritual dos Kongo e propor a unidade do Reino como cura dos males sociais (SLENES, 2006, p. 290). Inserido nesse escopo, o Santo Antônio da quimbandeira Anna Luiza poderia estar imbuído de significados culturais próprios do repertório centro-africano.

Em outras ocasiões, em terras brasileiras, esse santo desponta como símbolo de devoção dos chamados feiticeiros na diáspora. Um desses casos foi o de Francisco Firmo, morador da rua D. Manuel n.10, que teve sua casa invadida pela polícia da Corte. *A Gazeta de Notícias* de 29 de agosto de 1884 noticia tal infortúnio vivido pelo curandeiro. Em sua casa foram encontrados ervas, líquidos e: “um milagroso Santo Antônio que exercia grande influência nos curativos que fazia Firmo” (*Gazeta de Notícias*, 29/08/1884, p. 2). Em uma reclamação publicada no *Corsário Júnior: Periódico Crítico e Noticioso*, é possível perceber que a presença do Santo Antônio se tornou, ao lado de outras evidências da presença de feiticeiros: “[...] uma garrafa de dendê – uma tesoura velha, sem eixo – uma espada das antigas milícias – quatro bolas de acaçar – Um Santo Antônio quebrado, etc.. e aí estão os feiticeiros.” (*Corsário Júnior: Periódico Crítico e Noticioso*, 21/03/1883, p. 1).

A fim de atrair a boa ventura, afastar o infortúnio e eliminar as aflições da escravidão, Anna Luiza e seu Santo Antônio reuniram em torno de si inúmeros escravizados que lhe depositavam confiança. As suas cerimônias eram momentos de escuta das angústias daqueles trabalhadores escravizados. Já para os senhores, representava a perda do controle da sua escravaria e quem sabe, uma ameaça as suas vidas. No interrogatório feito pelo Juiz de Direito a Claudio Alvez Pacheco, ao ser perguntado se sabia o motivo pelo qual era acusado, ele conta que foram os escravos de Joaquim José Alves que delataram as reuniões de Anna, depois de terem sido castigados por seu senhor. Ele revela que:

[...] é certo que o dito Joaquim José Alves havia proibido a preta Anna, a ré no processo, que não consentiu que seus escravos frequentassem a casa

A História Através da História

GOMES, Hanna Katherine Ferreira

para reuniões, ameaçando a mesma de expulsar de suas terras ao que a dita ré desobedeceu, pois continuaram os pretos a frequentar suas reuniões (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 80).

A falência do controle senhorial de Alves em resolver a situação com Anna Luiza e seus escravos, talvez tenha desenvolvido a necessidade de mudar a estratégia. Maria Helena Machado, em *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na Década da Abolição* (1994), pensando as disputas para a consolidação da abolição e a ebulição escrava nas fazendas, observa as denúncias de feitiçaria como um dos sinais de declínio da escravidão. Movimentando fortes temores entre a camada senhorial, ela também observa uma mudança na forma de lidar com os delitos dos escravos. O que antes era resolvido através das prerrogativas de poder dos senhores das fazendas, a partir da década de 1880, era colocado na alçada do poder judiciário. Apesar de não conter nas fontes, referência a plano de revolta, fica evidente a perda de poder de controle dos senhores sob as suas escravarias.

Vale ressaltar que em regiões de grande concentração de escravos, uma possível revolta geral, com colaboração de livres pobres, libertos e sociedades abolicionistas, compunha o horizonte de temor da década de 80 (MACHADO, 1994). O feitiço inclusive, fazia parte da organização de alguns movimentos de escravizados na luta pela liberdade. Pirola nos apresenta uma revolta planejada em 1832, liderada por Diogo Rebolo, referido como “pai” ou “mestre”. O cativo tinha capacidade de fazer adivinhações e feitiços de fechamento de corpo, além de receitar remédio para amansar senhores (PIROLA, 2011). Diogo Rebolo havia constituído uma comunidade em torno dele, que assim como Anna Luiza, podemos presumir, era uma figura de prestígio para aquele grupo.

Ao longo do processo da quimbandeira, não surge nenhuma especulação sobre plano de revolta com os escravizados. No entanto, é possível perceber o poder que a religiosidade desempenhava no enfrentamento a escravidão, amansar os senhores fazia parte das estratégias para afastar a desventura e acabar com a aflição. Resistindo às exigências de Joaquim José Alves, Anna Luiza seguiu realizando os seus encontros aos pés do Santo Antônio.

Anna Luiza do Nascimento: De estelionatária à ameaça a higiene pública

No dia 12 de agosto de 1882, na Sessão denominada “Parte Jurídica” do *Jornal do Commercio*, sob tópico “Apelações crimes”, foi publicada uma breve nota sobre a anulação do processo de Anna Luiza e Claudio.

Apelações Crimes - (...) N.1385. Itaborahy. Ap. Claudio Alvez Pacheco, Anna Luiza Bernarda do Nascimento Ap. a justiça. Julgarão nullo o processo, por falta de base legal, contra voto do Sr. Tiago de Loureiro, que anulava somente o julgamento do Juri, por inobservância de formulas substanciais. (...) (*Jornal do Commercio*, 12/08/1882, p. 2).

Diante do Tribunal do Juri, ainda em Itaboraí, a réu Anna Luiza foi condenada a 3 anos e três meses de prisão com trabalho, além de multa de doze e meio por cento do valor que se liquidou do estelionato. Já Claudio Alves Pacheco foi condenado em seis meses de prisão com trabalho e multa de cinco por cento do valor que se liquidou do estelionato. Ambos tiveram as suas penas de acordo com o artigo 264 do Código Criminal do Império sob a prerrogativa de estelionato (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 91). O Juiz Municipal Graciliano Augusto, tendo em vista os autos do Processo, julgou que Felipe e Luiz Manoel, como outros, eram apenas expectadores das reuniões, o que por si só não é crime. Junto de Amancio, eles foram identificados como indivíduos de conduta irregular e por isso assinaram termo de bem viver (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 61).

Os então condenados Anna Luiza Bernarda do Nascimento e Claudio Alves Pacheco recorreram ao Superior Tribunal de Relação da Corte. Na apelação além de apontar improcedências no trâmite do flagrante e do julgamento no tribunal do Juri, a defesa coloca em pauta que o principal interesse no processo era: “dar satisfação a conveniência de indispostos fazendeiros”. O medo é colocado em pauta como um dos motivos para a denúncia e julgamento da quimbandeira: “Quanto o temor obscureceu a inteligência! Principalmente se o interesse da disciplina dessa chaga social que se chama escravatura implanta-se no coração dos Jurados!” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 96).

Até a primeira metade do século XVIII, era consenso, entre as autoridades europeias ou americanas, religiosas e seculares, a escravidão. Sua legitimidade residia no direito à propriedade, além de ser considerada uma forma de civilizar pagãos e selvagens, os outros (BLACKBURN, 2002). Em contrapartida, os ideais de igualdade

do iluminismo eram mobilizados por abolicionistas de diversas parte do mundo, em torno de um discurso que levava em conta a categoria de natureza humana (AZEVEDO, 2016). Para provar esse ideal de humanidade compartilhada, o amor materno, por exemplo, passa a ser mobilizado como universal, constituindo um artifício de convencimento (COWLING, 2018, p. 41).

Situado nesse campo de disputas, a manutenção da escravidão no Brasil foi assegurada na Constituição de 1824, respaldada pelo direito à propriedade. Contudo, já a partir do início do século XIX, começaram a ser elaborados discursos a respeito do anti-escravismo, focando no combate ao tráfico transatlântico de escravos (MATTOS, 1999). A mobilização da luta política nesse primeiro momento, de acordo com Célia Maria Azevedo (2016) se baseava em uma postura antirracista. Isso porque para lutar contra o tráfico de africanos era preciso defender que os povos negros integravam a natureza humana, e portanto, deveriam ter os mesmos direitos de cidadania e liberdade que as pessoas brancas. Nesse contexto, ainda que em um momento de expansão das lavouras e aumento da demanda por trabalhadores, foi colocada em vigor a lei de 1831. A legislação abolia definitivamente o tráfico de escravizados, além de declarar livre todos os escravos que entrassem no Império depois da data da lei, punindo os envolvidos no contrabando (RAMINELLI, 2021, p.136).

Essa formulação da lei fortaleceu o movimento abolicionista, que no século XIX havia adentrado a agenda de Estado entendendo que sob a presidência do deputado Dantas na Câmara, o governo e o movimento abolicionista estabeleceram um diálogo mais amigável (ALONSO, 2015). A lei do ventre livre de 1871 foi um divisor de águas nesse panorama escravista. Ela previa a liberdade dos filhos de mulheres escravizadas, quebrando o elo entre o ventre e o direito à propriedade sob seres humanos. Além disso, a lei proibia a venda de crianças menores de 12 anos e sua separação de seus pais e mães, como também reconhecia o direito dos escravos ao pecúlio para compra da liberdade, independente da vontade senhorial (COWLING, 2018, p. 114). Outro aspecto interessante é que a lei tratou do agenciamento de trabalho de sujeitos egressos da escravidão, situada no campo de forças que discutia a abolição lenta e gradual (ARIZA, 2014, pp. 77-78). Nesse sentido, o fim da escravidão se aproximava de um horizonte possível, mesmo que ainda com disputas de interesses entre escravistas e abolicionistas.

Inserido nesse escopo, o discurso passa a ser um aspecto importante para o anti-escravismo. Enquanto na primeira fase, no final do século XVIII e início do XIX, a luta pelo convencimento era em torno da humanidade de africanos e seus descendentes. Na segunda metade do século XIX, os argumentos eram economicistas, tiravam suas bases do racismo científico e argumentavam que além de não civilizar a

raça negra, como proposto, a escravidão ainda corrompeu os brancos (AZEVEDO, 2016, p. 113). O uso do termo “chaga social” pode indicar, por parte da defesa, uma postura anti-escravista, aos moldes dessa segunda fase do século XIX.

Essa perspectiva torna-se evidente, ao longo do mesmo texto de apelação. O discurso pontua que a ré não estava cometendo crime algum quando a autoridade chegou a sua casa, nem fraude alguma, ela era apenas: “Uma preta boçal imbuída em usos grosseiros satisfazia os desejos de suas ilusões [...]” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº 1080, p. 96). Ao longo do século XIX, os discursos racialistas baseados no cientificismo se disseminaram, apoiados em um ideal de progresso, negros e negras foram considerados parte de uma raça inferior (CARULA, 2012). Anna Luiza, por mais que tenha sido inocente com relação a acusação de estelionato, e tido um julgamento tendencioso, não fazia parte desse projeto de civilização branco e masculino, era boçal com usos grosseiros.

Mulher, negra, liberta e quimbandeira, ela era vista com desconfiança pela boa sociedade. Anna se torna a outra, uma projeção da oposição ao ideal do sujeito branco civilizado. Esse olhar torna-se evidente no discurso levado a cabo no pedido de condenação dos réus no processo. O documento versava sobre as práticas das sessões como forma de “satisfazerem desejos algumas vezes ilícitos e imorais tais como sedução de mulheres para fins libidinosos” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 63). O curioso é que, quando perguntada se teve alguma proposta desse tipo, Anna Luiza nega e diz que Manoel Nunes lhe falou sobre uma parda escrava de Joaquim Bernardino Alves Ilustre, mas que ele recorreu a Felipe, não a ela (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 4). Fato corroborado pelo depoimento de sua filha Silvanía que afirmou que Nunes havia ido a casa de sua mãe para comprar pós para um aborto da escrava Guilhermina e que “a mãe dela respondera que não fazia isso e que então o dito Manoel Nunes dissera que ia ter com o preto Felipe para o dito fim e que dias depois o mesmo Manoel lhe dissera que tinha obtido do Felipe os pós que desejava [...]” (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 13).

Tudo indica que o fim libidinoso referido era o remédio abortivo, que, no entanto, Anna não havia dado para Guilhermina, e sim Felipe, que assinou termo de bem viver e não teve pena alguma no processo. Mesmo sendo um homem negro, o olhar se volta a Anna e até mesmo à escravizada, como libidinosas e imorais. No contexto de emergência do racismo científico e na sociedade escravista, a mulher negra assume a categoria de corpo sexualizado e reprodutora de trabalhadores (KILOMBA, 2008, p. 142). Sendo assim, Guilhermina e Anna Luiza eram vistas de forma similar. A

representação da mulher negra, escrava, livre ou liberta, era como alguém que trazia consigo a promiscuidade.

Nesse sentido, é importante pensar no olhar desses senhores de escravos que denunciaram a casa de Anna Luiza, assim como do Juri que a condenou. Eram homens brancos, da elite de Itaboraí que enxergaram naquela negra liberta uma conduta perigosa e desviante. Não só as suas práticas religiosas vêm à tona, mas o seu lugar enquanto mulher negra em uma sociedade escravista convergem na visão de seus algozes. Essa dinâmica levou a pensar que a acusação de “sedução de mulheres para fins libidinosos” e abortos fosse mais crível quando direcionadas a ela. Ainda que nos autos conste que quem efetivamente deu o remédio abortivo foi outro homem, Felipe.

Como publicada no *Jornal do Commercio*, a condenação de Anna e Claudio foi anulada no Superior Tribunal da Relação da Corte. O Procurador da Coroa, o Conselheiro J. B. Gonçalves Campos argumenta que na verdade o processo se trata de uma articulação para punir a prática de feitiçaria, mesmo que feitiçaria não seja um delito. Contudo, Campos não é permissivo com relação as tais práticas religiosas, ele as concebe como um delito do regulamento de Higiene Pública, sendo perigosa para a saúde (Arquivo Nacional. Fundo Relação do Rio de Janeiro. Processo nº1080, p. 101-102). O Conselheiro traz à baila outra questão, a legitimidade da medicina científica acadêmica em detrimento a outras artes de curar.

Na disputa entre as diversas práticas de cura, é possível observar o campo da medicina se alinhando com determinados ideais em voga no final do século XIX. No bojo das discussões sobre progresso e civilização, a linha que ganha relevância é a medicina social, associada a essas ideias de modernidade (SAMPAIO, 2001, p. 44). Com destaque para a atuação de dois agentes importantes, a Academia de Medicina e os médicos higienistas. No âmbito da luta para se consolidar enquanto universal, as estratégias colocadas em prática no Brasil foram a profissionalização da medicina, a luta contra os curandeiros e charlatães, a criação em 1850 da Junta Central de Higiene Pública e a regulamentação do ensino médico (WILKER, 2000).

O discurso do Conselheiro sobre as práticas religiosas de Anna Luiza, seus pós e remédios, se insere nesse campo de discussões. A mobilização pelo monopólio das práticas de cura, por parte da medicina acadêmica, perpassa todo o ideal de civilização moderna que estava sendo gestado. Nesse sentido, é mais um eixo em que Anna Luiza não se encaixa. Apesar de ter sua condenação por crime de estelionato anulada, ela não era totalmente inocente. Assim como, no pedido de anulação, apesar de ser inocente, era boçal e de usos grosseiros.

Conclusão

Anna Luiza do Nascimento, mulher, liberta, mãe e quimbandeira, se tornou uma agente de transformação da vida de pessoas que lhe depositavam confiança. Acorada nos saberes recriados e gestados na diáspora africana, ela assentou seu Santo Antônio e se dedicou a eliminar a aflição da escravidão, que para alguns tinha nome e sobrenome, Joaquim José Alves. A partir do uso de danças, música, pós, beberagens, raízes e folhas, ela buscava cultivar a boa ventura e afastar os infortúnios. Sua casa se tornou, portanto, um local de transformação e escuta de angústias de diversos sujeitos que a procuravam.

O seu contexto de escravidão, em um local de produção açucareira no Recôncavo da Guanabara, contribuiu para a sua denúncia e condenação na Vila do Itaboraí. A condenação de Anna Luiza e Claudio pode ser lida como demonstração de força e poder frente a resistência daquela mulher aos pedidos de que se retirasse. Inserido nesse escopo, a falência do domínio do senhor sob seus escravizados e o medo são parte essencial para compreender essa dinâmica de poder e conflito. Além disso, o seu lugar social enquanto mulher negra em uma sociedade escravista também é parte de todo o processo, refletindo na visão que o Juri, senhores de escravos, advogados e promotores têm sobre ela.

Referências Bibliográficas

Fontes

Código Criminal (1830), Disponível em: <LIM-16-12-1830 (planalto.gov.br)>
Processo de Cláudio Alves Pacheco. Codes DJE, Fundo 84, Caixa 77, Gal C, Número 1080, Ano 1882. Arquivo Nacional.

Censo da Província do Rio de Janeiro de 1872 – Paróquia de São João Batista de Itaboraí.

Almanack Administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, 1882, p. 1778.

Gazeta de Notícias, 29/08/1884, p. 2.

Jornal do Commercio, 12/08/1882, p. 2.

Corsário Junior: Periódico Crítico e Noticioso, 21/03/1883, p. 1.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** O movimento abolicionista brasileiro (188-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Cativeiro de fato.** In: O ofício da liberdade: trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888). São Paulo: Alameda, 2014.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo transatlântico:** entre o humanismo e o racismo. In: *Etiópe resgatado: abolicionismo e suas conexões internacionais*. São Paulo: Annablume, 2016.

BLACKBURN, Robin. **As origens do antiescravismo.** In: A queda do Escravidão Colonial: 1776-1848. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero:** conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). São Paulo, 2012. Tese de doutorado em História - USP.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí:** Uma vivência às margens do Rio Macaé (1833-1875). Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, 2013.

CRAEMER, de Willy; VANSINA, Jan; FOX, Renée C. **Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study.** In: *Comparative Studies in Society and History*, vol.18, n. 4, 1976, pp. 458-475.

CROWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

- KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2008.
- MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**: Os movimentos sociais na Década da Abolição. Editora UFRJ/EDUSP, 1994.
- MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Revolta escrava em Campinas**. In: *Senzala Insurgente*: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas, SP: Editorada Unicamp.
- POSSIDÔNIO, Eduardo. **Caminhos do sagrado**: ritos centro-africanos e a construção da religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro do oitocentos. Tese de Doutorado em História, UFRRJ, 2020.
- RAMINELLI, Ronald. **Reformadores da escravidão; Brasil e Cuba c. 1790-1840**. *Varia Historia*, v. 37, p. 67, 2021.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **A história do Feiticeiro Juca Rosa**: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa. **Introdução**. In: *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- SLENES, Robert. **A árvore de nsanda transplantada**. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. Org. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- WILKER, Nikelen A. **Curandeirismo**: Um olhar sobre as práticas de cura no Brasil do século XIX. In: *Revista Vidya*, v.19, n. 34, 2000.

OCTAVIANO HUDSON: UMA TRAJETÓRIA DE RELEVÂNCIA E APAGAMENTO RACIAL NO MUNDO DO TRABALHO

Isabella de Souza Tavares*

Introdução

Tipógrafo, jornalista e poeta. (...) Signatário do Manifesto Republicano de 1870. Colaborador da *Tribuna Artística - Periódico Redigido por Artistas* no início dos anos de 1870 (...) Em 1872, foi o principal organizador da Associação de Auxílios Mútuos “Liga Operária”. No poema “O Operário (Fragmentos)” fez a defesa dos direitos dos operários. Em sua homenagem foi formado o Grêmio Literário Octaviano Hudson, que em 1889 publicava no Rio de Janeiro o periódico *O Americano*. (BATALHA, 2009, p. 79)

É assim que Cláudio Henrique Batalha descreve Octaviano Hudson, no *Dicionário do Movimento Operário*. O verbete acima nos indica como a vida pública e política de Hudson está inserida nos estudos sobre os trabalhadores e o associativismo do oitocentos. Alguns pesquisadores do mundo do trabalho, como Marcelo Badaró Matto, Batalha e Rafael Maul, já o citaram em suas pesquisas, o que demonstra novamente a relevância de sua trajetória.

Octaviano Hudson faleceu em 12 de fevereiro de 1886, aos 49 anos de idade, recebendo pomposas homenagens nos periódicos da corte. Seus amigos os descreviam quase que unanimemente como “o homem do povo, o poeta dos operários (...) exaltado embora em suas ideias políticas, franco ao excesso, descuidoso de si, a ponto de entregar o último óbolo ao primeiro mendigo que encontrar” (HUDSON, 1874, p. 2). Seus obituários exaltavam sua origem humilde e sua atuação pela instrução das crianças e dos operários, descrito como um exímio filantropo.

Hudson iniciou sua vivência no mundo do trabalho aos 16 anos de idade aprendendo a arte da tipografia na Srs. Soares & Comp. e mais tarde passou pelas oficinas do *Diário do Rio de Janeiro*. Administrou o periódico *O Cidadão*, em Petrópolis o jornal *Parabyba*, no Espírito Santo organizou a tipografia do *Mercantil*. Como

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, contato:isabellast96@gmail.com. Esta pesquisa possui apoio do CNPq.

jornalista passou por Angra dos Reis no periódico *Nova Phase*, assinou folhas literárias femininas (HUDSON, 1874, p. 2). No meio tempo em que esteve na região de Angra dos Reis, foi preceptor dos filhos de João José de Sá Cherem e de outros fazendeiros da região. Da década de 1870 até sua morte, trabalhou no *Jornal do Comércio* como repórter e poeta, onde possuía a coluna – *Musa do Povo* - e escrevia artigos em defesas dos operários.

Sendo assim, no presente artigo iremos apresentar a trajetória de Octaviano Hudson, que consideramos poder iluminar algumas problemáticas da experiência dos trabalhadores na segunda metade do século XIX. O associativismo figura grande parte da vida de Hudson e a instrução - uma das bases do mutualismo dos trabalhadores - tem na história de nosso personagem um papel central. E por último, tocaremos na questão do silenciamento de sua cor, problemática comum no oitocentos, mas que se torna ainda mais relevante ao tratarmos de sua trajetória.

Associativismo e instrução

A Associação de Socorros Mútuos Liga Operária foi fundada em 1872, a partir da ideia e iniciativa de Octaviano Hudson, que julgava ser necessária uma sociedade mutualista que reunisse todos os tipos de trabalhadores. Nas atas das primeiras reuniões de fundação da Liga consta o caráter de “fraternidade e igualdade que reinará nesta associação”, havendo também um compromisso com a instrução da classe operária (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 2). A formação da Liga Operária é considerada por alguns autores como o pontapé inicial que originou o pensamento da organização de trabalhadores enquanto classe no século XIX, reunindo operários e artistas (BATALHA, 2009, pp. 185 e 186), já que até então as associações eram divididas por ofícios ou ramos de trabalho.

O discurso de Hudson na fundação da associação deixa claro a intenção de reunir trabalhadores diversos sob a crença do progresso e da valorização do trabalho: “Se a classe operária não tiver a instrução precisa será um obstáculo ao progresso do trabalho que lhe sair das mãos. Aos operários analfabetos ensinaremos a ler.” (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 2). O associativismo dos trabalhadores na segunda metade do século XIX respirava os ares do iluminismo, que trouxe a ideia de progresso baseada na valorização do trabalho e da educação.

O mundo do trabalho no século XIX possibilitou arranjos e complexas relações sociais entre trabalhadores escravizados e livres, os reflexos do mundo escravista respingaram na realidade das relações de trabalho livre. Por isso, entre as

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

associações mutualistas, o objetivo era dissociar o trabalho manual do labor cativo, criando valores morais associados às artes e aos ofícios. Assim, era comum que as associações prezassem dos sócios “ser morigerado”, “sem vícios e maus costumes” (LACERDA, 2011, pp. 49 e 50). A intenção de Octaviano Hudson ao reunir trabalhadores diversos sob uma organização talvez fosse a mesma dos trabalhadores de manufaturas e ofícios especializados, a finalidade de nobilitação frente ao estigma criado em relação ao trabalho manual, só que de forma a compreender a classe trabalhadora de forma singular.

A historiografia do mundo do trabalho até 1980, considerava as associações mutualistas como primitivas ou embrionárias dos sindicatos do século XX, alguns ainda as classificavam com a característica de “previdenciárias”. De fato, a finalidade do socorro mútuo em que as organizações se baseavam tinha a seguridade financeira como carro chefe. Isso significa que em casos de doença e morte as associações proviam ajuda aos trabalhadores, mediante o pagamento das contribuições mensais. Contudo, caracterizá-las apenas como “previdenciárias” não só desconsidera o contexto em que essas sociedades se inserem, como também negligenciam a organização e o movimento de trabalhadores no século XIX (BATALHA, 2010, p. 16). O mutualismo, enquanto um fenômeno associativo, é essencial para compreendermos o mundo do trabalho livre no oitocentos, pois as associações se caracterizam como um pilar para o entendimento da vida dos trabalhadores no contexto da estrutura imperial (MATTOS, 2004, p. 5).

O que podemos ver nas páginas dos periódicos da época, eram mobilizações que iam além da seguridade social. Prover uma segurança econômica também perpassava pela defesa e reivindicações de melhorias quanto às condições de trabalho, a vida cotidiana e política dos trabalhadores. Quando as associações saíam em defesa de seus trabalhadores, nem que fossem nas páginas dos jornais, consideramos que não só estava em jogo a reputação de uma categoria, mas também o direito ao trabalho. Afinal, sem a possibilidade de exercer seu ofício, ficava impossibilitada também a permanência do fundo coletivo que constituía o seguro mútuo das associações.

Nesse sentido, a Liga Operária tentava fazer aquilo que estava ao seu alcance para assegurar o bem estar dos trabalhadores. Em setembro de 1872, a Liga cogitou apresentar dois candidatos às eleições municipais, pelo motivo de ter chegado ao conhecimento da associação que o diretor do Arsenal de Guerra havia despedido 30 operários por vingança eleitoral (*O Futuro*, 18/09/1882, p. 2). Já em novembro de 1879, demonstrou sua frustração e protesto em relação ao encerramento dos cursos noturnos gratuitos de instrução pública da Escola da Glória promovidos por Octaviano Hudson e Cypriano Carvalho (*O Trabalho*, 19 de Novembro de 1879, p. 1). Como a associação

tinha em seus estatutos o objetivo de propagar a instrução como meio mais eficaz de esclarecer os operários e artistas, esta luta e defesa permeava a organização.

Nesse sentido, Liga Operária possuía aulas noturnas de primeiras letras, aritmética, francês, desenho geométrico e música para seus associados e os menores de 15 anos que quisessem se matricular (*Gazeta de Notícias*, 23/03/1881, p. 5). Entretanto, o tema da instrução na trajetória de Octaviano Hudson não se limita a esta iniciativa. Além de estar envolvido com esse campo em algumas associações em que esteve presente, como a Liga Operária e a Associação Promotora da Instrução, Hudson também se preocupava com a educação na primeira infância, sobretudo das crianças oriundas das classes mais pobres.

Em 1876, lançou o *Methodo Hudson*, que foi oferecido à infância e ao povo. O objetivo do método era tornar mais fácil e compreensível o processo de aprendizagem da leitura. O *Methodo Hudson* ficou muito conhecido pelas páginas dos periódicos e pelas constantes preleções que Octaviano Hudson promoveu nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, a fim divulgar o método e demonstrar sua eficiência. A primeira e a segunda edição da obra foram bancadas por financiamentos coletivos, com exemplares distribuídos em eventos e muitos enviados ao ministério da guerra para distribuição nas escolas dos batalhões (*O Globo*, 15/08/1876, p. 2), até ser autorizado em 1877 a ser distribuído gratuitamente nas escolas da corte (*Jornal do Comércio*, 31/01/1877, p. 3).

A obra de Hudson foi citada e analisada por pesquisadores da história da educação e alfabetização no Brasil. Joaquim Pintassilgo e Elomar Tambara apontaram o *Methodo Hudson* como sistema de leitura repentina direcionado às classes menos abastadas, utilizado como cartilhas em escola em fins do século XIX atrelado a outros métodos de leitura e escrita (PINTASSILGO, 2006; TAMBARA, 2003.). Simone Vieira de Mesquita analisou o uso do método de Octaviano Hudson nas escolas das companhias de aprendizes de marinheiros e aponta que “essa cartilha trazia frases, orações e períodos carregados de lições morais e religiosas que exaltavam principalmente o trabalho” (MESQUITA, 2016, p. 12).

Ainda que tenha ficado claro o envolvimento de Hudson com a instrução e suas motivações para tal, sua movimentação em prol da educação foi além. Em novembro 1877, Octaviano Hudson anunciou no periódico *O Globo* uma campanha para arrecadação de sapatos para as crianças das escolas municipais da corte, de São José e São Sebastião, direcionadas a sapateiros e donos de estabelecimentos de calçados (*O Globo*, 26/11/1877, p. 4). Em outra campanha de donativos em 1879, Octaviano Hudson buscava arrecadar financiamento para a Escola Noturna da Glória, que havia tido sua verba cortada pelo senado. Quando as verbas dos cursos noturnos foram

cessadas, foi lançada a campanha para sustentar a escola da freguesia da Glória, Hudson dizia: “Nesta situação a iniciativa individual deve trabalhar a fim de conseguir os meios necessários para a sustentação desses úteis focos de instrução popular” (*Jornal do Comércio*, 08/11/1879, p. 2).

Uma possível chave de leitura para compreendermos a figura de Octaviano Hudson é entendê-lo enquanto um intelectual. Embora não tenha se formado em bacharel em faculdades de renome, entre seus pares era considerado um ilustrado. Em sua jornada no mundo do trabalho, que começa como tipógrafo e termina como jornalista e poeta, podemos ver que a construção dos seus ideais advém também de sua experiência e não apenas de suas leituras. Nesse caso, Hudson se encaixa naquilo que Ângela de Castro Gomes e Patricia Hansen nos apontam como “intelectual mediador” se colocando em campos de movimentação onde dialoga com seus pares, os trabalhadores. As autoras nos indicam que comumente na categoria “intelectuais” nem sempre são reconhecidos aqueles provenientes das camadas sociais menos abastadas, mas que estes ajudam a construir e produzir significados e identidades em seu meio (GOMES e HANSEN, 2016, p. 9). Ao construir o *Metbodo Hudson*, com objetivo de alfabetizar os mais pobres, Octaviano Hudson se coloca enquanto um intelectual do povo.

O silenciamento da cor

No Brasil do século XIX, a questão da cor para os cidadãos livres poderia se apresentar como uma problemática, mediante o medo de ser associado ao mundo da escravidão. Quando a liberdade se tornou uma possibilidade palpável no horizonte de escravizados, os mecanismos de distinção social no mundo dos livres foi estruturado. Não é à toa que no último século do regime escravista é construída a categoria de “pardos livres”, para designar a população liberta e seus descendentes, com vistas a se distanciarem do estigma da escravidão. Se afastar da noção de raça era o caminho para essa parte da população, que temia até mesmo a reescravização (MATIOS, 1999, p. 11).

Nesse sentido, falar de raça era um problema e o silenciamento da cor era o caminho adotado para evitar a questão, como estratégia de sobrevivência. Esse segmento da população livre buscava exercer a plena cidadania, lutando por igualdade entre brancos e pardos, principalmente no que diz respeito à ocupação de cargos públicos (MATIOS, 1999, pp. 12 e 13). A problemática do silenciamento da cor é, inclusive para historiografia, um entrave, ao passo que ainda existe um apagamento

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

sistemático de personagens negros da história do Brasil. E se torna um obstáculo para os historiadores, que em alguns casos se deparam com o desaparecimento da cor na própria fonte.

O caso do apagamento de Teodoro Sampaio, abordado por Wlamyra Albuquerque, nos mostra como mesmo personagens negros bem-sucedidos no ambiente dos brancos - apesar das discriminações - são esquecidos ou dados pouca importância. Teodoro Sampaio era filho de cativa e de pai desconhecido, se formou em engenharia, presidiu o IHGB em 1922 e produziu estudos geográficos sobre a região do nordeste que auxiliaram na obra que Euclides da Cunha. Quem aponta o esquecimento deste personagem é Gilberto Freyre, no centenário de seu nascimento (ALBUQUERQUE, 2019, pp. 125 e 126). Ainda que para Teodoro e para população livre negra o silenciamento da cor fosse uma estratégia de sobrevivência, suas trajetórias precisam ser lembradas e reafirmadas dentro do complexo contexto do Brasil imperial e republicano.

A trajetória de nossa personagem, Octaviano Hudson, se relaciona com a questão do apagamento da cor. Por ser um homem envolvido com as movimentações políticas e com questões sociais, estava presente nas páginas dos periódicos, dividindo opiniões. Enquanto era exaltado por suas ações em benefício das crianças mais pobres e com os trabalhadores, para alguns Hudson servia como alvo de sátira e chacota. Frequentemente, as revistas e periódicos satíricos se referiam ao nosso protagonista de formas pejorativas. Vejamos alguns discursos empregados para ferir a imagem de Hudson. No periódico *O Corsário*, em 11 de janeiro de 1883, há uma coluna que diz: “É mais nojento que um corvo/Que toda raça suína/Inda mais porco que o Hudson/É um sapo de latrina./ Tem mais catinga ele só/ que um milhão de pretas velhas/ É todo lixo dos pés/ Até à ponta das orelhas” (*O Corsário*, 11/01/1883, p. 2).

Não era incomum que Octaviano Hudson fosse referido nas páginas da imprensa jocosa da corte como um indivíduo sujo, a quem faltava banho. A aparência de Hudson foi comentada por Francisco Rangel Pestana, em ocasião que escreveu um texto defendendo-o:

(...) Ao Hudson acontece o mesmo que ao Quintino, mancebo sympathico, esbelto e de physionomia insinuante: fazem-no feio. Caprichos dos lápis humorísticos, que procedem em opposição à fotografia. Tem muitas vezes esse inconveniente e popularidade pelo constante aparecer em folhas ilustradas. (...) Quem observa atentamente este typo da sociedade fluminense reconhece que as linhas de seu rosto dão um todo que não está em perfeita relação com a sua figura, conforme nela apresentam as folhas ilustradas: mas em parte ele mesmo é o culpado disso: a sua cabelleira, a gravata e o trajó andam constantemente em

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

desalinho. Descuido ou capricho, é assim gila os lápis do Angelo, do Bordallo, e outros o encontram a proposito (*O Globo*, 07/06/1876, p. 3.).

A cabeleira, descrita como “anellados cabellos, cujas pontas às vezes se misturavam com a da sua barba” (*Cidade do Rio*, 13/08/1900, p. 2), era o alvo de chacota através de sátiras que diziam que Hudson possuía piolhos (*O Mequetrefe*, 13/12/1879, p. 3). Era frequente, as revistas e folhas jocosas insinuarem que Octaviano Hudson necessitava de banhos, as piadas desse teor eram constantes na *Revista Illustrada* e em *O Mequetrefe*. Faz sentido que questionemos esse tipo de tratamento direcionado a nosso personagem, os ataques a sua aparência tinham como alvo seu cabelo enrolado e davam a entender que sua fisionomia possuía aspecto de suja.

Em outra ocasião, Octaviano Hudson foi alvo de comentários pejorativos e atitudes mal intencionadas, quando foi preso em 15 de junho de 1864 na vila de São João do Príncipe. A situação foi que o delegado de polícia da localidade deu ordem para que um policial desse voz de prisão a Hudson, que foi solto na manhã seguinte com a condição de apresentar justificção. No dia 17, antes de se apresentar para sua justificção, nosso personagem descreveu que em conversa com um amigo:

(...) narrei-lhe a violência de que havia sido vítima e que viria à augusta presença de Sua Magestade o Imperador pedir justiça pela afronta que se me havia feito. O delegado que se achava presente disse que eu me estava dirigindo a ele e que só por isso merecia um processo; retirei-me para fazer o requerimento de justificção, e apenas transposto o limiar da porta do escritório do meu procurador o Sr. Domingos José Vaz, recebi nova ordem de prisão. Antes de ir para a cadeia entreguei o meu requerimento ao Sr. delegado, e recolhido á ela, veio apoz ordem para se me encerrar na enxovia, o que se executou continente, e o tabelião Angelo intimou-me que eu estava já á disposição do chefe de polícia. O requerimento foi-me dado depois de passados cinco dias, só com o fito de se me demorar nessa cadeia para cumprir a pena que a mais cega vingança havia premeditado (*Correio Mercantil*, 27/06/1864, p. 1).

Hudson se defende argumentando que habitou dois anos em São João do Príncipe, como preceptor dos filhos do capitão João José de Sá Cherem, que era votante do município à época em que lá residia. Ainda é mais incisivo ao dizer que “Eis o homem desconhecido que se prende para recruta, quando todos têm ciência de que sou casado, e que a própria qualificação para votante não só marca meu estado com a minha atual profissão” (*Correio Mercantil*, 27/06/1864, p. 2).

Ao delegado acusado por Octaviano Hudson de cometer tal injustiça, Pacífico José da Silva, foi dado um direito de resposta nas páginas do *Jornal do Commercio*, onde o mesmo alega que “Havia em S. João do Príncipe um indivíduo chamado Octaviano

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

de Castro Hudson. Esse indivíduo era geralmente apontado como de ruins costumes, sem profissão conhecida, roxoso e quase vagabundo”. O delegado defende que precisava dar cumprimento às ordens do Dr. Chefe de Polícia da corte, que lhe exigia recrutas. Em sua defesa, ainda aponta que “Mais de um reclamo se tinha feito ouvir ante as autoridades contra esse indivíduo, que, em seu desatinado proceder levava seu arrojado até à provocação contra agentes da autoridade pública” (*Jornal do Commercio*, 17/07/1864, p. 1).

Já em seu primeiro pronunciamento ao público do jornal *Correio Mercantil*, Hudson tratou de recolher um abaixo assinado, atestando que residia no município de São João do Príncipe por dois anos e que havia se transferido para o município de Pirai para também exercer a profissão de preceptor, cuidando da educação dos filhos de fazendeiros da região. Assinaram este abaixo assinado indivíduos de prestígios da região, como o Barão de Mangaratiba, o já aqui citado João José de Sá Cherem, os advogados Belisário Antonio Ramos Barbas e Domingos José Vaz, Luiz José de Sá Cherem Junior, entre outros (*Correio Mercantil*, 27/06/1864, p. 2).

Acontece que Octaviano Hudson ao fim de seu pronunciamento de defesa, afirmou ter sido vítima de uma “vingança eleitoral”. O que coincide com processo eleitoral para escolha de deputado no ano anterior no mesmo município de São João do Príncipe, em que Hudson se envolveu em um alvoroço na apuração dos votos. Nas páginas do jornal *A Actualidade*, ele narra o acontecimento em que Joaquim Breves diz que não iria apurar mais que 10 votos de Dr. Luiz Barbosa da Silva, seu então adversário na eleição. Indignado com o diretório “pygmeu” da região, que segundo Hudson,

(...) tentou circunscrever a liberdade de todo o colégio à sua imposição, tanto assim que antecipadamente ao dia 9 já se havia propalado que o candidato o Sr. Dr. Luiz Barbosa da Silva não obteria senão derrotas e as mesmas seriam dadas pelo Sr. Joaquim Breves que expressamente havia distribuído dez cédulas com o nome desse candidato, para satisfazer alguns eleitores que relutaram na fazenda da Olaria por ouvirem dizer que se deveria excluir completamente o nome do Sr. Barbosa.

(...) o Sr. Breves e seus agentes seriam firmes em recusar qualquer reclamação, visto que o banquete, como disse um mesário era especialmente da mesa e por conseguinte tinham direito a regerem como bem lhes aprouvesse a orquestra que devia servir nessa bachanal (*A Actualidade*, 13/10/1863, p. 2).

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

As críticas de Octaviano Hudson foram direcionadas à questão da liberdade e do voto livre, que na situação descrita por ele haviam sido deixadas de lado mediante a combinação do próprio diretório ao propor a chapa já vencedora antes de se darem as eleições.

Ao propor que havia sido vítima de vingança eleitoral em junho de 1864, acredito que Octaviano Hudson estivesse invocando a memória desta situação relacionada às eleições e a figura de Joaquim José de Souza Breves, a quem teceu duras críticas. Junto à crença de Hudson na vingança eleitoral, há críticas na imprensa à polícia de São João do Príncipe em janeiro de 1868. No *Correio Mercantil*, o autor da publicação julga a escolha dos policiais e delegados da região, afirmando ser pautadas sempre em interesses políticos. São citados os excessos cometidos pela classe policial contra alguns cidadãos, quando resgata a memória da ocasião em que o delegado Sr. Pacifico prendeu Octaviano Hudson sob falsa acusação, tendo meses depois voltado à ativa. Mencionando, inclusive, um caso de um importante advogado da região que foi processado pelo mesmo Sr. Pacifico por “defender os direitos de uma família de cor” (*Correio Mercantil*, 09/01/1868, p. 1).

A leitura que fazemos dessa junção de acontecimentos é a de que Pacífico José da Silva seria protegido do fazendeiro Joaquim Breves, tendo executado a prisão de Hudson a mando do importante negociante e deputado da região como vingança eleitoral. Não custa salientar que o Sr. Breves era um dos maiores fazendeiros cafeicultores de São João do Príncipe e adjacências. Acrescenta-se a isso, o fato de que o delegado já havia processado um advogado por defender uma família negra, o que possivelmente indica teor racial em suas atitudes. Na conjuntura da prisão de Octaviano Hudson, ainda podemos acrescentar o motivo do recrutamento, que no século XIX recaía sobre negros e pardos por meio de condições acusatórias de vadiagem.

Ainda que as fontes apresentadas aqui silenciem a cor de Octaviano Hudson, o que pudemos ver nas entrelinhas foram tratamentos discriminatórios e jocosos que provavelmente se relacionam com uma questão racial. Contudo, é somente em 1902, numa publicação do militante Gustavo de Lacerda - sob o título “Questão de raça” - que a cor de Hudson aparece. A coluna de Lacerda, no jornal *O Paiz*, saía em defesa dos trabalhadores negros frente a crítica dos italianos do periódico *Avanti!*, que os acusou de serem “refratários a organização”. Ao apontar que a organização de trabalhadores e o socialismo chegou ao Brasil antes mesmo dos imigrantes europeus, diz:

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

Muito antes que no Brasil aparecessem os propagandistas do *Avanti!* já um *mulato* - Octaviano Hudson - fazia propaganda socialista, e quando batido pela manha política da monarquia, em altitude de guerra contra as novas idéas, ficou só e sem meios de lutar, converteu o abrigo que lhe deram nas collumnas do *Jornal do Commercio*, na célebre secção *Musa do Povo*, que se tornou célebre (*O Paiz*, 29/06/1902, p. 2. Grifo nosso).

O que tentamos demonstrar aqui a partir das fontes sobre Hudson, é a forma como sua cor foi silenciada nas fontes e somente quinze anos após sua morte aparece de forma explícita nas páginas da imprensa, referenciada por um então militante negro e socialista. Com a falta de acesso a registro civil e de batismo de nosso personagem, este foi o único caminho a ser trilhado para apresentar indícios sobre a cor de Octaviano Hudson e o silenciamento em torno da questão. Não é surpresa que sua cor tenha sido suprimida, tanto por si próprio quanto pela imprensa, visto que a questão racial era entendida como um entrave para livres e libertos e o silenciamento da cor era encarado como estratégia de sobrevivência.

Conclusão

Ao perpassar pela trajetória de Octaviano Hudson no presente trabalho, tentamos demonstrar sua relevância na segunda metade do século XIX, por sua atuação no campo da instrução e por sua relação com o associativismo de trabalhadores. As fontes aqui analisadas são apenas parte de sua presença nos periódicos. Apenas na década de 1870, há 430 ocorrências em jornais e revistas que mencionam Hudson na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nesse sentido, podemos considerá-lo um personagem relevante do Rio de Janeiro entre as décadas de 1860 e 1880.

Dentro do campo do associativismo podemos, a partir de Hudson, mensurar a possibilidade da presença de trabalhadores negros nas associações. Cabe dentro desse campo pensarmos que se Octaviano Hudson, um homem negro, foi peça fundamental de fundação da Liga Operária, era possível que outros protagonistas negros estivessem presentes em outras associações. Considerar um associativismo negro de trabalhadores no século XIX vai de encontro ao “paradigma da ausência”, no qual a população negra sofreu um apagamento na história do trabalho do século XX (NASCIMENTO, 2016).

No que diz respeito a sua atuação no campo da instrução popular, estabelecemos o entendimento de Hudson como um intelectual mediador do povo.

A História Através da História

TAVARES, Isabella de Souza

Esse aspecto de sua trajetória também ganha outra perspectiva com a consideração de sua cor. Arriscamos dizer aqui que Octaviano Hudson entra pro hall de intelectuais negros, ao lado de engenheiros, médicos, poetas e escritores. Nesse sentido, foi um intelectual negro que atuou como preceptor, tipógrafo, jornalista, educador popular e poeta.

Trazer a questão do silenciamento de sua cor nas fontes e a forma como ela se revela anos após a sua morte, é um ponto central para entendermos a totalidade de quem foi Octaviano Hudson. Saber da sua atuação no associativismo enquanto trabalhador e no campo da instrução como um intelectual do povo já é relevante. Mas, considerar toda sua trajetória entendendo que era um homem negro toma outra proporção. A partir da informação sobre sua cor, a narrativa toma outra perspectiva.

Referências Bibliográficas

Fontes

- A Actualidade, 13/10/1863, p. 2.
Cidade do Rio, 13/08/1900, p. 2.
Correio Mercantil, 27/06/1864, p. 1 e 2.
Correio Mercantil, 09/01/1868, p. 1.
Diário do Rio de Janeiro, 04/03/1876, p. 2.
Gazeta de Notícias, 10/12/1876, p. 1.
Gazeta de Notícias, 05/03/1878, p. 1.
Gazeta de Notícias, 23/03/1881, p. 5.
Jornal do Commercio, 17/07/1864, p. 1.
Jornal do Comércio, 31/01/1877, p. 3.
Jornal do Comércio, 17/03/1878, p. 4.
Jornal do Comércio, 08/11/1879, p. 2.
O Corsário, 11/01/1883, p.2.
O Cruzeiro, 22/07/1878, p. 2.
O Globo, 07/06/1876, p.3.
O Globo, 15/08/1876, p. 2.
O Globo, 14/08/1877, p.1.
O Globo, 26/11/1877, p. 4.
O Mequetrefe, 13/12/1879, p. 3.
O Paiz, 29/06/1902, p. 2.
Tribuna Artística, 25/02/1872, p. 2.

Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **“Teodoro Sampaio, “eminência parda” e a “cor não luzidia”**: negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição”. In: In: SAMPAIO, G., LIMA, I., BALABAN, M. (org). Marcadores da Diferença. Raça e Racismo na História do Brasil. Salvador, EDUFBA, 2020.

BATALHA, Claudio H. M. **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, C. H. M. **Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil**: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e

sindicatos à luz da produção recente. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 2, n. 4, 2010, pp. 12-22.

HUDSON, Octaviano. **Methodo Hudson**: oferecido a infância e ao povo. Volume 1. Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1876.

GOMES, Â. C. ; HANSEN, P. **Intelectuais mediadores**: projeto cultural e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LACERDA, David P. **Solidariedades entre ofícios**: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). 2011. 220 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, pp. 49 e 50.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. **“Recuando no tempo e avançando na análise**: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Faces do trabalho: escravizados e livres. Niterói: EdUFF, 2004, pp. 14-27.

MESQUITA, Simone Vieira de. **“Método Lancaster, Método Castilho e Método Hudson**: métodos de ensino e as companhias de aprendizes marinheiros durante o segundo reinado (1864-1876)”. In: Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. Ceará: ISSN 2237-2229, 2016, pp. 149-164.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência"**: 1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, 2016.

PINTASSILGO, Joaquim. **História da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri: Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Rio Grande do Sul: Seiva Publicações, 2003.

O FUTURO PASSADO DE GOIÁS: DISCUSSÕES SOBRE AS TENSÕES ENTRE OS TEMPOS HISTÓRICOS E A MODERNIDADE A PARTIR DA HISTÓRIA INTELECTUAL GOIANA (1917-1944)

Janaina Ferreira dos Santos da Silva*

Introdução

Essa pesquisa é parte significativa dos estudos que venho realizando ao longo do doutorado, de forma que estarão presentes na tese que vem sendo desenvolvida. Para iniciarmos as discussões presentes nesse artigo, partiremos dos estudos sobre os tempos históricos e a modernidade para que possamos analisar como as tensões entre as temporalidades passado, presente e futuro estiveram em pauta em duas das principais produções de intelectuais goianos, *A Informação Goiana* (1917-1935) e *Oeste* (1942-1944), e foram integradas à maneira como repensou o estado de Goiás durante a primeira metade do século XX. Desse modo, essa introdução nos apresenta um pouco sobre as discussões sobre o tempo, os referenciais teóricos que serão as bases desse estudo e de que maneira nosso objeto de pesquisa integrou no dilema das temporalidades em sua conjuntura espaço-temporal.

Partimos do pressuposto da importância do tempo como força motriz da ciência histórica e do ofício do historiador. Resgatando dos estudos clássicos de Jorn Rüsen (2015), caracterizar a história apenas como uma ciência que estuda a humanidade é insuficiente, pois não retrata como o recorte temporal nos é fundamental no exercício da reorganização dos eventos do passado no exercício da escrita da História. Dessa maneira, se os fragmentos do passado estão inseridos em temporalidades específicas em que a história busca reordenar, então o tempo também possui uma história (DUARTE, 2012, p. 72).

As investigações sobre o tempo nos apontaram as várias dimensões em que somos interpelados pelas expressões do recorte temporal como parte da vida cotidiana,

*Possui os títulos de licenciada em História, especialista em História e Cultura e Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPPES) e pesquisadora do Anômalos (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq). E-mail para contato: janaina_silva@id.uff.br.

como por exemplo os ciclos presentes na natureza. Contudo, a concepção de tempo que a história dedica-se a explorar refere-se à construção humana atribuída a este caráter natural do tempo, nos conduzindo ao tempo enquanto produto humano (PALERMO, 2017). Com isso, a concepção de tempo que este artigo se orienta não caracteriza-se pelo campo biológico em que o tempo natural se expressa, mas pela elaboração humana que esse elemento historicamente adquiriu. Dessa forma, concordamos com a concepção de que a “natureza e história puderam desde então separar-se conceitualmente” (PALERMO, 2017, p. 23).

A partir desses apontamentos, temos que:

Tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas. A história – considerada como conjunto dos fatos do passado, como dimensão existencial e como concepção e conhecimento da vida, que permitem a sua inteligibilidade – deve ser apreendida em sua própria historicidade, constituindo um objeto de reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites e as suas consequências (JASMIN, 2006, p. 9).

Por consequência, “o tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo.” (KOSELLECK, 2006, p. 283). Esse aparato analítico e conceitual possibilita com que a o historiador possa analisar como as temporalidades foram entendidas a partir do trinômio passado, presente e futuro. Isso pois, os modos de se relacionar essas três instâncias orientam a formação das consciências históricas coletivas e individuais, ressignificando as visões sobre o período presente (BARROS, 2010; 2016). Constitui-se então o tempo histórico, não determinado pelo tempo biológico, mas inserido das análises humanas sobre suas vivências e projeções e fundamentalmente importantes para a construção da ideia de modernidade.

As transformações ocorridas com a Revolução Francesa, em que o prisma de interpretação do mundo saiu do religioso para o filosófico iluminista, acarretaram mudanças na maneira com que a Europa Ocidental experienciava o tempo durante os séculos XVIII e XIX. Com isso, surgiu uma nova maneira de interpretá-lo ante o viés de um futuro de progresso. Nascia, então, a distinção entre o passado e o futuro a partir do presente como inaugurador de um tempo novo, um tempo inédito que rivaliza o espaço de experiências que foi o passado e o horizonte de expectativas que

será o futuro. Logo, a Era Moderna constituiu-se dessas tensões entre experiências e expectativas e reorganizou as narrativas sobre as temporalidades históricas.

Essa elaboração conceitual sobre a Modernidade eternizou Reinhart Koselleck (2006) para a ciência histórica. A sua maneira de compreender o processo histórico de dissociação das tipologias do tempo naquele contexto espaço-temporal possibilitou com que as discussões sobre o tempo histórico fossem inauguradas e ainda trabalhadas na contemporaneidade. Com isso, temos que:

Constitui a contribuição mais notável de Koselleck, para a Teoria da História, a apurada percepção desta tensão que sempre se estabelece entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” – uma tensão que é própria da elaboração do conhecimento historiográfico e mesmo das múltiplas leituras sobre o fenômeno da temporalidade que vão surgindo em cada época, inclusive ao nível das pessoas comuns que vivenciam os padrões disponíveis de sensibilidade diante do tempo, que lhes são oferecidos no momento em que vivem (BARROS, 2010, p. 67).

A nossa pesquisa parte dessa decomposição e diferenciação entre passado e futuro para investigar a história do estado de Goiás durante a primeira metade do século XX, mais precisamente entre 1917 até 1944. O nosso objetivo é analisar como as representações de obscurantismo consolidadas sobre o passado goiano foram contrapostas nas produções intelectuais selecionadas enquanto fontes históricas, de modo que o futuro foi elaborado simbolicamente como o progresso e a modernidade para a região. Aqui examinaremos como as tensões entre os tempos históricos estiveram dispostas no contexto que rivalizou a ideia cristalizada de sertão com a imagem promissora da modernidade que culminou na construção utópica de Goiânia (SILVA, 2014).

A construção narrativa sobre o atraso de Goiás foi massivamente difundida com os relatos dos viajantes europeus que produziram literaturas de suas viagens pelo interior do Brasil. Ao longo do século XIX, a Província de Goyaz foi descrita como “a imagem do progresso invertida na janela do tempo” (CHAUL, 2010, p. 42) e uma população com “profunda apatia em que estão imersos (...) dominados pela preguiça e demasiadamente entregues aos prazeres sexuais e bem diferentes são as causas que os têm conduzido a tão deplorável estado” (SANDES; ARRAIS, 2013, pp. 852 e 853), por relatores conhecidos como Saint Hilaire (1819) e D’Alincourt (1818).

A tentativa de ruptura com essa elaboração intelectual pode ser observada a partir da virada do século XIX para o XX; entretanto, assumiu uma força muito maior a partir do Golpe de 1930 ocorrido na política brasileira e os acontecimentos decorrentes em Goiás. Pedro Ludovico Teixeira foi indicado como interventor federal

no estado e retirou do poder figuras políticas que eram consolidadas no cargo, trazendo um novo projeto político-ideológico e mobilizando adeptos para a construção discursiva da modernidade para a história do estado. Teixeira apresentou pautas a partir dessa retórica da necessidade de modernização goiana em diversos âmbitos, o que possibilitou a discussão a respeito da mudança da capital do estado para uma cidade planejada e que se oporia ao atraso da então capital (PERES, 2012).

Entre 1870 e 1920, a modernidade foi o centro de produções intelectuais brasileiras que pensaram a nação e os estados brasileiros. De acordo com Andreia Lisboa (2009, p. 43), “No caso do Brasil, a partir da independência a preocupação com a caracterização da nação como um corpo independente, separado da metrópole, tendo uma história própria passou a ser uma das prioridades tanto do governo quanto dos intelectuais.”. Temáticas como a identidade nacional, os problemas decorrentes da miscigenação e a busca pela modernização do Estado foram questões centrais nas produções das redes intelectuais. Nesse sentido, em conjunto com a ação governamental de Pedro Ludovico Teixeira e o grupo político que atuou nessa dinâmica de diferenciação com o passado retratado nas produções já produzidas sobre o estado, o papel dos intelectuais goianos também foi substancial nesse contexto.

Ainda para Lisboa (2009, p. 32):

A historiografia Goiana é um exemplo dessa influência na luta de representações sobre o estado temos primeiro os elementos dos viajantes europeus que percorreram Goiás durante o século XIX, e representaram o Brazil-Central com elementos que configuraram e consolidaram durante muito tempo os estigmas de decadência e do atraso.

Formou-se uma rede de intelectuais em Goiás para reelaborar as representações sobre o estado durante a primeira metade do século XX, em que podemos citar duas produções como as mais atuantes e conhecidas por apresentarem esse viés em suas criações: *A Informação Goyana e Oeste*. Partindo dos estudos de Selma Peres (2012, p. 05), ambas se configuraram em uma configuração político-ideológica “(...) de comportamentos morais a ser seguidos e exaltam as virtudes de Goiás e do povo goiano, no intuito de atingir a autoimagem de seus cidadãos e seu orgulho, assim como promover a imagem positiva do estado no cenário nacional.”.

Nesse sentido, essas produções tentaram desconstruir a construção de Goiás enquanto sertão decadente e atrasado. A construção desse “novo” Goiás em comunhão com a idealização da modernidade como projeto político-ideológica de futuro, possibilitou com que:

Se Goiás antes ocupava o lugar de marginalidade, de outsider, em relação ao Brasil, os intelectuais e políticos goianos, através destes periódicos, se empenharam em mobilizar forças para a construção de símbolos capazes de romper com o atraso e a decadência. Inaugurar no sertão uma cidade-símbolo que era a cara do Brasil, exaltar as riquezas naturais, econômicas e culturais do povo goiano, mostrar Goiás ao Brasil e aos goianos essa foi a principal missão das revistas *A Informação Goyana* e *Oeste*. (PERES, 2012, p. 10).

A partir desses apontamentos apresentados nessa introdução, partiremos para uma breve análise dessas fontes de maneira mais específica a fim de buscar como a modernidade e a oposição entre os tempos históricos estiveram inseridas nas agendas político-ideológicas das revistas em questão para a história de Goiás.

A Informação Goyana (1917-1935) e as potencialidades do Brazil-Central

A história dessa revista começou com o encontro de jovens intelectuais goianos que residiam no Rio de Janeiro e estudavam na Escola Militar da Praia Vermelha no início de 1900. O desejo de recontar a história de Goiás a partir de perspectivas de exaltação regional e das potencialidades econômicas e culturais, surgiu o interesse por criar e editar um veículo próprio. Dessarte, foi concebida a ideia de *A Informação Goyana* enquanto um periódico ilustrado, mensal e informativo sobre o “Brazil-Central”, conforme escreviam, nos aspectos culturais, econômicos e políticos. Apesar de trazer que retrataria localidades como Minas Gerais, Mato Grosso, a região oeste de São Paulo e parte do sertão da Bahia, Piauí e Maranhão, dedicou-se majoritariamente a investigar aquelas perspectivas em Goiás, denominado de *interland* brasileiro no veículo.

Confluindo com os estudos de Andreia Lisboa (2009, p. 8):

Partimos do pressuposto que a revista *informação Goyana* se constituiu em um campo político - ideológico e, que, portanto, tinha como finalidade produzir um discurso de defesa sobre o Brazil - Central, mais especificamente sobre o estado de Goiás. Os articulistas defender ao longo de suas páginas da importância do estado para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país, ou seja, com esse objetivo eles exaltaram as potencialidades econômicas, naturais, bem como também, sua cultura e sua história.

A revista, então, foi inaugurada em agosto de 1917 e circulou em alguns estados brasileiros e até internacionalmente, mas o interesse maior era o seu sucesso na capital federal do período. Contou, desde o primeiro número, com a atuação de personagens conhecidos em Goiás como colaboradores. Inicialmente, editada nas Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, o folhetim tinha folhas de qualidade e acredita-se que eram produzidos 500 exemplares por tiragem, até encerrar suas atividades em 1935 com 213 edições publicadas dispostas em 1912 páginas (NAPOMUCENO, 2003; PERES, 2012).

Quando investigamos a história d'*A Informação Goyana*, dois são os nomes de maior notoriedade por suas importâncias na articulação, criação e condução da mesma. O primeiro foi Henrique José da Silva (1865 – 1935), estudioso sobre a história de Goiás que além de ter desempenhado o papel de jornalista ficou conhecido por sua carreira militar, tendo participado de expedições sob o comando do General Deodoro da Fonseca. Sua contribuição ao cofundar a revista fez com que pudesse atuar em defesa da construção narrativa de uma nova história do estado, cofundando o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) em 1932 e se tornando patrono na Academia Goiana de Letras (AGL). O segundo cofundador conhecido foi Antônio Americano do Brasil (1892 – 1932), médico que também atuou como tenente no Exército Brasileiro, deputado federal, chefe da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça de Goiás e diretor do Correio Oficial por 18 anos. Outro entusiasta sobre Goiás, foi o responsável por escrever um resumo da história do estado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre os anos de 1722 e 1889.

Conforme apontado, a história da revista derivou das redes de sociabilidades entre os intelectuais goianos que partilhavam do mesmo objetivo em relação a Goiás, o que fez com que o projeto político-ideológico da publicação abarcasse goianos ilustres de diversos setores para contribuir. Entre os poetas Cora Coralina e os irmãos Hugo e Victor de Carvalho Ramos, estiveram: o jornalista Ayres da Silva, o militar José Leopoldo de Bulhões Jardim, o político Joaquim Xavier Guimarães Natal, o médico Antônio Azevedo Pimentel e o historiador João Capistrano Honório de Abreu. A participação desses nomes fez com que muitos ganhassem notoriedade em suas áreas e uma parte significativa entrasse na política goiana, marcando a movimentação da pauta modernista da revista na política do estado.

Identificamos como agenda modernista para a história de Goiás, a construção político-ideológica dos contribuintes d'*A Informação Goyana* de ressignificar as representações cristalizadas sobre o estado. A tentativa de defesa da modernidade era uma questão latente na esfera intelectual brasileira que buscava solucionar os problemas nacionais com a inauguração de um novo tempo. Essa dinâmica nacional

também foi utilizada no aspecto regional com as publicações na revista em questão, de modo que articular os motivos do estado goiano ser uma potência para a modernidade brasileira.

Para a formação dessa retórica de um cerne moderno pujante em Goiás, as seções da revista se dedicaram em operações fundamentais para a força das argumentações propostas. Uma das mais presentes no folhetim é a revisitação crítica das obras já produzidas sobre Goiás a fim de reavaliar as impressões produzidas sobre a crise presente no estado. Dessa maneira, o “Brazil-Central” não seria um território à margem dos avanços modernistas nacionais, mas parte integrante do novo tempo moderno presente na escala nacional-regional.

Sobre essa inserção de um Goiás moderno para a recém-inaugurada nação que também buscava a alcunha poderio da modernidade, observa-se que:

Para, além disso, ao exaltar as potencialidades do Brazil-Central, que é a estratégia principal dos articulistas de A Informação Goyana para representar o estado evidenciou se a construção de uma identidade “nova” e “moderna” para os goianos. (...) Nesse intuito de integrar Goiás é um projeto de nação moderna era preciso antes de tudo identificar e mostrar quem eram os goianos, o que produziram economicamente, politicamente e culturalmente, ressaltando assim suas potencialidades e possibilidades de contribuição para o progresso brasileiro, integrando definitivamente Goiás ao Brasil. (...) os articulistas que criaram e escreveram para A Informação Goyana, ao buscar uma identidade moderna para os goianos questionam alguns sistemas de representações já produzido no período da primeira República, sobre o interior do Brasil como um todo, e sobre estado de Goiás (LISBOA, 2009, pp. 8 e 9).

Para que o objetivo de inclusão de Goiás à ideia de modernidade brasileira fosse alcançado, o estado carecia de ser conhecido como parte integrante desse território. Uma das argumentações dos porquês de criação do veículo partiu justamente do entendimento de que não se falava da região central brasileira na capital federal. Logo, a magazine também adquiriu o caráter informativo sobre o que se passava no *interland*, de modo que essa inserção ao todo também contribuiria para a destruição simbólica da ideia de sertão em oposição ao litoral brasileiro.

Desse modo, podemos encontrar já na primeira edição da revista um trecho sintético que traz os objetivos, as defesas político-ideológicas e o papel da magazine na passagem a seguir:

O aparecimento hoje desta publicação se justifica pela própria necessidade que havia de um órgão informativo e de propaganda das incomparáveis riquezas nativas do interland brasileiro – essa vastíssima região quase

desconhecida sob todos os seus aspectos e que, no entanto, possui os mais fortes elementos para se incorporar às correntes progressivas das mais prósperas zonas do nosso país. Como se sabe, Goyaz ocupa o centro geométrico do Brasil, e não carece, pois, de razões geográficas para representar ainda um importante papel social e econômico na grandeza futura da nossa nacionalidade. O que é mister é tornar melhor conhecidos de nós mesmos e dos estrangeiros o seu salubérrimo clima, as suas riquezas extraordinárias, as suas fontes de vida, as suas possibilidades econômicas – como também refutar com fatos e algarismos exatos as apreciações injustas que tantas vezes em livros e na imprensa se tem propalado acerca da terra goyana. (...) O peritodismo carioca nas suas revistas dos estados não unclue nunca o de Goyaz. Nem os trabalhos organizados pela Directoria de Estatística Commercial do Ministério da Fazenda, nem nos do Serviço de Estatística Commercial do Rio de Janeiro o simples vocábulo indígena Goyaz vem mencionado. Ora, um dos principais esforços desta revista é precisamente colocar diante dos olhos dos capitalistas, dos industriais e dos comerciantes as possibilidades econômicas sem conta do estado mais central e menos conhecido do Brasil. A Informação Goyana traz, portanto, um fim e um programa que bem a definem na imprensa brasileira (A INFORMAÇÃO GOYANA, 15 de agosto de 1917, p. 1).

Portanto, é possível identificar como a concepção de *A Informação Goyana* esteve em congruência com a tentativa intelectual goiana de ressignificar as construções sobre o estado que estiveram em oposição às ideias de modernidade, avanço e progresso. Nesse sentido, a revista inaugurou a construção político-ideológica de um “novo tempo” para o estado, de forma que as potencialidades para um futuro promissor fossem identificadas enquanto um horizonte de expectativa esperançoso e próspero para a nação brasileira e para a história de Goiás e a maneira como narrou o seu passado.

Sendo assim, pudemos observar como a revista em questão reinterpretou as versões narrativas sobre o passado e reelaborou as concepções sobre o futuro goiano. Os intelectuais idealizadores de *A Informação Goyana* dispuseram o passado e o futuro em confronto de maneira a introduzir a modernidade enquanto a diferenciação entre estes tempos históricos.

Oeste (1942-1944) e a utopia da inauguração da modernidade com Goiânia

A revista *Oeste* surgiu como um produto de exibição desse “novo tempo” no estado de Goiás. A partir de 1930, o Brasil vivenciou um período de mudanças político-ideológicas com o Golpe de 1930, a entrada de Getúlio Vargas na presidência do país e a implementação do Estado Novo. Inserida nessa agenda utilizada no contexto, a construção simbólica da modernidade enquanto a inauguração de um novo tempo para a nação foi parte significativa da retórica utilizada por Vargas em suas medidas adotadas, de modo que em escala regional a defesa da modernidade também ganhou discussões de grande fôlego (DAYRELL, 1977).

Nesse sentido, a rejeição do passado entendido como atrasado e decadente foi vinculada à inauguração do presente que guiará as mudanças necessárias para a constituição do futuro promissor. Naquele recorte espaço-temporal, a construção de um novo tempo histórico não esteve apenas no campo intelectual, mas integrou-se como parte da política nacionalista. Assim, *Oeste* nasceu em um cenário de propagação da retórica do novo enquanto o agente modernizador na política e nos bens culturais e ideológicos, em que o próprio governo controlava as produções espalhadas pelo país e barravam ou consolidavam a depender do projeto político-ideológico defendido (SILVA, 2014).

O estado de Goiás viveu significativas mudanças a partir desse contexto. A começar, o nome de Pedro Ludovico Teixeira despontou na política a partir da argumentação da renovação política proposta com a entrada de Getúlio Vargas no poder e a nomeação daqueles que seriam os interventores regionais a partir de 1930. Ideologicamente, Teixeira e Vargas tinham a fixação pela busca da modernização em comum, salvaguardando a proporção regional-nacional. A bandeira do progresso para Goiás foi a base fundamental em que a ideia de mudar a capital se ancorou. Dentre as várias outras medidas defendidas e postas em prática por Teixeira, a renovação iniciada a partir de 1933 pelo Interventor movimentou a história de Goiás.

Sobre a relação entre o presidente como interventor de Goiás, entre os anos de 1930-34, tivemos que:

Para que se efetive o novo quadro ideológico, rejeitam-se os anteriores padrões de desenvolvimento do Estado. Procura-se romper efetivamente com tudo que represente o outro Goiás, sistematizar um novo quadro de valores, impondo uma ideologia que ateste tal rompimento, demonstre os pontos de cisão entre dois períodos considerados distintos. (...) Em Goiás a figura do interventor federal passa a representar o papel de condutor do

processo de desenvolvimento desejado ao lado e nos moldes da presença política do Presidente Vargas dentro de um sistema político ideológico configurado (DAYRELL, 1977, pp. 1330 e 1331).

A construção de Goiânia como a nova capital do estado foi, antes de tudo, uma elaboração ideológica. Se no tempo passado Goiás foi compreendida como o sertão berço do atrasado e de crises econômicas, o efetivo distanciamento com essa representação viria com a idealização de uma capital administrativa para o estado que seria planejada de forma moderna nos aspectos urbanísticos e econômico-cultural. A então capital Cidade de Goiás foi caracterizada nos discursos políticos de Teixeira como o símbolo do atraso que o passado foi representado, de modo que o futuro estaria na formação de uma nova cidade para ser a sede do estado.

Para além de uma questão regional, a nova capital também representaria a conexão político-ideológica da pauta da modernidade de Goiás com a nação. Nesse sentido, a construção de “Goiânia era um Marco do novo Bandeirantismo, um signo da brasilidade. Era considerada ao mesmo tempo testemunha e símbolo. Símbolo da política de integração do Brasil e da Nova Era da história do país e testemunha da vontade realizadora do novo governo.” (SCHWAB, 2010, p. 102). Todo o processo de escolha do local, transferência da capital e inauguração da nova cidade durou cerca de seis anos, até ser oficialmente apresentada ao estado e a nação em 1933.

Ainda sobre a importância da nova capital, observa-se que:

Goiânia libera e oficializa a adoção de uma nova mentalidade em Goiás. A construção e efetivação da mudança da capital para Goiânia -- uma cidade nova, planejada obedecendo às regras do moderno urbanismo, situada no centro da região de maior desenvolvimento econômico e crescimento populacional do estado faz dela o símbolo do processo de urbanização, modernização e desenvolvimento de Goiás. Goiânia se impõe como um agente sobre a conjuntura, embora por ela determinada, e, em parte, como um instrumento político na defesa dos novos valores, na luta pela sua implantação (DAYRELL, 1977, p. 1328).

Oeste despontou nesse contexto de exaltação de Goiânia enquanto a inauguração da nova temporalidade em Goiás. Sua criação foi no Batismo Cultural da cidade em 1944, evento esse que contou com artistas e políticos influentes no estado e foi apelidado de Semana Moderna de Goiás. A concepção da revista adveio do interesse de Pedro Ludovico Teixeira de visibilizar a vida intelectual, artística e cultural goiana nas páginas de uma magazine que referenciasse a nova capital e a política estadual e nacional.

A História Através da História

SILVA, Janaina Ferreira dos Santos

Em seus 23 números publicados, a revista foi o campo de defesa do projeto político-ideológico da escala nacional-regional e recebeu fortes investimentos governamentais. Sob a descrição de ser o veículo do pensamento moço do estado, a revista foi produzida na Seção Industrial da Imprensa Oficial com tiragens que variavam entre 400 a 500 exemplares e também circulou externamente a Goiás mensalmente até o seu fim em 1944. Em 1983, aniversário de 50 anos da inauguração da Pedra Fundamental de Goiânia, a Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) disponibilizou todos os exemplares de *Oeste* compilados em um arquivo único sob a argumentação de que se tratava de um cuidado com a memória goiana.

Sobre o papel de *Oeste* na construção da nova imagem do estado, nota-se:

A revista *Oeste* nasceu em um contexto de modernização em Goiás em que o processo de urbanização se acelerava relacionado ao crescimento do comércio e de redes bancárias a partir da década de 1930. Ano político foram acompanhadas por mudanças de toda ordem, surgindo assim a ideia de um Goiás novo. Neste quadro, do ponto de vista ideológico, Goiânia se apresentava como um símbolo de um almejado processo de modernização e desenvolvimento econômico e cultural (DAYRELL, 1977, pp. 13-14).

O principal nome de *Oeste* foi Paulo Augusto de Figueiredo. Apesar de carioca, o bacharel em direito ganhou destaque quando mudou-se para Goiânia e atuou em cargos públicos em Goiás. Muito se discute o papel de Figueiredo no folhetim, tendo em vista que o mesmo nunca chegou a ocupar algum cargo de diretoria, mas *Oeste* até é atribuída como uma obra em que foi o grande organizador ideológico e exerceu grande influência por ter sido um defensor ferrenho de Vargas e Teixeira (SCHWAB, 2010). Outros contribuintes também conquistaram mais notoriedade escrevendo para o folhetim, como: Bernardo Élis, Garibaldi Teixeira, Hélio Lobo, Castro Costa e José Décio Filho, desempenhando funções de historiadores, poetas e jornalistas.

Como síntese do que a revista buscou apresentar em seus números, observamos no trecho a seguir, retirado da coluna intitulada “Mensagem ao Brasil”, como a inauguração de um novo tempo em Goiás, a partir de Goiânia conectou a política nacional-regional e a busca pela modernidade:

Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registado do meu estado. Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, capital de Goiaz. Ao entregar à comunhão nacional a de cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro espiendoroso. Tenho a honra dessaudar, na pessoa do grande condutor, o presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso. (...) Saudou o Brasil

todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral. A ele, Brasil, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – Goiânia (Oeste, 15 de julho de 1942, p. 5).

Dessa forma, pudemos investigar como a revista *Oeste* esteve inserida em um contexto espaço-temporal em que a defesa pela modernidade adquiriu espaço nas agendas político-ideológicas nacional-regional e foi um local de argumentação positiva para as mudanças estabelecidas por Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira. Nesse sentido, a atuação da rede de intelectuais, artistas e políticos que contribuiu para a publicação foi fundamental na consolidação simbólica da construção do “novo tempo” para o Brasil e Goiás.

A construção de Goiânia foi a elaboração da utopia da diferenciação entre os tempos históricos em Goiás: o passado decadente era abandonado de vez com a marcação de um futuro promissor a partir de processos de modernização urbanísticos, administrativos e culturais. Com isso, podemos observar que *Oeste* veio afirmar que o “novo tempo” tão almejado em *A Informação Goyana* e que oporia passado-futuro era efetivamente desenvolvido com o nascimento de Goiânia e a formação de um novo tempo presente capaz de gerar um amanhã promissor.

Considerações Finais

A partir das discussões teóricas sobre as concepções de tempo e suas tipologias, pudemos identificar como a organização social intrinsecamente relacionada à maneira de compreender o tempo foi fundamental para o exercício do historiador para investigar a humanidade e suas configurações nos tempos históricos específicos. Nesse sentido, pudemos identificar como a construção da ideia de modernidade esteve ancorada na diferenciação entre tempos históricos. A contraposição entre o passado vivenciado com o futuro esperado estruturou a maneira como a Europa Ocidental compreenderam o tempo após a Revolução Francesa, dissociando as representações sobre o pretérito arcaico do amanhã promissor.

Confluindo com essas análises, o Brasil não esteve fora dessa ressignificação dos tempos históricos sob a perspectiva da inauguração da modernidade. O contexto da construção da agenda político-ideológica da nação atribuiu a retórica da modernização como elemento que distinguiria o passado do futuro brasileiro. Principalmente após o Golpe de 1930, com a entrada de Getúlio Varga na presidência da república e a nomeação de novos interventores estaduais, a busca pelo ideal de modernidade tornou-se a justificativa para medidas políticas e investimentos culturais.

A História Através da História

SILVA, Janaina Ferreira dos Santos

Nesse sentido, ambas as fontes selecionadas para o desenvolvimento desse artigo retrataram essa diferenciação entre passado e futuro a partir do empenho político-ideológico pela modernização no estado de Goiás. Entre 1917 e 1935, *A Informação Goyana* buscou desconstruir as representações cristalizadas sobre um sertão decadente e atrasado e defender as potencialidades existentes no “Brazil-Central”. O nascimento da rede de intelectuais, artistas e políticos goianos mobilizou-se em torno de apresentar novas imagens sobre Goiás pela perspectiva do avanço e prosperidade que o futuro poderia exhibir.

Já *Oeste*, produzida entre 1942 e 1944, mostrou em suas páginas a união simbólica entre nacional e regional a partir das figuras de Vargas e Pedro Ludovico Teixeira como forma de defender que Goiás vivenciava um “novo tempo”. A entrada de uma nova figura no comando político do estado e a mudança da capital para a recém-construída Goiânia foram utilizadas enquanto amostras da energia da modernidade que Goiás vivenciava. Entre exaltações do roteiro político-ideológico adotados na escala Brasil – Goiás, a magazine foi a anunciadora do novo tempo histórico da modernidade.

Referências Bibliográficas

A INFORMAÇÃO GOYANA, Rio de Janeiro, 1917 - 1935. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em maio de 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades**. Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, Sevilla, v. 18, n. 35, pp. 41 – 53, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt**. Revista Páginas de Filosofia, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 65 - 88, jul/dez. 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **A revista Oeste – Ideologia e História**. Anais do IX Simpósio Nacional da ANPUH. Florianópolis, 1977.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. **Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck**. História da historiografia, Ouro Preto, n. 8, pp. 70 – 90, 2012.

JASMIN, Marcelo. **Apresentação**. In: KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LISBOA, Andreia Silva. **O “Brazil - central” e suas potencialidades na revista a Informação Goyana (1917 – 1935)**. Dissertação (mestrado em história) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A Informação Goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935)**. Tese de doutorado (História e Filosofia da Educação) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 1998.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A revista “Oeste”**: Seus intelectuais e a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942 – 1944). Revista Educativa, Goiânia, n. 3, jan/dez. 2000.

OESTE, Goiânia, 1942 - 1944. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/enderbass/revista-oeste-completa-goias>. Acesso em maio de 2022.

PALERMO, Luis Cláudio. **Tempo e temporalidade:** transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico. *Temporalidades: revista de História*, ed. 23, v. 9, n. 1, jan/abril 2017.

PERES, Selma Martines. **A “Informação Goyana” e “Oeste” e as estratégias para uma nova civilidade em Goiás (1917 – 1944).** Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Lisboa, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora da UnB, 2001.

SILVA, Luciano Oliveira. **Utopia e realismo:** A construção narrativa sobre Goiânia na década de 1940. Dissertação (mestrado em arquitetura) – Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2014.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pelas páginas da revista Oeste:** poder e imprensa em Goiás (1942- 1944). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago/dez. 2018.

SCHWAB, Mariana de Castro. **Os intelectuais no Estado Novo (1937 – 1945):** a trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas *Cultura Política* e *Oeste*. Dissertação (mestrado em história) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), 2010.

TAVARES, Giovana G. **Divulgação Científica e Recursos Naturais:** O Papel da Revista *Informação Goyana* Na Construção da Imagem do Estado de Goiás, 1917 - 1935. in: I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra e III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000.

AS MENINAS DO ASILO SÃO LUIZ: DA INDIGÊNCIA E FALTA DE PUDOR À MÃE DE FAMÍLIA

José Gabriel Gomes Pinto Maffei*

Atualmente, os antigos prédios que atendiam ao primordial Asilo São Luiz estão preservados em fachadas com arquitetura única e carregados de marcas deixadas pelo tempo e suas transformações em mais de 140 anos de existência. A trajetória das pequenas edículas situadas em meio a pequenos produtores rurais e a flora da mata atlântica mineira, que hoje se transformou em “Recanto Monsenhor Domingos”, com suas instalações modernizadas voltadas para a hospedagem de turistas e peregrinos, perpassa por múltiplas faces de uma história social e cultural da educação no Brasil. O antigo Asilo para meninas, localizado no município de Caeté, em Minas Gerais, encerrou suas atividades como internato no final do século XX e tornou-se um empreendimento que oferece serviços de pousada com espaços de entretenimento, centros culturais, restaurantes, templos religiosos e, desde 2021, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.¹ Administrado pela Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP), muitos espaços do Asilo mantêm-se similares ao período de fundação, em 1878, e tornaram-se um lugar de memória singular para além da própria Congregação.

Desde 1892, as religiosas devotas à Nossa Senhora da Piedade e que estavam envolvidas nos projetos de assistência social de Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro organizaram-se e fundaram a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade com o principal fim de ampliar a capacidade de atuação do próprio Domingos Pinheiro, assim como o projeto educacional desenvolvido no Asilo. Essa Congregação, nas suas primeiras configurações, foi composta exclusivamente por irmãs ligadas ao religioso e seus projetos sociais no território mineiro, principalmente de estudantes matriculadas no Asilo.

* Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista pela agência financiadora CAPES.

¹ Decisão aprovada no dia 27 de janeiro pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (Copam) junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB). Ver mais sobre em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/01/27/interna_gerais,1232864/copam-aprova-criacao-de-duas-reservas-na-serra-da-piedade.shtml>. Acesso em: 1 abr 2021.

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

Apesar de hoje o Asilo São Luiz não exercer mais suas atividades originárias e ter seu espaço parcialmente reconfigurado, sua história ainda é muito preservada pelas irmãs da Congregação devido à sua relevância para a criação da associação. Remontar a história de fundação dessa instituição e de seu fundador e patrono, Domingos Evangelista Pinheiro, é delinear o início da reunião dessas mulheres religiosas e seu fundador. Sendo assim, por meio de algumas das memórias preservadas por essas irmãs, é possível identificar importantes aspectos e pessoas envolvidos na concretização da iniciativa do Asilo, além da singular atuação de seu fundador.

Em 1967, quase 90 anos após a fundação do Asilo São Luiz, Madre Maria Ângela do Coração de Jesus publicou o livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*. A autora foi uma das Superiores Gerais das Religiosas de Monsenhor Domingos, grupo de mulheres dedicadas às administrações de obras de caridade idealizadas pelo próprio Padre Domingos.² Em linhas gerais, o livro é uma reunião de diversos documentos transcritos e textos da própria autora que remontam eventos da vida do Padre e marcos cronológicos de sua vida religiosa, além daqueles que se relacionam com a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e, posteriormente, da Congregação. Sublinhamos que a obra foi impressa pelas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em homenagem à memória de Monsenhor Domingos, como escreveu a Madre, nos indicando relativa importância da organização religiosa e de Domingos Pinheiro para o estado mineiro.

Durante toda a sua existência, com relação à gestão, a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade não contou com a presença de mulheres inscritas como irmãs ou ocupantes de cargos administrativos e assim manteve-se. O Asilo São Luiz reproduziu a mesma condição em seu quadro administrativo até 1892, ano em que a Congregação de Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade foi criada para assumir parcialmente a direção da instituição e outros projetos de Padre Domingos Evangelista Pinheiro. Nos momentos que marcaram a criação de ambos, tanto da Irmandade da Piedade como do Asilo, identificamos participações femininas escassas, seja por uma ausência de mulheres nos grupos de autoridades eclesásticas e políticas da cidade de Caeté, ou por um apagamento de nomes de mulheres que estiveram presentes, já que não compunham cargos de autoridades eclesásticas ou políticas.

As meninas matriculadas no Asilo São Luiz, apesar do uso de vestimentas uniformes e submetidas a atividades rotineiras impostas pela proposta educacional, não eram todas iguais. Além da singularidade pautada nas diferentes bagagens culturais e

² Para a análise proposta no presente trabalho, majoritariamente Domingos Evangelista Pinheiro será tratado com o título “Padre”. A titulação “Monsenhor” só foi designada ao mesmo em 1905, referendado pelo Papa Pio X.

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

vivências particulares, recebiam adjetivações, pelas vozes dos parlamentares e gestores do Asilo, como: “pobres”, “órfãs” e, e, “pensionistas”.³

O avançar do final do século XIX demonstrou que os discursos oficiais relativizavam as relações de maternidade e infância, passando a cada vez mais não abarcarem crianças negras, escravizadas, alforriadas ou nascidas de ventre livre, denotado por um silêncio que “dizia sobre o embranquecimento subsumido ao modelo da ‘mãe de família’ aburguesada do que convocava noções plurais de maternidade compatíveis com uma sociedade escravista”, ou seja, “fora do jogo simbólico necessário à aprovação ou rejeição da lei, mulheres negras e escravizadas poderiam mais facilmente ser omitidas do debate, sutilmente apagadas dos registros de universalidade materna” (ARIZA, 2021, p. 33).

Apesar de afirmarmos que o Asilo São Luiz não recebeu ingênuas como previa a sua proposta afirmada no Compromisso da Irmandade da Piedade, entendemos que os dirigentes da instituição estavam embebidos pela “construção alegórica da mãe negra desprovida de capacidades materiais, morais e afetivas adequadas para o cuidado dos filhos” (ARIZA, 2021, p. 34), por meio da constante associação de ingênuas às condições de abandono ou orfandade. Somado a isso, Marcus Vinícius da Fonseca infere que após 1879, “a tendência era a de igualar o problema dos ingênuos e da infância desamparada”, pelo fato de recorrentemente os senhores de escravos enxergarem jovens libertos e livres educados por eles como “uma forma promissora de resolver os problemas de escassez de mão-de-obra”, além de os ingênuos e desamparados se encontrarem na mesma condição de “abandono” após 1888 (2001, pp. 22 – 23). A suposta condição degradante dos ingênuos pós-1871 incorporava novos eixos na discussão sobre o ventre livre e, de maneira geral, influência nas percepções da infância pobre e negra. Nesse sentido,

A representação de pequenos desprotegidos dependentes do desvelo materno era pareada ou superada nos debates públicos pela representação de trabalhadores a serem moralmente talhados, infundidos dos bons princípios que a liberdade disciplinada lhes devia ensinar [...] superando a passagem efêmera dessas crianças por um universo simbólico partilhado,

³ Acerca das diferentes denominações identificadas na documentação, concordamos com Roger Chartier no tocante ao que o autor disserta sobre os “discursos” e “representações” como práticas interligadas ao poder e dominação. Inseridos em campo de concorrências, a compreensão das “lutas simbólicas” e disputas econômicas nos possibilita compreender a imposição (ou tentativas) de valores e domínio entre diferentes grupos que concorrem pelo material e social (CHARTIER, 1991).

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

agora mais e mais radicalizado e atravessado por distinções de classe (ARIZA, 2021, p. 31, grifos nossos).

Diante disso, compreendemos a categoria “órfãs” apreendida nos textos associados ao Asilo e à Irmandade da Piedade como uma associação vocabular para a condição de desproteção e desamparo, e nesse caso, uma referência genérica para meninas originárias de famílias majoritariamente negras e pobres,⁴ que não possuíam condições materiais suficientes para o sustento da progênta ou pelo desamparo causado pela morte de seus pais (também pela falta de familiares ou tutores disponíveis), além das considerações acerca das características populacionais da província mineira.

No que fora identificado em periódicos e documentos transcritos em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, podemos supor que nesse período havia um conjunto de 47 meninas matriculadas (JESUS, 1967, pp. 69-70). Em uma das cartas enviadas por Domingos, lê-se:

Foram recolhidas no mesmo as meninas pobres das Freguesias que concorreram para a Irmandade, meninas de 8 a 12 anos, conforme os estatutos, precedendo sorteio pelos respectivos Vigários e de então até esta data têm sido escolhidas 61 meninas, sendo órfãs de pai e mãe 13, só de pai ou só de mãe 26 e desvalidas e pobres 22. Faleceram 2 saíram 12 que foram solicitadas por parentes e ficam e existem 47 (JESUS, 1967, p. 78).

Esse coletivo de 61 meninas, que posteriormente se reduziu a 47, entre “órfãs” e “desvalidas” de 8 a 12 anos, são apenas referentes às selecionadas pelos vigários mineiros e em condição de pobreza.⁵ Desde 1879, a Mesa Regedora da Irmandade da Piedade aprovou a modalidade de matrícula por pensionistas, segundo Padre Domingo: “Por causa dos insistentes pedidos de várias famílias, e também para ajudar no sustento das pobres, assim tenho feito e continuo as matrículas de uma e outras” (JESUS, 1967, p. 67). Embora essa categoria estivesse em relatos e correspondências sobre a instituição, como em balanços financeiros, as “mensalistas” aparecem em um número muito inferior, inclusive através comentários de Domingos: entre 1879 e 1880, eram sete “pensionistas” em relação às 23 meninas “pobres órfãs” (JESUS, 1967, p. 70). Em suma, tais observações nos fazem compreender que essas meninas não

⁴ Quando referimos às meninas matriculadas no Asilo São Luiz, principalmente como “pobres e órfãs”, não citaremos “negras, pardas e brancas” juntamente às referências a elas. Consideramos que esse conjunto majoritariamente era composto por jovens negras e pardas, porém podendo conter a presença de brancas.

compunham uma classe social distinta das “pobres” e sendo abarcadas pelas mesmas perspectivas concebidas às demais crianças asiladas.

Os asilos de órfãos, majoritariamente voltados para as classes mais pobres e também envolvidos pela perspectiva cunhada por Cunha e Silva, visavam contemplar a totalidade do indivíduo que era aquartelado, ou seja, era através de rotinas que alternavam entre práticas de ofícios e estudos que os conhecimentos idealizados, muitas das vezes os caracterizados como “úteis”, eram passados aos estudantes. O produto a ser formado seria um cidadão compatível para uma sociedade livre, modernizada e, devido às respectivas condições financeiras, bons trabalhadores e boas mães de família. Nesse sentido, segundo Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, as instituições e a formalização da educação, como os currículos, não são exclusivamente formadas pelos órgãos governamentais, mas pelas articulações sociais correspondentes, desde o cotidiano até as práticas escolares. Ainda segundo a pesquisadora, quando se trata do Oitocentos havia o uso da educação como um dos principais instrumentos de reprodução da ordem tida como necessária e, através muitos dos espaços dedicados à escola brasileira, um ponto de partida para modificações integradas a estratégias de normalização, de assistência e vigilância das crianças.

Apesar de uma primeira impressão dessas instituições de caráter asilar e pautadas no discurso filantrópico demonstrarem nuances similares, um dos aspectos que os diferenciavam era em relação aos que tinham os órfãos e pobres como seu principal público assistido.⁶ Retomando os levantamentos de Eva Faleiros, em um panorama geral, as meninas órfãs eram muitas das vezes acolhidas por instituições religiosas, diferenciadas pela cor e pela filiação (legítimas ou ilegítimas de um casamento devidamente consagrado pela tradição religiosa) e “preparadas nas artes domésticas, para o casamento (dotes) ou para serem empregadas domésticas” (2011, p. 221).

O processo de naturalização ou “ilusão de autonomia absoluta” do processo educacional empenhado no projeto modernizador almejava a idealização de um tipo de mulher que exerceria o “papel de esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes”, assim como descrito por Washington Cunha e Rosemaria Silva (2010, p. 100). Acrescido a esses padrões que permeavam o imaginário do feminino pelo patriarcado hegemônico, “vemos como uma recusa de conceder-lhe o status de ser humano, pois sua função é glorificar o homem”, ou seja, “se não deve trabalhar, é para poder dedicar-se inteiramente a ser mãe” (GATI; MONTEIRO, 2016, p. 1150).

Essas ponderações ocupavam os campos da subjetividade e realidade material da sociedade do contexto oitocentista que não só identificamos pelas análises de textos legais ou documentos administrativos. Diante dessa afirmação, destacamos aqui uma

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

passagem que contém a transcrição da comunicação do deputado provincial “Sr. Drumond”, na qual manifesta sua satisfação com as condições das meninas instaladas no Asilo São Luiz, concedendo seu voto favorável à concessão de auxílio financeiro a ser incorporado na Lei orçamentária provincial de 1882:

O Sr. Drumond: - Naquelle estabelecimento, que se acha fundado 3 lagoas distantes da sede do município, em lugar inteiramente solitário e, por assim dizer, afastado do movimento do mundo, achão abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor virginal, que poderia ser ofendido pelos que realção o coração, grande numero de meninas, que, se não fora o abrigo que ali encontrarão, mendigarião o pão da caridade publica ou comprarião chorado sustento com o sacrifício de seus dotes mais caros. (Apoiadores; muito bem).⁵

As palavras do parlamentar tornam-se notórias devido às referências atreladas a inúmeros elementos constituintes da realidade educacional de meninas pobres, ou pelo menos a ilustração das prospecções que lhes eram atribuídas a partir da ótica patriarcal. O respectivo cavaleiro tece uma série de comentários que estão diretamente relacionados à vivência das “pobres e órfãs” do Asilo e ao que estava denotado como projeto oficial voltado para aquela parcela das classes populares, especificamente composta de meninas pobres.

O primeiro aspecto evocado pelo parlamentar é referente ao isolamento geográfico e social do Asilo, sendo denotado como aspecto favorável para a instituição. Os prédios do Asilo São Luiz, “fundado 3 lagoas distantes da sede do município, em lugar inteiramente solitário e, por assim dizer, afastado do movimento do mundo”, condizem com as medidas ditas necessárias para a preservação da saúde das meninas, tendo em vista que estariam distantes das doenças urbanas ou longe dos vícios contagiosos das “classes perigosas”, como conceituado por Sidney Chalhoub (2017). No tocante ao distanciamento promovido pelas instituições religiosas que adotavam o caráter de internato, como os asilos, Ivan A. Manoel nos afirma que esse recurso pedagógico foi pautado em dois “tópicos fundamentais”:

Primeiro, a idéia de ser a criança naturalmente inclinada ao mal. O batismo apagara o pecado original, mas não fortaleceria a alma da criança diante do mal. Por isso, era necessária a construção de um lugar isolado, seguro, onde a alma infantil fosse ensinada a vencer as suas inclinações naturalmente pecaminosas. O segundo, [...] a concepção de que o mundo moderno está em permanente crise, ameaçado pelo Mal, revivido pelo

⁵ *A Actualidade*, 18/11/1881, p.2).

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

humanismo renascentista e alimentado pela ciência materialista e pelo liberalismo (1996, p. 77).

Diante disso, Ivan Manoel delinea que naquele momento “para que a educação fosse produtiva, forçoso se fazia isolar a criança de todo contato com esse mundo necessariamente mau e corruptor” (*Ibid.*, p. 77). Ou seja, o modelo de internato o qual a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade adotou para a instituição que construíram se fazia como “escola e guardião, ensinaria e defenderia” (*Ibid.*, p. 77) as meninas asiladas.

A integridade das jovens, a qual era preservada das mazelas originárias das crescentes cidades provinciais, tratava principalmente do “abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor virginal”. A adoção da metáfora na passagem utilizando “indigência”, “o estado daquele que ate do necessario tem falta”, remete ao perigo representado pelos “indigentes”, “que até do necessário tem falta” (PINTO, 1832, p. 611), que estavam presentes nos contextos urbanos e, especificamente, associado à massa de pobres desses cenários. Aqueles que supostamente tinham o potencial de causar danos à suposta integridade das meninas ameaçavam seu “pudor virginal”, tratado como bem e “que poderia ser ofendido pelos que realção o coração”.

Em meados do século XIX, com as transformações urbanas e a valorização do modelo de vida burguês, os casamentos das classes mais abastardas entendiam a virgindade como um elemento de valor para o homem e um requisito fundamental para que houvesse a aceitação social do matrimônio. Maria D’Incao afirma que “independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político”, inclusive no que concernia aos processos de herança e legitimidade da parentela (2020, p. 236).

Ainda segundo a autora, partindo de análises de crônicas e outras produções literárias do período, o perigo eminente à virgindade do corpo feminina supostamente se dava pela falta de “intermediação” e apesar de haver “inúmeras formas de se impedir a aproximação dos corpos antes do casamento” (*Ibid.*, p. 236), esses quando não vigiados se encontravam. Quando ocorria o encontro de corpos não previamente autorizados pelas autoridades familiares, representadas pelo masculino, e fora das alianças econômicas e políticas desejadas, demonstrava ameaças à toda estrutura representada pelo casamento. Para a garantia de reprimir ou conter os encontros indesejados das descendentes virgens, o exercício da vigilância visava garantir o sistema dos casamentos e relações de ganhos entre famílias, porém:

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamentos por interesse. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar (2020, p. 236).

Novamente, quando tratamos de mulheres pobres para o final do século XIX, nos referiremos à outra dinâmica em relação ao trato do casamento e o valor que a virgindade correspondia. Segundo D’Incao, a mulher das classes populares “teve maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social”, já que a união promovida pelo teor sentimental ou sexual “não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos”, diferente das mulheres de posses (ou pertencentes a famílias ricas) que sofriam pressões na vida pessoal para oficializarem uniões matrimoniais onerosas (*Ibid.*, p. 234).

Nas palavras da autora, as mulheres “aprenderam a se comportar” submetidas aos códigos morais e éticos, atrelados aos interesses políticos e econômicos do patriarcado. Ou seja, para que supostamente obtivessem sucesso no âmbito social, acarretando em relativa ascensão política e econômica, deveriam seguir as reflexões e padrões de comportamento idealizados e ensinados nas instituições, assim como enaltece “Sr. Drumont” sobre o Asilo São Luiz: “se não fora o abrigo que ali encontrarão, mendigariam o pão da caridade pública ou comprariam chorado sustento com o sacrifício de seus dotes mais caros”, ou seja, a prostituição era inerente e sintomática pelo contágio da “pobreza” e promotora da imoralidade.

A relação da subsistência e a pobreza feminina, no que tange essa perspectiva era incompatível com os valores morais do discurso modernizador dominante, por aferir que a prostituição seria um viés a ser adotado pelas mulheres para que pudessem sobreviver na sociedade. Essa dicotomia entre moralidade e prostituição, combatida pelas instituições escolares formais e, principalmente, pelo cristianismo, pautava-se na honra da mulher que “constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento” (SOIHET, 2020, p. 363).

Ou seja, a honra da mulher fundamentava-se em uma relação punitiva e restritiva do gênero feminino com o seu próprio corpo, muitas das vezes alienando-as de sua própria biologia, restrito ao homem (pai ou marido) e, conseqüentemente, “a identidade sexual e social da mulher através de tais informações molda-se para atender a um sistema de dominação familiar e social” (SOIHET, 2020, pp. 389 – 390). Se essas

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

mulheres transgredissem a normatividade de seu comportamento, como pela prostituição ou pela infidelidade ao cônjuge, estavam comprometidas a uma vida afastada das principais atividades políticas, econômicas e culturais da sociedade.

Apesar das mulheres populares serem as mais suscetíveis à pobreza, inclusive por estarem à margem do assalariamento (PERROT, 2017, p. 174), Rachel Soihet defende que “esse quadro configura uma modalidade de violência que, embora não compreenda atos de agressão física, decorre de uma normatização cultural, da discriminação e submissão feminina” (2020, p. 390). Para tal, as mulheres ou ao Estado representado na escola eram responsáveis em reprimir desejos sexuais ilícitos e impulsos da natureza (em detrimento da masculinidade), afastando-se da imoralidade/pobreza e dirigirem-se “corretamente” para a sociedade moderna. Para que a educação dos “bons costumes” fosse devidamente proferida pelas instituições de ensino, inferimos que as qualidades educacionais avaliadas pelos legisladores, principalmente com a máxima aproximação com o projeto modernizador, englobavam simultaneamente as quantidades de jovens que as mesmas suportavam. Exaltavam-se os números de jovens formados, que também significa, o universo de famílias abarcadas pela educação ofertada pelas respectivas escolas. Adotamos como exemplo o Collegio de Nossa Senhora de Nazareth, no Maranhão:

Os créditos de que merecidamente gosava essa de instrução e o longo espaço de tempo que ella funcionou n'esta capital, fallão mais alto do que qualquer expressão de que usassemos, attestando os serviços prestados á sociedade maranhense pelo Collegio Nazareth. Á elle deve extraordinário numero de mães de familia a instrução que receberam e os princípios salutaes que acolheram na educação que lhes dava a sua venerada preceptora. [...] É uma excelente casa de instrução e educação que se fecha, a qual será lembrada sempre pelo grande número de senhoras que ali beberam a instrução e proveitosas lições de moral e civilidade.⁶

Para o final do Oitocentos, principalmente no alvorecer da Belle Époque, discussões entre os dirigentes do falecido poder monárquico e os golpistas republicanos convergiam preocupações com a organização das famílias e da “classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções” (SOIHET, 2020, p. 362). Sendo assim, recaía principalmente sobre as mulheres “uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos” (SOIHET, 2020, p. 362). Essa percepção

⁶ *Pacotilha*, 17/02/1896, p. 2.

também foi comum ao conservadorismo eclesiástico e à Igreja ultramontana, a qual foi denominada por Ivan A. Manoel como “teoria dos círculos concêntricos”:

Essa estratégia de se preparar agentes sociais que, por sua vez, preparam outros, num movimento crescente e ininterrupto, é uma concepção pedagógica que não está apenas na base da tradicional pedagogia dos jesuítas e do catolicismo ultramontano, mas também em outras doutrinas, religiosas ou não. [...] A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de ‘teoria dos círculos concêntricos’: da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna (MANOEL, 1996, p. 49).

Os projetos que visavam educar as mulheres como núcleos centrais de diferentes configurações familiares e contextos sociais, paralelamente, tentavam alcançar as famílias em si e então pulverizar os valores e comportamentos desejados, como “o extraordinário número” exaltado ao anúncio do colégio N. S. de Nazareth. Estavam especialmente os mais pobres no centro dos esforços institucionais responsáveis pela instrução e educação, sendo esses grupos os que mais concentravam exponencialmente diversas estruturas do ambiente privado, incluindo “famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2020, P. 362). Conforme afirmado por Raquel Soihet, essa constelação de famílias pobres não se dava apenas por dificuldades financeiras, mas por variações de valores e da própria cultura popular. Diante desse quadro, Soihet discorre sobre a importância de alcançar essas mulheres e, conseqüentemente, essas famílias:

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava (2020, pp. 362 – 363).

Para tanto, conforme pensamento de grande parte da intelectualidade da época, o corpo feminino deveria ser zelado, “medicina social”, por exemplo, assegurava e adotava atributos biológicos e psicológicos como justificava dessa necessidade: “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal” (SOIHET, 2020, p. 363). A imagem “biológica” e “essencial”, concebida pelo grupo dos homens letrados e dirigentes,

caberia ao homem – representado por um corpo e mente supostamente mais desenvolvidos - conjugar sua “força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” às mulheres através do matrimônio (SOIHET, 2020, p. 363). Por fim, no tocante a Carula (2016), as autoridades intelectuais que se pronunciavam sobre a relação da mulher com o sucesso do projeto modernizador, como Carlos Costa, disputavam a maternidade feminina como primordial oportunidade de fazer o país progredir. Como sublinha a autora, as interpretações desses homens da ciência compreendiam que “para desenvolver o Brasil, era fundamental que se educasse primeiro a mãe, pois, ao educar sua prole, ela promoveria a formação do cidadão que faria o país progredir” (2016, p. 254). Essa educação feminina deveria ter caráter combativo aos fatores que

Faziam as mães errarem na educação de suas filhas: algumas eram muito moças (novas), o que as incentivava a ter uma vida social excessiva; outras eram muito velhas e não mais acompanhavam as jovens, deixando-as desprotegidas; outras ainda eram ignorantes e, fazendo uso dos antigos sistemas de educação, enclausuravam suas filhas em casa, obrigando-as a exageradas práticas religiosas; e, por fim, havia as “pobres infelizes”, que não sabiam ler e deixavam suas filhas ao “acaso da sorte” (CARULA, 2016, p. 255).

A preparação das “pobres e órfãs” (ou possíveis “pobres infelizes” na leitura dos conferencistas da Glória) para uma vida após sua estadia no Asilo São Luiz, como no caso estudado, visava meninas prontas para serem inseridas na sociedade, instruídas ao trabalho doméstico e educadas na moral cristã e dos “bons costumes”, ou seja, jovens/mães modernizadas. Acrescido a esses padrões que permeavam o imaginário do feminino pelo patriarcado hegemônico, “vemos como uma recusa de conceder-lhe o status de ser humano, pois sua função é glorificar o homem”, ou seja, “se não deve trabalhar, é para poder dedicar-se inteiramente a ser mãe” (GATTI; MONTEIRO, 2016, p. 1150).

Referências Bibliográficas

ARIZA, Marília, B. A. **Crianças/ Ventre Livre**. In: SCHAWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, pp. 169 – 175.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Ed. Difel, 1991.

CUNHA, Washington D. dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura**. In: Revista Gênero. Niterói, v. 11, n. 1, pp. 97- 106, 2. sem. 2010.

D'INCAO, Maria Ângelo. **Mulher e família burguesa**. In: PRIORE, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2020. pp. 223 – 240.

GATI, Hajnalka Halász; MONTEIRO, Ivanilde Alves. **Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios**. In: Cadernos de História da Educação, v. 15, set – dez. 2016, pp. 1146 – 1169.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JESUS, Madre Maria Ângela do C. de. **O Pioneiro da Serra da Piedade. Documentação para uma biografia de Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro**. Belo Horizonte: Imprensa Publicações, 1967.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859 – 1919): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

A História Através da História

MAFFEL, José Gabriel Gomes Pinto

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In: PRIORE, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2020. pp. 362 – 400.

FEDERALIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Rebecca de Medeiros Silva*

Este estudo tem como objetivo analisar de que forma os sentimentos políticos sobre o corpo negro pobre, na República, atravessaram a elaboração de novas leis criminais, tendo como eixo analítico o processo de descentralização do Código do Processo Penal na Primeira República. A federalização de parte do sistema jurídico penal ocorreu em um período onde se construíram estratégias de manutenção do autoritarismo político, relacionados com uma nova organização entre as oligarquias rurais e com a emergência de novas oligarquias econômicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O período de transição do Império para a República foi um momento de reorganização das forças políticas e econômicas emergentes no final do século XIX e início do XX. Durante as primeiras décadas da República, ocorreu uma intensa movimentação das oligarquias políticas pela produção de novas legislações que superassem as mazelas de um sistema penal imperial escravocrata. Vale destacar que o novo Código Penal foi aprovado em 1890, apenas um ano após a Proclamação da República (1889), um ano antes da Constituição da República, em 1891, e vinte e seis anos antes do Código Civil de 1916. Segundo Patrícia Souza (2015), havia o interesse por parte de grupos políticos e juristas na federalização do sistema penal como forma de atender particularidades e demandas regionais. Porém, a fragmentação dos códigos legislativos não se concretizou plenamente com o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891. Entretanto, os Códigos de Processo Penal, Civil e Comercial ficaram sob responsabilidade dos Estados, deste modo caberia aos poderes locais a organização dos seus sistemas jurídicos estaduais. A União ficou responsabilizada por produzir apenas os Códigos de Processo do Distrito Federal. Deste modo, se mantém uma parcela do sistema jurídico centralizado e outra atendendo as exigências dos poderes locais, permitindo que estes determinassem como o Código Penal seria aplicado e administrado em seus Estados.

Os Estados que produziram códigos próprios foram (por ordem alfabética): Amazonas (Lei nº 920, de 1ª de outubro de 1917), Bahia (Lei nº 1.119, de 21 de agosto

* Doutoranda em História no PPGH-UFF. Bolsista CNPQ.

de 1915), Distrito Federal (Decreto n. 16.751, de 31 de dez de 1924), Espírito Santo (Decreto N. 1.891), Maranhão (Lei nº 507, de 22 de março de 1908), Minas Gerais (Decreto nº 7.259, de 14 de junho de 1926), Parahyba (Decreto N. 285, de 6 de junho de 1932), Paraná (Lei nº 1.916, de 23 de fevereiro de 1920), Pernambuco (Lei nº 1.750, de 04 de junho de 1925), Rio de Janeiro (Lei nº 1.137, de 20 de dezembro de 1912), Rio Grande do Norte (Lei n. 440 de 30 de novembro de 1918), Rio Grande do Sul (Lei nº 24, de 15 de agosto de 1898), Santa Catarina (Lei nº 1.526, de 14 de novembro de 1925) e Sergipe (Lei n. 753 de 7 de setembro de 1918). Os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Pará, Alagoas e Goiás não aprovaram novos códigos, mantendo o uso do Código de Processo Criminal da Primeira Instância do Império, de 1832, e das leis de modificação, a Lei nº 261, de 03/12/1941 e o Regulamento nº 120, e a Lei nº 2.033 de 20/09/1871.

De modo geral, há uma paridade entre os códigos republicanos e o imperial. Todos se constroem pelo Sistema Acusatório¹, onde há separação entre as partes de acusação e julgamento. Este modelo é considerado o mais justo no direito, pois deste modo o processo está aberto ao contraditório, o que permite o amplo direito de defesa e o juiz/julgador deve exercer, teoricamente, a imparcialidade. O ponto de divergência se encontra na reforma de 1841, pois apresenta a postura autoritária de nomeações de diversos cargos públicas e cria uma “polícia judiciária”, como foi denominado por juristas da época, que significava dar poder jurídico aos delegados e chefes de polícia. No que se refere às contravenções, a prática de apreensão e condenação direta pelas autoridades policiais se manteve.

Segundo Foucault (2015), ao analisar o sistema punitivo, com suas instituições, leis, códigos e aparatos policiais, é preciso ir além da pena e pensar sobre a função que ele exerce. Os códigos de processo penal são uma ferramenta de Estado que os grupos dominantes usam para organizar o modo como o poder institucional relacionará o governo, a segurança e a população. A partir da lógica penal de um Estado, pode-se observar como são classificados os grupos de pessoas e propriedades a serem protegidos e o grupo a ser disciplinado, controlado, encarcerado e eliminado.

¹ O Processo Penal será direcionado para organização do sistema judiciário criminal, podendo ser classificado de três modos. O modo mais simplificado, e entendido como inadequado para o direito, é o Sistema Inquisitivo ou Inquisitorial. Neste modelo, existe apenas uma figura para deliberar sobre a acusação e o julgamento, o juiz (inquisidor). Deste modo, o réu perde seu direito amplo a defesa, pois não possui abertura para o contraditório no processo. O segundo modelo de processo é o Sistema Acusatório, onde há separação entre as partes de acusação e julgamento. O terceiro modelo possível de processo é o Sistema Misto. Ele é composto por duas fases de processo. Uma primeira fase inquisitiva e sigilosa, que no Brasil, normalmente, é efetuado pelas forças policiais com o inquérito policial. E a outra fase é acusatória em que o processo legal abre para o debate das partes, permite o contraditório, a ampla defesa e o julgamento imparcial, normalmente exercida pelo judiciário.

Na composição do Código Penal e reiterado no Código de Processo Penal, os crimes determinados como inafiançáveis, ou seja, aqueles que possuem um agravante penal, são, entre outros: furto de animais nas fazendas, pastos ou campos de criação ou cultura; incêndio de plantação, colheita, lenha cortada, pasto e campo de fazenda de cultura, ou estabelecimento de criação, mata ou floresta, pertencente a outrem; aos vadios ou sem domicílio certo. Observa-se que, entre os crimes inafiançáveis, estão aqueles que afetam diretamente as propriedades agropecuárias, algo que estaria relacionado diretamente ao empenho de manutenção de poder e ordem das oligarquias rurais. Neste momento, já conseguimos observar alguns interesses centrais do sistema penal: o controle do modo de vida da população pobre ociosa que está sendo inserida no mundo do trabalho assalariado capitalista na Primeira República e a defesa da propriedade privada, principalmente da propriedade agropecuária que continuava sendo a principal fonte de renda e poder no Brasil.

A criminalização da vadiagem será um dos principais recursos de controle da população urbana. Eram considerados vadios, pelo Código Penal de 1890, indivíduos sem meio de subsistência por fortuna própria ou profissão, arte, ofício, ocupação legal e honesta em que ganhem a vida e sem domicílio certo. A historiadora Cristiane Rodrigues (2006), a partir de um trabalho estatístico, observou que nas duas primeiras décadas da República, a vadiagem será a principal causa de apreensão por contravenção. Nas palavras da autora “A função de vadio seria ainda a de permitir a construção da imagem de cidadão, com base na contraposição cidadão X vagabundo, a medida em que se começava a buscar a representação do cidadão ideal relacionada à figura do trabalhador.” (RODRIGUES, 2006, p. 13) Deste modo, a contravenção da vadiagem se torna um importante analisador para entender como os grupos dominantes olhavam para a população pobre e quais estratégias de poder seriam construídas com o propósito normatizador desse grupo.

A Vadiagem no Código De Processo Penal do Distrito Federal

A peculiaridade dos códigos de processo está no seu objetivo de definir a prática administrativa do sistema jurídico e da atuação das polícias. A legislação determina o modelo das fichas de ocorrência, o rito dos interrogatórios, quem são as pessoas que podem ser testemunhas, como é formado o júri, entre outros aspectos burocráticos do sistema jurídico criminal. Fica previsto no código o procedimento da atuação policial durante buscas e apreensões e também a formalidade de prisões em flagrante. Há instrumentos que permitam o uso de força física policial em caso de

resistência do réu, ou qualquer outro que lhe preste auxílio. Dentre os códigos estudados, o do Distrito Federal foi o único que apresentou uma cláusula que legitime o uso de força letal durante a ação policial caso se comprove a legítima defesa. Outra prática da rotina policial que aparece nos códigos são os arrombamentos de casa ou negócios de pessoas que concedam abrigo aos réus. O código aborda mais especificações, como a proibição de invasões noturnas e a não necessidade de mandatos para entrada em casa públicas como tabernas, pensões, hospedarias e afins.

O Código de Processo do Distrito Federal é o que apresenta uma maior preocupação com o controle da vadiagem. Dentre todos os Estados é o código que mais apresenta artigos voltados para a criminalização dos sujeitos considerados como não possuidores de “modos de vida honestos”, seja diretamente pela vadiagem ou pelo esquadramento dos comportamentos exigidos em outros processos pelo sistema jurídico, como as condições para o livramento em condicional. Diversos tópicos da vida privada eram atenuantes, como o local e as condições de habitação, o tipo ou ausência de profissão, o consumo de bebidas alcoólicas, a participação em jogos ilícitos, entre outros.

A partir de uma abordagem arqueológica do discurso, como propõe Foucault (2009), o caminho delineado na pesquisa não está no encontro de uma *verdade-histórica* sobre a vadiagem na Primeira República, mas sim em como o sistema jurídico fez uso deste conceito como uma ferramenta de controle da vida da população urbana. As análises deste artigo estarão centradas nas implicações da modernização da cidade do Rio de Janeiro, enquanto capital da República, no sistema jurídico vigente. Segundo Marilene Silva (2011), o advento da República trouxe para a capital os discursos de liberdade, civilização e progresso. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas reformas urbanas de caráter evolucionista e sanitaristas, novas formas de trabalho livre e assalariado produzidas e novos modos de lazer valorizados. No entanto, a autora destaca que a fabricação dessa nova liberdade tem um custo: a segurança pública. E para contornar os problemas que uma cidade povoada por diferentes grupos sociais se mobiliza a invenção de novos mecanismos que coordene uma ação normalizadora.

A cena enunciativa que conforma essa invenção apresenta os conflitos da valorização do espaço coletivo, da competição individual que define e fixa os lugares numa lógica dual e polarizada, do público e do privado, da casa e da rua, da ordem e da desordem. Urbano seria o lugar desse poder. O que se traduz na intervenção maciça nos locais da alta densidade e na distribuição da população de baixa renda nas áreas suburbanas e semirrurais (SILVA, 2011, p. 25).

Os discursos sobre lazer e o ócio na cidade do Rio de Janeiro estavam diretamente associados ao aspecto social e moral dos moradores da cidade. Segundo Marilene, era preciso criar uma nova cultura popular que apagasse as mazelas de uma cidade Corte de um Império escravista. “Enfim como produzir a relação lazer e trabalho, numa lógica ainda marcada pelos efeitos da escravidão?” (SILVA, 2011, p. 31). Os projetos de modernização da capital possuíam, também, o objetivo de delimitar uma nova ética urbana pautada em ideais civilizatórios das cidades de Londres e Paris. De acordo com Marilene Rosa, as cidades foram inspiração para Pereira Passos, segundo ele, Londres representava o padrão burguês de cidade voltada para o trabalho capitalista, enquanto Paris simbolizava a cultura, a beleza e o lazer apropriado dos grandes centros europeus.

O grande impacto das reformas urbanas promovidas por Pereira Passos (1902-1906), na cidade do Rio de Janeiro, não apagou completamente as marcas do passado recente de uma cidade movimentada pela escravidão de ganho. Ao analisar o processo de transição da Monarquia à República, André Nunes Azevedo (2003) destaca que as pessoas que circulam pela cidade carioca eram vendedores informais, rezadeiras, tatuadores, capoeiras, ex escravizados, entre outros trabalhadores urbanos que se integravam a nova classe burguesa em ascensão, mas sem atender aos seus rigores morais e estéticos.

Na tentativa de impor civilidade ao habitante da urbe, Pereira Passos vai emitindo, ao longo de sua gestão, uma série de proibições relativas a práticas urbanas comuns na cidade: proíbe que se cuspa na rua e nos bondes, proíbe a vadiagem de caninos, proíbe que se faça fogueiras nas ruas da cidade, que se solte balões, proíbe a venda ambulante de loterias, de exposição de carnes à venda nas ruas, também proíbe o trânsito de vacas leiteiras na cidade e *andar descalço e sem camisa* (AZEVEDO, 2003, p. 276).

As obras urbanas de Pereira Passos também atendiam a programas assistencialistas. Ele promoveu a construção de escolas, aplicou um “*imposto para os pobres*” com a intenção de melhorar as qualidades de vida nos subúrbios e construiu a Vila Operária na Av. Salvador de Sá. A justificativa das políticas públicas assistencialistas era dignificar a vida do operariado pobre do Rio de Janeiro, e a partir de seu caráter pedagógico prevenir os desvios dos grupos periféricos. Além disso, manter a cidade integrada era importante para Passos, mas sob a condição de que essa massa suburbana atendessem a nova ética urbana burguesa e europeizada idealizada por ele.

A História Através da História

SILVA, Rebecca de Medeiros

No livro, *A contravenção de vadiagem* (1924) de José Burle de Figueiredo, juiz de pretoria da cidade do Rio de Janeiro, também apresenta a preocupação assistencialista em criar espaços éticos e pedagógicos para a população pobre. Figueiredo, ao fazer uma análise sobre a vadiagem a partir de sua experiência enquanto jurista, irá identificar diversos pontos que, segundo ele, tornam ineficaz o controle dos entendidos como vagabundos. Uma das questões defendidas por ele é a falta de instituições de assistência e realocação dos vadios na sociedade, o que impedia o caráter regenerador do processo penal. Segundo ele, essa carência de políticas públicas de assistência, somada a ação arbitrária e corrompida das forças policiais, transformava as apreensões por vadiagem em uma porta de inserção de sujeitos desamparados no mundo do crime.

O estranhamento entre juristas e policiais também foi registrado no relatório produzido por Candido Mendes de Almeida (1925), presidente da comissão redatora do Código de Processo Penal do Distrito Federal. Almeida apresenta a carta do Procurador Geral do Distrito. Dr. André de Faria Pereira ao Marechal Chefe de Polícia, em que este reclama da baixa qualidade técnica dos delegados e chefes de polícia e dos inúmeros relatórios e testemunhos falsos sobre casos de vadiagem. Antes de apresentar a carta, Almeida inicia sua crítica apontando que:

[A atuação policial] foi objecto de grande estudo e preocupação da Comissão redactora do Ante-projecto, deante da impossibilidade do conseguimento da providencia radical que retringisse as funções da Policia aos seus verdadeiros fins: a vigilancia a prevenção, a manutenção da ordem e auxilio á Justiça (ALMEIDA, 1925, p. 100).

Segundo Almeida, o desejo dele e de parte da comissão era reduzir ao máximo a atuação da Polícia e aumentar as funções do Ministério Público no processo penal. O objetivo desses magistrados era de reduzir as fraudes processuais nos autos de prisão em flagrante, nas fichas de ocorrência e nos exames de corpo de delito. Após apresentar seu posicionamento perante o texto, o jurista transcreveu a carta que aborda as funções da polícia, e trabalha novamente com o sentimento de incompetência e arbitrariedades das forças policiais.

Diz o Procurador Geral: “Tenho observado, no desempenho das funções do meu cargo, que a administração de V. Ex. vae sendo comprometida por actos arbitrarios de alguns de seus auxiliares pouco zelosos das suas responsabilidades. Dahi *as frequentes censuras a autoridades policiaes, feitas por magistrados e membros do Ministerio Publico, em consequencia de ilegalidade e omissões verificadas em processos que lhes são affectos*. Como V. Ex. comprehende, no nosso systema processual de dupla investigação, a magistratura e o Ministerio Publico precisam confiar nas autoridades policiaes; pois, da

harmonia de acção de umas e outras autoridades, agindo todas dentro dos limites da sua competencia e com rigorosa observância dos preceitos das leis, resultam a estabilidade da ordem social e perfeita garantia dos direitos dos cidadãos. Não deve, por isso, pairar no espirito das autoridades judiciais a mais leve duvida quanto aos bons intuitos das autoridades policiaes, que precisam manter atitudes acima de toda a suspeita para não serem nunca suspeitadas. Ainda muito recentemente um delegado de Policia, recebendo instrucção de um juiz para apurar a culpa de determinado contraventor, contra quem existiam provas de responsabilidade, levou mais de seis mezes sem iniciar o processo e só o fez depois da intervenção energica desta Procuradoria, ficando apurada a culpa quando quasi decorrido o prazo da prescripção. Será, lamentavel para a administração de V. Ex., a repetição de denuncias em juízo contra autoridades policiaes, por actos arbitrarías e omissões voluntarias, nas funcções de seus cargos, mas esta Procuradoria terá que promover os competentes processos sempre que verificar a infracção das leis por autoridades incapazes ou pouco zelosas. A observação diaria da vida dos tribunaes demonstra que o *numero de prisões illegaes é avultadissimo*, pois, diariamente são requeridos innumerous *habeas-corpus*² aos juizes e ás Camaras da Córte de Appellação[...]. *Os processos de resistencia á prisão são feitos, em sua maioria, para justficarem excessos das autoridades, por occasião de effectuarem diligencias, sendo frequentissimas as violencias praticadas para obrigar os accusados a confessarem delictos, que muitas vezes não praticaram.*” (ALMEIDA, 1925, p. 100-101).

O uso da violência policial contra a população chamava a atenção desses juristas que buscavam encontrar meios eficientes de disciplinarização da população pobre. Cabe ressaltar que não havia a intenção desses magistrados em abolir a pena por vadiagem ou outras contravenções, os propósitos dos debates eram de encontrar formas mais eficientes de controle da população ociosa.

No livro de Figueiredo (1924), anteriormente citado, ele também apresenta denúncias sobre a ação fraudulenta da polícia. Ele relata os esquemas de assinatura de fichas de ocorrências falsas, o que mantinha em prisão preventiva por contravenção sujeitos inocentes. Como exemplo, podemos citar o caso de Francisco Augusto de

² O habeas-corpus é um instrumento que reforça o direito de defesa ao réu, previsto no Código de Penal do Distrito Federal no artigo 145, normalmente aparece em códigos de processo de sistema acusatório, que dividem as instancias de investigação e julgamento. Em todos os códigos estudados este instrumento aparece como recurso de proteção contra abuso das instancias penais. Mas, cabe ressaltar que o uso da força, inclusive letal, também aparece nos códigos, portanto o uso do recurso só é possível caso se comprove com testemunhas o abuso de poder e constrangimento ao paciente. Na seção do habeas-corpus, passa-se a usar o termo paciente no lugar de réu, acredito que seja por ser um setor voltado a defesa, enquanto os outros setores são centrados no campo acusatório. Diferentes dos demais códigos, o do DF não apresenta uma seção exclusiva para defesa.

Magalhães preso por vadiagem acusado de perambular constantemente pelas ruas. Segundo os autos, o jovem trabalhava com entregas da loja de seu pai e por isso estava sempre se deslocando por diversas ruas da cidade. As três testemunhas do caso apresentaram falas diferentes e não se julgavam capazes de averiguar se o rapaz era ou não vadio. Além disso, a data do auto de prisão em flagrante estava incorreta e os policiais que assinaram a ocorrência não estavam presentes na prisão em flagrante. Pela ocupação do acusado e pelas fraudes processuais cometida pela polícia, o caso foi dado como improcedente e o réu absolvido.

O juiz Figueiredo expôs outros casos em que policiais assinaram autos de prisão flagrante sem estarem presentes no local, e até mesmo casos em que testemunhas que assinaram inquéritos confirmando que o réu era vadio sem sequer conhecer o acusado. Dentre essas denúncias foi pontuado que este era o procedimento padrão das delegacias municipais para os casos de contravenção, e que dificilmente policiais de pequena patente se colocariam em oposição às fraudes. Este fato mobilizou uma mudança processual que recomendava a abertura de outro inquérito investigativo pelos juízes de pretoria, ouvindo novamente as testemunhas e os policiais para que pudessem confirmar a verdade sobre os casos. Em harmonia com esses fatos, a denúncia da carta apresentada por Almeida continua trazendo justamente os excessos policiais para com os contraventores:

Nos **processos de vadiagem**, em sua maioria, a observancia dos preceitos legais figura somente em formula, para *encobrir a verdade mal dissimulada de violências*, sendo muito frequente também a prisão de indivíduos acusados como vadios no mesmo dia em que são declarados inocentes pela Justiça ou assignam termo de tomar ocupação. Os processos contra os exploradores *de lenocínio e jogos prohibidos são movidos, em regra, contra os caixeiros e humildes empregados dos grandes contraventores*, que permanecem impunes, diante da infundada allegação de que não podem estes ser apanhados em flagrante, por não se encontrarem à frente dos seus estabelecimentos, quando a forma do processo, por inquerito, os podia envolver a todos. Sobre esse assumpto convem ainda salientar a *desigualdade da ação policial, também em relação ás diversas zonas da cidade*, certo como é que em alguns districtos se faz sentir a acção da Policia ao mesmo tempo que em outros não ha a menor restricção á acção dos contraventores, dando-se assim a impressão de que a execução da lei só depende do arbítrio das autoridades. Tudo o que V. Ex. fizer no sentido de harmonizar a acção de seus auxiliares e evitar ilegalidades especialmente sobre os pontos indicados será em beneficio da Justiça e em abono da administração de V. Ex. (ALMEIDA, 1925, p. 101).

De acordo com a queixa apresentada, é possível observar a construção de alvos das improbidades administrativas da polícia: a população pobre periférica. Tendo em vista a proximidade do passado escravocrata, é possível ponderar sobre as continuidades penais acerca do corpo pobre periférico e negro, que se mantém como alvo do sistema punitivo na República. A vadiagem era apontada como um problema social pelas oligarquias desde o Império, havia a preocupação sobre o comportamento da população escravizada, que se tornaria avessa ao trabalho após a abolição. Portanto, o controle das ruas feitos pelas forças policiais e a guarda municipal foi se intensificando com o processo de transição do escravismo para o trabalho livre.

Desde o Império havia uma preocupação com a empregabilidade, uma vez que o ócio era visto como sinônimo da desordem. No entanto, o Código Penal de 1890 previa a determinação de uma punição mais rigorosa do que o Código Criminal de 1830 para os ditos vadios, principalmente para os reincidentes (RODRIGUES, 2006, p. 14).

Com a República, há o aumento da pena e a mudança do conceito de vadiagem que permitia, na visão dos juristas, uma aplicação legal mais abrangente e mais eficiente para controlar a contravenção. Como relatado pelo Juiz José Burle de Figueiredo em seu livro “*A contravenção de vadiagem*” (1924), o conceito de *vadiagem* e de *vagabundo* apareceu como um problema no Congresso Jurídico Comemorativo da Independência do Brasil no Rio de Janeiro em 1922. Foram levantadas como questões o problema da repressão a vadiagem, quais seriam as medidas legislativas necessárias para resolver os pontos levantados, e como seriam distribuídas as responsabilidades dos Estados e da União. Dentre os impasses legislativos apresentados estava o conceito de vagabundo empregado no Código Penal de 1890:

Art. 399. Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.

Inicialmente, o Relator do evento Dr^o Alfredo Balthazar da Silveira apresenta a necessidade de abordar a vadiagem de forma mais científica e recupera conceitos sobre o tema no direito romano e eclesiástico do século XVI: “*Vagabundus proprie dicitur qui permundum vagatur nec certum habit domicilium.*” (Um vagabundo é literalmente chamado aquele que vagueia pelo mundo e não possui uma habitação fixa). Ou seja, além da ausência de moradia e de emprego deveria ser adicionado à legislação o hábito de vagar pela cidade sem destino. Figueiredo ressalta a importância desse adicional no

Decreto n. 6.994, de 19 de junho de 1908, que regulamenta a internação de contraventores na Colônia Correcional de Dous Rios.

Art. 51. A internação na Colonia é estabelecida para os vadios, mendigos validos, capoeiras e desordeiros.

Art. 52. São compreendidos nessas classes:

§ 1º Os individuos maiores de qualquer sexo que, sem meios de subsistencia por fortuna propria ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, **vagarem pela cidade na ociosidade.**

A justificativa apresentada pelos juristas do evento, incluindo Figueiredo, era de que dificilmente uma pessoa de vida pregressa não possuiria renda e domicílio, mesmo que conquistado de forma imprópria. Portanto, manter a classificação de vadios apenas como estava no Código Penal seria insuficiente. Desta nova forma, seria possível apreender qualquer indivíduo considerado suspeito que fosse visto andando pela cidade, mesmo que possuísse uma renda e um lar. Ao analisar as estatísticas penais desse período, observamos que o número de detidos sem endereço é pequeno³, o que de certo modo confirma o argumento utilizado pelos juristas para alargar o conceito de vadiagem.

Podemos observar que a criminalização da vadiagem foi um mecanismo usado como um instrumento de controle da vida da população, buscando a partir do sistema punitivo normatizar diferentes aspectos sociais. Não ser um contraventor na Primeira República implicava em frequentar as regiões adequadas da cidade, morar em uma residência considerada salubre e em um bairro digno, usar o tipo de vestimenta prescrita nas normas municipais, sentir prazer pelos lazeres certos, possuir um trabalho dignificante, estar inserido em um meio familiar tradicional, entre outros aspectos da vida privada. Portanto, o discurso de criminalização da vadiagem se torna um rico analisador histórico do sentimento político sobre o corpo da população pobre da sociedade pós abolição, devido seu grau de afetação da vida cotidiana ao qual se propõe.

³ Para análises sobre as estáticas prisionais mais detalhadas, ver: NEDER, Gizlene. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: Criminalidade, justiça e Constituição do Mercado de Trabalho (1890-1927). 2ªed. Niterói, Editora da UFF, 2012. E RODRIGUES, Cristiane. A construção social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886- 1906) Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2006.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Código do processo penal para o Distrito Federal:** mando executar pelo decreto n. 16.751, de 31 de dezembro de 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República:** um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2003.

FIGUEIREDO, Jose Burle de. **A contravenção de vadiagem.** 1925

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972 -1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886- 1906).** Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de PósGraduação em História Social. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Marilene Rosa da. **Heterotopias cariocas.** In: SILVA, Marilene Rosa da, TORRES, Magda Maria Jaolino, PINTO, Luciano Rocha (org.). Experimentadores: Michel Foucault e práticas historiográficas. Rio de Janeiro: Paju, 2011, pp. 25 – 54.

SOUZA, Patrícia Kelly. **As competências estaduais na Constituição republicana de 1891:** o caso do Código do Processo Civil e Comercial do Rio Grande do Sul (1908). Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FOTOGRAFAR A AMÉERICA: MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO E BAHIA NO SÉCULO XIX

Beatrice Rossotti*

Introdução

O campo de História social da escravidão vem ampliando suas fontes e hipóteses sobre as possibilidades de vivências, existências e resistências, relacionando-as à esfera das ações cotidianos dos escravizados nas Américas. Dentre a gama de possibilidades temáticas, vimos o surgimento de novas abordagens teórico-metodológicas como o caso de enfoque nas mulheres negras como sujeitas históricas ativas do cenário histórico.

As problemáticas discutidas no seguinte estudo é um recorte originado da nossa pesquisa de doutorado intitulada “Vestir-se negra”: modas de mulheres negras no Rio de Janeiro e Bahia da segunda metade do século XIX. Mas, nesse trabalho daremos enfoque à noção de corpos femininos negros e às possibilidades de atuação no sistema escravista em que estavam inseridas, propondo questões sobre a presença de mulheres negras nos registros fotográficos da segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro e Bahia. Assim, temos como intuito reflexões sobre como as vestes e adornos que são apresentadas podem nos servir como fontes sobre a construção de autonomias das mulheres negras e o registro visual de seus corpos.

Para iniciarmos as nossas discussões, trazemos a obra da intelectual Gayatri Chakravorty Spivak, “Pode o Subalterno Falar? ¹”, publicada em 1985. Spivak tornou-se um dos nomes mais expoentes das produções intelectuais dos estudos pós-coloniais.

* Professora de História, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista CPNq. Mestra em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/RJ). Especialista em Ensino de História da África pela Pós-graduação do Colégio Pedro II (PROPGPEC/RJ). Desenvolve sua pesquisa junto ao Núcleo de Cultura Negra no Atlântico (CULTNA UFF/RJ) e participa do Fayola Odara - Grupo de Pesquisas Estéticas culturais Africanas e Afro-diaspóricas (USP/SP). Contato: rossottibeatrice@gmail.com.

¹ Para tratar do conceito de subalterno, neste trabalho usaremos a noção desenvolvida pelo Grupo de Estudos Subalternos que contam com intelectuais que inauguraram o campo, como Ranajit Guha e a própria Gayatri Spivak. A definição traz a ideia de que subalterno é todo aquele sujeito que depende de outra pessoa, ou seja, refere-se a grupos e regiões que não são entendidos como dominantes da estrutura de poder hegemônica. O que faz com que esses sujeitos sejam entendidos por demais como incapazes de agir como agentes históricos nessa ação hegemônica.

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

Originalmente, o texto foi apresentado como um artigo com subtítulo “especulações sobre o sacrifício das viúvas”, que fez parte de uma coleção com diversas traduções, incluindo o caso do português, em 2010, pela editora da UFMG.

A tradução nos coloca um ponto crucial do título da obra, que aparece em um generalismo estrutural do idioma inglês, que aponta para um gênero masculino como homegeneizador, o que também ocorre no caso português. E, para a autora, assim como para outras intelectuais que refletem sobre tais apontamentos, como o caso de Grada Kilomba, esse mecanismo generalizador reflete um aspecto que precisa ser posto quando tratamos de estudos descoloniais, decoloniais e pós-coloniais. Ou seja, para que nós, do sul global, que nos propomos a pensar uma lógica que rompa com o cenário intelectual eurocêntrico, não acabemos incorrendo nos mesmos “erros”. E tratamos de “erros”, com aspas, pois é uma discussão que traz discordância acalorada sobre os modelos que ainda são defendidos como únicos caminhos intelectuais possíveis.

Essa noção de homogeneidade que o título traz, com o termo “subalterno”, aponta o modo como a perspectiva masculina é totalizante em diversas discussões. O que nos traz outros aspectos interseccionais que fazem da subalterna uma sujeita histórica com necessidades específicas a serem abordadas nos estudos históricos, como aponta Spivak. No nosso trabalho, essa necessidade fica latente, principalmente por termos um recorte de mulheres negras em uma sociedade oitocentista escravagista. E, em nossas discussões, a mudança do questionamento nos gerou a reflexão: Pode uma subalternA falar?

Junto às discussões mencionadas, passamos a nos questionar também o que seria esse falar. Segundo Spivak, com sua formação no campo das letras, o falar requer uma oralidade, e sua importância é um marco na comunicação de povos que tem o direito de expressão oral negligenciados, ou mesmo castigados. Ao mesmo tempo, a autora nos aponta que o falar precisa ultrapassar essa oralidade, e é com essa possibilidade em mente que passamos a questionar a ação da fala para além da oralidade. Seríamos capazes somente de falar por meio da expressão vocal? E se ampliássemos essa noção de fala para dialogar com o corpo? Poderia o corpo de uma subalterna, negligenciada oralmente, falar? Se o silêncio oral é uma ferramenta estrutural imposta a essas mulheres, como afirma Spivak, quais outros meios seriam capazes de permitir que se comunicassem?

Não levamos em consideração a ideia de uma não comunicação, posto que seres humanos, ainda que em condições de subalternidade, se comunicam, pois encontram e constroem brechas que os permitam ultrapassar as limitações que lhes são impostas. Ou seja, a alternativa de silêncio total é, por nós, descartada. Sendo assim,

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

nos propomos a refletir como os corpos femininos negros encontram nas roupas em que circulam pelas ruas e que aparecem nas fotografias um meio de permitir que a subalterna fale. Um corpo que é visto ao circular pelas ruas e em estúdios fotográficos passa a fazer parte do que Ana Maria Mauad (2005) afirma, como uma esquematização da educação do olhar. E, em cidades negras² como eram, e são, o Rio de Janeiro e a Bahia, esses corpos presentes em uma suntuosa quantidade passam a fazer parte desse “ensino”.

Para relacionarmos esses conceitos, precisamos trabalhar tanto a validação do feminino negro como objeto de análise, quanto a seleção de fontes passíveis de uso, quando o intuito seria analisar a presença feminina negra na historiografia. Um apontamento importante é a questão do uso do gênero como uma ferramenta de análise da produção historiográfica, reflexão essa que nos instigou a destacar a presença feminina negra no sistema escravista como uma necessidade para se abrir novas chaves de leitura sobre a estrutura escravagista. E, também nos atentou ao cuidado de que confirmar a presença feminina negra na história não necessariamente sana, por si só, a proposta de uma leitura dos estudos sobre o sistema escravista a partir de um recorte de gênero.

Também, podemos relacionar a proposta de leitura da presença feminina na historiografia ao movimento que se deu, inicialmente, a partir da ruptura do fazer história que privilegiava unilateralmente as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais a presença de mulheres era escassa. Modificação essa estimulada pela Escola dos *Annales*, que, na década de 1920, inaugura o manifesto em prol de uma ampliação do que era entendido como fontes históricas. Tal escola propôs uma busca de saberes que articulava pessoas ditas comuns, intitulada “história vista de baixo” (SHARPE, 1991), à produção científica que trazia escalas sociais menores a serem analisadas.

No entanto, Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) trouxe uma crítica ao movimento dos *Annales*, ao afirmar que mesmo buscando a inserção de outras possibilidades de fontes históricas, acabavam por perpetuar suas análises para o campo classista, o que limitava a pluralidade que o uso da História das Mulheres reivindicava. Ainda assim, a autora nos aponta o desdobramento do movimento historiográfico crítico da década de 1960, que apresenta a necessidade de análise conforme: “uma determinada época do passado, como a uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudança através de um conhecimento dialético” (DIAS, 1995, p. 43). Quando considerasse o gênero um elemento definidor

² Sidney Challoub (1990) ao abordar essa expressão tratava dos modos como os escravizados teciam a malha do sistema escravista nas costas transatlânticas e o quantitativo de cativos nesses espaços.

das ações, inserções e expectativas sobre “aquela sujeita” analisada. A autora também nos chama atenção para como essa perspectiva deve ganhar outras dimensões quanto tratamos de mulheres negras nos estudos sobre a escravidão.

Atentas a essa preocupação de uma análise de mulheres negras e uma perspectiva de gênero que também nos atravessa enquanto pesquisadoras, a nossa proposta de reflexão para esse momento foi de questionar como podemos pensar ações cotidianas de mulheres negras como buscar por interferir no modo como seus corpos seriam vistos (consumidos) visualmente. Para esse direcionamento, questionamos as possibilidades de interferência dessas mulheres ao analisar fotografias do período, levando em consideração o pressuposto de Ana Maria Mauad (2008, p. 41), no qual: “a imagem não fala por si só, é necessário que as perguntas sejam feitas”. E, esses questionamentos se reformulam conforme dialogam com outras perspectivas que se modificam a partir de novas análises, como nos apresentou anteriormente Dias (1995).

O que nos deu a perspectiva de que a cultura visual se relaciona com a dimensão da construção de memórias sociais, que seriam os modos como sociedades são retratadas e rememoradas; permitindo que os estudos sobre a segunda metade do século XIX atribuam aos fotógrafos a qualidade de mediadores de memórias (MAUAD, 2005). Sem perder de vista que partimos da análise de uma produção que buscava, majoritariamente, suprir demandas do consumo europeu por corpos considerados exóticos³, ou seja, diferentes dos seus, que eram tidos por padrões para classificação de civilidade.

O corpo que educa e é registrado

Ao tratarmos de fotografias como fontes devemos analisá-las a partir dos possíveis campos categóricos em que estão inseridas. O que se articula à ideia multifocal do Circuito Social da Fotografia (FABRIS, 1998), que é a de pensar a imagem a partir de sua produção, circulação, consumo e agenciamento. A dimensão é de que todas essas camadas que compõem o circuito social da fotografia interferem na

³ Esse conceito de “exótico” está associado ao que Maria Inez Turazzi (1995) relaciona ao Tipos Humanos, sendo um dos itens que entravam na lista daqueles que eram consumidos enquanto imagens que continham elementos diferentes de sua realidade. O consumo desse exótico ficava por parte da necessidade de suprir as demandas por elementos “curiosos”, inusitados, perante o que os consumidores entendiam como comuns. No caso brasileiro, Turazzi afirma que esse exótico fica por conta do demonstrativo de tipos indígenas e negros e representações de paisagens tropicais exuberantes em um grande quantitativo de recursos naturais.

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

fotografia como resultado. E, se entendemos que todos esses elementos são passíveis de influência na fotografia, como é analisada a interferência das mulheres negras? Para essa análise daremos enfoque na dimensão de agenciamento, entendendo-o como um meio de intervenção e direcionamento das produções fotográficas.

Quando trabalhamos com vestes e adornos, que para nós é uma materialização e visualização dessa busca pela construção de agenciamento das mulheres negras, o corpo torna-se para além de um suporte dessas roupas, ele passa a ser um repositório da construção social intencional do corpo que o veste. Por isso, o adornar um corpo feminino negro, que circula nas ruas oitocentistas do Rio de Janeiro, faz parte da construção de um agenciamento de como eles serão vistos.

Essa dimensão dialoga com a perspectiva de David Le Breton (1995), no qual o autor afirma que o corpo é uma profusão sensível e que precisa ser incluído no movimento das coisas, pois o indivíduo só toma consciência de si através do sentir, e a ferramenta dessa conscientização passa pela materialidade corporal. Segundo Le Breton (1995, p. 13), “o corpo é a condição humana, onde o fluxo incessante das coisas se detém em significação precisas ou em ambiências, metamorfoseia-se em imagens, em sons, em odores, em texturas, em cores, em paisagens”. Para o autor, é o corpo que permite a nossa percepção da materialidade que nos rodeia.

Sendo assim, o corpo faz parte do vestir e torna-se um participante ativo da nossa construção de significações sobre o mundo. Ainda assim, Le Breton também nos chama atenção para a ideia de que esse conjunto de significados são modeláveis, o que articula diretamente com a nossa reflexão. Pois, se entendemos que os corpos fazem parte da formulação codificadora social, os corpos femininos negros com os quais trabalhamos também estão inseridos nessa lógica de construção, ainda que como subalternas.

Ao destacarmos a ideia de Le Breton, de que o corpo é parte do construtor de significados sociais para pensar o que desenvolvemos como autoexpressão desses corpos femininos negros damos espaço para o questionamento de como se daria uma autoexpressão desse corpo feminino negro em alguns cenários urbanos oitocentistas brasileiros? Ou mesmo, como esse agenciamento poderia dialogar com as vertentes de agenciamento, do Circuito Social da Fotografia?

Para essa reflexão, a ideia de trabalhar com produções emitidas por estrangeiros, masculinos, brancos e europeus⁴, pode parecer contraditória, mas, nos desafia a pensar como fontes produzidas por esses sujeitos podem nos apresentar

⁴ Ainda que contemos com fotógrafos nascidos no Brasil, a ideia generalizante de europeus se faz pretende, pois, a arte do fotografar ainda se moldava em padrões de produção e consumo importados do continente europeu.

atuações femininas negras. E, inicialmente, consideramos a necessidade de ao utilizarmos as fotografias como fontes, levar em consideração todas as vertentes, já citadas, que fazem parte da sua execução. Ou seja, quem produziria, quem consumiria, quem seria retratado e quem investiria nesse produto são esferas que influenciam no objeto. Porém, para esse trabalho optamos pelo enfoque no campo da agência.

Para não limitarmos a percepção da análise na ideia de que são sujeitos estrangeiros que produzem as fontes a serem trabalhadas e por isso tornam-se exclusivos autores da construção dessas memórias sociais, devemos tratar a esfera do outro sujeito participante da execução das fotografias. Por isso, ao tratar das fotografadas, devemos analisar os registros não as levando somente como sujeitos que sofrem a ação do registro, mas também como atuantes dessa dinâmica social que se tornava o ato de ser fotografada. Por isso, abrimos a proposta de pensar essas mulheres negras como essa outra sujeita também como atriz na performance dos registros. Mas, extrapolando a ideia de que essa participação feminina negra ocorre somente por meio da intencionalidade das poses de estúdios. Pois, a nosso ver, a partir do momento em que elas estão em espaços públicos ou privados, que não sejam suas casas, em especial nos estúdios fotográficos, atribuímos sua presença física/social como parte ativa da construção desses registros. O que nos permite articular a ideia de participação das mulheres negras com uma intencionalidade de demarcar o modo como serão vistas.

Para articular essa noção de participação seguimos a ideia de Mauad (2005) de que a ação do fotografar é um meio de atuação participativa na educação do olhar da sociedade oitocentista brasileira, pois cada “etapa” da produção das fotografias acaba por trazer sujeitos (as) que se tornam colaboradores (as) com os modos como eles (as) próprios (as) serão registrados (as). E, para que as fotografias ganhem formas inteligíveis socialmente, os autores oficiais dos registros precisam manipular determinados códigos para executar as suas produções, assim como os demais agentes também precisam ser inseridos nos parâmetros sociais para participarem da construção das formas registradas.

Essa reflexão dialoga diretamente com a ideia de Le Breton (1995, p. 15) de que a formulação de significados do mundo é construída segundo histórias pessoais, pois os sentidos agem como filtros que “retêm em sua peneira o que o indivíduo aprendeu a colocar nela, ou o que ele justamente busca identificar mobilizando seus recursos”. Apontamento que articulamos com a ideia de Spivak (2010) de que as subalternas não devem somente “aprender a falar”, mas devem também ter ferramentas sociais que as permitam questionar as estruturas em que suas reflexões e cosmopercepções foram forjadas. Ou seja, para tomarmos a percepção de que o corpo faz parte da construção de parâmetros sociais como um importante elemento

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

precisamos levar em consideração como são suas aparições e como elas podem influenciar no modo como as mulheres negras são registradas visualmente. Tendo em mente, que lidamos diretamente com as roupas que se diferenciam das que são usadas por mulheres brancas.

No caso da construção fotográfica, assim como o autor oficial (fotógrafo) registra os elementos que seleciona, a fotografada ao ser registrada acaba por fazer parte dessa autoria, ainda que de modo “não oficial”, ao se apresentar como corpo social que foi registrado. Esse movimento de participação faz tanto do fotógrafo quanto das fotografadas participantes ativos da construção de seu registro/memória. Mas, essa construção do registro fotográfico traz uma fotografada que não corresponde a um padrão de expectativa do feminino do período, embasados em uma feminilidade europeia.

Essa estrutura se relaciona com reflexões de Camillia Cowling (2013), que nos apresenta o uso das mulheres como um elemento legitimador de autoridade moral a uma sociedade e para isso faz-se necessidade uma intencionalidade de controle sobre essa performance do feminino, em diversos aspectos. Porém, essa condição de controle e mando se acentua quando tratamos de um feminino negro.

A noção de incapacidade feminina negra perpassa por outras dimensões das sociedades oitocentistas e em muitos aspectos pode se desdobrar em percepções que se perpetuam em outros momentos a fim de entender essas mulheres como sujeitas que necessitam de tutelas em suas vivências. E, quando propomos essa ideia de mulheres negras que ultrapassam a chancela branca, a produção fotográfica nos é apresentada como algo de grande dimensão para construção de uma identidade social a partir de registros e produções, não à toa Mauad (2005, p. 1) desenvolve a ideia de que foram esses registros fotográficos que “nos enquadraram, ao mesmo tempo em que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem”. Ao mesmo tempo esse olhar também era educado, pois precisava de parâmetros passíveis de leitura em seus produtos, para que fossem consumidos. E, é a partir dessa dupla dimensão que refletimos sobre transpassar a atuação dos fotógrafos e dar enfoque às possibilidades de interferências destas mulheres negras em seus registros fotográficos, propondo a ideia de que elas faziam parte da agência dessa produção.

Ao trazermos essa reflexão sobre interferência, nosso intuito é analisar as mulheres negras registradas nas fotografias a partir da dimensão de autodefinição. Ainda que estejamos conscientes de que o período oitocentista impõe aos corpos negros a condição do “exótico” e que isso se associa à condição de escravidão. Ainda assim, selecionamos as vestes e adornos dessas mulheres negras fotografadas como

territórios nos quais elas expressavam suas buscas por autodefinição e não se limitavam a copiar os trajes de mulheres brancas, e entendemos esse movimento como a construção de uma expressão corporal e visual de suas identidades.

O conceito de autodefinição foi gestado por Patricia Hill Collins (2019) a partir das práticas de mulheres negras estadunidenses, ao desenvolver argumentos que apontam a autodefinição destas como atos de resistências organizados e que carregam em si intencionalidades para que elas se vissem em suas ações sociais. Em uma sociedade como a que a Collins analisa, em que a mulher negra vivencia uma opressão internalizada e que em muitos momentos buscam transpassá-la para uma “mente livre”, a construção de uma autodefinição torna-se possível e necessária, de modo individual e coletivo. É essa construção de uma autodefinição, torna-se uma jornada de ação que se impõe ao cenário anterior, de silêncio. Ideia que não passa somente por uma formulação individualista, mas pela conceituação de um “eu mulher negra” que se constrói a partir de um contexto de comunidade. Em que juntas constroem e consolidam parâmetros que passam a identificá-las enquanto indivíduos que pertencem a um determinado grupo.

Para relacionar a noção de autodefinição com a de agência escrava a partir da análise das roupas em que essas mulheres são registradas nas fotografias, esses corpos femininos negros devem ser lidos para além de um produto a ser consumido. Devemos captar as presentes variações do vestir-se como um distanciamento da noção de moda que circulava nos territórios brasileiros, importados da capital francesa. Por isso, ao levar o ato do vestir-se como uma possibilidade de participação ativa nos registros fotográficos, essas mulheres, bem como seus descendentes, que tiveram as suas dimensões de humanidade desprezadas em meio à travessia forçada e se viram em cenários que exigiam uma reinterpretação de si poderiam usar da escolha do vestir-se como uma “performance de liberdade” (MARSHALL, 2010).

Quando tratamos do vestuário de escravizados no cenário brasileiro, o ideário é de trajes grosseiros, e é uma realidade, mas não uma experiência única. As limitações de produção têxtil no Brasil são vistas com uma unilateralidade que advém de um imaginário guiado pelo decreto da Rainha D. Maria I, de 1785, que proíbe o incentivo a fábricas e manufaturas nos territórios brasileiros, o que só exclui a produção de tecidos grosseiros para o vestir escravizados e pacotes de produtos. Ainda que a proibição não tenha perdurado todo o período da escravidão, findando em 1808, a noção comum muitas vezes toca nesse ideal do escravizado esfarrapado.

No contraponto, temos gravuras do século XVIII e XIX, principalmente as produções de Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, que colocam em questão a aparição de escravizadas que se distanciam desse quadro dos tecidos

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

grosseiros. E, surge uma perspectiva de pensar o trajar dessas mulheres negras como um aspecto de controle e amostragem de riqueza por parte dos seus senhores, segundo Sílvia Hunold Lara (2000).

Logo, mais uma vez a noção de agência feminina negra fica subalternizada aos interesses dos homens brancos. Mas, propomos aqui um distanciamento da intervenção da influência unilateral do mando e dos interesses senhoriais sobre as ações das mulheres escravizadas. E colocamos em questão a construção da afirmativa em que o vestir-se feminino negro ocorresse somente a partir de mandos senhoriais masculinos ou a partir de uma tentativa de cópias de mulheres brancas abastadas.

Para avançar na nossa proposta de reflexão, chamamos atenção para o cuidado de pensar as multiplicidades quando tratamos do sistema escravista, principalmente na diferenciação entre espaços rurais e urbanos. Segundo Maria Odila Dias (1995), a relação de proximidade da produção de roupas com tecidos mais grosseiros é uma realidade das estruturas rurais, o que no caso dos espaços urbanos, que é a condição das fotografias que trabalhamos, dividem os espaços com adaptações, pois, a urbanização marca uma releitura das relações entre senhores e escravizados. Mudanças essas multifacetadas que poderiam incluir a produção têxtil:

Observa-se também que na classe das negras livres, as mais bem educadas e inteligentes procuram logo entrar como operárias, por ano ou por dia, numa loja de modista ou de costureira francesa, título esse que lhes permite conseguir trabalho, por conta própria, nas casas brasileiras, pois com o seu talento, conseguem imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência (DEBRET apud LEITE, 1981, p. 111).

Um exemplo da possibilidade de outras dinâmicas é registrada por Debret que traz observações que apontam subalternidades de mulheres negras nas dinâmicas sociais de consumo e produção têxteis. Se elas tinham esse “requinte” para participar de círculos sociais de moda francesa, por que não produzir para outras camadas sociais? Até porque se peças como turbantes, panos da costa, blusas de rendas e bordados aparecem em algumas imagens, e se distanciam do universo de consumo das mulheres brancas e suas modistas, fica o questionamento de quem e onde se produziam essas roupas e joias.

Alguns exemplos de registros fotográficos

A caráter de uma análise direcionada a fotografias específicas, selecionamos duas imagens que trazem algumas das vestes e adornos que entendemos como a construção dessa identidade por meio do registro visual.

Figura 1 - Escravos posando na escada. Fotógrafo: Não Identificado. Salvador, 1870



Fonte: Ermakoff, 2004.

Figura 2 - Mulher posando. Fotógrafo: José Cristiano Júnior. Rio de Janeiro, 1865



Fonte: Ermakoff, 2004.

No direcionar à análise das roupas, temos duas diferenças que entendemos como dualidades do processo de inserção dessas mulheres negras na sociedade escravista que irá consumir essas imagens. No caso da primeira foto, trazemos uma imagem com duas mulheres negras posando na escada do que poderia ser a casa de seus senhores, dada a ideia de escravidão registrada na legenda da imagem. E, nesse primeiro momento, já temos o que entendemos como o marco central do “vestir-se negra⁵”, a distinção entre as duas peças (blusa e saia), com a intencionalidade visual de inteiros, ou seja, que têm as partes superior (busto) e inferior (pernas), de um mesmo tecido e, majoritariamente unidas, formando assim um padrão de única peça que seria lido como um vestido, diferente do que ocorre nos registros das mulheres negras que selecionamos. Podemos ver um exemplo dessa “peça única”, na menina registrada na imagem 1. A presença dessas duas mulheres negras na imagem nos dá margem

⁵ Ver: ROSSOTTI (2019).

comparativa para pensarmos mulheres que se aproximam e se distanciam do padrão vestual eurocentrado citado anteriormente.

Outro diferencial é a ideia de roupas que contêm elementos que se aproximam de uma opulência, noção que identificamos, como o caso de joias, turbantes volumosos, guarda-chuva e pano da costa. No caso da primeira imagem, a mulher negra mais velha usa roupas que a distanciam da ideia de uma escravizada maltrapilha. E, suas joias se associam a pertencimentos sociorreligiosos, como a irmandade da Boa Morte⁶. Além de romperem com a ideia de que não somente copiariam padrões femininos brancos para exemplificar as posses de seus senhores, trariam em seus corpos elementos que se uniriam a práticas sociais, como religiosas e comerciais. A partir dessas análises é que, a nosso ver, é possível formular um “vestir-se negra” que teria toda uma estrutura amefricana. O que, segundo Lélia Gonzalez (1998), seria um modelo de interpretação da história do Brasil partindo da experiência de povos afrodiáspóricos.

Em exemplo do que reivindicamos como uma construção vestual amefricana trazemos a segunda imagem. Uma fotografia que contêm uma mulher negra registrada em estúdio fotográfico. A fotografada veste uma saia volumosa que traz um tecido de estamparia, o que adiciona um trabalho ao tecido. O mesmo ocorre na área de barra da saia, onde há um destaque para um barrado claro, que está em sintonia com o cós da saia, propositalmente deixado à mostra com o afastamento pontual do pano da costa. Este se apresenta como um elemento a fim de endossar uma dimensão de origem territorial.

Os panos da costa não são elementos usados em fotos de mulheres brancas, por serem uma peça que remete à origem africana. No entanto, quando as mulheres negras são registradas no Brasil, em diversos momentos históricos essa peça aparece recebendo diferentes usos, como amarrações para carregar as crianças, ou na cintura para guardar pertences ao longo do dia. No caso da segunda imagem, ele aparece com um uso sobre os ombros, que se assimilaria ao dos xales que aparecem também em mulheres brancas. O que demonstra que a escolha de um pano da costa, e não um xale, tem a intencionalidade da aproximação com o que elas usavam nas ruas e com um caráter de origem africana, a fim de permitir que esses registros, feitos em estúdios, mantivessem caráter de fidedignidade. Pois, para que um traje fosse montado como cenário de uma fotografia, ele precisava fazer parte de uma cultural visual. Sendo assim, os trajes que ali se repetiam faziam parte dessa visualidade e deveriam ser normalizados em outros espaços e usados por mulheres negras.

⁶ Ver: PITOMBO (2015)

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

Outra peça que também nos chama atenção é o turbante. Assim como o pano da costa, o turbante também tem uma demarcação de origem e são incomuns em registros de mulheres brancas do período, porque, segundo Silvia Escorel (2000), são associados à servidão. O oposto do guarda-chuva que aparece na segunda imagem. Segundo Eduardo da Silva (1997), nas sociedades iorubás, ele tem uma simbologia de prestígio, o que fazia com que somente distintos políticos pudessem usá-los. O autor afirma que essa distinção foi reproduzida no Brasil pelas populações negras. Isso se relacionou com a busca pelo afastamento de uma condição de servidão, vide o fato de que aquela pessoa que poderia dispor de uma mão somente para segurar um guarda-chuva, não a estaria ocupando com trabalho. No caso da imagem 2, temos um diferencial, pois esse guarda-chuva não ocupa a mão dessa mulher e está posto sobre uma espécie de balde que acomodado no turbante que pode representar o universo do ofício comercial, o que nos permite testemunhar o registro de um corpo feminino negro nesse intermédio entre o “ócio e o ofício”.

Ou seja, comprados ou não pelas mulheres negras fotografadas, as saias volumosas, os turbantes, as blusas de rendas e bordados, panos da costa e outras peças que compunham o registro faziam parte de uma perspectiva de padrão visual carregado pelos corpos femininos negros nos espaços sociais de educação do olhar – o cotidiano. Tanto a segunda imagem quanto a primeira representam a construção de agência que estamos buscando ressaltar nessa análise. Sendo assim, o que defendemos como “vestir-se negra” pode ser a leitura de um corpo feminino negro a partir de uma proposta de performance que tangencia os padrões de trajes de mulheres brancas, assim como pode adaptá-los, com um diferencial intencional.

Considerações Parciais

Lidando com o campo de possibilidades, que abarcam desde a alternativa desse vestir-se ter sido escolhido por essa retratada, assim como a possibilidade de que ela estivesse fazendo uso de roupas do próprio estúdio fotográfico; ambas culminam na ideia de que são roupas que visualmente divergem das usadas por mulheres brancas em fotografias do período. Sendo assim, independente da origem, ou de quem as possuía, a montagem desse “figurino” precisava partir de algum espaço que fizesse parte do pacto simbólico, visual e social em que os produtores desse registro estavam inseridos. Então, a nossa hipótese fica a cargo da formulação de um “vestir-se negra” que intencionalmente se diferencia das vestes femininas brancas. E partimos desse ideário em que essas mulheres negras podem ser também retratadas de modos distintos

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

pois há um padrão, fora desses estúdios, compartilhado socialmente e construído por elas.

O que nos permite retomar a ideia inicial do trabalho, de analisarmos as vestes e adornos com uma dimensão textual, um corpo que toma em sua expressão social uma possibilidade de ser lido/falado. E, para tomarmos a proposta reflexiva de que os corpos femininos negros que apresentamos falam, essa leitura precisa ultrapassar a oralidade, colocando em questão o que identificamos como “poder falar”. Seguindo a nossa proposta de pensar a agência de corpos femininos negros e suas possibilidades de autodefinição, o “poder falar” corpóreo que apresentamos rompe com as estruturas coloniais de oralidade, na qual os agentes históricos nos apresentam alternativas de resistência.

Por isso, colocamos em questão que se a subalterna não pode falar, ela pode ser vista, “enxergada” e, quiçá, registrada visualmente, como o caso das fotografias que trabalhamos. E, com a proposta de enxergar o “falar” para além da oralidade, esse corpo que se projeta é um corpo que fala. E daí surgem questionamentos futuros, se esse corpo feminino negro em uma sociedade oitocentista brasileira é um corpo que “pode falar”, ele deixa de ser subalternizado? Seria a condição de “não poder falar” um aspecto unilateral que identifica ou não um sujeito social como subalterno? E essa “fala” que apontamos aqui é ouvida por quem? Os sujeitos sociais negros ao estarem inseridos na mesma estrutura econômica colonizadora que os oprime, com alguma possibilidade de “fala”, deixaria sua condição de subalterno?

Sendo assim, para essa explanação apontamos alguns dos questionamentos que fazem parte de uma pesquisa mais ampla, na qual propomos analisar as vestes e adornos como territórios de performance e agência de mulheres negras sobre seus corpos. Partimos da ideia de que no século XIX circulavam por territórios do mundo atlântico concepções femininas que se formulavam a partir de reelaborações pautadas nas (sobre)vivências das mulheres nas sociedades escravistas, e que coexistiam com a manutenção de parâmetros europeus burgueses de um feminino idealizado, formulando o que defendemos como uma construção visual amefricana. E, nos faz considerarmos uma coletividade heterogênea ao analisarmos mulheres negras inseridas no sistema escravagista no período oitocentista no Rio de Janeiro e Bahia.

E, no caso, mais especificamente, das fotografias que analisamos, buscamos tratar da possibilidade de agência/autodefinição a partir de vestes e adornos que rompem com a expectativa da construção de um imaginário feminino universalizante e, embranquecido. Para isso, nos permitimos lidar com a hipótese da necessidade de uma ação coletiva cotidiana que seria a do uso de roupas e adornos similares aos registrados em estúdios, nos espaços públicos. Proposta que afirma os espaços

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

públicos como os terrenos de construção coletiva de um padrão de vestuário por parte das mulheres negras. O que dialoga com a consideração de Walter Johnson, sobre como as formas culturais podem se desenvolver como um processo de organização cotidiana, o que atribuiria uma parcela de autonomia cultural a uma forma de resistência à escravidão. Ainda que o autor trabalhe na diferenciação entre humanidade, ação e resistência, e contraponha a ideia de uma hiper relativização do conceito de resistência, Johnson afirma que a “resistência coletiva é, no fundo, um processo de organização cotidiana, que, na verdade depende de conexões e confiança estabelecida por meio de ações cotidianas” (2003, p. 122). Portanto, apresentamos essa argumentação inicial para refletirmos sobre os modos como vestir-se podem ser interpretados como atos de autodefinição e que carregam em si perspectivas de agência por parte das mulheres negras na Bahia e no Rio de Janeiro oitocentista.

Referências Bibliográficas

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. **Boa Morte:** imagens e simbologia. In: (org.). *As vestes da Boa Morte*. Bahia: Editora UFRB, 2015, pp. 13-28.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro:** o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 271-312.
- COWLING, Camillia. ***Conceiving Freedom: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro***. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2013.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder:** em São Paulo no século XIX. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ERMAKOFF, George. **O Negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.
- ESCOREL, Sílvia. **Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII)**. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FABRIS, Anateresa (org.). **Fotografia:** usos e funções no século XIX. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de Amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, pp. 69-82, jan. / jun., 1988.
- JOHNSON, Walter. ***On Agency:*** *Journal of Social History*. Vol. 37, No1. Oxford University Press, 2003, pp.113-124.
- LARA, Sílvia Hunold. **Mulheres escravas, identidades africanas**. I Simpósio Internacional: o desafio da diferença, 2000.
- LE BRETON, David. **Antropología del cuerpo y modernidad**. Buenos Aires: Nueva visión, 1995.
- LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

A História Através da História

ROSSOTTI, Beatrice

MACHADO, Maria Helena P.T. **Em Torno da Autonomia Escrava:** Uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol.8, No16, mar/ago 1988, pp.143-160.

MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens:** as imagens do Brasil oitocentista. *In:* Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (Orgs.). *Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano*. São Paulo: Edusp, 2005.

MARSHALL, Amani. **“They Will Endeavor to pass for Free”:** Enslaved Runaways’s Performances of Freedom in Atebellum South Carolina. *Slavery & Abolition*, v. 21, n. 2, pp. 161-180, jun. 2010.

ROSSOTTI, Beatrice. **“Vestir-se negra”:** roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar.** UFMG, 2010.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e Trejeitos:** a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1899). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PORTO DE IMBETIBA E CABOTAGEM ENTRE MACAÉ E O RIO DE JANEIRO EFETUADA PELA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MACAÉ-CAMPOS

Romulo Wesley Trancoso da Silva*

Introdução

A Companhia Estrada de Ferro Macaé-Campos foi responsável, no último quarto do século XIX, por escoar uma quantidade relevante da produção agrícola, além do transporte de passageiros, entre o norte fluminense e a região portuária do Rio de Janeiro. Para isso, essa empresa operava uma ferrovia entre as cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, de onde as mercadorias seguiam por transbordo do porto de Imbetiba para a Corte. O objetivo central deste trabalho é abordar o setor marítimo no serviço da Macaé-Campos, ou seja, a conexão por cabotagem entre os portos de Imbetiba e do Rio de Janeiro, efetuados de 1874 a 1890 através dos vapores pertencentes a companhia: *Goytacaz*, *Bezerra de Menezes*, *Imbetiba*, *Presidente Travassos* e *Barão de S. Diogo*.

Além da bibliografia, será utilizado como fonte, principalmente, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, disponível na *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional, e que traz diversas informações sobre o volume de mercadorias e quantidade de passageiros transportados por esses vapores, mas não apenas isso, tal fonte apresenta diversos debates entre acionistas, diretores e deputados do Rio de Janeiro a respeito dessa companhia. Por exemplo, o processo de escolha do local que foi construído o cais do porto em Macaé envolveu conflitos muito antes dela começar a operar. A companhia queria construí-lo em Imbetiba (e assim foi feito), mas opositores desse projeto, como o proprietário de uma empresa de docas na enseada da Concha, queriam que a Macaé-Campos utilizasse o porto dessa praia.

No último quarto do século XIX, foi construída uma infraestrutura de transportes no norte da província fluminense com o principal objetivo de escoar a produção agrícola para a cidade do Rio de Janeiro. Walter Pereira (2020) aborda o dinamismo econômico de Campos dos Goytacazes e a centralidade regional que esse

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e bolsista CAPES.

município exercia na *Bacia do Paraíba* durante a segunda metade do século XIX. As companhias ferroviárias e de navegação que se constituíram no norte fluminense, além de contemplarem Campos dos Goytacazes e suas freguesias, atingiam outros municípios do norte da província do Rio de Janeiro, como Macaé, São João da Barra, Cantagalo e São Fidelis; e ainda transpunha os limites provinciais, alcançando a Zona da Mata Mineira e o limite sul do Espírito Santo. Em grande parte desse território, corria o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, que serviam como vias de comunicação e escoamento de produtos entre essas diversas localidades. Mesmo o café e açúcar sendo os produtos de maior impacto nesse recorte regional, Walter Pereira (2020) chama atenção para a multiplicidade produtiva composta por algodão, sal, fumo, toucinho, milho, munições, ferramentas, tecidos, entre outros.

Na década de 1870, foi construída uma rede ferroviária que atingiu diversas zonas produtoras no norte da província fluminense: de açúcar na margem sul do rio Paraíba do Sul, através da Estrada de Ferro São Sebastião-Campos; na margem norte a Estrada de Ferro Campos-Carangola, que percorria as zonas de expansão da produção cafeeira no extremo norte da província fluminense, fronteira com Espírito Santo, e adentrando a Zona da Mata Mineira; e a Estrada de Ferro Macaé-Campos, que concentrava mercadorias transportadas por essas outras linhas férreas, ela transportava produtos e passageiros de Campos até o porto de Imbetiba, de onde partiam para a Corte por cabotagem (PEREIRA, 2020).

Durante o período abordado, o porto de Imbetiba atendia exclusivamente a Macaé-Campos e os volumes de mercadorias (principalmente café) vindas desse porto para a Corte, muitas vezes era o maior desembarque por cabotagem do dia na região portuária do Rio de Janeiro, de acordo com as publicações do *Jornal do Commercio*. Investigaremos a hipótese de que a Macaé-Campos confluía mercadorias da *Bacia do Paraíba*, tendo o porto da cidade do Rio de Janeiro como destino final, por isso a Macaé-Campos possuía alta demanda para o seu serviço e transportava um grande volume de mercadorias.

Cezar Honorato (2019) afirma que os autores clássicos que abordam os portos brasileiros têm como foco de pesquisa, principalmente, a movimentação comercial (tráfego de escravos, comércio internacional etc.). Para esse autor, apesar de existirem obras magistrais em seus objetos, geralmente não se detém na infraestrutura e nas relações sociais específicas dos portos. Há uma diferença entre tratar do porto e da movimentação portuária, são dois aspectos relevantes a serem abordados e que buscaremos tocar nesse trabalho, não apenas levantando dados quantitativos, mas também tratando da estrutura do porto de Imbetiba, topografia, disputas sociais que o

envolveram e o máximo de aspectos sobre o trajeto marítimo que os limites desse artigo nos permitirem.

A constituição da Macaé-Campos e do porto de Imbetiba

Em 18 de outubro de 1871, foi autorizado o funcionamento da Macaé-Campos e aprovados seus estatutos através do decreto n.4.801. (ACTOS..., 1871, p. 3) Antes dela ser formalizada, o projeto de construí-la sofreu forte oposição, principalmente, de empresários relacionados ao Canal Campos-Macaé, que prestaria o mesmo serviço de frete entre essas cidades e havia começado suas obras desde 1845, contando com avultados investimentos públicos. (PENHA, 2014) Um aspecto relevante sobre a Macaé-Campos é que, diferente de muitas obras de infraestrutura de transporte no Rio de Janeiro novecentista, ela não contou com a garantia de juros sob os capitais investidos pelo tesouro provincial.

Art. 1º A companhia - Estrada de ferro Macahé e Campos - tem por fim executar o contracto celebrado em 3 de Fevereiro de 1870, na fôrma da Lei nº 1464 de 16 de Novembro de 1869, entre o Governo Provincial do Rio de Janeiro e Andrew Taylor, José Antonio dos Santos Cortiço e Antonio Joaquim Coelho, para construção de uma linha ferrea entre as cidades de Macahé e Campos dos Goytacazes; tendo por complemento uma linha de navegação, sem privilegio, entre o porto daquela cidade e esta côrte (BRASIL, 1871).

No projeto original da Macaé-Campos, os trilhos começavam na estação ferroviária da cidade de Campos dos Goytacazes, na margem direita do Rio Paraíba do Sul, e terminariam próximo à praia da Concha, na cidade de Macaé. No porto da Concha, as mercadorias e passageiros continuariam através da navegação de cabotagem em vapores, tendo como destino final o porto da cidade do Rio de Janeiro. A enseada da Concha era a região portuária tradicional de Macaé e estava nos planos de escoar também mercadorias levadas pelo canal Campos-Macaé. No entanto, o decreto do Ministério da Agricultura n.4.809 de 28 de outubro de 1871 concedeu ao Barão da Povoação de Varzim autorização para organizar uma companhia de “docas e outros melhoramentos” do porto da Concha. A empresa seria formada com capital de 1.000:000\$ e teria dois anos para: construir um quebra-mar de 160 metros para abrigar completamente a enseada da Concha; escavar canais de acesso que suportassem navios com calado superior a 5 metros; construir um cais e molhes para embarque de mercadorias e passageiros; construir armazéns e adquirir tudo necessário para prestar

o serviço de docas; construir uma via férrea para transportar cargas da cidade de Macaé para as docas (MINISTERIO..., 1871, p. 1).

Dessa maneira, a Macaé-Campos, assim como a empresa do canal, pagariam para a empresa do Barão da Povoá do Varzim pelo serviço portuário na enseada da Concha. Logo em seguida, se tornou um projeto da diretoria da Macaé-Campos, presidida por Adolpho Bezerra de Menezes, conseguir o privilégio para construir uma estrutura portuária na enseada de Imbetiba, vizinha da Concha e separadas pelo morro da Fortaleza. Através do decreto n. 5.052 de 14 de agosto de 1872 foi concedida a Macaé-Campos autorização para construir docas e obras de infraestrutura na enseada de Imbetiba (DOCAS..., 1872, p. 3) e, em outubro, a Assembleia Legislativa Provincial autorizou que a Macaé-Campos prolongasse seus trilhos até ela.

Considerando que o embarque e desembarque daquela enseada é mais vantajoso para a companhia e para o público do que na enseada da Concha onde devera chegar a estrada, porque naquella será o porto todo particular, de conformidade com a concessão feita pelo governo imperial e portanto o serviço se fará mais facilmente, por ter a companhia como complemento uma linha de navegação (ASSEMBLEA..., 1872, p. 1).

A partir disso, testemunhamos um embate nas páginas do *Jornal do Commercio* sobre o privilégio concedido a Macaé-Campos. Não houve publicação explícita da redação desse jornal se posicionando sobre essa questão, mas as disputas foram travadas na seção de *publicações a pedido*, um caderno do jornal que qualquer pessoa poderia pagar para publicar. Durante os debates que se estendem sobre qual a enseada de Macaé com melhores condições para construir uma estrutura portuária “melhorada”, quase sempre os argumentos eram técnicos, por exemplo, qual possuía águas mais abrigadas naturalmente e profundidade para receber navios de grande calado. Mas não devemos ignorar que ao conseguir a concessão da enseada de Imbetiba, a Macaé-Campos evitou pagar pelo serviço de docas da empresa do Barão da Povoá do Varzim, eliminando um intermediário no acesso entre a terra e o mar. Nas justificativas para aprovar o prolongamento dos trilhos até Imbetiba pela Assembleia Provincial, consta que “considerando que a companhia não pode estabelecer um porto na cidade de Macahé em consequencia da concessão feita ao Barão da Povoá do Varzim, pelo governo imperial, de um privilegio para construcção de dócas no porto dessa cidade:” (*Ibidem*).

Apesar da oposição ao porto de Imbetiba, no dia 16 de julho de 1874, o presidente da Macaé-Campos, Adolpho Bezerra de Menezes, convidou os acionistas da companhia para uma assembleia extraordinária, em um salão do Banco Rural e Hypothecario, para tratar da inauguração da primeira seção da ferrovia e da linha

A História Através da História

SILVA, Romulo Wesley Trancoso da

marítima. (COMPANHIA..., 1874, p. 4) O *Jornal do Commercio* publicava diariamente os navios que atracavam e partiam do porto do Rio de Janeiro. Apesar de a linha férrea entre as cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé ficar completa apenas em 1875, no ano anterior começam registros de um fluxo regular de vapores da Macaé-Campos fazendo o trajeto entre Imbetiba e a Corte.

Em 1875, foi publicado um relatório do engenheiro Ewbank da Camara intitulado *Melhoramentos no Porto da Imbetiba e o Caminho de Ferro de Imbetiba a Campos*. Nesse relatório, ele avalia questões técnicas de engenharia nas construções dessa companhia (extensão, medidas, altitudes, materiais). Sobre as características topográficas da enseada de Imbetiba, afirma Ewbank da Camara (1875), é limitada por duas montanhas que avançam sobre o mar em cada extremo, possuindo de 6 a 8 metros de profundidade e terreno de areia grossa. Segundo o autor, quando sopram os ventos sul e sudeste, o mar se torna violento e desabrigado em Imbetiba, com ondas retas e regulares que as pessoas da região chamam *cordão*. O morro da Fortaleza, limite norte da Imbetiba, o separa da praia da Concha, e de acordo com Ewbank da Camara, esse morro torna o impacto dos ventos inverso ao que ocorre em Imbetiba, tornando o mar violento na Concha quando sopra o vento Nordeste, além de ter profundidade inferior, entre 4 e 5 metros.

A Companhia Macaé e Campos empreendeu a construção de tres obras distintas, figuradas no plano geral n.1: a primeira consiste n'um molhe de enrocamento de pedra, destinado a receber uma ponte de ferro; construiu depous um cães e um quebra-mar, actualmente em ruina completa; e por ultimo começou um novo quebra-mar, que offerece maior área de abrigo (CAMARA, 1875, p. 4).

Ewbank da Camara (1875) faz críticas negativas sobre a forma que foram executadas essas obras, afirmando que a violência do mar destruiu parte do primeiro quebra-mar e das fundações do cais. O segundo quebra-mar estava em construção quando visitou a Imbetiba e possuía 30 metros de extensão. Esse engenheiro solicitou ao governo que os trabalhos nessa enseada fossem suspensos para evitar a obstrução do porto devido a pedras que caíram do quebra-mar abandonado.

Apesar de a Macaé-Campos possuir exclusividade dessa enseada, Ewbank da Camara (1875) defende que Imbetiba possui condições de se tornar um porto extenso com potencial para desenvolver o comércio regional. Para ele, entre todas as construções da Macaé-Campos, o porto era a mais satisfatória, e propõe que sejam feitas obras de “melhoramento” do porto de Imbetiba que visassem atender interesses comerciais futuros que não fossem apenas os da Macaé-Campos.

O geógrafo Brian S. Hoyle (1997-1998) construiu uma divisão conceitual dos diferentes estágios de desenvolvimento das estruturas portuárias. Esse autor define como portos primitivos os do período entre a antiguidade e o século XIX, eles possuíam uma interdependência próxima com os espaços urbanos que o envolviam e, na verdade, eram regiões portuárias descentralizadas com diversos trapiches operados por particulares; a segunda etapa marca um rompimento com práticas tradicionais, ela está relacionada ao desenvolvimento tecnológico, industrialização, expansão de ferrovias e navios a vapor, estimulados pelas políticas de expansão europeias; no terceiro momento é constituído o porto moderno, separado espacialmente das cidades e relacionado a indústrias pesadas, assim surgem as “maritime industrial development areas”, regiões afastadas dos centros urbanos, com uma infraestrutura muito complexa e exclusivamente portuárias, (HOYLE, 1997-1998) como o atual porto do Açú em São João da Barra.

A conceituação de Brian S. Hoyle (1997-1998) nos serve como suporte teórico para fazer algumas considerações a respeito do porto de Imbetiba. A partir dos debates feitos no *Jornal do Commercio*, vemos que a enseada da Concha era tradicionalmente utilizada como porto de Macaé com um funcionamento semelhante aos portos de tipo antigo definidos por Hoyle, descentralizado e próximo do perímetro urbano macaense, até que o Barão da Povoá do Varzim adquiriu privilégio para construir as docas e “melhoramentos” nesse porto. “Melhoramentos” é um termo que nas fontes (publicações do jornal, discursos na assembleia provincial, relatórios de engenheiros) os contemporâneos utilizavam para se referir a obras de infraestrutura.

Utilizando a conceituação de Brian S. Hoyle (1997-1998), a empresa do Barão da Povoá do Varzim teve uma concessão para transformar a enseada da Imbetiba em um porto com as características da segunda etapa, com administração centralizada, infraestrutura mais moderna e servindo a um complexo intermodal atrelado à ferrovia e ao canal. O porto de Imbetiba também foi construído com as mesmas características que marcam uma transição das práticas portuárias tradicionais para um porto capitalista com administração centralizada. O rompimento com o modelo de “porto primitivo” é ainda maior em Imbetiba do que seria na Concha por ser mais afastada do centro urbano de Macaé. Um fragmento de um abaixo assinado dirigido à Assembleia Legislativa Provincial e publicado no *Jornal do Commercio* exemplifica a opinião de alguns macaenses sobre o que representava a construção do porto de Imbetiba para a cidade de Macaé.

Ora, se com o estabelecimento dessa linha (a marítima), tão prejudicado fica Macahé, como aferir até que ponto subirão esses prejuízos com a criação de um novo porto no lugar da Imbetiba, distante cerca de dois

kilômetros da cidade, tendo-se de atravessar toda essa extensão por um imenso areal, transpor-se um morro e afinal chegar-se a um sítio inteiramente impróprio para o desenvolvimento da cidade? (A, A., 1872, p. 3).

Nos apoiamos na conceituação de Brian S. Hoyle (1997-1998) para situar o porto de Imbetiba em um modelo portuário específico dentro de seu contexto histórico, mas, de acordo com Fernando Monge (1998), pode ser um problema elaborar conceitos generalizadores sobre portos devido a multiplicidade de elementos que atuam sobre eles. Para esse autor, o fator social ou humano dos portos seguia sendo pouco abordado nas pesquisas.

Os personagens que apresentamos como protagonistas na construção do porto de Imbetiba são engenheiro e empresários, mas podemos analisar as relações sociais que envolvem um porto sob várias perspectivas. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, principal fonte primária utilizada nesse trabalho, era elaborado para um público específico de empresários, proprietários de terras, comerciantes e etc. Além disso, esse trabalho compõe uma pesquisa mais ampla de História Empresarial sobre a Macaé-Campos, que está sendo elaborado como dissertação de mestrado, por isso aqui são abordadas principalmente as disputas de indivíduos desse segmento social. Os debates, polêmicas, projetos e outras questões que aparecem nas páginas desse jornal sobre a Macaé-Campos são sempre relacionadas à sua rentabilidade, confiabilidade das ações, potencial para escoar grande quantidade de produtos de diversas zonas, enfim, relacionadas à sua capacidade de prestar um serviço eficiente e rentável.

Navegação de Cabotagem

O serviço de frete por cabotagem no Brasil novecentista é uma área pouco estudada em pesquisas históricas e merece maior aprofundamento. De acordo com Renato Leite Marcondes (2012), o comércio de cabotagem foi a principal forma de circulação de mercadorias entre as províncias brasileiras durante a segunda metade do século XIX. Esse autor aponta que a maior parte dos produtos que eram transportados por via marítima na costa brasileira tinha como destino final o mercado internacional, mas, durante século XIX, houve um aumento contínuo da proporção que ficava nos mercados brasileiros. Ele abarca principalmente a troca de gêneros entre as províncias e mensura os que não eram destinados ao mercado internacional.

Desde o período colonial havia um comércio marinho regular entre as principais praças comerciais, e os brasileiros atuavam na navegação ultramarina desde

o século XVIII com permissão da coroa portuguesa. Os navios a vapor revolucionaram os transportes a partir da primeira metade do XIX. No Brasil, em 1835 foi estabelecido transporte a vapor entre o Rio de Janeiro e Niterói pela Companhia de Navegação de Nictheroy e no ano seguinte uma linha de vapores entre a Corte e províncias do Norte pela Companhia de Paquetes a Vapor. Durante o século XIX, houve um aumento na quantidade de embarcações da marinha mercante brasileira, além de aumento do calado e da tonelagem que eles transportavam, principalmente com os vapores, intensificando o comércio entre as províncias (MARCONDES, 2012).

Sedlacek e Kelli (2017) demonstram, através de registros na Junta Comercial das empresas formadas de 1861 a 1889, que houve uma tendência de crescimento na constituição de empresas nesse período, e que as companhias de transporte são o setor com maior número de registros na maioria dos anos, acompanhados pelo setor bancário e de seguros. De acordo com esses autores, até a década de 1860, predominava a quantidade de companhias de navegação (fluviais, cabotagem e transatlânticas), mas a partir da década seguinte são superadas pelas ferroviárias e de carris urbanos em número de registros. Sedlacek e Kelli (2017) apresentam alguns autores referência em temas como as estradas de rodagem, ferrovias, portos e canais. Mas, para eles não houveram estudos históricos sistemáticos sobre os portos da província fluminense ou das navegações de cabotagem e internacional.

Sabemos que os ingleses foram importantes agentes do processo geralmente denominado como Segunda Revolução Industrial, fornecendo material rodante, navios, capital e mão de obra especializada. Nesse contexto, as ferrovias e navegação a vapor foram difundidas em diversos países e o fluxo de trocas foi intensificado. Em publicações do *Jornal do Commercio* vemos alguns indícios da participação dos ingleses como fornecedores para a Macaé-Campos. No dia 13 de maio de 1874, o patacho inglês Mywapmy, vindo de New-Port, foi despachado do porto do Rio de Janeiro para Imbetiba, levando carvão e trilhos (EMBARCAÇÕES..., 1874, p. 1). Eram recorrentes publicações anunciando mercadorias vindas da Inglaterra para a companhia, no dia 30 de junho de 1874, foi noticiado que a Macaé-Campos recebia materiais de diversos navios a vela e a vapor vindos da Europa, e que chegariam 13 navios de grande calado, dos quais 10 descarregariam em Imbetiba. Mesmo com as obras ainda incompletas, de acordo com a publicação, já eram vistos em Imbetiba de 3 a 4 navios descarregando simultaneamente (CAMPOS, 1874, p. 1).

Em algumas publicações, são relatadas viagens feitas por empresários da Macaé- Campos para Londres. O presidente da companhia, Adolpho Bezerra de Menezes, ao rebater críticas do antigo engenheiro chefe, Sr. C. Krauss, afirma que

A História Através da História

SILVA, Romulo Wesley Trancoso da

quando C. Krauss foi para Londres efetuar a compra de materiais para a companhia, desfez um contrato para construção de navios a vapor com o Sr. Pierce e fechou um contrato menos vantajoso com o Sr. Stockwell. (MENEZES, 1874, p. 2) Através dessa polêmica, descobrimos as empresas inglesas que C. Krauss indicou para construir os navios da Macaé-Campos.

<Para machinas, só se deve pedir propostas, a John Pen & Sons e a Ravenhill eastons & C.>

<Para os cascos, só a Lewis Stockwell Thames Iron Warks – Walker, de Dystfort e Money Wegram, de Blackewall.>

<Finalmente, para cascos e machinas juntamente, a J. G. Rennie e Earl's Shipbuilding & C.> (MENEZES, 1874, p. 2).

O trajeto férreo ficou completo em 1875, mas para isso a companhia contraiu muitas dívidas. Em 1876, uma questão recorrente nas *publicações a pedido* do *Jornal do Commercio* envolve uma dívida de um empréstimo que a companhia efetuou com os irmãos Gustavo Alberto Meinicke e Edmundo Carlos Meinicke, de 20.000 libras, para concluir o pagamento de dois navios a vapor e material rodante. Através dessa disputa judicial que se estende pelo menos até 1878, temos alguns indícios de que a Macaé-Campos estava com dificuldades em arrecadar o dinheiro necessário para adquirir todo o material marítimo e ferroviário. Publicações muito variadas nesse jornal apontam para dificuldades financeiras da companhia durante sua primeira década de funcionamento, mesmo transportando grande quantidade de mercadorias.

A Companhia Macahé e Campos, tendo tomado a responsabilidade da encomenda á C. Mitchel & C. da cidade de New-Castle e Ravenhill, Eastons & C. da cidade de Londres, para o serviço de sua linha marítima, da construção de dous vapores com as dimensões de 180 pés inglezes, comprimento 23 ditos de largura, e 14 ditos de pontal, denominados Barão de S. Diogo e Presidente Travassos (MEINICKE, 1876, p. 3).

Aos fornecedores ingleses, já havia sido paga a quantia de 24.000 libras, mas o engenheiro Zosimo Barroso, agente da companhia em Londres, foi notificado que os vapores seriam retidos enquanto não fossem pagas as 20.000 libras correspondentes a última prestação até o dia 10 de novembro de 1875, sob pena de embargarem a entrega e executá-la judicialmente. Para evitar isso, a companhia fez um empréstimo com os irmãos Meinicke no valor de 178:791\$000, correspondente as 20.000 libras, com juros de 9% ao ano e dando como garantia o penhor dos vapores. Assim, efetuaram o pagamento aos fornecedores ingleses por intercâmbio do English Bank of Rio de

Janeiro. (MEINICKE, 1876, p. 3) Através do empréstimo com os irmãos Meinicke descobrimos de quais fornecedores ingleses foram encomendados os vapores, além do valor pago por eles. No dia 18 de fevereiro de 1876, o vapor *Presidente Travassos* chegou ao porto do Rio de Janeiro e foi retido por esses credores como penhor da dívida (*Ibidem*), apenas em 1878, aparecem registros desse navio, assim como do *Barão de S. Diogo*, fazendo o trajeto entre os portos de Imbetiba e da Corte.

Apesar disso, desde 1874, a linha marítima já prestava o serviço de frete com os vapores *Goytacaz*, *Bezerra de Menezes* e *Imbetiba*, antes mesmo de a linha ferroviária estar completa. Foi possível construir uma série com o volume de café e uma estimativa de sacos de açúcar transportados pelos vapores dessa companhia entre 1874 e 1890, utilizando as publicações diárias de “Generos entrados por cabotagem” no caderno “Commercio”, seção de “Importação”. O *Jornal do Commercio* anunciava os navios que atracavam no porto da Corte e especificava o destino ou origem que possuíam, além de informar o volume de café transportado.

Tabela 1 - Desembarque de café e açúcar no porto do Rio de Janeiro por navios da Macaé-Campos

Ano	Quilogramas de Café	Sacos de Açúcar
1874	954.486	2.713
1875	4.730.900	23.218
1876	5.416.360	20.890
1877	14.943.226	104.331

A História Através da História
SILVA, Romulo Wesley Trancoso da

1878	8.702.920	71.643
1879	14.284.309	85.164
1880	5.525.560	17.883
1881	17.998.196	198.819
1882	12.127.272	104.975
1883	13.498.733	60.352
1884	15.365.066	148.414
1885	22.587.740	162.594
1886	12.956.300	105.142
1887	9.746.426	141.160

1888	15.379.260	116.533
1889	11.679.220	73.870
1890	10.354.140	45.687

Das mercadorias desembarcadas no porto da Corte por cabotagem, apenas o café tinha a quantidade exata trazida por cada navio explicitada. Na década de 1870, o *Jornal do Commercio* não especificava a quantidade de sacos de açúcar trazidos em cada navio, apenas dizia quantos sacos vieram de cada cidade, por isso certa quantidade de açúcar vinda de Macaé não era pelos navios da companhia aqui estudada, apenas da década de 1880 passaram a especificar o açúcar vindo de Imbetiba. Apesar disso, na década de 1870, em muitos dias apenas vapores da Macaé-Campos traziam açúcar dessa cidade, então uma grande parte desses sacos de açúcar com certeza foi transportado por ela. Certamente, havia maior variedade de produtos transportados pela Macaé-Campos, como apontado por Walter Pereira (2020), mas a fonte nos limitou a mensurar apenas essas duas, principalmente o café, que constituía a mercadorias com maior volume transportado, sendo superado apenas pela soma de outros gêneros diversos (PEREIRA. 2014).

É preciso tomar algumas precauções metodológicas ao efetuar seriações em pesquisas históricas. José D'Assunção Barros (2012) afirma que na metodologia da história serial-quantitativa abordamos uma sequência de fontes que possuam certa homogeneidade para que sejam comparadas, permitindo uma análise em conjunto das permanências e oscilações. Fernand Braudel (2019), em seu livro *Escritos Sobre a História*, dedica um capítulo para debater sobre a História Serial através de observações do trabalho de Pierre Chaunu sobre o porto de Sevilha. Braudel (2019) aponta como um ponto negativo da obra de Chaunu, a falta de demonstração dos indivíduos de carne e osso no processo histórico, além de não tratar do impacto do porto na urbanização de Sevilha. Tomando cuidado para não construir um conhecimento histórico puramente matemático, ele entende que a História Serial oferece

contribuições importantes, e para aprimorar a compreensão dos processos abarcados pelas séries deve-se relacionar diversos estudos, com diferentes fontes e objetos.

Braudel (2019) afirma que as séries dos tráficos portuários testemunham a circulação de mercadorias, mas que, para Pierre Chaunu, ela também prestava testemunho sobre a produção da Espanha e da Europa. As séries construídas sobre a Macaé-Campos também podem prestar um testemunho da produção agrícola da região norte fluminense e *Bacia do Paraíba*. Essa pesquisa, aliada a outras, tem o objetivo de acrescentar para uma compreensão mais ampla da economia do norte fluminense durante o século XIX.

Segundo José D'Assunção Barros (2012), os modelos de economistas voltados a questões de circulação, demanda, produção, entre outros, receberam críticas principalmente por fetichizar os números, excluindo a presença dos indivíduos como agentes históricos. Ao utilizarmos a história serial, devemos tomar cuidado para não realizar meramente uma história descritiva de informações numéricas que não seja problematizada. Os números são uma construção do historiador. Para construir as séries de movimentação marítima da Macaé-Campos existiram limites, o recorte temporal foi o período que ela era independente, antes de ser comprada pela Companhia Leopoldina. As informações numéricas na série construída podem ser abordadas de forma discursiva a partir de diferentes perspectivas, ou seja, não é uma operação neutra. Essa seriação tem o objetivo de mensurar a importância da Macaé-Campos no escoamento de produtos do norte fluminense e até mesmo em relação ao total de mercadorias entradas por cabotagem na Corte. Essas são as circunstâncias e escolhas que orientaram a construção dessa série.

Uma hipótese que a série construída nos permite investigar é de que a companhia Macaé-Campos desembarcava a maior quantidade de café transportado por cabotagem para o porto do Rio de Janeiro. Tirando poucas exceções, nos dias que atracavam os navios dessa companhia, esses traziam a grande maioria do total de café desembarcado. Entretanto, devemos aprofundar a pesquisa para afirmar essa tese com mais propriedade. Comparar o volume de café transportado pelos vapores da Macaé-Campos com o total desembarcado por outros vapores, em uma série construída posteriormente utilizando todos os dados fornecidos por esse jornal, permitiria mensurar o total de café recebido por cabotagem na Corte. O estado atual da seriação nos permite observar que o volume transportado pela Macaé-Campos era uma quantidade significativa. Durante os 17 anos computados, os navios dessa companhia transportaram uma média de 11.544.124 kg de café e 87.258 sacos de açúcar, mas observamos que as oscilações eram bruscas, com pico de 22.587.740 de quilogramas

A História Através da História

SILVA, Romulo Wesley Trancoso da

de café em 1885 e 198.819 sacos de açúcar em 1881. Os vapores da Macaé-Campos chegavam ao porto do Rio de Janeiro com uma regularidade de 5 a 9 dias por mês.

Esse trabalho apresentou algumas características da Macaé-Campos, principalmente relacionadas ao transporte marítimo e ao porto de Imbetiba, mas ainda há muitas questões sobre essa companhia a serem abordadas. As fontes ainda oferecem muitas possibilidades para explorar, como a quantidade de passageiros transportados anualmente, preços de fretes, entre outras relações sociais que envolveram a Macaé-Campos. Algumas descobertas nos levantam outras questões que ainda não podemos responder, por exemplo, quanto dessas mercadorias eram destinadas ao mercado interno ou exterior? Ela tornou o frete mais barato para os produtores agrícolas que utilizavam seu serviço? Ela era operacionalmente lucrativa? Distribuía dividendos para os acionistas? O desenvolvimento da pesquisa talvez nos permita responder algumas dessas perguntas.

Referências Bibliográficas

A, A. Macaé: á assemblea provincial do Rio de Janeiro e ao publico II. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeir, ed.335, pp. 3, 2 dezembro 1872.

ACTOS do poder executivo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1871, ed.292, p. 3, 22 outubro 1871.

ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL: Sessão em 5 de novembro de 1872. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.309, p. 1, 6 novembro 1872.

BRASIL. **Decreto nº 4.803 de 18 de outubro de 1871**. Concede á companhia – Estrada de ferro de Macahé e Campos – autorização para funcionar e approva seus estatutos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4803-18-outubro-1871-552233-publicacaooriginal-69336-pe.html>

BARROS, José D'Assunção. **A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales**. História Revista, Goiânia, v. 17, n 1, 2012. Doi: 10.5216/hr.v17i1.21693.

BRAUDEL, Fernand. **Para uma História serial: sevilha e o atlântico (1504-1650)**. In: BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. Editora Perspectiva, 2019, pp. 125-142.

CAMARA, Ewbank. **MELHORAMENTOS NO PORTO DA IMBETIBA E O CAMINHO DE FERRO DE IMBETIBA A CAMPOS**. Agosto de 1875.

CAMPOS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.179, p. 1, 30 junho 1874.

COMPANHIA de estrada de ferro Macahé e Campos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.192, p. 4, 13 julho 1874.

DOCAS e melhoramentos de portos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1872, ed. 231, p. 3, 19 agosto 1872.

EMBARCAÇÕES despachadas no dia 13. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.132, p. 1, 14 maio 1874.

HOYLE, Bryan S. **Cities and ports: concepts and issues**. Vegueta, nº 3, p.263-278, 1997-1998.

HONORATO, Cezar Teixeira. **Portos e cidades portuárias: algumas considerações historiográficas**. Almanack, Guarulhos, n. 21, pp. 63-97, abr. 2019.

MANTUANO DA FONSECA, T. V. **A revolução dos vapores na navegação marítima.** História Econômica & História de Empresas, v. 21, n. 2, 27 dez. 2018.

MARCONDES, Renato Leite. **O mercado brasileiro no século XIX:** uma visão por meio do comércio de cabotagem. Revista de Economia Política, vol. 32, nº 1 (126), pp. 142-166, janeiro-março, 2012.

MEINICKE, Edmundo C. Companhia Macahé e Campos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.107, p. 3, 16 abril 1876.

MENEZES, Adolpho Bezerra de. Campos e S. João da Barra. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.71, p. 2, 12 março 1875.

MENEZES, Adolpho Bezerra de. Estrada de Ferro Macahé e Campos: ao publico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed. 340, p. 2, 8 dezembro 1874.

MENEZES, Adolpho Bezerra de. Companhia de estrada de ferro Macahé e Campos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.189, p. 5, 10 julho 1874.

MINISTERIO da Agricultura. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro. 1871, ed.342, p. 1, 11 dezembro 1871.

MONGE, F. **Los estudios sobre historia portuaria: una perspectiva crítica y metodológica.** *Hispania*, [S. l.], v. 58, n. 198, pp. 307–326, 1998. DOI: 10.3989/hispania.1998.v58.i198.668.

PENHA, A.L.N. **Nas águas do canal:** política e poder na construção do canal Campos-Macaé. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2014. V.1. 319p.

PEREIRA, Walter Luiz C. de Mattos. **Escravidão e Capitalismo:** dimensões de uma economia regional no século XIX. In: Mariana Muaze; Ricardo H. Salles. (Org.) A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica. Led.São Leopoldo – RS: Casa Leiria, 2020, v.01, pp. 121-139

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Matos. **Circuito de Integração Regional:** a Estrada de Ferro Campos-Carangola no século XIX. In O Oitocentos sob Novas Perspectivas, São Paulo, 2014.

PRECISA-SE engajar para a estrada de ferro Macahé e Campos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ed.170, p.1, 20 junho 1873



A História Através da História
SILVA, Romulo Wesley Trancoso da

SEDLACEK, G. B.; KELLI, M. V. História e historiografia dos transportes na Corte imperial. **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 27 jan. 2017.

NEOPENTECOSTALISMO E NEOLIBERALISMO: INDÍCIOS DE UM TEMPO DE URGÊNCIA.

Amanda Vilela Gomes*

Introdução

A expansão numérica de fiéis neopentecostais e sua reverberação nas agendas públicas e no panorama político latinoamericano reacendeu os debates acerca dos limites e interlocuções possíveis entre os campos religioso e político, provocando certo abalo sobre alguns paradigmas consolidados nas ciências humanas. No presente trabalho, pretendemos expor parte da pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “Neoliberalismo e neopentecostalismo em perspectiva histórica: novos desafios para o Brasil recente”, dando ênfase aos entrecruzamentos entre neoliberalismo e neopentecostalismo sob a perspectiva de um novo aporte metodológico, a História dos conceitos. Ao traçar um panorama histórico da rede semântica que informa o capitalismo, permitindo entrever suas conexões germinais com o âmbito religioso, revisito alguns cânones, perpassando suas reverberações epistemológicas, até culminar na minha proposta de leitura para o fenômeno atual de recrudescimento neopentecostal: a ascensão do segmento religioso neopentecostal é um reflexo da consolidação de um novo movimento de sincronização temporal, expresso pela hegemonização do neoliberalismo sobre todas as instâncias da nossa sociedade.

Para elaborar esta análise, exploraremos as correspondências entre a Teologia da Prosperidade, doutrina estruturante do neopentecostalismo, e as premissas econômicas neoliberais. Formulada primeiramente por teólogos estadunidenses, a Teologia da Prosperidade é uma doutrina que associa o sucesso financeiro e a obtenção de bens materiais à vontade divina, sendo alcançados através da fé. Para acessá-los, no entanto, dois preceitos devem ser observados: a obediência mediante o pagamento dos dízimos e das ofertas e a confissão positiva, ou seja, determinar a posse da bênção mesmo sem tê-la alcançado ainda, como pura comprovação da fé do crente. Dessa forma, a uma só vez as igrejas neopentecostais garantem a condição material para expandir seus empreendimentos e se resguardam de possíveis insucessos na obtenção

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense - PPGH-UFF, vinculada ao setor de Contemporânea II. Email: amandavg9@gmail.com. Esta pesquisa tem apoio financeiro do CNPQ.

das bênçãos por seus adeptos, uma vez que a Teologia da Prosperidade prega a responsabilização exclusiva do fiel e de sua fé por sua condição financeira. A Teologia da Prosperidade, ao apregoar conceitos e dispositivos coercitivos próprios da racionalidade neoliberal, permite a verificação da sedimentação de um novo regime de historicidade, alicerçado sobre a lógica econômica neoliberal.

Este texto encontra-se dividido em duas sessões, além da introdução e das considerações finais. Num primeiro momento, esboçaremos um breve panorama de algumas abordagens consagradas na literatura ocidental acerca das relações entre capitalismo e religião, traçando um diálogo entre Max Weber e Walter Benjamin. Na sequência, será exposta e aprofundada a argumentação proposta neste trabalho com base em uma observação sobre as afinidades entre o neopentecostalismo e a racionalidade neoliberal, categoria analítica adotada para compreensão do neoliberalismo em sua forma e atuação. Através de uma discussão conceitual sobre a deflagração de uma experiência temporal insólita a partir do neoliberalismo, é possível obter maiores recursos para tangenciar o que há de novo nas articulações entre neopentecostalismo e neoliberalismo nos últimos anos.

Capitalismo e religião

A modernidade ocidental, considerada aqui em seus paradigmas eurocêntricos, coloniais e totalizantes (QUIJANO, 2005), implica, em suas origens, uma complexa criação conceitual, semântica e epistemológica, capaz de lhe conferir inteligibilidade e legitimidade. Sua força consiste num auspicioso trabalho de pensar-se a si própria e projetar-se sobre as demais modernidades existentes, almejando submeter as demais sobre seu lastro científico, político, cultural e econômico. Um de seus principais aspectos fundacionais é a premissa iluminista da primazia da razão e da ciência sobre a magia e do obscurantismo como chave para o progresso. Processo característico do advento da modernidade, ganhou maiores contornos com as teorias da secularização, conduzindo a discussões sobre o lócus da religião na sociedade e as relações entre a prática econômica capitalista e condutas religiosas de base cristã. O sociólogo alemão Max Weber, em sua obra clássica *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, contribuiu, nesse sentido, com uma densa reflexão sobre como valores do calvinismo favoreceram a consolidação do ethos capitalista, investigando suas afinidades com o protestantismo ascético intramundano. A secularização descrita por Weber aponta para uma sublimação do religioso ante a marcha da modernização capitalista, orientada unicamente pela razão moderna.

A História Através da História

GOMES, Amanda Vilela

Diversos esforços analíticos acerca dos vínculos entre capitalismo, religião e modernidade foram empreendidos no rastro da tese weberiana da secularização, cuja leitura suscitou interpretações distintas, provocações e questionamentos de sua validade que ecoam ainda hoje. Walter Benjamin, filósofo e crítico literário alemão, foi um dos autores a se interessar pelo tema e a estabelecer interlocução com Weber. Em fragmento postumamente publicado e intitulado O capitalismo como religião, Benjamin distancia-se da proposição weberiana de que o capitalismo representaria a secularização da fé protestante, asseverando, por sua vez, a natureza religiosa do capitalismo. Embora concorde com a ideia de afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, elaborada por Weber, para o autor o capitalismo constitui-se ele próprio uma religião, “tendo extraído do cristianismo elementos míticos suficientes para construir o seu próprio mito” (BENJAMIN apud LOWY, 2005). A proposta de Benjamin em suas linhas rascunhadas é proceder a uma investigação dos elos historicamente estabelecidos entre dinheiro e mito, de forma a ser possível evidenciar sua tese, qual seja: o capitalismo se alimentou do cristianismo a ponto de ser capaz, por fim, de engendrar a sua própria narrativa mítico-religiosa. Escrito em 1921, sem pretensões de publicação, o fragmento permaneceu inacabado, tendo sido resgatado e publicado em 1985, o que tem despertado interesse recente de estudiosos da tradição benjaminiana.

Em 2005, o sociólogo e pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares dos Fatos Religiosos (CEIFR) Michael Lowy publicou artigo homônimo com suas impressões acerca da leitura do documento de Benjamin. A fim de escrutinar o que Benjamin chamou de “coloração religiosa” do utilitarismo, Lowy avança na interpretação das três características do sistema capitalista, elencadas pelo filósofo alemão, que permitiriam aproximá-lo de um fenômeno cultural. A primeira delas é a qualidade adoradora de seu culto, em que o dinheiro ocupa o lugar de uma divindade, um objeto de adoração. Nas referências bibliográficas do fragmento, Benjamin cita passagem de autoria do escritor anarquista judeu-alemão Gustav Landauer que serve de sustentáculo para seu argumento.

"Fritz Mauthner ("Wörterbuch der Philosophie") mostrou que a palavra "Deus" (Gott) é originariamente idêntica a "ídolo" (Götze), e que as duas querem dizer "o fundido" [ou "o escorrido"] (Gegossene). Deus é um artefato feito pelos humanos, que ganha uma vida, atrai para si as vidas dos humanos e finalmente torna-se mais poderoso que a humanidade. O único escorrido (Gegossene), o único ídolo (Götze), o único Deus (Gott) a que os humanos deram vida é o dinheiro (Geld). O dinheiro é artificial e é vivo, o dinheiro produz dinheiro e mais dinheiro, o dinheiro tem todo o poder do mundo. Quem não vê, quem ainda hoje não vê, que o dinheiro,

A História Através da História

GOMES, Amanda Vilela

que o Deus não é outra coisa senão um espírito oriundo dos seres humanos, um espírito que se tornou uma coisa (Ding) viva, um monstro (Unding), e que ele é o sentido (Sinn) que se tornou louco (Unsinn) de nossa vida? O dinheiro não cria riqueza, ele é a riqueza; ele é a riqueza em si; não existe outro rico além do dinheiro" (BENJAMIN apud LOWY, 2005, sem paginação).

Na exposição dos dois traços subsequentes do culto capitalista, o diálogo com Weber se torna mais evidente. A segunda característica vincula-se à duração da prática, apontada como permanente, “sem trégua, nem piedade”. A ideia do capitalismo como um sistema de reprodução incessante remete ao que fora constatado por Weber acerca de sua expansão dinâmica e irrevogável. Chegamos aqui ao terceiro ponto do culto capitalista, a dimensão da culpa. À revelia de demais práticas culturais, esta não oferece expiação a seus fiéis.

Nisso, o sistema religioso é precipitado em um movimento monstruoso. Uma consciência monstruosamente culpada que não sabe expiar se apodera do culto, não para nele expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para fazê-la entrar à força na consciência e, enfim e sobretudo, para implicar Deus nessa culpa, para que no fim das contas ele mesmo tenha interesse na expiação (BENJAMIN apud LOWY, 2005, sem página).

Partindo da análise semântica da palavra alemã *schuld*, Walter Benjamin ressalta os dois sentidos possíveis do termo, dívida e culpa, em cuja polissemia, segundo Burkhard Lindner, outro estudioso da obra Benjaminiana, residirá a perspectiva histórica do fragmento. A indissociabilidade entre “culpa mítica” e “dívida econômica” é um dos, senão o maior, traço distintivo do que Benjamin chamou de religião capitalista. Uma vez mais a interlocução com Weber é estabelecida, no duplo sentido atribuído ao conceito de dever presente nos dogmas puritanos analisados. Também no caso do asceta puritano, a dívida e a culpa encontram-se entrelaçadas nos bens acumulados, “roubado do serviço à glória de Deus”.

A idéia de que o homem tem "deveres" para com as posses que lhe foram confiadas e às quais ele está subordinado como um intendente devotado (...) pesa sobre sua vida com todo o seu peso gélido. Quanto mais aumentam as posses, mais pesado torna-se o sentimento de responsabilidade (...) que o obriga, para a glória de Deus (...), a aumentá-las por meio de um trabalho sem descanso (WEBER apud LOWY, 2005, sem página).

A conclusão a que Benjamin conduz seus leitores é que o culto capitalista, em essência, ao pregar a acumulação e reprodução contínua de capital, o qual, por sua vez, encontra-se amalgamado a uma eterna culpabilização endividadora de seus fiéis, subordina o mundo a uma condição de perpétuo desespero. Um culto que não reconhece expiação, onde não há remissão de culpa, e cujo endividamento perene se mostra irrevogável, visto que tem por motivo último sua própria existência, anula toda e qualquer expectativa de salvação, projetando um futuro sem esperanças, que “faz do desespero um estado religioso do mundo” (LOWY, 2005, sem página).

A nítida aproximação da constatação de Benjamin com o que Weber comparou a uma “jaula de ferro” aponta para um mesmo campo semântico compartilhado pelos autores a fim de favorecer uma melhor compreensão do funcionamento do capitalismo.

O filósofo italiano Giorgio Agamben, ao discorrer sobre o fragmento de Benjamin, segue pelo mesmo caminho de tentar compreender a lógica religiosa por detrás do sistema capitalista por meio dos conceitos que informam sua prática. Ao indagar em que crê o capitalismo, como a religião da modernidade, o autor recorre a uma investigação linguística do conceito de fé. O termo grego *pistis*, utilizado por Jesus e seus apóstolos para designar “fé”, vincula-se a sua variante *pisteos*, vocábulo empregado comumente na linguagem financeira, como em *Trapeza tes pisteos*, que significa “banco de crédito”. Partindo da hipótese benjaminiana, a fé pode ser entendida como o crédito que temos para com Deus a partir do momento em que cremos em suas palavras, o que o apóstolo Paulo define como “a substância das coisas esperadas” (BÍBLIA, N. T. Hebreus 11:1). Agamben continua o raciocínio:

Creditum é o participio passado do verbo latino credere: e aquilo em que cremos, em que colocamos a nossa fé, quando estabelecemos uma relação fiduciária com alguém tomando-o sob a nossa proteção ou emprestando-lhe dinheiro, confiando-nos à sua proteção ou tomando de empréstimo dele algum dinheiro. Na *pistis* paulina volta a viver a antiquíssima instituição indo-europeia que Benveniste reconstruiu, a “fidelidade pessoal”: “Aquele que detém a fides posta nele por um homem mantém tal homem em seu poder... Na sua forma primitiva, esta relação implica uma reciprocidade: por a própria fides em alguém proporcionava, em troca, a sua garantia e a sua ajuda” (AGAMBEN, 2013, sem página).

Fé apresenta assim o sentido de realizar o que ainda não existe concretamente, prescindindo de toda materialidade, semelhante ao que ocorre com a economia financeirizada do capitalismo, cuja reprodução através do crédito pressupõe um ato de

fé sobre o futuro, completando seu círculo de contínuo endividamento sobre o qual nos alertara Benjamin.

Neopentecostalismo e racionalidade neoliberal: reflexões sobre a experiência contemporânea do tempo

Desde fins do último século, o recrudescimento do campo religioso denominado genericamente de evangélico, o qual abarca uma gama de subdivisões, e seu impacto na vida política latinoamericana revolveu questionamentos antigos e, em certa medida, consolidados sob uma perspectiva normativa eurocêntrica de modernidade, sobre o lugar da religião, seus limites entre o público e o privado, e como se tem “religiosizado” o político e politizado o religioso. A esse respeito, Juan Cruz Esquivel e Fortunato Mallimaci elaboram críticas à interpretação correntemente adotada do marco weberiano da secularização que sustenta o que convencionou-se como modernidade ideal, a qual supõe uma sublimação do religioso e da religiosidade conforme o avançar da modernização. Ao longo de artigo intitulado *Políticas y religiones en América Latina y el Caribe: recomposiciones históricas, epistemológicas y conceptuales*, defendem uma revisita às interpretações sobre a modernidade latinoamericana em suas particularidades e diversidade, num esforço decolonial de reconhecer modernidades múltiplas. A atual relevância de novos grupos religiosos que entendem pobreza e desenvolvimento como substrato religioso nos oferece exemplo de como, na América Latina e Caribe, não se verificou a perda da dimensão religiosa diante da marcha do “progresso”, senão uma recomposição de seus campos religiosos e suas relações fundacionais com a política, que remontam à própria formação de seus Estados Nacionais. Os autores sugerem que a existência de uma ética política-religiosa alternativa, verificada com a expansão de grupos neopentecostais e sua participação sobre a agenda pública, encontra sua justificação no sistema econômico hegemônico e suas prerrogativas.

A hegemonia de um sistema econômico e cultural que projeta um horizonte utópico de salvação através do “mercado regulador”, a iniciativa privada e a “prosperidade sem limites”, não renuncia a proclamar sobre as políticas públicas e a vida cotidiana uma ética política-religiosa alternativa (CRUZ ESQUIVEL, Juan; MALLIMACI, Fortunato, 2018, p. 18).

Ao analisar o fenômeno sobre outra ótica, Jorge Calzadilla propõe que a ascensão de segmentos neopentecostais reflete os efeitos da globalização neoliberal

sobre o território latinoamericano, discutindo as implicações sociopolíticas dos valores apregoados por esse novo movimento religioso e suas imbricações com os valores neoliberais (CALZADILLA, 2008). O autor atribui ao acirramento das práticas neoliberais uma crise da racionalidade própria da modernidade, explicitada pelo cenário de aumento da pobreza, do desemprego, e de atividades informais, que demanda adaptações em detrimento de preservação do que jaz estabelecido. Concomitantemente, amplia-se a busca por amparo religioso, que encontra guarida nas prédicas neopentecostais de corte emotivo, responsivas às necessidades afetivas de seus fiéis em um momento de crise, quando sentimentos de desorientação e desesperança dominam. No campo teológico, a Teologia da Prosperidade, a qual associa êxito financeiro a respaldo divino, conjuga-se a outras doutrinas que, ao postular a dicotomia mundano diabólico *versus* celestial utópico, promove ora desmobilização social, ora necessidade de penetração na luta política para combater “o mal”. Se a modernidade normativa intentou promover uma cisão entre religião e política em nome da razão ocidental do progresso, a derrocada desta tem resultado em um caminho inverso, de guinada religiosa, com a emergência de novos valores e paradigmas.

Rodrigo Turin, doutor em História Social pela UFRJ, em seu artigo *Presentismo, neoliberalismo e os fins da História* apresenta uma possível leitura do quadro descrito por Calzadilla. Mediante uma abordagem sofisticada de teoria da história e o aparato metodológico da história dos conceitos, tal qual preconizado por Reinhart Koselleck, Turin pretende empreender um diagnóstico do nosso tempo atual, hiper acelerado e, segundo ele, dessincronizado, identificando os mecanismos temporais em jogo que operam a experiência contemporânea do tempo. Ao testar os limites e possibilidades das categorias “regime de historicidade” e “presentismo”, elaborados por François Hartog com o objetivo de qualificar a relação que as sociedades atuais estabelecem com o tempo, o autor questiona: seria o tempo atual, o tempo do capital financeiro, representado por uma preponderância do presente diante das demais instâncias temporais, um novo regime de historicidade ou a deflagração de uma crise do tempo?

Alguns autores contribuem para estruturar sua indagação. Jérôme Baschet é um deles, que, ao introduzir a diferenciação entre regime de temporalidade e regime de historicidade, situando o primeiro na curta duração e o segundo na escala longa do tempo, interpreta a crise contemporânea como um tensionamento entre a aceleração produzida pela temporalidade econômica e o regime moderno de historicidade, resultando numa profunda dessincronização temporal. Esta visão assemelha-se, em parte, à crise de racionalidade moderna relatada por Calzadilla. A expansão do tempo das finanças para as demais esferas sociais, minando suas autonomias e sobrepondo os

valores do “tempo da urgência” aos conceitos e narrativas basilares do regime moderno de historicidade teria resultado numa crise do tempo. Esta crise é apontada por outros autores como uma sincronização temporal sem a formação de um regime de historicidade, dialogando com Baschet no que tange à sua argumentação de ausência de sedimentação necessária para o alvorecer de um novo regime de historicidade.

Em que pese os argumentos contrários supracitados, Rodrigo Turin sugere a existência, em potencial, de um arcabouço conceitual e discursivo bem consolidado capaz de sustentar o que chamou de regime de historicidade neoliberal, com sua própria forma de consciência temporal em vigor. A ressincronização temporal característica deste novo regime de historicidade estaria sendo capitaneada pela esfera econômica, em sua face neoliberal, sendo operada por um conjunto de dispositivos e de uma nova rede semântica, designada como racionalidade neoliberal. A categoria cunhada pelos pesquisadores franceses Christian Laval e Pierre Dardot nos fornece uma importante ferramenta heurística para compreender a lógica econômica que, traduzida como uma prática governamental, tem reorientado as condutas, as formas e os conteúdos das instituições, e as posturas dos sujeitos, induzindo a novas dimensões temporais. A despeito do liberalismo clássico, cujo eixo fulcral consistia na dimensão da troca, apontada como inerente à natureza humana, na razão neoliberal, a concorrência assume a centralidade discursiva, o que implica o forjamento artificial de dispositivos e conceitos capazes de dobrarem os sujeitos à atual norma econômica. Essa nova racionalidade pretende abarcar todos os âmbitos da vida, visando à expansão e intensificação da lógica de mercado (DARDOT, P., LAVAL, C. 2017).

O sentido integrador, de manifestação dos anseios coletivos dá lugar à lógica empresarial da concorrência e maximização incessante do desempenho, em que a acirrada competição entre países por atrair capitais estrangeiros torna-se sua força motriz. O Estado neoliberal serve de administrador das pressões da concorrência global, desempenhando funções logísticas, fiscais e diplomáticas em favor do pleno funcionamento do capitalismo globalizado. Para tanto, as agendas sociais são solapadas, e o próprio Estado se ocupa em orientar as reformas e diluições das instituições públicas e de assistência social. Entra em vigência toda uma nova tecnologia de governo, expressa a partir da noção de “governança”, orientada por uma posição tecnocrática.

Não só o Estado incorpora a lógica empresarial da concorrência, como a subjetivação das pressões da concorrência passa a ser a norma do neoliberalismo, sendo este o seu alvo. A racionalidade neoliberal passa a ser mediadora de todas as relações sociais, e a introjeção da lógica de mercado conforma indivíduos extremamente competitivos, amplificando o apelo ao contínuo desenvolvimento

peçoal - seguindo o raciocínio de valorização ininterrupta do capital-, sujeitos “empreendedores de si”. Dessa forma, a racionalidade neoliberal resulta na corrosão da coletividade e de relações de cooperação, no aumento das cargas de trabalho, na precarização das relações trabalhistas e na naturalização dos riscos que passam a ser assumidos pelos indivíduos. A subjetivação destes valores opera a função de auto-regulação do próprio sistema, em que a responsabilização individual e o sentimento de culpa pelo sucesso ou fracasso financeiro mitigam análises estruturais das desigualdades sociais e possíveis contestações ao capitalismo. Os dispositivos supracitados, informados por um novo léxico econômico, concorrem para o surgimento de novas temporalidades. Tomando por base o quadro de Koselleck acerca dos vetores semânticos da modernidade, quais sejam temporalização, democratização, ideologização e politização, Turin demonstra os deslocamentos provocados pelos novos conceitos que servem de pilar para a ressincronização temporal de todas as esferas sociais efetuada pela racionalidade neoliberal hegemônica.

Com os novos conceitos que movem a racionalidade neoliberal, percebe-se, por sua vez, a quebra da ideia de continuidade e de processo em uma série de presentes (destemporalização); o privilégio das distinções e individualizações em detrimento dos amplos conceitos unificadores da modernidade (diferenciação); por fim, uma forma de adesão despolitizada, calcada na suposta neutralidade técnica presente em conceitos como “eficiência”, “excelência” e “transparência”, que pairam acima das antigas posições ideológicas e políticas de “esquerda” ou de “direita” (desideologização e desmobilização) (TURIN, 2019, p. 255).

Em face da atualização da dupla convergência entre capitalismo e religião na modernidade tardia expresso pela coincidência entre o processo de espraiamento e consolidação do neoliberalismo no Brasil e a dilatação do segmento neopentecostal verificado nos últimos anos, indagamos a que se deve tal contingência. A hipótese aqui exposta é de que o neoliberalismo e o neopentecostalismo compartilham a mesma rede semântica estabelecida pela racionalidade neoliberal, a qual oferece sedimentação a uma nova forma de experiência temporal: o regime de historicidade neoliberal, descrito por Turin. A partir dos conceitos estruturantes da racionalidade neoliberal explicitados acima, pretendo agora exemplificar a acomodação destes eixos semânticos nos fundamentos teológicos do neopentecostalismo, representados pela Teologia da Prosperidade.

Surgida na década de 1940 nos Estados Unidos, onde é conhecida pelos nomes Health and Wealth Gospel, Faith Movement, Positive Confession, entre outros, consolidou-se como movimento doutrinário apenas na década de 1970, quando passa

a ser difundida por grupos evangélicos carismáticos dos EUA, encontrando lugar no Brasil nas igrejas neopentecostais, tais quais Internacional da Graça, Universal, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Verbo da Vida. Reunindo crenças a respeito de prosperidade, saúde e poder da fé, baseia-se na premissa de que os fiéis estão destinados à prosperidade, saúde e bênçãos ilimitadas, condicionadas apenas à manifestação de fé em Deus, a demonstrar obediência e fidelidade no pagamento dos dízimos, e a confissão verbal das bênçãos prometidas. A Teologia da Prosperidade é considerada um dos fatores responsáveis pela rápida dilatação numérica de fiéis do neopentecostalismo, e defende largamente que o crente tem direito à saúde, prosperidade e realizações sem fim aqui na terra, provocando grandes mudanças estéticas e comportamentais no campo pentecostal. À primeira vista, notamos de imediato o abandono do ascetismo (negação dos prazeres da carne e das coisas mundanas) e sectarismo tradicionalmente associados às demais vertentes pentecostais, com flexibilização das práticas de usos e costumes de santidade (relativo ao modo de vestir e se comportar de forma geral). A acomodação ao mundo temporal e aos desejos e necessidades materiais dos indivíduos é fundante da lógica da teologia da prosperidade, assinalando a submissão dos dogmas históricos às demandas da sociedade de consumo. Ao substituir a teodicéia de compensação no além à compensação neste mundo (MARIANO, 1996), a teologia da prosperidade ao mesmo tempo em que alivia as tensões surgidas dentro do pentecostalismo quando da conversão de pessoas de classe média e de certa ascensão social experimentada por alguns fiéis, se apresenta como um mecanismo de dignificação e participação de seus adeptos de camadas pobres da população perante o avanço de uma lógica de consumo sobre as sociedades modernas.

O sacrifício vicário de Cristo seria a garantia dos direitos de vitória do cristão sobre o mal, conforme estaria escrito nas passagens bíblicas Isaías 53, 4-5: “Ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores [...] e pelas suas pisaduras fomos sarados”, e Evangelho de João 16, 23: “Tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, ele vo-lo há de dar”. Mariano afirma:

Não à toa, o livro Há poder em suas palavras, de Don Gossett, tornou-se best-seller evangélico nos anos 90. O exemplo vem de cima, lembram eles: Deus criou o universo através da palavra. Para os adeptos desta teologia, o que é falado com fé torna-se divinamente inspirado. Isto é, as palavras proferidas com fé encerram o poder de criar realidades, visto que o mundo espiritual, que determina o que acontece no mundo material, é regido pela palavra (MARIANO, 1996, p. 29).

O missionário R.R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, é um dos maiores disseminadores da Teologia da Prosperidade no Brasil, tendo 33 livros de Kenneth Hagin publicados por sua editora, a Graça Editorial. Em trechos de seu livro *Como Tomar Posse da Bênção*, Soares ensina:

Milhares de pessoas estão aprendendo a exigir a bênção. Estão vivendo bem, curadas, prósperas e desfrutando da plenitude das bênçãos do Senhor. O mesmo pode e deve ocorrer em sua vida também. Só depende de você. Quando você aprender que a sua cura não depende de Deus, toda a sua atitude para com a doença mudará. Enquanto não houver esta mudança, nada ocorrerá [...] O que você diz é o que você terá. Determinar é marcar tempo, fixar, definir, prescrever, ordenar, estabelecer, decretar e decidir. É tomar posse da bênção. Agora você já sabe que é você quem determina, quem fixa os limites, quem diz o que você terá ou não. Por isso, pare de orar chorando, de se lamentar, suplicando que Deus, na Sua bondade, lembre-Se de você (SOARES, 1997, apud SOUZA, 2011, p. 231).

Essa passagem é reveladora de um dos aspectos fundamentais do funcionamento da Teologia da Prosperidade: a individualização. Prevenindo-se contra quaisquer queixas da não realização das bênçãos na vida dos crentes, os teólogos da prosperidade advertem: o fracasso é de responsabilidade do homem, que não soube reclamar seus direitos corretamente, ou por falta de fé, ou por domínio do diabo em sua vida através do pecado. Para tomar posse da bênção é preciso primeiro ter consciência de seus direitos, “direito não reclamado é direito inexistente” (MARIANO, 1996, p. 30) e então exercitar os mecanismos para alcançar as bênçãos. É preciso agradecer e agir como se já estivesse de posse do que determinou antecipadamente à realização da bênção no plano material, de maneira que a liberação dos pedidos ocorre em etapas, primeiro no plano espiritual, depois, condicionado à fé constante e inquebrantável do fiel, no plano físico. Dessa forma, qualquer dúvida quanto à obtenção das graças divinas, independente de quanto tempo leve, impossibilita o recebimento do que tenha confessado o fiel. Seguindo a lógica aqui exposta, pobreza e desigualdade social são interpretados como responsabilidade individual.

Esse é exatamente o tipo de relação que a teologia da prosperidade estabelece com Deus, uma relação fiduciária em seu sentido duplo, que diz respeito à fé empregada naquilo que não se vê e depende da confiança dispensada, como também ao valor do dinheiro. A manifestação da fé é incentivada por meio do adágio franciscano “é dando que se recebe”. O dinheiro, através da oferta e dos dízimos, assume a forma de comprovação da fé do fiel, sendo o meio pelo o qual o crente assegura seus direitos sobre as bênçãos. A Teologia da Prosperidade propõe assim uma

barganha entre Deus e seus seguidores (SOUZA, 2011), instituindo uma relação bancária na qual se firma uma troca de dinheiro por prosperidade financeira e saúde.

Grande parte dos cultos das igrejas neopentecostais se dedica a ressaltar a importância dos dízimos e das ofertas, como condicionantes do tratado entre Deus e o fiel e da possibilidade deste reivindicar seus direitos de sucesso. "No Novo Testamento um dos temas mais mencionados é o dinheiro", justifica R.R. Soares (SOARES, 1985, apud MARIANO, 1996, p. 37). Nos envelopes distribuídos tanto pela Igreja Universal do Reino de Deus, quanto pela Igreja Internacional da Graça de Deus para o recolhimento dos dízimos está impressa a passagem bíblica de Malaquias 3:10, reiterando a promessa divina: "Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja mantimento na minha casa; e provai-me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida." (BÍBLIA, N. T. Malaquias 3:10). O destaque atribuído à cobrança dos dízimos, que ocupa o lugar de uma dívida do fiel para com Deus, assinala aqui a presença de mais um eficaz mecanismo de temporalização aplicado em consonância com a racionalidade neoliberal. Turin aponta a extensão da dívida como técnica de disciplinarização que contribui para a imposição de um presente cada vez mais precário.

Obediência e sacrifício são duas dimensões constitutivas da retórica dos pregadores da Teologia da Prosperidade, utilizadas como forma de convencer seus ouvintes a pagar os dízimos e as ofertas e elevar o montante auferido, que será reinvestido em sua expansão geográfica. A fé é o que está em jogo nesse tipo de prédica, e sua manifestação é testada através das doações em dinheiro. Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), exorta: "a fé está ligada à obediência e esta à ação; logo, fé é ação" (MACEDO, 1985, apud MARIANO, 1996, p. 37). Logo, não doar representaria rebeldia e falta de fé, implicando no bloqueio das bênçãos. Para o bispo, "o dinheiro é o sangue da Igreja", "uma ferramenta sagrada usada na obra de Deus" (LÚCIO, 2014, p. 85).

Corroborando com essa posição que relaciona fé, obediência e recursos financeiros, na introdução do livro *Como Tomar Posse da Bênção*, RR Soares também reafirma essa vinculação entre valor e sacrifício à passagem bíblica de crucificação de Jesus Cristo, quando a redenção dos pecados da humanidade teria sido comprada com seu sangue:

Eu jamais concordei com alguns "doutores" de Teologia que ensinam que o ser humano não vale coisa alguma. Dizem alguns que não passamos de simples vermes a rastejar sobre o pó da terra. Para mim isso, além de absurdo, é mentira. Todos creem, inclusive esses "doutores", no fato de Jesus ter pagado um alto preço para nos resgatar – o que é verdade. Mas,

A História Através da História

GOMES, Amanda Vilela

se o preço pago foi alto, é porque temos um alto valor para Deus. Não há quem pague muito por algo desprezível; pelo contrário, para o que vale muito, não se medem esforços. Isso foi o que o Senhor Jesus fez ao morrer por nós no Calvário. E, se o preço pago foi alto, é porque o nosso valor também é (SOARES, 2009, apud SUNG, 2015, p. 44).

A crucificação de Jesus é reinterpretada por Soares de forma a equiparar o valor do sacrifício de Cristo à dimensão sacrificial que devem ter as ofertas para que se cumpra a barganha pelas bênçãos divinas. Dessa forma, histórias bíblicas são utilizadas para motivar os fiéis a ofertarem com "sacrifício", ou seja, valores altos que possam representar risco financeiro para o fiel. Outro caso bíblico frequentemente mencionado é o descrito em Lucas 21: 1-4, que versa sobre caso da viúva pobre que ofertou a Deus tudo o quanto possuía para seu sustento em comparação com um homem rico que ofertou uma quantia irrisória em relação a sua fortuna. O enorme sacrifício da viúva foi recebido por Deus enquanto uma grande demonstração de fé, indicando como deveria ser a postura do cristão. Assim, no roteiro dos cultos destas igrejas, além do recolhimento dos dízimos e dos pedidos de oferta rotineiros, realizam-se campanhas, também chamadas de correntes, em que grandes sacrifícios financeiros são estimulados sob o pretexto de inflamar a fé do fiel. Aqueles que desejam receber grandes bênçãos, devem ser ousados em suas ofertas, por mais que representem alto risco para suas finanças. O sacrifício e a obediência aqui são o canal através do qual o crente se habilita a reivindicar seus direitos de vida abundante. Este aspecto vincula-se ao que fora mencionado por Turin como reatualização da dimensão sacrificial pela racionalidade neoliberal, distintiva por se tratar de um sacrifício sem promessa, haja vista a precariedade a que a ausência de expectativas futuras nos impõe.

A ênfase à miraculosa transformação da vida em termos de estilo de vida e padrões de consumo atinge também a esfera profissional do fiel. Semear e investir são palavras frequentemente empregadas em suas prédicas acerca da conduta correta para obtenção da prosperidade, difundindo a lógica empreendedora entre os fiéis. Nas pregações, os fiéis tem sido encorajados a abrirem o próprio negócio (MARIANO, 1996), deixando de ser empregados para serem patrões, o que é considerado por si só um sinal de prosperidade. Cultos específicos sobre prosperidade, dedicados à boa administração dos empreendimentos financeiros dos frequentadores dessas igrejas, são realizados semanalmente, durante os quais há a formação de redes de reciprocidade e de um circuito de trocas entre os participantes, o que amplia a possibilidade de eficácia política dos empreendimentos destes (FERREIRA, 2017). Na IURD e na Internacional da Graça, por exemplo, estas reuniões ocorrem às segundas-feiras, nas quais são ensinadas estratégias de negócio.

O neopentecostalismo, ao apregoar concepções teológicas que apresentam o êxito financeiro pessoal como sustentáculo de respaldo celestial, se aproxima em muito das proposições do neoliberalismo no sentido de que ambos enfatizam a responsabilidade do indivíduo sobre o seu próprio sucesso.

Por fim, a escatologia cristã, ou seja, o enfoque na teologia dos últimos dias, e a urgência que isso implica no contexto missionário de salvação, é um elemento fundamental presente nos discursos e materiais de divulgação de igrejas neopentecostais. Sua imbricação na interpretação de acontecimentos históricos contemporâneos contribui para reconhecê-los como sinalizadores do “fim dos tempos”. O tempo de urgência para a salvação remete ao tempo de urgência do capital financeiro destacado por Turin, que se alimenta de toda forma de passado e futuro, condenando-nos a uma sucessão de “agoras” (TURIN, 2019).

Considerações Finais

Por todo o exposto acima a respeito do funcionamento da Teologia da Prosperidade, base teológica do neopentecostalismo, fica evidente as correlações entre este e a racionalidade neoliberal. O neoliberalismo renova a relação entre capitalismo e religião, injetando-lhe novos sentidos, orientados por novos conceitos pertencentes à rede semântica expressa pela racionalidade neoliberal. Os conceitos e dispositivos representativos dessa nova razão de mundo operam uma nova sincronização temporal, cuja hegemonia da lógica econômica neoliberal frente às demais esferas, aniquilando por dentro suas particularidades e autonomias, configura sua expressão máxima.

A subjetivação dos valores e crenças neoliberais consubstancia-se com valores e crenças cristãs, resultando em uma doutrina religiosa inédita: a Teologia da Prosperidade. Se, conforme modelo weberiano, o capitalismo teria tomado por empréstimo características puritanas em sua gênese, na relação fiduciária estabelecida entre o fiel e Deus por meio da Teologia da Prosperidade há a indicação de um novo movimento de sincronização entre essas esferas que opera uma relação inversa: a racionalidade neoliberal modificando valores cristãos.

As temporalidades da religião e do capitalismo são resincronizadas a partir do tempo da urgência neoliberal, que penetra todas as demais instâncias da sociedade, impactando não apenas sua forma de organização, seu *ethos*, como também as relações sociais implicadas e seus agentes. A expansão do neopentecostalismo é um fenômeno que capitaliza esse tempo neoliberal, ofertando laços sociais, afetos, a esperança do



A História Através da História
GOMES, Amanda Vilela

celestes porvir, nem que seja em seu deslocamento para o terrestre presente repleto de bênçãos, ou seja, oferece respostas às corrosões produzidas pelo regime neoliberal.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Walter Benjamin e o capitalismo como religião**. In: *Revista Diálogos do Sul*, 22 de maio de 2013. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/economia/50226/walter-benjamin-e-o-capitalismo-como-religiao>>. Acesso em 10/07/2021.

BENJAMIN, Walter. **Capitalismo como religião, fragmento**. Escritos reunidos vol. V. In: Escritos reunidos. Com a colaboração de Theodor W. Adorno e Gershom Scholem, edição de Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991. pp. 100-103.

BÍBLIA. Português. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/hb>>. Acesso em 12/10/2021.

CALZADILLA, Jorge. **“El campo religioso latinoamericano y caribeño. Efectos de la globalización neoliberal”**. In: *América Latina y el Caribe. Territorios religiosos y desafíos para el diálogo*. Aurelio Alonso (Org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Fevereiro de 2008, p. 83.

CRUZ ESQUIVEL, Juan; MALLIMACI, Fortunato. **“Políticas y religiones en América Latina y el Caribe: recomposiciones históricas, epistemológicas y conceptuales”**. *Annuario de Historia Regional y de las Fronteras*, v. 23, n. 2, 2018, pp. 13-24.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017, 402p.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. **“A moral neopentecostal e a ética empreendedora: sobre a teologia da prosperidade e o impulso para o trabalho”**. In: *Diversidade Religiosa*. João Pessoa, v. 7, n. 1, 2017, pp. 88-101.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006, 368 p.

LOWY, M. **O capitalismo como religião**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de setembro de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200508.htm>>. Acessado em 10/07/2021.

LÚCIO, Paulo Jorge. **“A performance mercantilista das principais igrejas neopentecostais brasileiras”**. *Unitas – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões* [online]. Vitória-ES, vol. 1, jan.-jun., 2014, p. 85. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas>>.

MARIANO, Ricardo. **Os neopentecostais e a teologia da prosperidade**. In: *Novos Estudos*, v. 44, n. 44, 1996, pp. 24-44.

QUIJANO, A. **“A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”**. In: *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005, 130p.

SOUZA, Bertone. **“A Teologia da Prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: uma abordagem à luz da análise do discurso”**. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011.

SUNG, Jung Mo. **Prosperidade sim, família homossexual, não!** A nova classe média evangélica. In: *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, 2015, pp. 43-51.

TURIN, Rodrigo. **“Presentismo, neoliberalismo e os fins da história”**. AVILA, A.; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in) Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019, pp. 245-270.

TURIN, Rodrigo. **“As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade”**. *Topoi*, n. 33, Rio de Janeiro, 2016, pp. 586-601.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 288 p.

A DESESTATIZAÇÃO DE EMPRESAS NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

Valesca de Souza Almeida*

Em 15 de julho de 1981, foi publicado o decreto nº 86.215, estabelecendo regras para transferência, transformação e desativação de empresas controladas pelo governo federal. No início do texto, estava escrito que o motivo para sua publicação era o firme propósito de acelerar as privatizações. Buscava-se, então, definir claramente os procedimentos e as empresas que poderiam sair do controle público para fortalecer o sistema da livre iniciativa, consolidar a grande empresa privada nacional e conter a “criação indiscriminada de empresas estatais” (BRASIL, Decreto 86.215/1981). Era uma tentativa de reforçar o entendimento de que a organização e a exploração das atividades econômicas deveriam ser feitas de preferência pelo setor privado, sendo o Estado seu estimulador e apoiador, mas nunca um concorrente. Desta forma, desestatização era uma palavra usada como um sinônimo de privatização: venda de empresas ou de parte de suas ações que estavam sendo controladas pela União ou por seus órgãos. Mas, não apenas, poderia também assim ser caracterizada a extinção ou a transferência de seu controle para governos estaduais.

Naquele contexto, eram definidas como empresas estatais uma ampla variedade de tipos: havia autarquias, fundações instituídas pelo poder público, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, todas as empresas controladas direta ou indiretamente pelo governo federal, entidades que recebiam contribuições parafiscais ou transferências do orçamento da União e as que prestavam serviços de interesse público ou social (Relatório das atividades da SEST em 1981, p. 9).

De acordo com a previsão legal, três tipos de empresas poderiam ser desestatizadas naquele momento: as que foram criadas pela iniciativa privada, mas acabaram passando ao poder público em função de dívidas ou situação semelhante; as originalmente federais, mas que não mais deveriam permanecer sob controle e administração federal por já existir setor privado suficientemente desenvolvido e em condições de exercer tais atividades; e as subsidiárias de empresas instituídas ou

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social - UFF e professora do Colégio Pedro II.

controladas direta ou indiretamente pela União, cuja existência não fosse indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora, realizando “desnecessária ou injusta” competição com as empresas privadas nacionais.

No decreto de 1981, estava escrito ainda que a política de privatização a ser acelerada naquele momento não deveria enfraquecer as empresas públicas consideradas de controle intransferível: as fundamentais para a segurança nacional, as que detivesse, em monopólios, as responsáveis por garantir o controle nacional do desenvolvimento ou por operações de infraestrutura econômica e social básica, bem como as produtoras de insumos de importância estratégica.

Somado a isso, o decreto expressava uma vontade de privatização, mas não de desnacionalização. Ou seja, de transferência do controle para empresas estrangeiras ou multinacionais. Para evitá-la, os compradores deveriam ser cidadãos brasileiros residentes no país ou empresas (ou grupos de empresas) sob controle nacional. Tal prescrição ia no sentido de valorizar a empresa privada nacional. Mas, pelo menos em um caso, há a sugestão de construção de mecanismos para suavizar esta regra. O Jornal do Brasil anunciava em 17 de abril de 1984 que Henrique Gregori (presidente da empresa Xerox) havia adquirido por quase 303 milhões de cruzeiros, através de sua empresa familiar - a Alfama Participações, a Editora José Olympio para repassá-la, posteriormente, à empresa Xerox que, por ser multinacional não poderia fazer a compra diretamente (Jornal do Brasil, 17/04/1984, p. 18).

Três ministérios foram designados para dirigir, supervisionar e acelerar o processo: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN – que possuía status de ministério), o Ministério da Fazenda e o Ministério Extraordinário para a Desburocratização. A coordenação entre eles era atribuída ao primeiro.

Em sessenta dias, a contar do dia 15 de julho, os ministros responsáveis pelas três pastas deveriam entregar ao presidente da república uma relação de empresas que pudessem ser vendidas ou transferidas para o controle de estados e municípios.

Para os casos em que não houvesse interesse da iniciativa privada nas empresas relacionadas ou que não fosse possível fazer a transferência para outras instâncias, o decreto previa que estas deveriam ser parcialmente desativadas ou completamente extintas. Aquelas que fizessem concorrência com o setor privado (e cuja privatização ou desativação não se conseguisse realizar) teriam suas atividades restritas e os investimentos limitados às estritas necessidades de sua viabilização econômica.

Em julho de 1981, Antônio Delfim Netto era o Secretário-geral do Planejamento, Ernani Galvêas, o Ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, o Ministro Extraordinário para a Desburocratização. Delfim Netto era um nome já bastante conhecido nos círculos do poder. Economista formado pela Universidade de São

Paulo (USP), logo tornou-se professor desta mesma instituição. Começou a atuar no setor público em 1948, quando trabalhou no Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Fez parte da equipe de Planejamento do governo paulista, do Serviço Estadual de Mão de Obra da Secretaria de Trabalho e do Conselho Técnico Consultivo da Assembleia Legislativa. Atuou nestas áreas em concomitância com o cargo de assessor econômico na Associação Comercial do mesmo Estado. Após o golpe de 1964, passou a atuar em escala federal, quando colaborou com a elaboração da política econômica do primeiro governo militar (neste período, foi também secretário estadual da Fazenda paulista), ascendendo ao cargo de ministro nos governos seguintes. Nos anos de Costa e Silva e Médici, foi Ministro da Fazenda e obteve bastante reconhecimento em função do “milagre econômico”, intervalo situado entre 1968 e 1973, no qual o país atingiu expressivos índices de crescimento econômico, aliados à baixa inflação e ausência de crises cambiais. Durante o governo de Ernesto Geisel, Delfim Netto se afastou dos ministérios e foi atuar como embaixador do Brasil em Paris. Quando Figueiredo assumiu a presidência, voltou a atuar como ministro, primeiro na Agricultura para, em sequência, ser o responsável pela importante pasta do Planejamento (Estes e outros dados biográficos podem ser vistos no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC/FGV, 2010).

Para Pedro Henrique Campos, Delfim Netto pode ser caracterizado como a típica figura do intelectual orgânico, uma vez que sua fama inicial foi construída como jovem professor de economia que prestava consultoria à ACSP (Associação Comercial de São Paulo), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e CNI (Confederação Nacional da Indústria). Sendo um representante da burguesia industrial paulista, conseguiu articular a convergência de interesses de vários setores econômicos no período do Milagre. Contudo, nos anos do governo Figueiredo, diante da crise política e econômica, não obteve o mesmo consenso entre o empresariado (CAMPOS, 2012, pp. 374-377).

Ernane Galvêas era nascido no Espírito Santo, mas viveu a maior parte da sua infância, adolescência e jovem vida adulta no Rio de Janeiro. Aos 22 anos de idade, tornou-se funcionário do Banco do Brasil. Trabalhando como escriturário em uma agência do subúrbio carioca, formou-se em Contabilidade e, na década de 1950, foi cedido ao departamento econômico da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Estudou economia no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, no México, e também na Universidade de Yale. Desempenhou vários cargos e missões públicas junto a organismos econômicos brasileiros e internacionais, sendo cedido da SUMOC ao Ministério da Fazenda no governo Jânio Quadros e à Marinha Mercante entre 1963 e 1965. Admirava Eugênio Gudín como um pensador extraordinário e

impressionante, o “Adam Smith brasileiro” ou o “papa do liberalismo” no pensamento econômico do país e achava que o período do governo João Goulart havia causado um trauma nos meios técnicos e acadêmicos que frequentava, uma vez que o considerava uma pessoa despreparada para exercer a presidência da república (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 58).

No primeiro governo militar, voltou a ser assistente econômico do Ministério da Fazenda e, no governo Costa e Silva, foi nomeado por Delfim Netto, ministro da Fazenda na época e a quem Galvêas considerava um professor genial e depois amigo incondicional, como presidente do Banco Central, onde atuou até 1974. Quando deixou o governo, aposentou-se no Banco do Brasil (onde mantinha seu vínculo original, mesmo sendo cedido a outros órgãos) e foi atuar na iniciativa privada, chegando à presidência executiva da Aracruz Celulose em 1979. Neste ano, ele assumiu novamente a presidência do Banco Central, sendo posteriormente nomeado a Ministro da Fazenda e, neste cargo, antes mesmo do decreto de 1981, começou a autorizar a venda de grande quantidade de ações de empresas estatais no mercado, uma vez que defendida a necessidade de se revolver o déficit orçamentário com medidas como a redução dos gastos públicos e a contenção dos projetos de investimento das estatais (FGV/CPDOC, 2010 e Banco Central do Brasil, 2019).

Hélio Beltrão, carioca formado pela Faculdade de Direito na Universidade do Rio de Janeiro, entrou no serviço público em 1936, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), onde permaneceu até 1946, chegando até a presidência da instituição. Foi chefe de gabinete e da assessoria técnica do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1953 e integrante da diretoria da Petrobras de 1954 a 1956. Entre 1958 e 1962, presidiu o Instituto Brasileiro do Petróleo. Ocupou secretarias nos governos estaduais da Guanabara e do Ceará no início da década de 1960. Com a ditadura estabelecida, Beltrão foi dos primeiros nomes a ingressar na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e foi o responsável pela elaboração do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu normas para a administração federal e diretrizes para a reforma administrativa. Foi ministro do Planejamento do governo Costa e Silva e manteve-se no cargo até outubro de 1969, quando retornou à iniciativa privada como vice-presidente da Cobrapar, empresa do grupo Ultra, e como diretor da Mesbla. Posteriormente, foi vice-presidente da Companhia de Cimento Portland Paraíso. Em 1978, integrou o conselho administrativo da Itaipu Binacional e da Companhia Siderúrgica Nacional, até 1979. No governo Figueiredo, tornou-se ministro extraordinário da desburocratização (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC/FGV, 2010).

Para elaborar o levantamento das empresas que poderiam e deveriam ser desestatizadas em 1981, cada um destes três ministros nomeou um representante e assim foi formada a “Comissão Especial de Desestatização”. De acordo com o decreto nº 86.215/81, os trabalhos da Comissão seriam encerrados em 12 meses, mas ela acabou funcionando por um período bem maior, com o prazo sendo prorrogado a cada ano, até 1986, sendo o último decreto, inclusive, publicado já no governo do presidente José Sarney (Decretos 87.405/82; 88.518/83; 89.910/84 e 91.216/85). Uma pequena notícia de 12/04/85, na página 18 do jornal O Globo informava que a minuta do decreto que prorrogava a existência da Comissão Especial de Desestatização já estava pronta para ser assinada por Sarney e que esta seria mantida no mesmo nível hierárquico, subordinada aos Ministérios do Planejamento e da Desburocratização, uma vez que o governo não havia acolhido a sugestão de transformá-la em uma Secretaria ligada ao Planejamento (O GLOBO, 12/04/1985, p. 18).

Ao longo dos anos do governo Figueiredo, a Comissão Especial de Desestatização foi composta por Paulo Niccoli, indicado pelo Planejamento, Mário Jorge Gusmão Bérard, representante da Fazenda, e João Geraldo Piquet Carneiro, nomeado pela Desburocratização.

A sessão de economia do jornal O Globo trouxe, na página 23 de sua edição do dia 23 de julho de 1981, uma breve biografia para apresentar os homens da Comissão. Mário Bérard, alagoano de Maceió, é apresentado como secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda desde 1979, já tendo sido secretário de Planejamento, de Viação e Obras públicas, e secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, entre os anos de 1971 e 1975. O advogado carioca Piquet Carneiro foi professor de direito econômico da PUC-RJ e se dizia bastante interessado na discussão em relação à presença do Estado na economia. Além de consultor jurídico, também assessorava há dois anos os projetos de desburocratização. Paulo Niccoli era descrito de maneira mais completa. Era o único que, além da profissão e da naturalidade, tinha também a informação da idade e do estado civil: “Paulista, 36 anos, casado, dois filhos, engenheiro e administrador de empresas” (O Globo, 23/07/1981, p. 23). Adiante, o jornal anunciava que Niccoli já atuava como subchefe do gabinete da secretaria-geral do Planejamento havia dois anos, atuando em análises que envolviam relações entre governo e empresas, e que, por isso, já estava acostumado a lidar com questões complexas. Além disso, na matéria, que não tem assinatura, ele é caracterizado como seguramente “um dos mais importantes personagens do processo de abertura política” e, ao final, vem a transcrição de seu discurso de defesa da iniciativa privada: “Sou um privatista. Nunca fui burocrata e sempre me senti um homem da iniciativa privada,

embora isso não queira dizer que não vá defender com afincos os interesses do governo nas negociações de venda das estatais” (O Globo, idem).

Esses esforços realizados no ano de 1981 para acelerar as privatizações e favorecer a iniciativa privada nacional possuíam outros precedentes no governo Figueiredo. A própria criação do Ministério extraordinário para a desburocratização e a publicação de seu Programa Nacional de Desburocratização ainda no ano de 1979 já haviam sido medidas tomadas com objetivos que iam no mesmo sentido. Partia-se da premissa de que o governo exigia dos cidadãos e das empresas muita burocracia, esta entendida como um excesso de registros, certidões e atos para demonstrar idoneidade que eram exagerados ou desnecessários. Além disso, as decisões seriam excessivamente centralizadas. De acordo com este entendimento, era necessária uma reorganização, flexibilização e a eliminação da necessidade de tantos ritos. Em 1967, havia sido aprovada a já citada lei nº 200 que previa uma reforma administrativa. Mas, de acordo com o ministro Hélio Beltrão, tais esforços foram interrompidos em 1969. Dez anos depois, retomava-se a intenção de avançar na desburocratização. Nas palavras do ministro:

O Programa Nacional de Desburocratização tem entre seus objetivos expressos ‘reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário’ assim como “fortalecer o sistema de livre empresa”. Estamos sinceramente convencidos de que a manutenção do regime de livre empresa entre nós depende, fundamentalmente, da sobrevivência da pequena empresa, que constitui, de fato, a matriz do sistema (BELTRÃO, 1981, pp. 97).

Percebe-se, então, uma coerência discursiva em favorecer a empresa privada nacional no programa de desburocratização e na iniciativa de desestatização. Outro precedente importante foi a criação da SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais), em outubro de 1979. O presidente do órgão era o economista Nelson Mortada que, segundo Carlos Henrique Lopes Rodrigues, era um representante do setor privado, uma vez que estava vinculado ao grupo Matarazzo. Por trás da criação da SEST estava o entendimento de que as empresas estatais haviam se multiplicado, causando desequilíbrios nas contas do governo e comprometendo a atuação do setor privado, pois prejudicava as leis do mercado. Para amenizar a crise que então se agravava, o objetivo era combater o déficit público e reduzir a participação do Estado na economia, principalmente, das estatais, reduzindo seus investimentos e controlando suas importações. Para Lopes Rodrigues, tais ajustes nas estatais e o diagnóstico da crise como excesso da participação do Estado na economia podem ser considerados como a introdução do neoliberalismo no país (RODRIGUES, 2018, pp. 23).

A História Através da História

ALMEIDA, Valesca de Souza

A SEST elaborava relatórios, orçamentos e cadastros de empresas estatais anualmente, com o objetivo de controlar seus gastos e receitas. Através desta documentação, podemos ver as empresas que foram desestatizadas nos anos do Governo Figueiredo.

As desestatizações tiveram como primeiro foco as empresas que tinham a maior parte de suas ações controladas por órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal, as que eram subsidiárias de empresas como, por exemplo, a Petrobrás, e também empresas estatais criadas por lei ou subordinadas a ministérios.

No geral, pode-se constatar que vários eram os setores das empresas desestatizadas: celulose e papel, estradas de ferro, produção de aço, metais, carvão e cimento, hotel, livraria, fábrica de tecidos, fertilizantes, petroquímica, e processamento de dados, dentre outros.

Através do relatório referente ao ano de 1983, publicado em junho de 1984, é possível ter acesso à lista das empresas desestatizadas no período entre setembro de 1981 e abril de 1984: 17 empresas foram privatizadas, 14 foram incorporadas, 9 foram extintas, 2 foram fundidas a outras empresas e 3 transferidas para governos estaduais, conforme lista abaixo (pp. 55 e 56):

Privatizadas:

- Cia Brasileira de Cimento Portland-Perus
- Cia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - CIBRAPE (restando acervo)
- Cia Química do Recôncavo - CQR
- Cia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO
- Didacta Sistemas Educacionais S.A.
- Encine Audiovisual S.A.
- Estrada de Ferro Perus-Pirapora (restando acervo)
- Federal de Seguros S.A.
- Florestal Guaíba Ltda (ex-Florestal Riocell Ltda)
- Indústria Brasileira de Papel - INBRAPEL
- Livraria José Olympio Editora S.A.
- Método, Organização e Planejamento de Sistemas Empresariais S.A.
- Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio
- Óleos de Palma Agroindustrial S.A. - OPALMA
- RioCell Administração S.A.
- RioCell Trade GMBH
- Rio Grande Cia. de Celulose do Sul - RIOCELL

A História Através da História

ALMEIDA, Valesca de Souza

Incorporadas:

- Caraca Ferro e Aço
- Carbonífera Barão do Rio Branco S.A.
- Cia Telefônica Coromandelense
- Cia Telefônica de Bambu
- Cia Telefônica de Curvelo
- Cia Telefônica de Divinópolis
- Cia Telefônica de Itaúna
- Cia Telefonia de Tombos
- Mecânica Brasileira S.S.A. - EMBRAMEC
- FERNOR Comércio e Participação S.A.
- IBRASA - Investimentos Brasileiros S.A.
- Lavador de Capivari S.A.
- Telefônica de Lavras
- Telefônica Pirapetinga

Extintas:

- Caraíba Agrícola S.A.
- Cosipa Processamento de Dados
- DIGIBRÁS - Empresa Digital Brasileira
- Emissão e Planejamento de Seguros S.A. EPLAN
- Intervale Ferroviária S.A.
- Itavale Ltda
- Mineração Ferro e Manganês S.A.
- Rio Doce Engenharia e Planejamento - RDEP
- Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda SOTECNA.

Fundidas:

- Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares - CEBRACE
- Coordenadoria de Desenvolvimento de Instalações de Ensino Superior – PREMESU.

Transferidas para governos estaduais:

- Cia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD
- Cia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia - CODARON

- Força e Luz de Criciúma S.A., para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
- CELESC.

Fora desse período, foram privatizadas também a Cia América Fabril, a Fábrica de Tecidos Dona Isabel e a S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla.

O que se pode também notar neste período foi a ampla cobertura e incentivo da grande imprensa ao processo de desestatizações. Marcos Napolitano, em seu artigo “A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)” define como grande imprensa os jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação social. Segundo o autor, estes veículos exerciam muita influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo. Revelando-se bastante importantes na formação da “opinião pública” nacional, esta grande imprensa nunca chegou a romper globalmente com a ditadura, fazendo apenas críticas pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, quando as fazia (NAPOLITANO, 2017, p. 347-348).

O que se verifica é que, na década de 1980, os jornais escritos de grande circulação eram de propriedade concentrada. Como demonstra Celina Rabello Duarte, em “Imprensa e Redemocratização no Brasil”, a modernização no setor jornalístico e “sua consolidação em bases industriais altamente sofisticadas asfixiaram os jornais economicamente fracos e politicamente inconvenientes” (DUARTE, 1983, p. 187). Como um exemplo de sua afirmação, a autora cita dados do Boletim da Associação Brasileira de Imprensa, de 1952, e do Anuário Brasileiro de Mídia 79/80, através dos quais é possível ver que, no Rio de Janeiro, em 1952, existiam 26 jornais diários, entre matutinos e vespertinos. Já no início da década de 1980, estes totalizavam apenas dez. O mercado brasileiro jornalístico era também concentrado regionalmente: a produção era centralizada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, não só porque estas cidades contavam com os veículos de maior circulação, mas também porque o que ali era produzido exercia influência em jornais de outros lugares: “A coluna do jornalista Carlos Castello Branco, do Jornal do Brasil, uma das mais importantes do jornalismo político brasileiro, é reproduzida por mais de 20 jornais regionais” (IDEM, p. 188). Este exemplo é significativo, pois demonstra como esta mídia que mais circulava estava concentrada em poucos pontos de vista, que, por sua vez, provavelmente, não contrariavam profundamente os interesses do grupo social a que pertenciam seus poucos donos.

Neste sentido, Cecília Duarte afirmava que naquele momento havia apenas cinco grandes jornais: O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo, em São Paulo, e Jornal do Brasil e O Globo, no Rio de Janeiro. Além disso, somente

duas editoras publicavam revistas de repercussão nacional, a Editora Abril de São Paulo e a Editora Bloch no Rio de Janeiro. Escrevendo no início da década de 1980, ela afirma que:

A inserção da empresa jornalística no mundo dos grandes negócios levou os jornais a um rápido processo de despolitização, contrariando a tradição da imprensa brasileira que foi, até pelo menos meados da década de 60, essencialmente engajada. As empresas jornalísticas têm hoje importantes e diversificados interesses econômicos, que precisam ser preservados, em detrimento de interesses e ideais políticos (IDEM, p. 188).

Tomando como exemplo dois jornais da grande imprensa que possuíam ampla circulação no período, é possível verificar que eles fizeram muitas referências à Comissão Especial de Desestatização. Ao procurar exatamente por este termo no acervo digitalizado do jornal O Globo, são encontrados 249 resultados entre os anos de 1981 e 1985. Ao se buscar na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional a expressão “Comissão Especial de Desestatização” no Jornal do Brasil na década de 1980, são mostradas 185 ocorrências.

Ao analisar os achados, é possível verificar que a comissão era pauta frequente do jornal ao longo de toda a sua atuação, havendo um tom elogioso de seu trabalho, como na matéria do dia 26 de agosto de 1981:

Privatização atinge logo 5 estatais: Pelo menos cinco empresas, das 44 integrantes da primeira lista de estatais privatizáveis, apresentam condições de serem negociadas imediatamente já a partir da próxima segunda-feira, quando o presidente Figueiredo aprovar a listagem (Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26/08/1981, p.17).

Mais adiante, o próprio periódico reconhece que não há mais detalhes porque as decisões ainda não tinham sido acordadas em relação aos critérios das vendas e às normas complementares ao decreto de privatização. O que se verifica é que antes mesmo dos trâmites e da listagem oficial ser divulgada e aprovada pelo presidente da república, o jornal procurava divulgar e noticiar de maneira entusiasta (o que se percebe com a escolha das palavras “logo” e “imediatamente”) a privatização de estatais.

Mas, o Jornal do Brasil e o Globo não eram os únicos periódicos a dar esta ênfase. O Jornal “O Fluminense”, com circulação na cidade de Niterói, em primeiro de dezembro de 1981, fez uma nota cuja chamada era “Presidente privatiza empresas”, em que é possível observar a tentativa de atribuir ao general Figueiredo protagonismo no processo (*O Fluminense*. Niterói, 01/12/1981, p. 6). No ano seguinte, fez nova nota,

desta vez intitulada ‘Tudo bem’, em que dizia: “Vai de vento em popa o programa de privatização promovido pelo Presidente Figueiredo. A Comissão Especial de Desestatização baixa até o final de janeiro mais quatro editais anunciando a venda de outras empresas estatais” (*O Fluminense*. Niterói, 21/01/1982, p. 7).

O mesmo ocorre com o *Jornal Última Hora*, cuja reportagem chamada “Só com economia livre há democracia estável”, feita em 1984, tem o seguinte início: “A democracia política almejada no país só será verdadeira, consistente e estável, se for conquistada juntamente com a democracia econômica, pois não há sociedade politicamente livre que não se baseie em um sistema econômico livre”, reproduzindo as palavras de Héctor Brenner, idealizador e coordenador do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa. Mais adiante, o jornal acrescenta: “a Comissão Especial de Desestatização já conseguiu concluir processos de dois terços das 140 empresas enquadráveis no programa” (*Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 29/11/1984, p. 6). Importante destacar a veiculação desta abordagem neste jornal, pois, ainda segundo Marcos Napolitano, além da “imprensa alternativa”, só o *Jornal Última Hora* e a *Revista Isto é* “assumiram posições que iam além de um liberalismo conservador ou moderado, quando não abertamente oligárquico e elitista, que pautou (e pauta) a imprensa brasileira” (NAPOLITANO, 2017, p. 347). Se é possível admitir que a pauta da desestatização estava próxima à doutrina liberal, a afirmação do autor não se aplica para este caso específico.

Constata-se, portanto, um amplo trabalho direcionado na tentativa de formar uma opinião pública favorável às desestatizações. E o que se verifica é que, independentemente do tamanho das empresas que foram desestatizadas durante os anos do Governo Figueiredo ou do volume do seu impacto na economia nacional, há neste período uma inflexão nas relações entre Estado e economia. Se, até o governo anterior, o número de empresas estatais aumentava, agora era declarado o momento de frear este movimento e, além disso, revertê-lo. Assim se fortalecia a argumentação de que os problemas econômicos eram solucionados com o enxugamento de gastos pelo governo e se experimentava a diminuição do controle do Estado sobre empresas, ainda em um governo da ditadura militar.

E não era apenas no campo da argumentação que se inauguravam as privatizações no Brasil. Para Monica Piccolo, está localizado no governo Figueiredo também o primeiro instrumento legal de normatização das privatizações no Brasil, o ponto de origem que vai influenciar as privatizações seguintes. A autora ressalta que existe uma especificidade nesse projeto de privatização em relação às décadas posteriores: havia ainda forte concepção da atuação estatal marcada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo nacionalismo, sendo excluídas da possibilidade de venda as

empresas que fossem “fundamentais para a viabilização não só do desenvolvimento do setor privado como também para o controle nacional do processo de desenvolvimento” (PICCOLO, 2010, p. 189). Mesmo assim, ela reconhece que os dispositivos legais então instituídos foram “iniciativas fundamentais para o estabelecimento do arcabouço jurídico e institucional do futuro Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor e mesmo até do Governo Fernando Henrique” (PICCOLO, 2010, p. 178). Ou seja, mesmo tendo uma dimensão restrita, o programa de desestatização do Governo Figueiredo foi importante para “o fortalecimento do projeto privatista a ser implementado pelos governos posteriores” (PICCOLO, 2010, p. 193).

Neste sentido, as desestatizações do início da década de 1980 informarão de diferentes formas o processo de privatização que viria a seguir. Primeiro, porque algumas empresas que foram elencadas como desestatizáveis nesta ocasião só foram privatizadas no futuro. Depois, porque dentre as empresas desestatizadas no Governo Figueiredo, há subsidiárias de empresas que serão, na sequência, objeto de privatização, como é o caso, por exemplo, da Companhia Siderúrgica Nacional. Por fim, mas não menos importante, o exemplo, a experiência, a divulgação e a cada vez mais frequente e familiar utilização das palavras privatização e desestatização servirão à tentativa da construção de um consenso em relação à ideia de que um Estado enxuto é sinônimo de uma economia melhor. Além disso, tentava-se convencer de que a liberdade econômica e a valorização das empresas privadas eram a garantia da verdadeira democracia no país.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasília:** Banco Central do Brasil, 2019. Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, volume 6 - Ernane Galvêas.

BELTRÃO, H. **Programa nacional da desburocratização.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 3, pp. 92 a 119, 1981. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11600>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL, **Decreto 86.215.** 1981.

BRASIL. **Secretaria de Planejamento (SEPLAN).** Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório Anual, 1981 e 1984.

CAMPOS, Pedro Henrique. **A Ditadura dos Empreiteiros:** as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Niterói: UFF, Tese de doutorado, 2012.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

DUARTE, Cecília Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil.** Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 26, nº 2, 1983, (pp. 181-195), p. 187.

NAPOLITANO, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985).** Estudos ibero-americanos. Porto Alegre, volume 43, número 2, maio-agosto 2017, pp. 346-366.

PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil:** a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **A Gênese do Neoliberalismo no Brasil:** uma análise dos ajustes da SEST. In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída (ISSN 2177-8345)ISBN/, 2018, Niterói-RJ. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói-RJ: Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, 2018.

1958: A ELEIÇÃO ESTADUAL FLUMINENSE

Andressa Cristina de Miranda do Carmo*

As eleições de 1958 foram um divisor de águas para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), durante a primeira experiência liberal democrática brasileira (1946-1964). Segundo a cientista política Maria Celina D'Araújo, em seu livro “Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-1965”, a mesma não representou um crescimento eleitoral significativo, contudo, o PTB alcançou “o maior número de cargos executivos de sua história” (D'ARAÚJO, 1996, p. 119), até então. No total, foram cinco governos estaduais conquistados: Piauí, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Na eleição fluminense, foi eleito o jovem Roberto da Silveira, que a partir de uma aliança atípica com a União Democrática Nacional (UDN) e vários outros partidos, conseguiu derrotar o Partido Social Democrático (PSD), principal força política do estado. Tendo em vista isso, o objetivo do presente trabalho é problematizar a eleição fluminense de 1958, buscando discutir suas especificidades e a importância da mesma para uma mudança de forças partidárias na política fluminense.

Natural de Bom Jesus de Itabapoana, norte do estado do Rio de Janeiro, Roberto Teixeira da Silveira (1923-1961) veio de uma família tradicional fluminense, berço de várias gerações de políticos. Começando pelo próprio pai do ex-governador, Boanerges Borges da Silveira, que exerceu o cargo de vereador de Itaperuna (antes de Bom Jesus se desligar do antigo município, em 1939), passando pelos seus irmãos mais velhos, Badger Teixeira da Silveira e José Teixeira da Silveira, os quais foram eleitos respectivamente para governador do estado do Rio (PTB, 1963-1964) e deputado federal pelo Paraná (PTB, 1954-1962), fechando com seu filho, Jorge Roberto Silveira, eleito quatro vezes prefeito da cidade de Niterói (1989-1992; 1997-2000; 2000-2002; 2008-2012).

Roberto da Silveira foi o principal nome do trabalhismo no antigo estado do Rio de Janeiro, durante o período da primeira experiência liberal democrática no Brasil (1946-1964). Silveira ingressou no PTB, em 1946. Antes disso, tinha ajudado a fundar a ala jovem do PSD, apoiando o então interventor Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989). Vale destacar que toda militância estudantil de Roberto da Silveira deu-se durante o período do Estado Novo (1937-1945), durante a qual também apoiou o

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

ditador Getúlio Vargas (1882-1954). Em consequência, Roberto da Silveira teria sido desligado do centro acadêmico da antiga Faculdade de Direito de Niterói, segundo nota do jornal *Diário Carioca* (DIÁRIO CARIOCA, 27/10/1945, p. 2). Contudo, em novembro de 1946, o jovem Roberto enviou uma carta a Amaral Peixoto, anunciando seu desligamento do PSD:

Como V. Excia. já deve ter conhecimento, desliguei-me do P.S.D., demitindo-me dos cargos que ocupava no diretório do Partido em Bom Jesus do Itabapoana, bem como afastando-me da chefia do movimento estudantil pessedista do Estado do Rio.

Nesta oportunidade, quero reafirmar minha grande admiração por V. Excia. a quem procurei prestigiar, em todos os momentos, com os maiores esforços e o mais sincero entusiasmo, no seio da classe universitária fluminense, desde 1942.

[...]Hoje, recordo em linhas gerais o pouco que fiz seguindo V. Excia. na política; pouco, se não considerarmos os ingentes sacrifícios impostos no setor estudantil, onde a grande maioria é formada por udenistas exaltados, agressivos e intransigentes – como o foram na questão, atacando-me sordidamente pela imprensa, e no Congresso, lançando-me acusações de ‘advogado do fascismo getuliano’ e ‘agitador a serviço dos remanescentes da ditadura’. Nada me fez recuar e não me arrependo de agir da maneira com que o fiz. [...] (CPDOC, Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto, novembro de 1946).

Entre as décadas de 1930 e de 1950, o *amaralismo* foi uma importante articulação política no antigo estado do Rio. De acordo com o historiador Rafael Navarro Costa, “mais do que um grupo, Amaral Peixoto construiu um estilo de fazer política, compartilhado por lideranças municipais e estaduais. Podemos afirmar, a partir daí, a criação de uma cultura política amaralista” (COSTA, 2008, p. 104). Na carta, Roberto da Silveira ressaltou que continuaria defendendo Peixoto, mas saía do PSD e que se filiava ao PTB, devido ao seu desencantamento com

os partidos classificados pelo dr. Getúlio Vargas sob a bandeira comum da liberal democracia decadente e mistificadora do povo. O grande estadista indicou o caminho: o socialismo democrático, defendido no programa do P.T.B., longe dos extremismos e da “bulhenta democracia de canibais” (CPDOC. Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto, novembro de 1946).

Além de Roberto da Silveira, seus irmãos mais velhos Badger da Silveira e José da Silveira, também optaram por se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro, após serem

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

aconselhados por seu pai, Boanerges da Silveira. Em entrevista concedida ao prof. José Ribas Vieira, Badger da Silveira relata que:

[...] quando o Getúlio propôs a criação do PTB, o papai, que era getulista, escreveu uma carta para mim e uma para o Roberto dizendo que o partido a que nós devíamos nos filiar era o Partido Trabalhista Brasileiro, que se afinava com a ideologia política dele, papai. E evidentemente nós acompanhamos essa idéia (SILVEIRA, 1981-1982, p. 2).

De acordo com Gláucio Ary Dillon Soares, o PSD (1945-1964) era um partido que primava pela experiência, isto é, “o progresso dependia da habilidade de angariar votos e do tempo de serviço. [...] Poucos foram os pessedistas que chegaram jovens à cúpula partidária” (SOARES, 2001, p. 87). Sendo assim, Roberto teria maiores chances no PTB. E de fato, o político fluminense teve uma ascensão meteórica, tornando-se uma referência nacional do partido, durante o período liberal democrático.

De acordo com o historiador Jorge Ferreira, esse período é o menos estudado da História do Brasil. Período este localizado entre dois regimes autoritários: a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Diante disso, Ferreira ressalta que entre 1946-1964 instaurou-se efetivamente pela primeira vez no país um regime de democracia representativa, no qual as cidadãs e os cidadãos brasileiros obtiveram acesso aos seus direitos políticos e puderam exercitar, igualmente, seus direitos civis (FERREIRA, 2013).

No entanto, há um relevante debate historiográfico que problematiza a existência da experiência liberal democrática no Brasil. Segundo o autor, são três os principais argumentos contrários à afirmação da existência do período liberal democrático: a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), imposta em 1947, no governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); o fato de as mulheres e os homens não alfabetizados continuarem sem poder votar; e, por fim, as teses tradicionais que apontam o populismo, vinculado, especialmente, à figura de Getúlio Vargas e ao PTB, como principal mazela desse período (FERREIRA, 2013, pp. 149-150).

Conforme Jorge Ferreira, as críticas consolidaram-se, sobretudo, após o golpe civil-militar de 1964. Pois, os principais atores políticos, que atuaram na radicalização política que levou à ruptura do regime democrático e à implementação da ditadura, construíram um imaginário negativo sobre o período de 1946-1964, com a finalidade de legitimar o golpe e o governo ditatorial. Ao mesmo tempo em que desacreditaram as conquistas dos trabalhadores e recusaram a atuação política do PTB (FERREIRA, 2013, p. 1951).

Angela de Castro Gomes faz um contraponto ao conceito de populismo, ao discutir a formação da classe trabalhadora no Brasil, buscando analisar a agência

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

política dos trabalhadores e a influência da mesma na construção da política trabalhista, idealizada ainda no Estado Novo e defendida no período democrático, sobretudo, pelo PTB. Segundo a historiadora,

A invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituíram as pedras de toque para a incorporação política dos trabalhadores. Contudo, a solidez desta construção, que se desencadeou já no contexto do término da Segunda Guerra Mundial e do esgotamento do regime político do Estado Novo, não pode ser entendida sem o referencial da história das condições de vida e luta dos trabalhadores brasileiros nas décadas anteriores. O sucesso do discurso trabalhista e da organização de interesses corporativista baseou-se na re-significação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo Estado. Assim, o processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político relevante (GOMES, 2007, pp. 284-285).

Durante o período de democracia representativa, o Partido Trabalhista Brasileiro foi o partido político que mais cresceu eleitoralmente, principalmente, devido ao seu projeto político partidário, o qual visava prioritariamente às questões trabalhistas e sociais, capitalizando o apoio da classe trabalhadora. Conforme o cientista político Antônio Lavareda, os partidos políticos apresentaram diferentes desempenhos nas urnas ao longo de 1945-1963 (LAVAREDA, 1991, p. 92).

O PSD que começou como uma grande força política passou a sofrer um processo de desgaste eleitoral, enquanto a UDN manteve certa estabilidade, “o certo é que não tem respaldo nos dados a suposição de que acompanhava o PSD no processo de declínio” (LAVAREDA, 1991, p. 94). Em comparação, o PTB teve um crescimento exponencial. Lavareda destaca que a conquista da presidência da República pelo partido teve bastante influência nisso, “a eleição de Getúlio em 1950, bem como a posse de Goulart, agiram decisivamente em benefício do PTB” (LAVAREDA, 1991, p. 92).

Segundo o cientista político Gláucio Soares, o crescimento eleitoral do PTB pode também ser explicado através da “contínua expansão de sua rede organizacional” (SOARES, 2001, p. 67). O antigo estado do Rio de Janeiro teve um papel fundamental nesse processo de crescimento e de consolidação do partido. Por sua vez, o desenvolvimento da carreira política de Roberto da Silveira está intrinsecamente ligado ao próprio crescimento do capital político do PTB no estado do Rio.

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

Roberto da Silveira elegeu-se deputado estadual por dois mandatos consecutivos, nas eleições de 1947 (Assembleia Constituinte Fluminense) e de 1950. Porém, se afastou do cargo no segundo mandato para ser secretário de Interior e Justiça do governo fluminense entre 1951-1954. Em 1950, Amaral Peixoto (PSD) candidatou-se ao governo fluminense com o apoio do PTB e outros partidos, vencendo as eleições (COSTA, 2008). Foi durante o governo de Amaral Peixoto que Roberto da Silveira exerceu o cargo de secretário de Interior e Justiça (LORETTI, 2001, p. 56). Percebe-se, assim, que o trabalhista continuou mantendo uma relação muito próxima com Amaral e o PSD.

Já em 1954, com apenas 31 anos, Silveira concorreu ao cargo de vice-governador pela chapa Miguel Couto Filho (PSD) – Roberto da Silveira (PTB). Ambos foram eleitos, mas Silveira teve o maior número de votos. Vale ressaltar que naquela época as eleições para governador e vice-governador eram independentes uma da outra, assim como, presidente e vice-presidente (LAVAREDA, 1991, p. 94).

No município de Campos, por exemplo, Silveira obteve 18.420 votos, enquanto Miguel Couto conseguiu 16.734 (O FLUMINENSE, 07/11/1954, p. 6). Isso nos mostra que gradativamente a força política do PSD estava decaindo no estado do Rio, enquanto a força do PTB estava crescendo em comparação.

A consolidação do enfraquecimento do amaralismo deu-se na eleição estadual de 1958, exatamente com a vitória de Roberto. O, então, vice-governador (1954-1958) desfez a histórica aliança política entre PTB e PSD, no estado do Rio, renunciando ao cargo para disputar as eleições para o governo fluminense, em julho de 1958. Em ofício enviado ao presidente da Assembleia Legislativa Fluminense Togo Póvoa de Barros (1914-2007), Roberto da Silveira declarou:

Niterói, 01 de julho de 1958

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Tendo sido o meu nome indicado, por diversos partidos políticos fluminenses, candidato ao cargo de Governador deste Estado, nas próximas eleições de 3 de outubro, venho declarar a Vossa Excelência que, nesta data, renuncio ao honroso pôsto de Vice-Governador, para o qual fui eleito pela generosidade dos meus conterrâneos. Esta renúncia decorre de imperativo constitucional. Renovo a Vossa Excelência as expressões de meu apreço e consideração. (a)– Roberto Silveira (DIÁRIO CARIOCA, 02/07/1958, p. 3).

Contrariando, assim, os interesses políticos de Amaral Peixoto que lançou o deputado Getúlio Barbosa de Moura (1903-1981) como candidato a governador e o deputado Celso Peçanha (1916-2016) como vice, pela legenda pessedista. Além de

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

Silveira, o governador Miguel Couto Filho também renunciou ao cargo para concorrer ao cargo de senador, levando com que Togo de Barros assumisse o governo do estado do Rio.

Em seu depoimento para o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, “criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC”, o desembargador Jorge Loretti, ex-chefe do gabinete civil dos governos dos irmãos Silveira (Roberto 1958-1961; Badger 1962- 1964) e ex-membro da UDN, destaca que:

[...] logo após ser eleito vice-governador, Roberto já começou a preparar sua candidatura ao governo. Argumentava que o PTB já dera o vice de Amaral, Tarcísio Miranda, e o de Miguel, que era ele próprio; em 1958 chegara a vez de dar o cabeça da chapa. Isso ficou mais forte em seu ânimo tempos depois, quando começou a perceber que Amaral pretendia ser candidato a senador (LORETTI, 2001, p. 67).

Em entrevista dada à revista *O Cruzeiro* logo após as eleições, Roberto da Silveira afirma que em encontro com Vargas, no começo de 1954, quando tinha sido indicado para ser vice na chapa de Miguel Couto Filho, o presidente teria dito a ele: “Esta é a última vez. Em 1958 o PTB poderá caminhar com seu próprio candidato”. (O CRUZEIRO, 01/11/1958, p. 106). Demonstrando, assim, que a tese de candidatura própria na eleição fluminense de 1958 tinha tido o apoio de Vargas, liderança histórica do PTB. Vale destacar que Getúlio Vargas morreu em agosto de 1954.

A seção petebista fluminense, visando garantir a eleição de Roberto para governador e derrotar o gigante PSD, aliou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Progressista (PSP) e a União Democrática Nacional (UDN), formando “uma ampla coligação de forças, denominada ‘coligação popular nacionalista’”. (GRYNSZPAN, 1987, p. 250) A UDN também se aliou ao PTB, na eleição estadual do Piauí, elegendo Francisco Chagas. A candidatura de Roberto também contou com o apoio do então Partido Comunista do Brasil (PCB) que se encontrava na ilegalidade desde o governo Dutra (1946-1951). De acordo com Maria Victoria Benevides, durante as eleições de 1958:

a UDN inaugura uma nova política de acordos e coligações estaduais, como a única fórmula de vitória, “sem sacrifício da linha estratégica do partido”, como acentuava Juraci Magalhães, defensor convicto dos acordos, obedecendo “as realidades locais onde as coligações são inevitáveis. Vivas os acordos! Os acordos são feitos para se evitar as

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

derrotas gloriosas!” (19/06/1958, Arquivo UDN) (BENEVIDES, 1981, p. 105).

Entretanto, essa aliança atípica entre PTB e UDN fluminenses não se deu sem atritos. De acordo com publicação da revista *O Cruzeiro*, uma “grande parte da UDN fluminense” não teria se conformado com o acordo, visto que, o partido pouco receberia em troca do apoio, “pois no esquema organizado pelo PTB, a senatória estava reservada para o governador Miguel Couto Filho” (O CRUZEIRO, 07/06/1958, p. 103), o qual concorreu pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), desligando-se do PSD. A revista vai além afirmando que mesmo após a recomendação da seção udenista fluminense de apoiar a candidatura de Roberto da Silveira:

[...] alguns dirigentes udenistas, como o Sr. Edilberto Ribeiro de Castro, continuaram a manter contatos com o Sr. Getúlio Moura, candidato do PSD, que ofereceu ao udenismo a senatoria, a vice-governança e o mesmo número de secretarias oferecidas pelo PTB. Enquanto isso, o Sr. Prado Kelly insistia nos bastidores em que a melhor fórmula seria o candidato próprio udenista. O Sr. Carlos Lacerda entrou na mesma linha (O CRUZEIRO, 07/06/1958, p. 103).

Porém, a publicação também destaca que os compromissos da UDN com a candidatura de Roberto da Silveira estavam bem adiantados, seja em nível estadual ou municipal. Não sendo provável, assim, uma possível mudança no acordo, “a menos que o sr. Getúlio Moura ofereça tais condições que torne extremamente difícil ao sr. Mário Guimarães defender a aliança com o PTB” (O CRUZEIRO, 07/06/1958, p. 103).

Nesse contexto, o *Diário Carioca* publicou uma matéria afirmando que a parcela udenista descontente com a aliança PTB-UDN tentou emplacar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) para o governo do estado do Rio. Nome esse que teria sido articulado por Carlos Lacerda (1914-1977) (DIÁRIO CARIOCA, 15/06/1958, p. 3). Diante disso, o político petebista e colaborador do *Diário Carioca* Rubens de Melo Braga (1910-1979) faz uma crítica incisiva a posição de Lacerda no supracitado jornal:

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

Meu caro Lacerda,

Dirijo-me a você a propósito da “crise fluminense”, porque você é o único responsável pela mesma ou causador dela. Se você tivesse aceitado a decisão da maioria dos convencionais udenistas, reunidos no dia 10, com a sua presença, aliás, festejada por todos, não haveria nenhuma crise fluminense, como na realidade não existe nada de importante, a não ser o inconformismo do qual você se deixou possuir.

[...] o PSD jamais deixará o poder no Estado do Rio, uma vez que, se esse partido conseguir superar a crise que acaba de sofrer com a dissensão do sr. Miguel Couto Filho (a maior da sua história), é que claro que a sua vitalidade é de fato monstruosa, e nada, força alguma ou coligação por maior e bem organizada que seja, poderá derrotá-lo nos pleitos futuros.

Nesta ocasião, onde estará o candidato próprio da UDN? Nesta ocasião, onde estará o PTB, senão ao lado do PSD? – porque não devemos ter dúvida de que a tradicional aliança PTB-PSD se restabelecerá na hipótese da vitória do sr. Getúlio Moura. E onde estarão os udenistas do interior, que não terão como se defender, cansados e esgotados como já se encontram há longos anos, enfrentando sempre situações contrárias? É evidente que ficarão reduzidos a um pequeno número de heróis lacerdistas, porque a grande maioria ensarilhará as armas e irá tratar de outras coisas. E o candidato próprio, onde andarão? Não será mais do que um marco, uma bandeira de orgulho nos escombros de mais uma derrota que poderia ter se transformado em vitória... Esta, em linhas gerais, a realidade que resultará do seu candidato próprio (DIÁRIO CARIÓCA, 18/06/1958, p. 4).

Vale destacar que o jornal *Diário Carioca* apoiava a candidatura de Roberto da Silveira, defendendo a necessidade de se acabar com o “monopólio” pessedista no estado do Rio. Segundo a historiadora Tânia de Luca, é importante atentar para o fato de que as notícias divulgadas nos periódicos não são a “verdade absoluta”. Sendo a “objetividade” dos periódicos um dos pontos mais criticados ao se trabalhar a imprensa como fonte de pesquisa (LUCA, 2008).

Visto que, historicamente os jornais são utilizados como instrumento político para veiculação de propostas e de visões político-partidárias. Dessa forma, o olhar jornalístico pode variar conforme o perfil sócio-político dos proprietários, jornalistas, colaboradores e/ou anunciantes que os compõem. Perspectivas que também podem ser alteradas ao decorrer do tempo e do espaço, dependendo de determinadas conjunturas políticas (LUCA, 2008).

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

Dito isso, o fundador do *Diário Carioca*, José Eduardo de Macedo Soares (1882-1967), primo do ex-governador fluminense Edmundo de Macedo Soares e Silva (PSD, 1947-1951), publicava editoriais em favor da candidatura de Roberto da Silveira. Assim como, o diretor-redator-chefe do jornal Danton Jobim. De forma ácida, J. E. de Macedo Soares destaca a importância de os fluminenses votarem em Roberto da Silveira, ainda no início do ano de 1958:

O povo fluminense vai, pois, mostrar nas próximas urnas se o que lhe convém é repetir Feio, Peixoto, Ladislau, José Pedroso, ou enveredar pelo limpo, elegendo um fluminense digno, um moço cuja vida todo o Estado conhece e respeita. Assim, votar em Roberto Silveira tornou-se um imperativo da honra dos fluminenses. Ou bem repelimos a crápula pela baía afora, ou então nos tornamos cúmplices da situação política mais reles deste país, que é formada pelo conluio da estupidez e da desonestidade (DIÁRIO CARIOCA, 27/02/1958, p. 1).

Após consulta aos diretórios udenistas do estado do Rio, foi confirmado o apoio da UDN à candidatura de Roberto da Silveira. Quarenta e um diretórios municipais de cinquenta e três responderam a favor de Silveira, segundo reportagem do *Diário Carioca* (DIÁRIO CARIOCA, 01/08/1958, p. 3). Sobre o resultado que ratificou a decisão tomada na Convenção da UDN do dia 10 de junho de 1958, Paulo Araújo, presidente da seção udenista fluminense declarou que:

Assim, desde o início chegamos à conclusão de que a UDN se inclinava fortemente para o apoio à candidatura do sr. Roberto Silveira, foi porque, à proporção que íamos observando a tendência da maioria dos diretórios, forçosamente não poderíamos antever outra conclusão. Aliás, sabendo-se, como se sabe, que a UDN do Estado do Rio sempre considerou o PSD como o seu inimigo nº 1, não era difícil a ninguém prever que as suas inclinações, uma vez afastada a hipótese da candidatura própria - assunto que não foi cogitado em tempo oportuno, mas, se o tivesse sido, seria a meu ver, a solução melhor - seria no sentido do mais forte candidato que se opusesse justamente aquele candidato (DIÁRIO CARIOCA, 01/08/1958, p. 3).

Dessa forma, observa-se que no cenário político fluminense de 1958, Roberto da Silveira apontava como o candidato mais forte para derrotar o PSD. Mas, isso só possível com a formação da coligação popular-nacionalista, a qual constituiu a seguinte chapa: para governador Roberto da Silveira (PTB), para vice-governador Paulo Araújo (UDN), tendo Miguel Couto como candidato a senador pelo PSP. Silveira ganhou a eleição, no entanto, Araújo perdeu para Celso Peçanha. Já o ex-governador Miguel Couto Filho venceu as eleições para o Senado.

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

Com a vitória de Roberto, o PTB derrotou o PSD e atenuou as forças do amaralismo/pessedismo no estado do Rio, dando bases para a construção de uma nova articulação política, entorno do próprio Roberto, conhecida como *robertismo*. Conforme as memórias de Jorge Loretti, o ponto forte de Roberto era a “campanha pessoal: corpo-a-corpo, viagens, comícios, muitos comícios” (LORETTI, 2001, p. 72).

Sobre isso, Badger da Silveira destaca em seu depoimento que seu irmão era “um líder absoluto” que transmitia confiança a todos os seus correligionários. “Todos acreditavam na capacidade de liderança do Roberto. E o Roberto tinha uma coisa muito interessante: ele não resolvia nada sozinho. Ele podia ter um ponto de vista sobre determinado assunto político, mas antes ele ouvia todos os companheiros [...]” (SILVEIRA, 1981-1982, p. 6).

O ex-governador também ressalta o carisma de seu irmão, afirmando que ele gostava do “contato pessoal” com seu eleitorado, “se tinha uma seresta, ele ia para lá, pegava o violão e tocava. E se tinha uma feijoada, ele ia lá e participava, sempre com a maior intimidade com todos”. Saudosista, Badger afirma que seu irmão “era um homem extraordinário, fora de série como se diz” (SILVEIRA, 1981-1982, p. 6).

A revista *O Cruzeiro* ressalta que “Roberto venceu com a cabeça” na eleição de 1958. Em reportagem escrita por Luiz Carlos Barreto, destaca-se a mocidade de Roberto da Silveira que conquistou o cargo de governador com a tenra idade de 35 anos, tornando-se o “governador mais moço da história fluminense” (O CRUZEIRO, 01/11/1958, p. 104). Destaque esse reforçado, sobretudo, com uma foto tirada pelos fotógrafos Waldir Braga Estrêla e Geraldo Viola, na qual o governador eleito encontra-se sem camisa jogando bola na praia.

Passando, dessa forma, uma imagem de juventude e de vitalidade, assim como, de proximidade com o povo fluminense, sendo um rapaz como qualquer outro. No fim, destacam uma foto singela da jovem família Silveira, formada por Roberto, sua esposa Ismélia Saad Silveira, e seus três filhos.

Nessa seara, a reportagem também ressalta a estratégia de campanha de corpo-corpo, durante a qual “Silveira, além de apertar mais de 700 mil mãos fluminenses, percorreu a pé cêrca de 800 quilômetros”, andando “por lugares nunca dantes navegados”. Fazendo assim, uma revolução eleitoral, segundo *O Cruzeiro*. Sobre isso, Luiz Carlos Barreto destaca:

Para chegar a essas regiões marginais da geografia, teve de usar veículos mais pitorescos, desde o carro de boi ao velho Ford, passando pela canoa de índios montaria que êle usou e abusou para alcançar os cafundós fluminenses. Era a revolução eleitoral em marcha. Uma revolução que, saindo do Estado do Rio, deveria ter repercussão na alta política do Brasil,

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

de vez que abalou líderes até então julgados invencíveis. Monolíticos. Os famosos capitães pessedistas do Estado do Rio (O CRUZEIRO, 01/11/1958, p. 106).

Vendendo, assim, a imagem de que a campanha foi uma grande aventura. Só podendo ser feita por uma jovem liderança política, cuja derrotou a principal força política fluminense de então, com sorrisos, apertos de mão, bom humor e inteligência. Quase como se a campanha tivesse se resumido a isso. Atenuando, de certa forma, o papel da mega aliança feita entre partidos de diferentes vertentes políticas para derrotar o gigante PSD.

Contudo, essa ascensão meteórica de Roberto da Silveira terminou com sua morte abrupta e trágica. Com 38 anos de idade, o governador fluminense sofreu um grave acidente ao ir sobrevoar de helicóptero a cidade de Petrópolis, após enchentes que desabrigou milhares de pessoas na região do rio Pomba e do rio Paraíba, em fevereiro de 1961. Silveira ainda ficou uma semana internado. Durante o período em que ficou hospitalizado, em Petrópolis, a unidade de saúde recebeu milhares de visitantes à procura de notícias e para prestar solidariedade ao jovem governador. De acordo com o depoimento do chefe de gabinete Jorge Loretti, que permaneceu na casa de saúde ao lado dos familiares de Roberto, o estado de saúde do governador era crítico, mas:

[...] o grande queimado ilude muito. A imprensa noticiou os prognósticos médicos, mas também noticiou que ele permanecia lúcido. Os médicos diziam o seguinte: 'Por todos os estudos feitos, quem tem uma queimadura extensa, atingindo mais de 50% do corpo, não tem condições de sobrevivência'. E ele tinha cerca de 70%. Mas não posso negar que todos alimentávamos a esperança de que, por ser muito moço e sadio, Roberto pudesse reagir. Agora do ponto de vista da opinião pública, passado o primeiro impacto, o do acidente, passadas as primeiras mortes, que ocorreram no mesmo dia, como Roberto sobreviveu as pessoas achavam que poderia se recuperar. A verdade é que ele durou essa semana inteira, lúcido até quase o final. Isso ilude muito, dá a impressão de que a pessoa está se recuperando. e Roberto, cheio de otimismo, era o próprio sentimento de recuperação e de vida, porque era um homem cheio de energia, de planos para o futuro (LORETTI, 2001, pp. 97-98).

Roberto da Silveira veio a falecer no dia 28 de fevereiro de 1961, comovendo o estado do Rio. Seu enterro foi uma demonstração da força política que o trabalhista detinha no território fluminense. Segundo o periódico *A Noite*, “Caminhando nas ruas o povo não escondia sua dor. Em cada fisionomia, lia-se o sentimento que ia em cada coração. O comércio foi fechado e a cidade parou, praticamente” (A NOITE,

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

01/03/1961. p. 11). O operário Manoel Santos, que desmaiou ao saber do falecimento de Roberto, declarou ao *Correio da Manhã* que “os trabalhadores haviam perdido um grande amigo” (CORREIO DA MANHÃ, 01/03/1961. p. 16).

A morte prematura de Roberto da Silveira também impactou a eleição fluminense de 1962. Logo após o seu sepultamento, já estava sendo discutido quem seria o candidato petebista para o governo do estado. Nessa conjuntura, o principal nome que surgiu foi o de seu irmão mais velho Badger da Silveira, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio.

Badger da Silveira relata em sua entrevista que seu nome como candidato teria surgido já na primeira reunião da cúpula da seção fluminense do PTB. Todavia, ele não teria aceitado de imediato. “Pela Constituição eu era inelegível pelo fato de ser irmão do Roberto. [...] Eu pessoalmente achava isso. Mas achava também que não devia dizer que não queria de maneira nenhuma porque já tinha 10 candidatos pretendentes ao governo do estado.” (SILVEIRA, 1981-1982, p. 21).

O ex-governador acrescenta que a sua candidatura “podia pelo menos transitoriamente caminhar para a consolidação de uma liderança no partido capaz de impedir o esfacelamento do partido com a morte do Roberto” (SILVEIRA, 1981-1982, pp. 21-22). Ponto esse também comentado por Jorge Loretti em sua entrevista. Na qual destaca que após a morte de Roberto da Silveira, o PTB fluminense tinha vários nomes disponíveis dentro do partido para disputar a eleição estadual de 1962, dentre eles:

Bocaiúva Cunha ligado ao Samuel Wainer – fora um dos diretores da Última Hora –, homem de alto relacionamento social e político, com grande tradição no Estado do Rio, porque era filho de Ranulfo Bocaiúva, ex prefeito de Niterói, e bisneto de Quintino Bocaiúva, ex presidente do estado na República Velha. [...] A segunda figura era o deputado Augusto de Gregório, diretor da Folha Carioca e muito ligado a Ricardo Jafet, ex-presidente do Banco do Brasil. O terceiro era Paiva Muniz, que no princípio era mais moderado, mas no final aproximou-se muito dos grupos radicais [...]. Mas, apesar de tudo, Badger conseguiu controlar o partido e na convenção foi escolhido candidato a governador (LORETTI, 2001, p. 112).

De acordo com o depoimento do jornalista Rogério Coelho Neto, ao Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense (ALERJ/CPDOC-FGV), Roberto não teria preparado nenhum sucessor ao longo de seu mandato. Sendo assim, o PTB teria optado por “trazer uma pessoa da família” (COELHO NETO, 1998, p. 7). Em suas memórias, Jorge Loretti ressalta que Badger “deveria ser candidato para provocar uma

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

certa ressurreição nos sonhos que tinham unido aquelas pessoas em torno do nosso chefe maior, que fora Roberto” (LORETTI, 2001, p. 111).

Opinião essa também compartilhada pela viúva de Roberto, Ismélia Silveira. Em entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, quarenta dias após a morte de Roberto, Ismélia declarou estar abalada pela perda do marido, mas reconhecia que a candidatura de Badger era uma necessidade, pois o cunhado iria concretizar “tudo aquilo que Roberto não teve tempo de fazer”. Além disso, a ex-primeira dama completou dizendo que: “como Roberto dizia, com o apoio do povo e a proteção de Deus, o partido do meu marido, o PTB, voltará a governar o Estado, procurando dar melhores dias ao povo fluminense, a quem Roberto devia tudo que tinha” (ÚLTIMA HORA, 12/04/1961. p. 5).

Pode-se observar, portanto, que a morte de Roberto da Silveira foi o grande catalisador da candidatura de seu irmão Badger da Silveira, no pleito de 1962. Segundo o relato de Rogério Coelho Neto, Badger não teria o mesmo fascínio político tão característico do seu irmão caçula, “mas era um político, também, muito cioso da responsabilidade do governo do estado” (COELHO NETO, 1998, p. 7).

Sendo assim, Badger da Silveira surge como “o continuador” do trabalho de seu irmão mais novo. Ainda que tivesse outros nomes mais conhecidos pelo eleitorado dentro do partido para concorrer à eleição estadual de 1962, a memória de Roberto da Silveira, assim como, o capital político que deixou teve papel fundamental na escolha de Badger para candidato ao governo do estado pelo PTB.

Escolha essa aparentemente acertada, tendo em vista que Badger da Silveira foi o grande vitorioso das eleições, derrotando Tenório Cavalcanti pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo PCB, que se encontrava na ilegalidade; o senador e ex-governador fluminense Miguel Couto Filho, pelo PSP-UDN-MTR (Movimento Trabalhista Renovador); o ex-governador fluminense Edmundo Macedo Soares e Silva pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Libertador (PL); por fim, o senador Paulo Fernandes pelo PSD e pelo Partido Rural Trabalhista (PRT).

Referências Bibliográficas

Fontes:

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO CARIOCA, Faculdade de Direito de Niterói, 27/10/1945, p. 2.

O FLUMINENSE, Encerrada, ontem, a apuração em Campos, 07/11/1954.

p. 6.

DIÁRIO CARIOCA, Renunciou o vice governador Roberto Silveira, 02/07/1958, p. 3.

O CRUZEIRO, Posição da UDN Fluminense, 07/06/1958, p. 103.

DIÁRIO CARIOCA, Golpe na UDN Fluminense, 15/06/1958, p. 3.

DIÁRIO CARIOCA, A propósito da “crise” fluminense, 18/06/1958, p. 4.

DIÁRIO CARIOCA, O herói das quatro cadeiras, 27/02/1958, p. 1.

DIÁRIO CARIOCA, Encerrado: U. D. N. com Roberto Silveira, 01/08/1958,

p. 3.

O CRUZEIRO, Roberto venceu com a cabeça, 01/11/1958, p. 104-107.

A NOITE, Cobre-se de luto o Estado do Rio com a morte do seu líder, 01/03/1961, p. 11.

CORREIO DA MANHÃ, Multidão invadiu o Ingá para últimas homenagens ao governador fluminense, 01/03/1961, p. 16.

ÚLTIMA HORA, Primeiro pronunciamento da viúva do governador fluminense quarenta dias depois do trágico acidente de helicóptero, 12/04/1961, p. 5.

Documentos

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Arquivo: Ernâni do Amaral Peixoto. Classificação: EAP psd-r 1946.11.30. Série: psd-r - Partido Social Democrático – Regional.

Depoimentos

COELHO NETO, Rogério. Rogério Coelho Neto (depoimento,1998). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998. Disponível em:

A História Através da História

CARMO, Andressa Cristina de Miranda

<<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista543.pdf>>. Acesso em: 17/06/2022.

LORETTI, Jorge; FARIAS, Ignez Cordeiro de. **Jorge Loretti**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, Assembléia Legislativa do Estado, 2001.

SILVEIRA, Badger Teixeira da. **Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 50min).

ARAÚJO, Maria Celina de. **Sindicatos, Carisma e Poder**: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação. Getúlio Vargas, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: a ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

COSTA, Rafael Navarro. **Tecendo redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Jorge. **A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)**: revisitando temas historiográficos. IN: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Coordenador). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed., reimpr. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <<https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0117.pdf>>. Acesso em: 17/06/2022

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

A PADROEIRA DA REVOLUÇÃO: NOSSA SENHORA APARECIDA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Mathews Nunes Mathias*

Em março de 1964, aproximava-se a hora do tão aventado *desfecho* para os grupos políticos que passaram os últimos meses armando-se em linhas de ataque e defesa da democracia liberal no Brasil. De um lado, as esquerdas, imaginando-se vitoriosas antes mesmo da batalha final, pressionavam pelo fim da “política de conciliação” de Jango e pelo aprofundamento das reformas, “na lei ou na marra” (FERREIRA, 2006). Em oposição, as direitas, amedrontadas, mas decididas a “defender a ordem legal”, buscavam maneiras de “salvar a República”. Fez-se o impasse e o resultado do embate é amplamente conhecido. Em 31 de março de 1964, veio o golpe que encerrou a experiência democrática iniciada em 1945.

O movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, para além do apoio do governo norte-americano (FICO, 2008), reuniu diferentes grupos sociais entre empresários, grande parte da imprensa e das classes médias, lideranças eclesiais e militares. Era, portanto, uma aliança heterogênea, que unida ao redor de valores comuns, empreendeu o golpe nas trincheiras de “defesa da democracia, da família e da Constituição”. É bem verdade que a maioria não desejava uma longa ditadura, mas naquele momento todos concordaram que era preciso uma intervenção *salvadora* que livrasse o país “do comunismo, da subversão e da corrupção”.

Como aponta Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 47), um Grande Medo unia os segmentos sociais que apoiaram o golpe: um “processo de redistribuição de renda e de poder que pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos, ameaçando instituições e valores”. No entanto, além deste medo *real*, muitos se reconheciam como instrumentos da providência divina e acreditavam que a vitória do golpe só tinha sido possível porque Deus estava com eles, sob as bênçãos de Nossa Senhora. Na perspectiva dos grupos conservadores, a *revolução* também foi feita contra os católicos de esquerda, que queriam reformar as Sagradas Escrituras, o ensino dos papas, a

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

doutrina social da Igreja e até o próprio Deus, como denunciou uma matéria publicada por um jornal católico mineiro após o golpe (*O Lampadário*, 26 abr. 1964. p. 3).

Nesse sentido, a religião ocupou um papel central no discurso legitimador do golpe. Daí a importância de compreender de que forma os universos da luta política e os sentidos próprios da religião misturaram-se em 1964 ao ponto de os vencedores afirmarem que “foi Deus que ganhou a revolução” (*O Lampadário*, 26 abr. 1964). Do mesmo modo, é importante observar como a figura de Nossa Senhora, em particular, foi mobilizada pelos grupos conservadores. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 218), Nossa Senhora de Fátima e o rosário ocuparam posição destacada no imaginário anticomunista católico dos anos 1960. Nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade de Belo Horizonte, por exemplo, Fátima apareceu como um grande ícone cristão contra o comunismo entre os cartazes dos manifestantes. No entanto, em outros locais, foi justamente a imagem de Nossa Senhora Aparecida que assumiu de forma mais apropriada a identidade nacional evocada nas marchas, sendo proclamada a verdadeira padroeira da *Revolução*.

Assim, a mobilização da figura de Nossa Senhora Aparecida pela direita em 1964 conforma interessante aspecto para refletirmos não só sobre a posição da Igreja Católica em relação ao golpe, mas também sobre determinados valores compartilhados por amplos segmentos sociais nos momentos iniciais de instauração da ditadura. Por isso, neste artigo, buscarei analisar como a imagem de Nossa Senhora Aparecida, um dos maiores símbolos nacionais e da devoção popular brasileira, foi apropriada pelos grupos conservadores nas vésperas do golpe de 1964. Ao mesmo tempo, com base nas manifestações públicas dos padres redentoristas, responsáveis pela administração da Basílica de Aparecida, no interior de São Paulo, discutirei o papel do Santuário Nacional no golpe e nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que respaldaram a intervenção civil-militar.

13 de março de 1964. Jango decidiu se lançar nos braços das esquerdas radicalizadas ao convocar aquele que seria o primeiro e único comício das reformas na Central do Brasil. Ao lado de Leonel Brizola e Miguel Arraes e falando de improviso para um público de aproximadamente 350 mil pessoas, o presidente anunciou a assinatura de vários decretos, entre eles o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que previa a desapropriação de terras ao longo dos eixos rodoferroviários em benefício da reforma agrária. A medida empolgou as esquerdas, pois aquele parecia ser o fim da “política de conciliação”. Por outro lado, para as

direitas, o comício fez soar o alerta de que um golpe estava sendo tramado pelo presidente junto às forças de esquerda.

No entanto, os decretos não foram os únicos pontos que alarmaram as direitas. Vale lembrar que a religião não faltou ao comício da Central. Em seu discurso, Jango dizia ter o “inolvidável papa João XXIII” ao seu lado. Ao denunciar “a indústria do anticomunismo”, o presidente asseverou que os rosários da fé não poderiam ser levantados contra o povo, que tinha fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças (FICO, 2004, p. 286). Assim, para defender as reformas de base, Jango fez referência a duas grandes representações do catolicismo: o papado e o rosário. Porém, curiosamente, apenas a menção ao rosário pareceu incomodar as direitas. Em São Paulo, mulheres católicas da União Cívica Feminina (UCF) que rezavam o terço na praça da Sé ficaram sobressaltadas: como o presidente poderia se referir ao rosário daquela maneira? Como o terço, ícone da devoção popular, poderia ser levantado contra o seu próprio povo? Como o rosário de Nossa Senhora, Mãe de todos os brasileiros, poderia servir como um obstáculo para os seus próprios filhos?

Nenhuma das mulheres questionou a menção de Jango ao papa, pois, ainda que reconhecessem que o magistério pontifício como um símbolo de autoridade e legitimidade para a Igreja Católica, os grupos femininos e, em geral, todos os setores das direitas organizadas, nutriam certa desconfiança em relação às encíclicas sociais de João XXIII e seus apelos ao diálogo, inclusive com comunistas. Como observado por Wellington Teodoro da Silva (2018, p. 46), desde a convocação do Concílio Vaticano II em 1961, grupos conservadores haviam se afastado do *papa bom* e chegaram a aventar a possibilidade de Moscou ter conseguido infiltrar agentes no Vaticano durante o conclave que elegeu João XXIII. Embora a referência de Jango ao papa não tenha mobilizado as direitas, o aceno ao catolicismo progressista reforçou a sua relação com as esquerdas e os estudantes, principalmente, a Ação Católica e União Nacional dos Estudantes (UNE), que admiravam João XXIII, costumavam discutir suas encíclicas e chegaram a propor o nome do pontífice ao Prêmio Nobel da Paz em 1963. Assim, naquele momento, operou-se um movimento interessante: enquanto as esquerdas buscaram legitimidade no magistério papal, mais distante dos leigos; as direitas apelaram à devoção popular, mais próxima do cotidiano da maior parte dos católicos.

Grupos femininos, com o apoio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), articularam-se com setores eclesiais, udenistas e várias entidades cívicas para oferecer uma resposta à suposta ofensa de Jango com um movimento de desagravo ao rosário. A *frente ampla* teve início em São Paulo, mas logo ganhou força em grande parte do país. Aos poucos e ao sabor do medo de que Goulart planejava romper com a legalidade constitucional para levar adiante o seu programa reformista,

A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

o movimento de desagravo ganhou contornos mais amplos. A palavra “rosário” foi retirada do nome do ato para garantir a presença de grupos diversos. Dessa forma, mesmo os não católicos, que poderiam não ver Nossa Senhora como mãe, se sentiriam filhos da mesma pátria, ameaçada pelo comunismo. Chegou a hora de pedir “basta, senhor presidente!” e clamar para que “as Forças Armadas realizassem uma intervenção ‘moralizadora’ das instituições” (PRESOT, 2010, p. 74). Assim nasceram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

No dia 19 de março, dedicado a São José, padroeiro da família e da Igreja Universal, cerca de 500 mil pessoas tomaram as ruas do centro de São Paulo para defender o rosário, os valores da família e pedir a saída de João Goulart. Em ritmo de *passeata religiosa e procissão política*, mulheres rezavam seus terços enquanto outros manifestantes levavam faixas e cartazes com palavras de ordem contra Jango e mensagens anticomunistas como “verde e amarelo, sem foice e sem martelo”. Junto aos devotos militantes, muitos políticos de direita, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, engrossaram o coro “tá chegando a hora de Jango ir embora” cantado pela multidão. Dias depois, a cidade de Santos também levaria uma marcha para as ruas em nome de Deus, da Pátria e da Família.

De acordo com Janaina Cordeiro (2021, p. 223), a Marcha de São Paulo e de Santos foram expressivas “de um consenso defensivo em torno do qual as direitas já vinham se organizando desde a posse de Goulart e em especial, a partir da gradual radicalização do governo em meados de 1963”. Portanto, ao menos no plano retórico, diferentemente das outras crises que assolaram a República em 1954, 1955 e 1961, as direitas em marcha defenderam a ordem democrática e a legalidade constitucional em 1964. Contudo, é preciso considerar que, tal como demonstrado por Rodrigo Patto Sá Motta (2002), a utilização do argumento democrático pelas direitas não significava afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo comunista, mas opor a ordem à chamada “ameaça revolucionária”, que por sua vez, destruiria as instituições-base do mundo ocidental, Deus, Pátria e Família.

De todo modo, as direitas consideraram as marchas um sucesso. Acreditavam que haviam vencido o embate simbólico com as esquerdas pelas ruas e pelo catolicismo. Com efeito, os grupos conservadores levaram mais pessoas para as ruas do que o Comício da Central. Para os organizadores das marchas, a defesa do rosário, ícone da devoção popular, havia sido capaz de empolgar muito mais a população do que as referências ao papa João XXIII e à doutrina social da Igreja. De fato, embora a Marcha de São Paulo não tenha sido endossada pelo arcebispo dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta –apoiador da reforma agrária e próximo de Jango –, não foram poucos os símbolos religiosos acionados pelos grupos que marcharam contra Goulart

em março de 1964. Da mesma forma, não se pode esquecer da participação ativa de padres e freiras nas marchas.

Renato Cancian (2016, p. 109) destaca que “foram poucos, com fraca ou nenhuma influência institucional, os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia que apoiaram enfaticamente as marchas”. Porém, é preciso ir além do apoio ativo e considerar os clérigos que silenciaram ou foram indiferentes àquelas manifestações. É bem verdade que parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defendia as reformas sociais propostas por Jango (KRISCHKE, 2012), mas não ao ponto de organizar um movimento de apoio ao presidente. Até porque, sobre o episcopado pairavam muitas dúvidas em relação às intenções políticas de Goulart e ao desfecho da crise. Na verdade, nas vésperas do golpe, o sentimento de temor diante do avanço do comunismo estava disseminado em diversos setores da sociedade, inclusive, entre os bispos.

De todo modo, apesar da forte onda anticomunista expressa nas ruas de São Paulo, fato é que as marchas mereceram o desprezo das esquerdas (FERREIRA, 2011, p. 438). Em primeiro lugar, simplesmente por lembrarem uma grande procissão católica. E, segundo, por serem consideradas manifestações de classe média, sem “o suor do salário-mínimo” (CASTRO, 1984, p. 80). Aliás, até hoje, para determinado imaginário de esquerda e para a memória sacralizada por setores progressistas da Igreja Católica, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade representam o ápice da organização das direitas na luta a favor da intervenção militar, mas quase sempre são lembradas com tons maniqueístas ou condenatórios. Ignorando a força do pensamento conservador brasileiro, que nos anos 1960 se identificava com a cultura política udenista, é muito comum que as marchas sejam vistas como manifestações de donas de casa manipuladas pelo clero, pelos maridos e pelos militares, que se apropriaram do rosário para defender a família, a religião e a Pátria. Porém, como argumenta Janaina Cordeiro (2021, p. 222), as marchas também expressaram “anseios e receios cotidianos” e indicaram “os limites que a proposta reformista de Goulart” encontrou não só entre as elites, mas entre segmentos mais amplos da sociedade. No mesmo sentido, a forma como a figura de Nossa Senhora e o rosário foram mobilizados nas marchas também podem apontar as resistências ao modo como determinados setores da Igreja e as esquerdas católicas se posicionavam diante da crise política, acionando as determinações do Concílio Vaticano II e as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, para defender as reformas de base (SILVA, 2010).

Após a Marcha de São Paulo, Neusa Goulart Brizola pensou em convocar uma manifestação de mulheres com a Liga Feminina da Guanabara e o Movimento

A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

Nacionalista Feminino em resposta às manifestações de direita que pediam a deposição de Jango (FERREIRA, 2011, p. 438). Francisco Julião também planejou uma espécie de “Marchas das Ligas Camponesas”, buscando mobilizar os sentidos da devoção ao Padre Cícero (SILVA, 2018, p. 49). A Ação Católica de São Paulo e de Belo Horizonte também divulgaram manifestos, com a anuência dos respectivos arcebispos, contra “o uso político dos sentimentos religiosos do povo”. Nenhuma das iniciativas se concretizou ou fez frente às Marchas da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo. Era tarde demais para que as esquerdas compreendessem o valor político da ocupação religiosa do espaço público naquele momento.

Apesar do desprezo das esquerdas, o espírito das marchas se interiorizou. Em Aparecida, por exemplo, do alto dos púlpitos, há muito tempo os padres redentoristas, responsáveis pela administração do Santuário Nacional, denunciavam o comunismo a que “o governo João Goulart estava levando o Brasil” (ALAVREZ, 2017, p. 210). Em agosto de 1963, dias antes de um jogo decisivo entre Santos e Corinthians, o jornal *Última Hora*, ligado ao trabalhismo e à agenda reformista de Jango, publicou uma charge em que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, com feições negras, abençoava as mascotes das duas equipes tendo, ao mesmo tempo, um ponto de interrogação sobre a cabeça (*Última Hora*, 27 ago. 1963). A ousadia do jornal, ao se valer da imagem para fazer uma ironia com os pedidos de intercessão feitos pelos jogadores que estiveram em Aparecida antes do jogo, não foi bem compreendida por grande parte da população que, inflamada pelos protestos dos padres da Rádio Aparecida, foram às ruas do Vale do Paraíba para se manifestar contra o jornal identificando-o com as esquerdas e acusando-o de ser dominado por “forças ateístas e sem Deus” (Idem). Naquela ocasião, protestos foram convocados por todo país contra o jornal *Última Hora* e vários políticos de direita tomaram parte nas manifestações, que se uniram aos protestos contra a visita do presidente da Iugoslávia, Josip Bros Tito, a convite de Jango, em setembro de 1963.

Em março de 1964, a cidade e os redentoristas estavam dispostos a combater o comunismo *sacrílego* novamente. As ondas da Rádio Aparecida espalharam a indignação contra o discurso de Jango no comício da Central por todo o Vale do Paraíba e uniu grupos marianos contra os ataques à Constituição e a “fina flor da canalha esquerdista” que havia se reunido com o presidente no Rio de Janeiro (ALVAREZ, 2017, p. 210). Depois da Marcha de São Paulo, os padres redentoristas passaram a incentivar a participação dos aparecidenses nas Marchas da Família com

A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

Deus pela Liberdade e a organizar vigílias, com rezas do terço, para esconjurar o *perigo vermelho*.

No dia 29 de março de 1964, domingo de Páscoa, o presidente da Câmara dos Deputados, Rainieri Mazzilli, foi recebido com toda pompa e circunstância pelo padre Pedro Fré na Basílica de Aparecida. Acompanhado da mulher, dona Sylvia, Mazzilli se juntou aos acólitos na procissão de entrada e ao pequeno número de fiéis que acordou cedo para a missa da aurora. Ao final da celebração, o padre apresentou aos devotos o “homem importante” que visitava a Basílica e ofereceu o microfone ao deputado para que ele dissesse algumas palavras. Mazzilli anunciou a boa nova em alto e bom som: Jango estava com os dias contados na presidência. Não entrou em detalhes, mas pediu para que os fiéis rezassem uma ave-maria com ele e rogassem pela proteção de Aparecida ao Brasil. Horas depois, os redentoristas revelaram-se profetas dos novos tempos e escreveram em seus diários: “a revolução vem aí!” (ALVAREZ, 2017, p. 210).

No dia seguinte, Jango selou o seu destino ao comparecer à festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, no Automóvel Clube do Rio. Ladeado por ministros do governo e pelo cabo Anselmo, além de fuzileiros navais envolvidos na revolta dos marinheiros – que reivindicaram o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis e a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha –, o presidente fez o seu último discurso para uma plateia de 2 mil pessoas. Mais uma vez, Jango tentou medir forças com as direitas em torno do catolicismo ao recorrer às encíclicas de João XXIII e aos discursos de dom Hélder Câmara para defender as reformas de base. O presidente e a maior parte das esquerdas mantinham a crença de que os brasileiros que haviam aderido às Marchas da Família eram manipulados e explorados pelos “políticos que mais pregaram ódio” e pela propaganda do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Para os reformistas, era inconcebível que Nossa Senhora se tornasse aquilo que se tornou horas depois do discurso de Jango: a Padroeira da *Revolução*.

Muito antes do golpe, o general Olympio Mourão Filho costumava passar pelo Santuário Nacional de Aparecida para pedir à santa que o iluminasse na missão de “salvar a Pátria”, sob a liderança de “um Chefe graduado com 4 estrelas” (MOURÃO, 1978). Em 1962, o futuro golpista escreveu em seu diário:

Quando eu ainda estava no Comando da 2ª RM, numa viagem de automóvel de São Paulo para o Rio, passando por Aparecida do Norte, fiz uma prece ardente à padroeira do Brasil, rogando-lhe fervorosamente que me desse forças para conseguir ser ouvido e entendido pelos Generais. Eles eram os únicos que poderiam tomar uma atitude decisiva, eu me

julgava pouco graduado, tão desvalido e sem prestígio no Exército, que me pareciam intransponíveis os obstáculos à execução de tão grandiosa missão. Que Nossa Senhora Aparecida inspirasse um General do Exército, prestigioso, comandante ou não de tropas. Muitas vezes durante a rápida oração, eu me lembrava do General Arthur da Costa e Silva (...) (MOURÃO, 1978, p. 233).

A santa só *atenderia* as suas preces dois anos depois. Às 4 horas do dia 31 de março de 1964, quando as tropas de Mourão Filho partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, os mineiros entraram em “vigília democrática”. Católicos foram conclamados pelo arcebispo de Juiz de Fora, dom Geraldo Maria de Moraes Penido, a permanecerem “fiéis na confiança em Deus, na proteção de Nossa Senhora Aparecida, no amor da pátria e na defesa das instituições” (SILVA, 2018, p. 276). Naquele momento decisivo, o medo do comunismo somava-se ao temor pela iminência de uma guerra civil. Todos os conspiradores esperavam grande resistência da parte de Jango (FICO, 2014, p.74). Por isso, na maior parte das igrejas e capelas de Minas, fiéis rezaram o rosário para que “o Brasil fosse reconduzido à tranquilidade sem derramamento de sangue” (*O Lampadário*, 31 mar. 1964, p. 1).

De fato, quase não houve resistência ao movimento iniciado por Mourão. Suas tropas não precisaram disparar um único tiro. A guerra civil, temida pelas direitas e pelas esquerdas, não aconteceu e o governo João Goulart caiu como um castelo de cartas. Isso não quer dizer que a *estranha derrota* das esquerdas em 1964 foi incruenta. A rigor, poucos atos de violência foram verificados, mas para ficar apenas em um exemplo, os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar resistiram à prisão do governador Miguel Arraes e foram brutalmente assassinados pela repressão policial em Pernambuco ainda no dia 1º de abril de 1964 (FICO, 2014, p. 59). Além disso, as inúmeras ações arbitrárias, como prisões sem mandato e interrogatórios coercitivos, ocorreram logo após o golpe, inaugurando uma onda autoritária de violência política que não deve ser relevada.

Ainda assim, entre as direitas, prevaleceu o mito da “vitória sem sangue”. Para muitos, assim como a abolição da escravidão havia sido feita em paz e por obra de caridade da princesa Isabel, o golpe *milagrosamente* teria vencido o comunismo sem derramamento de sangue (SILVA, 2018, p. 273). O *milagre* logo foi atribuído à Nossa Senhora, que teria atendido ao chamado da arma pacífica do rosário e *salvado* o Brasil. Para políticos de direita com forte atuação nos movimentos de desestabilização do governo João Goulart, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, Deus e Nossa Senhora Aparecida não haviam perdido a “carteira de cidadania brasileira” para o comunismo (*O Lampadário*, 26 abr. 1964, p. 2). Em memória da famosa Cruzada do

A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

Rosário em Família, liderada pelo padre irlandês Patrick Peyton,¹ católicos conservadores celebraram a vitória da “Augusta Rainha que, pela mediação junto a Deus, esmagou a cabeça da serpente”, que representava o comunismo (SILVA, 2018, p. 272). Ninguém deveria duvidar que a

arma da revolução vitoriosa foi o Terço da Mãe de Deus e dos homens, arma silenciosa e pacífica, que destroça os inimigos da civilização cristã, ainda que o ex-presidente da República tenha dito que o terço rezado pelas mulheres brasileiras não impediria as suas reformas de base (comunistas)! (*O Lampadário*, abr. 1964 apud SILVA, 2018, p. 272).

Por isso, quando as tropas de Mourão, de regresso do Rio de Janeiro, chegaram a Juiz de Fora, a maior parte da população, que tinha visto com muita apreensão os soldados descerem a serra, saudou o retorno dos militares com ação de graças à Nossa Senhora Aparecida. Naquele momento, a Padroeira foi alçada ao cargo de Generalíssima do Exército Brasileiro por ter comandado a vitória (*Semana Religiosa*, 17 mai. 1964, p. 1).

A partir de abril de 1964, acreditando respirar “o oxigênio da liberdade democrática”, milhares de pessoas marcharam por várias cidades do país não mais para clamar pela *salvação* do Brasil, mas para celebrar a vitória da *revolução* redentora (PRESOT, 2010; CORDEIRO; 2021). No dia 2 de abril, Nossa Senhora Aparecida abençoou a chamada *Marcha da Vitória*, que levou quase 1 milhão de pessoas para as ruas do centro do Rio de Janeiro. Assim como em Juiz de Fora, Aparecida foi louvada por seu *milagre* – a *revolução* incruenta – no Rio. Assim que a imagem da Padroeira do Brasil foi projetada no palanque, onde estavam representantes de várias religiões, como a umbanda, o cristianismo ortodoxo e o protestantismo, o povo aplaudiu gritando: “Brasil! Brasil! Brasil!” (*Correio da Manhã*, 03 abr. 1964, p. 1). Naquele momento, ao olhar para Aparecida, os manifestantes viam não só a imagem da Virgem Maria que mobilizava a fé de milhões de brasileiros há anos, mas a imagem da Mãe Pátria que, em certa medida, podia ser acolhida inclusive por grupos não católicos. Na Tijuca, na zona norte do Rio, ainda naquele abril de vivas à *revolução*, fiéis causaram

¹A Cruzada do Rosário em Família foi um movimento católico criado pelo padre irlandês Patrick Peyton na década de 1940, com o objetivo de difundir a reza do terço e combater o comunismo com orações em família. No Brasil, as cruzadas aconteceram entre 1961 e 1964 e arrastaram milhões de devotos por várias cidades do país, com o lema “a família que reza unida, permanece unida”. Cf. GUIZOLPHI, Anderson J. Na mira contra as esquerdas: o catolicismo anticomunista nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina na década de 1960. *Saeculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, p. 119-132, 17 dez. 2018.

congestionamentos ao realizarem uma procissão com a imagem de Aparecida à frente da multidão (*Correio da Manhã*, 22 abr. 1964, p. 3).

Nos meses que sucederam o golpe, várias romarias foram organizadas para a Basílica de Aparecida como forma de ação de graças pelo afastamento do comunismo das terras brasileiras. Uma delas foi convocada pelo arcebispo do Rio, dom Jaime Câmara. Visto que a *Marcha da Vitória* havia sido um sucesso de público, o cardeal considerou que era preciso ir mais longe e agradecer à Aparecida pessoalmente em sua *casa* no interior de São Paulo. Por isso, organizou uma peregrinação de diocesanos cariocas até o Santuário Nacional a fim de que todos juntos pudessem “manifestar o mais sincero reconhecimento pela graça que a proteção da Padroeira do Brasil havia outorgado maternalmente ao brasileiro” ao livrá-lo do “perigo vermelho” (*Correio da Manhã*, 19 abr. 1964, p. 15). A iniciativa de dom Jaime também foi seguida pelos devotos de Capivari que encontraram os cariocas na Rodovia Presidente Dutra e seguiram juntos para Aparecida (*O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 1964).

Em Niterói, no dia 15 de maio, a Avenida Amaral Peixoto foi ornamentada com faixas verdes e amarelas para receber o arcebispo da cidade, dom Antônio Moraes Jr., e os “heróis da revolução”, generais Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Antônio Carlos Muricy e Manuel Lisboa. A organização da marcha, a cargo de Maria José de Sousa Cid, uma das coordenadoras da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), contou com a participação de 200 mil pessoas, reunindo fiéis de Niterói, Friburgo, Maricá, Itaboraí, São Gonçalo, Petrópolis e alguns municípios da Baixada Fluminense. Na Praça da República, ponto de encerramento da procissão, um grande painel com um mapa do Brasil, um retrato do marechal Castello Branco e uma imagem enorme de Nossa Senhora Aparecida foram colocados sobre um palco, onde discursou o governador do estado, general Paulo Francisco Torres, recém-empossado no cargo após a cassação de Badger da Silveira (*Jornal do Brasil*, 13 mai. 1964, p. 3). O cenário montado em que a imagem da Padroeira do Brasil figurava ao lado do primeiro presidente militar sintetizava os sentidos mobilizados pelo catolicismo entre as direitas nas marchas: Aparecida, a Rainha do Brasil, abençoava a *revolução* e o *novo* país que os militares queriam construir.

No dia 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, santa muito evocada nas lutas contra o comunismo desde o início do século XX, fez-se a festa *revolucionária* na cidade de Aparecida. Apesar do mau tempo reinante, cerca de 10 mil pessoas se reuniram, por volta das 15 horas, na esplanada da nova Basílica, a fim de iniciarem mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade rumo à Basílica Velha. Na praça Nossa Senhora Aparecida, a multidão foi recebida por um grande arco do triunfo, encimado por bandeiras de todos os Estados do Brasil, simbolizando a vitória da

democracia sobre o comunismo. Conforme as recomendações da comissão organizadora da Marcha de Aparecida, o comércio local manteve suas portas fechadas durante todo o dia para que os trabalhadores marchassem até a Basílica Velha ao toque dos bumbos da banda do 5º Batalhão de Polícia de Taubaté (*O Jornal*, 14 mai. 1964).

Da Marcha de Aparecida, participaram estudantes, trabalhadores, militares e representações de todos os bairros e outros municípios do Vale do Paraíba, portando faixas e cartazes, com imagens da Padroeira e dizeres de ação de graças pelo *milagre* da santa. O número de romeiros empolgou os padres redentoristas, que se orgulhavam de ter profetizado a vitória da revolução após a visita de Mazzilli ao Santuário. O entusiasmo foi tanto que os religiosos tentaram garantir a participação de ninguém menos que o artífice da “intervenção salvadora”, o marechal Castello Branco. Em abril, o vigário da Basílica, padre Fré, chegou a ir até Ouro Preto convidar o presidente pessoalmente para prestigiar a marcha da Padroeira da *Revolução* em Aparecida. Recém-empossado e fortemente cercado por seguranças, Castello estava assumindo seu primeiro compromisso público como presidente da República nos festejos da Semana de Tiradentes, junto a Magalhães Pinto. O padre Fré acabou não conseguindo ter um momento com o presidente, mas pediu ao general Mourão Filho, presente na comitiva do marechal, que entregasse o convite a Castello em nome de toda a comunidade de Aparecida (ALVAREZ, 2017, p. 213).

Castello recebeu o recado de Mourão com muita honra, mas lamentou estar muito ocupado com o novo governo. Por essa razão, enviou um telegrama ao padre, declinando solenemente do convite: “Agradeço a V. Revma. pelo convite para assistir à missa de ação de graças pela vitória democrática e comunico-lhe impossibilidade de comparecimento” (ALVAREZ, 2017, p. 213). O presidente, realmente, não foi ao Santuário, mas mandou duas sobrinhas que o representaram. As “Filhas de Maria de Fátima”, que haviam preparado uma placa de prata com os dizeres “O terço nos deu a vitória. Que ele nos dê a paz para um Brasil maior” para entregar ao presidente, ficaram um pouco desapontadas (*Semana Religiosa*, 10 mai. 1964, p. 1). Porém, apesar da ausência de Castello, não faltaram autoridades na missa celebrada pelo bispo auxiliar de Aparecida, dom Antônio Macedo.

O prefeito da cidade, Aristeu Vieira Vilela, que fez questão de abrir crédito especial no valor de 150 mil cruzeiros para as despesas com a Marcha (APARECIDA, 1964) se uniu ao presidente da Câmara Municipal de Aparecida, Pedro Goussain, e ao coronel Rufino Freire, comandante do 5º BP de Taubaté, que representava o governador do Estado, Adhemar de Barros. O general de brigada, Álvaro Tavares do Carmo, da Infantaria Divisionária do Quartel General de Caçapava, representou o general Amaury Krueel, comandante do II Exército. O deputado Broca Filho, na

ausência de Ranieri Mazzilli, representou a Câmara Federal. Durante a missa, romeiros e autoridades entoaram cânticos de louvor à Nossa Senhora Aparecida, “grande mediadora diante de Deus para as questões brasileiras” (SILVA, 2018, p. 272) e vigilante no aprofundamento da *operação-limpeza* a ser promovida pelos militares.

Assim, a Marcha de Aparecida coroou a Padroeira do Brasil como a autêntica Padroeira da *Revolução* e sintetizou o encontro entre pátria e religião que a ditadura foi capaz de propiciar, sob os aplausos e louvores de muitos *devotos patriotas*. Nesse sentido, no contexto do golpe de 1964, a figura de Nossa Senhora Aparecida foi uma das expressões da união de valores comuns não só entre parte da Igreja e os militares, mas também entre a ditadura em seus momentos iniciais de instauração e a sociedade. Um encontro que se deu nas ruas, em verde, amarelo e o azul do manto da Mãe Aparecida transfigurada em Mãe Pátria.

A análise da apropriação da imagem de Nossa Senhora Aparecida pelas direitas no contexto do golpe de 1964 demonstra a força da religião no discurso legitimador do rompimento institucional e os limites que o reformismo de Jango encontrava entre as elites políticas e eclesiásticas, mas não apenas. Entre os 10 mil devotos que estiveram em Aparecida em maio de 1964 para celebrar a vitória do golpe, é difícil ver uma grande massa “sem vontades, sem certezas” e manipulada (CORDEIRO, 2021, p. 222). Afinal, os referenciais simbólicos que eram associados à Padroeira do Brasil, como o civismo, o patriotismo, a fraternidade e a união de todos os brasileiros independentemente de cor, credo e gênero, estavam longe de ser compartilhados apenas pelas elites.

Como lembra Solange de Deus Simões (1985, p. 106), os organizadores das marchas buscaram fortalecer, ainda mais, o apelo ideológico, na medida em que recorriam aos valores morais e religiosos internalizados na população. Isso não quer dizer que a Marcha de Aparecida e outras tantas que se seguiram ao golpe de 1964 tenham tido um cunho popular. Também, não se subestima o trabalho de organização e propaganda das passeatas por associações civis e eclesiásticas, mas se quer destacar o quanto a figura de Nossa Senhora Aparecida mobilizava amplos setores da sociedade a partir de sentimentos patrióticos e religiosos muito enraizados na cultura política brasileira.

É certo que Nossa Senhora Aparecida não foi mobilizada apenas pelas direitas. O presidente João Goulart também buscou abrigo nos mantos da Padroeira, ao colocar aos pés da sua imagem o pedido das reformas de base, inspiradas nas encíclicas de João XXIII. Porém, de modo geral, as esquerdas desprezaram a capacidade de mobilização

A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

que a figura de Aparecida poderia ter entre a população. Apostando na autoridade papal e nas encíclicas de João XXIII, Jango e os reformistas acusaram os grupos conservadores de manipularem a fé dos católicos, pois acreditavam que o verdadeiro catolicismo deveria estar com as reformas. Quando as direitas ocuparam as ruas de terços na mão e clamando por uma intervenção divina e militar, os grupos reformistas viram um movimento de classe média e de donas de casa *ludibriadas* por seus maridos e por padres conservadores. Aquela não poderia ser a *verdadeira* Igreja; aquele não poderia ser o *verdadeiro* povo. Assim, em 1964, enquanto as esquerdas ficaram apegadas ao peso da palavra do papa, as direitas se mobilizaram a partir do rosário e da figura de Nossa Senhora, símbolos da religiosidade popular, que foram capazes de reunir milhares de pessoas em marchas em defesa de Deus, da Pátria e da família.

Por fim, a atuação dos padres redentoristas a favor do golpe e a sua participação ativa na Marcha de Aparecida sinalizam uma aproximação entre o Santuário Nacional e os militares, que não se encerrou em 1964. Pelo contrário, a memória de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira da *Revolução* justificou o pedido do presidente Castello Branco para que a imagem da santa deixasse o Santuário em 1965 e fizesse a maior peregrinação da sua história, visitando vários estados do país em nome do combate ao comunismo e em celebração pela vitória do golpe. Em 1967, nas festividades do Jubileu de 250 anos de Aparecida, os padres redentoristas, sem nenhum constrangimento, receberam o presidente Costa e Silva como convidado de honra do Santuário. Em 1971, no auge do *milagre* e da repressão, o governo Médici construiu a famosa Passarela da Fé, que liga a Basílica Velha à Basílica Nova. Portanto, a atuação dos padres redentoristas e a própria identificação dos militares com a figura da Padroeira do Brasil talvez tenha sido a maior expressão da boa convivência da ditadura com uma parte da Igreja durante os primeiros anos do regime. Mais que isso, a imagem de Aparecida representou a capacidade da ditadura de suscitar apoios e alcançar legitimidade por meio de referências e valores compartilhados por parcelas significativas da sociedade. Um desses valores era precisamente a devoção à Nossa Senhora Aparecida, venerada como Padroeira há séculos; figura invocada na Colônia, no Império e na República; nas democracias e nas ditaduras.

Apesar de todas essas evidências que indicam uma arquitetura complexa de relações com a ditadura, o Santuário Nacional ainda veste um denso véu de silêncio sobre o regime militar. Na esteira do mito da resistência construído pela Igreja Católica ao longo dos anos 1970 e diante das posições progressistas adotadas no presente, sobretudo, por parte dos dois últimos arcebispos de Aparecida, dom Raymundo Damasceno e dom Orlando Brandes, o Santuário tem silenciado sobre os seus laços com o poder autoritário no passado. Entretanto, reconhecer que Nossa Senhora



A História Através da História

MATHIAS, Mathews Nunes

Aparecida foi vestida com o manto de Padroeira da *Revolução* em 1964 não mancha os bordados democráticos que hoje estão presentes na maior parte das suas invocações, mas serve como um convite à reflexão sobre as bases sociais e históricas do autoritarismo no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Rodrigo. **Aparecida**: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil. 2. ed. São Paulo: Globo, 2017.

APARECIDA, **Lei 1.025 de 19 de maio de 1964**. Abre crédito especial na importância de Cr\$ 150000,00 – cento e cinquenta mil cruzeiros – para despesas com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Aparecida: Câmara Municipal, 1964.

CANCIAN, Renato. **Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar**: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. Revista Angelus Novus, v. 11, pp. 99-120, 2016.

CASTRO, Marcos de. **64**: conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes: 1984.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo**: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. In ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saggá, 2021.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, p.1, 03 abr. 1964a.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, p.15, 19 abr. 1964b.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, p.3, 22 abr. 1964c.

FERREIRA, Jorge. **Sociedade e esquerdas no Brasil**: da legalidade democrática às reformas de base (1961-1964). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. pp. 89-108.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GUISOLPHI, Anderson José. **Na mira contra as esquerdas**: o catolicismo anticomunista nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina na década de 1960. Sæculum – Revista de História, v. 39, n. 39, pp. 119-132, 17 dez. 2018.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, p. 3, 13 mai. 1964.

A História Através da História
MATHIAS, Mathews Nunes

KRISCHKE, Paulo José. **A CNBB e o golpe militar de 1964**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre, L&PM, 1978.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 16 abr. 1964.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 14 mai. 1964.

O LAMPADÁRIO, Minas Gerais, p. 1, 31 mar. 1964a.

O LAMPADÁRIO, Minas Gerais, 26 abr. 1964b.

PRESOT, Aline. **Celebrando a “revolução”**: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Diálogo por cima dos muros**: As encíclicas de João XXIII e o desenvolvimentismo católico brasileiro. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SEMANA RELIGIOSA, Minas Gerais, p. 1, 10 mai. 1964a.

SEMANA RELIGIOSA, Minas Gerais, p. 1, 17 mai. 1964b.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: as mulheres no Golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1985.

ÚLTIMA HORA, São Paulo, p. 9, 27 ago. 1963.

DA PAIXÃO AO DEVER, POR UM FUTEBOL DESVIANTE

Glauco José Costa Souza*

Marcelo Viana Araújo Filho*

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a prática esportiva do futebol no Rio de Janeiro. Mais especificamente sobre a necessidade de se pesquisar uma “história vista de baixo” das diversas formas e sentidos que o lúdico ou lazer possam trazer ou revelar sobre o cotidiano das classes trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX na antiga Capital do Brasil. Em artigo recente, o antropólogo Arlei Sander Damo trouxe uma afirmação necessária que contribui para balizar as reflexões que possibilitam a confecção deste trabalho:

Não se pode negar que os desdobramentos dessa contenda, favorável ao profissionalismo, contribuiu para o afrouxamento das restrições à participação de atletas oriundos das classes populares, em particular de negros e mulatos, nos clubes das elites que mais tarde haveriam de se tornar a elite clubística (DAMO, 2018, p. 40).

Quem são os atletas oriundos das classes populares? Onde praticaram o futebol? Em quais associações ou clubes atuaram? Como eram esses espaços? E como esses locais eram organizados? Por que esses clubes não existem mais? Se são problemas que mobilizam o ofício do historiador, existe uma série deles a serem investigados.

A escrita da história do futebol brasileiro a partir de bases científicas é algo recente. Até o início da década de 1990, eram raras as pesquisas sobre esta temática no Brasil dentro do campo historiográfico. A vanguarda ficou por conta de antropólogos, cientistas sociais e educadores físicos. Dada a tradição da escrita do futebol no Brasil,

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: glauco.josecosta@hotmail.com

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcelo_viana@id.uff.br

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

é possível afirmar que essas narrativas ainda contam com as suas camadas de assimetrias e desigualdades. Por isso, postula-se um maior diálogo teórico e metodológico da “virada cultural” (HUNT, 1992) promovido por Thompson, Davis e outros que, desde a década de 1960, promovem e desenvolvem ferramentas que auxiliam na identificação de problemas, descortinamento de processos e narrativas sociais.

O campo esportivo no Brasil tem uma característica interdisciplinar e seu início sofreu forte resistência devido à infundada tese do futebol como “ópio do povo”. Sociólogos como Maurício Murad foram pioneiros na formação de campos esportivos no Brasil, na década de 1990, com o *Núcleo de Sociologia do Futebol (UERJ)* e o *Memória Social dos Esportes (UFRJ)*. No século XXI, vários outros foram surgindo pelo território nacional. A expansão dos laboratórios e grupos de pesquisas voltados para esporte, lazer e sociabilidade em regiões distintas de Rio de Janeiro e São Paulo vem trazendo resultados satisfatórios. Os seminários, simpósios locais, nacionais e internacionais são pontos de encontro de pesquisadores e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento científico que se somam por uma paixão e um dever investigativo. Essa característica possibilita ao historiador estabelecer diálogo com uma série de correntes epistemológicas que disponibilizam ferramentas para categorias de análise como os de classe, raça e gênero.

A historiadora Joan Scott, foi uma das autoras que questionou a “paridade” (SCOTT, 1995, p. 4) inexistente entre estas categorias. Identificar essas desigualdades entre categorias de análise permite ao interessado no passado histórico das práticas esportivas e dos lazeres se posicionar em relação aos que fazem parte de uma cadeia de produção letrada até o presente e se atentar à realidade do seu objeto de estudo. E, indo além, auxilia na compreensão da história social como a escrita de uma história relacional, conforme postulou Natalie Zemon Davis e Patrícia Luna (DAVIS; LUNA, 2013).

Neste texto, registra-se o uso do conceito intitulado *práticas desviantes* no futebol. Em linhas gerais, trata-se do jogo de bola que é esquecido, silenciado e/ou subalternizado em relação à prática ludopédica que faz parte de uma história oficial. Em suma, uma superestrutura que por ideologia estabelece o futebol como vetor da identidade nacional, que narra a ascensão do corpo afrocentrado no campo de jogo, mas que, em contrapartida, permitiu esquecer a violência estatal a partir da proibição da prática do futebol por mulheres. Logo, problematiza-se no sentido de compreender as formas presentes nas fissuras de um passado heroico construído por instituições coordenadoras do jogo, memorialistas, imprensa de caráter empresarial, identidades clubísticas e nacionais no presente. Afinal, o historiador atento à historicidade do

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

futebol, ou seja, tanto ao modo de desenvolvimento, quanto às suas estruturas, deve indagar-se sobre quem narra a história do esporte mais popular no Brasil. Com isso, de antemão, afirma-se que não existe apenas um único caminho a ser seguido. Este trabalho faz parte de um processo de reflexão de novas possibilidades de revisitação do passado, sobretudo, de dar voz e reconhecer processos que sejam em grandes ou pequenas escalas estão imersos em uma manifestação cultural secularizada.

Entende-se também que, para entender a primazia desse esporte nos dias de hoje, faz-se necessário olhar seus antecedentes, como propõe o presente trabalho em relação ao Rio de Janeiro. Importante ressaltar que “o esporte, em cada uma de suas inúmeras modalidades, constitui um universo em permanente transformação, relacionado aos contextos históricos que o definem e aos quais ele mesmo, como força social e cultural atuante, ajuda a redefinir” (MELO; DRUMOND; FORTES; SANTOS, 2013, p. 11), por isso o futebol foi escolhido como a janela pela qual será possível refletir sobre os diferentes caminhos que este esporte percorreu para se desenvolver no Rio de Janeiro se deu em razão de tal hábito ser “secularizado” (GUTTMANN, 1978). Além disso, por ser um fator cultural relevante e também por apresentar aspectos variados e complexos que permitem relacioná-lo a situações que extrapolam as quatro linhas. A exemplo, a historiadora Brenda Elsey vem produzindo pesquisas que postulam que as práticas esportivas na América Latina são objetos que permitem ao pesquisador analisar a luta política por direitos e cidadania por meio dos esportes (ELSEY, 2017). Portanto, por meio do esporte de uma forma geral e do futebol em particular, se torna possível resgatar o cotidiano das classes trabalhadoras, suas associações recreativas e suas relações com o chamado *mundos do trabalho*. Para isso, importa menos os títulos conquistados ou o sucesso desportivo e sim as formas que se construía e engajou-se em determinada associação esportiva do passado.

Historiografia do Futebol: Uma breve abordagem

A realidade contemporânea de maior atenção aos estudos esportivos não se fez da noite para o dia. Ela foi fruto de uma construção histórica, que passou por diversas fases, por meio da qual este tema passou a ser demandado pela sociedade como objeto de reflexão acerca de si próprio, e cujos primeiros passos começaram ainda na transição dos séculos XIX para o XX. Foi neste período que surgiram as primeiras obras que trouxeram o esporte como assunto principal, mas ainda sem um grau de reflexão profundo, isto é, tais textos objetivavam a preservação da memória de práticas que ainda estavam em seus primeiros passos. Algo próximo aos manuais. Tais trabalhos

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

careciam de aprofundamentos que permitissem uma discussão aprofundada e crítica destes momentos, mas podem ser caracterizados como a Primeira Fase das pesquisas sobre a História dos Esportes.

Com o alvorecer do século XX, a perspectiva a respeito das produções sobre a história esportiva ainda manteve um caráter bastante militante e focada na experiência de grandes expoentes (inclusive politicamente). A narrativa de datas e fatos era, pois, um dos resultados deste período, que acabou por gerar uma “história servindo para provar e legitimar posições previamente estabelecidas” (MELO; DRUMOND; FORTES; SANTOS, 2013, p. 33) como uma das características principais da Segunda Fase das pesquisas esportivas. Em suma, o que se tinha até aqui eram as narrativas de episódios cronológicos que engrandeciam os agentes envolvidos e ligados a quem estava registrando seus feitos – isso quando os próprios atores não eram os que registravam a história.

Foi somente a partir de 1940 que os estudos envolvendo os esportes conheceu a sua Terceira Fase, com destaque para o futebol, e tiveram uma transformação importante. De lá até 1980, houve uma ampliação de registros letrados sobre esta temática. Se até ali as fontes eram escassas e poucos críticas, o final da primeira metade do século XX presenciou um alargamento sobre as informações de origem e, com isso, foi possível identificar trabalhos “que apontam para uma perspectiva mais crítica e interpretativa da história” (MELO; DRUMOND; FORTES; SANTOS, 2013, p. 34). Uma das obras mais simbólicas deste período e que até hoje segue como obra basilar para os estudos sobre a história do futebol é o livro *O Negro no Futebol Brasileiro*, escrito por Mario Filho (2010), cuja primeira edição consta de 1947. Seu livro foi focado regionalmente nos estados de Rio de Janeiro e de São Paulo e contou com entrevistas de testemunhas oculares do “pontapé” do esporte bretão durante sua difusão na Capital Federal: “Essas conversas com os próprios personagens da história do futebol brasileiro é que iam enriquecer o meu ensaio. Personagens que viviam, que deviam se lembrar do que tinha acontecido naqueles tempos” (FILHO, 2010, p. 20).

É importante destacar que a História Oral, enquanto instrumento da ciência histórica, vem se consolidando no Brasil, desde a década de 1970, com o trabalho de Paul Thompson. Ainda assim, não é possível afirmar como metodologia de pesquisa utilizada por Mario Filho. Além disso, o livro foi fragmentado em colunas ao longo das décadas em jornais como o *Jornal dos Sports* ou o *O Globo*. Por isso, se torna complicado o uso de Mario Filho como bibliografia de caráter histórica e não mera fonte, isto é, base para compreender as questões postas à época, até porque a obra estava em consonância a um projeto de nação e de identidade nacional, postulada por Gilberto Freyre e sua teoria acerca da democracia racial. Ainda assim, o jornalista se

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

mostrou atento a agentes como o “operário-jogador”, termo cunhado pelo próprio que, posteriormente, chamou a atenção dos pioneiros no estudo dos clubes de fábrica e daqueles interessados nas camadas populares.

No começo dos anos 2000, um debate sobre a obra surgiu nas ciências humanas, Antonio Jorge Soares publicou um artigo chamado: *História e a invenção de tradições no futebol brasileiro* (2000), cujo objetivo era tecer críticas à obra de Filho e aos cientistas que utilizavam o seu livro de forma indiscriminada e acrítica. Por outro lado, Ronaldo Helal e Cesar Gordon Jr em *Sociologia, História e Romance na construção da Identidade Nacional através do Futebol* (1999) postulavam a seguinte afirmação: “não podemos nos dar ao luxo de circunscrever o livro nos limites da ficção literária ao custo de perder em vista um precioso documento sobre o futebol brasileiro” (HELAL; GORDON JR, 1999, p. 150). A obra de Mario Filho, ao fim e ao cabo, por anos mobilizou debates nas ciências humanas e, sem sombra de dúvidas, várias de suas construções permanecem na memória coletiva e, ainda hoje, são manifestadas e verbalizadas em meios públicos.

Não se trata, portanto, de negar o uso da obra de Mario Filho, mas, sobretudo, extrair caminhos de pesquisa e o utilizar como um documento de seu tempo. O livro conta com fontes possíveis de serem utilizadas, como, por exemplo, em relação à história do goleiro Marcos de Mendonça, do Fluminense.

Marcos de Mendonça teve a gentileza de emprestar-me o seu álbum, o mais completo repositório dos acontecimentos do futebol de 10 a 19. Com fotografias preciosas, com recortes de jornais, às vezes dez recortes de jornais diferentes sobre um mesmo jogo, o álbum de Marcos de Mendonça me serviu de muito, principalmente para acompanhar o que eu chamaria a história da importância do futebol. Importância que se sentia crescer com os recortes, com as fotografias. A estreia de Marcos de Mendonça, em 10, num jogo Haddock Lobo e Fluminense, um quarto de coluna. Em menos de três anos os jornais já davam uma página para um simples jogo. E, depois, o álbum fornecia nomes, me apresentava a uma porção de gente que eu podia consultar (FILHO, 2010, p. 20).

Nesta terceira fase, portanto, temos uma mudança sensível em relação à construção historiográfica. Se no início do século XX as reflexões se davam de forma rasa sobre grandes expoentes (fatos e pessoas), a partir dos anos 40 isso começou a mudar – não que tal cenário, necessariamente, significasse uma democratização em relação aos estudos, pois a perspectiva adotada por Mario Filho na obra se constituiu em uma das poucas iniciativas neste sentido para a sua época. O autor, por exemplo, tomou contato com a história de Marcos de Mendonça, mas não se limitou a reproduzi-la. A partir dela, tanto o leque de fontes, quanto a análise, foram expandidas

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

de modo a permitir abordar temas não só ligados ao esporte (futebol), mas também relacionados à própria História do Brasil. O racismo é um elemento que se faz presente em *O Negro no Futebol Brasileiro*, tema intrinsecamente ligado à escravidão abolida legalmente em 13 de maio de 1888, mas que sem eliminar os resquícios destes quase quatro séculos de exploração da mão de obra africana, ainda se faz presente atualmente. E, reconhecer isto não exclui os limites da própria obra que narra a entrada do afrodescendente no campo de jogo como uma grande vitória sem analisar os percursos e a realidade dessas primeiras gerações (1900-1940) de futebolística que, salve algumas exceções, a grande maioria faleceu na miséria, caindo no esquecimento.

Trabalhos como o de Mario Filho foram largamente discutidos por pesquisadores que desejavam estudar os esportes no Brasil. Para Helal e Gordon, “é preciso situar o surgimento da prática desportiva do futebol no país dentro de todo esse contexto cultural” (HELAL; GORDON JR, 1999, p. 155) abordado por Filho. Por outro lado, nas palavras de A. J. Soares: “A pedagogia anti-racista e o ataque à idealizada democracia racial brasileira acabam sendo englobados ou engolfados pela força da narrativa de Mário Filho sobre a trajetória do herói negro no futebol” (SOARES, 2000, p. 134). De uma forma geral, Ronaldo Helal e Cesar Gordon Jr são mais diretos e inserem as considerações racializadas que se fazem presentes ao longo da formação da nação brasileira. Logo, esses pesquisadores estavam em consonância com a tese do futebol enquanto fenômeno que engajou esses intelectuais em direção à uma metodologia nacionalista. Ainda assim, é importante destacar dois aspectos: um como fonte histórica e outro como objeto de reflexão sobre o que dali pode ser considerado história.

Desde a década de 1970, emergiram nas ciências humanas brasileiras uma série de estudos que se debruçaram sobre as reflexões esportivas. Algumas contribuições pioneiras como José Sérgio Leite Lopes, Simoni Lahud Guedes, Roberto DaMatta e Maurício Murad deram o “pontapé” e formularam as bases científicas para que outros pesquisadores e interessados na temática do esporte pudessem executar suas investigações. Tais características nos permitem enxergar este momento como uma Quarta Fase das pesquisas sobre História do Esporte.

Ainda assim, tal movimento se tornou mais evidente a partir dos anos 1990 quando foi possível perceber uma proliferação de estudos do esporte na interface com o arcabouço das ciências humanas e sociais. Desta forma, foi notável o aperfeiçoamento das iniciativas de pesquisa, permitindo discussões com maior profundidade e a presença e o papel da prática nos diversos quadros socioculturais. Tem início, assim, a Quinta Fase dos estudos relacionados à história do esporte. Iniciada em 1990, ela dura até os dias atuais. Todavia, é importante também ressaltar

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

que a História, enquanto ciência, não abraçou o esporte como objeto de estudo imediatamente como ocorreu anteriormente neste artigo. Havia para os historiadores a necessidade de ampliar o escopo em torno de uma História Social e/ou Cultural, mas ainda foi preciso superar alguns obstáculos para os esportes (dentre os quais está o futebol) se fazer presente na academia quase na virada para o século XXI.

Um dos primeiros trabalhos que se enquadram neste novo contexto foi realizado pelo pesquisador Leonardo Affonso de Miranda Pereira, denominado *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938*. Publicada como livro no ano 2000, a obra é fruto da sua tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) concluída em 1998, mas cuja pesquisa teve seu início quatro anos antes quando ele buscava fontes sobre samba e sociedades dançantes.

Ingressante no doutorado em história social na Unicamp, propunham-me analisar a consolidação do nacionalismo nas primeiras décadas desse século, usando para isso os festejos do Carnaval carioca – sobre o qual já havia desenvolvido um trabalho anterior. Enfiado nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro, fui, porém sendo vítima progressiva de um estranho fenômeno: como se fosse uma conspiração orquestrada pelo destino, caíam em minhas mãos os mais variados documentos relativos ao futebol no Rio de Janeiro em suas primeiras décadas. [...] não me atrevera assim tão facilmente me entregar a um tema que aparentemente se mostrava ainda menos respeitável. Minha resistência, no entanto, não durou muito. Mostrando-me um mundo sobre o qual, até então, eu nunca refletira com maior seriedade, uma infinidade de relatórios policiais, artigos e livros conseguiui, aos poucos, minar minhas certezas (PEREIRA, 2000, p. 9).

Em certa medida, a tese de Leonardo Pereira se destaca pelo profundo e rico material presente nela. Neste quesito, sua tese/ livro sinaliza aos historiadores a possibilidade de se distinguir, em certa medida, de jornalistas, antropólogos e sociólogos ao trabalhar a historiografia voltada para a *belle-époque* e a Era Vargas. Embora Pereira manifeste certa hesitação em abordar a temática do futebol, sua análise revela autores que não eram costumeiramente utilizados como, por exemplo, jogadores de futebol que não pertenciam às elites ou clubes, associações e agremiações de caráter bairral que já não existem mais. Não obstante, a ampliação da concepção de fontes que poderiam ser utilizadas pelos trabalhos historiográficos, iniciada na segunda metade do século XX, foi determinante para permitir também um alargamento dos objetos de estudo. Os esportes, dentre os quais o futebol, se beneficiaram disso.

Em *Footballmania*, isso se faz presente ao longo das mais de 300 páginas que compõem a obra. Fontes memorialísticas, atas de clubes, notícias de jornais e revistas

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

de grande circulação, relatórios e estatutos são a base para a elaboração dos capítulos. Todavia, junto com eles é possível enxergar a presença de material literário, processo judicial e informações obtidas junto a periódicos de pequena e restrita circulação que outrora não viriam a ser utilizados para tratar do futebol. Logo, Pereira está inserido, também, em um contexto em que a historiografia buscava a “recuperação da voz dos *subalternos*” (GRINBERG, 2009 *apud* PEREIRA, 2016, p. 2). Ao longo dos últimos, tal processo tem permitido que a historiografia sobre o futebol abordasse temas antes ignorados, como o processo de profissionalização e a prática futebolística nos subúrbios do Rio de Janeiro, para além do Bangu A.C, clube que Mario Filho emula como representante deste futebol distante da metrópole. Além disso, pode-se afirmar que o Leonardo Pereira buscou lentes e fontes diferentes das comumente trabalhadas por jornalistas, memorialistas, pelos sócios e profissionais engajados na construção de memórias nas sedes sociais dos clubes associativos que resistiram ao tempo e aos processos do futebol local.

Em a *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*, (2010) tese de doutorado da Universidade de São Paulo (USP), João Manuel Malaia Casquinha dos Santos dá destaque ao processo econômico e social que ocorreu ao redor do futebol no Rio de Janeiro na primeira quarta parte do século XX, salientando o caráter ativo que o poder econômico das camadas de menor poder aquisitivo exercia neste esporte. Ao ter acesso a documentos como atas de reuniões, balancetes e diversos outros documentos do Vasco da Gama, Malaia consegue “perceber claramente que o enquadramento deste esporte está em consonância particularmente interessante com as questões socioeconômicas do próprio país no início do século XX” (SANTOS, 2010, p. 9).

Os periódicos da época foram as principais fontes de pesquisa para o trabalho de Santos, mas a eles se juntaram outros tipos de fontes:

Será dada ênfase ao período inicial de crescimento da estrutura do futebol carioca, fazendo-se uso de documentos dos mais variados tipos, principalmente os periódicos da época, as atas e relatórios dos clubes, a legislação do período, os dados demográficos dos censos oficiais, os documentos relativos à economia da época, como tabelas de preços e salários, tabelas de consumo de alimentação e de despesas familiares, além de entrevistas dadas por jogadores. Algumas das obras utilizadas nestes trabalhos são livros escritos por pessoas que viveram na mesma época a que este estudo se dedica. Essas obras foram fundamentais, principalmente na reconstituição de alguns personagens do período e também na procura por valores de prêmios de jogadores que obviamente não eram divulgados em documentos oficiais (SANTOS, 2010, pp. 9-10).

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

Vale referendar que a tese de João Malaia aborda uma revolução por parte do Vasco da Gama que não se conclui. Aliás, o termo foi retirado do *O Negro no futebol brasileiro*, uma referência ao título do Vasco da Gama em 1923. É inegável o papel cumprido pelo clube na década de 1920 ao colocar os melhores jogadores dos subúrbios para atuar em uma equipe e ser vencedora no primeiro ano no futebol da elite da época. O autor mostra que o clube pagava os jogadores e não o comerciante português como aborda Mario Filho. Além disso, o autor questiona se de fato houve essa conquista dos *jogadores* afrocentrados com o advento do profissionalismo no futebol em 1933. “A maioria desses jogadores morreu na miséria, desamparados” (SANTOS, 2010, p. 431).

Em *A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)*, livro de Nei Jorge dos Santos Júnior (2014) fruto de sua dissertação, busca aprofundar um olhar sobre as relações entre futebol e identidade em algumas regiões suburbanas da Capital Federal, demonstrando com propriedade as ambivalências em torno do futebol no início do século XX. Especificamente, este trabalho mostra como o esporte foi importante também para reforçar a existência de um sentimento suburbano, por assim dizer, concomitante ao processo que também ocorria entre outras regiões e agentes socioeconômicos cariocas. Por meio de jornais e outras fontes, o pesquisador mostra parte dessa construção em dois bairros específicos, mas cujos desdobramentos nos ajudam a perceber os múltiplos caminhos que a prática esportiva tomou em sua formação. Além dessas informações, o local para o historiador passa a ter um sentido mais difuso e complexo do que meramente ilustrativo. E, é na questão espacial que hipoteticamente pode-se ter uma palavra-chave.

Futebol e as categorias de análises da história social

Os avanços nas reflexões sobre a história esportiva se fazem presentes não só na criação de novos trabalhos, mas também na revisão dos antigos. Em alguns momentos deste texto apresentamos concepções sobre o livro a História do *Negro no Futebol Brasileiro* (2010) e hoje muitas questões seguem o envolvendo para discutir as questões raciais no futebol, mas sem se limitar aos reducionismos do passado. Com isso, cresceu-se o número de investigadores que trazem novas temáticas, demandas e problemas a partir da obra. Afinal, “novas perspectivas é essencial a qualquer projeto científico, cujos avanços se dão em razão da crítica” (DAMO, 2018, p. 55).

Trabalhos como o do historiador Ricardo Pinto (2020), interessados em observar o passado da prática do futebol além do eixo Rio-São Paulo, tem por foco a

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

prática do futebol das camadas populares em Salvador. Ao dialogar com Filho, para além de pontuar as contradições, o historiador atua revelando lacunas deixadas pelo próprio Mario Filho na questão do negro e ao refletir a própria modernidade no futebol. Diferente dos anos pretéritos em que, como afirma Soares, “a carência de historiografia sobre futebol converteu o NFB em clássico” (SOARES, 1999, 120). Tal cenário, importante dizer, não é benefício exclusivo da historiografia esportiva ou futebolista. Ela se faz presente em outros âmbitos dos estudos históricos e não só do século passado.

A historiografia sobre o *Mundos do trabalho* avançou nas últimas décadas nas formas como vários historiadores observaram a classe trabalhadora, trabalhadores livres e escravos. Estes profissionais buscam refletir acerca dos gargalos e agendas de perguntas próprias da história social. Novas pesquisas empíricas explanam acerca de questões mais recentes como as de raça e gênero. E, desde os anos 1990, estão trabalhando com abordagens associativas e formas de organização entre trabalhadores que vão além de sindicatos. Autores como Cláudio Batalha (2022) e Leonardo Pereira (2020) mostram o quão complexo e difuso é tratar das várias formas de trabalhadores e de como estes se afirmavam e existiam no passado. As formas de manifestação são diversas e as práticas esportivas são uma delas, embora seja escasso o número de pesquisas publicadas que crie pontes entre experiências dos trabalhadores, seus “mundos” e a prática do futebol. Com isso, afirma-se que seria frutífero ao historiador “estudar o esporte *através* do esporte” (MELO, 2013, p. 13) e suas outras dimensões. É usar o esporte como lupa para compreender o próprio fenômeno, mas também o fora dele como, por exemplo, os direitos conquistados através dele.

Tal guinada historiográfica nos serve de inspiração para debruçar-se sobre as dinâmicas internas das práticas esportivas, em especial o futebol no Rio de Janeiro das regiões conhecidas como Subúrbios, no que tange à discussão de classe social e alguns aspectos econômicos. Parte-se do pressuposto de que foi justamente as possibilidades de vivenciar diária e intensamente o futebol que permitiu a sua difusão e disseminação na sociedade carioca. Isto, no entanto, não significa que todos os jogassem e, principalmente, que o fizessem da mesma maneira. Como as reflexões historiográficas que foi promovida anteriormente apontam, é preciso dar atenção às dicotomias dos grupos sociais envolvidos em manifestações culturais.

O estudo dos clubes de fábrica e o descortinamento dos operários-jogadores podem revelar segregações, formas de organizações e análises entre trabalho e diversão. Afinal, inseridos em um contexto de industrialização em que as instituições, das mais diversas tipologias, representavam formas de resistir, organizar e existir. Edward Palmer Thompson, em *Costumes em comum* (1998), aborda diversas formas de

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

consciência política para além do movimento operário organizado. Vale destacar que a difusão do futebol não é promovida de cima para baixo, mas sim dentro de um processo que proliferou no Rio de Janeiro no começo do século XX e que convergiu na criação de diversas associações, conforme defende Leonardo Pereira (2000).

O futebol enquanto objeto de estudo precisa ser analisado por diversos vieses, dentre eles, temos: o social, o cultural, o político, o geográfico e o econômico. Ao estudar a História dos Esportes, a questão monetária não deve ser desconsiderada. Pois, o contexto da prática esportiva no Brasil está vinculado à lógica de mercado. Hoje, uma das categorias de trabalhadores que mais circulam pelo mundo são os esportistas, ainda assim, grande parte dos trabalhos desenvolvidos ao longo do século XXI dialogam com uma abordagem do Estado-Nação, como se os estudos de Esporte e Sociedade só servissem para uma tradição inventada. Os Historiadores do Esporte ainda têm dificuldade de se desgarrar das redes consolidadas por seus antecessores e, por exemplo, relativizar e historicizar o Estado-nação na tentativa de se atentar a pluralidade de Instituições que divergiam das existentes nos dias de hoje. No Rio de Janeiro da primeira metade do século XX, havia centenas de agremiações desportivas com finalidades e objetivos distintos daqueles dos clubes da elite.

Em um esporte coletivo como o futebol, no tempo presente, nota-se ações cada vez mais individualizadas. Por isso, os “mundos do trabalho” podem auxiliar para além do campo e bola e a olhar para outras direções como as relações familiares e o seu cotidiano na tentativa de observar o passado de forma mais completa e complexa. Para isso, se faz necessário dar atenção às frestas da memória consolidada do futebol do Rio de Janeiro e se atentar a questões como desigualdades, raça, classe e identidades locais.

O estudo de gênero no futebol vem nesse caminho ao produzir trabalhos interessantes como a dissertação de Aira Bonfim (2019), pela qual é possível observar no lazer, no cotidiano, a prática de futebol de mulheres como fenômeno cultural presente e constante nos subúrbios cariocas. Do futebol de mulheres circenses ao histórico gramado de São Januário, as mulheres calçavam meião, shorts e camisetas e davam pontapés na bola antes da proibição. Com isso, expandem-se as ramificações do futebol brasileiro para além daquela sob tutela da FIFA-IB. Portanto, ao observar os festejos, os eventos locais abrem margem para uma história local que busca identificar e analisar sentimentos comunitários.

Conclusão: Por um futebol desviante

Dentro de um espaço geográfico construído, narrado e registrado de forma desigual como a cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, por exemplo, nos deparamos com uma variedade de agentes sociais e com distintas realidades econômicas que só podem ser analisadas em sua plenitude levando em consideração diversos fatores (políticos, econômicos, sociais, culturais). O campo esportivo, como denomina Pierre Bourdieu, precisa ser considerado neste processo, mas ciente de que nem sempre ele o acompanhará no mesmo ritmo, pois mesmo escondido “pelos grandes acontecimentos da histórica econômica e política, tem o seu próprio ritmo, as suas próprias leis de evolução, as suas próprias crises, em suma a sua cronologia específica” (BOURDIEU, 2003, p. 183).

O futebol nas primeiras décadas do século XX é permeado por uma construção ambivalente entre o real e aquela imaginada pela comunidade detentora do poder da língua, da escritura da redação e do registro, conforme supôs Angel Rama (2015). O futebol dos clubes de bairros, dos clubes de fábrica e das pequenas agremiações que deram a oportunidade para que uma gama de agentes pudesse praticar o futebol são analisadas e ignoradas em prol da confecção linear que consolida a memória da prática ludopédica tal qual tem-se hoje.

Quando o antropólogo Arlei Sander Damo (2018) cunhou o termo “futebóis”, seu objetivo era categorizar as diversas formas de práticas futebolísticas. Do futebol da educação física nas escolas àqueles praticados nas ruas até o espetacularizado, tido como oficial, uma vez que está sob tutela da FIFA-IB. Hoje, “futebóis” referenda um sentido político que permite aos investigadores análises e estudos de práticas ludopédicas tidas como não hegemônicas. Ao mesmo tempo, revelar rostos desses jogadores é de suma importância, conforme defende Diana Silva (2021).

Os historiadores, cujo objetivo é contar uma história “dissonante”, contam com mais este arcabouço reflexivo para analisar as contradições e o escondido na história do futebol carioca. O futebol dos clubes de elite se coloca como guardião da memória, detentor de uma verdade absoluta que, em certa medida, atende aos seus interesses. Por isso, é dever do historiador problematizar a maneira como são contadas essas histórias e quais delas estão silenciadas. Revelar o que está escondido, o que não tem grande visibilidade, não se trata, apenas, de ser solidário, mas sim agir da paixão ao dever, por um futebol desviante, distante, distinto e difuso do que se tem hoje.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. “O associativismo como tema historiográfico no Brasil”. In. POPINIGIS, F.; SOUZA, R.; MORAES, R.; DE MORAES BATALHA, C. H.; DE MIRANDA PEREIRA, L. A.; OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA SILVA, L. H.; MATA, I. M. Asociativismo y experiencias negras en las luchas por derechos en los mundos del trabajo. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, [S. l.], n. 2, pp. 215–257, 2021. DOI: 10.48038/revlatt.n2.36. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/view/36>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)** / Aira Fernandes Bonfim. – 2019.

BOURDIEU, Pierre. “Como se pode ser desportista?” In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do século, 2003, p.183.

DAMO, Arlei. “Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política”. **FuLiA** / UFMG, v. 3, n. 3, set.-dez., 2018, p. 40.

DAVIS, Natalie Zemon; LUNA, Patricia Muñoz. “Descentralizando la historia: relatos locales y cruces culturales en un mundo globalizado”. **História Social**, [S.l.], n.75, pp. 165-179, 2013.

DOS SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Bangu e Andaraí (1914-1923)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

ELSEY, Brenda. “Sport in Latin America”. In. EDELMAN, Robert; WILSON, Wayne (Org.). **The Oxford Handbook os Sport History**. New York, NY: Oxford University Press, 2017.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**, Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record. The nature of Modern Sports**. New York: Columbia University Press, 1978.

HELAL, Ronaldo e GORDON JR, Cesar. Sociologia, História e Romance na Construção da Identidade Nacional Através do Futebol. *Estudos Históricos*, vol.23, 1999.

A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

HUNT, Lynn.(org.). **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

MELO, Victor Andrade de Melo, DRUMOND, Maurício, FORTES, Rafael e SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia (orgs). **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 11.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas: Editora Unicamp/Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. **Revista História**, Franca-SP, v. 35, 2016.

PINTO, Ricardo. **História, conceitos e futebol: racismo e modernidade no futebol fora do eixo (1889 - 1912)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-26102010-115906.

SCOTT, Joan. Gênero: “Uma categoria útil de análise histórica”. **Revista educação e realidade**. Jul/dez. 1995.

SILVA, Diana Mendes Machado da. “Do branco ao negro, da elite ao popular: cultura visual, fotografia e futebol no início do século XX”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 34, nº 72, p . 107-128, Janeiro-Abril. 2021.

SOARES, Anotnio J. História e a invenção de tradições no futebol brasileiro. **Peligro de Gol. Estudios sobre deportes y sociedad en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.



A História Através da História

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SOUZA, Glauco José Costa. **“Adiantam-se bastante nos subúrbios: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro (1907-1924)”**. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 2018.

LUTAS DE REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE UMBANDISTA NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Lucas Ferreira Pinto de Andrade Alves*

Introdução

A reforma do Código Penal pode ser listada entre as primeiras mudanças do regime republicano brasileiro. Dentre as tipificações estabelecidas no decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, identifica-se nos artigos 156, 157 e 158 a proibição de condutas como o exercício da medicina não regulamentada, a prática do espiritismo e a prescrição medicamentosa com finalidade curativa de doenças e males de qualquer espécie (Código Penal, 1890, art. 156, 157 e 158). A polícia da capital se valeu desses artigos para legitimar suas investidas contra espaços sagrados de diferentes tipos. Não era incomum que as “batidas policiais” fossem acompanhadas por jornalistas e logo retratadas nos periódicos cariocas. Este foi o caso da prisão de Claudemiro Amphrisio Pimentel e Domingos Bastos, noticiada no *Diário da Noite* em 25 de Julho de 1930. De acordo com a reportagem, Pimentel e Bastos foram enquadrados no crime de prática de espiritismo, tendo de cumprir as penas máximas da lei: Bastos teve sua liberdade cerceada durante três meses e meio e pagou uma multa de 500\$000; Pimentel, por sua vez, ficou sete meses preso (*Diário de Noite*, 25/07/1930, p. 5).

Uma rápida comparação entre as informações da matéria e as penalidades vigentes do artigo 157 do Código Penal poderia gerar dúvidas sobre o porquê de a condenação de Claudemiro Pimentel ter sido maior do que a prevista: “Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000” (*Código Penal*, 1890, art.157). No entanto, o periódico oferece uma informação a mais sobre sua atuação:

o processo que o [Claudemiro] condemnou foi aquelle em que elle, na sua casa de hervas, á rua Archias Cordeiro n. 664, Engenho de Dentro, consultava Aida Soares, sendo colhido em flagrante pellos auxiliares do dr.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Esta pesquisa conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: encruzilhadosaber@gmail.com.

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

Augusto Mendes, no exercício da falsa medicina (*Diário da Noite*, 25/07/1930, p. 5)¹.

De acordo com esse dado, pode-se inferir que ele teve sua pena agravada para além da prática de espiritismo, fazendo-o incorrer, também, no artigo 156, ou 158, ambos com a mesma pena do artigo 157, sem os agravos.

Outro dado importante desse cotejamento documental, que será mais explorado nesta publicação, consiste na diferença entre a compreensão social e a jurídica sobre a atuação espiritualista desses sujeitos². “Curandeirismo”, “espiritismo” e “magia” são as palavras de que o Código Penal se valeu para tipificar as práticas como crimes. No entanto, saindo do discurso jurídico e adentrando nas convenções linguísticas sociais, menos “técnicas” que aquele, percebemos outras formas de representá-las (CHARTIER, 1991, p. 183). A matéria do *Diário da Noite*, por exemplo, usa os termos “falso-espiritismo”, “macumbeiro” e “umbanda” para designar a atuação de Domingo Bastos e Claudemiro Pimentel (*Diário da Noite*, 25/07/1930, p. 5).

As representações consistem nas formas de organização e classificação que auxiliam os sujeitos e os grupos sociais e são por eles criadas para a apreensão da realidade. Ao formular determinada representação do fenômeno social, tais sujeitos o fazem a partir de seus próprios interesses e contra representações outras que eventualmente sejam criadas do mesmo fenômeno. Essa pluralidade de compreensão está no seio de uma luta de representações que conferem um poder simbólico ao grupo vencedor, geralmente aquele que consegue melhor traduzir as dinâmicas sociais ou que possui melhores condições materiais para atuar neste campo em disputa. Neste sentido, as representações possuem a capacidade de *articular* as diversas maneiras de conceber a realidade com o próprio mundo real, estando na base para a formação de “comunidades de interpretação” e garantindo a elas uma identidade coletiva. Por fim, convém sinalizar que na medida em que a violência simbólica das representações hierarquiza o mundo social, ela também legitima o exercício do poder físico e os processos de violência concreta de dados grupos e sujeitos sobre outros (CHARTIER, 1991, pp. 182-186).

Neste sentido, o objetivo desta publicação é propor uma abordagem para o fenômeno umbandista que privilegie os conflitos. Por meio de um estudo comparativo,

¹ Grifos meus. Para a escrita deste artigo, não tive acesso ao processo-crime nem à sentença que condenou Claudemiro Pimentel e Domingos Bastos, devendo-se, portanto, levar em consideração a possibilidade de equívoco por parte do jornalista sobre as penas.

² A escolha pela palavra “espiritualista” ao invés de “religião” se justifica pelo fato de a primeira apreender um universo mais amplo de práticas que concebem a existência de uma realidade metafísica para além da material, assim como a possibilidade de comunicação entre elas.

seremos capazes de identificar uma *luta de representações* sobre a umbanda que, num contexto de transformações socioculturais e debates sobre a nacionalidade entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX, contribuíram para a formação de uma identidade religiosa socialmente reconhecida como brasileira. Seguindo este caminho, propomos relativizar a consolidada ideia que atribui a formação da Umbanda pela atuação de um seletivo grupo de homens da classe média egressos do espiritismo. Sem desconsiderar a importância desses sujeitos, identificaremos outros atores sociais, sobretudo pretos e pardos, que também reivindicaram uma identidade umbandista a partir de suas próprias experiências e lógicas.

Conflitos e simbiose sagrada numa cidade que “pulula de religiões”

Umbanda é um vocábulo presente em línguas que compõem o tronco linguístico Banto, como o umbundo e o quimbundo. Entre os povos ovimbundu e ambundos, ela denota arte de curandeiro, magia, ciência médica e medicina (LOPES, 2021, pp. 196-7). Semântica que se confirma quando observamos o dicionário Kimbundo-Português de Assis Júnior, sendo umbanda compreendida por “bruxaria, magia, arte ou maneira de encantar, curar: kubanga; produção de atos mágicos” (JUNIOR, 1942, p. 370). Estudos sobre a escravidão mostram como a região sudeste foi onde mais desembarcaram escravizados de procedência centro-africana (KARASCH, 2000, p. 50). Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro consiste num local privilegiado para compreender as diversas práticas sagradas de influência banto e suas conexões com outras práticas nativas, e com as trazidas da Europa no contexto de incentivo da política imigratória.

Em sua dissertação, o historiador Eduardo Possidonio mostrou como a presença desse contingente populacional influenciou as práticas sagradas cariocas entre 1870 até 1900. A atuação dos ngangas, pejorativamente adjetivados como feiticeiros, resolvendo problemas dos mais variados, desde questões amorosas até curas de moléstias, foi fartamente explorada pelo autor por meio da análise dos periódicos de jornais e dos documentos da Casa de Detenção da Corte.

Mobilizando a expressão “força dos costumes” para dar dimensão dessas influências, o autor mostra que as atividades de sujeitos como Rainha Mandinga, Antônio José da Costa e Antônio Francisco foram fundamentais para que o vocabulário centro-africano não encontrasse fronteiras sociais para circular na Corte (POSSIDONIO, 2018, p. 166). Como exemplo, pode-se citar o uso do vocábulo manipanso. Estatuetas sagradas, geralmente feitas à madeira pelos ngangas, os

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

manipansos eram objetos de culto com o objetivo de viabilizar a comunicação entre o mundo material e espiritual, mas não só. Manipansos também estiveram presentes em contexto de propostas para a reformulação de condutas sociais no periódico *A Comédia Social*, e também em metáforas amorosas como a ilustrada em 1876 na coluna Galeria Theatral do periódico *O Mosquito* (POSSIDONIO, 2018, pp.164-165).

A difusão do vocabulário banto é um dentre os elementos centro-africanos que marcaram o sagrado no Rio de Janeiro. O uso de ervas, raízes de plantas, pólvoras, penachos é característico das práticas dos ngangas em suas “casas de dar fortuna”, como eram pejorativamente chamados seus espaços de culto. A expressão faz alusão ao entendimento social de que tais líderes religiosos acumulavam riquezas cobrando pelas suas atividades e explorando a crença de indivíduos em situação de vulnerabilidade. O caso de José Sebastião Rosa, estudado por Gabriela dos Reis Sampaio em sua tese *Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial*, é ilustrativo dos preconceitos e interdições sofridas pelas casas de culto afro-cariocas.

Acusado de estelionato, o processo de Juca Rosa, ou Pai Quibombo para seus fiéis, teve ampla cobertura nos periódicos cariocas (SAMPAIO, 2009, pp. 31-53). No entanto, a repressão e acusação de estelionato para a prática sagrada de Rosa não eram propriamente uma novidade para sujeitos africanos e seus descendentes que se comunicavam com o além. O caso do Pai Quibombo exemplifica a popularidade dos ngangas entre indivíduos dos mais diferentes matizes sociais: africanos, libertos, comerciantes, políticos, mulheres pobres negras e damas da alta sociedade o procuravam para atendimento de suas demandas (SAMPAIO, 2009, pp. 64-95).

Se a repressão era disseminada, a amplitude da rede de clientes dos ngangas também era. Em sua tese, Eduardo Possidônio explora o conflito envolvendo o curandeiro, preto e brasileiro Laurentino Inocência dos Santos, residente na Ladeira dos Guararapes, e o delegado e médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Francisco Corrêa Dutra Junior. Num contexto que tinha como pano de fundo o oceano de diferenças no tratamento de doenças, representadas de um lado, pela medicina tradicional da Europa e, de outro, pelos ofícios de cura centro-ocidental da África, as sucessivas prisões de Laurentino, a mando de Dutra, demonstram a preferência da população pelas ervas e fumos em detrimento dos analgésicos (POSSIDONIO, 2020, pp. 309-313)³.

Apesar de os conflitos em torno do sagrado africano terem adentrado o século XX, é possível perceber algumas particularidades. A primeira diz respeito ao âmbito

³ A cisão entre medicina tradicional europeia e práticas de cura africanas não é absoluta e cristalizada. Cartomancia, homeopatia, espiritismo kardecista, por exemplo, também entrarão em choque com a medicina tradicional.

penal. Enquanto os poderes constituintes do Império se valiam do crime de estelionato para enquadrar as práticas dos chamados feiticeiros, a República tinha uma legislação específica para tratar dessas lideranças. Essa legislação deu respaldo à prisão dos “conhecidos macumbeiros” Claudemiro Pimentel e Domingos Bastos em 1930.

Sobre as caracterizações, é possível perceber a substituição da expressão “casas de dar fortunas”, recorrente em fins do XIX, para um conjunto de termos como “candomblé”, “macumba”, “baixo-espiritismo”, “falso espiritismo” e “umbanda” (POSSIDONIO, 2018, p. 189). A notícia veiculada no *Diário da Noite* a respeito da prisão de Pimentel e Bastos é exemplar de como tais expressões eram selecionadas indiscriminadamente para um conjunto de práticas sagradas ou religiosas. Dentre elas, o vocábulo “espiritismo” faz alusão à doutrina codificada na França pelo pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais conhecido como Allan Kardec. A presença do espiritismo kardecista no Brasil é um sintoma do amplo debate imigratório que vinha se arrastando no contexto de crise do escravismo e envolvia juristas, médicos, intelectuais acerca de um ideal de nacionalidade brasileira que extirpasse a “mancha negra” e fosse mais condizente com as noções de “progresso” e “civilização” aos moldes europeus (SCHWARCZ, 2012, pp. 20-29)⁴. Assim, para viabilizar o processo de embranquecimento dos corpos e das ideias, a política imigratória teve um papel determinante:

o papel do imigrante, portanto, está bem definido - concorrer para a formação de um tipo de brasileiro, elemento da unidade nacional (que, paradoxalmente, vê comprometida pela “desarmonia das índoles” decorrentes da mestiçagem). Trata-se de uma construção racial - clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos - pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e sua religião” (SEYFERTH, 2020, p. 136).

O desembarque de imigrantes para o Brasil, fruto da política imigratória estatal orientada nas teorias racistas de fins do XIX e início do XX, e a forte onda migratória para a cidade do Rio de Janeiro no início da República, ajudam a explicar o mosaico multifacetado de práticas religiosas e as relações com o sagrado na capital. Em 1904, João Paulo C. Barreto, um dos mais célebres jornalistas cariocas, conhecido como João do Rio, atenta para este cenário ao sinalizar para o equívoco daqueles que pensam ser o Brasil um país essencialmente católico, dizendo:

Entretanto, a cidade pulula de religiões. Basta parar em qualquer esquina, interrogar. A diversidade dos cultos espantar-vos-á. São

⁴ Chamo atenção para o fato de que no Brasil o termo “espiritismo” se tornou polissêmico, sendo sinônimo para qualquer prática baseada na comunicação entre os homens e os espíritos.

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

swenderborgianos, pagãos literários, fisiólatras, defensores de dogmas exóticos, autores de reformas da vida, reveladores do futuro, amantes do Diabo, bebedores de sangue, descendentes da rainha de Sabá, judeus, cismáticos, espíritas, babalaôs de Lagos, mulheres que respeitam o oceano, todos os cultos, todas as crenças, todas as forças do Susto” (RIO, 2012, pp. 15-16).

Com este quadro apresentado por João do Rio, compreende-se por que jornalistas e cronistas, muitas das vezes alheios às dinâmicas internas das cerimônias sagradas, usarem indiscriminadamente uma gama de palavras para adjetivá-las, somando a isso os estereótipos hierarquizantes que marcavam sujeitos negros e pardos e suas práticas culturais no pós-abolição. Ao mesmo tempo, a coexistência entre brancos, negros, pardos e imigrantes, com as mais diversas trajetórias de vida e origens, torna difícil negar a possibilidade de uma simbiose sagrada entre práticas religiosas e espiritualistas das mais diversas. Conceber essa possibilidade, que se confirma na leitura das fontes, é fundamental para não cair em essencialismos culturais e tampouco perceber as identidades religiosas de maneira cristalizada. Não se trata, observo, de escamotear as tensões oriundas desses contatos, mas de identificar as experiências, negociações e criatividade dos sujeitos em um contexto bem delimitado: as primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro (STEFANIA CAPONE, 2018, pp. 23-59).

Estudos clássicos e novas perspectivas para uma história da Umbanda

São nas primeiras décadas do XX que emerge nos periódicos jornalísticos um vocábulo até então obscurecido: Umbanda. A despeito da origem do vocábulo e das disputas sobre suas origens, o dia 15 de novembro de 1908 é popularmente conhecido como o momento da anulação da religião de Umbanda por um espírito caboclo que, insatisfeito com a falta de hospitalidade que participantes de um centro espírita kardecista no município de Niterói dedicavam aos espíritos indígenas e pretos, fundaria um novo culto onde todos fossem bem-vindos. De acordo com relatos posteriores, assim teria se dado o embate:

Amanhã, na casa onde o meu aparelho mora, haverá uma mesa posta a toda e qualquer entidade que queira se manifestar, independentemente daquilo que haja sido em vida, todos serão ouvidos e nós aprenderemos com aqueles espíritos que souberem mais e ensinaremos aqueles que

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

souberem menos e a nenhum viraremos as costas nem diremos não, pois esta é a vontade do Pai (LINARES, TRINDADE e COSTA; 2017, p. 23).

Embora haja um consenso entre os trabalhos acadêmicos de que este relato tenha uma função mais mitológica que histórica, eles defendem a ideia segundo a qual a religião teria surgido e se desenvolvido entre setores de classe média egressos do espiritismo, no Rio de Janeiro durante a década de 1920, e que o “aparelho”⁵ do caboclo, Zélio Fernandino de Moraes, tenha tido um papel fundamental neste processo (BASTIDE, 1971; ORTIZ, 1978; BROWN, 1985; OLIVEIRA, 2013).⁶ Além disso, pesquisas sociológicas que se tornaram clássicas tendem a analisar a Umbanda vinculada às transformações socioeconômicas do país, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, cidades onde é possível identificar um forte processo de industrialização e urbanização (CAMARGO, 1961, pp. 65-69; BASTIDE, 1971, p. 439; ORTIZ, 1978, p. 29). Em *As Religiões Africanas no Brasil*, Roger Bastide, analisando tabelas sobre demografia, concentração fundiária e divisão social do trabalho, apresenta o conceito de desagregação para lançar luz sobre a falta de condições para a população negra se organizar coletivamente num momento de substituição da estrutura social escravista para a urbano-industrial. Bastide dirá que o “isolamento, bem como a mobilidade dos trabalhadores assalariados, impediam os negros de conservar suas crenças ou seus cultos” (BASTIDE, 1971, p. 395).

Foi a partir desta perspectiva que seu orientando de doutorado, Renato Ortiz, defendeu em 1975 a tese intitulada *A morte branca do feiticeiro negro*. Para Ortiz, o negro liberto do escravismo não possuía condições para se orientar na sociedade capitalista de tipo competitivo. Preterido no mercado de trabalho pela mão de obra imigrante, o negro teria se tornado marginalizado, alcoólatra e criminoso. Com poucas possibilidades de protagonismo e inserção na lógica da sociedade de classes em expansão, o suicídio se apresentaria como uma possibilidade viável para amenizar os sofrimentos. Para Ortiz, a abolição acarretou um cenário que os períodos colonial e

⁵ O chamado transe é um fenômeno no qual um indivíduo histórico cederia seu corpo para a manifestação de outra personalidade diferente da sua, entendida como um espírito. Normalmente, chamam-se de religiões mediúnicas aquelas que acreditam na comunicabilidade com o mundo espiritual (onde os espíritos habitariam) e possuem o transe como forma de viabilizar tal comunicação. No vocabulário dessas práticas religiosas, há diversas formas para se referir à pessoa que cede seu corpo para a manifestação do espírito, sendo elas “médium”, “burro”, “cavalo” ou “aparelho”.

⁶ Neste caso, não se deve entender “função mitológica” como sinônimo de ficção ou irreal, mas sim como uma narrativa que se propõe explicar a origem de um fenômeno, seja o mundo, seja uma religião. Apesar de os dados que poderiam fundamentar o relato de Zélio Fernandino de Moraes não terem sido encontrados, não se questiona a validade do próprio relato e seu impacto para a formação da identidade umbandista.

imperial não foram capazes: desagregar a memória coletiva negra (ORTIZ, 1978, p. 19-21).

De acordo com estas pesquisas, a Umbanda consiste num fenômeno religioso que emergirá num contexto bem definido, de intenso desenvolvimento urbano-industrial a partir da década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Baseando-se no conceito de “sociedade global”, elas concebem que uma mudança político-social corresponde a uma mudança de caráter cultural e religioso. Assim, para legitimar socialmente sua identidade, os intelectuais umbandistas tiveram de construir uma narrativa condizente com os valores de civilização, modernidade e brasilidade gestadas há décadas.

Além do desenvolvimento econômico, a década de 1930 foi um momento de inflexão no pensamento social brasileiro com a publicação, em 1933, de *Casa-Grande & Senzala*, obra na qual Gilberto Freyre rompe com as teorias racistas do início do século que pressupunham um caráter biologizante para a inferioridade do negro e propõe uma interpretação racial a partir de uma perspectiva culturalista. Esta obra foi fundamental ao propor uma reflexão sobre a formação do povo brasileiro a partir das relações entre indígenas, brancos e negros: o tipo ideal de brasileiro seria mestiço, fruto de tais interações.

Baseando-se em pressupostos da estrutura social brasileira e na tese da desagregação, as pesquisas acadêmicas valorizaram uma dimensão parcial do desenvolvimento da Umbanda, vinculando-a aos setores de classe média, como comerciantes, jornalistas, militares e funcionários públicos. A partir dessa ótica, a conclusão de Renato Ortiz sobre a religião só poderia encaminhar para um sentido: com a desagregação da memória coletiva, o feiticeiro negro teve, necessariamente, uma morte branca. Como alternativa, propõe-se nesta publicação mostrar o desenvolvimento da Umbanda menos numa perspectiva estrutural, mas enfatizando os conflitos e as lutas de representações deste processo.

Lutas de representações e identidade umbandista socialmente reconhecida

Podemos, agora, voltar ao caso dos “macumbeiros” Claudemiro Pimentel e Domingos Bastos reportados no periódico *Diário da Noite*. Quais as representações foram veiculadas no jornal sobre esses sujeitos e suas práticas? De imediato, é possível identificar uma tensão na própria reportagem. Embora o jornalista assumisse que Claudemiro se “dizia trabalhar com um caboclo forte, denominado ‘Ouro-Prata’, da

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

linha de Umbanda”, ele o adjetiva como “macumbeiro” e praticante de “falso-espiritismo” (*Diário da Noite*, 25/07/1930, p. 5). Aqui reside um conflito sobre o entendimento social das práticas de cura de sujeitos negros do subúrbio do Rio de Janeiro no pós-abolição. A matéria, na tentativa de estigmatizar a atuação de Pimentel e Bastos, acaba por deixar escapar uma luta de representações; ou seja, não há um consenso entre o que está sendo vivenciado. Como foram manejados os argumentos para uma representação pejorativa da prática de Claudemiro Pimentel e Domingos Bastos?

Como dito anteriormente, o discurso médico foi um agente da estigmatização das práticas religiosas afro-brasileiras. Nina Rodrigues, médico formado na mesma escola do Dr. Corrêa Dutra, dedicou parte de seu trabalho a caracterizar as práticas religiosas de africanos como fetichistas e relacioná-las com a loucura (RODRIGUES, 2006). Esse discurso contribuiu para que líderes das comunidades de terreiros fossem lidos como exploradores da fé alheia e enganadores. Neste sentido, no que concerne à prisão de Claudemiro Pimentel, o *Diário da Noite* está reforçando uma representação do “macumbeiro”, “umbandista” e “falso-espírita” como mentiroso e dissimulado (*Diário da Noite*, 25/07/1930, p. 5).

O relato da prisão de Claudemiro merece algumas notas a respeito dos estereótipos. Peter Burke avalia que os estereótipos não operam apenas entre sujeitos de diferentes culturas, mas que “um processo semelhante de diferenciação e distanciamento ocorre no interior de uma determinada cultura” (BURKE, 2004, p. 168). No caso em tela, o “Outro” da mesma sociedade são os ditos macumbeiros/feiticeiros. Em *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*, Giralda Seyferth sinaliza que a teoria racista do branqueamento racial possui profundas raízes populares. A antropóloga apresenta um conjunto de frases racistas que circulam sob a máscara de brincadeira. Acompanhando a autora no que concerne às práticas de terreiro, podemos dizer que uma dessas “quadrinhas populares” é: “branco vestido de branco é médico; negro vestido de branco é macumbeiro”. Como observa Seyferth, essas reproduções exprimem “estigmas raciais que atingem a honra social e desqualificam seus portadores” (SEYFERTH, 2020, p. 109).

Retornando às prisões dos “conhecidos macumbeiros”, observam-se outras representações nos vocábulos que caracterizam Claudemiro e Domingos, também conhecido como “Domingão”. No caso deste, existe um claro julgamento moral de cunho sexual envolvendo sua prática espiritual. De acordo com a notícia, Domingão praticava “uma macumba das mais sórdidas, dizia-se conquistador de senhoras casadas, contando com o apoio do seu caboclo, denominado ‘Tupynambá’” (*Diário da Noite*, 25/07/1930, p. 5). Parece que a ojeriza do jornalista em relação à prática ritual está

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

atrelada à acusação de que Domingão utilizava de seu prestígio no âmbito da crença para seduzir sexualmente “senhoras casadas”. Embora a matéria não seja suficiente para confirmar a informação, o tratamento dispensado a tais mulheres sugere que elas não pertenceriam à mesma camada social de Domingos. Além disso, o jornalista mobiliza a gramática do sacramento católico (casamento) para contrapor à moral do denunciado. Por fim, a afirmação de que o “macumbeiro” dizia curar “moléstias engendradas pelo seu cérebro” sugere a prática da enganação em relação a seus consulentes. Portanto, de mentirosos e dissimulados, seriam eles pervertidos e exploradores da fé alheia. Como se pode observar, as acusações às lideranças religiosas do Engenho de Dentro e os seus estigmas são equivalentes àqueles de que no Império Juca Rosa e Laurentino I. dos Santos foram acusados.

De acordo com Roger Chartier, as representações forjadas por sujeitos e grupos sociais estão a serviço de seus próprios interesses e possuem uma dimensão de poder simbólico que organiza e hierarquiza socialmente os fenômenos sociais. Neste sentido, elas possuem a capacidade de controlar e exercer domínios sobre pessoas ou fenômenos que estão sendo representados (CHARTIER, 1991, pp. 183-184). Para o historiador, não são apenas as armas que controlam as sociedades, mas as representações que são feitas delas. No mesmo sentido, Edward Said mobiliza o conceito de Orientalismo para demonstrar como a criação de estereótipos sobre o Outro tem por objetivo último o poder. Para o intelectual, além do significado acadêmico e da construção ideológica (estereotipada) sobre o Outro, o Orientalismo consiste na:

instituição autorizada a lidar com o Oriente - fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 2007, p. 29).

A autoridade para falar sobre determinadas práticas sagradas conhecidas genericamente como macumbas, a despeito de seus fiéis se autointitularem umbandistas, está na origem da legitimação social das perseguições policiais a esses espaços sagrados. Se a legislação garante um respaldo legal para as perseguições, elas não teriam tanto êxito sem um grau de complacência social. Esta permissividade é o caso da posição tomada por um importante líder religioso vinculado a outro grupo de umbandistas, normalmente enfatizado pelos trabalhos acadêmicos.

Antônio Eliezer Leal de Souza foi um jornalista, poeta parnasiano pertencente ao círculo literário de Olavo Bilac, tabelião e, no final da década de 1930, escreveu uma biografia de Getúlio Vargas publicada pela gráfica Olímpica. Com essas informações

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

básicas, constata-se que Souza foi um indivíduo pertencente ao que se poderia chamar de classe média carioca, além de ser reconhecido pela sua prática jornalística. Durante a década de 1920, ele foi um dos diversos cronistas interessados nos temas das religiosidades, a exemplo de João do Rio, jornalista da geração anterior. Como exemplo dessa atuação pode-se citar um inquérito de fôlego publicado no jornal *A Noite* na década de 1920 e intitulado “*No mundo dos espíritos*”. Nesta atividade, Souza visitou centros espíritas, reuniões mediúnicas, tratamentos espirituais, cultos afros, tendas etc., tudo relacionado aos temas sobre o “outro lado” da vida.

Além de jornalista, Souza se tornou um dos principais expoentes da prática que ele próprio caracterizou como Linha Branca de Umbanda e Demanda. Era dirigente espiritual da Tenda Nossa Senhora da Conceição, uma das Tendências fundadas pelo espírito caboclo que teria anunciado a religião de Umbanda de acordo com a narrativa supracitada: o Caboclo das Sete Encruzilhadas.

Em 1932, enquanto atuava como redator-chefe do *Diário de Notícias*, Souza escreveu um conjunto de colunas sobre diferentes aspectos do sagrado carioca. Em 8 de novembro daquele ano, o Diário anunciou o projeto com o intuito de “esclarecer o povo e as próprias autoridades sobre culto e práticas amplamente realizados nesta cidade” (SOUZA, 2019:16). Essas colunas foram posteriormente compiladas no livro *O espiritismo, a magia e as sete linhas de Umbanda*, atualmente considerado o primeiro livro a falar sobre a religião. Para os objetivos desta publicação, vale destacar um trecho do final da chamada. Dirá o *Diário*:

Esperamos que as autoridades incumbidas da fiscalização do Espiritismo e muitas vezes desaparelhadas de recursos para diferenciar o joio do trigo, e o povo, sempre ávido de sensações e conhecimentos, compreendam, em sua elevação, os intuitos do *Diário de Notícias*” (SOUZA, 2019: 16-17)⁷.

Por este trecho, fica evidente que o jornal não apenas conhecia o contexto de batidas policiais às casas de culto, como também teve um papel ativo no debate público sobre os espaços que deveriam ou não ser “fiscalizados”. Em artigo intitulado *A Linha Branca de Umbanda e Demanda*, Souza apresenta algumas características dos espíritos que se manifestam no culto de Linha, como espíritos caboclos e pretos, para o auxílio dos “sofredores” e “necessitados” e fundamenta sua prática no exemplo de Jesus e na gratuidade das cerimônias, contrapondo-se àqueles que cobram pelas consultas (SOUZA, 2019, p. 84). Num dado momento da narrativa, para demonstrar a benevolência dos espíritos da Linha Branca em orientar aqueles que cometem faltas ou enganos, aciona o exemplo das perseguições policiais. Diz o autor:

⁷ Grifos originais.

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

A polícia, com frequência, sitia e fecha centros espíritas ou aqueles que como tais se apresentam e prende os seus componentes. Quando o centro, como tantas vezes tem acontecido, é da Linha Branca, o seu guia considera: ‘a autoridade cometeu uma injustiça, sem a intenção de cometê-la. O seu desejo era cumprir o dever, defendendo a sociedade. Confundi a nossa linha com a outra, tratando-nos como malfeitores sociais. Devemos procurar esclarecer os poderes públicos para evitar confusões semelhantes (SOUZA, 2019, p. 84).

Nesse trecho, percebe-se como a representação de Leal de Souza da Linha Branca de Umbanda e Demanda obedece a uma ética cristã pautada na atuação dos espíritos por meio da prática da caridade, “libertando de obsessões, curando as moléstias de origem ou ligação espiritual, desmanchando os trabalhos da magia negra e preparando um ambiente favorável à operosidade de seus adeptos” (SOUZA, 2019: 85). No entanto, a contraface dessa representação consiste na legitimação da perseguição policial às casas consideradas socialmente maléficas. Leal de Souza soube fazer uma leitura cirúrgica das disputas simbólicas em torno da Umbanda e aproveitou sua posição socioprofissional para atuar publicamente no debate sobre a formação da identidade religiosa socialmente reconhecida.

Defendendo para sua prática uma representação religiosa com valores de uma sociedade historicamente formada pela imposição do catolicismo, Souza exemplifica a atuação de um grupo parcial de umbandistas que operam por meio de uma “apropriação cultural”, fazendo uma *triagem* de elementos sagrados do complexo centro-africano, e legitimando as interdições policiais aos espaços de culto influenciados pelas mesmas tradições bantos (CHARTIER, 1992, pp. 233-234). É justamente a incorporação parcial dessas práticas e signos que acarretará a incompreensão por parte do “povo, sempre ávido de conhecimentos” e das autoridades. Tanto a Linha Branca de Umbanda e Demanda, quanto as práticas de sujeitos como Claudemiro Pimentel e Domingos Bastos vão adotar uma linguagem africana por parte dos espíritos, a manipulação de ervas para fins terapêuticos, fumo, pontos cantados e riscados, pólvora e outros elementos característicos das espiritualidades centro-africanas (SOUZA, 2019, pp. 90-93). Por esse misto de contradição e ambivalência, pensamos ser incorreta a busca por uma tradição religiosa essencialista (pautada numa suposta “tradição africana”), sem intercâmbios culturais e, por isso mesmo, a-históricas.

Conclusões

Será a partir desse contexto de polissemia religiosa e do acúmulo das disputas em torno das representações umbandistas que um grupo de lideranças religiosas, vinculado à corrente de Leal de Souza e Zélio Fernandino de Moraes, fundará em 1939 a Federação Espírita de Umbanda e, em 1941, no auge do Esta do Novo, promoverá o I Congresso Brasileiro de Espiritismo de Umbanda.

Para se legitimar socialmente, este grupo procurou dialogar com os valores da época e atuar nas condições permitidas pelo momento político. Neste sentido, a fundação de uma Federação dialoga com uma estrutura de Estado corporativista que limita o espaço de comunicação com os poderes constituídos aos “canais oficiais” de diálogo. A Federação, portanto, terá a função de selecionar aqueles que têm o direito de falar sobre a Umbanda. Aqui residem a dimensão discursiva do poder simbólico e como ela pôde ser manejada num governo de caráter autoritário.

Em segundo lugar, a promoção do I Congresso terá o papel de coesionar uma comunidade de interpretação para encaminhar as linhas basilares de uma religião que pretendia ser socialmente reconhecida. Neste sentido, o nome “*Espiritismo* de Umbanda” indica qual o movimento que os congressistas vão seguir. Aproximando-se da leitura espírita kardecista do cristianismo, os espíritas da modalidade de Umbanda atuaram a partir dos valores da caridade exercida por meio da comunicabilidade com os espíritos dos mortos.

Importante notar que a formação das “comunidades interpretativas” não exige que todos os seus indivíduos tenham consenso a respeito de todos os temas que a constituem. Para sua consolidação, é necessária a aproximação sobre pontos basilares. Embora o espiritismo seja uma identidade que os aproxima, eles não se autodefinem como espíritas kardecistas por motivos de divergências ritualísticas, como o uso de ervas, fumos e outros utensílios. Ou seja, é necessário um elemento a mais para delimitar a comunidade em questão. Este elemento está no seio das disputas de representações com outras formas de praticar e entender Umbanda: o distanciamento da África. Isso não significou, porém, a negação da população negra e parda, e muito menos, como já exposto, dos seus objetos de cultos. A dimensão da disputa simbólica esteve mais no campo discursivo do que no das práticas e objetos manejados.

Em suma, nesta brevíssima reflexão, se pretendeu chamar a atenção para a viabilidade de estudar a Umbanda a partir dos conflitos entre diferentes atores históricos, permitindo uma apreensão mais dinâmica e processual do fenômeno. São a partir desses tensionamentos, apropriações e negociações - que procurei apresentá-los explorando o conceito de *lutas de representações* - que podemos contextualizar a Umbanda

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

num momento de inflexão do pensamento social brasileiro em torno da valorização da mestiçagem. A partir dela, viabilizou-se a construção de uma memória que define a Umbanda como uma autêntica religião brasileira, valorizando não o negro africano, mas um ideal de negro brasileiro, integrado socialmente a partir de um processo que Luiz Antonio Simas, em *Umbandas: uma história do Brasil*, classificou como “inclusão subalterna” (SIMAS, 2021, p. 102).

Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações (vol. 2). Trad. Maria Eloisa Capellato e Olívia Krähenbühl. 1ºed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora : Editora da Universidade de São Paulo, 1971. pp. 393-472.

BROWN, Diana. **“Uma história da umbanda no rio”**. In. Umbanda e política. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. pp. 9-42.

BURKE, Peter. **(Estereótipos do outro)**. In: Testemunha ocular; história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 153-174. (Coleção História)

CAMARGO, Candido P. F. de. **Kardecismo e umbanda**: uma interpretação sociológica. 1º ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1961.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé**: tradição e poder no Brasil. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

CHARTIER, Roger. **“O mundo como representação”**. Estudos Avançados, 5(11), 1991, pp. 173-191. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CHARTIER, Roger. **“textos, impressão, leituras”**. In: Lynn Hunt. A nova história cultural. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 211-238.

JÚNIOR, Antônio de Assis. **Dicionário Kimbundu-Português**. Luanda: Argente, Santos e Com., Lda, 1942.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 4a ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Autêntica, 2021 (cultura negra e identidades).

OLIVEIRA, José H. M. de. **“Uma discussão teórica sobre as interpretações do mito fundador da umbanda”**. Revista de Estudos sobre Jesus histórico e sua recepção. VI:11, 2013, p. 90-105

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro - umbanda**: integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

POSSIDONIO, Eduardo. **Entre ngangas e manipansos: a religiosidade centro-africana nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro de fins do oitocentos (1870-1900)**. Salvador: Sagga, 2018.

POSSIDONIO, Eduardo. **Caminhos do sagrado: ritos centro-africanos e a construção da religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro dos oitocentos, 2020**. (tese de doutorado).

RIO, João do. **As religiões do Rio. Rio de Janeiro**: José Olympio, 2012.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Ed. fac-símile dos artigos publicados na Revista Brasileira entre 1896 e 1897. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Editora UFRJ, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, Gabriela dos R. **Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEYFERTH, Giralda. **“A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos”**. In: O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais; Org.: Antônio Carlos Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Sant’Ana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2020, pp. 94-122.

SEYFERTH, Giralda. **“Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”**. In: O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais; Org.: Antônio Carlos Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Sant’Ana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2020, pp. 123-145.

SIMAS, Luiz Antonio. **Umbandas: uma história do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021. pp. 95-119.

Fontes

Código Penal, 1890, art. 156, 157 e 158.

Diário da Noite, 25/07/1930, p. 5.

A História Através da História

ALVES, Lucas Ferreira Pinto de Andrade

LINARES, Ronaldo; TRINDADE, Diamantino; COSTA, Wagner. **Iniciação à umbanda**. São Paulo: Madras, 2017.

SOUZA, Leal. **(A linha branca de umbanda e demanda)**. IN: O espiritismo, a magia e as sete linhas de umbanda. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2019. pp. 83-86

SOUZA, Leal. **(Os atributos e peculiaridades da linha branca)**. IN: O espiritismo, a magia e as sete linhas de umbanda. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2019. pp. 89-93.

SOUZA, Leal. **(Prólogo)**. IN: O espiritismo, a magia e as sete linhas de umbanda. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2019, pp. 15-17.

ATRÁS DE UMA GRANDE MULHER, TANTAS OUTRAS: O PROTAGONISMO DE BERTHA LUTZ NA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL É SOLITÁRIO?

Bárbara Freixo*



Esq./dir.: (sentados) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada(?) (2^o); João Neves da Fontoura (3^o); Henrique Lage (5^o); Gustavo Capanema (6^o); Pedro Aleixo (7^o); Berta Lutz (8^o); Carlos Luz (9^o). (em pé) Carlos Castilho Cabral (10^o de bigode); Xavier da Oliveira (20^o); Sebastião Leme (23^o); Augusto do Amaral Peixoto (33^o); Manuel Novais (34^o); Domingos Velasco (35^o) (filme 479/1/1.;2)

Introdução

A fotografia acima, encontrada nos arquivos privados do Deputado Federal Carlos Castilho Cabral (CC) no acervo do CPDOC/FGV, chama a atenção ao primeiro olhar. Segundo informações cedidas pela instituição, a imagem teria sido produzida entre os anos de 1936 e 1941 (data provável), na cidade do Rio de Janeiro.

O destacamento desta fonte audiovisual poderia estar relacionado à ilustre presença de Gustavo Capanema, importante burocrata da chamada Era Vargas (1930-1945). Poderia se dar em função do destoante industrial Henrique Lage, o único a vestir

*Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

um smoking branco naquele contexto. Poderia igualmente provocar impacto por outras figuras públicas significativas para a história política do Brasil: Carlos Luz, o único presidente brasileiro a governar por somente três dias, em função da acusação de conspiração contra a democracia; Pedro Aleixo, o civil que foi impedido de assumir a presidência da república durante a ditadura civil-militar na ocasião do afastamento de Costa e Silva; dentre outros.

No entanto, na construção deste artigo, relevância se coloca. Na produção que aqui se busca elaborar, outro fator merece destaque. No meio de aproximadamente cinquenta homens, percebemos a presença de uma única mulher. Com proximidade relevante ao que parecem ser os personagens principais daquele evento, infelizmente não identificados na fonte, está sentada Bertha Maria Júlia Lutz¹.

Bertha Lutz, como costuma ser sempre referenciada, é uma das grandes representantes da história da conquista do voto feminino no Brasil. Para melhor exemplificar, o site do Senado brasileiro traz a informação de que “Bertha Lutz é conhecida como a **maior** líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras”.²

Nasceu em São Paulo em 1894 e morreu em 1976 no Rio de Janeiro. Sua militância política se equivale e honra os destaques que obteve nos escritos de milhares de pesquisadoras e pesquisadores da História das Mulheres e das Relações de Gênero, da História dos Feminismos no Brasil ou ainda da História Política brasileira.

A única mulher presente nesta fotografia apresentou ao longo de sua vida outros importantes protagonismos. Após lidar com as rejeições sociais da presença de uma mulher em um concurso público do Museu Nacional, Lutz obteve o primeiro lugar e tomou posse como bióloga na instituição. Desta maneira, se tornou a segunda pessoa do sexo feminino a compor os quadros do serviço público brasileiro (SOIHET, 2000, p. 100).

Cito a historiadora e pesquisadora Rachel Soihet. Compreendida como a primeira estudiosa a mergulhar a fundo nos protagonismos de Bertha, trouxe uma percepção importante para a História política brasileira e para a História das Mulheres. Soihet rompeu as barreiras de uma história androcentrada, feita de homens para homens e na qual o voto feminino teria passado mais por uma outorga de Getúlio Vargas do que sido fruto da luta de várias, distintas e complexas mulheres brasileiras.

Os estudos de Rachel Soihet abriram caminho para a discussão individual da potência da ação feminina em relação às estruturas potencialmente castradoras de suas

¹ A grafia “Berta”, na legenda da foto está equivocada.

² Sessão: Entenda o assunto. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz> Acesso em: 22 mar. 2022.

vivências e atuações. Naquele momento, o fato inovador estaria relacionado à individualidade de Bertha, que de fato tem uma história destacável.

No entanto, após algumas boas décadas a historiografia que se debruça sobre a conquista do voto feminino no Brasil, neste ponto específico, parece ter arrefecido. Muitos foram os estudos que foram guiados pelos feitos de Bertha e pelos seus incontestáveis protagonismos³. Novos olhares e novas percepções sobre uma mesma personagem inflaram a importância de Bertha Lutz. Por outro lado, acabaram, por consequência não calculada, transformando uma luta processual em uma atuação ímpar, única e, por vezes, solitária.

Deste modo, o artigo que aqui se busca construir não pretende, sob nenhuma perspectiva, diminuir os passos de Bertha. Muito menos tem como pretensão minimizar a importância desses tantos estudos que, via de regra, não citaram somente a bióloga, mas a colocaram sobre grandes e iluminados holofotes. É antes uma reflexão e um convite à pluralização das agentes diversas que foram igualmente fundamentais para a legítima e importante conquista do sufrágio feminino no Brasil.

Este artigo não reflete somente sobre a necessidade de trazer novos nomes para esta agência política feminina que parece, enfim, a sina da História das Mulheres. Coloca-se, principalmente, num lugar de entender a conquista do voto feminino, antes de tudo, como um processo. Assim, pretende-se compreender as demandas e conquistas das mulheres por uma dimensão histórica e não por um caráter de destaque individual singular. Atrás de Bertha, uma única mulher, existem tantas outras que possibilitaram suas atuações e seus pioneirismos. Existiram antecessoras nesse processo de conquista que permanecem nas sombras ou, ao menos, pouco conhecidas e divulgadas.

Cidadania Feminina: um conceito polissêmico

A proposição de se discutir a questão do voto feminino no Brasil de uma perspectiva processual remete a um debate ainda mais amplo e complexo que é a discussão sobre a conquista da **cidadania feminina** no Brasil. A evidente marcação de Gênero se dá em função da percepção de que o processo de construção da cidadania das mulheres brasileiras divergiu em diversos aspectos da masculina.

³ Destaco como referência a perspectiva processual e em contraponto ao arrefecimento o trabalho inovador de Mônica Karawejczyk. A tese da autora, *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*, é epifânica.

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

Compreendo aqui cidadania feminina como um conceito na acepção de Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 1992, p. 136). Assim como o historiador, acredito que conceitos, diferente de palavras, são aqueles termos que trazem uma necessidade inerente de reflexão, historicização. Precisam ser situados no espaço tempo e a partir de uma perspectiva interseccional que se faz necessária para este artigo e para este tempo em que escrevo.

O termo-conceito cidadania está ainda muito associado no imaginário social a uma perspectiva classicista (PINSKY & PINSKY, 2007, p. 50), ou seja, cidadania, invariavelmente, se relaciona ao exercício político que, por sua vez, acaba sendo compreendido como votar e ser votado. De fato, a cidadania é constituída pela participação política eleitoral, mas não restrita a ela. O historiador José Murilo de Carvalho, em dois de seus trabalhos - *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* (DE CARVALHO, 2002, p. 32) e *Cidadania: Tipos e Percursos* (DE CARVALHO, 1996, p. 340) - buscou delinear a formação da cidadania brasileira e mesmo problematizar este conceito socialmente consolidado como exercício de voto.

Apesar da inegável contribuição do autor, sua perspectiva de análise desta construção cidadã está mais balizada em prerrogativas masculinas de cidadania do que femininas. A título de exemplo, a divisão temporal do livro do autor é diametralmente distinta dos marcos da construção da cidadania por uma perspectiva mulheril. Entendo, como o próprio José Murilo (DE CARVALHO, 2002, pp. 8-10), que a cidadania envolve dimensões diversas como direitos civis, sociais e políticos, e seria extremamente delicado apontar que a cidadania feminina havia se iniciado durante o período colonial, tal qual a masculina. Este apontamento foge até mesmo às mulheres brancas, quicá às negras e indígenas presentes no território brasileiro.

Destaques da construção da cidadania feminina no Brasil Império

Sabendo da impossibilidade, no campo da História, em falar sobre origens sem correr riscos pelo não dito, compreendo que a construção da cidadania feminina tem seus passos iniciais a partir da formação de uma imprensa feminina tendo como marco o *Jornal das Senhoras* (1852-1855), durante o período imperial. Este é reconhecido por diversas pesquisadoras como um despoite público⁴ sistemático das mulheres

⁴ Apesar de superada a visão dicotômica a respeito das esferas pública e privada já que o público é uma extensão do privado e vice-versa, é importante situar que pensar na construção da cidadania traz à tona a questão do Público. O Público aqui, entendido como uma extensão do Privado aparece como a dimensão popular, ou seja, de conhecimento público do transbordamento da esfera do privado.

brasileiras: “O Brasil foi o primeiro, a conhecer, desde o final do século XIX, uma imprensa feita por mulheres e não somente para as mulheres, como ocorria na maior parte dos países da região” (PINSKY & PEDRO, 2012, p. 506).

Este pioneiro Jornal foi redigido, também de forma pioneira, por uma mulher: Joanna Paulo Manso de Noronha. A brasileira tratou de destacar em suas páginas e editoriais que se propunha a somar aos interesses da “emancipação moral da mulher” (JORNAL DAS SENHORAS, 1 de Janeiro de 1852, p. 6). Em sua primeira publicação, a apresentação daquele periódico é antes uma defesa. Joanna Paulo apresenta um possível questionamento: “Ora pois, uma senhora a testa da redacção de um jornal! Que bicho de sete cabeças é este?” e termina sinalizando que na Europa e nos Estados Unidos esta situação é corriqueira e que por isso “a sociedade do Rio de Janeiro, principalmente, Corte e Capital do Império... acolherá com satisfação e simpatia o Jornal das Senhoras” (JORNAL DAS SENHORAS, 1 de Janeiro de 1852, p. 1).

Outro destaque do Brasil império relativo à construção da cidadania das mulheres brasileiras é a fundação do Colégio Augusto. A instituição, fundada em 1838, por Nísia Floresta, na cidade do Rio de Janeiro, “era voltada para a educação feminina e adotava como prática pedagógica o ensino de disciplinas que, até então, estavam reservadas aos homens” (CASTRO, 2010, p. 3). Nísia creditava a desigualdade sócio-política e a submissão das mulheres à desigualdade educacional como se pode ver:

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989, p. 52).

Nísia Floresta não foi a única mulher a compreender a desigualdade educacional como fruto da desigualdade dos sexos. Via de regra, as mulheres que se somavam à luta pela emancipação política e social das mulheres vinham da área da educação e questionavam uma educação guiada por papéis sociais de gênero.

Sendo Mestre na área do Direito, a pesquisadora Laila Maia Galvão, analisa os entrecruzamentos entre as pautas sufragistas e as reivindicações educacionais das mulheres militantes na luta pela conquista do voto feminino. Ao analisar as primeiras mulheres brasileiras a obterem alistamento eleitoral reparou que “eram todas professoras e mantinham uma conexão com a educação local” (GALVÃO, 2016, p. 185).

Outra importante atuante do século XIX foi Josefina Alvares de Azevedo. A historiadora Teresa Cristina de Novaes Marques, que é adepta desta percepção processual da conquista do voto feminino, um dos mais evidentes aspectos da

cidadania feminina, destaca a relevância de Josefina no sentido dessa busca pela igualdade dos sexos e pela emancipação feminina a partir de seu jornal *A família* (MARQUES, 2004, p. 154).

Josefina é uma das mulheres que precisam ser vistas e redimensionadas em sua importância para a construção da cidadania feminina e, portanto, em sua importância para a conquista do sufrágio. Como sinalizou a pesquisadora Laila Correia e Silva:

Em 1894, quando a sempre lembrada Lutz nascia, Josefina Álvares de Azevedo e muitas outras escritoras e colaboradoras do jornal feminista *A Família* (1888-1897) já estavam em plena campanha pelo exercício pleno da cidadania feminina que incluía o direito à educação, igualdade de oportunidades para o exercício de qualquer atividade profissional, condições que preparariam a mulher para o pleno exercício de direitos e deveres da vida pública, sobretudo o direito de votar e de ser votada (SILVA, 2018, p. 117).

Josefina Álvares de Azevedo extrapolou os limites das páginas de seu jornal. Escreveu, em 1890, a peça *O Voto Feminino*⁵ e, em 1891, organizou um livro chamado *A Mulher Moderna* reunindo artigos em que defendia os direitos de igualdade, cidadania e, principalmente, a emancipação feminina - termo recorrente na escrita de todas as mulheres aqui citadas e que merece a elaboração de um estudo à parte.

Destaco a introdução do livro, quando, ao defender a emancipação e igualdade feminina Josefina escreve:

É que ninguém estará mais convicta do que eu de quanto é justa a causa que defendo, do quanto é forte a razão que está do meu lado, de quanto é sagrado o direito que eu peço aos homens que reconheçam em nós – as mulheres (DE AZEVEDO, 1891, p. 17).

O entre séculos e as “novidades” republicanas

A redatora do jornal *A Família*, como já demonstrado, é uma personagem interessante para ser observada. O destaque do jornal é comumente trazido no sentido de expor as pautas de igualdade de gênero que são apresentados de modo sistemático por aquele veículo de imprensa. Para além, destaco o fato de que Josefina atravessou

⁵ A importância da peça da autora se revela socialmente a partir de uma notícia veiculada no *Gazeta de Notícias* (RJ), um dos principais jornais do Rio de Janeiro e do Brasil durante a Primeira República. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/499

épocas. Vivenciou a transição do regime imperial para a república e assim os debates e discussões a respeito da nova vivência política.

No que convenhamos chamar de crise do império brasileiro, são apontados fatores econômicos, sociais, políticos e, finalmente, culturais. Desde a independência o Brasil, seria o único país das Américas a experimentar um modelo imperial importado de seu “ex-colonizador”. Às vésperas da Proclamação da República, o desgaste do imperador e daquele modelo político poderia ser traduzido em uma ótica de atraso. A República debatida por diferentes setores da sociedade era, de uma forma de outra, percebida a partir de um fenômeno de modernização. O modelo foi interpretado como uma inovação até mesmo por sua adequação a Europa e outros territórios considerados como avançados, desenvolvidos e inspiradores.

Com as esperanças republicanas viriam igualmente as esperanças femininas. Observo esta associação especialmente a partir dos jornais da época. Ainda que não representem a integridade do pensamento feminino são marcas dos despontes sistemáticos e públicos de distintas mulheres brasileiras a se posicionarem politicamente e favoravelmente a chamada “emancipação das mulheres”. Um exemplo interessante de ser observado é o jornal *O Sexo Feminino*.

Fundado em 1875 por Francisca Senhorinha, o periódico vivenciou um hiato de treze anos, interrompido pela Proclamação da República. A modificação no nome do jornal nos dá uma ideia da associação da causa feminina com as esperanças republicanas. Passaria, a partir do chamado “golpe republicano”, a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Esta notória associação do *Sexo Feminino* ao quinze de Novembro é apenas uma correlação primária. Em sua 12ª edição, no dia 15 de Dezembro de 1889, primeira edição disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca nacional, após o hiato do jornal, e aparentemente a primeira após o intervalo de suas publicações, traz associações mais diretas. Destaco aqui uma frase da redatora do jornal que é capaz de demonstrar estas esperanças republicanas as quais me refiro:

Nota-se a alegria em todos os semblantes; cidadãos de bem de todas as classe sem distinção de cor política abraçam com entusiasmo as ideias de liberal fraternidade: e nós o Sexo Feminino com imenso contentamento acabamos de ver realizada nossa profecia exarada no primeiro número deste periódico <o tempo crysol> em que se depuram todas as opiniões, mostrará que: Ce que la femme veut , Dieux le veut⁶. Hoje dizemos: a

⁶ Tradução livre: o que as mulheres querem, deus quer.

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

mulher quer a igualdade, esta será alcançada (O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 15 de Dezembro de 1889, p. 1).

A Proclamação da República, portanto, era visto por Francisca Senhorinha, outra destacável senhora pouco reconhecida, como uma grande possibilidade da igualdade entre os sexos e, por fim, da emancipação feminina. Seus textos, sua escrita e sua colocação pública apontavam para compreender que os ideais republicanos seriam somados aos interesses femininos.

Mas, o evento republicano brasileiro, como destaca a historiadora Margarida de Souza Neves, não apresentou muitas inovações:

Sem dúvida o golpe militar do 15 de novembro de 1889 modificaria a Constituição do Estado brasileiro e suas instituições. Mas, tal como na acepção astronômica da palavra, a república, revolucionariamente instaurada, terminaria por ser mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira (MENEZES, 2003, p. 26).

As esperanças populares e femininas sobre a república brasileira ficaram no plano do idealizado a partir dos primeiros governos militares e, em especial, a partir da constituição de 1891. Esperanças essas que podiam ser resumidas na busca da emancipação das mulheres brasileiras e que, corriqueiramente, aparece associada ao sufrágio feminino.

Por mais que notemos essa associação de pauta em diferentes explanações públicas femininas, Mônica Karawejczyk⁷(KARAWEJCZYK, 2011, p. 2), em concordância com as explanações das pesquisadoras Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, sinaliza que não existia um movimento unificado e organizado em torno do voto feminino naquele momento.

Mesmo assim, não considero razoável afirmar que as discussões femininas sobre o voto feminino, e que os jornais femininos aqui exemplificados (que não deixam de representar parte da população feminina brasileira) não exerceram influência sobre os debates vivenciados na constituição de 1891. Será que os debates sobre o voto feminino foram estabelecidos na assembleia constituinte por vontade e compreensão exclusiva dos homens que eram, enfim, os únicos que tinham a possibilidade de se fazer representar naquele cenário?

Ao analisar os anais da constituinte de 1891 e os intensos debates que nela ocorreram sobre a possibilidade de extensão do sufrágio às mulheres, faço referência à fala do Deputado Zama, do Estado da Bahia. O representante trouxe como sustentáculo de seu apoio a extensão ao voto feminino, justamente como uma

⁷ 1548856709_19baa40d7cdfa8ee562dd2d5bfe9e49e.pdf (anpuh.org.br)

consolidação republicana (ANNAES, 1924, p. 1052). A argumentação do baiano se valia das mesmas fórmulas das mulheres brasileiras que a partir da república se embebiavam de esperanças de igualdade e possibilidade de conquista da cidadania política.

O artigo 70, relativo ao voto e aprovado pela maior parte dos políticos presentes, dispensou as diferentes emendas que buscavam estender explicitamente o sufrágio as mulheres. Optou-se por uma formulação vaga onde as mulheres não ganharam uma citação direta como eleitoras. Por outro lado, também não estavam presentes no que podemos definir como “excluídos do voto”:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. constituição 1891⁸

A esse respeito cito o deputado Almeida Nogueira que, por entender o uso do termo “cidadãos” como uma questão meramente gramatical, sustenta a falaciosa percepção de que as mulheres estariam sim inclusas no uso do plural masculino “cidadãos”:

A proposito da extensão do suffragio eleitoral, occuparam-se alguns oradores com a debatida questão do direito politico das mulheres. Eu não vejo que seja necessaria em nosso Direito Publico, uma disposição especial estabelecendo a capacidade politica da Mulher, visto como a Constituição

⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Seção I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o1891.htm. Acesso em: 10 maio. 2022.

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

não restringe seus direitos. Si ellas não são eleitoras, é porque não lhes apraz o, exercicio dessa funcção cívica. (Contestações.) A nossa antiga Constituição e tambem, o projecto que estamos discutindo enumeram as condições para ser-se eleitor, mas não mencionam como tal o sexo masculino, o que fazem as constituições de alguns estados da União Americana. Essas referem-se, expressamente a cidadãos- varões. O nosso Direito Publico exclui apenas os mendigos, os analfabetos; os praças de pré e os religiosos de ordem monastica. Não exclue as mulheres. Ora um direito não se restringe por inducção (é principio de hermeneutica), senao por expressa declaração da lei (ANAIS, 1926, p. 50).

Na prática, mulheres como Myrthes de Campos, primeira mulher a ser aceita nos quadros da OAB, e a famosa sufragista baiana Leolinda Daltro, buscaram alistamento eleitoral utilizando as prerrogativas destacadas por Almeida Nogueira e tiveram seu requerimento negado.

A Primeira República e as antecessoras

As mulheres aqui destacadas foram escolhidas com um fim: o de demonstrar que as pautas, discussões, atitudes e intervenções sociais por elas realizadas fazem parte do longo percurso até a conquista do voto feminino no Brasil. Caminhando no objetivo deste trabalho de expor a conquista do sufrágio das brasileiras enquanto parte da construção da cidadania feminina para que se amplie esta análise tratemos das antecessoras diretas. Uso este termo porque considero que muitas mulheres foram antecessoras de Bertha Lutz, abriram caminhos de múltiplas formas para que Bertha efetivamente gozasse de espaço para expor de modo organizado, público e sistemático as questões femininas.

A luta pela conquista do voto feminino de modo institucionalizado se apresenta na década de 1910. Naquele ano é inaugurado o Partido Republicano Feminino, importante instituição que fomentava, assim como as demais, a emancipação feminina. O Partido foi fundado pela já citada Leolinda Daltro. Juntamente com outras 27 mulheres, de acordo com a ata de formação do P.R.F, se organizaram e são aceitas no enquadramento de uma sociedade política e civil no dia 17 de Dezembro de 1910, sendo publicado este documento no Diário Oficial da União⁹.

⁹ Estatuto do Partido Republicano Feminino. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 47, 17 dez. 1910, p. 47. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1796366/pg-47-secao-1-diario-oficial-da-uniao--dou-de-17-12-1910>. Acesso em: 25 mai. 2022

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

É interessante perceber que as diferentes fontes e mulheres que tivemos acesso enquadravam o voto feminino em uma luta mais ampla que era a emancipação da mulher brasileira. O sufrágio não era entendido como o fim da submissão feminina, mas como passo importante no sentido de conquistar a igualdade entre os sexos e para trazer à mulher as possibilidades de futuro que acreditavam que poderiam ter. Neste ponto, o sufrágio era então condição prioritária para a elevação da mulher ao estatuto idealizado.

Os artigos colocados na ata de formação do PRF somam a esta interpretação. O parágrafo segundo do artigo primeira deixa claro o objetivo da entidade de lutar pela emancipação da mulher. Ao mesmo tempo, a observação do parágrafo quarto, artigo primeiro, coloca a necessidade de buscar a extensão dos dispositivos constitucionais às mulheres, o que, evidentemente, inclui o sufrágio:

Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

§8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc.

O posicionamento de Leolinda Daltro, representando o Partido Republicano Feminino em 1916 no Congresso Nacional, é explícito na demanda do voto feminino:

Exmos. Srs. Membros do Congresso Nacional – Leolinda de Figueiredo Daltro, cidadã brasileira, maior de 21 anos de idade, professora catedrática primária, jubilada, vem solicitar do Congresso Nacional a elaboração de uma lei que de modo claro e explícito dê à mulher brasileira o direito de voto¹⁰ (ANNAES, 1916, p. 207).

É possível, assim, observar que a questão do sufrágio feminino era uma pauta importante no Partido. Também é preciso destacar que a representante do P.R.F entendia que a fórmula contida no artigo 70 era imprecisa e implícita, cerceando direitos femininos.

Afirmo, sem ressalvas, que é impossível tratar da conquista do voto feminino no Brasil sem envolver o Partido Republicano Feminino e as tantas mulheres que o envolveram. Algumas das quais vão fazer parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição fundada por Bertha Lutz, que tal qual sua fundadora, será reconhecida por seu ineditismo que se coloca aqui um tanto quanto questionável.

Direcionamentos Finais

A intenção deste artigo já foi explicitada. É esperado que se entenda a conquista do voto feminino em uma perspectiva processual facilitando a pluralização das atrizes políticas. Não coube nestas páginas o destaque formal à Bertha Lutz e sua trajetória, não porque haja discordância de sua importância, mas por entender que a personagem já goza do espaço que lhe é merecido: o de destaque.

Escolhi direcionar a escrita deste artigo, para sustentar a perspectiva processual de análise, a uma busca mais ampla que se relaciona a conquista da cidadania feminina. Se o voto é condição inexorável a esta conquista, não é seu marco inicial e, por isso mesmo, é uma discussão extremamente frutífera de marcos e referências.

Em razão do pouco tempo e espaço muitas tantas outras mulheres ficaram de fora deste trabalho, mas, ao mesmo tempo, entendo que o plural representa, de certa

¹⁰ Representação da Prof. Leolinda de Figueiredo Daltro sobre o direito de voto da mulher.



A História Através da História

FREIXO, Bárbara

forma, possibilidades. Desta maneira, se acolhermos a perspectiva processual das conquistas femininas – e não só do voto-, se colocarmos as conquistas femininas no âmago da construção da cidadania feminina, construímos novas e múltiplas possibilidades. Novas óticas, novos olhares, novas mulheres.

Referências Bibliográficas

ANAIS do Congresso Constituinte da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1924.

ANAIS do Congresso Constituinte da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 2, 1926.

AZEVEDO, Josefina Álvares de, 1851-1913. **A mulher moderna:** trabalhos de propaganda / Josefina Álvares de Azevedo; apresentação, organização e notas Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica Almeida Rizzo Soares; apresentação à coleção Ilana Trombka. -- Brasília : Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2018. 133 p. -- (Coleção escritoras do Brasil ; v. 1).

CASTRO, Luciana Martins. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 7, n. 10, 2010.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania:** tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, pp. 337-360, 1996.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 1, pp. 176-203, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, pp. 134-146, 1992.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Elas também desejam participar da vida pública:** várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. **Os centenários da república.** O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucélia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República Revolução de 1930** 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. 14 a 44.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. **História da cidadania.** São Paulo. Editora Contexto, 2007.

A História Através da História

FREIXO, Bárbara

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação, pp. 97-117, 2000.

CORREA, Laila et al. **O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913)**. Revista Aedos, v. 10, n. 23, pp. 114-131, 2018.

Periódicos

A Família

Jornal das Senhoras

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino

THE GURUGU PLEDGE: HISTÓRIAS DE IMIGRANTES AFRICANOS

Bianca Santoro*

Ao ler o romance Gurugu Pledge de Juan Tomás Ávila Laurel e pesquisar sobre a emigração internacional dos países africanos para a Europa, percebemos que o Marrocos tem um papel fundamental como emissor de imigrantes para a Espanha. Em primeiro lugar, lembremos que o Marrocos foi um protetorado espanhol. Já o autor do romance, objeto de pesquisa, nasceu na ilha de Annobon na Guiné Equatorial que fora colônia espanhola. Tentarei abordar ao longo deste texto como estes fatores estão intimamente ligados.

A pesquisadora Aline Baú dos Santos aponta uma longa história de imigração oriunda do Marrocos para a Espanha. A autora lista diversas medidas que foram tomadas entre os países para conter esse movimento migratório. Outro fator apontado, é que os imigrantes marroquinos são os mais rechaçados pela população espanhola. A autora aponta que os imigrantes marroquinos são os mais pobres e mais marginalizados na sociedade espanhola.

Esses métodos violentos e de exclusão não impedem a imigração oriunda do Marrocos. Pelo contrário, as populações apenas acham maneiras de se adaptar a essas condições, em busca de chances de uma vida melhor na Europa. Aqui, Aline Baú dos Santos aponta a importância das relações históricas e o imaginário da população como condições para a continuidade desse movimento. Os séculos de relação entre os dois países é fator importante nessa questão. Ou seja, a autora é importante ao questionar o pensamento de que apenas a pobreza, miséria e perseguição são fatores que definem qual país os imigrantes irão escolher. Como vimos, relações históricas são fatores essenciais nessa escolha.

O Marrocos além de ser emissor de imigrantes, também é ponto de passagem de indivíduos de outros países que buscam ir para a Espanha e Europa. Além da obtenção de documentos falsos no Marrocos, há outras formas de travessia que colocam em risco a vida desses imigrantes. Para a travessia, são cobrados preços exorbitantes e as passagens são perigosas e buscam evitar o policiamento; essa modalidade gera um alto número de prisões e mortes entre essas pessoas.

* Estudante de Mestrado em História no PPGH-UFF,

Os Marroquinos que atentam adentrar o território Espanhol utilizam de diversos meios, e aqueles que entram de forma irregular são os que mais sofrem com a falta de segurança e insalubridade na travessia. Fenômeno denominado de “Pateras”, esses percursos não se restringem a um só trajeto, passam por diversos acessos, tendo como padrão a travessia noturna, partindo da costa Marroquina situada entre Tanger e o enclave Espanhol de Ceuta,(...) (SANTOS, p. 17).

Para acessar o país Espanhol, os imigrantes podem percorrer, principalmente, o Estreito de Gibraltar, o enclave de Ceuta e Melila e as ilhas Canárias. Defrontando-se com diversos mecanismos adotados pelo governo espanhol, os atravessadores do Mediterrâneo alteram sistematicamente as rotas de passagem, tornando, por vezes, o caminho mais longo e utilizando de embarcações comerciais como forma de burlar a vigilância Estatal. Com o reforço dos meios de policiamento, também modernizam-se os meios de transporte e o grau de institucionalização das máfias que promovem a imigração ilegal de Marroquinos (SANTOS, p. 18).

Neste trabalho, decidi utilizar o livro literário de Laurel que de forma sensível conta a história de diversos imigrantes. Que envolva ditadores, aspectos religiosos, corrupção do governo, perseguição, ... todas essas pessoas têm uma história de vida e algo as faz se arriscar em terras desconhecidas. E, eles são autores de suas próprias vidas. Trata-se de um romance, mas não podemos desconsiderar o aspecto humano do livro. Além disso, o próprio autor é perseguido em seu país e vive em exílio na Espanha. Com essa justificativa, pretendo analisar o tema através da ótica do autor guiné equatoriano.

Monte Gurugu (Marrocos)

O monte na cidade de Nador no Marrocos serve com assentamento de pessoas que buscam uma oportunidade de cruzar a fronteira. O monte se localiza entre a cidade marroquina de Nador e a cidade autônoma de Mellila, pertencente ao território espanhol. Junto à Ceuta, são os únicos meios terrestres de atravessar do continente africano para a Europa. O local é destino de muitas pessoas vindas da África Subsaariana, que decidem cruzar a fronteira desta forma e permanecem ali escondidos das autoridades marroquinas.

É interessante fazer uma pequena busca na internet sobre o monte. As fotos nos mostram realidades diferentes. Em algumas podemos ver turistas; em outras

vemos os migrantes com suas barracas, poucos mantimentos e poucas formas de se aquecer do frio. Muitos têm apenas chinelos e roupa básica, sem nenhum tipo de abrigo do frio (JRS-EUROPA, 2014, p. 2). Uma simples pesquisa no Google já estampa a enorme desigualdade social. Os migrantes que permanecem no monte, geralmente, são os mais pobres e esperam uma oportunidade de saltar a cerca que divide os territórios.

A anistia internacional (2015) relata que ao serem invadidos pela polícia, os acampamentos são completamente destruídos e os pertences individuais são queimados ou confiscados. Os relatos afirmam que essas pessoas são colocadas em ônibus em direção a cidades mais distantes como Fez, Marrakech ou Rabat. O contexto de expulsão dessas pessoas é feito sem nenhum respeito aos direitos humanos e demais direitos desses homens e mulheres. Eles não deixam de ser portadores desses direitos ao migrarem, apesar das autoridades não as reconhecer.

Valdirene Ferreira Santos, em sua tese de doutorado, ao pesquisar as fronteiras contemporâneas cita as violações aos direitos humanos nestes locais. Ao citar o monte Gurugu, ela relata que essas pessoas estão expostas à fome, violência e insegurança, falta de liberdade religiosa em um contexto no qual são impedidos de trabalhar; em ações da polícia marroquina a violência é a lei e a autora cita um caso no qual os policiais queimaram o acampamento, todos foram detidos e um emigrante foi morto. A autora nos faz pensar na ambiguidade a qual essas pessoas vivem, expostas a violações de direitos humanos, mas com a esperança de uma vida melhor em um lugar diferente.

Em outubro de 2014, cerca de 300 imigrantes tentaram ultrapassar a fronteira, vindos dos assentamentos do monte.

Cerca de 140 estavam na cerca, onde permaneceram durante várias horas, informou a mesma fonte em um comunicado. A polícia marroquina permaneceu perto da cerca, enquanto do lado espanhol os agentes tentavam impedir que os subsaarianos descessem e entrassem no território espanhol. Apenas três imigrantes conseguiram finalmente entrar em Melilla correndo. Dois deles se dirigiram diretamente ao Centro de Estadia Temporária de Imigrantes (CETI), enquanto o terceiro não havia sido encontrado no início da tarde (CORREIO BRAZILIENSE, 2014).

Juan Tomás Ávila Laurel coloca essas pessoas como atores históricos, com experiências advindas da autonomia, esta que é fruto de uma luta constante; e ela ocorre ainda que esteja condicionada a outras forças. Essas experiências nos revelam atos constantes de luta por autonomia, luta por direitos fundamentais do ser humano e a própria ampliação destes direitos. Por exemplo, o direito de emigrar. Tudo isso é

um grande desafio aos países ricos e coloca em jogo suas formas de lidar com o “problema”.

Juan Tomás Ávila Laurel

Nascido na ilha de Annobon na Guiné Equatorial, se tornou um escritor e ativista político contra a ditadura de Teodoro Obiang. O autor já escreveu inúmeros livros, contos, poesias, ensaios, obras de teatro e é o escritor da Guiné Equatorial mais traduzido para outros idiomas. Sua obra tem um compromisso crítico com a realidade histórica, política e social e com as desigualdades sociais. A profunda consciência histórica sobre a Guiné Equatorial e sobre o continente africano em geral, influencia sua obra de modo marcante.

Ao ler Gurugu Pledge, que se passa no monte gurugu e acompanha a história desses migrantes, percebemos sua visão geral acerca do tema migração e sua crítica e apontamentos acerca do tema. E tudo isso é feito de uma forma muito sensível, como em toda a sua obra. Assim, mesmo não se tratando de um enfoque na Guiné Equatorial, o livro se encaixa na minha pesquisa por demonstrar as visões do autor e formas de questionamentos.

O próprio autor vive em exílio na Espanha, devido a perseguição política. Essa é a realidade de muitos intelectuais e ativistas do país, que vão buscar exílio em outro local, como forma de segurança, e continuam sua luta de outros locais. A desigualdade social é um fator que também determina esse fluxo de pessoas para fora do país.

Por outro lado, a Guiné Equatorial é um dos países africanos que recebe muitos imigrantes de outros países. O país é muito rico devido à exploração de petróleo, porém essa riqueza não é dividida de forma justa, e a população mal tem acesso a saneamento básico, estudo e saúde. Mas, a questão do petróleo gera oportunidade de emprego, trazendo essas pessoas de outros países. Assim, há uma convivência e às vezes rivalidades entre diversas etnias que vivem ali. Esse contexto é importante para entendermos o livro de Laurel.

O destino do exílio vivido por Laurel também foi partilhado pela primeira leva de intelectuais equatoguineenses, expulsa por Francisco Macías, e também vivem espalhados pelo mundo e muitos deles na Espanha. Por se tratar de um ex-colônia espanhola, muitos equatoguineenses (com mais dinheiro) têm a oportunidade de se estabelecer na Espanha, onde podem lutar por mais direitos e oportunidades.

O exílio deixa uma grande marca no migrante. Uma das identidades mais enraizadas na contemporaneidade é o país de origem. Apesar de mudanças, a

identidade nacional continua presente no cotidiano das pessoas de forma bastante intensa. De acordo com Hall (2006), a identidade nacional é a principal fonte de identidade cultural. E aponta, que apesar de não estar em nossos genes, pensamos na identidade nacional como algo intrínseco a cada um.

Edward Said, em *fora do lugar: memórias* (2004), demonstra a sua inquietação a esse contexto. A suposta natureza essencial de nação e o processo de identificação é difícil para muitas pessoas que vivem nesse trânsito entre países e culturas. Para Bhabha (1997), a nação e a identidade nacional são forjadas em mitos e tradições narrativas que pendem para um futuro de progresso. Para todos esses autores, a questão da identidade nacional é uma característica ocidental e enraizada no campo das narrativas e no campo imagético.

Para Said, a questão do exílio é uma questão de resistência. O exílio não é determinado pelo local de nascimento, história de vida ou situação legal. O exílio é uma perspectiva de vida, um caminho a ser percorrido, uma forma de resistência ao conformismo. O autor reconhece, inclusive em sua própria história, que o exílio e as migrações acompanham histórias de tristeza, solidão, privação, perda e separação. Por outro lado, o exílio também serve para quebrar barreiras de pensamento e experiência. Assim, para Said, o sofrimento e a perda não são as únicas características do exilado.

A sensação de estar fora do lugar o tempo todo, no caso de Said, o levou a encontrar residência em sua intelectualidade. É observável que casos semelhantes ocorrem com outras experiências. A questão de Said é uma questão que carrega todas as suas especificidades, como a perda da Palestina, o constante exílio; mas alguns aspectos de seu pensamento podem nos ajudar a compreender a situação de exílio de outros indivíduos, como no caso deste trabalho, a questão do exílio e perseguição política na Guiné Equatorial. Grande parte de seus intelectuais são obrigados a deixar o país como forma de sobrevivência.

The Gurugu pledge

No livro, cerca de 500 migrantes vivem na chamada “the residence” esperando uma chance de escapar para a Europa. Falta roupas, falta comida e outros suprimentos, mas, eles vivem da esperança de um dia poder escalar os muros da cidade de Melilla. Eles são impedidos de procurar emprego, devem ficar atentos à chegada da polícia e vivem sob a segregação. As únicas formas que essas pessoas encontraram de passar o tempo é jogar futebol e dividir histórias de vida.

A História Através da História

SANTORO, Bianca

Michel Agier (2006) apontou que para os países desenvolvidos, os refugiados devem ficar encerrados em um local, tendo suas vidas observadas; o interesse por esses sítios só ocorre quando algum evento ocorrido ameaça subverter a ordem estabelecida. Termos como “deslocado”, “refugiado”, “indeferido”, representam o não-lugar que essas pessoas se encontram. Assim, o autor apresenta a ideia da vida na “clandestinidade” ou na “ilegalidade”, mas sobretudo, o direito a essa vida.

Da clandestinidade nasce a ação, organização e luta dessas pessoas. Apesar do estatuto de vulnerabilidade, fazem de tudo ao seu alcance para lutar pelos direitos simples da vida. Ao contrário do caos que se espera encontrar, podemos observar ações organizadas que visam reverter situações críticas e estabelecer direitos, negociações, ... Agier descreve diversos casos para ilustrar essa capacidade de organização dos migrantes ou refugiados. Além disso, podemos descrever a ação dos imigrantes que ficaram em cima do muro que divide as cidades como uma forma de resistência.

Em Gurugu Pledge, podemos ver muitos exemplos dessas ações. A literatura aqui, se mostra como uma rica fonte de debates históricos.

There was nothing to be cheerful about in the residence, so anyone able to step outside their immediate reality and speak of something other than the day-to-day was considered a hero. Yes, a hero, because we had ample cause to complain, to curse our luck from morning till night, and yet when the time came to stick hands between thighs and try to get some sleep, a few good folk always found the strength to speak of what their lives had been before coming to the residence (LAUREL, Juan. The gurugu Pledge, 2017).

Agier nos ajuda a compreender diversos pontos do livro. A união e organização dos migrantes para contar histórias e para o campeonato de futebol do campo; o fato de cada um ter suas obrigações e afazeres; a esperança coletiva; e o próprio poder que é criado dentro desses locais. Laurel e Agier demonstram como essas pessoas muitas vezes, vão reproduzir problemas culturais de seus países de origem. Há corrupção; rivalidade por poder; e inclusive, abuso, onde um dos personagens de Laurel tenta forçar uma mulher a ter relações sexuais com ele. Ou seja, esses locais não estão à parte da sociedade, e sim, inseridos nela. Apenas não tem o direito de viver uma vida digna.

Em uma entrevista, Laurel faz apontamentos sobre essas questões e seu pensamento vai de encontro ao de Said sobre o intelectual exilado, citado anteriormente.

I think being African is circumstantial. What happens is that globally being African means taking on and facing the problems of underdevelopment,

A História Através da História

SANTORO, Bianca

marginalization, poverty. Then you realize that when you start to talk you are forced to do it about your reality. Being African, therefore, does not determine me, but it conditions me.

No livro, o autor traz à tona vozes e histórias que são ignoradas por muitas pessoas. Com as características da experiência da Guiné Equatorial e do exílio na Espanha; e seu imaginário e conhecimentos sobre o continente africano. O romance é rico na representação social, e na força de um pensamento anticolonial e antitaduras que corroem os países do continente africano. O livro é rico em demonstrar diferentes experiências que tornam cada imigrante único e as experiências que os unem: conversas e futebol; sem contar a organização que os permite sobreviver.

But we all know how it is with Africa, what's hoped for never comes, so the black people who lived there had to focus their attention on living, in a very harsh environment, doing what they could to survive, doing the only thing available to them: playing football. (idem)

O futebol é mostrado como um grande evento na vida dessas pessoas. Das pessoas em qualquer país africano. Laurel reconhece que o futebol possui um grande fator de socialização. No livro, um dos personagens monta, em sua imaginação, a visita de alguns intelectuais ao monte. Ao debater sobre a importância do futebol, se conclui: “the few blacks chasing after a ball on TV achieve a good deal more than any number of conferences on Africa organised by the world’s leading universities.” (LAUREL, *The gurugu pledge*, 2017).

Em outro momento da narrativa, o personagem pensa sobre como aquelas pessoas viveriam se elas conquistassem a independência daquele monte e pudessem viver de forma digna. Ele imagina as plantações que fariam, os animais que criariam e como iriam descer do morro até a cidade para vender seus produtos. Assim, eles teriam uma chance de sobreviver, fariam torneios de futebol e o local teria o nome de Eto’o. Os personagens estão sempre citando jogadores que saíram do continente africano e fizeram carreira na Europa. Laurel não romantiza a questão do futebol, mas traz o tema para o dia-a-dia.

The phenomenon of football in Africa is something worthy of wider attention. Again, reality surpasses fiction, because the capacity football has to interfere with African lives, whether for a few minutes of leisure or more consequentially, is high indeed. Just to give a small example, I recently watched a documentary in which football is used as a form of social reintegration in an infamously insalubrious Ugandan prison. They organize football tournaments in the prison and the teams, not insignificantly, are all called Manchester whatever, Chelsea, Liverpool, etc.

Em um trecho, dois migrantes são encarregados de buscar provisões na cidade. Pela dificuldade de conseguir alimentos e produtos básicos, um deles começa a imaginar como seria se eles conseguissem abater um elefante. O interlocutor do diálogo aponta o tempo todo sobre o absurdo que é abater um elefante, e por ser crime eles poderiam acabar na cadeia. Mas, tudo que o jovem consegue pensar é sobre como os imigrantes dividiriam a carne; quais partes venderiam; o que poderiam fazer com esse dinheiro; quais produtos fazer a partir da pele; como isso solucionaria a necessidade mais urgente: a fome.

Agier aponta que os deslocados só são ilegais porque lhes é atribuída essa condição. A situação de abandono institucional os faz questionar esses estatutos como detentores da moral e da legalidade. As ações dos deslocados vai visar a sobrevivência a esses modelos. Trabalho informal, organização do grupo, politização do grupo de migrantes, corrupção, ... Agier também cita casos específicos em campos de refugiados onde mulheres adotaram categorias de vulnerabilidade e se reconheceram nela, para que tivessem acesso a roupas de cama novas. Estes só estavam sendo entregues à migrantes recém-chegadas. Ou seja, as negociações são feitas no dia-a-dia.

O não-lugar é preenchido pelas relações sociais. E ainda, no atual contexto mundial, diversos são os espaços para a politização, e os campos de refugiados é um deles. Isso nos permite ver essas pessoas não apenas como vítimas, mas como sujeitos políticos. Mesmo que ainda lidando com a conotação de indesejável em diversos locais. A resposta deles é a politização e a socialização. Há a improvisação de uma cena política, onde cessam de ser vítimas e lidam com um espaço de tensão que são os sítios de migrantes ilegais ou refugiados. Esses espaços são criados na rotina de suas vidas.

Esses pontos estão presentes no romance de Juan. O local onde ficam é organizado, há campeonatos de futebol, divisão de tarefas e tensões. Cada um traz a bagagem cultural de seu próprio país, e ali irão lidar com as diferenças de língua, de educação e saúde. Toda essa bagagem faz com que eles reproduzam ali aspectos de uma sociedade comum. Onde não são indesejados. Isso os faz serem sujeitos históricos e agentes de suas próprias vidas.

Em Abdelmalek Sayad, percebemos a situação a qual o imigrante está inserido; a constante oscilação entre a questão se a situação de migrante é permanente ou provisória. A partir do momento que eles percebem que essa situação é permanente, eles passam a reivindicar o direito à própria existência. Aqui poderíamos estabelecer um diálogo entre Agier e Sayad; apesar do último se concentrar na imigração de trabalhadores, os autores percebem a luta dos migrantes.

Estes lutam para alcançar direitos que não cabem na nomenclatura de refugiados ou imigrantes (legais ou ilegais). Há também questionamentos sobre aquele

mínimo que geralmente os migrantes conseguem para sobreviver. Ele é fruto da ação do próprio migrante ou é “dado” pelo que o “abriga” em seu país como forma de manter sua consciência limpa? A relação entre imigrante e o país que o recebe ainda é uma relação de poder, de acordo com Sayad. Principalmente, se pensarmos que os imigrantes do continente africano, geralmente, têm como destino os países que colonizaram as suas terras. O imigrante vai então, tentar romper essa barreira. E, nas palavras de Sayad “a única política possível em termos de imigração é precisamente uma ausência de política” (SAYAD, p. 60).

Na literatura de Laurel, podemos observar o seguinte, que representa muitos desses conflitos internos citados pelos autores acima:

The fire represents our present and future,” someone says. “What present and future?” is the comeback. Fragments from perilous journeys emerge, striking a stark note: “Don’t ask me where I came from. It was via lots of places, but I came in through Algeria. They told me I no longer have a country, that’s **what they said at the border: you’ve no country any more, now you’re just black** (LAUREL).

O livro de Laurel começa afirmando: “We lived in the forest and cooked enough to still be standing,”. Alguns dos personagens estão nessa “estrada” há um longo tempo. Há cerca de 500 pessoas reunidas na “residence”, que na verdade são as cavernas do monte. Além do futebol, outra forma de sobrevivência é contar as histórias que os fizeram parar naquele local, na esperança de chegar na Europa. Os diálogos abordam também as diferenças culturais entre eles.

Do I look like a man with no self-respect?’ said the man from Mali. ‘I’m not going to Europe to beg, I’ve got a profession.’ ‘Hey, are you suggesting that we Gambians don’t have professions?’ ‘Bah, professions you may have, women your own age presently you do not (LAUREL).

Há na obra uma valorização da cultural oral. Um griot performa a história do ditador Idi-Amin. Essas histórias contadas são parte da história de sobrevivência desses personagens. E, apesar das características ficcionais e de distopia, inclusive, vemos que o autor trata de uma realidade que muitas vezes não queremos ver, mas que é a realidade de muitas pessoas em busca de um lugar no mundo.

Outro fator interessante que Laurel usa como recurso é enfatizar os ditadores africanos como o Idi Amin, que perseguiu muitas pessoas e fez com que muitas fugissem de seus países. Essa é uma análise do que faz alguém deixar seu país para trás e arriscar uma travessia arriscada e buscar uma vida nova. Não podemos ignorar que algo semelhante aconteceu com Juan Laurel. Ele teve que abandonar seu país devido

A História Através da História

SANTORO, Bianca

à perseguição política e buscar o exílio na Espanha. A forma de imigração foi diferente, mas os sentimentos são parecidos.

Mais um texto da entrevista¹

Remember how the narrator doesn't jump the fence in the end? The reality is that those who do jump it and lead sorry lives in the internment centers have nobody to listen to them. The narrative voice moves between protagonists because they all need to speak, they should all be heard, but then ultimately someone does have to have the final word. And I wouldn't say it's an accident that he who speaks last didn't jump. But if just one person had spoken, it would have been their story, from their perspective, and they cannot know the particulars of everyone's lives. The diverse backgrounds of the inhabitants of Gurugu demanded diversity in the narrative voice.

A partir da Literatura e dos autores abordados, podemos compreender a complexidade de relações, organizações e reivindicações estabelecidas pelos migrantes, ainda que colocados na ilegalidade. Apenas um estereótipo simplista de “imigrante ilegal” não proporciona a compreensão para esse movimento complexo que as pessoas se colocam, em um contexto mundial que não é favorável. Porém, suas atuações buscam a subversão dessa relação.

¹ Disponível em: Juan Tomás Ávila Laurel on “The Gurugu Pledge” and Diversity in the Narrative Voice - Words Without Borders

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. **Refugiados diante da nova ordem mundial.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LAUREL, Juan Tomás Ávila. **The gurugu Pledge.** Sheffield, London, 2017.

LEGRADY, Suzanne Maria. Melilla – Marrocos – A fronteira multifacetada do Sul da Europa e do Norte da África. In: **Encontro Regional Sul de História Oral.** 2019.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** Companhia das letras, São Paulo, 2000.

SANTOS, Aline Baú dos. **As principais motivações para a migração internacional.** O caso do Marrocos para a Espanha. Leviathan, Cadernos de Pesquisa Política N. 6, pp. 92-113, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um imigrante?** In: Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998, pp. 299.

TRADUÇÃO-CONSAGRAÇÃO? APORTES PARA O ESTUDO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Caio Affonso Leone*

Para uma história da editora Alfred A. Knopf

Este texto decorre de pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense sobre a tradução da literatura brasileira pela editora Alfred A. Knopf nos Estados Unidos ao longo do século XX. Busca-se compreender a tradução de livros enquanto forma preponderante de mediação entre as literaturas nacionais e o que foi chamado de “República Mundial das Letras” por Pascale Casanova (2002), de “Sistema Cultural Mundial das traduções” por Johan Heilbron (1999) e de “Campo Literário Mundial” por Gisèle Sapiro (2019). Embora a história dos campos literários esteja intimamente relacionada a dos espaços políticos e econômicos nacionais, os mais dotados de capital específico (considerado “universal”) conquistam progressivamente autonomia relativa. Essa geografia desigual, portanto, se constrói pela disputa entre poucas capitais literárias como Paris, Londres e Nova Iorque e regiões excêntricas dependentes. Como os centros dispõem do poder de definir quais produtos periféricos são considerados “literatura mundial” e, portanto, serão traduzidos? Qual o significado de uma mesma tradução nos diferentes contextos culturais de partida e chegada? Com o objetivo de repensar as relações de poder que permeiam o mercado literário globalizado, propõe-se que a “tradução-consagração” pode ser entendida como uma arma cultural disputada pelos literatos para alterar seu acesso à República Mundial das Letras.

Antes disso, gostaria de situar brevemente a editora que me motiva a refletir sobre a tradução. Alfred A. Knopf (1892-1984) fundou a editora que até hoje carrega seu nome em Nova Iorque em 1915. Assistido por sua esposa, Blanche Knopf (1894-1966), nomeada vice-presidente da empresa em 1918, Alfred apostou nos primeiros anos da empresa na importação de autores europeus, principalmente russos, franceses e alemães, publicados anteriormente na Inglaterra. Esse tipo de publicação os ajudou

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e vencedor do Brazilian Initiation Scholarship da Brazilian Studies Association em 2022.

A História Através da História

LEONE, Caio Affonso

a estabelecer uma reputação de vulto, vinculada à importação de títulos da literatura mundial e à descoberta de autores americanos promissores (CLARIDGE, 2016, pp. 17-18, pp. 40-45). Quando da morte de Alfred, em 1984, 27 de seus autores tinham ganhado prêmios Pulitzer e 16, prêmios Nobel (BRITANNICA, ©2021).

Blanche foi a responsável pelas iniciativas internacionais da editora, tornando-se diretora da filial londrina, que operou entre 1926 e 1931 como base de captação de autores europeus. John Tebbel (1981, pp. 229-230) afirma que viagens à Europa como objetivo de entrar em contato com cenários literários mais consolidados eram praxe para os editores americanos. Porém, os Knopf foram inovadores ao consolidar a América do Sul como um destino constante de viagens literárias. Isso se deu a partir da década de 1940 e sob os auspícios da chamada “Política de Boa Vizinhança” do presidente Franklin Roosevelt, a qual produziu fortes incentivos políticos e financeiros para a trocas culturais, incluindo aí a circulação de autores e traduções, sob o argumento de prevenção da expansão de influências nazistas e comunistas no Cone Sul.

Irene Rostagno (1997, pp. 31-32) afirma que nada havia de mais apropriado que Blanche ser encarregada de realizar a primeira “viagem de prospecção” em 1942, cuja finalidade era desvendar os espaços literários de Colômbia, Chile, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil. Naquele momento, essa editora já experiente deveria descobrir o que era escrito, lido e comentado, além do que poderia vir a ser traduzido e suscitar interesse na América do Norte. Sua descrição das condições nas quais os encontros com os literatos da América Latina, tidos por ela como pouco profissionais e dispersos em um mercado regional mal organizado, dificilmente poderia ser mais reveladora das relações desiguais e hierárquicas que ali se iniciavam. Instalando escritórios temporários em hotéis cinco estrelas, onde recebia manuscritos e assinava contratos, Blanche anos depois se lembraria das longas filas de escritores que se formavam no corredor à espera de uma oportunidade de serem publicados, pouco importando a origem ou o idioma da editora.

O Brasil foi o último país visitado por Blanche nessa viagem, da qual resultou a publicação de *The Violent Land*, de Jorge Amado em 1945 (*Terras do Sem-fim* havia sido publicado em 1943), *Anguish*, de Graciliano Ramos em 1946 (*Angústia*, 1936), além de dois livros de Gilberto Freyre: *Brazil: an interpretation* em 1945, e *The Masters and the Slaves*, 1946 (*Casa Grande e Senzala*, 1933). Após um inquietante hiato na década de 1950, as traduções de brasileiros foram retomadas com vigor. No contexto do *Boom* da literatura latino-americana e além, encontram-se livros diversos autores, como Clarice Lispector, José Lins do Rego, Guimarães Rosa e uma forte ênfase em Jorge Amado, grande sucesso comercial na Knopf.

Com essa introdução à história da Knopf inc. e a suas edições de autores brasileiros, torna-se pertinente esboçar, a seguir, algumas considerações teóricas sobre o estudo da tradução. Elas não apenas orientam a interpretação do corpo documental conservado no acervo da editora, como permitem uma primeira avaliação das contribuições ensejadas pela pesquisa empírica.

Apontamentos para o estudo de traduções

A tradução de livros pode ser considerada a forma preponderante de mediação entre as literaturas nacionais e chamada República Mundial das Letras¹. Segundo Pascale Casanova (2002, pp. 68-107), autora do conceito, o surgimento de um espaço literário europeu moderno se deu através das lutas pela afirmação da “literariedade” do francês, língua do rei, contra o latim, monopólio espiritual e intelectual da Igreja Católica, no decorrer dos séculos XVI e XVII. Tornava-se pela primeira vez possível conceber literatura em língua vulgar como portadora de valor estético e moral, o que permitia defender que os autores modernos finalmente estavam em vias de superar as autoridades antigas e conquistar sua liberdade intelectual e literária. Em pouco tempo, o espanhol e o toscano viriam a apresentar, com sucesso efêmero, sua candidatura à categoria de língua franca europeia.

Após a afirmação do francês por toda Europa como a língua da civilidade e das artes, Paris se afirmou como capital literária, simbólica e universal da civilização, ainda que isso não necessariamente represente dominação diretamente política do Estado Francês sobre o continente. Em todo caso, deu-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, um movimento de politização das línguas e literaturas nacionais, chamado por Casanova de “efeito Herder”. Esse efeito seria caracterizado pela postulação da equivalência entre língua e nação, o que explicaria que as reivindicações nacionais daquele século tivessem como um de seus principais fomentos a busca por uma literatura popular e nacional (entendida como expressão do espírito do povo),

¹ “O objeto da análise da República Mundial das Letras não é descrever a totalidade do mundo literário, nem pretende fazer um impossível recenseamento exaustivo da literatura mundial. Trata-se de mudar de perspectiva, de descrever o mundo literário ‘a partir de um certo observatório’, de acordo com os termos de Braudel, para proporcionar oportunidades de mudar a visão da crítica comum, de descrever um universo sempre ignorado pelos próprios escritores. E de mostrar que as leis que regem essa república estranha e imensa – de rivalidade, de desigualdade, de lutas específicas – contribuem para esclarecer de maneira inédita e muitas vezes radicalmente nova as obras mais comentadas, principalmente as de alguns dos maiores revolucionários literários desse século (...)” (CASANOVA, 2002, p. 18).

A História Através da História

LEONE, Caio Affonso

convocada a lhes emprestar o fundamento simbólico necessário para a afirmação dos Estados Nacionais.

A terceira etapa do surgimento da República Mundial das Letras compreenderia os processos de descolonização do século XX em diante, como a entrada de atores periféricos antes excluídos da ideia de literatura pelos agentes centrais na concorrência internacional por legitimidade simbólica. Nesse contexto, teria surgido um dilema de novo tipo, afinal, entre a adoção da língua e da literatura do colonizador ou a constituição de patrimônio próprio nas antigas colônias, muitas soluções são possíveis.

Embora a história da conformação dos espaços literários esteja intimamente relacionada a dos espaços políticos e econômicos nacionais, interessa considerar que os espaços literários mais dotados, isto é, mais antigos e cujo capital literário é considerado mais prestigioso e universal, conseguem conquistar progressivamente autonomia relativa do conjunto do espaço. Assim,

Esse processo permite que a literatura invente suas problemáticas e se constitua contra a nação e o nacionalismo, tornando-se assim um universo específico onde as problemáticas externas – históricas, políticas, nacionais – só estão presentes refratadas, transformadas, retraduzidas em termos e com instrumentos literários: nos lugares mais autônomos, a literatura constrói-se contra as reduções ou as instrumentalizações políticas e/ou nacionais (CASANOVA, 2002, p. 113).

A transformação desse espaço em campo (ver BOURDIEU, 1998, 2002, 2007) relativamente autônomo permite descrever alguns de seus mecanismos de funcionamento. Gisèle Sapiro discute a categoria de campo e a conveniência de seu emprego na análise de objetos supranacionais, como a circulação de bens simbólicos e de traduções:

Apesar do conceito de campo ser geralmente empregado em quadros nacionais e de pesquisadores que abordam objetos transnacionais e internacionais renunciarem ao seu uso, prescindindo dele pelo menos restritivo “espaço”, em nenhum lugar de sua obra, Pierre Bourdieu afirma que os campos são obrigatoriamente circunscritos ao perímetro do Estado-nação. O campo é um conceito abstrato que permite a autonomização metodológica de um espaço de atividade definido de maneira relacional (de acordo com princípios de oposição estrutural que desenham uma topografia de posições em função da distribuição de um capital específico) e dinâmica (essas posições evoluem em função das lutas internas do campo que impõem uma temporalidade própria), sob condição que esta se justifique por razões sócio históricas. As fronteiras

A História Através da História

LEONE, Caio Affonso

de um campo se relacionam com as da divisão do trabalho e das fronteiras geográficas, mas essas fronteiras não estão dadas de antemão, elas evoluem com o tempo, e são constantemente colocadas em questão. Logo, elas são construídas pelo pesquisador [...] (SAPIRO, 2019, pp. 233-234).

Nesse sentido, a geografia da República Mundial das Letras se constrói a partir da oposição entre um número reduzido de capitais literárias universais (entre as quais Paris se destacaria, devido ao seu poder simbólico de desnacionalizar e julgar o “literário”) e regiões excêntricas que dessas capitais dependem. Importa notar que a descrição desse espaço mundial não compreende uma representação sem conflito de um mundo globalizado. Pelo contrário, trata da história “das rivalidades que têm a literatura como objeto de disputa e que fizeram – com recusas, manifestos, violências, revoluções específicas, desvios, movimentos literários – a literatura mundial” (CASANOVA, 2002, p. 26). Tais disputas tem instancias de mediação e consagração específicas, entre as quais destaca-se a tradução.

A formulação de uma República Mundial das Letras se aproxima do que John Heilbron (1999, p. 436) chamou de Sistema Cultural Mundial. Nesse constructo, além da antiguidade e crença na universalidade de uma língua, a centralidade de um sistema literário pode ser medida pelo afluxo de traduções de e para uma língua. Ele nota o quanto o mercado americano é resistente a traduções, já que na segunda metade do século XX elas dificilmente chegam a 5% do mercado editorial. Configura-se, assim, um mercado de trocas assimétricas, que não pode ser considerado como simples manifestação das desigualdades nas estruturas político-econômicas, mas sim como evidência de relações de poder muito específicas. Segundo essas relações, os polos periféricos e semiperiféricos do Sistema Cultural de traduções se veem forçados a importar das línguas dominantes as normas literárias, estéticas e editoriais, sem as quais dificilmente sua produção local será reconhecida como “moderna” ou “atual” no mercado globalizado.

Os apontamentos de Sapiro mostram que essas linhas de força devem ser compreendidas como parte de uma estrutura mais ampla de relações de poder, ainda que sempre refratadas pelas características e oposições específicas dos campos analisados. Segundo a autora, quanto mais

um campo nacional ocupa uma posição dominada no espaço internacional, mais os seus dominantes tenderão a ocupar posições voltadas para o internacional [...], e em consequência, serão capazes de impor os modelos importados de fora nos seus países (em razão do prestígio vinculado ao internacional). Ao inverso disso, quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominante no espaço internacional, como a literatura francesa e a filosofia alemã pelo seu passado, ou da

A História Através da História

LEONE, Caio Affonso

sociologia americana hoje, mais seus dominantes se concentrarão na acumulação de capital simbólico no nível nacional – suficiente ou quase para lhes assegurar uma visibilidade internacional, dada a capacidade dos campos dominantes a se irradiar para além de suas fronteiras (SAPIRO, 2019, p. 246).

Outra implicação dessa estrutura centro-periferia (Cf. WALLERSTEIN, 1991, 2004) na circulação de traduções é que os polos centrais dispõem do poder de definir quais produtos dos mercados periféricos serão considerados “literatura mundial” e, portanto, serão traduzidos para as línguas centrais. Essa distribuição desigual do poder de proclamar o que deve ser lido que explica a tendência de que a comunicação entre línguas periféricas passe pelo aval do centro. Ou seja, a existência de traduções de línguas periféricas para dominantes (por exemplo português-inglês) tende a pautar as escolhas de obras a serem traduzidas entre línguas periféricas (por exemplo do húngaro para o português). Por isso, pode-se dizer que as línguas dominantes funcionam como veículos mediadores de comunicação entre as línguas periféricas. Esse fenômeno pode ser apreendido em sua forma mais óbvia nas traduções indiretas, nas quais, por exemplo, um livro indiano é traduzido para o inglês antes de ser vertido para o português. Todavia, mesmo no caso de traduções diretas, a existência de traduções para línguas centrais pode servir de modelo para a escolha das obras, características da apresentação, capa e resenhas, ou mesmo como forma de propaganda do valor do livro.

Decorre que as traduções têm valores e funções distintas nos contextos culturais de línguas centrais ou periféricas. Se tomada do ponto de vista das línguas periféricas-alvo, a importação de obras por via da tradução (in-tradução) pode ser entendida como instrumento de acúmulo de recursos literários, que pode provocar o rompimento com a tradição estética local. Dessa forma, as línguas periféricas “Importam, para apresentá-la, a modernidade decretada no meridiano de Greenwich; por isso desempenham um papel essencial no processo de unificação do espaço”. Esse mesmo movimento, do ponto de vista da língua central-fonte (ex-tradução) implica a divulgação, com certo atraso, da “norma” do centro e o reforço da hegemonia. Inversamente, a in-tradução tomada do ponto de vista das línguas centrais-alvo pode representar pouco mais do que o reconhecimento da proximidade estética de determinada obra com a norma. Porém, para a língua periférica-fonte, esse mesmo movimento de ex-tradução pode ser considerado “bem mais que uma simples mudança de língua: é, na realidade, a ascensão à literatura, a obtenção do certificado literário” (CASANOVA, 2002, pp. 169-173). Essa forma específica pode, portanto, ser denominada “tradução-consagração”, sendo mais bem entendida como uma arma

cultural, política e simbólica disputada pelos literatos para alterar seu acesso ao crédito literário na República Mundial das Letras, o que torna o tradutor-consagrado um mediador de primeira ordem.

Cabe destacar, que esse esquema esteve exposto a mudanças com a consolidação do critério de mercado no decorrer do século XX, de que decorre a competição entre, por exemplo, Paris e Nova Iorque como capitais literárias (HEILBRON, 1999). Mesmo que Casanova acredite que a República Mundial das Letras entrou, no século XX, num processo de transformação pautado pela “globalização comercial”, ela defende que, dificilmente, Paris perderá sua proeminência como consagradora literária. Isso se explica pela existência de uma tradição bastante consolidada de traduções de obras advindas de espaços periféricos para o francês, que mantém assim sua capacidade de definir quais correntes estéticas estão próximas do “Greenwich literário”. Por sua vez, Heilbron inverte o valor da tradução ao tomar com indício da centralidade de Nova Iorque o baixíssimo volume de traduções para o inglês. Para ele, isso representa o poder do mercado americano em impor seu gosto e seus padrões nacionais como norma para os mercados periféricos, colocando o francês na posição de língua semiperiférica a qual recorrem os autores periféricos para se fortalecerem contra a hegemonia anglófila. Essa disputa entre Paris e Nova Iorque seria representativa da oposição entre os funcionamentos da circulação restrita, na qual os agentes agem como representantes de sua nacionalidade em função do capital simbólico específico, e do mercado de massas. O crescimento do mercado de massas globalizado teria produzido uma homogeneização e uma “desnacionalização” sem precedentes das produções literárias (e artísticas em geral), com o objetivo de viabilizar sua circulação na mais larga escala possível, simultaneamente, contornando as disputas dos campos nacionais e reproduzindo, por meio das empresas e movimentos multinacionais, “as constrições do campo econômico globalizado no interior das indústrias culturais” (SAPIRO, 2019, p. 247). Tudo isso significa que é possível considerar a correlação de forças e posições como mutáveis e construídas historicamente.

Considerações Finais

Muitos autores brasileiros, de tão traduzidos, podem ser considerados verdadeiras presenças mundiais.² Já na década de 1990, Jorge Amado, por exemplo, havia sido traduzido para 56 países em 48 línguas (GONZALES, 1997; VEJMEJKA, 2014), sendo até hoje um dos brasileiros mais conhecidos no exterior. Entretanto, outros clássicos do cânone nacional tiveram percursos mais custosos, em especial considerando-se o mercado norte-americano. Machado de Assis, morto em 1908, só teve sua primeira tradução para o inglês publicada na década de 1950. Em contrapartida, uma edição recente de *Memória Póstumas de Brás Cubas*, publicada pela Penguin em junho de 2020, esgotou a primeira tiragem em um único dia (MEIRELES, 2020; THOMSON-DEVEAUX, 2018). Já Clarice Lispector hoje goza de enorme popularidade junto ao público norte-americano, em parte graças à nova luz lançada em sua obra pela publicação de coletâneas e biografia escrita por Benjamin Moser, em parte ao fomento do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior da Fundação Biblioteca Nacional (COSTA e FREITAS, 2017) – cenário diferente da recepção de sua tradução, considerada “difícil”, por Elizabeth Bishop.

O estudo do que pode, a princípio, ser considerado a componente minoritária das trocas entre o sistema literário brasileiro e o americano, ou seja, a tradução de livros do português para o inglês, ajuda a esclarecer uma série de outras questões pertinentes à inserção da cultura e da literatura brasileira no campo mundial. De um lado, permite conhecer, através da elucidação dos critérios de seleção de obras, das dificuldades da tradução cultural e da avaliação da recepção dos autores brasileiros, que representações do cânone literário e da cultura brasileira eram mobilizadas como justificativas das práticas editoriais na Knopf inc. nos Estados Unidos. Assim, tomando as disputas entre os diferentes agentes no interior da editora pela legitimação de determinada

² Essa afirmativa se inspira em proposições de Gisèle Sapiro e Marcelo Bustamante sobre a circulação internacional das ciências sociais. Adaptando a proposta dos autores para a circulação da literatura brasileira, podemos conceber que analisar “a circulação transnacional de livros traduzidos oferece uma imagem da recepção mais ampla de um autor: enquanto as citações em uma revista são boas indicações do reconhecimento por pares, traduzir um livro envolve o campo editorial [Bourdieu, 1999; Sapiro 2008a] e objetiva apresentar o autor para um público mais amplo, incluindo estudiosos de outras disciplinas, estudantes, intelectuais não acadêmicos, e outros leitores educados [para o caso de Derrida, ver Lamont, 1987]. Embora ser traduzido para o inglês possa ser considerado hoje condição suficiente para ter chance de obter atenção do campo internacional de uma disciplina nas ciências sociais, ser um ‘pensador global’ paradoxalmente exige ser traduzido para tantas línguas quanto possível” (SAPIRO e BUSTAMANTE, 2009, p. 2).

síntese do Brasil, é possível pensar um papel pedagógico ativo da editora para a formação do público americano no que diz respeito à cultura brasileira (VENANCIO, 2014, pp. 108-119).

Por outro lado, esse tipo de investigação permite indagar se a tradução era considerada pelos escritores brasileiros como um modo de fortalecer suas posições no campo literário nacional. Claro está, nem toda tradução consagra: Gilberto Freyre praticamente ignorava a tradução de sua obra na Argentina, preferindo citar as versões inglesas e francesas quando precisava rebater críticas (VENANCIO, FURTADO, 2021, p. 7). Não por acaso, Mario Benedetti (1969, p. 42), autor uruguaio, expressa pela com ironia o destaque produzido pelo *Boom* da literatura latino-americana nos Estados Unidos dos anos 1960: “fama, tradução a outros idiomas, elogios da crítica, viagens, bolsas, prêmios, adaptações cinematográficas, rendas não depreciáveis e a conseguinte possibilidade (tão insólita para o artista latino-americano) de viver de sua arte”.

Esses elementos encaminham as primeiras conclusões parciais desta pesquisa. Pode-se afirmar que a editora Alfred A. Knopf seria um ponto de observação privilegiado das trocas e disputas do Sistema Cultural Mundial de traduções por se constituir como instituição bifronte, voltada tanto para o mercado americano, quanto para o mundial. Seu histórico de importação da norma europeia teria servido para consolidar a reputação da editora como cosmopolita, desenvolvendo profundo conhecimento das regras do campo literário mundial. Logo, isso pode ter permitido que a Knopf inc. se legitimasse como consagradora dos autores brasileiros, posto que oriundos de um polo periférico, ao mesmo tempo que desempenhava papel relevante na conformação do gosto do público norte-americano para autores latino-americanos.

A seleção de autores brasileiros parece ter passado por um filtro bem específico: eles deviam ser “universais” o suficiente para serem considerados traduzíveis nos Estados Unidos e palatáveis ao mercado, mas deveriam ser considerados “exóticos” o suficiente para não entrar em confronto com a concepção dominante do lugar do Brasil no cenário mundial. Nesse sentido, supõe-se que a seleção de obras de não-ficção se deu em função da necessidade de divulgar, junto ao público americano, uma determinada interpretação do contexto cultural e histórico no qual as obras literárias traduzidas haviam sido escritas. Em suma, muito há que conhecer sobre as várias funções da tradução de autores brasileiros pela Knopf inc., que vão da busca do entrelugar de alteridade e identidade literárias, até a consagração do valor estético e mercadológico dos autores e obras.

Referências Bibliográficas

- BENEDETTI, M. *El boom entre dos libertades*. In: BENEDETTI, M. **Letras del continente mestizo**. Montevideo: Arca, pp. 31-48, p. 42.
- BOURDIEU, P. **Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire**. Paris : Éditions du Seuil, 1998.
- BOURDIEU, P. **Les conditions sociales de la circulation internationale des idées**. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 145, décembre 2002. La circulation internationale des idées. pp. 3-8. Disponível : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em 24 set. 2020.
- BOURDIEU, P. **O Mercado de Bens Simbólicos**. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRITANNICA, *The Editors of Encyclopaedia*. Alfred A. **Knopf. Encyclopædia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Alfred-A-Knopf>. Acesso: 23-09-2020.
- CASANOVA, P. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CLARIDGE, L. **The Lady with the borzoi**: Blanche Knopf, **Literary Tastemaker Extraordinaire**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2016.
- COSTA, C.B. e FREITAS, L.F. de. **A internacionalização de Clarice Lispector**: história clariciana em inglês. *Cad. Trad.* vol.37 no.2 Florianópolis May/Aug. 2017. Disponível: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n2p40>. Acesso: 27 set. 2020.
- GONZALES, Chistianne. **Livros foram traduzidos para 48 idiomas**. Folha de São Paulo, Ilustrada, São Paulo, sexta, 8 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/08/ilustrada/33.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- HEILBRON, J. **Towards a Sociology of Translation: Book Translation as a Cultural World-System**. *Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter*, IEEE, November 1999. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/275485831_Towards_a_Sociology_of_Translation_Book_Translation_as_a_Cultural_World-System. Acesso: 25-09-2020.
- HEILBRON, J., SAPIRO, G. **Por uma sociologia da tradução**: balanços e perspectivas. *Graphos*. João Pessoa, Vol 11, N. 2, Dez./2009 – ISSN 1516-1536.
- MEIRELES, Mauricio. **Nova tradução de Machado de Assis nos Estados Unidos esgota em um dia**. Folha de São Paulo. 3 de junho de 2020. Disponível:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/nova-traducao-de-machado-de-assis-nos-eua-esgota-em-um-dia.shtml>. Acesso: 27 set. 2020.

ROSTAGNO, I. *Searching for recognition: the promotion of Latin American literature in the United States*. Westport, London: Greenwood Press, 1997.

SAPIRO, Gisèle; BUSTAMANTE, Mauricio. *Translation as a Measure of International Consecration*. *Mapping the World Distribution of Bourdieu's Books in Translation, Sociologica, Italian journal of sociology on line*, 2-3/2009, p. 1-45, doi: 10.2383/31374.

SAPIRO, G. **A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p. 233-265.

TEBBEL, J. *Between Covers: the rise and transformation of book publishing in America*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 231.

THOMSON-DEVEAUX, F. *Reading Machado Through the Looking Glass: case studies from the translations of Memórias Póstumas*. In: Machado de Assís em Linha, v. 11, n. 25, pp. 96-111, dezembro 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1983-6821201811256>. Acesso: 27 set. 2020.

VEJMELKA, M. **Entre o exótico e o político: características da recepção e tradução de Jorge Amado na Alemanha**. *Amerika*, 10/2014. Disponível: <https://doi.org/10.4000/amerika.4522>. Acesso: 27 set. 2020.

VENANCIO, G. **“Julgou o jury a Brasileira, não julgou os concorrentes”**: coleção e produção intelectual no Brasil dos anos 50. *Revista Maracanan*, v. X, n.10, Janeiro/Dezembro 2014, pp. 108-119.

VENANCIO, G., FURTADO, A. **Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior**. Niterói: Eduff, 2020.

WALLERSTEIN, I. *Geopolitics and geoculture: Essays on the changing world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WALLERSTEIN, I. *World-Systems Analysis: an introduction*. Durham, London: Duke University Press, 2004.

RACISMO E SEXUALIDADE EM SOCIEDADES AUTORITÁRIAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A CIRCULARIDADE DA MEMÓRIA DA REVOLTA DA CHIBATA/JOÃO CÂNDIDO E DA BOATE CHANTECLER, DURANTE O ESTADO NOVO E A DITADURA CIVIL- MILITAR NO BRASIL

Geisa Oliveira Balbino Ferreira

Olívia Tereza Pinheiro de Siqueira*

Vivemos em tempos nefastos. As tendências de extrema direita, denominadas como tais na diáde¹ proposta por Noberto Bobbio (1995), retornam ao palco das discussões políticas em todo o globo. Em solo brasileiro, não seria diferente. A eleição de 2018, com a consolidação da ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao poder, reacendeu as discussões sobre o racismo, homofobia, sexualidade e gênero, pautas estas, que a extrema-direita bolsonarista e seus aliados, tentam expurgar dos debates, através de uma memória seletiva, tendo como justificativa, a defesa dos valores da moralidade e da família cristã. É neste contexto que, estes dois projetos de pesquisa surgem, intitulados respectivamente: *Revolta da Chibata e João Cândido: Olhares e Perspectivas na História Pública e Escolar*, e, *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*, trazendo à luz a importância da manutenção, e, em certa medida, resistência, sobre a memória destes temas, tão complexos e silenciados pelos grupos conservadores que ocupam, neste momento, a maioria das instituições políticas nacionais. Logo, este artigo tem como premissa, abarcar duas pesquisas em situações nas quais, outros dois sistemas autoritários

* Mestrandas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF. A aluna Olívia Tereza Pinheiro de Siqueira é bolsista pela CAPES.

¹ Bobbio, propõe a diáde direita/esquerda como chave válida para explicar as correntes políticas existentes, baseando-se na igualdade como fator principal. Segundo o autor, essa diáde se subdivide em quatro correntes, de acordo com o nível de igualdade/desigualdade proposto: a extrema-esquerda (movimentos igualitários e autoritários), centro-esquerda (movimentos igualitários e libertários, ou, conhecido como socialismo liberal), centro-direita (movimentos libertários e inigualitários), e a extrema-direita (movimentos antiliberais e anti-igualitários) (BOOBIO, 1995, p. 119).

galgaram o poder no país: a ditadura do Estado Novo, ocorrida entre 1937 a 1945, e a Ditadura Civil-Militar, vigente entre os anos de 1964 a 1985.

Primeiramente, para que possamos entender as semelhanças entre estas duas questões e, posteriormente, contextualizar tais pesquisas dentro dos períodos históricos supracitados, precisamos compreender o conceito de memória, principalmente, no que se refere aos temas sensíveis e estigmatizados, que representam o ponto focal destes projetos. Para tal, nos valem dos conceitos de Jacques Le Goff (1990), Paul Ricoeur (2007), Michael Pollack (1989) e Maurice Halbwachs (1968) que englobam respectivamente a memória coletiva, a justa memória, a memória nacional e as memórias subterrâneas, com o objetivo de trazeremos à tona, as memórias sensíveis dos grupos que foram vítimas de violência, de sofrimento, de preconceito e de racismo, um passado que se mantém vivo e se repete, quando no presente, os direitos destes indivíduos são violados. Por isso, a abordagem destas memórias na atualidade, necessita de um tratamento ético e moral, por todos os indivíduos na sociedade, de modo a gerar empatia, evitar os negacionismos e os silenciamentos, que marcam de maneira violenta e permanente a História (QUADRAT, 2018, p. 213).

Logo, a construção das memórias, representantes das camadas sociais mais desfavorecidas da população, inclusive aquelas pertinentes à Revolta da Chibata e à Boate Chantecler, assumem notoriedade nos processos decisivos que marcam os rumos da História, e as tentativas de silenciá-las correspondem a uma forma de discurso intencional, que objetiva apagar as *memórias subterrâneas* (POLLACK, 1989, p. 4), tanto sobre a Revolta da Chibata, e seu principal líder, João Cândido, como das prostitutas e da vida boêmia da Boate Chantecler, reivindicando o acesso destas histórias na composição de uma memória nacional sobre tais acontecimentos. Logo, utilizamos como marco temporal os dois últimos governos ditatoriais brasileiros, representados pelo Estado Novo e pela Ditadura Civil Militar, para que possamos compreender de que maneira essa memória sobre os referidos acontecimentos foram, em certa medida, silenciadas pelo discurso oficial ou pela memória nacional.

Revolta da Chibata, João Cândido, e a Boate Chantecler: um breve resumo sobre os projetos

Para que possamos nos aprofundar sobre a questão do racismo e da sexualidade em tempos autoritários, é necessário que façamos um breve resumo das pesquisas que utilizamos como instrumento deste artigo. De antemão, vale salientar

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

que, tais projetos estão em pleno desenvolvimento, sendo acrescidos ao longo de sua construção de aportes teóricos, metodológicos e novas fontes de pesquisa.

O primeiro projeto, sob o título de *Revolta da Chibata e João Cândido: Olhares e Perspectivas na História Pública e Escolar*, de autoria da mestranda Geisa Oliveira Balbino Ferreira, tem por objetivo, trabalhar a questão da circularidade da memória sobre a revolta e do marinheiro João Cândido, dentro de uma ótica da História Escolar, utilizando o eixo da História Pública como fio condutor deste processo. O mesmo se inicia se propondo um revisionismo da bibliografia referente às temáticas pós-abolicionistas, neste caso a Revolta da Chibata, no qual, o protagonismo negro assume destaque na historiografia atual, através de uma história da resistência e luta deste povo. Isto pode ser observado, através do processo de rememoração do marinheiro João Cândido e da própria Revolta, por uma diversidade de movimentos sociais, principalmente, o movimento negro, que, por meio da apropriação e ressignificação desse importante fato histórico, colabora para a construção de uma narrativa que prima pela emancipação dos negros na sociedade. Assim, tal ressignificação influencia nas lutas e discussões em diversos campos, como a educação, o respeito às diversidades, a diminuição das desigualdades sociais, buscando, desta forma, um futuro com mais dignidade e direitos para o povo negro, além de promover mudanças, na ordem de dominação da sociedade pelos grupos representantes das elites. Tal discussão é amparada pela Lei 10.639/03, alterada a posteriori pela Lei 11.645/08², no qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica.

Tal projeto tem como aporte teórico-metodológico, autores que falam sobre os anos que antecederam à eclosão da Revolta da Chibata, tal qual, uma análise dos desdobramentos pós-movimento, como a sua repercussão na instituição da Marinha brasileira, seja na sociedade, seja na vida do seu líder, João Cândido. Vale destacar, que os referenciais bibliográficos relacionados neste estudo, como os de Álvaro Nascimento e de Edmar Morel, com exceção da obra, de caráter institucional militar, de autoria do almirante Hélio Leôncio Martins intitulada *A Revolta dos Marinheiros 1910* (que apresenta uma escrita tendenciosa de apoio ao oficialato da Marinha), desenvolvem uma narrativa que sugere um posicionamento de apoio ao resgate da memória sobre a Revolta e a importância da figura de João Cândido, e de outras lideranças fundamentais ao sucesso do movimento de 1910. Ressaltam, também, as más condições em que viviam os marinheiros nos encouraçados nos anos anteriores e

² Lei 11.645/08. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>, acessado em 27 de junho de 2021.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

posteriores à República. Todo esse resgate é realizado, por meio de uma perspectiva de autores que versam sobre a História Pública e Escolar, focado no ensino de uma educação antirracista, através dos livros e artigos publicados pelas professoras Juniele de Almeida, Nilma Gomes, Daniel Pinha, Ana Monteiro, Helenice Rocha, Martha Abreu e Hebe Mattos.

Já o segundo projeto deste ensaio, denominado *Boate Chantecler: a representação da ascensão e do declínio nos espaços de prazer do Recife (1939-1984)*, tendo como pesquisadora a aluna Olívia Tereza Pinheiro de Siqueira, visa examinar a ascensão e o declínio do funcionamento, de um dos principais prostíbulos da capital pernambucana, a Boate Chantecler, tal como, sua atuação dentro dos espaços de prazer da cidade, entre o período de 1939, data de sua inauguração, até 1984, com a decadência da zona meretrícia do centro do Recife. Este projeto tem como marco inicial, o silenciamento da memória e da historiografia local, de um prédio histórico tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³, no qual a referida boate funcionou por longo período. Tal prédio encontra-se localizado na Rua Marquês de Olinda nº 2-86 do bairro do Recife, e, atualmente é reconhecido pelo nome desta boate.

A disputa de memória pode ser observada neste projeto, uma vez que este espaço já consta como um patrimônio institucionalizado, fazendo com que a utilização do prédio, para este fim, fosse silenciada, ou, minimizada pelo discurso oficial, principalmente, por se tratar de um ícone arquitetônico do espaço urbano da cidade do Recife. Portanto, essa discussão encontra-se em plena formação, visto que, o “íconoclasmo e monumentalização, apagamento e inscrição, esquecimento programado e lembrança duradoura, constituem, portanto, faces da mesma moeda que toma o espaço urbano como base material para produzir a história” (ABREU; BIANCHI; PEREIRA, 2018, p. 298). O próprio objeto da pesquisa, ligado ao tema da sexualidade e ao mercado do prazer, é um fator preponderante para o debate sobre a memória deste espaço, pois, “a venda do sexo está no centro de muitas polêmicas, particularmente dentro de determinados setores dos movimentos sociais que consideram a atividade como violação básica de direitos humanos” (SILVA e BLANCHETTE, 2017, p. 1).

Contudo, indo de encontro a esta visão dicotômica e, de certo modo, vitimista sobre a prostituição e seus atores, este projeto ampara-se em três pilares

³ Lista de monumentos e espaços públicos tombados em Recife pelo IPHAN, através do site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1450/>>, acessado em 13 de setembro de 2020. É importante salientar que, dentro da cidade do Recife, mais precisamente no centro, há um bairro denominado Recife, ou, comumente chamado pelos cidadãos de Recife Antigo.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

historiográficos: teorias sobre o conceito de memória e patrimônio, através da utilização dos autores como Jacques Le Goff e Paul Ricouer; teorias feministas, abordadas em três linhas teóricas (feminismo clássico, feminismo decolonial e o putafeminismo); e, teorias sobre a sexualidade, mais especificamente, o conceito de poder-corpo, proposto pelo filósofo Michel Foucault e a história sobre o orgasmo no Ocidente, de Robert Muchembled.

E, como estes dois projetos, tão distintos e, em alguns pontos, semelhantes, tem relação com os períodos dos governos autoritários no Brasil, neste caso, especificamente, o Estado Novo e Ditadura Civil-Militar? Bem, as duas pesquisas englobam tais momentos históricos, uma vez que, no caso da Boate Chantecler, a mesma funcionou durante os dois períodos ditatoriais, tendo inclusive, realizado uma exposição de arte em 1973. Já, no que se refere à Revolta da Chibata, a memória do João Cândido e de todo o movimento, fora silenciada dos anais da Marinha após 1910, e, considerada subversiva pós 1964, pelas forças militares e policiais.

Estado Novo: marinheiros nos porões do silêncio, putas entre as cortinas dos bons costumes

Após 1889, com a queda da monarquia brasileira e a ascensão da Primeira República, o Brasil tentava importar e adaptar os modelos de democracia já instaurados pelo globo, em grande parte no continente europeu, como no caso da Inglaterra, ou nas terras norte-americanas, como os Estados Unidos. Contudo, este ideal de democracia, assim como sua órbita de leis e processos, encontrou nas terras tupiniquins um grande desafio, cristalizado pela existência de uma população analfabeta e, recém-saída do sistema escravista, além da força de uma elite agrária, representada pelas grandes *plantations* de café e açúcar (VIANNA, 1999, p. 465). Foi neste contexto, que nascia o primeiro ideal de República, dominado por uma elite centrada no eixo São Paulo – Rio – Minas Gerais, que fazia do voto de cabresto e a política da bala, suas principais armas durante os processos eleitorais (REIS, 2018, p. 3).

Tais modelos democráticos, importados no estilo *made in* inglês ou americano, geraram críticas de vários grupos, que defendiam a centralização política, a neutralização dos “clãs”, assim denominadas as elites que governavam o país, e, a implementação de direitos sociais, pintada sob tons ditatoriais, como a obrigatoriedade da sindicalização, do serviço militar e, a implementação de leis trabalhistas (VIANNA, 1999, pp. 466-468), contribuindo para a ruína desse sistema ao longo dos primeiros

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

trinta anos da República que acabara de surgir (VIANNA, 1999, p. 14). Entre tais críticos, muitos deles apoiados nas ideias que já circulavam na Europa, em especial as políticas nacionais-estadistas e corporativistas de cunho autoritário, de Hitler e Mussolini, estava o jurista Oliveira Vianna.

Vianna propunha que um dos principais erros, dessa nova república instaurada no país, seria desconsiderar o fato de que o Brasil seria formado por três raças distintas, influenciando na formação cultural, e, conseqüentemente, na formação deste cidadão político. Já em seus escritos, mais especificamente no seu livro, *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna estabelece que o povo brasileiro pode ser definido nas figuras do matuto, do sertanejo e do gaúcho (PAIM, 1982, p. 13), e que esta condição deve ser levada em consideração pelos representantes, na formação de uma política centralizadora. Este fato demonstra a política eugenista praticada pelo governo Vargas, assim como por seus principais apoiadores e ideólogos, como o próprio Oliveira Vianna, baseada em um darwinismo social (SEYFERTH, 1995, p. 180), uma vez que ideário típico de beleza e de superioridade da raça branca em relação aos negros, encontrava apoio nas doutrinas racistas desenvolvidas no século XIX e que perduraram na passagem para o século XX, contribuindo, por sua vez, para o surgimento da tese de branqueamento da população brasileira no final do século XIX (SEYFERTH, 1994, p. 181).

Tais atos e ações discriminatórias foram um fator preponderante no silenciamento da memória sobre a Revolta da Chibata e João Cândido, visto que estas ideias eugenistas foram incorporadas pelas forças armadas, como a Marinha do Brasil. Além disto, outro ponto importante para que a memória desta revolta fosse jogada aos porões de uma censura velada, foi a incorporação do caráter obrigatório do serviço militar, durante o governo Vargas, ideia esta já defendida pelos seus apoiadores, como o próprio Oliveira Vianna. Em seus escritos, o autor apontava que, para que uma nova constituição fosse criada e atendesse às mudanças e especificidades do povo brasileiro, algumas medidas teriam que ser adotadas, aplicando a obrigatoriedade em três frentes: na sindicalização dos trabalhadores urbanos, no serviço militar e na criação e cumprimento de uma legislação trabalhista (VIANNA, 1999, p. 466), pois, só desta maneira, o Estado teria força e autoridade suficiente para exercer suas leis, livrando-se da codependência dos poderes dos “clãs” locais.

Desta maneira, visando restabelecer a moral e a imagem da Marinha, que outrora, como o próprio Vianna apontou, era motivo de chacota e anedota pelos cidadãos (VIANNA, 1999, p. 467), a instituição naval, iniciou um processo de perseguições e tentativas de silenciamento da memória sobre a revolta, apoiando-se no reconhecimento das forças militares (REIS, 2018, p. 2). Isto pode ser exemplificado pelo fato ocorrido com o jornalista e humorista Aparício Fernando de Brinkerhoff,

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

conhecido sob o pseudônimo de Barão de Itararé, que foi reprimido violentamente por militares da Marinha no ano de 1934, após publicar em seu jornal, intitulado *Jornal do Povo*, uma série de matérias sobre o marinheiro João Cândido. Apparício, que foi um dos fundadores e militante do partido ANL (Aliança Nacional Libertadora), realizava forte oposição ao governo de Getúlio Vargas⁴.

E, como os espaços de prazer da cidade estão incluídos neste contexto? Mais especificamente, a Boate Chantecler, o objeto deste estudo de caso? Bem, diferentemente dos marinheiros ou jornalistas que sofriam retaliação, ao rememorarem os eventos sobre João Cândido e a Revolta da Chibata, a prostituição passava por um processo de regulamentarismo velado, no qual, sua prática era, ao mesmo tempo tolerada e constantemente vigiada.

Sendo considerada como um “mal necessário”, a prostituição, instrumento utilizado pelas instituições como expurgo dos fluxos desejantes masculinos e manutenção da honra feminina, surge enquanto discurso e problemática, por meio de médicos, higienistas, órgãos oficiais e dos periódicos da época, pois, a mesma contribuía para a manutenção do duplo padrão sexual masculino⁵, advindo da era vitoriana (MUCHEMBLED, 2007, p. 228).

Por serem vistas, como função social, como o receptáculo dos resíduos seminais masculinos, e, o pilar invisível para a manutenção de um casamento monogâmico, sob os moldes cristãos e burgueses, as prostitutas são tratadas como seres portadores de todos os males e pestes, necessitando de constante vigilância e controle (RAGO, 2008, p. 133). Por isso, devido ao crescimento dos locais de prazer e, com o intuito de limitar as prostitutas em locais nos quais esta política poderia ser aplicada de uma forma mais efetiva, uma das medidas adotadas desde o fim do século XIX, era “confinar o comércio do prazer num espaço determinado da cidade” (RAGO, 2008, pp. 133-134), nascendo assim, no dia 22 de junho de 1939, no bairro do Recife, o *Cassino Chantecler*⁶. Sua inauguração, seguindo a cartilha deste controle tácito sobre as zonas meretrícias da cidade, também não passou despercebida pelas

⁴ Informações contidas na publicação da Revista Nacional em edição de 06 a 12 de janeiro de 2002-nº 1206.

⁵ Esse duplo padrão sexual tinha como finalidade, a contenção e moderação dos desejos sexuais, mantendo assim os ideais burgueses da monogamia e manutenção do casamento, fazendo com que os homens cumprissem suas obrigações nos papéis de marido e, quando necessário, fosse buscar o prazer nos braços das marafonas. Este papel só era permitido ao masculino, sendo o adultério feminino altamente condenado pela sociedade do período (MUCHEMBLED, 2007, p. 212; 219).

⁶ É importante salientar que, dentro da cidade do Recife, mais precisamente no centro, há um bairro denominado Recife, ou, comumente chamado pelos cidadãos de Recife Antigo. Inicialmente, a boate teve sua inauguração sob a denominação de “cassino”, conforme as reportagens veiculadas pelo *Diário de Pernambuco*, nos dias 20 e 22 de junho de 1939.

autoridades policiais da localidade, pois, todos os artistas que ali se apresentavam, como os músicos da banda de *jazz*, Almirante Jones e as artistas, Nancy Veiga e Tonita Gomez, tiveram seus nomes fichados pelos prontuários da Delegacia de Ordem e Política Social de Pernambuco (DOPS/PE), entre 1935 e 1938⁷, conforme demonstra o arquivo contido no site, *O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos*, idealizado por Clarice Hoffman, tendo como objetivo catalogar e analisar a documentação de artistas fichados pelo DOPS/PE, no período de 1934 a 1958.

Vale salientar que, após a inauguração da boate, mais precisamente em 1940, houve a publicação de um novo Código Penal brasileiro, por meio do Decreto Lei nº 2.848, artigo nº 229⁸, em que condenava a prática do rufianismo e da cafetinagem, não inferindo sobre o exercício da prostituição em si, mas, na abertura e manutenção de prostíbulos, boates e pensões alegres. É notável que, após a publicação desta lei, o jornal utilizado como fonte do nosso objeto de pesquisa, silenciaram as atividades deste estabelecimento, pois, o mesmo só aparece em seus noticiários após 13 anos de sua inauguração, em 1952, com anúncios nos classificados, sobre a venda de itens musicais e do próprio espaço⁹, indicando que a boate estava funcionando até este período, sob os moldes da clandestinidade e longe dos holofotes dos principais periódicos da época.

Ditadura Civil-Militar: puta objeto de arte, censura sobre a Revolta da Chibata faz parte...

Após a saída de Getúlio Vargas do poder, em 1945, entre seu breve retorno e, posteriormente suicídio, em 1954, é inegável as marcas que o fenômeno varguista imprimiu na política brasileira. Todos os governos democráticos antes de 1964, assim como os dirigidos pelo golpe antidemocrático, foram regidos sob a ótica centralizadora e reformista, apoiada nas visões do nacional-estadismo (REIS, 2018, p. 1). Tais questões, pintaram o quadro já caótico de dúvidas e incertezas pelos quais os governos democráticos pós 1945 passaram, principalmente após 1960, no qual, “tempos de instabilidade – as instituições e corporações centralizadas, verticais e piramidais começaram a ruir, mas não seria, como alguns imaginaram, uma implosão rápida e catastrófica” (REIS, 2018, p. 5), causada pela amplitude dos movimentos sociais e as diversas mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava naquele momento (REIS,

⁷ Disponíveis no site <<http://obscurofichario.com.br/>>, acessado em 02 de junho de 2021.

⁸ Artigo do Código Penal disponível em:<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10609710/artigo-229-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>, acessado em 05 de julho de 2021.

⁹ Diário de Pernambuco. Recife, 09.01.1952; 31.01.1952 e 03.02.1952.

2018, p. 1). Estes impactos formaram a conjuntura perfeita, ou a que melhor se encaixava para o período, desembocando no golpe em abril de 1964.

Com a instauração de um novo governo autoritário com tons ditatoriais pelos militares, concedida pelo apoio de grandes grupos sociais, que promoveram a efetividade deste golpe, juntamente com as forças armadas, era óbvio que as pautas conservadoras, a exaltação e reconhecimento dos militares seriam a ode do dia, fazendo com que atos de resistência fossem retaliados com violência e, seus opositores, censurados e torturados pelas esferas de comando da Marinha, Aeronáutica e Exército. Logo, é nesse contexto de resistência, em 1975, que a música *O Mestre-Sala Dos Mares* de composição de João Bosco e Aldir Blanc surgiu, como uma verdadeira homenagem ao marinheiro João Cândido, enaltecido mais uma vez como o *Almirante Negro*. A composição traz o retorno à lembrança dos brasileiros os feitos realizados pelo Almirante no ano de 1910, numa tentativa de manter viva a memória dessa luta.

A letra foi censurada pelo regime militar uma vez que resgatava a memória de um personagem, negro, que foi silenciado pela história oficial nacional. Naquele contexto a simples menção ao nome de João Cândido, já poderia ser considerada como uma oposição ao governo, tanto que o depoimento do Almirante Negro ao jornalista Hélio Silva no Museu da Imagem e do Som em 1968 fora concedido sigilosamente (MOREL, 2016, p. 15 e 16). Importante ressaltar, porém, que perseguições e tentativas de silenciamento da memória sobre a Revolta e de seu principal líder, João Cândido, já ocorriam anteriormente ao período ditatorial civil-militar. Em seu livro, Edmar Morel, também menciona outro fato, ocorrido em 1968, pouco divulgado e conhecido na História, que representou mais uma tentativa de silenciamento e apagamento da memória sobre a Revolta: “o então jovem Sílvio Tandler, sonhando em iniciar a carreira de cineasta, resolveu fazer seu primeiro trabalho, uma película sobre João Cândido. [...] Esse material, escondido para evitar a repressão após o golpe militar, acabaria destruído” (MOREL, 2016, p. 15).

João Cândido após a exclusão da Armada, sofreria a tristeza de não mais poder vestir orgulhosamente sua farda. Mas, pior do que isso seriam as perseguições que o acompanhariam ao longo de toda sua vida. Como relata Morel, “terminou o calvário de João Cândido na vida militar. Um outro, todavia, o esperava com fortes decepções, um desfile de desgraças que começou em 1912 e só terminou com sua morte, em 1969” (MOREL, 2016, p. 237). O marinheiro João Cândido e as memórias da Revolta mergulhariam em um crescente ostracismo nos anos que se seguiram ao levante. Aos poucos autores como Edmar Morel iniciaram um movimento de reconhecimento e rememoração do marinheiro João Cândido. Este mesmo autor batizou o marinheiro sob a alcunha de *Almirante Negro* e foi, também, o responsável pela criação da expressão

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

Revolta da Chibata, quando do lançamento do seu livro sobre as memórias da Revolta e de João Cândido no ano de 1958 (MOREL, 2016, p. 13).

A Marinha do Brasil, por meio do SDM (Serviço de Documentação da Marinha), encomendou no ano de 1959 uma pesquisa ao comandante Oliveira Bello com objetivo de elaborar a versão oficial da Armada a respeito dos movimentos de novembro e dezembro de 1910 e em última instância fornecer uma resposta ao livro publicado por Morel (2016, p. 345) neste mesmo ano. Esta pesquisa consta de uma documentação que fornece um conhecimento geral sobre a vida do marinheiro João Cândido, desde seu ingresso na Marinha, em 1895, até sua baixa definitiva em 1912. Porém, se verifica no mesmo uma tentativa de depreciação da imagem de João Cândido, visto que o marinheiro é descrito como agressivo, irresponsável e limitado no exercício de suas funções. Tal documentação diz respeito à *Descrição Sucinta de Elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos 1895-1912*¹⁰, sendo utilizada como discurso oficial da instituição naval para tratar sobre o movimento da Revolta e de seu principal líder, evitando, desta forma, que novas rebeliões e levantes surgissem em pleno regime civil-militar, execrando estas memórias para os tapetes do silêncio.

Diferentemente de uma censura mais incisiva e aberta, referente aos temas sensíveis das memórias da Chibata e de João Cândido, a política de vigilância das prostitutas permaneceu envolta em uma áurea velada de controle e tolerância, uma vez que as mesmas não faziam parte da pintura dicotômica subversão/repressão da ditadura, estando localizada nas áreas cinzentas neste governo. Esta prática já era adotada desde os primórdios da república, pois “consistia em definir por quais trechos da cidade, de que maneira, e em que horário, mulheres identificadas como prostitutas poderiam se expor e circular” (PEREIRA, 2002, p. 14). Tal medida, também fora utilizada na zona meretrícia da cidade do Recife, incluindo a Boate Chantecler, na qual as mulheres que se encontravam na rua, fazendo o *trottoir* após o horário permitido, eram recolhidas pelos chamados “cosme e damião”. Este fato é descrito pela senhora Nanci Maria Feijó de Melo, prostituta que trabalhou na referida boate durante a década de 1970, durante sua entrevista. Segundo dona Nanci: “dentro da boate era tranquilo, mas não podia sair, fiscalização existia por parte dos clientes”, esboçando que os clientes mantinham relações com as autoridades, ou, tais clientes pertenciam à corporação.

Contudo, esta relação ambígua, e em até certo ponto, consentida, entre prostitutas, donos (as) de prostíbulos e guardas, não impede que vários casos policiais

¹⁰ DPHMD. SDM. Descrição: Sucintos Elementos autênticos da vida do ex- marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos 1895- 1912. [35. p] .

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

estampassem os folhetins dos periódicos, mais especificamente, os periódicos do *Diário de Pernambuco* e o *Diário da Manhã*. Isto pode ser observado, com a intensificação de reportagens, durante a década de 1960, 1970 e 1980, sobre brigas, discussões e ocorrências, tanto dentro da boate como em seu entorno, totalizando, de acordo com as fontes supracitadas, um total de 14 manchetes. Destarte, podemos deduzir que a Boate Chantecler já havia saído dos seus tempos áureos de pompa e glamour, uma vez que a mesma entrava em decadência, conforme o conceito do baixo meretrício, visto que as ocorrências ligadas ao alto meretrício eram abafadas tanto pelas cafetinas e cafetões, assim como as pessoas de grande influência, que frequentavam o espaço (RAGO, 2008, p. 261). Além disto, neste momento, o local era denominado durante as reportagens, como “bar”, indicando que o seu público-alvo já havia mudado, pois, a palavra “popular” e “mundana” são utilizadas em tons depreciativos pelos editoriais.

Este cerceamento aos espaços de prazer, ainda que de forma tácita, já é notório, tendo em vista, a ocorrência de dois processos no Diário Oficial do Estado, um publicado em 29 de setembro de 1968 e o outro em 05 de outubro de 1968¹¹, no qual, aplicando-se o artigo de nº 229 do Código Penal, sobre a prática do lenocínio¹², duas casas de prostituição foram enquadradas e fechadas. Infelizmente, os processos publicados no Diário Oficial do Estado, não delimitam quais foram estes locais, constando só a numeração das ações judiciais. Além disto, devemos notar que sua execução durante o ano de 1968 não fora realizada de modo aleatório e isento de intenção, pois, foi neste mesmo ano, em dezembro, que houve a publicação do Ato Institucional nº 05¹³, conhecido como o ato mais algoz e duro da ditadura civil-militar brasileira.

Entretanto, mesmo com a consolidação da censura e da vigilância constante na sociedade, em especial aos grupos considerados subversivos e, pessoas que iam de encontro à ordem estabelecida, os espaços de prazer resistiram a tais medidas, configurando assim, um jogo de zig-zag e negociações, entre sociedade civil e as forças armadas (REIS, 2020, p. 3). É, por entre tais formas de resistência, que a Boate Chantecler ressurgiu, em 05.10.1973, sendo palco de uma exposição de arte, promovida

¹¹ Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 29.09.1968 e 05.10.1968.

¹² Artigo do Código Penal disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10609710/artigo-229-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>, acessado em 05 de julho de 2021.

¹³ O AI-5 foi publicado em 13.12.1968 e versava sobre o fechamento do Congresso Nacional, cassação de direitos políticos e a ampliação das medidas de segurança, como, liberdade vigiada, proibição de frequentar alguns lugares e determinação de domicílio, além de decretar o estado de sítio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm, acessado em 02 de junho de 2021.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

pelo pintor Paulo Brusky e outros artistas locais, denominada de “Coletiva Chantecler”¹⁴.

Este evento, subvertendo a lógica do mercado da arte e, em certa medida, chocando a sociedade da época pela sua originalidade, chama bastante atenção, pois, há uma quantidade considerável de notas e notícias sobre o assunto nos jornais, constando o total de 18 reportagens, informando sobre a inauguração da exposição, bem como sua repercussão e impacto na trajetória dos artistas que participaram. Tais fontes, iniciam-se próximo à data de inauguração da exposição, no ano de 1973, indo até o ano de 1987, ganhando, inclusive, destaque com uma página inteira dedicada a narrar este evento, que reuniu a nata intelectual da cidade, dentro de um dos mais famosos prostíbulos do Recife.

A realização desta exposição, em pleno governo Médici, em contraposição à censura investida pelos militares às memórias da Revolta da Chibata, demonstram a complexidade deste período, narrado muitas vezes sob uma panóptica da querela entre comunistas versus forças armadas. Visto que, há uma lacuna histórica em compreender a vida de homens e mulheres que viviam o seu cotidiano em pleno regime civil-militar, e que não estavam ligados à luta armada (REIS, 2020, p. 4). É dentro deste contexto, que a memória da Boate Chantecler se inscreve, tentando iluminar com os holofotes vermelhos, as nuances deste período conhecido como os “anos de chumbo”.

¹⁴ *Diário de Pernambuco*. Recife, 10.03.1973.

Referências Bibliográficas

Fontes

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: < <https://bdtd.ibict.br/vufind/>>, acessado em 17 de setembro de 2020.

DECRETO-LEI 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10609710/artigo-229-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>, acessado em 05 de julho de 2021.

LEI 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>, acessado em 27 de junho de 2021.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1450/>>, acessado em 13 de setembro de 2020.

O OBSCURO FICHÁRIO DOS ARTISTAS MUNDANOS. Disponível em: <<http://obscurofichario.com.br/lugar/taco-de-ouro/>>, acessado em 15 de setembro de 2020.

REVISTA NACIONAL. Edição de 06 a 12 de janeiro de 2002, nº 1206.

MÚSICA “O MESTRE-SALA DOS MARES”. composição de João Bosco e Aldir Blanc, de 1975. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ndh8MwbjeKI>>. Acesso em 20 de jul. 2021

DPHMD. SDM. Descrição: Sucintos Elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos 1895- 1912. [35. p]

DHPMD. SDM. Boletim Informativo do Movimento Pró-Monumento João Cândido. Ano1. Maio nº 2. Rio de Janeiro 13/05/1998.

Periódicos

DIÁRIO DA MANHÃ. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Recife, 1973 e 1978.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Recife, 1939-1989.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/chantecler-o-edificio-oco-no-coracao-do-recife.html>>, acessado em 18 de setembro de 2020.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Companhia Editora de Pernambuco. Recife, 1968.

Livros, Artigos, Teses E Dissertações

AARÃO REIS, Daniel. **Aproximações, contrastes e contradições entre paradigmas de mudança social: os 50 anos de 1968.** In Daniel Aarão Reis e alií. 1968, reflexos e reflexões. Editora SESC, São Paulo, pp 15-30

AARÃO REIS, Daniel. **As Tradições da Cultura Política Nacional-Estatista no Brasil (1937-2014).** In: Keila Auxiliadora Carvalho; César Martins de Souza; Janaina Martins Cordeiro. (Org.). O País do Futuro: Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano. 1ed. Curitiba: Prisma, 2018, v. 1, pp. 51-85.

AARÃO REIS, Daniel. **A Constituição cidadã e os legados da ditadura.** Locus, UFJF, vol. 24, pp. 277-297, 2018.

AARÃO REIS, Daniel. **As armadilhas da memória e a reconstrução democrática.** In Sergio Abranches e alií. Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019^a, pp. 274-286.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. **Notas para a compreensão do Bolsonarismo.** In Estudos Ibero-americanos, Seção Tribuna, vol. 46, n. 1(2020). Porto Alegre, 2020.

ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. **Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço.** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda.** São Paulo, UNESP, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990, pp. 1-189.

LE GOFF, Jacques . **História e Memória.** São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, set-dez, 2010, pp. 935-952. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>, acessado em 31 de março de 2021.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta dos Marinheiros 1910**. São Paulo: Editora Nacional. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed., 2016.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. **Os sentidos do ensino de História**. UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 1-10.

MUCHEMBLED, Robert. **O Orgasmo e o Ocidente: uma história do prazer do século XVI a nossos dias**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A Ressaca da Marujada-Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro. Editora: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2008.

PAIM, Antonio. **Oliveira Viana e o pensamento autoritário no Brasil**. In: VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2002. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280639>>, acessado em 27 de julho de 2021.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; HERMETO, MIRIAM. **Justa memória, dívida ética e passados-presentes dolorosos: questões a partir da análise de interpretações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) em livros didáticos de história**. In: MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Miriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia Pinto. (Org.). (Re)construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da história. 1ª ed. Porto Alegre/BR; Porto/PT: EDIPUCRS-CITCEM, 2016, v., pp. 150 168.

A História Através da História

FERREIRA, Geisa Oliveira Balbino; SIQUEIRA, Olívia Tereza Pinheiro de.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos FGV, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 1-12.

QUADRAT, S. V.. **É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?**. In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges.. (Org.). Que história pública queremos?. 1ed.São Paulo: Letra & Voz, 2018, v. 1, pp. 213-220.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1980-1930**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa – Tomo III**. Campinas: Papyrus, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico, vol. 18, n. 1, 1994, pp. 175-203. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581>.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz e CCBB, 1996, pp. 41-58.

SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 50, pp. 1-58, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/SKbBG7ZFbbjJLtmM4rN4cDs/?lang=pt>>, acessado em 01 de junho de 2021.

SOARES, Paulo Renato. **João Cândido, o “Almirante Negro”, é reconhecido como herói do RJ**. Jornal G1- Globo, Rio de Janeiro, 20 de nov. 2019.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

FATO POÉTICO VERSUS CLASSIFICAÇÕES LITERÁRIAS: TENSÕES ENTRE A MEDIAÇÃO DA LEITURA, RECEPÇÃO E MATERIALIDADE DOS TEXTOS.

Lucas de Carvalho Cheibub*

Introdução

A quem pertence o discurso? Quem domina os sentidos de um texto? Tais formulações de Roger Chartier (2020) são questões seculares e exploradas por perspectivas distintas. Em geral, a tradição da cultura escrita ocidental tem fornecido importantes críticas textuais, tratando o discurso como algo que praticamente paira na pureza das ideais. Todavia, alinhado com as perspectivas da História Cultural, o presente artigo busca revisitá-las na medida em que recupera a materialidade para as discussões sobre a escrita, a linguagem, a mediação, e a recepção como elementos centrais das tensões em torno dos domínios dos discursos literários. Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em duas partes.

Na primeira, discute-se a quem pertence o discurso literário elaborado: ao enunciador ou a tradição? Partindo da missão arriscada de compreender os sentidos da noção de fato poético de Jorge Luís Borges, explora-se a questão da autoria como elemento assegurador de sentidos para os textos. Dessa maneira, resgata a formulação conceitual de função-autor estabelecida por Michel Foucault no intuito de analisar a importância do sujeito enunciador como correspondência das bases sociais e jurídicas tal como uma figura exterior e anterior ao texto.

Já na segunda seção, o artigo analisa a materialidade dos objetos literários e das classificações como resultados das operações simultâneas e complexas que regimentam o discurso literário e a figura do autor. Desse modo, recupera-se a produção da *Coleção Obras de Lima Barreto* de 1956, quando foi lançado uma edição dos vestígios particulares do autor sob o título *Diário Íntimo*. Analisa-se, assim, o objeto livresco como fruto de uma produção coletiva, que modifica e instaura sentidos sobre o literato, a partir da respectiva edição e da mediação de Gilberto Freyre na obra, na qual o sociólogo aproxima o escritor carioca a um ego específico e literário russo.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) com bolsa de pesquisa pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento(CNPq) com estágio na Sorbonne-Nouvelle (Paris 3), com bolsa de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Ainda, retoma-se a metáfora borgiana sobre as bifurcações dos sentidos para explorar o papel do leitor como parte deste sistema de relações e tensões de domínios sobre o texto. Por fim, reafirma a importância de analisar e compreender tais disputas de sentidos através do discurso literário e de sua materialidade.

O fato estético e a morte do autor: quem fala é a linguagem ou alguém?

Emerson disse que uma biblioteca é um laboratório mágico onde vivem muitos espíritos encantados. Eles despertam, quando chamados. Fechado, um livro é literal e geometricamente um volume, uma coisa entre outras. Quando o livro é aberto e se encontra com o seu leitor, então ocorre o fato estético (BORGES, 1983, p. 119).

O jogo de sentidos estéticos e metafísicos explorados pelo escritor Jorge Luís Borges trazem consigo, como na citação acima, uma série de problemáticas complexas e imensuravelmente belas. No caso do seminário *A poesia*, Borges defende a noção de que o fato estético reside no encontro do texto com o seu leitor e, por isso, o suporte deste discurso – o livro – não deixa de ser um objeto entre tantos outros. Mobilizado pelas questões borgianas, a presente seção deste artigo pretende explorar os sentidos deste fato assim como discutir o mérito ou a insignificância das vozes desses espíritos encantados - entendidos neste primeiro momento como os autores - que habitam os livros e as bibliotecas.

Portanto, o ponto de partida é a seguinte questão: o que é o fato estético? Apesar de Borges sugerir que essa noção não precise de definição, percebendo-o como “algo tão evidente, imediato e indefinível quanto o amor, o gosto da fruta, a água” (BORGES, 1983, p. 126), é possível identificar alguns de seus sentidos. O primeiro deles é a singularidade do leitor que, tal como na metáfora do rio de Heráclito¹, nunca é uma figura estável, no tempo da experiência, mesmo quando reencontra uma determinada obra. Em sua perspectiva, a renovação da leitura imprime também novos significados, tornando o texto mutável tal qual o rio do filósofo grego. Em suma, a força dos sentidos é garantida *a priori* pela leitura.

¹ “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou. Assim, tudo é regido pela dialética, a tensão e o revezamento dos opostos. Portanto, o real é sempre fruto da mudança, ou seja, do combate entre os contrários” HERÁCLITO. Fragmentos (Sobre a natureza). São Paulo. Abril Cultural, 1996 (adaptado).

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Há aí certa consonância ao entendimento de Michel de Certeau (1998) sobre a leitura ser uma operação de caça. Todavia, como Certeau também sugere que este ato funciona como uma viagem em terras alheias, imprime-se uma imagem de que essa aventura talvez possa ser entendida melhor como um mergulhar-se em si mesmo do que num determinado rio-textual. Se o ato de mergulhar não se difere tanto numa imagem quanto na outra, mas onde se mergulha – em si mesmo e/ou em terras alheias – a questão recai sobre a quem pertence este rio.

O segundo sentido do fato estético borgiano, pautado pela doutrina de Croce, antecipa sua resposta que será trabalhada em diversos textos: pertence a linguagem. Nesta concepção, “cada palavra é uma obra poética” (BORGES, 1983, p. 122), já que a linguagem não corresponde à realidade, mas sim a uma criação estética sobre o real. Sem dúvidas a respeito da tese de que os vocábulos são representações inventadas, Borges reforça que isto se torna mais perceptível quando nos aventuramos em aprender uma outra língua, momento no qual sentimos a feiura, a beleza ou o peso das palavras.

O momento da criação é singular das experiências estéticas para Borges. Neste terceiro elemento do fato estético, o poeta “inventa” e “descobre” sentidos através da linguagem. Seguindo a doutrina platônica, na qual recordar é sinônimo de inventar e descobrir, Borges assume: “quando escrevo alguma coisa, tenho a sensação de que isso preexiste” (BORGES, 1983, p. 124). Longe de ser um encontro meramente fugaz, a confluência entre as palavras com o ser criador é a marca do fato estético, ainda que independente da identificação deste ser. Isto porque pouco importa para Borges a autoria de uma poesia, como fica evidente na seguinte formulação: “Tudo aconteceu no passado: os anônimos marinheiros fenícios morreram, morreu também Kipling. Que importa saber qual desses fantasmas teria escrito ou pensado tais versos?” (BORGES, 1983, p. 139).

Esta lógica do fato estético determina que o discurso pertence à linguagem e não ao autor. No limite, há correspondência do apagamento desta figura com a defesa de Barthes (2004) sobre a morte do autor no instante em que a escrita começa. Isto porque seus apontamentos sobre a linguística fornecem uma perspectiva de que o autor é um enunciador, não sendo nada além daquele quem escreve, ou seja, um sujeito reconhecido pela linguagem, mas não uma pessoa. Para Barthes, dar uma autoria a um determinado texto é um mecanismo de segurança, especialmente para a fortuna crítica, derivando assim numa espécie de reinado do autor e do crítico. Todavia, o depósito colocado na figura do leitor como o lugar de encontro das escritas múltiplas, culturas variadas, de diálogos e contestações recai numa idealização específica: não necessariamente sobre o leitor e sua capacidade criativa, de mergulhar no rio tantas

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

vezes que forem necessárias, ou na sua constante caça, mas no desejo da morte do autor.

Esta morte ocorre no labirinto da estética borgiana. No conto *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* (BORGES, 2007), o escritor argentino conta uma trajetória investigativa em torno dos costumes, das doutrinas, das linguagens entre outros aspectos da vida do povo de Tlön. Neste lugar fantástico e imaginado onde o idealismo recaía sobre os diversos aspectos do planeta, a linguagem pressupunha a idealização e na literatura impera a onipotência do sujeito único, isto é, os livros não são assinados e não há plágios porque todos os títulos são atribuídos a um autor, intemporal e anônimo. Ao decorrer da narrativa, descobre-se que aquele mundo se tratava de uma invenção perdurada durante séculos por certa seita, ou seja, inexistente no plano real.

Voltando para este, tais reflexões sugerem uma questão sensível para a historiografia, especialmente para as correntes dedicadas aos estudos do discurso e da sociologia dos textos: o autor está morto ou desaparecido? O escritor argentino explora esta problemática numa espécie de antologia pessoal, intitulada *Borges y yo*. A trama fundamental deste texto é um jogo de sentidos da dissolução, da absorção e vampirização do sujeito, o Eu, em detrimento do autor, o Borges (CHARTIER, 2012). De um lado, há o indivíduo comum, quem caminha pelas ruas de Buenos Aires e se detém para observar grades de jardins, enquanto, do outro, há este nome próprio quem recebe indicações para uma cadeira ou é citado em dicionários biográficos. A fronteira porosa da existência de ambos, contudo, não é hostil, pois o Eu vive para que o outro, o Borges, possa tramcar a literatura que justifica o primeiro. Assim, o sujeito compartilha seu gosto por ampulhetas, por mapas do século XVIII e pelo gosto do café, com o Outro, a quem a complacência dá ares de ator.

Destaca-se, de um lado, o recrudescimento dessa dupla individualização do sujeito-autor, mas que, por outro, dilui-se em detrimento daquilo que é o fato poético, herdeiro legítimo do discurso na concepção borgesiana: “Não me custa nada confessar que alcançou certas páginas válidas, mas estas páginas não podem salvar-me, talvez porque o bom já não seja de ninguém, nem mesmo do outro, mas da linguagem ou da tradição” (BORGES, 2008, p. 55). Nesse jogo de sentidos explorados pelo escritor no qual não sabemos quem escreve, se é o sujeito ou seu *alter ego*, Borges sugere ainda a permanência do Eu no Autor de acordo com o entendimento de Spinoza, no qual “as coisas querem se preservam em seu ser” (ibid). Diante da impotência do Eu em desaparecer no tempo na medida em que se torna cada vez mais um nome próprio, Borges explora ainda o conflito deste com a linguagem. Sem a pretensão de responder essa dialética, mas sim explorá-la, recai-se na questão: quem é o sujeito e quem é o autor, ou melhor, o que é um autor?

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Michel Foucault (1969) elabora essa dissociação entre o nome do autor em relação a um nome próprio ou mesmo ordinário sob a conceitualização da função-autor. Para o filósofo, o autor não é simplesmente um elemento do discurso, mas assegurador de determinada função classificatória. Ou seja, aquele que assina uma carta ou que assina um documento não é um autor, mesmo tendo sido produtor de um texto, ou se responsabilizado pelo mesmo, porque não imprime um sentido categórico sobre este discurso. *Grosso modo*, o autor não se encontra no estado civil nem na ficção, mas na ruptura, onde elabora, fixa e organiza determinado grupo de discurso junto ao seu modo de ser. Dessa maneira, o conceito de função-autor “é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Dessa forma, o sistema jurídico-institucional é a base histórica para o regime do autor. Para o Foucault, ao fim do século XVIII, os discursos começaram a ter efetivamente autores na medida em que estes podiam ser punidos. Assim, a identificação do enunciador da mensagem recrudescer o binômio responsabilização e punição pela transgressão da ordem social. Mesmo que Oscar Wilde seja um bom exemplo do fim do século XIX sobre esse sistema jurídico, a inquisição já condenava todas as obras publicadas anonimamente. Esta espécie de pré-configuração da função-autor em razão das exigências da censura, proibição e repressão enuncia, em certo sentido, a intolerância com o regime do anonimato bem diferente de seus moldes contemporâneos, como pode-se observar no intenso desejo em descobrir e identificar quem é Elena Ferrante.

Ao revisitar o conceito foucaultiano, Roger Chartier (2012) advoga que a emergência da propriedade literária deve ser remontada, na verdade, ao começo do século XVIII, assim como deve ser atribuída mais à produção de um direito já existente e consolidado desde o século XVI. Segundo o historiador, exemplo disso é o estatuto da rainha Ana que tramitou em 1709, colocando em xeque o monopólio e a perpetuidade da propriedade literária. A resposta dos livreiros ingleses e franceses foi a defesa do *copyright* sob duas linhas argumentativas: a primeira de ordem filosófica, na qual se defendeu que todo homem deve gozar do direito natural de ser proprietário dos frutos de seu trabalho; a segunda, de ordem estética, preservando-se a propriedade em função da singularidade e originalidade de sua produção, do seu gênio criador. Em outras palavras, para Roger Chartier (2012) esse paradoxo fundamental que se encontra na emergência do sistema jurídico instaura a figura de um autor moderno. Por um lado, sustentam-se valores burgueses que advogam o direito comum, indistinto e natural a todos os indivíduos sobre suas produções. Por outro,

esta sustentação de valores burgueses saiu em defesa da perpetuação de prestígios tradicionais e aristocráticos próprios do *ancien régime*.

Outra contribuição na revisão de Roger Chartier é a de desfazer a ligação tão estreita e imediata estabelecida entre a função-autor e a publicação impressa. Isso implica numa genealogia do conceito para textos literários muito mais longa do que a sugerida por Foucault. Isto porque outros formatos de discurso também já apontavam para essa figura do autor, exterior e anterior, como revelam as discussões em torno da questão homérica (ASSUNÇÃO, 2010). Mas, são apenas os elementos do discurso que correspondem a um determinado *corpus* ou são os vestígios deixados que regimentam essa identidade única? Afinal, quem define ou controla essa identidade? O próximo tópico busca trabalhar tais questões realçando as operações simultâneas e complexas de inclusões, exclusões e, principalmente, de classificações que delimitam o ego e o seu discurso no plano material.

Tensões de sentidos: materialidades, discursos, classificações e leitores

Tudo o que um autor deixa para trás faz parte de sua obra? Partindo de um questão levantada por Foucault na sua famosa palestra de 1968, esta seção debate como os vestígios do passado são recuperados em ações sincrônicas e complexas em torno da materialidade e do discurso. Nesse sentido, segue-se a perspectiva de que os processos estéticos têm um formato específico, presos ou não a um suporte físico que lhes possibilite sua circulação, existência e reprodução, conforme ilustra a distopia *Fabrenheint 451*².

Em certo sentido, isso quer dizer que as proibições históricas de determinados textos ou na interdição total dos mesmos como ocorre na ficção de Ray Bradbury tomam a materialidade das ideais literárias como objeto-alvo de destruição, isso porque a existência da estética depende, principalmente na cultura escrita ocidental, “que todos os escritores dêem aos seus pensamentos certa forma” (FICHTE apud CHARTIER 2020, p. 30).

² Nesta obra, uma sociedade do futuro havia proibido a leitura, bem como toda a forma de escrita e sua reprodução, convertendo os bombeiros no exato inverso do seu ofício real. Isso porque, ao contrário de apagar incêndios e salvar as vítimas das chamas, a tarefa deles correspondia a queimar objetos impressos, sobretudo livros e quem tentasse protege-los. Esta ação não intimidava, contudo, a resistência de uma sociedade alternativa que, além de viver escondida da repressão, preserva os livros através da memória, sem alterar uma palavra ou vírgula do texto impresso.

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Decerto, esses formatos variaram durante os séculos e reproduzem, em algum nível, as relações de poder e o fetichismo de suas respectivas sociedades pelo suporte da mensagem. No século XX, o culto ou adoração a determinadas personalidades, somadas aos processos de atrelamento entre a obra literária e a vida do escritor demarcam a consequência mais importante da configuração conceitual foucaultiana, acompanhada pela intensa publicização dos vestígios deixados pelos autores.

Esse é o caso do *Diário Íntimo* de Lima Barreto, produto de ações editoriais de seu tempo. A origem do texto deve ser remetida aos *Retalhos*, título dado pelo próprio Lima Barreto para seus cadernos particulares, nos quais anotava intimidades familiares, seus pensamentos, fragmentos de seus dias, formando uma espécie de diário que se confundia com seus estudos. Em primeira instância, esta materialização do *Diário Íntimo* reafirma a defesa de Roger Chartier sobre o livro ser fruto de processos coletivos, afinal “os autores não escrevem os livros, nem mesmo os seus. Os livros manuscritos e impressos são sempre resultado de múltiplas operações, que pressupõem decisões técnicas e competências diversas.” (CHARTIER, 2020, p. 25).

Em segunda instância, atenta também para as possíveis e inevitáveis alterações devido as reproduções técnicas e sociais de cada época. Isto porque mais do que diário, os *Retalhos* formavam uma espécie de “caderno-arquivo”, pois também contava com inúmeros recortes de reportagens e materiais que interessavam ao autor que, ali mesmo, os colava, indicando às vezes o nome do jornal e a data de publicação.

Para Carmem Negreiro (2019), os *Retalhos* correspondem a um momento pré-redacional de Lima Barreto por conter suas observações, anotações, pesquisas, planos e esboços textuais. Segundo a autora, a metodologia barretiana se assemelha ao colecionador de Walter Benjamin cujo princípio é de desligar o objeto – no caso, os fragmentos de jornais – de suas funções primitivas, “a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante” (BENJAMIN, apud NEGREIRO, 2019b, p. 155).

Em 1953, novos sentidos foram aplicados aos *Retalhos* de Lima Barreto, pois foi quando o biógrafo do autor Francisco de Assis Barbosa reuniu tais fragmentos para transformá-lo em livro. Apesar do esforço de Barbosa em explicar na “nota prévia” e após a cada capítulo – correspondente a determinado ano – referenciar os periódicos consultados por Lima Barreto, a transformação do material e do formato do *Diário Íntimo* parece ter se consolidado na segunda edição deste título, em 1956. Isto porque este livro integrava o maior processo editorial significativo e qualitativo do legado editorial barretiano que culminou no lançamento da *Coleção Obras de Lima Barreto*.

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Em cada um dos dezessete títulos da coleção há um prefácio escrito por um intérprete do Brasil³, reconhecido pela atuação na fortuna crítica, na vida política do país e/ou nos estudos das ciências sociais. Não obstante à apresentação da obra ao leitor, a função de seus textos é classificar Lima Barreto dentro da literatura e do pensamento político-social brasileiro. Dessa maneira, tais prefaciadores são mediadores, produtores de sentidos distintos sobre o legado barretiano que, com suas vozes acopladas a um texto atribuído a Lima Barreto, lembram os espíritos encantados mencionados por Borges.

No volume do *Diário Íntimo*, Gilberto Freyre é o mediador chamado pelo organizador da coleção para prefaciar o volume. Em seu texto, o sociólogo pretende sistematizar uma perspectiva sobre Lima Barreto, enquanto uma “espécie de personagem de romance russo desgarrado nos trópicos” (BARRETO, 1956, p. 16). Sem definir completamente esta categoria, além dos aspectos de romances sociais e introspectivos, “aqueles romances em que os sofrimentos do autor se confundem com os dos personagens” (BARRETO, 1956, p. 9). Mas o que significa essa classificação literária estabelecida por Freyre?

Em primeira instância, é preciso distanciar esta categoria estética de Freyre com o conteúdo revolucionário russo. Efetivamente, isso não ocorre pela parte de Lima Barreto, escritor anarquista, atento à revolução de 1917 que manifestava suas posições publicamente em periódicos. Exemplo disso é o artigo *Ajuste de Contas*, publicado pela revista *A.B.C* em 1918, o autor propunha uma revolução social no Brasil através da supressão da dívida interna, confisco de bens das ordens religiosas, do estabelecimento do divórcio e pela extinção dos testamentos, ou seja, das heranças. Nesse texto, Lima Barreto deixava claro sua perspectiva sobre a socialização da propriedade e sobre o trabalho:

A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar para ele, de terras e outros bens tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum (BARRETO, 1961, p. 90).

³ Além de Francisco de Assis Barbosa que organizava a coleção, com a colaboração de Antônio Houaiss e Manuel Cavalcanti Proença, somavam-se a eles a lista de prefaciadores da respectiva coleção: Manuel de Oliveira Lima, João Ribeiro, Tristão Ataíde, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcia Miguel Pereira, Osmar Pimentel, Olívio Montenegro, Astrojildo Pereira, Jackson de Figueiredo, Agrippino Grieco, Eugênio Gomes e Antônio Noronha dos Santos.

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

Esta distância é dada, em parte, pelo conservadorismo que rodeia Gilberto Freyre. Mesmo que não seja necessário explicitar suas posições políticas, vale destacar que, em 1941, o próprio sociólogo procurou afastar qualquer tipo de leitura pró-comunista de sua expressão “Rússia americana” em *Religiões e tradição*:

O paralelismo sugerido - repita-se - é com a Rússia do século XIX e dos começos do século atual. A Rússia que procurava por intermédio dos seus sociólogos, dos seus poetas e dos seus romancistas uma solução russa e ao mesmo tempo social, largamente cristã e fraternalmente humana para os seus problemas especialíssimos – nem europeus nem asiáticos. E não a Rússia de hoje, entregue ao simplismo da solução maciçamente marxista de todo o complexo drama de seus desajustamentos históricos, de cultura e de região - e não apenas de classe e de economia (FREYRE, apud GOMIDE, 2005, p. 128).

De outro lado, pode-se supor que Gilberto Freyre não se centrou sobre os diálogos de Lima Barreto com o anarquismo, maximalismo e a revolução de 1917, justamente por prefaciá-lo este “caderno-arquivo”, no qual o leitor se depara com esferas particulares de literato. Gilberto Freyre explora, assim, as relações entre os sofrimentos do escritor, seus sonhos na literatura com seus projetos estéticos, como na ideia em elaborar um romance épico sobre a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade” (BARRETO, 1956, p. 9).

As angústias do literato e de seus textos associadas a esta classificação remetem a um determinado tipo de literatura russa do século XIX, quando certos tópicos russos foram consolidados internacionalmente como temas nacionais, longe do que Gilberto Freyre considerou como “simplismo da solução maciçamente marxista de todo o complexo drama de seus desajustamentos históricos” (FREYRE, apud GOMIDE, 2005, p. 128) do estado soviético.

Esses assuntos do século XIX compunham-se de questões sociais específicas, também conhecidas como “questões malditas”, trabalhadas mais diretamente pela literatura do que pelo tratamento intelectual e cientista da época (GOMIDE & MARQUES, 2021). Nesse contexto, os debates eram organizados por círculos de literatura formados por nobres e não nobres - chamados de *raznotchínsti* – e se materializavam principalmente pelas “revistas grossas”. Em meio a tais debates, a fortuna crítica encabeçada por Vissarion Belínski foi fundamental em direcionar a incorporação da figura do pequeno homem na literatura.

De acordo com Gomide e Marques (2021), a inserção dos *raznotchínsti* na *intelligentsia* russa parece ter recrudescido a posição de Belínski no campo literário russo e sua visão da missão do artista, através de sua sensibilidade única em captar os

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

conflitos e contradições sociais, deve refletir sobre a posição do país entre o Ocidente e Oriente, atuando como formador da consciência nacional. Em outras palavras, a perspectiva do pequeno homem na literatura russa como pedra angular dessas questões se cristalizou.

De certo, as angústias de Raskólnikov, as desgraças que atingem Sônia e das demais figuras comuns – funcionários de baixo escalão, ex-estudantes, alcoólatras etc. - de *Crime e Castigo*, ressoam nos personagens de Lima Barreto. O paralelo traçado por André Dias (2009) partindo da análise de discurso das vozes dos narradores das *Memórias do subsolo* de Fiódor Dostoiévsk e da obra *Cemitério dos Vivos*, romance iniciado na internação de Lima Barreto no Hospício Nacional dos Alienados, entre os dias 25 de dezembro de 1919 e 2 de fevereiro do ano seguinte, afirmam a perspectiva desses personagens marginalizados pela modernidade positivista erigida no século XIX e presente no início do XX. Em suma, ambas as vozes dos narradores dessas obras expressam, assim como os respectivos autores, uma *leitura à contrapelo*⁴ da realidade, dos seus tempos, de suas sociedades e instituições.

Ainda que não seja o caso estabelecer paralelos literários profundos que corram o risco de generalizações, o próprio Lima Barreto deixou referências diretas sobre sua relação com autores russos e especificamente quais obras, como na carta datada de 27/7/1919, por exemplo, enviada a Jaime Adour Câmara, Lima Barreto afirmava: “Leia sempre os russos: Dostoiévski, Tolstoi, Turguêneff, um pouco de Gorki; mas, sobretudo, o Dostoiévski da Casa dos Mortos e Crime e Castigo” (BARRETO, 1956b, p. 171). Apesar da centralidade dessas obras, citadas em escritos distintos por Lima Barreto, também é possível notar outros ecos do autor russo na escrita barretiana. Por exemplo, o personagem Sonhador de *Noites Brancas*, obra mais romântica de Dostoiévski, na qual o drama do pequeno indivíduo com os (des)encontros de seus prazeres e na sua relação poética com o espaço urbano; similar em certo nível com M.J. Gonzaga de Sá e a cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Vicente Licínio Cardoso (1924), o papel central de Dostoiévsk se dá pela captura da “miséria anônima das gentes de classes humildes dos grandes centros urbanos” em seus romances (CARDOSO apud MAIA, 2005, p. 442). É justamente nesses romances introspectivos e sociais que Gilberto Freyre parece

⁴ Pego de empréstimo a expressão de Walter Benjamin referente à tarefa do historiador, alargando-a para as denúncias de Lima Barreto e Fiódor Dostoiévsk contrárias à barbárie moderna: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 225.

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

vincular Lima Barreto como personificação das denúncias sobre as injustiças da modernidade e das angústias geradas por elas. Isto se reforçava pela edição do *Diário Íntimo* de 1956, na qual também contava com o rascunho de *Clara dos Anjos*, romance que seria publicado *post-mortem*.

Mesmo que a transformação dos *Retalhos* para a versão livresca talvez suprima, em parte, um dos traços característicos do processo criativo de Lima Barreto, o de corte e colagem de jornais tal qual o poeta benjaminiano em sua busca por assuntos no lixo da sociedade (NEGREIROS, 2019b), as anotações íntimas do autor somadas à mediação freyriana reforçam a perspectiva solitária, sofrida e social dos textos barretianos e do próprio literato. Todavia, isso não quer dizer que a voz fantasmagórica de Gilberto Freyre e sua classificação é recebida de maneira única.

Isto se deve, sem dúvida, ao fato de que cada leitura guarda suas particularidades, ainda que reproduzam padrões de práticas sociais e culturais de seu tempo. Em *O jardim de veredas que se bifurcam*, Borges (2007) aborda mais uma vez a infinidade de sentidos que uma obra pode ter. Desde o título deste conto insinua-se as ramificações do livro escrito por Tsui Pên. O paradoxo do conto explora a bifurcação de sentidos e possibilidades que ocorrem no tempo literário e real, diferente da concepção de um labirinto meramente espacial. Optando por todas as bifurcações simultaneamente, Tsui Pên cria futuros múltiplos que, por sua vez, proliferam suas ramificações. Nessa elaboração de tempo não uniforme e absoluto, há pontos de convergência dos caminhos escolhidos, porém que não restringem as novas possibilidades para este livro infinito. Enfim, as bifurcações dos caminhos ocorrem pela ação dos personagens, servindo de metáfora de como os leitores interpretam, decidem e jogam com cada palavra e frase na realidade. Em certo sentido, traduz-se assim que a ação e a recepção sobre o discurso não dependem exclusivamente das questões estruturais ou semióticas, mas sim da figura do leitor, tão crucial para o circuito de comunicação (DARNTON, 2010).

A complexidade da problemática sobre a recepção articula de um lado as competências, das regras de interpretação e das práticas de leituras sociais e, de outro, a figura viva do leitor, circunscrito em uma determinada história, sociologia e antropologia da leitura. Mesmo que “a permanência da filosofia platônica op[õe]onha a pureza das ideias e a sua inevitável corrupção pela matéria” (CHARTIER, 2020, p. 23), é fundamental analisar não apenas o discurso como elemento desprendido da materialidade e, por isso, recupera-se as formas e maneiras pelas quais o leitor se apropria e se relaciona com o suporte material do texto. Enfim, a resposta sobre os elementos da recepção certamente não será única, mas é preciso aproximar as contribuições da crítica textual com a perspectiva da história da cultura com o objetivo

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

de analisar a ordem do discurso literário em diversas dimensões de sentidos que pendulam do plano das ideias para o plano material e vice-versa, afinal, como sentenciou Borges:

A literatura não é esgotável pela simples e suficiente razão de que um único livro não é esgotável. O livro não é um ente incomunicado: é uma relação, é um eixo de inumeráveis relações. Uma literatura difere de uma outra, ulterior ou anterior, menos pelo texto do que pela maneira de ser lida (BORGES, 2012, 182-186).


Considerações Finais

O presente artigo buscou explorar como as leituras podem ser atravessadas e mediadas pelos espíritos encantados, que habitam nos livros e nas bibliotecas mágicas, segundo a metáfora de Emerson. Inscrita na disciplina da História Cultural, definida como uma história dos objetos e das práticas, esta reflexão explorou esta dupla tarefa de modo a aproximar os estudos da crítica textual com os mais relacionados a materialidade dos textos.

A história das leituras e interpretações somadas às inscrições, coerções e transmissões revelam as variações conceituais, ou seja, a mobilidade dos textos. Assim, identificou-se, por um lado, que estes pertencem a tradição da linguagem segundo o fato estético de Borges e, de outro, como a dialética borgiana acaba por explorar o justo oposto de sua liberdade: a figura do autor.

Desta trava de sentidos assegurados por meio de operações complexas e simultâneas, a reflexão debruçou-se sobre a mediação de Gilberto Freyre como mais um elemento de tensão acerca dos domínios dos textos literários. Compreende-se que as classificações são, portanto, artifícios que permitem compreender elementos da cultura escrita.

Todavia, as vozes fantasmagóricas dos mediadores e dos autores não imperam totalmente sobre os textos. Isso porque tanto o leitor é uma figura ativa na produção de sentidos da literatura, quanto esta inesgotável fonte de relação se dá através da materialidade do suporte do texto. Fruto de uma produção coletiva, este objeto conduziu os questionamentos desse trabalho sobre os efeitos produzidos na construção da significação dos textos, das técnicas de sua reprodução e, assim, nos efeitos produzidos pela composição e recepção dos textos (CHARTIER, 2012). Por fim, defende-se que os sentidos se bifurcam a cada tentativa de controle sobre o



A História Através da História
CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

discurso, mesmo quando o objeto do livro é fechado, mas sem ignorar que suas tensões partem, sobretudo, da relação com sua materialidade.

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, T. R.. "O que é um autor?", de Foucault, e a questão homérica. *Nuntius Antiquus*, v. 6, p. nº 12 - pp. 185-204, 2010.
- BARRETO, Lima. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956
- BARRETO, Lima. **Correspondência Ativa e Passiva**. Vol .II. São Paulo: Brasiliense, 1956. (B)
- BARRETO, Lima. "No ajuste de contas". In: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 90.
- BARTHES, R. **A morte do autor**. In: BARTHES, R. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BORGES, Jorge. *Ficcções* (1944). **São Paulo**: Companhia das Letras, 2007.
- BORGES, Jorge. *Sete noites*. Trad. Por João Silvério Trevisan. São Paulo: Max Limonad, 1983.
- BORGES, Jorge. "Nota sobre (em busca de) Bernard Shaw." In: *Outras Inquisições*, Jorge Luís Borges, 182-186. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BORGES, Jorge. **Borges e eu**. In: BORGES, Jorge. *Jorge Luiz Borges – Obras Completas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, vol.2, pp. 54-55.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998
- CHARTIER, R. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 127.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. pp. 264-298
- GOMIDE, B. **Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)**. São Paulo: Edusp, 2011. 768p .

A História Através da História

CHEIBUB, Lucas de Carvalho.

GOMIDE, B. **A vasta poeira humana e o simun da desordem:** paralelos Brasil-Rússia nos anos 1920 e 1930. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 35, pp. 121-138, 2005.

GOMIDE, B; MARQUES, Priscila. **Ganhando o pão e esperando o milênio:** Dostoiévski e o jornalismo. In: Imprensa, história e literatura: o jornalista-escritor. (ORG) LUTOSA, I; OLIVIERI-GODET, R. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7letras, 2021.

LIMA, André Luiz Dias. **Lima Barreto e Dostoiévski:** vozes dissonantes. 2009. 231f. Tese - (Doutorado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MAIA, J. M. E. **A Rússia Americana.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n.2, pp. 427-450, 2005.

NEGREIROS, Carmem. **Lima Barreto em quatro tempos.** Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019.

NEGREIROS, Carmem. **Rio de Retalhos nos cadernos de Lima Barreto.** In: NEGREIROS, Carmem. OLIVEIRA, Fátima. GENS, Rosa (orgs). Belle époque: a cidade e as experiências da modernidade. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019b.

QUEM TEM MEDO DE LITERATURA POPULAR? DOS FOLHETINS OITOCENTISTAS ÀS REVISTAS DE EMOÇÃO

Mirian dos Santos Marques*

Afinal, o que é Literatura Popular?

Literatura de massa, literatura de consumo e literatura popular são noções que se referem a um mesmo fenômeno que coloca a literatura como objeto de consumo, “produzida a partir de uma demanda de mercado, para entreter literariamente um público consumidor” (SODRÉ, 1978, p. 80). Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré define o leitor da literatura de massa como um consumidor, para o qual:

O livro e suas personagens devem ser consumidos como uma cerveja ou um enlatado qualquer: usa-se logo, jogando fora depois a embalagem, porque o produto é quase perecível. Esta característica faz com que a literatura de massa renove constantemente as suas regras de verossimilhança e os seus conteúdos, readaptando-os às novidades, às modas, às mutações ideológicas (SODRÉ, 1978, pp. 93-94).

Depreende-se dessa definição, duas considerações: a primeira de que existe uma espécie de dinamicidade inerente a literatura popular, que precisa estar atenta ao gosto do seu público, assim como às modificações históricas de seu tempo. A segunda, considera esta literatura um produto descartável, muito difundido e sem valor literário, criado e consumido pela/para a massa. Quanto ao conceito de massa, julga-se conveniente recordar Jesús Martín-Barbero que desmitifica o conceito:

Ao pensar o popular a partir do massivo não significa, ao menos não automaticamente, alienação e manipulação, e sim novas condições de existência e luta, um novo modo de funcionamento da hegemonia. Por isso, frente à crítica da massificação, tem-se o direito de perguntar, com A. Signorelli, se o que se rejeita é o que há nela de opressão e domínio, ou o que ela comporta de novas formas de relação social e conflitividade (2003, p. 310).

* Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

Em “Literatura Popular”, o sociólogo Antonio Gramsci (1978, p. 111) constata, a respeito da literatura popular italiana, que o escritor busca se aproximar de seu leitor a partir de uma linguagem próxima da fala, explicitando um desejo de rompimento linguístico. Isso significa que o escritor tenderia a falar a linguagem do povo, contrapondo-se à ideia de uma “língua literária pura”. Se o campo literário autoriza invenções somente dentro dos limites aceitáveis pela sua gramática, argumentamos que os modelos de literaturas populares possuem uma trajetória histórica ditada pelos “espaços do possível”:

Para que as audácias da pesquisa [da escrita, dos projeto editorial...] inovadora ou revolucionária tenham algumas possibilidades de ser concebidas, é preciso que existam em estado potencial no seio do sistema dos possíveis já realizados, como lacunas estruturais que parecem esperar e exigir o preenchimento, como direções potenciais de desenvolvimento, caminhos possíveis de pesquisa [de escrita, de projeto editorial...]. Mais do que isso, é preciso que tenham possibilidades de ser recebidas, isto é, aceitas e reconhecidas como “razoáveis”, pelo menos por um pequeno número de pessoas, aquelas mesmas que sem dúvida teriam podido concebê-las (BOURDIEU, 1996, p. 266, grifos do autor).

Assim, todo ato de produção depende em parte do estado das produções possíveis que se revela concretamente à percepção sob a forma de possibilidades práticas entre projetos concorrentes e um tanto incompatíveis, “constituindo cada um desses projetos, por esse motivo, uma contestação para os defensores de todos os outros” (BOURDIEU, 1996, p. 266).

Contribui para a produção da expansão desse “espaço possível” - literatura popular -, o desenvolvimento do capitalismo industrial que aperfeiçoa os processos tipográficos, barateando custos e alargando o mercado de consumo de publicações. O desenvolvimento desse capitalismo é responsável também pela consolidação de uma classe média cujas necessidades culturais, segundo Paes (2001, pp. 30-31) “ainda não tão apuradas pela tradição quanto as da aristocracia onde artistas e poetas iam outrora buscar os seus mecenas, a literatura de entretenimento vinha expressamente atender.”

Gramsci (1978, p. 125) já considerava o fenômeno do consumo - que alcunhava “comércio” - e atentava para o fato de que certos folhetins por volta de 1848 já eram escritos com temas que buscavam alcançar o maior público possível e que, por sua orientação político-social, pudessem se tornar perenes. Para ele, entretanto, este fato não era um demérito da literatura popular e de seus autores, antes constituía-se em um serviço que se poderia considerar público: o de abastecer infinitas massas de leitores e editores, para os quais são essenciais, inclusive para trazer o lucro.

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

A literatura popular “é, pois, a que corre entre o povo, a que ele cria, e a alheia de que gosta e adota” (GUERREIRO, Manuel Viegas, p. 2). Mas, de que povo falamos? A parte da população economicamente menos favorecida em todos os tempos, “o laós dos gregos, a plebe, vulgus, turba dos romanos, a ‘arraia miúda’, o povo comum, o populo minuto da Idade Média italiana, a gente serva ou livre, mas sem terra, sem direitos políticos, os assalariados dos campos e das cidades, sujeitos à exploração dos senhores feudais” (GUERREIRO, Manuel Viegas, p. 2).

Umberto Eco (1979) diferencia “cultura de massa” de “cultura de proposta”, tendo esta, entre outros aspectos, compromisso com a originalidade e com a oferta de uma visão de mundo singular e inconfundível. No que se refere aos objetos pertencentes à “cultura de massa”, esse compromisso é diminuto, já que é imprescindível estar próximo do gosto médio, isto é, daquilo que agrada em termos estéticos a um grande número de pessoas por meio do uso formas/fórmulas prontas já experimentadas. Na “cultura de massa”, em decorrência de sua isenção de originalidade, tem-se a repetição e o menor esforço como elementos de facilitação e assimilação do gosto do leitor médio.

Para Nelson Werneck Sodré, o conceito de literatura de massa impõe, uma oposição expressa ao discurso “literário culto”, ou canonizado, já que aquela é vista como:

[...] a totalidade do discurso romanesco tradicionalmente considerado como diferente e opositivo ao discurso literário culto, consagrado pela instituição escolar e suas expressões acadêmicas. Incluem-se, assim, no universo da literatura de massa, o romance policial, de ficção científica, de aventuras, sentimental, de horror, a história em quadrinhos, o teledrama, etc (SODRÉ, 1978, pp. 17-18).

Para Gramsci (1978, pp. 112-113), a existência de diversos tipos de romance popular gozando de certa difusão e sucesso diante de um público amplo é a prova de que há “diversas “massas de sentimento” preponderantes numa e noutra camada, diversos “modelos de heróis populares”. Nesse sentido, o autor apresenta sete tipos de textos literários que podem ser considerados populares: o ideológico-político; o sentimental não político; o romance histórico; o romance policial; o romance tenebroso e o romance científico de aventuras, geográfico, cada um com distintos aspectos nacionais. Gramsci adiciona mais um último tipo: a biografia romanceada que, segundo o autor, seria uma tentativa de satisfazer exigências culturais de um estrato popular com mais experiência de leitura.

[...] são esses os verdadeiros escritores; o povo sente por eles uma admiração e uma gratidão que tais romancistas mantêm de pé entregando

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

a editores e leitores uma quantidade de trabalho tão contínua e imponente que parece incrível e insustentável terem eles tanta força [...] (GRAMSCI, 1978, p. 110, grifos do autor).

A partir de tais elucubrações, podemos inferir que a literatura popular pode ser definida como aquela voltada para um público mais amplo que pretende demandar menor esforço em sua leitura e que tem, na maioria das vezes, a fruição como fonte de entretenimento, diversão apenas. Para isso, utilizam-se estratégias narrativas comuns a diversos gêneros, numa espécie de padronização de formas, temas e personagens na tentativa de alcançar o gosto e o leitor que estariam distantes e/ou não interessados em uma literatura experimental e/ou elitizada. A hegemonia exercida pela classe dominante por meio da linguagem é explicada por Roger Chartier:

A cultura popular é uma categoria erudita. [...] Ela pretende somente relembrar que os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus autores como pertencendo à “cultura popular”. Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os scholars) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos exóticos (CHARTIER, 1995, p. 179).

A categoria cultura popular foi criada em um ramo de debates por atores que necessariamente não pertencem ao chamado ambiente popular. Mais do que isso, ela é inventada num momento em que houve a necessidade do alheamento por parte dos jogos políticos governistas e religiosos, bem como do universo letrado.

Ao diminuir e menosprezar as possibilidades de entretenimento do povo, a elite burguesa buscando evitar a instauração de uma revolução, percebe ser necessário alguma ligação “segura” para que não se desperte a revolta do primeiro. Pensando nisso, a intelectualidade francesa do início do século XX, segundo Alberto Consiglio, busca uma “ida ao povo”, conforme elucidada Gramsci:

A tese de Consiglio (mais ou menos explícita e consciente) é a seguinte: diante do crescimento do poder político e social do proletariado e de sua ideologia, alguns setores da intelectualidade francesa reagem através desses movimentos de “ida ao povo”. A aproximação ao povo, portanto, significaria uma retomada do pensamento burguês, que não quer perder sua hegemonia sobre as classes populares e que - para melhor exercer essa hegemonia - assimila uma parte da ideologia proletária (GRAMSCI, 1978, pp. 132-133).

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

Gramsci constata o exemplo do romance policial de Aldo Sorani, que pode ser tomado como representante da literatura popular em geral: a origem de seu êxito nos diversos níveis sociais seria uma manifestação contra a “estandardização da vida moderna, um modo de evasão da vulgaridade cotidiana. Mas, esta explicação pode ser utilizada para todas as formas de literatura, populares ou artísticas...” (GRAMSCI, 1978, p. 120). Em defesa da literatura popular, Gramsci assevera que seu

[...] caráter mercantil (comercial) nasce do fato de que o elemento interessante não é ingênuo, espontâneo, originado por uma concepção artística, mas é procurado de fora, mecanicamente, industrialmente dosado, como elemento certo de um sucesso imediato. De qualquer forma, isso significa que nem mesmo a literatura comercial deve ser desdenhada pela história da cultura: pelo contrário, ela tem, precisamente desse ponto de vista, um grandíssimo valor, porque o sucesso de um livro comercial indica (e muitas vezes é o único indicador que existe) qual é a filosofia da época, isto é, qual é a massa de sentimentos e de concepções do mundo preponderantes na multidão silenciosa (GRAMSCI *apud* MEYER, 1996, p. 412).

Isso incorre pensar que a literatura popular – ou de massa -, do ponto de vista da história da cultura, revela as marcas de uma época e explica, em parte, uma compreensão de mundo, os valores e as experiências de uma parcela significativa da sociedade. Gramsci argumenta ainda que por detrás do narrador da literatura popular há de se reconhecer as intenções e posicionamento do autor, visto que ele estaria ligado, em sua origem, ao povo. Isso porque, segundo o autor, não são os intelectuais que comungam os valores do povo por meio da literatura.

Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular; não se sentem ligados ao povo (deixando de lado a retórica), não o conhecem e não percebem suas necessidades, aspirações e seus sentimentos difusos; em relação ao povo, são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta, não uma articulação – com funções orgânicas – do próprio povo (GRAMSCI, 1978, pp. 106-107).

Assim sendo, o escritor popular compartilharia com seu público algo mais que a linguagem, conforme observou Gramsci, já que sua ligação se daria também no plano ideológico. Desse modo, a literatura popular, mais propriamente o melodrama é entendido como literatura dialógica ou como uma espécie de gênero carnavalesco em que narrativa e vida, isto é, personagem e leitor, se mantêm abertos a reações, desejos e motivações de diversas ordens, tanto no universo do real quanto no universo fictício e, tudo isto também perpassado pela indústria cultural (MARTÍN-BARBERO, Jesús, 2003, p. 319), ou seja, trata-se de uma fórmula ou estrutura narrativa que mesmo se

repetindo ao longo do tempo, atualiza-se sempre produzindo novos sentidos na vida de um público. Isto significa dizer que, ainda que os gêneros mantenham suas características basicamente universalizantes, num processo de refigurações, remediações e reformatações, permitem que sejam dinamicamente recriados:

Ligado inicialmente aos movimentos sociais dos setores populares nos começos da revolução industrial e ao surgimento da cultura popular de massas, que ao mesmo tempo nega e afirma o popular, transformando seu estatuto cultural, o gênero melodrama será primeiro teatro e tomará depois o formato de folhetim ou novela em capítulos – no qual a memória popular (as relações de parentesco como eixo da trama) irá se entrecruzar, hibridizar, com o imaginário burguês (das relações sentimentais do casal) – e daí passará ao cinema, especialmente norte-americano, e na América Latina ao radioteatro e à telenovela (MARTÍN BARBERO, Jesús, 2018, p. 16).

Martín-Barbero resgata que, da narração, o melodrama mantém uma forte ligação com a cultura dos contos de fada e das lendas, a literatura de cordel brasileira, as crônicas cantadas (MARTÍN-BARBERO, Jesús, 2003). Conserva ainda o domínio da narrativa, do contar, e as implicações disso na presença constante do narrador estabelecendo dia após dia a continuidade dramática.

“MAS COMECAMOS POR DEFINIR A NOVA ENTIDADE LITERÁRIA”¹

Novidade francesa, o romance-folhetim correspondeu a um empreendimento comercial de Émile Girardin para aumentar a venda dos jornais. Segundo o historiador da literatura Brito Broca, esse empreendimento de Girardin nasceu da constatação do grande sucesso dos melodramas nos teatros parisienses (BROCA, 2000). Desse modo, a técnica do teatro popular da época teria influenciado a fórmula do romance-folhetim, com seus componentes característicos, como amores contrariados, duelos, raptos e tempestades, além de enredos em torno de três personagens típicos.

A vítima (que sofria as injustiças particulares ou sociais e excitava a piedade), o vilão (que encarnava a maldade humana ou a prepotência do

¹ O termo “entidade literária” foi utilizado por Machado de Assis em crônica intitulada O Folhetinista, escrita para o periódico “O Espelho”. Ver em: **O ESPELHO: Revista Semanal de Literatura, Modas, Indústria e Artes**. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 30 out. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700037&PagFis=1&Pesq; =>.

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

poder e inspirava horror, medo ou revolta) e o herói ou vingador (o representante do Bem que, contando às vezes com a Providência, interferia em favor das vítimas e provocava admiração) (TINHORÃO, 1994, p. 8).

Le feuilleton designava um lugar preciso do jornal: “um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé –, geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento” (MEYER, 1996, p. 57). Inicialmente, o termo se referia a um espaço periférico no jornal, e que ao comportar diversos conteúdos fazia com que o romance seriado folhetinesco fosse, então, apenas uma das categorias de entretenimento sob a égide da seção *feuilleton*; mas, posteriormente, o título acabou tornando-se referência para um formato literário. Marlyse Meyer nos conta a genealogia deste tipo de narrativa:

Lançado a sementeira de um boom lítero-jornalístico sem precedentes e aberto a formidável descendência, vai-se jogar ficção em fatias no jornal diário, no espaço consagrado ao folhetim vale-tudo. E a inauguração cabe ao velho Lazarillo de Tormes: começa a sair em pedaços cotidianos, a partir de 5 de agosto de 1836. A seção Variétés, que de início dá título à novidade, é deslocada, com seus conteúdos polivalentes, para rodapés internos. A receita vai se elaborando aos poucos, e, já pelos fins de 1836, a fórmula “continua amanhã” entrou nos hábitos e suscita expectativas. Falta ainda fazer o romance ad hoc que responda às mesmas, adaptado às novas condições de corte, suspense, com as necessárias redundâncias para reativar memórias ou esclarecer o leitor que pegou o bonde andando. No começo da década de 1840 a receita está no ponto, é o filé mignon do jornal, grande isca para atrair e segurar os indispensáveis assinantes. Destinado de início a ser uma outra modalidade de folhetim, o então chamado folhetim-romance vai se transformar no *feuilleton tout court* (MEYER, 1996, p. 59).

Gradualmente, de termo genérico, folhetim passa a designar um tipo de romance fatiado em sua narrativa, publicado nos jornais populares que possuíam uma ampla tiragem, por conseguinte, a expressão *roman-feuilleton* apareceu pela primeira vez no jornal La Presse de 1836. É neste contexto mais amplo que nasceu o folhetim como expressão da indústria cultural: “aquilo que Flaubert chamaria (em *Bouvard et Péuchet*) de ‘literatura industrial’. Trata-se, na verdade - vale acentuar -, de uma literatura não legitimada pela escola ou por instituições acadêmicas, mas pelo próprio jogo de mercado” (SODRÉ, 1985, p. 10).

As narrativas consumidas em doses periódicas se tornaram um modelo para o século XIX, e o termo “folhetim” passou a designar qualquer publicação seriada, independentemente da qualidade estética do texto consumido e lido de modo

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

fragmentado. O *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros jornais a encetar a novidade dos romances-folhetins no Brasil com a tradução de grandes sucessos franceses como o *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas e *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue e *Rocamboles*, de Ponson du Terrail. Simultaneamente à tradução dos clássicos franceses, escritores brasileiros de renome e desconhecidos se arriscaram no novo gênero alimentando o imaginário dos que liam e ouviam histórias e garantindo a venda dos periódicos (MEYER, 1996). Por sua parte, *O filho do pescador*, de Antonio Gonçalves Teixeira, e *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, foram os dois primeiros romances brasileiros, a serem publicados “em pedaços” em 1844, também no *Jornal do Commercio*.

Depreendemos que o romance-folhetim se tornou uma estratégia dos jornais para manter o público leitor: as interrupções narrativas pensadas a partir de ganchos dramáticos geravam uma expectativa na leitura, posto que esta ficava suspensa até a próxima edição do jornal. Em outras palavras: a fragmentação narrativa diária causava uma ansiedade no leitor, o que ratifica Walter Benjamin (1994) ao mencionar que o jornal e sua estética de informação é o modelo narrativo da modernidade, lugar em que a impaciência dos excluídos teria a vantagem de poder se manifestar:

[...] o jornal é o cenário dessa confusão literária. Seu conteúdo é a matéria, alheia a qualquer forma de organização que não seja a que lhe é imposta pela impaciência do leitor [...]. O fato de que nada prende tanto o leitor a seu jornal como essa impaciência, que exige uma alimentação diária, foi há muito utilizada pelos redatores, que abrem continuamente novas seções, para satisfazer suas perguntas, opiniões e protestos. Com a assimilação indiscriminada dos fatos cresce também a assimilação indiscriminada dos leitores, que se veem instantaneamente elevados à categoria de colaboradores [...] (BENJAMIN, Walter, 1994, p. 124).

Os folhetins – enquanto parte nos jornais – operavam com a impaciência do leitor por informações e dramaticidades diárias. O pasquim sendo produto de mercado, desenvolveu uma estrutura narrativa de episódios em que se deveria pagar para prosseguir acompanhando o desenrolar das histórias de amor, suspense e aventura. É, com fito de captar a atenção e aumentar a venda, tais romances folhetinescos obedeciam a uma lógica industrial e capitalista que levava em consideração as opiniões dos consumidores, que passaram a intervir na condução das histórias.

Os folhetins não só entraram nos jornais diários, como também, posteriormente participaram das estratégias comerciais de outros formatos de periódicos, como de algumas revistas brasileiras semanais e mensais do século XX. É

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

nesse contexto, que surge como foram conhecidas as *Revistas de Emoção*², que se assemelhavam às revistas *pulps* norte americanas, por publicarem vários gêneros, “contos de aventura, mistério e amor com as respectivas ilustrações”. Assim, na década de 1920, a revista semanal *Fon-Fon* lançou a que é considerada a primeira revista de emoção brasileira, a *Romance de Fon-Fon* como um suplemento colecionável que chegava às bancas às quartas-feiras, enquanto a revista propriamente dita saía aos sábados; desta forma, segmentou-se públicos leitores e construiu-se o hábito de se ir ao jornaleiro especificamente para comprar os episódios dos romances publicados semanalmente.

Essa estratégia de suplementos vendidos separadamente ou de fascículos a serem destacados possibilitou a saída do folhetim no corpo do jornal, onde comumente se localizava em rodapé, fazendo emergir mais claramente a ideia de coleção, “pois os volumes perdidos podiam ser encomendados, e enquanto o jornal com notícias de ontem era descartado, os encartes e fascículos que o acompanhavam eram guardados para compor a totalidade do romance colecionável” (FOIS-BRAGA, Humberto, 2016, p. 377). Consecutivamente, os capítulos reunidos poderiam ser encadernados em um único volume, tornando-os assim um texto completo no formato de livro que, no entanto, não apagava suas marcas de origens, ainda que encadernados juntos, mantinha-se a estrutura individual dos fascículos publicados semanalmente - capas, introduções, propagandas.

Antecedentes: As Pulp-Magazines

No entardecer do século XIX e alvorecer do século XX, a literatura popular foi o entretenimento de milhões de leitores em países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Canadá. Esse fenômeno seguia a tendência desses e de outros países, de adotarem a alfabetização universal dos seus povos, no rastro da Revolução Industrial e da urbanização crescente. Apareceram jornais e revistas populares que publicavam – entre notícias, artigos de interesse geral, textos de comportamento, etiqueta, vestuário e alimentação – textos de ficção e de poesia.

² “Revistas de emoção são as publicações brasileiras especializadas em contos de aventura, mistério e amor com as respectivas ilustrações, traduzidos das congêneres, publicadas na América onde são tratadas, até hoje, como *pulps*. *Pulps*, na gíria literária americana, denomina as revistas que utilizaram o papel mais barato existente no mercado – feito com polpa de madeira – para imprimir de maneira simples contos e novelas ilustradas de apelo popular que, com capas chamativas e preços convidativos, criaram impérios editoriais milionários. *Pulp fiction*, por extensão, é a literatura de ficção mais fantasiosa do que as realistas de cunho psicológico, destinada ao leitor mais intelectualizado” (CARDOSO, Athos Eichler, 2009, p. 1-2).

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

Essas publicações nasceram, ainda no século XIX, com o desejo de descobrir gêneros literários que falassem das ansiedades contemporâneas e a um novo público urbanizado, dinâmico, interessado em ciência e tecnologia, e em aventuras e expedições a terras distantes. Em 1891, George Newnes criou a revista mensal inglesa *The Strand Magazine*, que fez imenso sucesso com o personagem Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle, que apareceu nas páginas da revista no mesmo ano. Teve 711 edições até seu encerramento em 1950, e vendagem alçando meio milhões de exemplares. Uma contemporânea foi a também inglesa *The Iddler*, que, embora “comparativamente de vida curta, [...] publicou muita fc [sic], principalmente em razão das inclinações dos seus editores fundadores, [Jerome K. Jerome e Robert Barr] ambos (às vezes) autores de fantasia e ambos os quais contribuíram com histórias de fc para as suas páginas” (CLUTE & NICHOLLS *apud* DE SOUSA CAUSO, Roberto, 2014, p. 1). Entre os colaboradores estiveram Mark Twain e H. G. Wells. A revista *The Iddler* inspirou a norte americana *McClure’s Magazine*, que publicou textos de ficção científica de Rudyard Kipling e Jack London (CLUTE & NICHOLLS *apud* DE SOUSA CAUSO, Roberto, 2014, p. 1).

Em 1882, surgiu nos ainda nos Estados Unidos, a *Argosy*, uma criação de Frank A. Munsey que sobreviveu até a década de 1950. Frank Munsey criou em 1905 uma importante inovação, a *All-Story Magazine* – que se fundiria em 1920 com *The Argosy* para formar *Argosy All-Story Weekly*. Essa transformação foi seminal, de modo que é geralmente aceito que Musey inventou a fórmula da *pulp-magazine*, ao mudar o conteúdo da revista para não conter nada além de ficção. Foi na *The Argosy* que Edgar Rice Burroughs publicou suas primeiras histórias de Tarzan e da série de fantasia científica *Baarson*, situada em Marte (DE SOUSA CAUSO, Roberto, 2014, p. 1). A revista tornou-se referência de publicações dedicadas essencialmente à ficção popular ou “pulp”. Tão logo, surgiram centenas de revistas *pulp* semelhantes para competir no mercado. Dentre elas, importantes títulos para os novos gêneros populares que se consolidariam ao longo do século XX – como *Black Mask* e *Weird Tales* – quando em 1915, com a criação da revista *Detective Story Monthly*, começaram a surgir os *pulps* especializados em distintos gêneros. Suas páginas revelaram nomes importantes como Daniel Hammett, Raymond Chandler, H. P. Lovecraft e Robert E. Howard, em um marmoto editorial e literário que repercute ainda hoje.

As revistas de emoção no Brasil

No início do século XX, o Rio de Janeiro vivenciou uma situação excepcional justificado pelo papel privilegiado na economia, na política e nas ligações com o restante do Brasil desenvolvido por meio da maior rede ferroviária e da navegação por cabotagem. Iniciado o processo de urbanização do principal centro populacional, comercial e industrial do país, sua camada burguesa torna-se afrontosamente cosmopolita e consumista, aproximando-se dos costumes e modas europeus principalmente os parisienses. O novo ritmo frenético da vida diária causa uma mudança na sensibilidade coletiva do público carioca que abandona ou afrouxa os valores tradicionais e dissemina rapidamente padrões de pensamento, gosto e comportamento em todos os setores da sociedade. O tempo livre diminuído, a concorrência dos jornais diários, revistas mundanas e outras formas de lazer reduziram o papel da literatura, perdendo-se o hábito e gosto literário. Vale salientar que nesse contexto, as taxas de analfabetismo da população brasileira eram altas, segundo o crítico literário Antonio Cândido (2000, p. 125) “em 1890, cerca de 84%; em 1920 passaram a 75%; em 1940 eram 57%”, o que contribuía de modo decisivo para a baixa adesão da população brasileira à prática leitora. O fascículo surge nesse Rio de Janeiro cosmopolita e dinâmico, ligado às revistas mundanas, “onde a cidade e as publicações influenciassem, pelo leito da ferrovia ou na esteira dos navios de cabotagem, o fascículo deveria chegar” (CARDOSO, Atos Eichler, 2009, p. 170).

Entre os meses de junho, de 1909 e 1910, quatro editoras – *Editora O Malho*, *Editora de Fon-Fon*, *Editora d’Edições Modernas* e *Empresa de Publicações Populares* – invadiram o Rio de Janeiro e outros centros urbanos mais desenvolvidos com o folhetim introduzido no fascículo, os pioneiros eram suplementos da *A Ilustração Brasileira*, revista quinzenal e dirigida à elite (CARDOSO, Atos Eichler, 2009). O primeiro fascículo independente, de preço módico e caracteristicamente folhetinesco, foi lançado pela editora da revista “Fon-Fon” em janeiro de 1910, pertencia a série “Nick Carter – o famoso policial americano”. O sucesso do fascículo deve-se muito a uma inteligente campanha publicitária cujo principais textos eram traduzidos, mantendo a apresentação visual original. A propaganda apresentava os fascículos como um meio de entretenimento, um divulgador de informações, uma forma de fuga e instrumento de fruição estética pelas ilustrações das capas.

Constituem um bom passatempo pelo muito que tem sua leitura de agradável e instrutiva. Seus enredos habilmente desenvolvidos pelo espírito criador do grande Michel Zévaco, que admiravelmente, liga à parte histórica aventuras de amor, e ódios implacáveis, prendem a atenção do

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

leitor, proporcionando-lhe horas de prazer. Essas obras interessantíssimas, cuja coleção constitui um verdadeiro tesouro literário, são traduzidas e editadas pela Empresa “Fon-Fon” e “Selecta” S.A. [...]. (“Revista Fon-Fon”, 1938, p. 2).

Notando o êxito comercial do fascículo no exterior e que o país dispunha de um mercado em condições de consumir esta literatura, editores de revistas investiram no novo produto. Com estrutura gráfica e editorial disponível, corriam risco mínimo como a iniciativa, cujo custo inicial, quando fosse o caso, se reduzia a compra dos direitos autorais. A Editora Fon-Fon e Selecta, a Empresa de Publicações Modernas e a Editors Vecchi, foram as mais importantes e responsáveis pela publicação de mais de 30 milhões de fascículos em trinta anos.³

Figura 1 - Capa da “Revista Detective”, ano 1, número 7 (novembro, 1936)



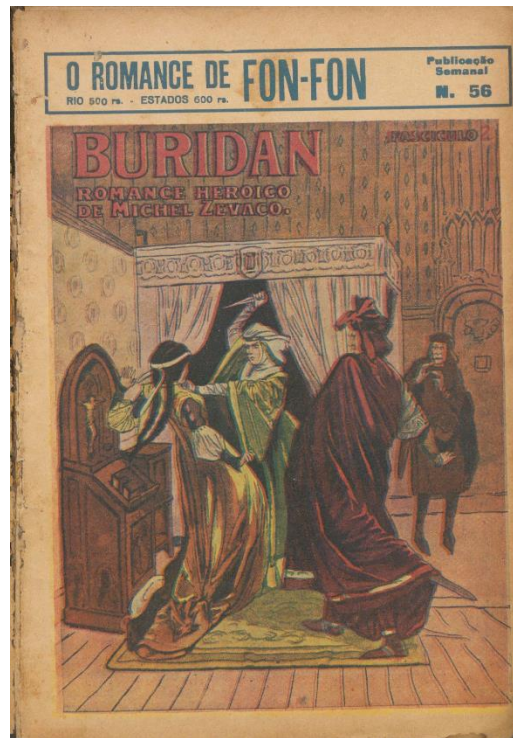
Disponível em: < <https://digital.iai.spk-berlin.de/viewer/index/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

³ Os números aqui apresentados são do pesquisador Atos Eichler Cardoso.

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

Figura 6 - Capa da “Revista Romance de Fon-Fon”, fascículo 2, ano 56 (1921)



Disponível em: < <https://digital.iai.spk-berlin.de/viewer/index/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

No processo de surgimento das revistas de emoção, a presença de Monteiro Lobato é importante, editando pela Companhia Editora Nacional, a partir de 1933, uma série de coleções: a nova *Biblioteca das Moças*, *Terramarear*, *Para Todos* e a *Série Negra*. Estas coleções apresentavam romances de amor, aventuras e policiais clássicos. A Livraria do Globo, de Porto Alegre, seguiu o mesmo caminho, ao publicar os romances de aventura de *Karl May* na *Coleção Universo* e romances policiais na *Coleção Amarela*. A demanda cada vez maior de leitores por essa literatura foi fator decisivo para que editores de pequenas tipografias e, posteriormente, de grandes organizações jornalísticas aderissem a essa literatura, publicando-as nas revistas de emoção, oferecendo assim uma opção mais econômica e acessível ao amplo público dos leitores brasileiros.

Os fascículos eram produzidos com material inferior. A técnica de impressão era simples: “tipográfica, utilizando clichês e máquinas planas. O acabamento era em

brochura, normalmente tipo canoa, grampeado” (CARDOSO, Atos Eichler, 2009, p. 172). Os fascículos em sua maioria eram usados como veículo publicitário, o que fornecia uma maior margem de lucro para o editor. Como resultado direto das elevadas tiragens, do baixo custo de produção e da publicidade que veiculava, seu preço era acessível aos leitores de diferentes classes sociais. É oportuno pontuar que as características do livro no Brasil, até início dos anos 1930, eram em pequenas tiragens, com demora nas comercializações e raríssimas reedições. De modo oposto, os fascículos tiveram grandes edições, comercialização rápida, encalhes aproveitáveis e rentáveis para venda pelo correio, ainda mais caro, como “número atrasado”.

Considerações Finais

O desenvolvimento econômico atrelado às mudanças culturais e de sensibilidade da população brasileira de finais do século XIX e início do século XX, subsidiou o crescimento de publicações de textos literários populares, fazendo com que o acesso à obra fosse facilitado. Isso teve início com a publicação dos folhetins e, mais tarde com os romances de emoção, que visavam conquistar leitores fidelíssimos, desejos por acompanhar as tramas que apresentavam determinadas características narrativas, tais como enredos e heróis rocambolescos⁴ e exageros sentimentais.

As considerações teóricas aqui discutidas evidenciam que a proximidade ao público faz com que a literatura dita popular tenha uma vendagem mais significativa e que isso não necessariamente compromete a qualidade do texto e de seu autor. Isso pois, que essa literatura tem um valor significativo na construção psíquica do escritor e do leitor. Como argumenta Robert Darnton (1990, pp. 55-56) “não sentávamos à máquina de escrever tendo o espírito como uma tabula rasa”, pois a própria noção sobre a notícia resultava de formas antigas de narrar histórias.

É válido salientar que apesar de constituir-se em um fenômeno da literatura popular, desde 1910, as revistas de emoção permanecem desconhecidas da comunidade acadêmica. Produto descartável, extremamente popular e sem valor literário – para uma elite intelectual -, como todas as coisas mundanas desapareceu, deixando poucos vestígios. Tendo sua existência de bem cultural negada e, sendo

⁴ A título de curiosidade e notabilidade, a palavra rocambolesco deriva do nome do personagem aventureiro Rocambole da obra do escritor popular Ponson du Terrail. Esse folhetim tornou-se tão célebre no Brasil do século XIX, que “[...] Rocambole engordou os bolsos dos livreiros, proprietários de jornais e músicos, chegando a influenciar a própria língua portuguesa ao transformar a expressão “rocambolesco” em sinônimo de delirante aventura enrolada como um bolo” (SOUZA, Silvia Cristina Martins de, 2012, p. 202).

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

relegada ao estatuto de “cultura menor e mercadológica”, seu estudo foi subestimado. O resgate desse objeto cultural e histórico interessa à discussão sobre a cultura e identidade nacional, literatura popular, edição e mercado livreiro, bem como na recuperação das práticas leitoras. O que não faz sentido algum “é continuar programando políticas que separem aquilo que acontece na Cultura — maiúscula — daquilo que acontece nas massas — na indústria e nos meios massivos de comunicação”, estas não podem ser políticas à parte, já que “o que acontece culturalmente com as massas é fundamental para a democracia, se é que a democracia tem algo a ver com o povo” (MARTÍN-BARBERO, Jesús, 1997, p. 287).

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994 [1985].

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROCA, Brito. “Aluisio Azevedo e o romance-folhetim”. In: BILAC, Olavo e PARDAL MALLETT, João Carlos de Medeiros. **O esqueleto. Mistério da Casa de Bragança**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000, pp. 104-114.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

CARDOSO, Athos Eichler. “As Revistas de Emoção no Brasil (1934-1949): O Último Lance da Invasão Cultural Americana”. In: **IX Encontro de Núcleos de Pesquisa em Comunicação/XXXII Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. In: **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 16, 1995.

CAUSO, Roberto de Sousa. “Os Pulps Brasileiros e o Estatuto do Escritor de Ficção de Gênero no Brasil”. In: **Alambique: Revista acadêmica de ciencia ficción y fantasia / Jornal acadêmico de ficção científica e fantasía**, Tampa, Florida, pp. 1 - 33, 10 ago. 2014. Disponível: <<https://scholarcommons.usf.edu/alambique/vol2/iss1/5>>.

DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”. In: **O Beijo de Lamourette**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 41-57.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

FOIS-BRAGA, Humberto. “Trajetória histórica das coleções literárias: conceituações para os formatos de coletâneas seriadas e temáticas”. In: **Revista Trama** (UNIOESTE. ONLINE), v. 12, pp. 370-393, 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/33014>>

A História Através da História

MARQUES, Mirian dos Santos

GRAMSCI, Antonio. “Literatura popular”. In: **Literatura e Vida Nacional**. Tradução e seleção de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 103-138.

GUERREIRO, Manuel Viegas. **Literatura Popular:** em torno de um conceito. Disponível em: <<http://www.folclore-online.com>>. Acesso: 5. jan. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Os métodos: dos meios às mediações.” In: **Dos meios às mediações:** Comunicação, cultura e hegemonia. Tradução: Ronald Polito & Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Dos meios às mediações: 3 introduções”. Tradução: Fernanda Castilho & Maria Immacolata Vassallo de Lopes. In: **Matrizes**, v.12, nº 1 jan./abr. 2018, São Paulo, pp. 9-31. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145681>>.

MEYER, Marlyse. **Folhetim:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 57-84.

PAES, José Paulo. “Por uma literatura brasileira de entretenimento”. In: **A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 25-38.

SODRÉ, Muniz. **Teoria da literatura de massa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. “Dos jornais ao palco: romances folhetins e textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX”. In: **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 18, pp. 193-221, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/>>.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

EM NOME DE ALLAH E DE ORIXÁ O ENCONTRO DO ISLAMISMO MALÊ COM O CANDOMBLÉ NAS RUAS DO RIO DE JANEIRO DE 1890-1930

Thamires Guimarães*

No Rio de Janeiro, de início do século XX, africanos da nação mina mesmo em número menor, dominavam o “mercado de feitiços” da cidade. Um número alto de mestres malês chegou ao Brasil para serem escravizados, durante o século XIX. O que possibilitou a organização da religião, dentro das limitações do cativo, assim como sua sobrevivência e a propaganda. Estes mestres malês foram os responsáveis pela abertura de escolas e casas de oração voltadas ao aprendizado da doutrina Islâmica, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. Quando Rufino ou Abuncare foi preso, descreve Reis, Gomes e Carvalho (2010, p. 311), foram encontradas em sua casa pranchetas, rosários (*tessubá*), papéis e livros manuscritos em árabe, além de penas de escrever e tintas de diversas cores, juntamente com um exemplar do Alcorão, livros de rezas etc.

Que a população de pretos muçulmanos na Bahia era extensa muito já se sabe, todavia, ainda é preciso olhar para as comunidades muçulmanas africanas da cidade do Rio de Janeiro, chamadas de mina, que passou a crescer em fins do século XIX, motivadas pela intensa perseguição a esse grupo na província da Bahia por conta da revolta dos malês de 1835 ocorrida em Salvador. Juliana Farias, Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes (2005, p. 24) revelam que em meados do século XIX a parcela dos negros mina da cidade era considerável, visto que dominavam o mercado de “venda de feitiços” e as atividades urbanas em geral, predominavam no trabalho ao ganho.

Além de terem chegado no Rio de Janeiro advindos da Bahia, é muito provável que já existiam pequenos grupos de pretos mina pela cidade. Explorando os caminhos percorridos por essa parcela africana, cheguei aos dados de uma única embarcação, saída da região da África Ocidental, com destino à região sudeste do Brasil. A embarcação chamada *Bela Africana* teria feito duas viagens à região nos anos de 1814 e 1815¹, estas datas, porém, batem com o auge das revoluções islâmicas na região, podendo ter levado como escravos alguns dos prisioneiros de guerra. Infelizmente,

* Doutoranda em História no PPGH-UFF, bolsista CAPES.

¹ Data Base Slave Trade: <http://www.slavevoyages.org/voyage/41822/variables>.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

não há informações sobre a etnia dos embarcados, por isso não é possível ter certeza se os revoltosos da rebelião de Usman Dan Fodio² estavam na embarcação, estimo que, dentre estes 183 indivíduos havia prisioneiros das *jihads*³ africanas.

A presença de pretos mina no país gerava desconfiança e histeria, ainda por conta da revolta de 1835, na Bahia. A população passou a temer àqueles que praticavam a religião muçulmana. Neste período, principalmente na Bahia, os negros “suspeitos de praticarem a feitiçaria malê” eram alvo de diversos abusos por parte do Estado, além da violência física, diversas incursões policiais foram realizadas nas casas de africanos libertos ou não. Foi uma verdadeira caça às bruxas, qualquer objeto encontrado que ligasse o indivíduo à crença malê tornava todos os moradores prisioneiros imediatamente.

Ao mesmo tempo em que estas práticas se tornaram comuns na província baiana, na capital do Império não fora diferente. O reviste das casas de africanos foi adotado na cidade também, qualquer “preto suspeito” era investigado, do mesmo modo que batuques e outras manifestações religiosas africanas foram proibidas.

O viajante turco Al-Baghdadi⁴ (2001, p. 19) relata esta perseguição aos muçulmanos na cidade do Rio de Janeiro, quando este vai ensinar algumas práticas do Islã à comunidade malê e eles o alertam, “se você usar seus trajes, nós não poderemos mais ir a sua casa, e sua utilidade se esvaírá, pois se os cristãos souberem que você é muçulmano hão de imaginar o mesmo de nós” (AL-BAGHDADI, 2001, p. 19).

² Usman Dan Fodio era um seguidor da irmandade *Qadiriyya*, além de ser poeta, teólogo e um respeitado pensador fulani. Nascido no reino de Gobir, atual Nigéria, e foi criado em meio a massa intelectual da elite fula, que era uma minoria étnica e vivia juntamente com a etnia Hauçá, bem maior numericamente. A *jihad* de Dan Fodio gerou centenas de produções intelectuais e criou diversas táticas de guerras, que depois serão utilizadas pelos futuros jihadistas do Califado de Sokoto.

³ A *jihad* de Dan Fodio, de etnia fulani, adepto do puritanismo muçulmano, travou um combate sem precedentes contra o paganismo e contra a mistura da religião muçulmana com religiões animistas, principalmente dos hauçás com o bori, este último, tolerado pelos dirigentes muçulmanos locais (REIS, 2003, p. 159-160). A *jihad* é uma guerra travada pelo fiel a Allah, como uma maneira de purificar o mundo a partir da eliminação do infiel (SILVA, 2002, p. 33). Segundo Bokolo (2007, p. 53), a *jihad* não é uma guerra em si, mas sim um “esforço sobre si próprio com vista ao aperfeiçoamento moral e religioso”. Estas guerras eram a forma de expansão da doutrina islâmica no território dos infiéis. As *jihads* eram a maneira do fiel lutar por um equilíbrio interno de si mesmo e o externo, que seria a sobrevivência do Islã, a partir do momento em que alguns desses estiver sob ameaça. “(...) a jihad maior é a interior, aquela que o fiel exercita para superar suas limitações internas, seus fantasmas pessoais. A jihad menor é o combate a toda força exterior, capaz de ameaçar o equilíbrio do Estado muçulmano” (MELLO, 2009, p. 11).

⁴ Al-Baghdadi chega ao Brasil por conta dos ventos que impulsionaram a embarcação a aportar no Rio de Janeiro. Ele percorre as ruas da cidade e descobre que sua religião também estava sendo praticada naquele local, por pequenas comunidades, que, segundo ele, não era o verdadeiro Islã. Estavam distanciados dos verdadeiros ensinamentos do Profeta, e por isso resolve permanecer para doutriná-los.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

Décadas mais tarde, João do Rio⁵ também revelaria o misticismo contido no Islamismo praticado no Rio de Janeiro. Ele chega a afirmar que os africanos malês “são maometanos com um fundo de misticismo” (JOÃO DO RIO, 1976, p. 5). O Islamismo praticado na área do Sudão Ocidental era marcado pelas práticas de magia e adivinhação, parte da pluriidentidade destes povos.

Mota (2018, p. 135) explica que a institucionalização do Islamismo nas relações de poder na região da África Ocidental remete aos séculos XVI e XVII, contando com divulgadores locais do credo, além disso, já nesse período é possível perceber a estruturação educacional das escolas corânicas junto às comunidades. Ainda segundo Mota, foi a incorporação da religião islâmica pelas populações locais que a fez diversa, ou seja, a fé muçulmana nessas regiões era marcada pela própria cultura local. A continuidade dessa rede de diálogos sociais, culturais e comerciais fez com que a religião muçulmana praticada nesses locais nunca estivesse isolada, mantendo sempre uma circularidade intelectual e religiosa entre os povos.

Essa captura do Islã pelos africanos se deu pela capacidade da religião em responder demandas locais, sendo assim, Mota (2018, p. 226) acredita que era necessário que as pessoas reconhecessem nos líderes muçulmanos (marabuts) capacidades de resolução de problemas cotidianos: oferecimento de bênçãos e proteções para guerras, a prática da cura de doenças melhorias de habilidades e proteção contra a escravização, tudo isso faria a fé muçulmana mais acessível às populações locais a partir do momento em que ela se encaixa na dinâmica da vida social. Como exemplo, Mota (2018, p. 227) lembra da flexibilização que precisou ser feita com o calendário do Ramadã em função do ciclo agrícola de algumas regiões da África Ocidental, além disso, outra importante adaptação do Islamismo aos costumes tradicionais dos povos locais foi a prática de encantamento de animais para a busca de poder espiritual e a proteção contra os ataques desses animais, expressão das religiosidades locais. Um exemplo dessa proteção é descrito pelo cronista inglês Richards Jobson⁶ na ocasião de sua viagem pelo rio Gâmbia, onde ele encontra populações aterrorizadas com ataques de crocodilos no rio e mais a frente observa um grupo de pessoas nadando e se divertindo em uma parte do rio que teria sido abençoada por um marabuto e, portanto, estaria livre de perigos:

⁵ João do Rio era o pseudônimo que João Paulo Alberto Coelho Barreto adota em 1903 (quando começa a atuar no jornal *Gazeta de Notícias*), aos 22 anos. Famoso jornalista carioca do início do século XX, que nasceu em 5 de agosto de 1881, filho de uma descendente de escravizados com um positivista, e que até o ano de sua morte, 1921, fez muito sucesso com suas crônicas acerca do cotidiano da cidade. Em caráter denunciativo, o jornalista mostrou as contradições de uma cidade que seria o exemplo de modernidade no Brasil, mas que em seu meio urbano abrigava todos os tipos pessoas e culturas que não combinavam com essa nova fase do país e que “levariam ao atraso”.

⁶ Comerciante inglês que viajou pelo rio Gâmbia entre os anos de 1621 a 1622.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

Somente neste lugar, podia-se ver muitos mouros praticando esportes, brincando e corajosamente entrando na água, a boa distância das margens, onde há um banco de areia. Mas eles nunca iam além da altura deles, e eles nos disseram que havia uma benção dispensada àquele lugar por algum marabuto, pela qual Bumbo [o crocodilo] não deveria machucá-los nunca. E naquele lado da aldeia, como nosso barco corria no meio do rio e nós observamos, nunca vimos nenhum crocodilo. Mas, do outro lado, muitas vezes vimos uns muito grandes (JOBSON, 1999, p. 94).

Esse trecho evidencia mais do que a adaptação do Islamismo com costumes religiosos locais, associa a prática de proteção à religião muçulmana na medida em que é a resposta dada pelo Islã a uma demanda local, enfrentado por um líder religioso comprometido com a fé e que assume a identidade muçulmana para si. Essa ideia confirma a teoria de que Emanuel Ojô já teria tido contato com esse Islamismo adaptado, por mais que, segundo a fonte jornalística, ele tenha aprendido as práticas religiosas dos alufás já no Rio de Janeiro.

João do Rio (1976) descreve uma série de características dos seguidores do Islamismo malê no Rio de Janeiro:

Logo depois do *suma* ou batismo e da circuncisão ou *kola*, os alufás habilitam-se a leitura do Alcorão. A sua obrigação é o *kissium*, a prece. Rezam ao tomar banho, lavando a ponta dos dedos, os pés e o nariz, rezam de manhã, rezam ao pôr do sol. Eu os vi, retintos, com a cara reluzente entre as barbas brancas, fazendo o *aluma gariba*, quando o crescente lunar aparecia no céu. Para essas preces, vestem o *abadá*, uma túnica branca de mangas perdidas, enterram na cabeça um *filá* vermelho, donde pende uma faixa branca, e, à noite, o *kissium* continua, sentados eles em pele de carneiro ou de tigre (JOÃO DO RIO, 1976, p. 3).

Entre os anos de 1890 e 1930, algumas pessoas advindas da região Ocidental africana desembarcam no Rio de Janeiro e aumentam essa população mina muçulmana já instalada na região da Pequena África, no centro da cidade. João do Rio (1976) cita alguns nomes em suas crônicas e mais à frente o jornal *Gazeta de Notícias*⁷ na ocasião de uma reportagem intitulada Galeria dos Feiticeiros, de 1904, que foi lançada logo após o estrondoso sucesso do conjunto de crônicas de João do Rio “As Religiões no Rio”, em que o jornalista descreve suas andanças pelos espaços religiosos das comunidades pretas da cidade e suas práticas religiosas.

Nos primeiros capítulos, João do Rio escreve sobre o que ele chamou de “O Mundo dos Feitiços”, uma série de crônicas que descreviam suas andanças pelos locais

⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1890-1930. Diário.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

onde a população preta da cidade praticava suas religiosidades, seja nos Candomblés, seja nas casas onde ainda se praticava o Islamismo malê.

Esses dois grupos religiosos teciam diálogos entre si, alguns indivíduos ora eram descritos como muçulmanos, ora eram *babalaôs*. Além disso, tinham costumes parecidos, como a língua Yorubá, por exemplo, como descreve João do Rio (1976), e também as práticas mágicas, chamadas de “feitiçaria⁸” pelo jornalista.

A fronteira étnica demarca e separa estes grupos. Esses indivíduos transitavam entre si, o que me leva a utilizar as concepções de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) que acreditam na dissolução das fronteiras com o passar do tempo, tornando-se mais flexíveis ou mais rígidas.

Segundo nas contribuições de Barth (1995), a possibilidade de existência dos grupos étnicos está justamente nas fronteiras criadas dentro desse processo de controle, apagamento e silenciamento das experiências pessoais vivido por estes indivíduos, ou seja, as pessoas procuram criar laços comunitários com outras que estão em posições similares a sua. Isso explicaria esse encontro entre as duas religiosidades mencionadas, os laços étnicos eram mais fortes do que as diferenças religiosas dentro do grupo mina. Sobre esse assunto, Marisa Soares (2004) traz o conceito de grupos de procedência que elucida o surgimento desse grupo chamado mina, o qual abriga indivíduos de diferentes etnias da região ocidental africana, à medida em que foram transplantados do continente africano para o Brasil foi possível surgir identificações étnicas mais inclusivas, favorecendo os laços de solidariedade entre diferentes grupos étnicos. Nesse caso, o conceito de nação não opera como um grupo étnico e sim como um grupo de procedência, se utilizam das configurações étnicas, mas podem abarcar inúmeras etnias que compartilham das mesmas experiências.

De acordo com Marisa Soares (2020), os minas mantiveram uma sólida organização em torno de algumas estratégias visando suas práticas sociais, religiosas e econômicas, além de terem conseguido tecer redes de sociabilidades densas e duradouras desde o século XVIII, passando pelo XIX até chegar ao XX. Com especial atenção ao século XIX, após o levante dos malês, a capital da Corte foi o destino escolhido em massa para esses africanos perseguidos na província da Bahia, e não foi por acaso, de acordo com Marisa Soares (2020), o Rio de Janeiro desse período era a maior cidade africana do mundo Atlântico, os minas que ali viviam já haviam construído uma sólida rede interprovincial.

⁸ Segundo Possidônio (2015), feiticeiro era a forma pejorativa que líderes religiosos eram chamados, aqui e em solo centro-africano. O mesmo não acontecia em relação aos fiéis seguidores desses líderes, que reconheciam os mesmos como Ngangas, Quibombos, Tatas, Pai-de-santo, entre outros.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

A aproximação entre os dois grupos pode ter explicação pela forma de islamização dos povos africanos ocidentais, que, ao contrário do cristianismo, conseguia conviver e coexistir com as religiões tradicionais da área, encaixando-se perfeitamente com a crença tradicional na magia, adivinhação e a vida comunitária (OPOKU, 2010, p. 609). Para se tornarem muçulmanos não era necessária uma ruptura radical com os costumes tradicionais, o que evitou rivalidades, aproximando mais do que distanciando.

A “Galeria dos Feiticeiros”, reportagem publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, após a publicação das crônicas de João do Rio “As Religiões no Rio”, em 1904, expondo alguns dos “feiticeiros” citados pelo jornalista, traz os nomes, a caricatura e alguns dados sobre a vida de três personagens, mas aqui falarei sobre um deles em específico, Emanuel Ojô, tudo indica que seria o líder dessa comunidade mina da cidade.



Caricatura de Emanuel Ojô. Notem as grandes dimensões do nariz e da boca, comumente utilizado, na época, para representar pessoas negras. Além disso, notem as escarificações nas bochechas e a roupa parecida com o tipo de roupa utilizado por brancos de posses. Fonte: *Gazeta de Notícias*, 1904, p. 5.

EMANUEL OJÔ

É filho de um relojoeiro na África, em Lagos. Mais ou menos rico, mas perdulário, polígamo, gastando muito, andando sempre a cavalo, era preto, elegante, o príncipe de Sagan de carapina. Quando o cobre diminuiu, fez-

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

se trabalhador de estiva e nem um seu parente, rei de uma tribo do interior, rei dos Ifê, conseguiu minorar-lhe as agruras do trabalho.

Ojô, que entre ingleses é simplesmente o Schmidt, não acreditava muito em feitiço, temendo-o, entretanto. Nesse estado do ceticismo, o negro comprava os feitiços novos, todas as inovações da alquimia africana.

Um dia, cansado de trabalhar, veio para o Brasil, onde aprendeu o “alicuri dos alufás”. Todos o respeitam e dizem-se seus parentes. Só um lhe tem raiva, o celebre João Mussé.

Ojô é o consultor técnico dos pretos; na sua casa é que se dão as reuniões dos feiticeiros, que se resolvem as contendas, que se escrevem cartas, que se resolve quem há de morrer. Contam-se desse negro e da sua tenda de feitiço coisas pouco morais. Ojô tem agora em casa o africano Sanim que chegou da África, fingindo ter feitiços novos, entre os quais o feitiço do marimbondo, o marimbondo que leva a morte e o Ipê praga, pauzinhos com pimenta da costa, que custam apenas 150\$000 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20 de março de 1904, p. 5).

Emanuel Ojô foi uma importante figura para a comunidade mina da cidade nesse período, uma vez que sua casa era o ponto de referência para aqueles que vinham da Bahia tentar a vida na, então, capital do país. Era considerado uma pessoa de posses, por isso conseguia ajudar aos demais que se aventuravam a vir para a cidade. Chegou a abrigar personalidades ilustres como Abubaca Caolho. João do Rio chega a conhecer a casa de Ojô e a descreve da seguinte maneira: “A sala tinha areia no assoalho, os móveis concertados indicam que Ojô vive bem. Numa cadeira um fato branco engomado, e mais longe o chapéu de palha atestava a presença do feiticeiro” (JOÃO DO RIO, 1976, p. 53). O jornalista ainda cita diversos “feiticeiros” famosos que viviam na casa de Ojô, dentre eles está Sanin. Sua casa estava localizada na rua dos Andradas, no Centro do Rio.

João Sany ou tio Sanin era um malê que convivia com o povo de orixá. Muniz Sodré e Luís Felipe de Lima (1996, p. 45) descrevem Sanin como uma importante figura para a formação do Candomblé Kétu⁹ no Rio de Janeiro, no bairro da Saúde, em 1895, juntamente com mãe Aninha, célebre yalorixá, fundadora do Ilé Opô Afonjá. João Sany residia na região central do RJ e em 1908, tendo 52 anos, foi processado¹⁰

⁹ É a maior e mais popular nação de Candomblé, de origem Yorubá. De acordo com a História oral, teve seu início na Bahia com a escravização de três princesas advindas de Oyó e Ketu, que abriram o primeiro terreiro ketu que se tem notícias, o Candomblé da Barroquinha.

¹⁰ Processo: CQ.O.PCR.472, 1908.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

pelo artigo 157¹¹ do Código Penal da Primeira República. Em sua residência foram encontrados, dentre outros objetos, dois Alcorões, um em português e um em árabe, diversos papéis com orações em árabe, taboas e tintas de arroz queimado que eram utilizadas para a aprendizagem do Alcorão, o aluno escrevia com a tinta passagens do Alcorão nas taboas que depois eram lavadas e a água bebida para “fechar o corpo”. Sany se autodenominava como “professor da religião de Allah”. Nesse processo de João Sany é interessante notar os inúmeros bilhetes que foram encontrados em sua casa. Esses bilhetes foram escritos por pessoas comuns com diferentes pedidos de feitiços, destacando aqui a grande quantidade de feitiços para o amor e proteção. Outro ponto interessante é que não só Sany, como os demais muçulmanos processados nesse período conseguem reaver seus objetos apreendidos, diferentemente dos processados por praticar Candomblés. Outro dado importante é que na ocasião desse processo, Emanuel Ojô é quem assina e financia o pagamento da fiança de 900 réis estabelecida pela justiça para a soltura de Sany.

Emanuel Ojô era visto como uma espécie de líder pelos demais pretos que viviam da religiosidade afro carioca. Depois do conjunto de crônicas de João do Rio ser publicado, no dia 13 de março de 1904, o jornal alertava que os “feiticeiros” expostos na reportagem iriam se reunir na casa de Ojô, na rua dos Andradas, próximo ao largo do Capim, para elaborarem estratégias de sobrevivência frente àquela situação em que se encontravam, tendo seus endereços e nomes expostos nas páginas da *Gazeta de Notícias*, precisavam descobrir quem era o tal Antônio, informante de João do Rio durante suas andanças pelos locais sagrados da religiosidade afro carioca. O jornal diz que Ojô

[...] é um preto que se veste de branco, fala inglês, para sempre a porta do Globo e é quem decide nos momentos de perigo. Ojô vai adivinhar quem é Antônio, o africano que tem nos contado e nos tem feito ver as cenas incríveis do culto bárbaro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de março de 1904).

Ojô, também conhecido como Ojô Schmidt, veio ao Brasil com o objetivo de trabalhar no mercado de feitiços e passou seus ensinamentos a outros pretos mina financiados por ele. Um deles é Apotijá que também veio de Lagos para a então capital da República e foi citado diversas vezes por João do Rio em suas crônicas como o malandro da rua do Hospício que vivia falando mal do Brasil.

¹¹ Art. 157 – Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

Apotijá teria sido auxiliado por Ojô a começar a trabalhar com a “feitiçaria”, inicialmente ele teria vindo ao Brasil com o objetivo de trabalhar como carregador em 1897, mas nessa época os pretos mina da cidade não realizavam mais esse tipo de trabalho. Na ocasião de sua morte, em uma sexta-feira do dia nove de dezembro de 1904, o jornal *Gazeta de Notícias* anunciava que metade de sua herança foi entregue ao seu *lemamo*, líder dos africanos muçulmanos da cidade, que poderia ser o próprio Ojô. O jornal ainda destaca que Apotijá era um alufá também e seu sepultamento foi dentro da crença muçulmana:

Apotijá era alufá. Sepultou-se, pois, de bruços, envolto numa peça de morim branco. No sétimo dia, os negros feiteiros Hilário Bursima, Sanin, Dudu de Oxum, Maria Luiza, Henriqueta, etc, farão o *ocê*, isto é, uma vigília em que se dançará e se comerá muito (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 9 de dezembro de 1904).

Em uma terça-feira do dia treze de dezembro de 1904, o jornal *Gazeta de Notícias* anunciava as cerimônias fúnebres de Apotijá, em sua casa na rua do Hospício n. 328, a cerimônia seria feita com um Candomblé. Veremos mais à frente essa aproximação dos muçulmanos com os praticantes de Candomblé da cidade:

Realizam-se amanhã na rua do Hospício n. 328, na casa do falecido feiteiro Apotijá, as cerimônias fúnebres com que os negros orixalás comemorarão a sua morte.

Quem quiser ver de perto as cenas ultra-horríveis que João do Rio conta no seu livro *As Religiões no Rio*, pode aparecer nesta rua, onde se iniciarão as cerimônias com um candomblé (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 13 de dezembro de 1904).

Encontramos Ojô e sua rede de muçulmanos em outro momento, em 1904, participando de uma festa de Candomblé, provavelmente a “Fogueira de *Şàngô*”, festa realizada no mês de junho em homenagem ao orixá *Şàngô*. A reportagem do jornal *Gazeta de Notícias* denominada “S. João entre os Africanos” descreve com detalhes essa festa e cita alguns nomes de personalidades presentes no momento, com destaque para Ojô que chega a discursar nessa festa falando sobre os Candomblés de Lagos.

Nessa mesma festa encontrava-se Abubaca Caolho, outro personagem da Galeria dos Feiteiros e que tinha um sólido laço com Ojô. Ojô, inclusive, teria financiado sua viagem de Lagos para o Rio de Janeiro, abrigando-o em sua própria residência para ensiná-lo a viver da “feitiçaria”. Era conhecido como o “Alcoólico da rua do Rezende”, famoso por praticar o *ibá*, que seria um feitiço que o próprio teria inventado, e seria composto por uma “ (...) cuia com pimenta da costa e ervas para

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

fazer mal. Quando se fala do *ibá*, diz-se simplesmente: o feitiço de Abubaca” (JOÃO DO RIO, 1976, p. 54).

Outro africano mina, pertencente a essa comunidade e rastreado nos processos judiciais é Horácio de Sá Pacheco¹², que alegava ter como profissão “dar consultas” e foi preso em 1907 no Centro do Rio de Janeiro, Rua Barão de S. Félix, pelos artigos 157 e 158 do Código Penal de 1890. Em 22 de setembro de 1907, a *Revista da Semana* e o *Jornal do Brasil* fizeram uma reportagem sobre a apreensão feita pela polícia em sua residência trazendo, inclusive fotos dos objetos apreendidos, dentre os quais estavam: cartazes em árabe, tessubás, livros diversos em árabe, um vidro com ervas maceradas, folhas escritas em árabe, diversos exemplares do Alcorão em português e árabe, mais de 500 mil réis, libras esterlinas, 20 francos, joias em ouro e algumas tábuas de madeira para o ensino da fé muçulmana, que segundo Horácio, tinham muito valor de cura.

Figura 1 - Horácio de Sá Pacheco.



Fonte: Revista da Semana, 22 de setembro de 1907.

¹² Processo: AN - CS.O.PCR.306, 1907.

A História Através da História

GUIMARÃES, Thamires

Assim como os outros sujeitos apresentados acima, Horácio Pacheco trabalhava no mercado de feitiços da cidade, atuando como curandeiro de moléstias curáveis e incuráveis, dava consultas, “fechava o corpo” com a água da tinta de arroz queimado que lavava as taboas e também fazia remédios com as ervas encontradas em sua casa, se dizia embaixador de Allah na terra para curar a humanidade e dar fortuna a quem não a tem. Horácio era um curandeiro bem conhecido no Rio de Janeiro, sendo procurado por pessoas de diversas localidades da cidade e até fora do Estado, alguns doutores e políticos. A história de Horácio Pacheco tem algumas diferenças dos demais sujeitos que apresentei acima. Horácio declarou ter 100 anos na época de seu processo, declarou também ter nascido na cidade de Lagos, em entrevista ao Jornal do Brasil, Horácio declarou também ter chegado como escravizado ao Brasil em 1827 e desde então tem trabalhado para espalhar a palavra de Allah.

Assim como Domingos Sodré, retratado por João José Reis (2006), as histórias dos sujeitos acima ultrapassam a visão estática comumente relacionada aos pretos desse período, pelo contrário, estavam o tempo todo em diálogo com diversos setores da sociedade, tecendo uma grande mobilidade pela cidade. Essa mobilidade pode ter produzido o que Stuart Hall (1996, p. 72) conceitua como identidades da diáspora, o que quero dizer é que esses sujeitos não têm uma única identidade e sim uma diversidade que são produzidas constantemente através da transformação e da diferença que essa cultura compartilhada e coletiva dos africanos mina produzia em torno de uma ancestralidade e história em comum. Essas identidades compartilhadas refletem experiências históricas em comum e códigos culturais que dão a impressão de um povo “uno”, como nos casos aqui representados.

Referências Bibliográficas

AL- BAGHDADI, Abd Al- Rahman. *The Amusement of the Foreigner*. Tradução de Yacine Daddi Addoun e Rennée Soulodre- La France. Canadá: York University, 2001.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura, In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói: EdUFF, n. 1, 1995.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira/USP, 1971.

BOKOLO, Elikia M. **África Negra: História e Civilizações- Tomo II- Do século XIX aos Nossos Dias**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

FARIAS, Juliana B.; SOARES, Carlos E. L.; GOMES, Flávio. **No Labirinto das Nações: Africanos e Identidades no Rio de Janeiro, Século XX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Rio de Janeiro, 1890-1930**. Diário.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996.

JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, 1907. Diário.

JOBSON, Richard. **The Golden Trade: or, A Discovery of the River Gambia**. In: GAMBLE, David; HAIR, P. E. H. (org.). *The Discovery of River Gambia by Richard Jobson*. Londres: The Hakluyt Society. 1999.

MELLO, Priscila Leal. **Leitura, Encantamento e Rebelião: O Islã Negro no Brasil (Século XIX)**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Pós-Graduação em História, 2009 (Tese de Doutorado).

MOTA, Thiago Henrique. **História Atlântica da Islamização na África Ocidental: Senegâmbia, Séculos XVI e XVII**. Programa de Pós-graduação em História Social: Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018 (tese de doutorado).

POSSIDÔNIO, Eduardo. **Caminhos do Sagrado: Ritos Centro-Africanos e a Construção da Religiosidade Afro-brasileira no Rio de Janeiro do Oitocentos**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-Graduação em História, 2020 (Tese de doutorado).

A História Através da História
GUIMARÃES, Thamires

RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras:** Introdução à Antropologia Brasileira. 1o volume. 2a ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

REIS, João José. Domingos Pereira Sodré: Um Sacerdote Africano na Bahia Oitocentista. Afro-Ásia, n. 34, 2006.

REIS, João José. GOMES; Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo.** A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SOARES, Marisa. **A “Nação” que se tem e a “Terra” de Onde se Vem:** Categorias de Inserção Social de Africanos no Império Português, Século XVIII. Estudos Afro-Asiáticos: n. 2, 2004.

SODRÉ, Muniz; LIMA, Luís Felipe de. **Um Vento Sagrado:** História de Vida de um Adivinho da Tradição Nagô- Kêtu Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

NITERÓI - UMA CIDADE NOVA EM TEMPOS DE INCERTEZA (1970 - 1990) Historiografias, projetos de expansão urbana e as memórias de um lugar

Ademas Pereira da Costa Jr*

Introdução: a evidência do tempo histórico e sua abordagem

A historiografia de transição, entre as décadas de 1970 e 1990, deparou-se com a tomada de consciência de um novo mundo. Expressão das crises vividas nesse contexto, no qual emergiram dúvidas em relação ao tempo passado, ao presente e ao futuro. Crises, dúvidas e incertezas tornaram-se um solo espiritual. A descrença e esgotamento do regime moderno de historicidade (HARTOG, 2015.) significou para a ciência das humanidades uma disposição investigativa sobre as origens dessas incertezas na sociedade, e resultou na reformulação de suas bases epistemológicas e abordagens, críticas e científicas.

As incertezas do *mundo da vida* se fundiram ao *saber-fazer* historiográfico, gerando crises profundas quanto ao estatuto científico de suas proposições e narrativas. Elevadas à consciência individual pela presença do passado através do testemunho e das memórias, fez das mentalidades uma fértil e perigosa seara, a todo momento ameaçada pela dúvida cética. Quais são os fundamentos do conhecimento histórico? Será possível falar de um conhecimento histórico fundado? A superação do relativismo cético, quanto à possibilidade de abordar as subjetividades humanas constituídas historicamente exige uma dupla tarefa - crítica e metodológica - do historiador.

A tarefa, tão minuciosamente descrita por Paul Ricoeur e Jorn Rüsen parte do princípio de que a história se fundamenta enquanto uma *evidência* da experiência do tempo. Melhor dizendo, dos sentidos culturais da experiência de duração. Isto é, a vivência do tempo antes desconsiderada pela ciência histórica, mas presente na abordagem cultural antropológica, conduz a visão originária de uma dimensão fenomenológica fundante, universal e elementar da vida humana. E que, enquanto uma experiência, precisa ser de tal modo “apropriada mediante a interpretação de seus sentidos e significados históricos” (RÜSEN, 2014, p. 255). Mas, tratando-se da

* Mestrando no PPGH-UFF. Bolsista Fundação Euclides da Cunha-FEC no projeto Geonit-UFF.

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

experiência viva do tempo através das memórias e das narrativas, estaria a história se aventurando em um lugar entre a “ciência e a ficção”?

Se, por um lado, esta reflexão é fundamental e persistente até hoje (HARTOG, 2020), permeada de incertezas, que se acrescentaram à formulação de uma nova epistemologia, por outro lado, representa também uma resposta aos grandes paradigmas da década de 1960. Momento em que vigorou um ideal segundo o qual a ciência histórica lidava, tão somente.

Como resultado deste movimento surgiria a possibilidade de uma nova síntese. Isto é, a história como evidência, vista tanto através da prova documental quanto do testemunho. Um exemplo da nova síntese resultante deste horizonte de incertezas está voltada diretamente para a compreensão do “papel do consumo na sociedade pós-moderna a partir do universo simbólico conectado às aspirações sociais” (ARRUDA, 2014, p. 84). Para a explicação desses fenômenos, a tradicional abordagem da história econômica se soma de forma positiva e definitiva com a abordagem da nova história cultural. No espaço ampliado da realização explicativa da grande história, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das culturas humanas. Recuperando, a um só tempo, as relações sociais de produção em diferentes escalas, bem como ao nível mental e simbólico, as diferentes dimensões da temporalidade histórica.

Do ponto de vista simbólico, o horizonte de incertezas é marcado com a emergência do passado individualizado em testemunhos, que antes desconsiderados do arcabouço das fontes e reflexões dos historiadores, hoje, com os estudos sobre a memória, torna-se um paradigma central. Isto significa sobretudo, teórica e praticamente, uma mudança profunda da posição dos historiadores em relação à categoria de tempo. No eixo da historicidade, a presença do tempo humano vivido, do simbolismo e sua possibilidade de interpretação, através das fontes, é potencializada pela difusão do gravador de voz portátil.

A história oral e a micro-história italiana surgem e definem suas abordagens e metodologias em meio a esse momento. Alessandro Portelli, expoente dessa geração de historiadores - influenciado pela Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, afirma que, a história oral, mais do que descrever um evento, diz respeito “ao lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p. 12) e mais do que isso, ela nos leva a compreensão não só do momento quando um evento se dá, mas de um amplo contexto que possibilita ele efetivamente acontecer. O historiador, portanto, deve considerar tanto as expressões orais que doam significado peculiar a tal evento quanto às condições materiais e as relações com o passado que estruturam o mundo da vida dos narradores.

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

Para a noção de historicidade, as incertezas vividas desde os anos 1970 aos anos 1990 em diante, representam, sobretudo, processos de ruptura gradual e dilatação do espaço de experiência histórica vivido na atmosfera presentista (HARTOG, 2015). Essa dilatação da forma de experienciar o tempo se fez notável através do impacto dos acontecimentos sobre as estruturas materiais e simbólicas, creditadas até então como imutáveis no curto espaço de tempo. A inclusão do “novo” na vida humana torna-se um ponto fundamental das abordagens e explicações históricas. Mais do que as continuidades, importa agora para a historiografia responder como as rupturas acontecem, e cada vez mais, de forma acelerada.

A inclusão da simultaneidade e do novo em um espaço global, desde a década de 1980, se acelerou com a expansão intensiva dos mercados globais e o diagnóstico da tendência da homogeneização dos padrões de consumo e dos modos de vida (Paulet, 2009). O contexto de ascensão do “novo regime de historicidade”, marcado pelo presentismo, converge com a articulação de um “novo regime econômico”, mundializado (CARLOS, 2020, p. 18). A fragmentação das experiências locais do tempo e das identidades, nas metrópoles conectadas aos fluxos globais de mercadorias e consumo gera a forte tendência da reprodução de um meio urbano orientado para este fim (ZIBECHI, 2015). Homogeneizado e permeado no cotidiano das cidades por relações financeiras. Marcio Abreu, em texto recém-publicado sobre a produção espacial das memórias nas cidades contemporâneas, seguindo a esteira de autores como David Harvey, Anthony Giddens, e Milton Santos, afirmou que: “o tempo tornou-se uma categoria de análise fundamental para a compreensão do momento atual” (ABREU, 2020, p. 20). Esse momento, permeado pelas incertezas do tempo e as rupturas aceleradas pelo presentismo, como um não-lugar no tempo-espaço encontra o seu solo fértil nas metrópoles, nas cidades globais com a continuidade-fragmentada do meio urbano.

O desenraizamento local das comunidades, das identidades tradicionais e entre as gerações é ponto de análise significativo e tema necessário para se compreender a peculiaridade dos sentidos das experiências do tempo histórico no mundo contemporâneo. No contexto das décadas de 1970-1990, as incertezas socialmente distribuídas em um sistema-mundo interconectado e desigual, o fenômeno ocorre nos países periféricos e emergentes, como o Brasil, simultaneamente ao êxodo da população rural para as cidades, industrialização e consolidação da urbanização. Além de se situar em um momento de ascensão de um regime político autoritário que visou a modernização capitalista e conservadora da sociedade brasileira.

As novas culturas urbanas, os contatos culturais, as hibridizações vivenciadas nesse processo entre a chegada do novo permeado pela modernidade em escala global, através das formas econômicas orientadas pelo consumo, e as formas de vida

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

tradicionais e localizadas, geram uma vivência dilatada do tempo cotidiano, pois fragmentada e difícil (MARTINS, 2021).

A trajetória individual, dos atores sociais envolvidos neste processo, representantes de comunidades tradicionais, indicam os sentidos e os motivos dos conflitos que passam a permear o espaço urbano entre o tempo da produtividade do mercado e o tempo da vida na cultura local. Em um estudo de caso que venho desenvolvendo junto a Pescadores Artesanais em Itaipu, Niterói-RJ, iniciado em 2017 como bolsista do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi/UFF) - orientado pela professora Juniele Rabêlo -, tais incertezas, vividas desde meados da década de 1970, ocorreram aos eventos relacionados à expansão urbana desta cidade, promovida entre as ações de interesse do poder público e do mercado imobiliário. Diversos acontecimentos e eventos deste processo ficaram marcados na memória coletiva dessa comunidade. Em 2018, realizei uma entrevista com um reconhecido mestre da tradição local da pescaria de Arrasto de Praia, que descreveu as transformações ocorridas desde a década de 1970 com um tom de “esvaziamento” do sentido da tradição local, como uma ausência do Pescador da beira da praia e uma mudança no seu modo de vida. Ele diz:

Não tem mais o pescador. Pela dificuldade que a gente enfrenta aqui na praia, os pescadores tradicionais vão saindo para trabalhar em condomínio, trabalhar em jardinagem, trabalhar em supermercado, entre outras coisas. Você vê, uma pescaria dessa aqui, que trabalha com 6 homens, hoje trabalha com 3. [...] Existe a dificuldade, com muitas embarcações, muitas pessoas no final de semana, ponto final de ônibus, isso atrai muito turista, entre aspás. Turista regional. Mas ainda é a praia de Itaipu.

Robinho, esse mestre da tradição do Arrasto de Praia, hoje trabalha como segurança de um condomínio de luxo em Itacoatiara, bairro nobre de Niterói.

O conteúdo simbólico que dá sentido à memória - conclui: “mas ainda é a praia de Itaipu” - cuja referência se faz presente enquanto síntese do lugar do narrador, e traz uma perspectiva peculiar, com a percepção do fluxo de acontecimentos que separa a vida entre o cotidiano local e o mundo do trabalho. Este duplo sentido, questiona e afirma, a existência de um momento de ascendência do moderno sobre o que há de vital na experiência histórica local. Lançando sobre a narrativa a necessidade de ver Itaipu enquanto *um mesmo lugar*.

Neste artigo, a investigação desse fenômeno seguirá, na esteira de Portelli, um procedimento de três níveis distintos, mas interconectados. Cobre um fato do passado (evento histórico), um fato presente (narrativa que ouvimos), e uma relação fluida e duradoura (relação entre os dois fatos). Sendo assim, esses três níveis, dizem respeito

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

a uma *abordagem historiográfica* da expansão urbana da cidade de Niterói entre os anos 1970-1990, no sentido da reconstrução dos eventos do passado. Uma *abordagem antropológica*, através da análise cultural, das expressões da tradição. Buscando traçar entre essas duas dimensões *uma interpretação possível* de como tais eventos produziram, para a comunidade de Pescadores de Itaipu, memórias e narrativas peculiares sobre a transformação da cidade e do local.

Uma abordagem historiográfica: a expansão urbana de Niterói (1970-1990)

Niterói é uma cidade média, integrada à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou, simplesmente, ao Grande Rio. Atualmente uma região de 7.735.778 km², com 13.131.590 milhões de habitantes, divididas em 22 municípios que contornam toda a Baía de Guanabara. Historicamente, esses núcleos urbanos e suas respectivas cidades se formaram nos primórdios da colonização. Com mais de quatrocentos anos de história, Niterói e Rio de Janeiro, localizadas em margens opostas da entrada da Baía Guanabara destacam-se no cenário nacional, pela importância política e econômica, que lhes atribuiu durante certo tempo, simultaneamente, o posto de capitais de Estado. E, assim foi até 1 de Março de 1975.

Um ano antes, a Lei Complementar Federal n° 20, de 12 de Junho de 1974, instruiu a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, do qual Niterói era capital. Resultados atrelados à consolidação da urbanização brasileira, reformulação da divisão do trabalho e dos fluxos de mercado. Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro ultrapassava o marco de 7 milhões de habitantes. Sendo que 53% dessa população havia migrado apenas nos últimos 11 anos, e entre 1970 e 1980, aproximadamente 1.337.600 de imigrantes ainda seriam acolhidos (SANTOS, 1993, p. 77). Niterói no início da década de 1970, segundo dados divulgados pelo censo do IBGE, possuía a modesta cifra de 324.246 habitantes, com uma densidade demográfica de 2.494.20 hab/km². Niterói cresceu mais significativamente só após a inauguração da Ponte Rio-Niterói em 4 de março de 1974.

Ao longo dos anos 1980, o crescimento populacional era evidente, mas atingia uma taxa modesta de apenas 0.86% em 1991, alcançando um total de 436.155 mil/hab. Salandia, ao realizar uma minuciosa análise dos aspectos locais da expansão urbana neste período observou que, as taxas médias e geométricas de crescimento demográfico anual dos 48 bairros da cidade indicavam o direcionamento da expansão da cidade para o seu, então, Segundo Distrito, Itaipu. Uma região rural e pouco

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

habitada. Neste aspecto, seu estudo revelou que os bairros que registraram o maior declínio populacional estavam na Região Norte. Uma localidade que foi - historicamente caracterizada pela integração metropolitana, com a presença de indústrias e atividade portuária - diretamente transformada e impactada, em seu padrão habitacional, pelo fluxo de carros na entrada e saída da Ponte Rio-Niterói.

Neste contexto, como sabemos, o Brasil vivia em plena Ditadura Militar (1964-1985), que autoritariamente orientou o desenvolvimento econômico alinhado à integração capitalista da sociedade. Estabeleceu a abertura ao mercado de capitais ao sistema financeiro internacional e estimulou o consumo da população nas cidades. Através de vários programas, entre eles, o financiamento e concessão de crédito às empresas e mutuários para a construção e aquisição da casa própria, buscou definir soluções para a questão urbana e o crescimento acelerado das cidades. Entre 1968-1973, momento do “milagre econômico”, as taxas de crescimento anual do PIB brasileiro superaram taxas de 10% ao ano. O setor da construção civil foi protagonista deste processo, promovendo grandes obras de infraestrutura e integração nacional, e no âmbito local das cidades estabelecendo os padrões de urbanização com as construções habitacionais, de casas e apartamentos. Só neste período, a construção civil alcançou taxas de crescimento de 17% ao ano. Entre 1970 e 1979, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), sob a orientação do Ministro do Planejamento dos governos Médici e Geisel, João Paulo dos Reis Veloso, tinha como um dos seus principais objetivos modernizar as estruturas urbanas (FERREIRA, 2021).

Com a diversificação da economia brasileira, decorrente da expansão das indústrias e dos grandes centros, as cidades brasileiras, assim como Niterói, assumiram uma nova aparência. Nelas se diversificou a oferta de trabalho, e a sua modernização, em muitas formas, se materializou na segmentação da sociedade no espaço da cidade. As periferias e os bairros de classe média se dividiam entre as regiões de subúrbio, afastadas, e as áreas nobres, que ficaram próximas aos centros ou no litoral. Na época, o financiamento do BNH era desigual e acabou por atender uma parcela da sociedade com faixa de renda superior à da maioria da população (MATTOS, BASTOS, BARONE, 2018. p. 42). A urbanização brasileira ocorreu nos limites de um sistema que, sob o modelo de modernização capitalista dos militares, promoveu o crescimento econômico através de uma política social excludente.

A atmosfera de incertezas e as crises econômica e política em âmbito nacional e internacional foram abafadas pelo autoritarismo dos militares, que alardeavam as conquistas da época como a realização de um destino manifesto do Brasil como um “País do Futuro”. Traduziam os planos de desenvolvimento desta nova sociedade que

surgia em uma linguagem popular com os slogans “Pra frente Brasil!”, cujo alcance de um futuro de uma grande nação emergente fez do “Brasil, um canteiro de obras”.

Celebravam os políticos, a imprensa local e os empresários da construção civil niteroiense, a consolidação dos princípios da “Revolução de 31 Março”, testemunhas dos benefícios das obras da Ponte que transformavam Niterói em uma “Cidade Nova”.

A transformação da estrutura urbana da cidade, com a conclusão das obras da Ponte Rio-Niterói, e o crescimento populacional tornam Niterói uma “Cidade Nova”. Motivo suficiente para o poder público da cidade começar a definir uma necessária solução urbanística. Em Julho de 1970, é editado o Código de Planejamento Urbano e de Obras, que qualificou as áreas da cidade por tipos de ocupação, o perfil de urbanização de cada bairro, indicando as áreas consolidadas e as passíveis de expansão.

No norte da cidade, os bairros caracterizados pela presença de operários e de parcela de uma classe média já tradicional na cidade, como Fonseca e Barreto, se transformam em razão da proximidade com o fluxo de entrada e saída da ponte. Cujo resultado habitacional foi a intensa ocupação irregular e a favelização. Os novos habitantes da cidade são absorvidos na transformação urbana dos bairros das praias da Baía da Guanabara, como Ingá, Icaraí, Santa Rosa, São Francisco, Charitas e Jurujuba. Localizados nas proximidades do Centro da cidade. Nesses bairros, se define um padrão residencial só capaz de atender a uma parcela da população com alto poder aquisitivo.

Nos bairros como Ingá, Icaraí, Santa Rosa, a nova população passa a residir nos prédios de apartamentos que se diversificam como um novo padrão residencial, multifamiliar, delimitado no código de obras de 1970. Para o restante da cidade, a aprovação de novos loteamentos se intensifica, especialmente para o Distrito de Itaipu. Entre 1970 e 1990, a região é totalmente transformada. De uma zona rural pouco habitada e de difícil acesso, com apenas algumas casas de veraneio nas localidades de Piratininga, Itaipu e Itacoatiara, torna-se uma região em pleno processo de urbanização, com o surgimento planejado de bairros inteiros.

As obras de infraestrutura, a abertura de novas estradas, instalação de sistemas de energia, água e esgoto, promovidas principalmente durante a gestão municipal de Moreira Franco (1977-1982) intensificam o processo. A expansão para o Distrito de Itaipu, resultou do estímulo do poder público que ocupou múltiplos papéis durante o processo. Definindo um marco jurídico para a produção e uso de um novo espaço urbano na cidade, estimulou a sua expansão através do fornecimento de infraestrutura para os projetos de loteamento privado. Em torno da questão habitacional e a organização do espaço intraurbano da cidade, ficam evidentes os interesses e contradições envolvidos no processo (CORRÊA, 2020, p. 47). Um exemplo, no dia 27 de Março de 1979, Moreira Franco era denunciado pelo chefe do legislativo da cidade

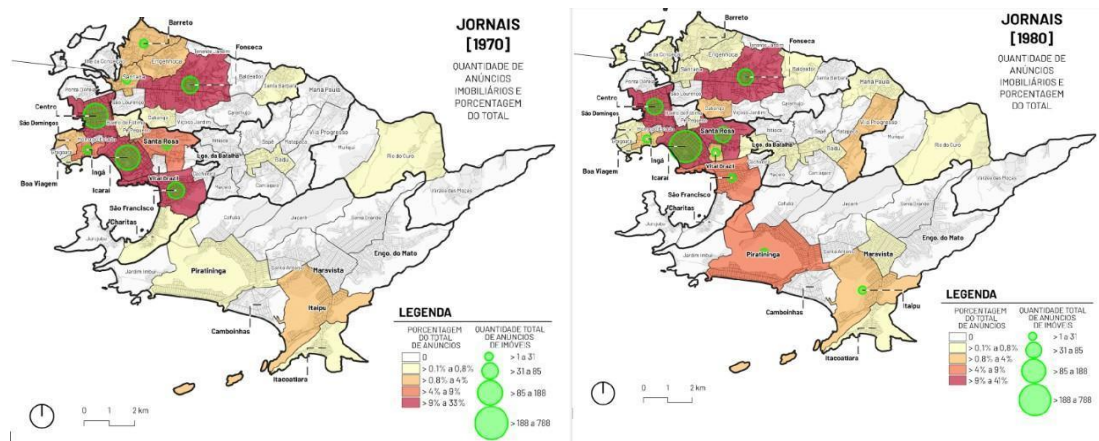
A História Através da História

CORTA JR, Ademias Pereira da

na Câmara Municipal, João Batista da Costa Sobrinho, “pelos desmandos que vem praticando em sua administração, despejando e demolindo arbitrariamente casas residenciais com tratores, colocando risco as vidas humanas dos moradores do local denominado Lagoa de Piratininga”¹. O fato chegou a repercutir na imprensa nacional, que em reportagem do Jornal Nacional do dia 26 de Março de 1979, acusava a demolição de 49 casas no local.

A partir de então, as áreas litorâneas afastadas do Centro, localizadas no Distrito Itaipu, já em processo de urbanização, passaram a registrar a maioria dos lançamentos imobiliários da cidade, muitos deles eram de casas em condomínios fechados, destinado a atender uma população com maior poder aquisitivo. Transformando substancialmente o perfil dos moradores locais, antes caracterizado pela presença de populações tradicionais e sítiantes das antigas fazendas. Os mapas a seguir mostram a espacialização dos anúncios do mercado imobiliário na cidade de Niterói e a expansão urbana do período:²

Figura 1 - Expansão urbana da cidade de Niterói nas décadas de 1970-1980



O padrão habitacional e urbanístico projetado para o Distrito de Itaipu, e seus bairros, inspirou-se no conceito de Cidade-Jardim, com uma ocupação planejada, adaptada e orientada a pertencer a uma sociedade moderna e ao seu padrão de vida e

1 Ata do acervo da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1979.

2 Mapa produzido com dados compilados de anúncios imobiliários da cidade de Niterói no âmbito do projeto de pesquisa GEONIT-UFF. Ano 2022. Para saber mais acessar: geonit.com.br.

consumo. A constituição de uma vida aberta ao imaginário, isto é, à possibilidade de a criatividade humana dar sentido a um espaço habitado, aos lugares, torna-se restrita e modulada por uma paisagem arquitetônica planejada por padrões estabelecidos pelo *mercado*. Não raro, esse processo reproduz os padrões urbanísticos das cidades globais do primeiro mundo. Um caso exemplar foi o empreendimento da Veplan Residência, “Cidade Balneária de Itaipu”, inspirado nos modelos urbanísticos californianos de “comunidade planejada”.

Nesse sentido, o caso do empreendimento da Veplan Residência para Itaipu, inspirado no modelo californiano comunidade planejada, cujo resultado é a fundação de um novo bairro (Camboinhas), exclusivo para consumo das elites, é emblemático. A localidade, de frente marítima, antes habitada por vilas de pescadores, foi totalmente loteada e transformada com a construção de mansões na orla e condomínios fechados. Além de um shopping (Camboinhas Mall) e um clube (Tio Sam) no seu interior. A realização plena do projeto, que ainda previa a abertura de um canal e a construção de ilhas artificiais no interior da lagoa de Itaipu, foi parcialmente barrada pela atuação de populares que denunciavam irregularidades e corrupção no processo de realização desse empreendimento.

Esse *evento* foi permeado por protestos de vários segmentos sociais, entre os pescadores locais e o movimento ambientalista que começava a ganhar força na cidade. As ilhas artificiais não foram construídas, mas a abertura do canal de Itaipu, só concluída em 1979, serviu diretamente para criar um novo bairro como zona de exclusão social. Um fato nos chama a atenção: a partir de 1979, a Veplan contava com a presença do ex-ministro João Paulo dos Reis Veloso como diretor regional do empreendimento em Itaipu.

No processo de construção do empreendimento da Veplan em Itaipu, várias famílias de pescadores decidiram negociar a saída da beira da praia, trocando suas casas de sapê e palhoça por lajeados em bairros distantes da praia ou fora da cidade. O vínculo afetivo com o lugar e a memória do processo de transformação marcou a comunidade e seus remanescentes. Aqueles que saíram da beira da praia contam com certa melancolia e saudade seus vínculos com as tradições e o cotidiano local.

Uma abordagem antropológica: Itaipu é uma praia só!

Chegamos ao momento interpretativo do artigo. O recurso metodológico inicial, dessa dupla abordagem, nos apresenta de modo descritivo o que podemos chamar de “perspectivas do tempo”. No espaço ampliado da realização explicativa da

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

grande história, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das culturas humanas. De acordo com o que foi exposto, com evidências, há relações entre ambas. Na qual, um fenômeno histórico, amplamente considerado, como a urbanização de uma cidade, no contexto e ao longo do tempo em que se produz, tem implicações objetivas e subjetivas sobre a forma como se experimenta o tempo da vida cotidiana. No caso da história da expansão urbana de Niterói, a transformação incerta e conflituosa do espaço da cidade é representada na forma como comunidades tradicionais passam a experimentar a descrever sua identidade através do tempo. Mas, como provamos isso?

Nesta linha, a busca de uma fundamentação filosófica da História Oral, parte do pressuposto fenomenológico de que, para a faculdade da sensibilidade, o tempo subjetivo *sentido* é suscetível de ser apreendido e *dito*, em termos de categorias de pensamento - *simultaneidade ou sucessão* - que marcam distâncias temporais (RICOEUR, 2001, p. 121). Deve-se, então, estabelecer um corte metodológico entre o que é *dito* e aquilo sobre o que se *diz*. Nomeadamente, sendo esse um critério de distinção entre o que é um objeto do presente e um objeto do passado no ato de configuração da narrativa. A narrativa abre a possibilidade de interpretação do *sentido* histórico das experiências humanas.

E, é propriamente o ato configurante da narração na oralidade que oferece a via de acesso ao historiador. Esta via é dialógica, e implica em um exercício de interpretação por comunicação e alteridade. Um encontro entre o historiador e a testemunha da história lembrada. Por sua vez, nada garante ao primeiro uma posição de autoridade sobre a história contada. A não ser dentro dos limites da sua própria investigação. Isso faz da História Oral, primordialmente, uma metodologia dialógica e uma arte de escuta que deve ver o “lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p. 12).

A contribuição e autoridade historiográfica está em oferecer à oralidade uma exposição ao pano de fundo ampliado. É a partir das *possibilidades expressivas* que pode-se identificar a existência, nesse pano de fundo, de uma determinada comunidade que compartilha os mesmos significados históricos sobre eventos do passado lembrado. As *possibilidades expressivas* da narração, cujo trabalho de investigação histórica deve explicar, demonstram que o tempo histórico aparece, segundo Portelli, como “uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda mais coerente, não só com o conhecimento das subjetividades mas também com a realidade objetiva dos fatos” (PORTELLI, 1996, p. 72).

O grande desafio aqui é dar coerência, através da evidência da experiência do tempo, a relação entre as subjetividades e a realidade objetiva dos fatos históricos.

Robinho: Itaipu em suas memórias

Falar de Robinho é também falar de um amigo. O conheci na praia de Itaipu em 2017, quando comecei a realizar um trabalho de campo junto à Campanha da Canoa Catuaba. Pescaria de Arrasto, de propriedade Mauro de Souza Freitas, o Maurinho. Primo-sobrinho de Robinho por parte de mãe. No qual ele, Robinho era, na época, o Mestre. Atualmente, Robinho trabalha como segurança em um condomínio de luxo em Itacoatiara.

Seu avô materno era Seu Neneco Gordo, Mestre de Arrasto. Lembrado em Itaipu por ser um dos fundadores da Colônia Z-7 de Itaipu, em 1922. Robinho, nascido em 12/5/1969, Com cerca de 20 anos em 1990, recorrentemente me contava, durante e ao longo dos dias de pescaria, como era e como devia se “*saber-fazer* a pescaria de Itaipu”. Sua disposição para me contar sobre o seu passado brotava, espontaneamente, durante o ato da puxada do Arrastão. Um peixe, um gesto, um nome, era suficiente para desencadear suas lembranças, seu prazer de viver a tradição, as glórias do seu passado. Também lamenta, como quem diz “isso já se foi”, hoje “não é mais assim”.

No dia 27/2/2018, por volta das 10 horas, de um dia chuvoso, na beira da praia, perguntei a Robinho sobre sua infância e ele me disse:

A pesca da Tainha foi o que eu peguei pequeno. A pesca da Tainha era tradição aqui. Hoje não tem mais o pescado. Não tem mais a Tainha e também não tem mais o pescador para a Tainha. Não tem o instrumento adequado. O que eu digo que seja o instrumento adequado? É uma canoa maior do que essa que está aqui atrás. Na pesca da Tainha a gente precisa de um determinado número de pescadores com prática. Hoje não. Hoje qualquer um entre aqui, sobe numa canoa dessas. Qualquer um entre aspas. Pode ser um Aprendiz. (*Ele ri, olha primeiro para o fundo da praia e depois para mim atrás da câmera.*) A gente tem que ter o cara que é o vigia, é o olheiro, ele ficava lá embaixo, em Camboinhas. Na verdade a gente fala Camboinhas, mas isso era uma praia só, né? Camboinhas e Itaipu era uma praia só. Não existe Camboinhas e Itaipu. Para o pescador isso é uma praia só.

É necessário operar o corte metodológico. É, por Robinho, dito - “*Para o pescador isso é uma praia só*”. Que de imediato acusa a transformação, e admite a chegada do novo. Que forja no fundo da narrativa um *se foi*, como se quisesse *dizer não é mais*. O passado da tradição aos poucos se esvai do presente. O narrador evidencia a relação dos projetos de expansão urbana da cidade de Niterói com a forma da constituição das memórias sobre o lugar que para ele é Itaipu. Há nessa relação, um contato, que se

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

expressa como necessidade de lembrar. O dever de memória, o nível ético-político, traz à tona a moral do seu discurso.

A moral do discurso visa fazer valer a legitimidade do tempo da tradição. Ao fazer isso ele expressa uma crítica à sucessão dos acontecimentos históricos, num sentido que envolve toda a sua comunidade. Ele narra como ocorreu essa transformação:

Na década de 1970 foi aberto um canal aqui na praia de Itaipu, que tinha uma extensão de 3.700 metros no total. Hoje a praia de Itaipu ficou resumida a 700 metros. Mas por que a gente diz que Itaipu é uma praia só? O que dividiu a praia, não sei, algumas pessoas falam sobre a divisão do rico do pobre; enfim ou a especulação imobiliária, cada um fala uma coisa e a gente não sabe a fundo. Eu sei que cada um tem a sua opinião. A minha opinião é: a causa foi a especulação imobiliária. Fizeram esse canal ai na praia de Itaipu que hoje é uma praia dividida. Tanto é que o loteamento para o outro lado é denominado Camboinhas e do lado de cá ficou Itaipu. Por intermédio de que? Através de que? Por uma empresa que chegou aí, tirou os pescadores que lá residiam e fez um loteamento.

Assim, ele expressa a sucessão dos acontecimentos entre as gerações no cotidiano da beira da praia. Como ruptura, a presença de um lugar novo, fragmentado e de incerteza que se projeta. *“Que chegou aí”*. A necessidade moral de se reconhecer o pescador de Itaipu é justificada por ele através da forma cultural de ver a praia, como *uma mesma praia*. Ela é:

Do canto de Itaipu, sentido Piratininga: Porto Pequeno, Porto Grande, onde é o canal, era o Lanço da Coroa, depois da coroa, vem a Volta, Areia Preta, Malha, Caminho Grande e Pegador. Ai sim vem, Popa do Navio, que é esse navio que denominou Camboinhas, o nome do navio encalhado, lá na década de 50. Se não me falha a memória. O nome do navio é Camboinhas. Por isso ficou denominado aquela área ali de Camboinhas... Depois vem, Caminho das Moças, Monte de Areia e Canto. Essas são as demarcações conhecidas pelo pescador.

Sua fala descreve, com pontos de sucessão, a chegada da companhia imobiliária, a abertura do Canal de Itaipu e o navio Camboinhas. Navio que deu nome a um novo bairro de classe alta na cidade de Niterói. Acontecimentos que estavam em curso como parte de projetos de expansão urbana, que transformaram Niterói em uma “Cidade Nova”.

A referência cruzada entre o tradicional e a chegada do novo, fragmenta o lugar e os acontecimentos, o espaço e o tempo. Razão das incertezas do presente do narrador. O sentido de continuidade do passado no presente da sua narrativa, quer

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

dizer “é uma praia só”, enquanto aquilo que é dito sucessivamente, por ele mesmo, nega tal proposição. Com isso há uma releitura do lugar e do sentido da história da sua comunidade:

Então quando a gente diz que Itaipu é uma praia só, a gente conhece e reconhece Itaipu como uma coisa só. Os novatos, as pessoas que estão chegando, hoje talvez não saibam disso, entendeu? Mas para o pescador, para a cria de Itaipu, isso aqui sempre foi uma coisa só. E com certeza foi a especulação imobiliária que fez com que essa divisão acontecesse.

Este trecho amarra as ideias. Por intermédio do advérbio *quando*, se preenche o presente do que é dito com a dimensão do tempo. Indeterminado, o *quando* faz uma referência de segundo grau ao passado, sobre o qual se deve dizer. Diz para o presente que Itaipu é uma praia só, sabendo que no passado ela deixou de ser. Transformou-se de um *mesmo* lugar em *outro*. O *quando* sugere o sentido temporal da narrativa que capacita a comunidade a dizer o que é “*conhecer*” e “*reconhecer*” Itaipu. O tempo dos eventos que contorna a duração da memória, oferece um contexto, que preenche de sentido a narrativa do pescador. Expressão e evidência da experiência do tempo da vida, que se sintetiza de um ponto de vista histórico. O ponto de vista histórico é a moral da narrativa, que revela que os seus significados estão inscritos nas práticas e representações da cultura.

*

O que leva Robinho a deixar a praia e ir onde é o mestre da tradição para ir trabalhar como segurança de um condomínio de luxo? Entre a chegada do novo permeado pela modernidade em escala global, do tempo do trabalho formal, e a vida tradicional, há uma experiência cotidiana fragmentada e difícil de se lidar. Evidência de que as condições materiais do presente e as relações simbólicas com o passado, muitas vezes são incoerentes e se contradizem na ação. São difíceis de digerir, mas nem por isso menos vivas e verdadeiras.

Considerações finais

Por fim, é necessário deixar claro que este artigo se trata de um estudo de caso empírico com uma vocação teórica. Seu objetivo é fazer uma descrição bruta do aparecer do tempo, através da narrativa, para demonstrar a produção de sentido de regimes de historicidades, que se tocam e se comunicam com a transformação da cidade e do local.

A História Através da História

CORTA JR, Ademas Pereira da

Hartog diz que devemos olhar para o Regime de Historicidade, como um instrumento holístico. Capaz de aludir à existência de um ritmo de eventos. Sendo ele mesmo a capacidade humana de engendrar passado, presente e futuro e de compor aquilo que Jörn Rüsen chama de uma quarta dimensão da temporalidade: o “*sentido*”. Um regime de historicidade também só tem sua razão de ser para a sua comunidade de sentidos, para quem compartilha tal consciência histórica. É necessário pontuar o peso do instrumento, para se compreender o seu papel na fundamentação do tempo historiográfico:

“Historicidade”, por quê? De Hegel a Ricoeur passando por Dilthey e Heidegger, o termo remete a uma longa e pesada história da filosofia. Pode-se enfatizar seja a presença do homem para si mesmo enquanto história, seja sua finitude, seja sua abertura ao futuro (como *ser-para-a-morte* em Heidegger). Retenhamos aqui que o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como o indivíduo uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo (HARTOG, 2015, p. 12).

Assim, o “novo” no “regime de historicidade presentista” dá sentido aos processos de ruptura que se aceleram provocando a dilatação no tempo e no espaço de experiência histórica. No espaço ampliado da realização explicativa da grande história, abre-se à compreensão das experiências do tempo nas perspectivas locais, das culturas humanas. Essa dilatação da forma de experienciar o tempo entre os pescadores de Itaipu, se fez sob notável influência dos acontecimentos da urbanização da cidade de Niterói. A inclusão do “novo” na narrativa torna-se um ponto fundamental das abordagens e explicações históricas sobre esse momento. O significado do “novo” sugere questões para se explicar como e por que essas rupturas acontecem nesse tempo de incertezas, e cada vez mais, de forma acelerada.

Por fim, como busquei esclarecer, abordar as subjetividades humanas constituídas historicamente exige uma dupla tarefa - crítica e metodológica - do historiador do tempo presente. Primeiro, a crítica investiga quais indícios permearam a história no tempo da produtividade do mercado e o tempo da vida na cultura local. Segundo o exercício positivo da tarefa epistemológica oferece uma síntese compreensiva de *como* e *porquê* experimentamos, assim, o nosso tempo histórico. Um tempo novo permeado de incertezas.

Referências Bibliográficas

ABREU. M. **Sobre a memória das cidades.** In: *A produção do espaço urbano - agentes e processos escalas e desafios.* Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes Souza, Marica Encarnação Beltrão Sposito (orgs). São Paulo: Contexto. 2020.

ARRUDA. J. J. A. **Historiografia: teoria e prática.** 1.ed. São Paulo. Alameda. 2014.

CARLOS. A. Fi. **Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico brasileiro.** in: *A produção do espaço urbano - agentes e processos escalas e desafios.* (orgs) Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes Souza, Marica Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Contexto. 2020.

FERREIRA. L. C. A. **Centralizar o Poder para descentralizar as regiões.** A política urbana do governo Geisel e o seu papel na fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1974-1979). Tese de Doutorado. Cezar Honorato (Orientador), Niterói, 2021.

CORRÊA. R. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão:** in: *A produção do espaço urbano - agentes e processos, escalas e desafios.* (orgs) Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes Souza, Marica Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Contexto. 2020.

HARTOG. F. **Regimes de Historicidade - presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte. Autêntica. 2015.

HARTOG. F. **Evidência da História - o que os historiadores vêem.** Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

MARTINS. José. de S. **A sociabilidade do homem comum: o cotidiano e a história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2021.

MATTOS. F. BASTOS. P. BARONE. R. **O “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil:** como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. in: *Política econômica nos anos de chumbo.* org. Monica de Souza Nunes Martins Pedro Campos. Rafael Brandão. Rio de Janeiro. Autêntica 2018.

PAULET. J. P. **A Mundialização.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

PORTELLI. A. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro, vol 1, n.º 2, 1996, pp. 59-72.

A História Através da História
CORTA JR, Ademas Pereira da

PORTELLI. A. **História Oral como arte da escuta.** São Paulo. Letra e Voz. 2016.

RICOEUR. P. **A Memória, a história e esquecimento.** Tradução. Alain François. Campinas, SP: Editora Unicamp. (2001) 2007.

RICOEUR. P. **Tempo e Narrativa.** v. I, II, III. São Paulo. WMF Martins Fontes. (1983-1985) 2010.

RÜSEN. J. **Cultura faz sentido:** orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. 1º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS. Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo. Hucitec: 1993.

SALANDIA. L. F. **O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da Região Oceânica de Niterói, Rj".** Dissertação. Rio de Janeiro 2001.

ZIBECHI. A. **Territórios em resistência.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Fontes Oraís:

Robson Dutra. Acervo LABHOI-UFF. 2018.

Outras Fontes:

Ata do acervo da Câmara Municipal de Niterói. 1º livro do ano de 1979.

MENSAGEM OU MASSAGEM?: AS NOVAS FORMAS DE ENGAJAMENTO POLÍTICO NO RAP BRASILEIRO

Caio Gatto Paulo*

Introdução

Para os leitores mais envolvidos com o “mundo do rap”, o título deste breve artigo pode gerar certo incômodo devido a aparente sugestão de que o interior desta cena musical só comportaria uma divisão dicotômica e simplista entre raps de “mensagem” ou de “massagem”. Sem tons de cinza, pontos de contato e intermediações, mas não é o caso. Na verdade, trata-se de uma leve provocação, cujo intuito prioritário é o convite a um mergulho em reflexões que envolvem engajamento político¹, identitarismo, ideologia liberal e processos de mercantilização no rap nacional.

A análise parte do reconhecimento de uma das questões atualmente mais debatidas na cena brasileira de rap: estaria, esta, se tornando, de maneira geral, mas principalmente através das letras veiculadas pelos MC's, menos crítica? Ou seja, o rap-BR estaria seguindo o caminho do abandono das letras de mensagem, críticas e conscientizantes, pelas letras de massagem, assim chamadas pelos próprios artistas e pelo público aquelas que, pelo contrário, fogem do conflito com letras mais escapistas e abstratas? As reflexões geradas pela pesquisa em desenvolvimento, até o presente momento, levam a crer que não, longe disso.

Ocorre, contudo, que estaríamos diante de um novo paradigma de engajamento político no rap nacional, que envolve muito mais artistas e visões de mundo em seu interior, mais visibilidade, capital e capilaridade social, por isso mais complexo do que o paradigma anterior, representado pela “velha escola”. Esse novo paradigma apresenta novas formas de engajamento político, que surgem em diálogo constante com os novos elementos e desafios apresentados pela materialidade concreta. Ou seja, o interior da cena se transformou em contato com as transformações

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da CAPES. E-mail: caiogatto@id.uff.br

¹ Aqui compreendido como a participação ativa e consciente do sujeito em esforços coletivos de transformação ou manutenção das estruturas sociais, numa perspectiva ampliada de fazer político que não se resume às disputas parlamentares, envolvendo um vasto repertório de práticas que transbordam às disputas sob a circunscrição estatal. É neste sentido que a prática artística se configura como política.

do contexto social que está inserida enquanto, simultaneamente, também vem sendo agente transformadora desse contexto.

A exposição esmiuçada das transformações que viabilizaram o surgimento deste novo paradigma, assim como dos elementos que o compõem, é o foco deste artigo. Antes, porém, um pequeno sobrevoo histórico sobre o processo de construção do hip hop e do rap nos EUA e no Brasil, assim como de seus principais elementos, auxiliará o norteamento da análise.

Do Bronx À Roosevelt: Raízes

O rap é o pilar sonoro de um movimento cultural e político mais amplo, chamado hip hop e originado na década de 1970 nas ruas do Bronx, bairro periférico de Nova York cuja maioria dos habitantes é negra e latina. O hip hop seria a síntese de algumas práticas culturais dos jovens daquela região que pulsavam naquele contexto de precariedade e abandono estatal. Estas práticas traduziam-se em três elementos balizadores: o grafite (artes), o break dance (dança) e o rap (unidade entre o DJ e o MC para a música).

Essas são práticas que surgem com um sentido festivo entre àqueles jovens, mas a partir da unidade em torno do conceito de Hip Hop formulado pelo DJ Afrika Bambaata, o caminho passa a ser progressivamente o da politização. Naquela época, Bambaata havia fundado uma organização chamada Zulu Nation, que teria como objetivo deslocar os conflitos violentos das ruas do Bronx para disputas simbólicas no plano da cultura, como batalhas de break dance entre grupos rivais ao invés de confrontos físicos (SILVA, 1998, p. 48).

A Zulu Nation defendia certos princípios, como a organização juvenil e o posicionamento político, assim como um conjunto de atitudes, gestos, linguagens e indumentárias associadas à cultura de rua e a uma positividade da negritude. E isso foi central para o tipo de desenvolvimento que o hip hop, e mais especificamente o rap, mostraria a partir de então (Ibidem).

De acordo com uma das pioneiras e mais importantes pesquisadoras sobre o tema, Tricia Rose (1994), o elemento rap, musicalmente falando, condensa três elementos centrais que envolvem a matriz africana (com a tradição dos griôts e o protagonismo rítmico), a tradição musical afro-americana (os espirituais, o jazz, o blues, o soul) e a tecnologia na reelaboração da música de origem afro.

Desde então, é o elemento que mais vai se destacar e ganhar autonomia em relação aos outros dois (break dance e grafite), se espalhando por todo o território nacional, atraindo gravadoras e capital, e alcançando todos os cantos do mundo

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

mediado pela indústria cultural². Hoje em dia, de acordo com dados fornecidos por plataformas de streaming de música, como o Spotify, é um dos gêneros mais ouvidos no mundo³.

No Brasil, o hip hop desembarca no início da década de 1980, mediado pela indústria cultural através de discos, revistas, filmes e trilhas sonoras que apresentavam os elementos balizares do movimento ainda de maneira fragmentada, difusa. E, nesse primeiro momento, foi o break o elemento que mais prosperou como carro-chefe do hip hop brasileiro, principalmente na Praça São Bento, no centro de São Paulo⁴. Ali no centro da cidade, os b-boys se encontravam, se apresentavam, trocavam experiências e reforçavam laços de identidade, mas na São Bento também havia a prática do grafite e do rap.

Hoje, os encontros da estação São Bento são considerados de maneira consensual como o local onde ocorreram os primórdios do que viria a ser o hip-hop em São Paulo e no Brasil. (...) ainda que fosse um espaço essencialmente organizado para a dança, confluía à estação São Bento jovens também ligados às outras expressões do hip-hop, como o grafite e o rap (...) Em síntese, os encontros da São Bento serviram para criar uma cena cultural ao redor do movimento hip-hop então incipiente e, juntamente aos bailes da periferia, criaram um caldo de cultura propício para o surgimento dos primeiros grupos de rap (D'ANDREA, 2013, pp. 67-68).

As primeiras exhibições de rap surgiram acompanhando a apresentação dos b. boys, e tão logo mais jovens passaram a reconhecer o rap como um gênero autônomo, se apropriaram dessa linguagem para desenvolvê-la nas ruas. E, foi em 1988, no momento que os jovens MC's buscam um lugar exclusivo para a prática do rap, que tem início a conformação do primeiro paradigma aqui apresentado: o paradigma do sujeito engajado – assim denominado por Roberto Camargos em obra sua “Rap e Política: percepções da vida social brasileira” (2015).

² Definida por Adorno e Horkheimer, em sua obra *Dialética do Esclarecimento* (1947), como uma forma de produção industrial em massa adaptada para a produção artística.

³ GUERRA, Bruno. Consumo mundial de hip-hop no Spotify cresceu 74% em 2017. RAP24Horas, 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://rap24horas.com.br/2017/12/05/consumo-mundial-de-hip-hop-no-spotify/>>. Último acesso em 08/06/2022.

⁴ Quem já ouviu falar de Nelson Triunfo, deve saber que ele é considerado o pioneiro do hip hop brasileiro dançando break com seu grupo Funk&Cia na São Bento. Triunfo era respeitado, foi procurado pela mídia, deu entrevistas, dançou em abertura de novela da Globo, expressando um certo sucesso que o fenômeno da São Bento conquistou ali em meados de 80.

Fase revolucionária e o paradigma do sujeito engajado

O lugar escolhido pelo segmento mais identificado com o rap foi a Praça Roosevelt, e ali a temática racial foi se tornando central entre aqueles jovens. Silva (1998) explica que se deveu muito ao fato de que a nova geração de rappers estadunidenses, sua principal referência, passou a expressar de forma mais contundente a temática racial, a luta pelos direitos civis e o nacionalismo negro. Os artistas daqui, então, decodificavam as mensagens dos rappers de lá e aplicavam suas interpretações para a realidade local. Malcolm-X, por exemplo, passa a ser conhecido e defendido pelos frequentadores do espaço (p. 65). Essa virada fica indicada pela criação, ali, da primeira posse paulistana, o Sindicato Negro.

Segundo Silva, toda posse é “uma organização autônoma, orientada para o desenvolvimento dos elementos artísticos do movimento hip hop e intervenção política no plano mais imediato da experiência juvenil” (Idem, p. 12). Tais organizações nascem inspiradas no formato e proposição da Zulu Nation de Afrika Bambaataa, e geralmente contam com representantes dos três elementos do hip hop, além de simpatizantes. Constituiriam, portanto, “uma resposta positiva aos processos sociais desagregadores da experiência urbana” (Ibidem).

Os processos desagregadores citados por Silva ocorrem sob o contexto de consolidação do avanço das ideias e práticas de cunho neoliberal, um período de intensa reestruturação da hegemonia burguesa nas esferas econômicas, políticas e culturais como um todo. Tavares e Melin definem o projeto tocado neste período como representante de um:

(...) circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial (TAVARES & MELIN, 1998, p. 51).

Contudo, quem realmente sustentou o projeto foi nossa classe trabalhadora, de forma direta e indireta, enfrentando o aumento exponencial do desemprego, da superexploração, da inflação, da fome, da violência, e do adoecimento físico e psicológico.

Nas periferias, o enfraquecimento das Associações de Moradores e das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), ali tão enraizados durante a década de 1980, coaduna com o redirecionamento de energia das organizações de esquerda para as disputas eleitorais. Tal fato cedeu campo às crescentes propostas alternativas de fuga e/ou superação das péssimas condições de vida, como o neopentecostalismo, as

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

facções criminosas e o fenômeno ideológico das ONG's. Ainda assim, contra o vento, que o rap, através das posses, disputava os corações e mentes da juventude periférica.

(...) o rap demonstrava como a pulsão crítica não havia desaparecido. Na verdade, ela se afirmava por canais insuspeitos, por vezes inesperados, que passavam pelas posses, pelos pontos de encontros e resignificando e reatualizando a atuação e o discurso das CEBs e do PT nas periferias, uma das fontes da qual o rap bebeu. Se por um lado a crítica de esquerda perdia força, e isso se verificava na produção cultural, outros agentes passaram a ocupar o espaço da crítica social (D'ANDREA, 2013, p. 79).

Outra experiência que expressou e fortaleceu uma perspectiva de intervenção político-pedagógica na sociedade por parte dos MC's foi o Projeto Rapper Geledés. O Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma organização ligada ao movimento negro que existe desde 1988 até hoje, e na época oferecia um serviço chamado SOS Racismo. Em 1991, jovens rappers da Roosevelt procuraram o instituto reclamando da repressão policial aos seus encontros, e a partir dessa demanda se criou o projeto-parceria Rappers Geledés.

A partir de então, os artistas passaram a participar dos Fóruns de Denúncia e Conscientização do Programa de Direitos Humanos do Instituto, e foi criada a famosa revista PodeCrê!, chamada pelos rappers de A Cartilha e considerada o primeiro veículo segmentado pra jovens negros no país (TEPERMAN, 2015, p. 42). Durante os 4 anos do projeto, os questionamentos acerca da discriminação racial foram aprofundados, além da importante introdução da temática feminina em um meio que era e, em pouco menor escala continua sendo, muito machista.

Certo, mas de que maneira essa postura de intervenção prática, na realidade, a partir da valorização de uma consciência crítica e de um engajamento político se traduziu nas letras dos MC's da velha escola? Para cobrir esta questão, além da bibliografia relacionada, a pesquisa conta com cerca de 80 álbuns exclusivamente de rap, o que significa cerca de 1.500 letras relacionadas aos 15 ou 20 dos principais grupos dessa primeira fase, selecionados pelo grau de reconhecimento comercial e/ ou de influência perante a cena.

Durante o exercício de leitura das letras, por conseguinte, são identificados os principais elementos musicais e as principais questões e temáticas abordadas pelos MC's. Assim, os elementos, questões e temáticas mais presentes fornecem a “coloração” preponderante para a “marca” daquele paradigma. Alguns dos artistas presentes neste conjunto são Thaíde & DJ Hum, Racionais, RZO, DMN, GOG, Filosofia de Rua, MV Bill, Câmbio Negro, Gabriel o Pensador, Sabotage, Facção Central, Happin' Hood, entre outros.

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

No âmbito deste artigo, de caráter mais sintético e mesmo introdutório, dentre o conjunto de letras, foi selecionada uma das mais representativas do paradigma dominante na época, inclusive, pertencente ao grupo mais representativo da época: “Capítulo 3, Versículo 4”, do grupo Racionais MC’s⁵.

Na 1ª parte da letra, após uma introdução reveladora de índices de violência policial e de desigualdade social sobre os negros, o eu lírico demarca ser um homem negro com “disposição para o bem ou para o mal”. A segunda parte é marcada por diálogos sobre o perigo das drogas, sobre a ilusão que a mídia e a publicidade vendem para os negros periféricos e como a falta de consciência racial te torna permeável a tais armadilhas do diabo. Na parte final, critica a desigualdade que gera a revolta em cidadãos periféricos, além daqueles que se vendem para o mundo dos brancos, da violência e das drogas. Por fim, recusa este mundo do consumo:

Vinte e sete anos contrariando a estatística
Seu comercial de TV não me engana
Eu não preciso de status nem fama
Seu carro e sua grana já não me seduz
E nem a sua puta de olhos azuis
Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Apoiado por mais de cinquenta mil manos
Efeito colateral que o seu sistema fez
Racionais, capítulo 4, versículo 3

Importante frisar que o refrão, por sua vez, contrasta Aleluias com barulhos de tiro.

A letra em questão concentra quase todas – senão todas – as categorias temáticas abordadas pelos MC’s que transmitem a visão do sujeito engajado do mundo do rap: o pertencimento à periferia, que é o cenário oficial de quase todas as narrativas; a crítica à violência policial; a crítica ao racismo; a crítica às elites, quase sempre representado pelas madames, doutores e playboys; críticas à desigualdade social e a outros elementos do capitalismo, revelando um forte teor classista; crítica não moralista à opção pelo crime por parte de um mano, ou seja, entendendo a opção pela falta de outras opções, mas não recomendando; crítica às drogas e ao consumo de álcool, de maneira geral; a presença da religiosidade, seja cristã ou de matriz africana, muitas vezes as duas juntas; a presença do machismo, quase sempre se referindo negativamente à figura feminina que não seja sua própria mãe; e a valorização da negritude.

⁵ Racionais MC’s, “Capítulo 4, Versículo 3”, Disco *Sobrevivendo no Inferno* (São Paulo, Cosa Nostra, 1997).

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

O paradigma do sujeito engajado do rap, então, é extremamente agressivo nas suas críticas ao sistema e propositivo de transformação social. Roberto Camargos entende que, durante o período:

(...) foi perceptível a construção de uma atitude engajada, de um posicionamento crítico e de uma postura de protesto em suas ações, músicas e comportamentos. Os rappers, nesse sentido, acabaram por consolidar representações que foram fundamentais na recepção de suas obras, criando, ao mesmo tempo, valores que se constituíram em balizas para a sua produção. Boa parcela deles se entregou à tarefa de legitimar suas produções como expressão e atitudes críticas, atreladas a experiências, valores e posicionamentos ideológicos que foram logo tomados como instrumentos de formação de opinião. Assim, influenciaram o modo de pensar e agir de agentes sociais que lhes foram contemporâneos e que passaram a compartilhar da noção de que a cultura rap tem ação político-pedagógica (...). Esse modo de pensar o papel da própria arte/música tornou-se hegemônico entre os rappers. Os que não se sintonizavam (ou que diziam não se sintonizar) ou não corroboravam explicitamente com a ideia de uma cultura engajada não mereciam a chancela de qualidade e ‘autenticidade’ que aos poucos ganhava corpo (CAMARGOS, 2014, pp. 77-78).

São registros ativos do cotidiano periférico, que reelaboram a experiência social imediata em termos culturais de forma autoconsciente e apontando sistematicamente para o questionamento do mito da democracia racial brasileira, do pacto social e para o enfrentamento de classes. Através das letras, das posses, das rádios comunitárias, das gravadoras independentes, das aproximações junto a movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, a velha escola participou da grande e da pequena política, sempre ao lado dos de baixo. Teperman (2015), portanto, classifica esta como uma fase revolucionária do rap-BR.

Segunda Fase: Rotinização E Radicalismo

Progressivamente, o rap se firma como gênero musical autônomo e legitimado, conquistando cada vez mais ouvintes ao redor do Brasil e gerando outras cenas importantes fora de São Paulo (como Brasília, BH, Rio de Janeiro e Fortaleza). Conquista um surpreendente sucesso comercial à margem das principais gravadoras e circuitos oficiais, derrubando preconceitos e se tornando cada vez mais interessante para o grande mercado e para a mídia, duas esferas cuja relação com os rappers era extremamente conflituosa. Uma transformação importante começa.

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

Tem início o que Teperman denomina de rotinização da cena. O rap ganha programas especializados na mídia, como o Yô MTV! (1990-2006) e o Manos e Minas (1993-2014). Produz seriados como Antônia (2006) e Falcão – Meninos do Tráfico (2006), ambos pela maior emissora do país. Em 2000, o rap ganha seu próprio evento de premiação, o Hútuz, e passa a figurar e ganhar categorias do VMB da MTV também. O rap sobe um pouco de status e a sociedade brasileira habitua-se com a presença dele na TV, no rádio, nas bancas de jornal, nos pôsteres. Como dito, ele se rotiniza, perde um pouco do impacto de ser novidade e coloca os MC's em uma nova posição perante o seu público: “meu MC favorito se vendeu”?

O marco simbólico então destacado para representar a virada de paradigma político e ideológico vivenciado pelo rap nacional é a reunião de alguns dos principais representantes da velha escola com o recém-eleito Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O convite de Lula ocorre logo em seu primeiro ano de mandato com o intuito de marcar seu agradecimento pelo apoio da cena do rap à sua candidatura, assim como de reconhecer a importância político e cultural do movimento hip hop para as periferias, propondo a idealização conjunta de projetos para elas⁶.

Em linhas gerais, principalmente a partir de seu segundo governo, o PT contribuiu de diversas formas para que a cena do rap brasileiro aumentasse quantitativa e qualitativamente. Foi, por exemplo, um período marcado pelo debate sobre o surgimento de uma “nova classe média” provida por uma nova política desenvolvimentista e de ações afirmativas (SINGER, 2012). Apesar de diversos autores apontarem que os critérios de avaliação mascaravam a artificialidade dessa classe média, é fato que possibilitou que uma grande parcela da juventude periférica tivesse mais acesso aos produtos da indústria cultural.

O aumento da renda e da inclusão digital, além disso, contribuiu para a compra de equipamentos de gravação, de instrumentos, de horas de estúdio, para a organização de mais e maiores eventos, para a autopublicidade dos grupos, para o consumo de CDs, ingressos e demais produtos relacionados ao mundo do rap.

A nova geração que chega, portanto, se diferencia em aspectos capitais da anterior: a maior escolaridade, o maior acesso a bens de consumo, a desenvoltura no trato com a mídia e intimidade com noções de carreira e mercado (TEPERMAN, 2015). É uma escola de artistas que cresceu ouvindo a anterior, mas experimentando sua juventude em um contexto significativamente diverso daquele. Ao mesmo tempo, muitos artistas da velha escola também optaram por essa mudança de postura em

⁶ FERREIRA, Jeff. Lula e o Hip Hop. Submundo do Som, 2018. Disponível em: <<http://www.submundodosom.com.br/2018/04/lula-e-o-hip-hop.html>>. Último acesso: 09/06/2022.

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

relação à indústria cultural, ao mercado e à cultura dominante, se adequando e fortalecendo o novo paradigma⁷.

Um fenômeno curioso ocorrido no princípio desta fase, inclusive, foi a grande presença e relevância de MC's de classe média, majoritariamente brancos, geralmente não-favelados e pertencentes à cena do Rio de Janeiro. A investigação sobre as causas deste pioneirismo segue em curso, mas faz sentido pensar que sua posição social privilegiada lhes facilitou a obtenção das novas tecnologias de produção e circulação que chegavam ao mercado aquecido. Consequentemente, mergulharam em um “oceano azul”, expressão utilizada no mundo dos negócios quando se desbrava um mercado ainda não-explorado.

Alguns dos principais grupos filiados a este paradigma cujas discografias e trajetórias artísticas vêm sendo exploradas são Quinto Andar (RJ), Inumanos (RJ), ConeCrewDiretoria (RJ), Oriente (RJ), 3030 (RJ), Cacife Clandestino (RJ), Cartel MC's (RJ), Suave (RJ), Bonde da Stronda (RJ), Haikass (SP), Costa Gold (SP), entre outros. Nas letras, frequentemente, focavam em questões mais afastadas daquelas que eram urgentes para os da primeira fase, e seu compromisso com o engajamento político se manifestava mais concentrado na defesa de um lifestyle anti-consumista, boêmio, underground, geralmente abordado através de uma visão mais leve e bem-humorada.

Em entrevista, o rapper De Leve, ex-integrante do grupo Quinto Andar, confirma que esta era uma proposição do grupo:

O Hip Hop era muito sério, sempre foi muito sério. A gente veio com essa coisa pra mudar. Não precisa ficar fechado em periferia ou... É uma linguagem, qualquer um pode se utilizar dela. O negócio é saber utilizar da melhor forma e atingir outras pessoas que também não gostam de hip hop ou não conhecem, porque ou conhecem o hip hop que não interessa a elas ou não sei.⁸

Nesta etapa, as MC's mulheres conquistam um espaço um pouco maior do que o quase nulo da anterior, mas seguia ainda sendo muito deficitário⁹. De maneira geral,

⁷ Em 2014, por exemplo, o Racionais MC's lançaram o álbum “Cores e Valores”, com texturas sonoras e abordagens temáticas mais próximas do novo paradigma. Além disso, em 2021, Mano Brown torna-se apresentador de um podcast original, o Mano a Mano, produzido pela maior plataforma de streaming sonoro do mundo, a Spotify, que buscava aumentar a representatividade de apresentadores negros debatendo pautas relacionadas às questões raciais em seu interior.

⁸ Entrevista concedida a Rogério Skylab. Programa Matador de Passarinhos, Cana Brasil, 3ª temp., EP70, 2014. Disponível em: <<https://vimeo.com/108197350>>. Último acesso em: 09/06/2022.

⁹ Até mesmo grupos indígenas surgem, como o Bro Mc's, mas a cena ainda é muito centrada no Sudeste e o queer rap, por exemplo, ainda não tinha emergido.

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

compartilhavam muitos dos elementos e valores do novo paradigma que vinha sendo construído na cena, mas reservavam muitas de suas linhas à transmissão de pautas ligadas ao feminismo e à experiência de serem MC's mulheres em um mundo e em uma cena tão machista. Trata-se de MC's como Carol Konká (PR), Livia Cruz (PE), Flora Matos (DF), Lurdez da Luz (SP) e outras.

Com papel análogo ao cumprido durante a primeira fase do rap-BR pelo principal integrante do Racionais MC's, Mano Brown, Emicida (SP) figura como artista mais representativo desta segunda fase.

Isso porque ele tem o perfil social mais próximo da caricatura do rapper da velha escola por ser negro, filho de uma empregada doméstica, ter trabalhado como pedreiro e auxiliar de escritório. Mas, diferente de muitos da geração anterior e semelhante a muitos da sua, concluiu o ensino médio e formou-se técnico em design. Se apaixonou pelo rap, ganhou batalhas, defendeu o underground, viralizou na internet, criou sua própria produtora, fez campanhas publicitárias pra marcas como Nike, apresenta programas televisivos. Porém, segue defendendo organicamente a luta antirracista e a valorização da cultura afro nas suas músicas e declarações.

Diante do processo exposto, temos uma nova combinação de elementos que constituem o que Teperman (2015) vai chamar de passagem da revolução ao radicalismo no interior da cena do rap nacional. Contudo, o rap está no mundo e, ainda que seja possível pensar na permanência do paradigma radical até o presente momento, tendo algumas de suas características fundamentais atenuadas ou intensificadas, transformações profundas vêm ocorrendo em seu interior.

Considerações Finais: Um Pouco Do Rap Dos Novos Tempos

Atualmente, como observado por Arthur Moura (2017), o rap experimenta o ápice de sua mercantilização. Desde 2013, dispara o número de gravadoras e produtoras especializadas no gênero, que firmam contratos gordos com os artistas para a produção de músicas e videoclipes que podem alcançar milhões de visualizações na internet. As maiores produtoras já arrecadam cifras milionárias com o sucesso dos rappers, atraindo cada vez mais profissionais da área de som e audiovisual, advogados, contadores, jornalistas, publicitários, marqueteiros e agentes para dentro da cena. Os rappers mais relevantes enriquecem, adquirem bens materiais caros e imóveis de luxo em áreas nobres.

Por outro lado, por diversas razões, o projeto desenvolvimentista do PT derreteu e politicamente baixou a guarda para a ascensão da nova direita brasileira. A classe média vai às ruas com grupos conservadores, religiosos, entreguistas, pró-

A História Através da História

PAULO, Caio Gatto

ditadura militar, e até mesmo monarquistas e neonazistas. Um show de horrores que culminou na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro (PL), fortalecendo e desvelando os grupos e ideologias mais retrógrados e colonialistas que, até então, atuavam dissimuladamente. Pode-se dizer que, em parte, um estímulo para que esses grupos tenham saído do esgoto tenha sido o avanço das pautas progressistas ao redor do mundo e também no Brasil.

Portanto, também é gestada uma situação diferente para a cena do rap. Pois, na medida que a cena aprofunda sua mercantilização e sua adesão a vários elementos ideológicos do liberalismo, também aprofunda uma politização em relação à defesa das pautas culturalmente progressistas. Logo, multiplicam-se letras que reforçam ideais de meritocracia, individualismo, competitividade e enriquecimento (com ostentação), enquanto, por outro lado, direcionam críticas à elite branca, patriarcal e heterossexual que está no topo da pirâmide social. Por isso, sob lente relacional, a cena do rap se mantém à esquerda no espectro político brasileiro, porém já profundamente menos classista.

Retoma-se o engajamento político sob o prisma racial, momentaneamente ofuscado, e se apresenta ainda mais aberto às questões de gênero e sexualidade, mas agora lida com um contexto alternativo aos anteriores e, por isso, propõe saídas bem diferentes daquelas antes apresentadas – ou nem mesmo propõem. Nesta seara, destacam-se artistas como Djonga, Froid, Baco Exú do Blues, BK, Ret, Orochi, Sant, Raffa Moreira, Matuê, Tássia Reis, L7nnon, Rico Dalasam, Xamã, Tasha e Tracie, entre outros.

Há, certamente, muito mais para ser considerado acerca do rap produzido atualmente. Por exemplo, sua aproximação mais orgânica com gêneros do mainstream brasileiro, como o funk e o pop. E, como não considerar a chegada do trap como um potente motor para tantas dessas transformações? Além dele, surgem outros subgêneros, como o drill e o grime. Aliás, são muito mais janelas abertas do que fechadas, tentando absorver a luz de um processo que se transforma em ritmo acelerado e, muitas vezes, confuso, embaralhado pela chegada da pandemia da COVID-19 e pelo cenário caótico de barbárie social que assola o Brasil durante o governo Bolsonaro. Uma premissa básica do rap, entretanto, segue inabalável: ele é compromisso.

Referências Bibliográficas

CAMARGOS, Roberto. **Rap e política:** percepções da vida social brasileira. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos:** cultura e política na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) USP, São Paulo, 2013.

MOURA, Arthur. **O ciclo dos rebeldes:** processos de mercantilização do Rap no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) Rio de Janeiro, UERJ-FFP, 2017.

ROSE, Tricia. **Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America.** Connecticut: Wesleyan University Press, 1994.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Rap na cidade de São Paulo:** música, etnicidade e experiência urbana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Unicamp, São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, M^a da C. & MELIN, L. Eduardo. **Mitos globais e fatos regionais.** In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 41-54.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som:** as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.

O CONGLOMERADO LEMANN FORMANDO INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO BRASIL (1991-2018)

Lisia Cariello*

Introdução

Este trabalho é uma tentativa de organização sistemática da pesquisa em curso. Nela, estudamos o projeto de formação de intelectuais levado a cabo pelos aparelhos privados de hegemonia empresariais ¹ (APHE) ligados ao bilionário brasileiro Jorge Paulo Lemann e seus sócios Beto Sicupira e Marcel Telles, quais sejam, Fundação Lemann, pela Fundação Estudar, pelo Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (ISMART). Assim, compreendemos o Estado de maneira gramsciana, ou seja, ampliado, abarcando tanta sociedade política quanto sociedade civil, o que nos permite verificar mecanismo de dominação de classe no Brasil contemporâneo. Concordamos com Mendonça (2014, p. 34) quando ela diz que o Estado Ampliado é a principal contribuição do italiano para a renovação do marxismo. Segundo a historiadora,

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas (Fontes & Mendonça, 2012, pp. 62-3) (MENDONÇA, 2014, p. 34).

De maneira geral, a sociedade política é composta pelos organismos governamentais administrativos. Já a sociedade civil é o conjunto dos aparelhos

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CAPES.

¹ APH é uma categoria analítica do léxico gramsciano. A qualificação de empresariais foi feita pela historiadora Virgínia Fontes para especificar aqueles ligados direta ou indiretamente aos empresários e às empresas.

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

hegemonícos (ou aparelhos privados de hegemonia – APHs), sociedades particulares (privadas) que visam criar um novo terreno ideológico, determinando uma reforma das consciências, uma reforma filosófica, uma nova concepção de mundo (ou ideologia em sentido gramsciano) (TEXIER, 2017) ². Estão elaborando este terreno ideológico os intelectuais ligados à classe ou fração correspondente ao aparelho privado de hegemonia. Há, portanto, uma disputa de projetos entre esses aparelhos, mas, conforme nos mostra Mendonça em outro texto, um aspecto os unifica:

(...) todos são modalidades organizativas que se referem às formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), ainda que sua atuação seja basicamente cultural, ou seja, a busca de organização de vontades coletivas, calcadas em valores e eticidade próprios, em prol da afirmação de projetos – de mudança ou conservação – que se tornem hegemonícos. Daí a importância dos intelectuais, responsáveis tanto pela organização das vontades coletivas quanto pela estruturação do convencimento para o exercício da hegemonia ou contra hegemonia (MENDONÇA, 2013, p. 18).

Destacamos, pois, categorias analíticas fundamentais à nossa pesquisa e que não podem ser vistas de maneira separadas no pensamento gramsciano. Entretanto, para este texto, é preciso dizer que trataremos da questão dos intelectuais do ponto de vista do projeto do Conglomerado Lemann para a formação dos seus intelectuais e, também, compreendendo que Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira cumprem papel de organizadores de classe, portanto, são intelectuais orgânicos no sentido atribuído por Gramsci.

Tendo, portanto, a teoria do Estado Ampliado como pano de fundo, o texto está dividido em três momentos, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, trataremos especificamente sobre o Conglomerado Lemann, sua potência analítica, o terreno histórico e legal que permite a formação e a atuação deste conglomerado e o conjunto de ideias que ele materializa, sendo sintetizado na chamada Cultura Garantia. Depois, trataremos especificamente da Fundação Lemann, da Fundação Estudar e do ISMART. Nesse sentido, o recorte temporal se justifica tomando por base a Fundação Estudar, APHE mais antigo do conjunto, e vai até 2018, tendo em vista a mudança no cenário nacional ocorrida devido à eleição de Jair Bolsonaro como presidente, análise que não será feita nestas linhas, mas que pretendemos desenvolver.

² Para um aprofundamento sobre as possibilidades da utilização da categoria de aparelho privado de hegemonia na pesquisa histórica, conferir: HOVELER, R. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019.

O Conglomerado Lemann

A ideia de analisar a atuação em conjunto desses APHEs ligados a Jorge Paulo Lemann e a seus dois principais sócios foi defendida por Farias (2021) e, para nós faz sentido à medida em que as iniciativas trabalham de maneira complementar. Para compreender o fenômeno, a autora situa o avanço dessas casamatas no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), de 2014, assim,

O Marco Regulatório ampliou os tipos de organizações que podem estabelecer parcerias com o poder público, suprimiu a exigência de titulação jurídica (OSCIP), facilitou e acelerou os trâmites administrativos, definiu medidas de controle e consequente uso do recurso público, além de instituir novos instrumentos jurídicos (FARIAS, 2021, p. 739).

Ainda com a contribuição de Farias, podemos apontar que com o véu de ampliar a participação da sociedade civil na chamada gestão pública, o que se faz, na verdade, é favorecer as organizações empresariais. Esse movimento deve ser entendido como desdobramento da proliferação dos aparelhos privados de hegemonia nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com Fontes (2020), com a “ameaça” da eleição do PT, alguns APHEs de APHEs, ou seja, associação de vários aparelhos de hegemonia empresariais, são criados para tentar aglutinar forças, antes dispersas em vários APHEs menores. É o caso, por exemplo, do GIFE – Grupo de Institutos e Fundações Empresariais fundado em 1995 e do Todos pela Educação, de 2006. Entretanto, o movimento de proliferação dos APHEs mais específicos não cessa. Podemos ver que, ao passo que Lemann, Sicupira e Telles tinham a Fundação Estudar desde o início dos anos 1990, Marcel Telles dirige o ISMART desde 1999, e Jorge Paulo funda sua própria entidade em 2002. Assim, a legislação citada aprofunda as relações entre sociedade civil e sociedade política, de modo a favorecer os projetos de sociedade ligados às frações burguesas. Tudo isso com a aparência cultivada, desde os anos 1990, de que as desigualdades sociais brasileiras são resultado de um Estado dito ineficaz. Assim, “atribuir todas as causas à incompetência genérica do Estado brasileiro permitia ressaltar o novo foco – gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população” (FONTES, 2010, p. 273). A esse processo, que vem ocorrendo desde os anos 1990, Virgínia Fontes deu o nome de “conversão mercantil-filantrópica”, ou, a forma política da adequação burguesa ao capital-imperialismo na década de 1990 (FONTES, 2010, p. 347).

A força explicativa do termo cunhado por Farias vem, a nosso ver, de duas formas: a primeira, já enunciada, de aproximar iniciativas empresariais que tem a

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

mesma base ideológica, qual seja, a chamada Cultura Garantia; a segunda, vem da própria ideia de conglomerado, visto que é um vocábulo da área da economia que busca dar conta da atuação de uma corporação que controla várias empresas.

A “cultura Garantia” é inspirada na experiência do banco de investimentos americano Goldman Sachs, onde as práticas tinham como base a meritocracia e a fidelidade quase absoluta ao Banco (CORREA, 2013). A versão de Lemann inclui, além da meritocracia, o *partnership*, que é a possibilidade de se tornar sócio da empresa em questão, sintetizados em um tipo de profissional específico, chamado pelo bilionário brasileiro de PDS ou, *poor, smart, deep desire to get rich* (pobre, inteligente e com desejo de enriquecer) (CORREA, 2013). A Cultura Garantia pressupõe dois elementos chave, a meritocracia e a seleção de pessoas que por meio do esforço individual ocuparão cargos de alto e médio escalão, mas o que se pretende é a entrega de resultados, em um ambiente de competição e de exploração. Nesse sentido, percebemos um nexo de ligação entre o conglomerado empresarial de Lemann e seus sócios, composto por suas empresas ³, e o conglomerado de aparelhos privados de hegemonia que atuam na conformação de uma visão de mundo hegemônica baseada na chamada Cultura Garantia.

No conglomerado Lemann e sócios, chama a atenção o papel de destaque da Fundação Lemann. De acordo com Farias,

A Fundação Lemann é a principal organização que dirige a disputa em torno da definição da pauta social a ser incorporada às políticas governamentais, de forma orgânica, a partir da direção interna do Partido Movimentos Todos pela Educação, da Frente Movimento Pela Base e seus programas e projetos, ao mesmo tempo que de forma direta, seleciona seus prepostos/lideranças talentosas, nas frações da classe trabalhadora e os/as introduz na gestão pública por meio dos estágios ou na direção de cargos públicos, eliminando os obstáculos político-partidários para a implementação de seu projeto de classe (FARIAS, 2021, p. 758).

³ Jorge Paulo Lemann junto com Telles e Sicupira, compõem a 3G capital, controladora das Lojas Americanas, do Burguer King, da B2W Digital, da Kraft-Heinz e da maior cervejaria do mundo, a AB Inbev. Lemann é dono, ainda, da *holding* Eleva da Educação. Sua fortuna é estimada em 71 bilhões de reais, sendo ele o brasileiro mais rico de 2021. Em 2021, Telles teve a terceira maior fortuna do Brasil e Sicupira tinha a quinta. Cf.: [https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/05/bilionarios-brasileiros-forbes.htm#:~:text=O%20empres%C3%A1rio%20Jorge%20Paulo%20Lemann,ter%C3%A7a%20feira%20\(5\);](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/05/bilionarios-brasileiros-forbes.htm#:~:text=O%20empres%C3%A1rio%20Jorge%20Paulo%20Lemann,ter%C3%A7a%20feira%20(5);) <https://www.cnnbrasil.com.br/business/ab-inbev-muda-de-presidente-o-modelo-de-gestao-de-lemann-e-da-3g-esta-em-xeque/>; <https://www.seudinheiro.com/2022/bilionarios/rotado-bilhao-carlos-alberto-beto-sicupira-ambev-miql/>. Acesso em 17 jun. 2022.

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

Os estudos por nós feitos até o momento, em consonância com as investigações de Farias, apontam para a hipótese da Fundação Lemann ocupar o espaço de direção no conglomerado de aparelhos privados de hegemonia em questão. Por isso, trataremos de suas especificidades primeiro. Depois, nos ateremos à Fundação Estudar e, por fim, ao ISMART.

A Fundação Lemann

A Fundação Lemann é o APHE mais ligado à família de Jorge Paulo Lemann. Criada em 2002, segundo seus próprios termos, para “promover a educação pública de qualidade para as cinco regiões brasileiras”, conforme o primeiro relatório de atividades da FL. É também neste documento que ficam evidentes os primeiros passos da Fundação para atingir seus objetivos:

Entre os desafios futuros, destacaram-se a urgência de melhorar a qualidade e equidade da educação, com a garantia de ensino universal para estudantes do ensino médio, e o aprimoramento dos meios de avaliação e monitoramento de desempenho e aprendizagem. *Qualificação de docentes e profissionais de educação* e melhoria dos recursos de infraestrutura escolar são alguns caminhos para a mudança. Além disso, é necessário a aplicação *da gestão por resultados, com foco em planejamento e clareza de objetivos* (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p.1).

O texto já indica algumas estratégias que se tornaram basilares da atuação da Lemann, como a formação de gestores escolares e o foco na educação pública. Atualmente, essas estratégias estão inseridas nas duas frentes de trabalho da Fundação Lemann: com iniciativas ligadas às escolas públicas e na formação de “jovens lideranças” que impactem o setor público. No primeiro caso, ficou evidente o papel de articulação da Fundação na elaboração e difusão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme estudos de Evangelista e Pereira (2019) e de Andrade, Neves e Piccinini (2017). Vale destacar, ainda, o interesse na venda de tecnologias educacionais por parte da FL durante os anos de 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid-19, apontado em documento escrito no primeiro mês pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX, 2020). De acordo com Farias

Os principais projetos implementados ao longo dos anos de 2002 a 2011 foram cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação à distância, seminários, workshops vinculados à premiação de escolas e secretarias de educação, a partir dos casos exemplares de sucesso “estudo de casos/melhores práticas (FARIAS, 2021, p.754).

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

No segundo caso, Lemann vem desenvolvendo três programas nesta área: Lemann Fellowship, Talentos da Educação e Talentos da Saúde. Também atua como parceiro em um programa desenvolvido pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), o Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Políticas. É importante apontar que nossa pesquisa se atém, também, às conexões desses APHEs com outros APHs, bem como àqueles que podem ser considerados desdobramentos do projeto do conglomerado Lemann, como é o caso do Vetor Brasil, por exemplo.

O Programa Lemann Fellowship, por nós estudado durante o mestrado, começou em 2007 e foi a primeira iniciativa própria da Fundação neste sentido (CARIELLO, 2021). Ele oferece bolsas de estudo para pós-graduação (mestrado e doutorado) no exterior nos cursos na área de educação, saúde, economia, jornalismo, arquitetura e urbanismo, gestão e políticas públicas⁴. Além da bolsa – que deve ser devolvida posteriormente – o programa se disponibiliza a conectar com pessoas com os mesmos interesses, oferece um encontro anual – como encontro desta rede -, um *Road Show* no ano da formatura, que consiste em um encontro com “líderes” brasileiros de diversos setores, além de apoio individualizado. O processo seletivo é feito pelas universidades e, de acordo com o site da Fundação Lemann, os Lemann Fellows totalizam 487.

Ainda com as informações dadas pela Fundação, 22% dos Fellows atuam na academia e com pesquisa, 13% com empreendedorismo social, 18% no chamado terceiro setor, 17% no setor público executivo, 12% no setor privado, 5% em escolas, 5% em organismos multilaterais e 5% no setor público legislativo (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022a). Como a proposta deste texto é um sobrevoo na estrutura da pesquisa em desenvolvimento, apenas apresentaremos estes números elaborados pela própria Lemann sem nos aprofundar.

Já o Programa Talentos da Educação é mais recente, de 2014, e promete, mais uma vez na forma de rede de conexão de pessoas, “identificar, conectar e ampliar o potencial de lideranças com ações importantes na área de educação” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022b). O programa oferece encontros de imersão, seminários, eventos, formação e oportunidades de conexões para que os participantes possam aperfeiçoar suas habilidades de liderança e debater os desafios considerados técnicos e políticos envolvidos em reformas educacionais. O Talentos da Saúde opera na mesma lógica, mas, como evidencia o nome, é voltado para os profissionais da saúde, e começou a atuar em 2017.

⁴ As universidades parceiras da Fundação Lemann neste Programa são Harvard, Stanford, Illinois, Columbia, University of California, Yale, Oxford, MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e Universidade do Sul da Califórnia. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/projetos/lemann-fellowship>. Acesso em 15 jun.2022.

A Fundação Estudar

A Fundação Estudar foi criada em 1991 pelo trio de sócios composto, além de Lemann, por Beto Sicupira e Marcel Telles. O objetivo primeiro era conceder bolsas de estudos para jovens empresários brasileiros complementarem sua formação fora do Brasil, já que, segundo a avaliação deles, a categoria profissional dos empresários brasileiros precisava ser melhor educada. Os objetivos foram expandidos, doravante enfatizando formação para gestores públicos. Mas, a criação da Estudar foi a institucionalização de uma prática que os empresários já tinham, a de conceder bolsas a jovens estudantes.

O primeiro caso, anterior à criação da Fundação Estudar, foi de Calos Brito, hoje CEO da AB InBev, no final da década de 1980, ainda na época do Banco Garantia. Brito havia sido selecionado para um MBA em Stanford, mas não tinha dinheiro para bancar o estudo e foi pedir a Jorge Paulo Lemann que o fizesse. Lemann, então, financiou os estudos daquele que posteriormente seria conhecido como “bolsista número zero”, mas fez algumas exigências, dentre elas: 1) que Brito o mantivesse informado sobre o que estava estudando; 2) que deveria ajudar outras pessoas no futuro; e 3) que quando chegasse a hora de Brito escolher um emprego, falasse com Lemann primeiro (COHEN, 2017). O *modus operandi* feito com Brito, posteriormente, se tornou a base da concessão de bolsa da Estudar. Assim, até hoje os bolsistas de ambas as fundações assumem alguns compromissos, um deles é o retorno financeiro da bolsa, outro é o de reportar às fundações os trabalhos de impacto que fazem, além de se comprometem a participar da rede formada pelos bolsistas e ex-bolsistas.

Em seu conjunto, podemos entender o Conglomerado Lemann como uma expressão de um movimento maior característico desta fase do capital-imperialismo⁵, de conformação e adaptação do sujeito. Nesse sentido,

⁵ Categoria de análise criada pela historiadora Virgínia Fontes para tentar captar as mudanças mundiais e, mais notadamente, no cenário brasileiro pós Segunda Guerra Mundial. Ela propõe, a partir das contribuições de Lênin sobre imperialismo e das contribuições de Gramsci sobre o Estado, que a dominação interna do capital precisa “(...) e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. À extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades. Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

a Fundação Estudar se volta a uma “con-formação” de “jovens determinados a seguir uma trajetória de impacto”; concebida e gerada num banco de investimentos. Tal Fundação evidencia a hegemonia de um capital financeirizado, claramente preocupado e/ou interessado em estratégias formativas e educativas. Ao assumir o objetivo de “despertar o potencial de jovens brasileiros através da formação de uma comunidade de líderes, o estímulo à experiência acadêmica no exterior e o apoio à tomada de decisão de carreira” (WIKIPÉDIA, 2018, s./p. – texto em html), a Fundação exalta uma vivência no exterior articulada às histórias de vida de líderes que validam determinado caminho profissional. Ou seja, em suas primeiras investidas, as estratégias implementadas pelo GL [Grupo Lemann] na área da educação se deram no âmbito de uma gestão empresarial vinculada à lógica do capital financeiro claramente marcada pelo investimento na formação de lideranças – uma formação nova e específica para um novo sujeito neoliberal, submetido a forte lógica meritocrática articulada a uma proatividade em atualizar-se e aperfeiçoar-se continuamente e, sobretudo, de envolver-se com os objetivos da empresa (OLIVEIRA, 2018, p. 4).

É, portanto, um projeto que coloca em prática uma forma de formar um sujeito subjetiva e objetivamente adequado à sociabilidade do capital-imperialismo. Agora, cabe dizer que a Fundação Estudar atua a partir de três iniciativas: Líderes Estudar, Estudar na Prática e Estudar Fora.

A primeira é um programa de bolsas de estudo para jovens brasileiros até 34 anos de idade. O sítio eletrônico da Fundação informa que “o candidato deve estar em processo de aceitação, matriculado ou cursando o ensino superior em uma das quatro categorias de bolsa: graduação completa no Brasil; intercâmbio acadêmico de graduação ou duplo diploma no exterior; graduação completa no exterior; Pós-graduação no exterior” (FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2022a). Ainda de acordo com a Fundação Estudar, desde a criação do Programa e Líderes, em 1991, foram formadas 702 pessoas. Dentre elas, está, por exemplo, Felipe Rigoni, atual deputado federal pelo PSB/ES. Rigoni teve bolsa para fazer seu mestrado em políticas públicas na Universidade de Oxford. Atualmente, ele também compõe as organizações suprapartidárias RenovaBr⁶ e o Movimento Acredito. Ambos os movimentos criados

a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho (FONTES, 2010, p. 149).

⁶ O RenovaBr é uma entidade suprapartidária fundada em 2017 pelo empresário Eduardo Mufarej, ligado ao setor financeiro e educacional, para formar políticos que atuem no poder legislativo. De acordo com o site da iniciativa, o RenovaBr atua em quatro frentes: seleciona os candidatos que se aplicam para a formação, os prepara em diversos temas (saúde, educação, gestão fiscal, etc) e promove eventos de mobilização e engajamento. Além disso, mesmo depois de formados, os líderes continuam a fazer parte de uma rede de pessoas. Caso sejam eleitos, “os líderes RenovaBR têm o compromisso de manter a

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

em 2017, no bojo da chamada *renovação política* e que teve resultados consideráveis nas eleições de 2018.

A segunda iniciativa, Estudar na Prática é, na verdade, a oferta de cursos considerados de pequena duração que propõe temas como: autoconhecimento, processos seletivos, planejamento e decisão de carreira, inteligência emocional. São cursos pagos em que os preços variam conforme o tempo de duração. Por exemplo: o curso Produtividade na Prática tem 8h de duração e custa 99 reais, já pelo Curso Liderança Completo, de 32h, é cobrado o preço de 350 reais (FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2022b), ambos podendo ser parcelados em até 10x. A partir desses dois exemplos, é possível evidenciar que existe certa variação de preço dos cursos, visando, juntamente com o mecanismo de parcelamento, abarcar um conjunto maior de jovens. A terceira iniciativa é o Estudar Fora, um programa que prepara o interessado no processo de candidatura para universidades estadunidenses (graduação, pós-graduação, intercâmbio etc.).

Assim, o papel estratégico da Estudar e dos empresários fica evidente na mensagem do Conselho Curador de 2003, conforme aponta Farias

Os dirigentes de empresas, pequenas ou grandes, públicas ou privadas, que geram riqueza, impostos e empregos, a mola propulsora do desenvolvimento econômico e social de um país, têm um papel fundamental na transformação do Brasil” (Idem, p. 02). Isto é, a subsunção do país à nova ordem do capital internacional no que tange à sociabilidade do modo de produção capitalista, do início do século XXI, do qual a Fundação é dirigente e formadora de empreendedores: “Estudar para empreender”, empreender como aquele que “não somente, organiza, gerencia e assume riscos de um negócio, mas também aquele que é inovador e líder com uma variedade de habilidades (FARIAS, 2021, p. 741).

Até aqui percebemos que o projeto formativo do Conglomerado Lemann, Telles e Sicupira se atém a influenciar a elaboração de políticas públicas educacionais, formar diretores de escola, financiar pesquisadores no Brasil e no exterior para produzir pesquisas sobre a realidade brasileira e produzir o que eles consideram soluções viáveis para os problemas do país. São, na acepção gramsciana, intelectuais organicamente ligados ao projeto de organizadores de classe, com destaque para Jorge Paulo Lemann. Agora, falaremos especificamente sobre o Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos.

honestidade, a transparência, finalizar o mandato e debater ações de impacto.” (RENOVABR, 2022). Disponível em: < <https://renovabr.org/o-que-fazemos/> > Acesso em 05 set.2022.

O ISMART

Fundado em 1999, o ISMART, dirigido por Marcel Telles é, segundo seu sítio eletrônico, uma entidade

que identifica jovens talentos de baixa renda, de 12 a 15 anos de idade, e lhes concede bolsas em escolas particulares de excelência e o acesso a programas de desenvolvimento e orientação profissional, do ensino fundamental à universidade (ISMART, 2022a).

De acordo com o relatório de atividades de 2021, o APHE atua em Belo Horizonte (MG), São Paulo, Sorocaba, São José dos Campos e Cotia (SP) e Rio de Janeiro (RJ), além de contar com dois bolsistas nos Estados Unidos. De acordo com o site da iniciativa, seis são seus projetos de atuação: Ismart Online, Projeto Alicerce, Projeto Bolsa Talento, Desenvolvimento de Universitários, Liga do Futuro e Deixe Sua Marca. Este último é uma propaganda dos feitos do APHE, enquanto o Liga do Futuro é uma premiação, que visa fazer o bolsista ISMART se tornar, também, um propagandeador da entidade. Por isso, nos ateremos aos quatro primeiros projetos.

O ISMART Online, desde 2014, é voltado para crianças do 7º ano do Ensino Fundamental e pode ser considerado uma preparação para aqueles que disputam uma bolsa ISMART no Ensino Médio. Com aulas de redação, português e matemática, esse projeto pode ser visto como um laboratório de tecnologias educacionais.

O Projeto Alicerce, também voltado para crianças do 7º ano do Ensino Fundamental, exige como requisito renda familiar de até dois salários mínimos por pessoa e residir em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou São José dos Campos, tem o objetivo de preparar os alunos para a seleção de escola particular parceira do Instituto. Assim, o aluno frequenta, no contraturno de sua escola de origem, o curso preparatório que tem a duração de dois anos em um dos colégios parceiros. Em São Paulo, o Colégio Bandeirantes; no Rio de Janeiro, o pH e o Colégio São Bento; em São José dos Campos, o Poliedro; e em Belo Horizonte, o Bernoulli (ISMART, 2022b).

Já o Bolsa Talento concede bolsa de estudos para alunos ingressantes no 1º ano do Ensino Médio em escolas parceiras do ISMART. A bolsa compreende a mensalidade integral, material escolar, uniforme e despesas com transporte e alimentação. As exigências são: estar no 9º ano do ensino fundamental e completar 15 anos até o último dia do ano anterior ao do início da bolsa – o que significa alunos dentro do ensino regular; ter renda familiar de até dois salários mínimos por pessoa; e residir em São Paulo, Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, São José dos Campos, Cotia e Sorocaba, ou seja, onde estão localizadas as escolas parceiras. Em São Paulo, as escolas parceiras são: Colégio Bandeirantes, Colégio Rio Branco, Colégio Poliedro,

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

Escola Mobile, Colégio Magno, Lourenço Castanho e Colégio Dante Alighieri. No Rio de Janeiro, o Pensi é colégio parceiro. Em Belo Horizonte, o Colégio Bernoulli, o Colégio Santo Antônio e o Colégio Magnum. Em Cotia, o Colégio Sidarta é o único parceiro, enquanto em Sorocaba é o Colégio Uirapuru e, por fim, em São José dos Campos, o ISMART tem parceria com o Colégio Poliedro, o Instituto Embraer e o Colégio Anglo (ISMART, 2022c).

Por fim, o projeto Desenvolvimento de Universitários visa conceder bolsa-auxílio para cobrir os custos da graduação. Sobre esta iniciativa achamos pouca informação, havendo a necessidade de aprofundamento, principalmente a partir de questões como: quem são aqueles que podem ser auxiliados? Apenas os que foram bolsistas ISMART ou jovens graduandos que não foram financiados pelo APHE na Educação Básica também podem? Aqui, neste trabalho, não teremos espaço para ir a fundo nestas questões.

O leitor atento percebeu que o que sustenta a existência do ISMART é a ideia de talento. Ou, ainda, a ideia de que pessoas consideradas pelo conglomerado Lemann e, especificamente, pelo ISMART, sujeitos de talento, podendo estar em qualquer camada social. Nesse sentido, o ISMART é uma “peneira” de identificação dos “talentosos”. Em nossa leitura, um critério fundamental para ser considerado talentoso nesse contexto é a capacidade de adequação pressupostos da chamada Cultura Garantia tratados anteriormente, principalmente, à meritocracia. São selecionados casos individuais, específicos, que serão tratados como possibilidade geral.

Considerações Finais

Pelo exposto, é possível perceber que a preocupação do Conglomerado Lemann se volta às mais importantes fases da formação dita formal das crianças e dos jovens e, por via de diferentes fundações, possibilitam o financiamento do Ensino Fundamental II até a Pós-graduação. Nesse sentido, para obter as bolsas as pessoas precisam se adequar aos princípios, valores e modos de ser sintetizados na “Cultura Garantia”, sendo a Lemann, a Estudar e o ISMART agregadores para e formadores desse projeto de sociedade. Dito de outro modo, são formadores de consciência individual para o seu projeto de sociedade.

É importante, nesse espaço, fazer duas considerações acerca da natureza desta pesquisa. A primeira delas tem a ver com a atualidade do objeto. Acompanhar esta fração burguesa é acompanhar o cotidiano político e econômico do Brasil, pois são empresas que expressam a volatilidade econômica destes tempos, o que também se apresenta do ponto de vista político, visto que as posições e as alianças estão sempre

A História Através da História

CARIELLO, Lisia

em movimento e não sabemos no que esse processo vai resultar, historicamente falando. A segunda consideração tem a ver com o volume de informações e fontes que, por um lado, é enorme, mas por outro, apresenta dificuldades, pois os empresários, os relatórios das empresas e dos APHs utilizam uma linguagem institucional e geral, o que dificulta a apreensão dos sentidos das falas e ações. Se, por um lado, o tema e o objeto guardam desafios, por outro, são fundamentais para entender a história do Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. C.; NEVES, R. M.; PICCININI, C. **Base Nacional Comum Curricular: disputas ideológicas na educação nacional.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017/De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), 2017, Niterói. *Anais*.

COHEN, D. **Cultura de excelência: as inspiradoras histórias da Fundação Estudar, que dissemina os valores do trio de empresários mais bem-sucedidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

COLEMARX – Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: por que os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas.** Junho de 2020. Disponível em: <https://colemarx.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Colemarx-texto-cri%CC%81tico-EaD-2.pdf>. Acesso em 17 jun.2022.

CORREA, C. **Sonho grande: como Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupura revolucionaram o capitalismo brasileiro e conquistaram o mundo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

EVANGELISTA, O.; PEREIRA, J. **Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann.** Movimento. Revista de Educação, Niterói, ano 6, n.10, pp. 65-90, jan./jun. 2019.

FARIAS, A. M. **Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e Sócios.** Germinal: Marxismo e Educação. 2021. v. 13. n. 2, pp. 735-765. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302/25249>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** 3ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FONTES, V. **Tempos atrozés: fios históricos da dominação de classes no Brasil e contradições.** *Esquerda Online*, 23 mai.2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/05/23/tempos-atrozés-fios-historicos-da-dominacao-de-classes-no-brasil-e-contradicoes/>. Acesso em 15 jun. 2022.

FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2022a. Disponível em: < <https://lideres.estudar.org.br/> > Acesso em 15 jun.2022.

FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2022b. Disponível em < https://www.napratica.org.br/edicoes/?_ga=2.40587746.1537712974.1600014368-142890206.1600014368#cursos > Acesso em 15 jun.2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório de atividades 2002.** São Paulo: Fundação Lemann, 2002.

FUNDAÇÃO LEMANN, 2022a. **Onde os Lemann Fellows atuam.** Disponível em < <https://fundacaolemann.org.br/projetos/lemann-fellowship#onde-os-lemann-fellows-atuam> > Acesso em 17 jun. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN, 2022b. **Projeto Talentos da Educação.** Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/projetos/talentos-da-educacao> > Acesso em 10 jun.2022.

ISMART, 2022a. **Quem somos.** Disponível: <https://www.ismart.org.br/sobre/>. Acesso em 16 jun. 2022.

ISMART, 2022b. **Projeto Alicerce.** Disponível em: <https://www.ismart.org.br/alicerce/>. Acesso em 16 jun. 2022.

ISMART, 2022c. **Bolsa Talento.** Disponível em: <https://www.ismart.org.br/bolsa-talento/>. Acesso em 16 jun.2022.

MENDONÇA, S. **Sociedade civil em Gramsci:** venturas e desventuras de um conceito. In: MENDONÇA, S.; PAULA, D. *Sociedade civil: ensaios históricos.* Jundiá: Paco Editorial: 2013, pp. 15-25.

MENDONÇA, S. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica.** *Revista Marx e o Marxismo*, V.2, n.2, jan/jul 2014, pp. 27-43.

OLIVEIRA, M. de. **O GRUPO LEMANN – gênese de um projeto de educação política e educação escolar no Brasil.** In: IX Colóquio Internacional Marx e Engels (CEMARX), 2018, Campinas. *Anais...* Disponível em < <https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/o-grupo-lemann-gc3aanese-de-um-projeto-de-educac3a7c3a3o-polc3adtica-e-educac3a7c3a3o-escolar-no-brasil-maria-teresa-cavalcanti-uerj.pdf> > Acesso em 18 jun.2022.

TEXIER, J. **Sociedade civil.** In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano (1926-1937).* São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 734.

RIO 40 GRAUS: MILÍCIAS E ESTADO AMPLIADO

Danilo George Ribeiro*

Introdução

O trabalho proposto tem como objetivo central incorporar a acepção gramsciana a partir da categoria Estado Ampliado, uma possibilidade de (re)leitura do fenômeno das milícias no Rio de Janeiro. Busca-se entender as milícias não como um processo recente e restrito à coerção, mas também combinada com consenso e como parte da estrutura econômica.

Diante do material que foi analisado até o momento, constatamos que parte significativa da imprensa, das investigações de órgãos estatais e outros agentes do Estado que compõem a opinião pública, conceberam por um longo período as milícias como uma ação legítima de policiais que instaurava ordem nas favelas e combatia o tráfico de drogas. Parte da bibliografia acadêmica criticou esse conteúdo, mas descreveu esse fenômeno como algo apartado ou paralelo ao Estado, reduzindo as milícias a uma ameaça ao monopólio da força estatal, predominando uma concepção liberal do Estado que norteia a produção intelectual sobre a relação milícias e o campo da segurança pública no Brasil.

Nossa hipótese é que uma concepção de Estado ampliado a partir da obra de Antônio Gramsci tende a chegar em diferentes conclusões e percepções desse fenômeno, no qual o marxista sardo localizou uma relação coetânea e coextensiva entre o par dialético coerção/consenso produzindo de forma simultânea um entendimento teórico adequado acerca da relação entre a violência “privada” (sociedade civil) com a violência estatal (sociedade política).

Estado Ampliado

Gramsci buscou apreender o conjunto complexo de mediações que tornam o Estado “ao mesmo tempo mais denso e mais poroso” (FONTES, 2010, p. 134). Aquilo que Gramsci denomina *sociedade civil*, conjunto dos aparelhos privados através dos quais

* Doutorando em História social pela Universidade Federal Fluminense.

uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendido de forma descolada ou oposta à sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção, em síntese, o *Estado restrito*). Ao invés de oposição entre Estado e sociedade civil, aqui há uma concepção que engloba o conjunto da vida social.

Dessa dupla articulação entre sociedade política e sociedade civil, nasce o conceito de Estado integral, que ficaria mais conhecido na literatura gramsciana como Estado ampliado (GLUKSMANN, 1980). É o que possibilita entender o Estado em sua função “educadora”, que transcende seu aspecto coercitivo. O Estado passa a ser compreendido como uma relação social, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade (POULANTZAS, 1980). Como alerta Bianchi (2018, p. 181), mais sociedade civil não significa menos sociedade política como corolário de uma concepção algébrica do Estado e da luta de classes.

Nessa compreensão, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais numa formação social determinada, incorporando em si os conflitos vigentes na formação social, cuja arena é a sociedade civil. Dessa forma, como demonstra Sonia Regina Mendonça (1998), o sardo se afastou de uma “noção de Estado sujeito da perspectiva liberal, ou seja, entidade ativa que paira acima da sociedade civil”.

Gramsci avança de forma concomitante sobre a concepção de Estado como mero objeto da coerção de Weber e da noção de Estado como comitê da burguesia de um marxismo economicista que reduzia toda uma complexa relação social a partir univocamente dos interesses econômicos das classes dominantes (MENDONÇA, 1998).

O papel dos Intelectuais e Legisladores no Estado Ampliado

É notório que a percepção de Estado Ampliado em Gramsci procura evitar uma concepção de Estado que se reduza ao aparelho coercitivo. Tampouco o marxista sardo perde a dimensão coercitiva da política. Nessa articulação, é fundamental o papel exercido pelos *Intelectuais* que realizam a função histórica de que o Estado apareça como determinação do absoluto.

Os intelectuais atuam a partir da proliferação de aparelhos privados de hegemonia: igrejas, imprensa, sindicatos e diferentes formas associativas. No entanto, os cortes de classe e as lutas entre os diferentes grupos atravessam esses aparelhos privados de hegemonia (APHs) que são a vértebra da sociedade civil. Dessa forma, não existe em Gramsci somente uma sociedade civil positiva ou “contra hegemônica”,

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

vale alertar para a existência da “*bad civil Society*” nos termos de Simone Chambers & Jeffrey Kopstein (2001, pp. 837-841). Os autores analisaram o desenvolvimento de correntes autoritárias e totalitárias no interior da sociedade civil, como no caso do nazismo e fascismo clássico, debate que volta à tona com as experiências neofascistas ou profascistas mundo afora, entre elas, o bolsonarismo no Brasil.

Tal compreensão ressalta o antagonismo de classe, marcando uma outra ruptura com a “sociedade civil” liberal, retirando o seu véu ideológico supostamente apartado das funções coercitivas do Estado. Nessa perspectiva, Gramsci mostra o papel dos intelectuais nos órgãos da opinião pública – jornais e das múltiplas associações, que são artificialmente multiplicados.

No caso do nosso objeto de pesquisa a atuação desses órgãos, é fundamental para construção de uma “visão de mundo” sobre as milícias, como será analisado adiante. Outra noção gramsciana que nos orienta é sua concepção de direito, visto também como uma tarefa educativa, moral e formativa do Estado, afastando-se das noções predominantes, como o formalismo de Kelsen (1998), que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social.

Para Gramsci (2001), a noção de Direito não se reduz como mero dispositivo jurídico que atua por meio de leis e sanções legais. O Direito produz uma cultura, exercendo uma pressão coletiva e/ou coercitiva na sociedade civil, elaborando e afetando os modos de pensar e operar a moralidade e os costumes, produzindo um “véu civilizatório”.

Segundo o cientista político Álvaro Bianchi (2018), essa concepção ampliada do Direito em Gramsci é parte do desenvolvimento teórico do Estado ampliado. A vontade legislativa não pode ser reduzida à vontade do legislador, atribuindo à palavra “legislador” um sentido mais amplo, como feito na noção de intelectuais. O legislador é o político, e como todos são políticos na medida em que participam ativa ou passivamente da vida política, todos são ativa ou passivamente legisladores. Ainda que nem todos possuam uma função legislativa, ou os meios para legislar.

Dessa maneira, Gramsci identifica como legisladores uma forma coletiva que não se restringe à sociedade política ou ao poder formal estatal. Dirigentes e organizações privadas da sociedade civil podem mobilizar e efetivar sanções coercitivas, até mesmo a pena de morte. “O ato da legislatura está em mobilizar os instrumentos de coerção tanto na sociedade política quanto na sociedade civil” (BIANCHI, 2018, pp. 131-132).

Gramsci estabelece uma noção de violência privada coetânea e coextensiva com a violência judicial, policial e estatal; localizando também a presença da coerção na sociedade civil e do consentimento na sociedade política e mostrando que os

espaços de dominação vão além dos espaços institucionais tradicionais – fornecendo uma base teórica para análise do “paramilitarismo”.

Milícias e Estado ampliado

A palavra “milícia” se incorporou ao vocabulário dos órgãos estatais no Estado do Rio de Janeiro em 2005, a partir de uma série de cinco matérias da jornalista do Globo, Vera Araújo¹. Segundo a jornalista citada, a palavra era mais curta que “paramilitares” – expressão mais usada até então – e que, portanto, soaria melhor para estampar manchetes.

Como demonstraremos, as matérias mencionadas e a posição do Jornal *O Globo*, apresentavam nesse período uma perspectiva dúbia sobre as “milícias” – grupos armados comandados por policiais, que protegiam moradores da zona oeste do Rio do Janeiro do tráfico de drogas expulsando traficantes. No entanto, esses grupos cobravam taxas abusivas por tal proteção. Tal ação será justificada e defendida como um “mal menor” perante o tráfico de drogas, como revela a matéria abaixo cujo subtítulo é “milícias de PMs expulsam tráfico”:

Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abusos. Na contramão da violência produzida em áreas pobres controladas por traficantes de drogas, 11 grupos, seis deles chefiados por policiais militares, estão impondo uma nova ordem que conseguiu banir o tráfico de 42 favelas do Rio, em Jacarepaguá e na Barra. Depois da fase de esconder a identidade nas comunidades conflagradas onde moram, das quais alguns foram até expulsos, esses policiais formaram grupos armados e resolveram tomar os pontos dominados por traficantes. O subprefeito de Jacarepaguá, Fernando Modolo, define os grupos como milícias armadas e faz um alerta: Houve uma redução sensível de favelas dominadas pelo tráfico na região. Essas milícias armadas formadas por policiais têm seus aspectos positivos, mas podem se tornar nocivas a longo prazo, pois você tem a ausência do poder constituído. São xerifes se prevalecendo da força, explicou o subprefeito. Se esta é a única alternativa ao tráfico, que eles continuem a tomar conta das favelas, mas o ideal é que os xerifes não fossem necessários. (...) Em contrapartida, além da segurança, esses policiais aplicam um modelo de assistencialismo

¹ ARAÚJO, Vera. “Ação paralela: Milícias policiais expulsam traficantes de favelas em Jacarepaguá” *O Globo*. 20 de março de 2005, p. 18. Matérias Disponíveis em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/388593/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13 de maio de 2020.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

semelhante ao que os bandidos adotavam no passado, financiados pelo comércio e as indústrias locais, ocupando o vácuo deixado pelo poder público na área social. São distribuídas cestas básicas para as famílias mais pobres e material para reforma de casas atingidas por disparos em tiroteios provocados pelo tráfico (ARAUJO, Vera. *O Globo*, 20/03/2005, Rio de Janeiro, p. 18).

Destaca-se ações assistenciais desses policiais com ações de construção de “consenso” perante os moradores dessas áreas. Em outro trecho da matéria, o vínculo das ações das “milícias policiais” com o 18º Batalhão da Polícia Militar ficam expostos², assim como é revelada a relação desses policiais com grupos de extermínios e máfias que taxam os serviços básicos na comunidade como gás e transporte, expropriam imóveis, dando a dimensão de um fenômeno ainda incipiente da ação miliciana, no qual a extorsão e outras formas coercitivas não se restringem somente à venda de segurança. O portfólio de crimes é variado e cometido por agentes do Estado.

Em Jacarepaguá, a retomada de grande parte das favelas nas mãos dos traficantes não seria possível sem o apoio do comando do Batalhão, onde apenas duas comunidades ainda são dominadas pelo tráfico: a Cidade de Deus e a Caicó. Tomando como base dados do IBGE do ano de 2000, sobre a população que mora em favelas em Jacarepaguá, 111.448 pessoas conseguiram se livrar da opressão do tráfico. Apesar do trabalho de resgate do poder de polícia nestas comunidades, dois grupos de Jacarepaguá estão sendo investigados pela Corregedoria Geral Unificada, pela corregedoria da PM e pelo próprio 18º BPM (Jacarepaguá), por denúncias de apropriação de imóveis de moradores expulsos por eles. Pelo Disque-Denúncia, de janeiro a dezembro do ano passado, quando tiveram início as investidas do “comando azul”, houve 47 denúncias contra grupos. Só este ano, de janeiro a 16 de março, foram registradas 14 queixas. Moradores denunciam ainda que há policiais ligados a grupos de extermínio e às máfias do gás e do transporte alternativo (vans, Kombis e mototáxis). Há informações também sobre a cobrança de taxas nos valores de R\$5, de moradores, e de R\$10, dos comerciantes, referentes à segurança prestada pelos policiais. (IDEM).

Apesar de relatar as denúncias de moradores, a jornalista Vera Araújo relata um clima tranquilo e familiar nas áreas ocupadas pelas milícias.

De acordo com as investigações da Corregedoria Geral Unificada, das 42 favelas onde não há tráfico, as denúncias envolvem duas comunidades. Apesar do volume de denúncias contra os policiais, no interior das favelas

² Batalhão onde serviram Fabrício Queiroz, Adriano da Nóbrega no início dos anos 2000. Ao que parece tal Batalhão serviu como uma espécie de QG das milícias da zona oeste.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

o clima é de tranquilidade. Crianças brincam o dia inteiro, inclusive à noite. Famílias ficam conversando nas ruas e becos bem iluminados até bem tarde da noite (IBIDEM).

O *Globo* não é somente o principal jornal diário do Estado do Rio de Janeiro, é um jornal com veiculação nacional, destinado ao diálogo com as classes dominantes, assegurando um certo grau de “consentimento” com essa forma de dominação cometida pela polícia. Segundo relatório produzido sobre o tema por Cano & Duarte (2012, p. 45), *O Globo* produziu, entre janeiro de 2005 a abril de 2011, 860 matérias, as quais mencionavam as palavras “milícia”, “milícias”, “miliciano” e “milicianos”. Até 2007, o tom era ameno com as milícias, sendo alterado somente a partir da tortura de dois jornalistas do Jornal *O Dia*, que faziam matérias sobre as milícias na favela do Batan na Zona Oeste.

O Dia é outro jornal diário pertencente ao grupo Globo, mas com uma linha editorial mais popular. O estudo mencionado é enfático que é somente a partir desse acontecimento na favela do Batan há uma alteração na “opinião pública” sobre as milícias. Importante destacar que as primeiras matérias do *Globo* usavam expressões como “milícias policiais”, mas com o passar do tempo, o vínculo com as polícias vai sendo apagado nas reportagens e editoriais consolidando o termo genérico de “milícias”. Essa mudança ainda não pode ser definida como proposital (algo a ser melhor analisado); tal conteúdo apagou a atuação de agentes do Estado estrito.

Parte da nossa hipótese de que o *Globo* agiu como um aparelho privado de hegemonia moldando parte da concepção de mundo sobre esse tema com duas noções legitimadoras dessa prática miliciano: 1) As milícias surgem para combater o tráfico de drogas e “garantir a ordem”; 2) Por mais que haja abuso e denúncias de moradores, comparada ao tráfico de drogas, ela seria uma espécie de “mal menor”. Ainda que o tom tenha mudado no final de 2007, prossegue a noção de que a milícias seriam mais nocivas que o tráfico. Outra alteração na linha editorial do *Globo* ocorreu a partir do assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018.

Nesse sentido, estamos rastreando a narrativa sobre esse fenômeno no principal “partido” midiático da cidade do Rio de Janeiro, encontrando um fio histórico mais amplo que se conecta com a concepção de mundo oficial da polícia, que foi constituída pelo Exército desde as leis de segurança nacional, que definem em diferentes temporalidades históricas quais são os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, além de estabelecer seu processo e julgamento.

Como destaca Batista (1998), no campo ideológico, a Doutrina da Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, a partir das elaborações da *National War College* e da ajuda de uma missão militar americana, representou o sustentáculo teórico legitimador da construção de uma legislação de exceção que

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

conferisse alguma aparência de legalidade às ações do regime militar na “guerra” contra seus “inimigos” combatidos através da sua criminalização ou do “sistema penal subterrâneo”: tortura, desaparecimentos forçados, execução (OLMO, 2004).

Pelo levantamento ainda incipiente feito dos *Boletins da polícia militar do Rio de Janeiro 1964-2009*, encontramos elementos da construção do “inimigo” e da lógica de ordem e controle social nas favelas da cidade, baseado nas leis de segurança nacional, naturalizando, justificando ou relativizando a função coercitiva\consentida desse aparato estatal. Reiteramos que parte da atuação miliciana encontra respaldo político, simbólico, e social nesse *corpus* jurídico.

Tal concepção da “milícia” como combatente do tráfico de drogas e zeladora da ordem social fica institucionalizada por intelectuais e legisladores do Estado estrito: juízes, promotores, delegados, até mesmo por representantes de instituições públicas que foram criadas para investigar, enfrentar e combater essas “milícias policiais” como agentes da Delegacia de repressão ao crime organizado – DRACO e o Grupo Especializado de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público estadual, GAECO – , como demonstra Cano & Duarte (2012):

Em 2006 e 2007 havia autoridades que declaravam aos jornais que as milícias eram grupos formados para liberar a população do domínio do tráfico(...) os entrevistados confirmaram essa virada na percepção das pessoas e na atitude das instituições públicas. Inclusive, há entrevistados que aderem à narrativa de que as milícias eram positivas no começo e, só posteriormente, se tornaram algo negativo. (...) “No primeiro momento, ninguém queria saber de milícia, milícia era até uma coisa boa” (...) Passou a ser uma coisa muito opressiva pra comunidade. Ao invés de ser aquilo que veio para auxiliar, ao invés de ser aquilo que veio pra prover o que o Estado não estava provendo e deveria prover, passou a ser uma forma de opressão muito grande (CANO & DUARTE, 2012, pp. 93-94).

Tal tese é narrada, defendida e confirmada por outros agentes do Estado, em outras fontes institucionais como o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias,

“Há oito anos, esses grupos de milicianos tinham um objetivo legítimo de expulsar traficantes de determinadas localidades. O objetivo era promover autodefesa, ou seja, policiais que residiam em áreas carentes começaram a se organizar e entendiam que agiam legitimamente ao retirarem dessas comunidades criminosos que atuavam, principalmente, em tráfico de drogas. (...) Só que entenderam que para promover essa organização era preciso dar uma cara empresarial a essa organização, eles precisavam de recursos financeiros e começaram a explorar determinadas atividades, entre elas, o transporte alternativo” (IDEM, p. 40).

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

Além das matérias do *Globo* e dos depoimentos de agentes do Estado estrito não faltaram apoio de políticos a esses grupos, o ex-prefeito Cesar Maia (DEM) – importante expoente do neoliberalismo no estado do Rio de Janeiro, e que, durante seu terceiro mandato como prefeito da capital, entre 2005 e 2008, chegou a dizer “que preferia as milícias ao tráfico”³. Segundo matéria da *Agência Pública*,

Durante o segundo mandato de Cesar Maia, foi assinado – sem licitação – um contrato de R\$ 225 mil com a Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (Amarp) cobrindo a prestação de serviços de assistência educacional e nutricional para a manutenção de creches no local entre 2003 e 2004. Na época, de acordo com apuração da Pública, Nadinho presidia a associação. Aqui temos um exemplo cristalino da naturalização e legitimação das milícias por parte de então fração política dominante do Rio. Eduardo Paes (PMDB), por exemplo, em 2006, indicou como “modelo de polícia que funciona” a chamada “polícia mineira” de Jacarepaguá (OTAVIO, 2019, p. 7).

Destaca-se que esse termo também se refere a relação com a polícia⁴.

A defesa, naturalização e o apoio as “milícias policiais” foram realizadas por amplos setores e aparatos do Estado estrito – cujo agentes agiram como verdadeiros *Intelectuais orgânicos* dando uma certa direção intelectual e moral sobre o fenômeno, justificando e legitimando as ações desses grupos armados.

Tal “visão de mundo” chegou, em outubro de 2007, às casas de milhões de telespectadores em todo o Brasil com a novela das oito *Dois Caras*. Escrita por Agnaldo Silva, tinha como objetivo se contrapor ao Rio de Janeiro de Manuel Carlos (focado no bairro do Leblon) e obteve como principal cenário e locação a Favela de Rio das Pedras⁵, a maior da zona oeste da capital e que na época já obtinha 65 mil habitantes, apontada por vasta bibliografia como o berço das milícias na capital.

O enredo e a figuração contaram com a participação ativa de moradores e lideranças da favela. A novela obteve entre os protagonistas o personagem Juvenal Antena (Antônio Fagundes), chefe de segurança privada de uma grande construtora

³ BELISÁRIO, Adriano. “Como vota Rio das Pedras, reduto da mais antiga milícia carioca”. Agência Pública, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/02/como-vota-rio-das-pedras-reduto-da-mais-antiga-milicia-carioca/>. Acessado em 15/12/2021.

⁴ Mineração é uma gíria policial referente a garimpagem de “criminosos” abastados, a principal atividade da polícia mineira era o sequestro de criminosos com alto poder aquisitivo e que pagavam caro para continuar livre e outras formas de extorsão.

⁵ CLARK, Daniella. “Rio das pedras saboreia dias de fama como a portelinha da vida real”. G1, 21 de novembro de 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/O,,MUL179689-5606,00-FAVELA+SABOREIA+SEUS+DIAS+DE+FAMA+COMO+A+PORTELINHA+DA+VIDA+REAL.htm>. Acessado dia 15/12/2021.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

da zona oeste (GPN) que entra em falência, causando a demissão dos operários e dos demais funcionários que vieram trabalhar nesta construtora e que ficaram sem salário.

Juvenal organizou uma invasão ao terreno da GPN e firmou sua comunidade no local. Nascia assim a favela da Portelinha. Juvenal era uma liderança carismática que não aceitava ser contestado, andava paramentado com armas e contava com apoio de “jagunços” que garantiam ordem na comunidade, não permitindo a venda de drogas na favela e expulsando traficantes, tornando-a em uma espécie de “favela-modelo” no Rio de Janeiro.

Juvenal ganhava cada vez mais prestígio na Portelinha, garantido a paz ao fazer justiça com as próprias mãos. Em um dos capítulos, ele comanda um linchamento a um suposto estuprador, tal prática inicia na rua e termina com a ordem de levar o sujeito para a Associação de Moradores da favela⁶.

Desse processo histórico de naturalização da prática miliciana, temos entre as possíveis consequências a expansão colossal de áreas controladas por esses grupos armados. Segundo o Relatório produzido por pesquisadores do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) “56,8% do território da cidade do Rio de Janeiro, estão sob controle das milícias, o que significa que uma população de 2.178.620 pessoas, ou 33,9% da população, reside sob o domínio armado desses grupos” (HIRATA & CARDOSO, 2021, p. 6).

Outro dado relevante do relatório mencionado é que, ao cruzar a base de operações policiais do GENI/UFF com o Mapa dos Grupos Armados, foi possível constatar que, embora as milícias controlem mais territórios no município do Rio de Janeiro do que a soma de todos os comandos do tráfico de drogas, são poucas as operações policiais realizadas em áreas de milícia. O relatório conclui que as operações policiais são um indicador de favorecimento político-coercitivo às milícias em detrimento as facções do varejo de drogas, tendo apenas 6,25 % de operações policiais em áreas controladas pelas milícias (IDEM, p. 14).

Veremos a seguir que apesar da relação orgânica entre milícias e policiais, parte significativa da historiografia acadêmica especializada do tema compreendem as “milícias” como um processo apartado ao Estado.

⁶ Trecho que pode ser visualizado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=JltwtziREOk&t=18s> acessado dia 31\05\2021.

O estado da arte nos estudos sobre as milícias

A bibliografia especializada sobre a temática das milícias é extensa, principalmente localizada na área das ciências sociais. É possível fazer um recorte dos autores através de suas matrizes teóricas. A grande maioria dos autores centra-se na perspectiva do estado liberal, utilizando as noções de “contrato social” e “monopólio legítimo da violência”. Nesse sentido, as milícias são enquadradas em uma espécie de “desvio” ou “anormalidade” do funcionamento correto do Estado.

O antropólogo Luís Eduardo Soares é um dos maiores especialistas em segurança pública no país, autor de diversos livros sobre o tema, além de sólida trajetória acadêmica, tendo sido Subsecretário de Segurança, Justiça e Cidadania no Governo de Antony Garotinho (PMDB), além de ser um formulador de reformas estruturais na polícia. Buscou fortalecer a Ouvidoria da polícia; atuou na criação do Instituto de Segurança Pública-INSP, responsável pelo levantamento de dados sobre crime no estado; buscou a formação das Áreas Integradas de Segurança, para que a administração tivesse mais informação e capacidade de gestão sobre os territórios; criou os mutirões pela paz, que propunham um policiamento mais próximo da vizinhança dessas áreas e que seria um dos embriões das Unidades das polícias pacificadoras – UPPs.

Ficou apenas um ano e seis meses no cargo, mas nesse curto período encaminhou uma série de denúncias contra policiais e os altos comandos da corporação ao Ministério Público sem o consentimento do secretário de segurança, sendo demitido pelo governador durante uma entrevista em cadeia nacional. Após a demissão, Soares escreveu o livro *Meu casaco de general: Quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*, em que conta sua experiência à frente da pasta. Diz ter sido vítima da pressão política dos policiais que tiveram seus interesses atingidos — alguns deles atuavam dentro da própria Secretaria de Segurança que foram contrárias às reformas propostas por Soares. Com a mudança na pasta, assumiu o delegado Álvaro Lins, que mais tarde seria indiciado na CPI das milícias acusado do envolvimento com “milicianos” e de receber propinas de bicheiros. Após a demissão, Soares avisou que o governador tinha se aliado à banda podre da polícia, passou a sofrer diversas ameaças de morte e precisou deixar o Brasil com a família, tendo inclusive escrito seu livro no exterior.

Em artigo recente sobre as milícias, Soares descreveu que existe uma dualidade no período democrático entre as corporações policiais e a sociedade civil. “As polícias justificam execuções extrajudiciais, confundindo justiça com vingança”, afirmou, “e são absolutamente refratários ao poder civil, à legitimidade republicana e à autoridade

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

política” (SOARES, 2021). É notável como, nessa análise, a sociedade civil está apartada e esvaziada das funções coercitivas do Estado.

O autor separa coerção (sociedade política) de consenso (sociedade civil) colocando em oposição essas esferas. Nessa concepção, não existe uma função educadora do Estado, a polícia exerce somente seu poder por meio das armas e da coerção, violando a legitimidade do poder político da república e da sociedade civil vista de forma “positiva” constituindo uma dualidade entre o aparato repressivo e a forma republicana do Estado. No entanto, a recente chacina da favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, reforça que não existe tal dualidade. Nesse episódio sintomático, pós 28 pessoas serem assassinadas pelo Estado a aprovação do atual governador do Estado do Rio de Janeiro subiu nas redes sociais⁷.

Para Gramsci, partindo de Maquiavel, na construção do poder político, coerção e consenso são indissociáveis, sendo base da dominação de uma classe sobre outra, e portanto, necessária em todas as formas de Estado, sejam “repúblicas”, “reinos” - “novos”, “velhos” ou “mistos”.

Em outro trecho, Soares afirma que as milícias são a negação do Estado,

Não haveria isso que chamamos milícias, que são grupos compostos por policiais e ex-policiais civis e militares e alguns bombeiros e agregados que são recrutados e aceitos, além de, cada vez mais crescentemente, por traficantes de drogas que são cooptados para as novas coalizões, que hoje tem se estendido, tem se replicado. Por que foi possível chegar a esse ponto, em que temos 57% da população da capital do nosso estado sob o domínio seja de milícias seja de facções do tráfico, sendo a grande parte de milicianos? Nós temos hoje muito mais milicianos dominando a população do que traficantes. São quase 4 milhões de pessoas sob o domínio de grupos armados criminosos, milicianos ou traficantes, sobretudo milicianos, que é o poder que mais cresce e que se aliou ao Terceiro Comando puro, se opondo apenas ao Comando Vermelho, que é uma espécie de ilha de resistência do velho modelo. Como é possível que isso tenha ocorrido? E vejam: **isso significa a negação do estado democrático de direito, porque é a negação do próprio Estado, que, ao deixar de ser monopolista dos meios de força legítimos, deixa de se apresentar propriamente como o Estado** (SOARES, 2021).

⁷ BERGAMO, Mônica. “Após banho de sangue no jacarezinho citações positiva a Castro cresce 41% nas redes sociais”. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/05/banho-de-sangue-da-policia-em-jacarezinho-aumenta-citacoes-positivas-ao-governador-do-rio-nas-redes.shtml> Acessado no dia 15/12/21.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

Como temos procurado demonstrar, a partir de uma dupla perspectiva de Gramsci na formulação do Estado ampliado, que é marcado por uma relação tensa de distinção entre coerção/consenso, sem que um chegue a anular seu par no processo histórico, mas, pelo contrário, cada um combinando, moldando, se apoiando e reforçando um ao outro, em uma concepção metaforizada no centauro maquiavélico; duplicidade animalésca e humana, violência e civilidade. Imagem forte onde não é possível cindir a metade fera da metade humana sem que ocorra a morte do centauro, ou seja, o “Estado de direito” não oblitera a brutal violência estatal.

Nessa lógica dialética, não é possível separar a condição de existência do poder político sem sua condição de legitimidade; por consequência, em nossa compreensão, o poder miliciano é instituído a partir da atuação de agentes do estado estrito e, portanto, não pode ser separado da legitimidade política “universal” do Estado que na forma “ampliada” tende a produzir em áreas ocupadas pelas milícias uma “nova” forma coetânea e coextensiva de dominação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos podendo atingir com diferentes intensidades os espaços de todo o conjunto da vida social.

Para Soares, as milícias são nichos de policiais corruptos que se autonomizaram na forma miliciano se deslocando da “legitimação” como Estado, rasgando o contrato social, rompendo com o monopólio da força do Estado.

Com uma concepção bastante similar a de Soares, o sociólogo Marcelo Burgos, Professor da PUC-RJ, coordenou nos anos 2000 uma pesquisa de campo na favela de Rio das Pedras; de cujo trabalho de campo resultou a obra “A utopia da Comunidade Rio das Pedras, uma favela carioca”⁸, que narra o fenômeno da milicialização em Rio das Pedras muito antes das milícias serem conhecidas como tal, ainda distantes dos holofotes nacionais e internacionais, na época tal prática era conhecida como atuação da “policia mineira”.

Burgos destaca a suposta vantagem narrada por moradores de habitarem uma favela isenta de “gangues de traficantes”:

Em uma cidade marcada pelo recrudescimento pela violência urbana e que tem vitimado especialmente moradores de favelas, impondo-lhe todo tipo de constrangimento, morar em uma favela sem ter que conviver com as sombrias presenças de traficantes torna-se compreensivelmente, razão suficiente para aumentar o apego do morador ao lugar. Esse é o caso de Rio das Pedras, que, na assustada representação que o pobre faz da sua

⁸ BURGOS, M. (Org.). *A utopia da Comunidade Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002. O livro capta parte significativa desse fenômeno a partir de um trabalho de campo que durou um ano nessa localidade e produziu reflexões resultantes da observação participante do professor e de 22 alunos.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

cidade, aparece como uma espécie de oásis em meio a barbárie (BURGOS, 2001, p. 34)

Embora o estudo de Burgos chegue a uma visão bastante positiva em relação à ausência do tráfico de drogas, e conseqüentemente das disputas violentas por territórios e poder entre facções e policiais, ele percebe que há uma outra forma de dominação autoritária e arbitrária. O autor percebe que a Associação de Moradores de Rio das Pedras (AMARP) possuía força descomunal, estabelecendo rigoroso controle sobre o território bem como sobre o conjunto da vida social da região, regulando o mercado e consumo na favela. A associação era liderada por policiais civis que cresceram na favela.

A associação de moradores aparece na obra como o verdadeiro “Estado” dentro dessa favela, e, pelo menos desde os anos 1980, controlava ali todo o “mercado informal” de terras⁹.

O poder desta associação remete a um grupo de moradores que dominou a comunidade do final dos anos 1970 até meados dos anos 1990, com práticas as quais muito se aproximavam dos cangaceiros, conforme o estudo de Burgos. Segundo relato dos moradores, o grupo era liderado por um açougueiro que havia sido humilhado por traficantes e inicia a prática da “justiça com as próprias mãos” (SILVA & FERNANDES, 2008)¹⁰, cometendo todo tipo de arbítrio e violência na favela sob a justificativa de proteção da comunidade e perseguição ao uso e ao tráfico de drogas. Parte daquele “consenso” que foi reproduzido pelo jornal *O Globo*, como mencionado.

Outro resultado do trabalho de campo coordenado por Burgos foi a produção de um documentário, elaborado por alunos do curso de sociologia da PUC-RJ¹¹, no qual lideranças da associação de moradores de Rio das Pedras explicam o processo de urbanização da favela. Entre os depoentes, estão o Inspetor da Policial Civil Felix Tostes e Josinaldo Francisco da Cruz, o “Nadinho”, que se elegeria a vereador em 2007. Mais tarde seriam apontados pelo Ministério Público Estadual como líderes da milícia de Rio das Pedras. Além disso, note-se que ambos participaram de atividades acadêmicas na Faculdade, nos chamando a atenção para a visão de mundo

⁹ Que na época equivalia, em uma hipótese conservadora, a cerca de 9 mil lotes, podendo abrigar 30 mil moradores.

¹⁰ A origem da Milícia em Rio das Pedras é controversa, mas liga-se em particular, a uma narrativa quase mitológica, focada em justiceiros locais. Territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹¹ O documentário foi publicado há 10 anos no Youtube, fragmentado em 10 partes, na qual está disponível por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=zgxfRQa73g>. Acessado dia 08 de junho de 2021.

A História Através da História

RIBEIRO, Danilo George

mercadológica e empreendedora da favela feita por essas lideranças expressas no documentário¹².

Destacamos aqui, mais uma vez, como esses grupos inicialmente obtiveram respaldo na atuação em amplos espaços da sociedade civil, inclusive no meio acadêmico.

Em artigo jornalístico recente, Burgos (2021) caracteriza as milícias como anti-estatais, associadas a uma lógica neoliberal:

milícia é acima de tudo um fenômeno econômico, de construção de novas bases materiais na vida urbana. E nesse caso, o fato de parte da Barra da Tijuca aderir ao mesmo projeto político da população mais fortemente submetida ao jugo das milícias, indica que o modo de exploração econômica caro à milícia pode estar dando lugar a uma nova superestrutura que é, por princípio, antiestatal e, por isso mesmo, genuinamente neoliberal. (...) E por suas próprias características, a lógica da milícia anima um discurso antiestatal e antipolítica. No mundo da milícia, o que vale é a lei do mais forte, que não reconhece direitos nem regulação; sua concepção de sociedade é a do hobbesianismo social: indivíduo, apetites, competição e eliminação física daqueles que representam um obstáculo aos seus negócios. A versão neoliberal do mundo periférico (BURGOS, 2021).

Por tudo isso, parece-nos contraditório criar uma concepção de “superestrutura” miliciana descolada do Estado e reduzido ao aspecto econômico.

Ainda para Burgos, as milícias estariam construindo uma nova hegemonia no Rio de Janeiro, pois obtém um lastro eleitoral que engloba a Barra da Tijuca (território da classe dominante na zona oeste) e favelas dominadas por milicianos.

Como demonstrou Gramsci (2001), no caderno 10, “toda relação de hegemonia é pedagógica e depende da construção de novos sujeitos sociais e políticos”. Para (BIANCHI, 2018, pp. 165-169), “não existe em Gramsci a construção de novas formas de dominação e de novos sujeitos sociais ou políticos sem atuação por dentro do aparato estatal”. Apoiando-nos nessa perspectiva, concluímos que não há como desassociar as milícias do poder estatal nem do poder econômico.

¹² Não deixa de ser irônico que a narrativa do documentário se estabelece a partir da noção de Sociedade Civil de Alex Tocqueville.

Considerações Finais

Vimos como o debate acerca do conceito de Estado e sociedade civil, assim como suas transformações contemporâneas, é extenso e complexo. Isso porque tratamos aqui apenas de alguns autores localizados dentro de algumas correntes de pensamento. Cabe ressaltar que a maioria dos autores aqui tratados elaboraram suas teorias tendo em mente países pré-capitalistas ou de Estados capitalistas avançados (França, Inglaterra, EUA) ou no máximo tardio (Itália).

Para Gramsci, o Estado não é monolítico, é fragmentado e nele se inscrevem frações de classes dominantes ou subalternas, previamente organizados ao nível da sociedade civil, em busca do monopólio do uso legítimo não somente da violência física, mas também daquela de cunho simbólico sobre o conjunto da sociedade a ele correspondente.

Tal arcabouço teórico nos dá ferramentas para analisar o fenômeno das milícias para além do Estado Formal e colocam o Estado como produtor de ilegalidade articulado com o par dialético consenso/coerção na sociedade civil. Como destacamos antes, a produção desse “novo” regime de militarização e controle a céu aberto realizado pelas milícias não é realizada apenas pelos agentes policiais. Por fim, ressaltamos que as interações entre Estado e Sociedade Civil são marcadas por tensões, divergências, expectativas e conflito.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

BUCCI-Gluksmann, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURGOS, M. (Org.). *A utopia da Comunidade*. Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

BURGOS, M. (Org.). **“RJ: Uma cartografia dos tentáculos da milícia”**. Le Monde Diplomatique Brasil edição on line. 11 de maio de 2021, Republicado em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/rj-uma-cartografia-dos-tentaculos-da-milicia/>. Acessado dia 15/12/21.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação no campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, *Jefrey*. **Bad civil societ. Political Theory**. V. 29 n. 6, p. 837-865, dec 2001.

CHRISTIE, Nills. **A indústria do controle do crime**. A caminho dos Gulags em estilo ocidental. Tradução por Luis Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História**. Rio de Janeiro: Edufrj/EPSJV, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HIRATA, Daniel & CARDOSO, Adauto. **“A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados”**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2021.

IGNACIO, Cano; DUARTE, Thais. **“No sapatinho”**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) / Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores); Kryssia Ettl e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina. **“Estado e sociedade”**. In MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História, pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

A História Através da História
RIBEIRO, Danilo George

SOARES, Luís Eduardo. **“O que são as milícias?”**. A Terra é Redonda, 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-que-sao-milicias/?doing_wp_cron=1639598202.5511560440063476562500. Acessado dia 15\12\21.

APLICATIVOS E ENTREGADORES: OS CAMINHOS DA DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO SOB DUPLA PERSPECTIVA

Lucas Souza*

Introdução

O impacto das novas tecnologias no mundo do trabalho tem sido alvo de diferentes debates (ANTUNES, 2020). Inserido na discussão sobre as perspectivas dos principais agentes envolvidos neste processo, este texto tem como alvo as plataformas digitais e suas relações com os entregadores. Assim, ele é iniciado com um mapeamento a partir dos dados coletados em nossa pesquisa sobre os aplicativos utilizados por estes trabalhadores, e logo é seguido com parte da trajetória dos principais (iFood, UberEats, Rappi e Loggi), elaborada a partir de reportagens, relatórios empresariais e dados oficiais, além de entrevistas com seus fundadores e gestores. Ao longo do texto, haverá registro da experiência do processo de plataformização do trabalho dos entregadores na reprodução de trechos de suas falas. Estas são fruto de entrevistas qualitativas realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2021 no município do Rio de Janeiro, as quais foram parte das fontes utilizadas na tese em desenvolvimento no PPGH-UFF.

Os entregadores e seus “patrões”

Rafael começou a entregar para aplicativos em 2020. Desde os 20 anos, trabalhou em diversos condomínios da Zona Sul do Rio de Janeiro, primeiro como zelador e depois como porteiro, atividade que exerceu até fevereiro de 2020. Depois de ter saído da função, para “procurar outros trabalhos onde conseguisse crescer”¹, Rafael precisou mudar de rumo: com o início da pandemia do novo coronavírus o mercado de trabalho ficou bem mais restrito. Foi, então, que resolveu entrar para o ramo das entregas por aplicativo.

* Doutorando em História pelo PPGH-UFF e bolsista “Doutorado Nota 10” pela Faperj.

¹ Entrevista realizada em 25/08/2021.

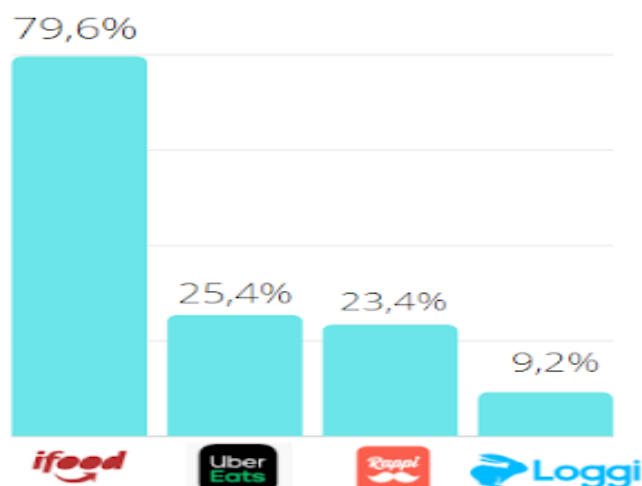
A História Através da História

SOUZA, Lucas

Não era o que eu tinha pensado não. Estava pensando em ir para outra coisa. Eu ia tentar um restaurante, ou trabalhar em hotel. Mas com esse vírus ficou tudo mais difícil. Como estava tudo ruim, fiz meu cadastro na iFood e comecei a fazer as entregas de bicicleta. Acabei ficando por aqui mesmo. Não acho ruim não. Não é o que eu quero para minha vida, mas no momento não dá para reclamar não. Tem muita gente aí que nem isso tem.

Foi assim o início na atividade para Rafael, que continuou a atuar de forma similar pelo menos até a realização desta entrevista. Seguiu realizando as entregas com sua *bike* para a iFood, e não fazia uso de outras plataformas. Quando perguntado sobre o motivo da exclusividade, foi bem taxativo: “É a melhor delas. A que paga melhor. Até tenho outros aplicativos aqui, mas nem ligo mais. Estou só na iFood agora mesmo. Rappi, Uber... não acho que vale a pena não”. O relato de Rafael é bem significativo quanto a relação dos entregadores com as diferentes plataformas. Além das entrevistas já apontadas, também foi realizada uma pesquisa por formulários nas ruas do Rio de Janeiro com 500 entregadores. Alguns dados encontrados ajudam a entender melhor a dinâmica entre estes trabalhadores e seus “patrões sem rosto” (CANT, 2021). Do universo total dos entregadores encontrados, 398 utilizam a iFood, 127 a Uber Eats, 117 a Rappi e 46 a Loggi, conforme podemos ver no gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de entregadores usuários das plataformas







Fonte: Elaboração própria

A História Através da História

SOUZA, Lucas

Ainda existem outros aplicativos menores citados, mas é preciso fazer algumas observações. A iFood, em sua atuação no ramo das plataformas digitais, possui uma série de outras parceiras que prestam serviço para ela. Estas outras empresas, atuam junto do sistema da iFood, tendo acesso aos dados desta e fazendo com que o sistema de logística fique ainda mais amplo. Para o usuário cliente, apenas a iFood é disponibilizada, e por lá os pedidos são realizados. Na tabela a seguir, detalhamos melhor os números apresentados anteriormente, ao agregar a informação da quantidade de entregadores que utiliza a plataforma, os números relativos aos que fazem uso exclusivo de apenas um dos aplicativos.

Tabela 1 - Entregadores usuários das plataformas

Plataforma					Nenhuma	Outras
Utilizam	398	127	117	46	0	18
utilizam exclusivamente	224	26	19	7	42	0

Fonte: Elaboração própria

A partir destas informações, o objetivo aqui é olhar com mais detalhes um pouco da história destas plataformas digitais e sua relação com os entregadores. Assim será possível compreender um pouco da dinâmica de expansão e atuação no mercado destas grandes marcas do “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2016).

iFood

Olhando os números apresentados, é possível enxergar que o caso de Rafael é semelhante a diversos outros. A preferência pela iFood parece ser algo comum, e desta forma julgamos ser importante detalharmos um pouco da trajetória desta empresa. As informações contidas nesta parte foram retiradas do site oficial da companhia e de uma entrevista cedida por um dos criadores da companhia ao portal *Distrito* (2020).

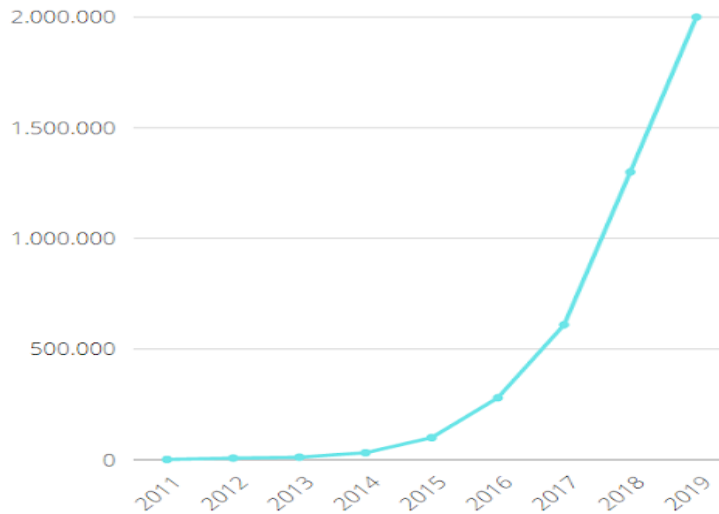
A História Através da História

SOUZA, Lucas

No ano de 2011, a companhia de entregas Disk Cook resolveu mudar sua forma de trabalho e partir rumo ao mundo digital. Desde 1997, ela operava a partir de um cardápio impresso que continha o *menu* de restaurantes de São Paulo, no qual os clientes realizavam seus pedidos ligando para a central da empresa. De lá, eles seguiam via fax aos restaurantes, e eram elaborados e entregues sob responsabilidade total destes. A partir da segunda década dos anos 2000, houve um primeiro grande investimento da *Warehouse*, um fundo de investimento de capital de risco voltado à pequenas e médias empresas. Neste momento, houve a alteração do nome, e de uma central de telefones a empresa passou a operar por um *site*, com o lançamento do aplicativo no ano seguinte. Assim, o papel da iFood ainda se mantinha o mesmo da Disk Cook – centralizar informações aos consumidores e redistribuir as solicitações aos restaurantes –, mas agora por meios digitais.

A partir de então, a expansão da empresa se acentuou, com mais investimento de grupos financeiros. As compras e fusões também não demoraram a acontecer. No ano de 2013, a *Mobile*, uma empresa brasileira da área de logística e tecnologia, comprou a companhia por R\$ 5,5 milhões, e assim a estratégia passou a ser de aquisições de pequenas empresas regionais do setor (BRETAS, 2018). Sem mais alterações no nome, a companhia passou por fusões com a *SpoonRocket* (2016) e *Rapiddo* (2018), e seu valor de mercado no ano de 2018 foi anunciado em mais de US\$ 1 bilhão. Para compreendermos um pouco deste movimento, o gráfico abaixo mostra a evolução no número de pedidos mensais entre 2011 e 2019, período no qual passou de 12.000 para 2.000.000.

Gráfico 2 - crescimento no número de pedidos da iFood



Fonte: elaboração própria

Mas, esta “história de sucesso” não poderia ser de outra forma que não a partir da cada vez mais intensa exploração da sua força de trabalho. É claro que o papel do incremento tecnológico auxilia nos investimentos e nas estratégias de expansão, mas a produção de mais-valor é o centro do desenvolvimento empresarial no capitalismo (MARX, 2011).

Sobre a dinâmica deste ramo da economia, Tom Slee defende que “as indústrias da tecnologia são frequentemente um mercado do tipo ‘vencedor leva tudo’, em que a empresa-líder tem um significativo poder sobre o mercado” (SLEE, 2017, p. 147). Embora, talvez, para empresas que operem totalmente online – ou seja, sem depender da localização da força de trabalho para prestar determinado serviço ou vender conteúdo – esta situação seja predominante, não é exclusividade. Isso tem relação com algumas particularidades desta área, com grande destaque ao uso de algoritmos e armazenamento de dados, mesmo quando estamos nos referindo aos trabalhos plataformizados territorialmente localizados. Slee, abordando a Uber (no transporte de passageiros) traz um argumento que facilmente pode ser aplicado ao delivery, e nos permite compreender que esta lógica do “vencedor leva tudo”:

A História Através da História

SOUZA, Lucas

O modelo de compartilhamento de viagens é um “mercado de dois lados”, no qual a Uber controla a oferta de motoristas e de passageiros. Quanto mais passageiros, melhor para os motoristas; quanto mais motoristas, melhor para os passageiros. Conseguir um crescimento de mão dupla é um dos desafios de qualquer aspirante buscando espaço. O componente tecnológico do negócio é amortizado em todas as cidades onde a Uber opera, de maneira que seu sucesso em Nova York ajuda o negócio em San Diego (SLEE, 2017, p. 122).

Assim, a iFood, primeira empresa deste tipo a receber quantias significativas à sua expansão, pôde operar com lucros menores – e até mesmo prejuízos – a fim de conseguir um maior número de clientes e restaurantes fornecedores. Desta forma, foi possível acumular mais dados e informações centrais neste ramo, e assim articular formas específicas de controlar o ramo das entregas. Ou seja, a partir da ampliação de sua rede, a iFood obteve informações para saber onde existe um maior número de pedidos, onde os entregadores costumam entrar e sair do aplicativo, por qual região gostam de atuar etc. Certamente, estes dados auxiliam a empresa a realizar a gestão da força de trabalho, e isso ocorre de formas distintas. Vejamos, então, como um entregador pode atuar na iFood, e talvez o uso destes dados acumulados no período de expansão possa se tornar mais perceptível.

Na empresa, é possível trabalhar de duas formas diferentes. A primeira é simples e similar às diversas plataformas, e aos aplicativos de transporte de passageiros. Primeiramente, é preciso se inscrever na plataforma, enviar a documentação solicitada e aguardar a aprovação – que pode levar meses. Após o cadastro ser aceito, é possível ligar o aplicativo quando e onde quiser para começar a atividade, e – em teoria – desligar quando for conveniente. O entregador não possui nenhuma obrigação de horário ou local de trabalho, recebendo retirada de pedidos de acordo com região em que está. Esta forma de relacionamento com a empresa é chamada de “nuvem”. Vale destacar aqui que não se sabe como são escolhidas as distribuições de entregas. Por exemplo, em resposta a uma reclamação, a empresa alegou que

O nosso sistema faz a distribuição de rotas para os entregadores de forma automática, baseado na proximidade do entregador com o restaurante. Para isso, não há uma preferência por nenhuma categoria, todos os entregadores que estiverem disponíveis na região irão receber pedidos de forma aleatória (COELHO, 2020).

Mas isto não é o que acontece, e quem conseguir passar um tempo próximo de um grupo de entregadores consegue facilmente verificar este fato. A principal hipótese à distribuição de entregas pela plataforma – e mais lógica – é que a frequência de corridas tem relação com o *rank* dos entregadores. A avaliação entre 1 e 5 estrelas

A História Através da História

SOUZA, Lucas

pode ter a função de selecionar quais são os melhores candidatos a receber um pedido. Mas, também foi comum ouvir frases como as de Deilson, que nos contou que “se você começar a recusar as entregas, vai parar de tocar. Todo mundo sabe disso. Essa é a estratégia para o pessoal aceitar as corridas de 2, 3 reais que tocam aí”.² A não transparência das informações do próprio trabalho dos entregadores faz parte da rotina das plataformas, e não somente no Brasil. Cant relata que a *Deliveryroo* atua na Inglaterra em moldes similares (SLEE, 2017).

Aliás, é fundamental destacar que o modelo “nuvem” de trabalhar é comum a outras plataformas. Mas, ainda existe outra forma, particular da iFood, que vale ser aprofundada. Com a sua expansão nos últimos anos, a empresa passou a adotar uma estratégia de gestão da força de trabalho distinta: terceirizar a supervisão dos entregadores. Com isto, foi criada a categoria de Operador Logístico (OL), que nada mais é, conforme consta no próprio site da companhia, “uma empresa contratada pelo iFood para administrar grupos de entregadores disponíveis em dias e horários pré-estabelecidos”. Na prática, baseado no que foi relatado pelos próprios entregadores, o sistema funciona da seguinte forma. Esta empresa contratada seleciona um gerente e cria uma equipe para atuar em determinada região. Com o acesso a dados, como por exemplo sobre o “ranqueamento” dos entregadores, estes são convidados por este operador a se tornarem parte de uma frota, tendo um horário a cumprir, normalmente com uma folga semanal. Pedidos recusados são fortemente desencorajados, sob pena de exclusão da equipe. A jornada diária gira das 10h30 até 23h, com alguns intervalos durante a parte da tarde. Desta forma, entregadores passam a ter horários a cumprir, zonas para atuar, mas continuam sem nenhuma espécie de direito trabalhista.

Foi comum ouvir relatos de que a remuneração de quem atua via OL é maior, assim como muitos afirmaram que “nuvem toca muito menos que OL”³. Um dos que nos disse esta frase foi Abreu, de 23 anos. Ele trabalha em entregas desde os 19, e voltou a ser nuvem recentemente, pois estava cansado da pressão exercida pelo Operador.

Tem que ver o grupo [do Whatsapp] como é. Ele [o operador] é maluco. Não deixa ninguém trocar o turno, fica ameaçando expulsar por qualquer coisa. Não dá para mim não. Quero ficar aqui de motoboy porque não tem patrão no meu ouvido. Para ficar alguém me “enchendo o saco” eu vou para outra coisa. E ainda ele fica com 20 % das nossas entregas. Para não fazer nada, só ficar perturbando mesmo.

² Entrevista realizada em 20/07/2021.

³ Entrevista realizada em 23/07/2021.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

Foram diversas falas registradas que envolvem a pressão exercida pela empresa terceirizada do iFood na gestão da força de trabalho. Nas palavras de Cássio, antigo garçom, “é igual a ter carteira assinada, só que sem direito a nada. Férias, 13º [salário], FGTS... nada”⁴. Vale dizer que relatos como este foram recorrentes. Também podemos trazer aqui outros tipos de pressões que os Operadores exercem sobre sua equipe. Em matéria da BBC Brasil, alguns áudios destes gerentes foram transcritos e frases como “Quero saber quem fez isso comigo. Estou lidando com vocês aí, no dia a dia. Eu simplesmente falei que quem quiser aderir (à greve) não vai mais fazer parte da equipe, só isso” (MACHADO, 2020). Ou ainda:

A gente que é OL é diferenciado, outra qualidade de entregador. A gente não se envolve em nenhum tipo de manifestação. Se alguém estiver descontente com a plataforma, me procura na base que eu te mando para nuvem. Se você tiver com adesivo (de protesto) na bag, vou pedir para você tirar. Se estiver descontente, a gente resolve essa questão e você se vira na nuvem.

Assim, é razoável supor que a escolha da iFood por operar desta forma – terceirizando a gestão da força de trabalho para controlar de forma mais acentuada a jornada dos entregadores – tenha relação justamente com o acúmulo de dados que a empresa, que há anos é líder no mercado de entrega via aplicativos (MUNIZ, 2021). A máxima de “o ganhador leva tudo” oferece esse tipo de vantagem no trabalho plataformizado.

Vale ainda notar que foi possível observar ao longo da pesquisa uma certa divisão entre quem trabalha por OL e quem atua via nuvem – chamados somente de OL e Nuvem. Normalmente, o primeiro grupo parece estar “vestindo mais a camisa da empresa”, conforme um entregador afirmou em entrevista. Embora não seja possível trazer generalizações ou quantificações em nosso estudo, foi comum perceber distinções nas brincadeiras realizadas entre os próprios entregadores, como “fala com esse aqui [aponta para o lado], pergunta só para ele quanto ganha. Ele é rico. É OL.”⁵ Ou então “vem aqui em dia de chuva e só vai ter esses OL ‘trouxas’ que tem que ficar com o aplicativo ligado”⁶. Desta forma, é válido apontar que a simples existência das duas categorias contribui para certa fragmentação no coletivo dos entregadores, além de uma maior – e mais nítida – disciplinarização da força de trabalho pró capital.

⁴ Entrevista realizada em 24/07/2021.

⁵ Entrevista realizada em 15/08/2021.

⁶ Entrevista realizada em 16/09/2021.

UberEats

Mas, conforme já apontando, existem outros aplicativos ligados ao *delivery*, e aquele que ficou como o segundo mais utilizado é o UberEats. Para falar da trajetória deste aplicativo, é impossível não citar que este é um serviço oferecido pela Uber. A plataforma de entrega de alimentos foi criada em 2014 em Toronto, e apenas chegou ao Brasil em dezembro de 2016. A empresa possui um sistema um tanto quanto distinto daquele ligado ao surgimento da iFood, pois desde seu início operava com o chamado *full service*, que significa que os entregadores “parceiros” da Uber que são responsáveis por fazer a coleta do alimento. Ou seja, o restaurante recebe o pedido e o deixa pronto para a retirada, sem mais ter a responsabilidade pela cobrança e entrega ao consumidor final. A propósito, foi a partir da chegada da UberEats que a iFood passou a ter também entregadores próprios e realizar esta modalidade de serviço. Isto é tão significativo que foi o ano de 2016 escolhido como ponto inicial da nossa análise sobre o processo de uberização dos entregadores. Assim, no momento em que as empresas se tornam responsáveis por ter relações exclusivas com os trabalhadores – sem que estes tenham ligações com os restaurantes – é que estamos considerando o ponto mais desenvolvido até então de plataformização.

Voltando à empresa, em 2019, a UberEats comprou a *Cornershop*, e passou também a entregar compras de supermercados, em um sistema similar com o dos restaurantes. Ainda neste mesmo ano, a estimativa era que a empresa gerasse para si uma receita de US\$ 1 bilhão, período em que a companhia foi considerada a “mina de ouro secreta da Uber” pelo site da revista Forbes (CARSON, 2019). O segredo desta receita, apesar de operar de forma deficitária como sua “empresa-mãe”, está alicerçado nas baixas taxas pagas aos entregadores. João Felipe, de 19 anos, deixou bem claro que partilha desta posição, ao afirmar que “o que a Uber paga é brincadeira. Tem que estar muito ruim [de entregas no dia] para a gente aceitar. Chega a ser ridículo.”⁷ Posição similar é de Carlos, 21, que, assim como João, também trabalha de bicicleta: “É trocado que a Uber paga. É corrida de 5 reais toda hora, até ir para o restaurante, recolher o pedido, entregar e voltar [para o shopping onde aguarda as chamadas] é mais de uma hora. Agora vê só: no dia a gente faz o que, umas 5, 6 corridas pra Uber. Não dá, não é?”⁸

Cabe ainda destacar que no segundo semestre de 2020, a UberEats apresentou um crescimento na receita de 103%, enquanto as corridas de seu negócio principal apresentaram significativa queda. É claro que o contexto de isolamento social em

⁷ Entrevista realizada em 01/09/2021.

⁸ Entrevista realizada em 25/09/2021.

função da pandemia foi uma das principais razões, mas este aumento nos números foi bastante significativo nos rumos da companhia. Isto fez com que neste mesmo ano, Daniel Danker, *head* global de produtos da UberEats, afirmasse que a empresa “já é um serviço *mainstream* e será uma boa parte do nosso futuro” (DRSKA, 2020)⁹.

Rappi

Ainda vale trazer aqui uma outra concorrente neste ramo, a colombiana Rappi, fundada em 2015 por um que trabalhava em aplicativos de supermercados (PELISARI, 2021). Três anos depois chegou ao Brasil, mas optou por atuar em ramos diferentes do que as duas outras plataformas maiores concorriam. Fernando Vilela, diretor de Marketing da Rappi no país, afirmou em entrevista que a empresa começou “com delivery de supermercado e de farmácia, duas modalidades que nenhum grande *player* oferecia na época” (SEGADILHA, 2021). Além desta área, o executivo disse que outra atenção especial do grupo foi com relação aos pequenos comerciantes. A estratégia, para utilizar as palavras de Vilela, é simbólica: “Nós dissemos a ele: Não precisa mais contratar ninguém. Você só tem que embalar seu produto. Da sua porta até a porta do cliente, a responsabilidade é nossa” (IDEM). Ou seja, está claro que o nicho de atuação neste núcleo foi a de exteriorização de custos, muito próxima das empresas de terceirização. Contudo, conforme sabemos, ao invés de atuar de modo similar ao de uma terceirizada, na qual existe um grupo de trabalhadores contratados que passa a fazer determinado serviço para outra empresa, os entregadores não possuem vínculo empregatício. Esta, aliás, pode ser vista como a síntese de um dos principais objetivos das plataformas digitais.

Uma percepção que obtivemos ao longo da pesquisa – e foi reafirmada em nosso universo de dados – é que os entregadores que atuam exclusivamente na Rappi parecem ser mais jovens, receber uma quantia relativamente mais alta do que seus pares, e também atuarem há poucos meses nas entregas por aplicativo. Joaquim, por exemplo, possui 18 anos. Terminou o ensino médio em 2020, e iniciou nas entregas após indicação de Ricardo, seu vizinho¹⁰. Com um turno padrão sobre sua bicicleta de quase 12 horas por dia, seis vezes na semana, sua remuneração ficou em cerca de R\$ 2.000,00 por mês, uma quantia consideravelmente maior do que a média. Ele diz que está contente com sua primeira experiência remunerada:

⁹ Apesar deste prognóstico, em março de 2022 a empresa anunciou o fim da UberEats. Contudo, outros serviços de entregas oferecidos pela Uber seguem em vigor, com baixas taxas percebidas pelos entregadores.

¹⁰ Entrevista realizada em 14/08/2021.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

Eu estou gostando, sim. Terminei a escola já na pandemia, e não estava conseguindo trabalho nenhum. Não passei no Enem, mas agora eu estou com um salário que só teria depois de ter a faculdade. (...) Assim, não digo que é tranquilo. A gente passa muito perrengue. Nestes três meses que estou aqui já caí duas vezes. Graças a Deus não quebrei nada, só precisei levar [a bike] para a oficina.

O caso de Ricardo, embora possua 21 anos, é bem similar. Atuando há 4 meses nas entregas, recebe praticamente o mesmo valor que seu vizinho, e tem a mesma jornada de trabalho. Quando perguntado sobre o motivo de trabalhar somente na Rappi, deu uma resposta parecida à de Joaquim: “Eu nem vi ainda de me cadastrar em outro [aplicativo] não. Estou tranquilo por aqui. Toca sempre, e a gente não pode recusar corrida, se não ‘dá ruim’”.

Vale dizer que este foi o motivo de muitos outros entregadores não aprovarem trabalhar para a Rappi. Foi comum ouvir queixas sobre a empresa ter uma política de punir mais severamente quem recusa chamadas de entrega. Talvez, este seja um fator chave para que a maioria dos entregadores que atuam exclusivamente na plataforma terem tão pouco tempo de experiência na profissão. E, esta alta rotatividade pode ter relação com a política de expansão da empresa. Já foi apontado anteriormente como a Uber opera no prejuízo, e também como no ramo de tecnologia o lema do “vencedor leva tudo” faz parte da realidade. Assim, a partir do que foi exposto, a frase dita por Vilela “No fim do dia, a gente segue investindo dinheiro, muito mais do que recebe.” (SEGADILHA, 2021) parece fazer um sentido maior. Operando em uma política de expansão e sem dar lucros, é possível pagar tarifas relativamente mais altas aos entregadores e oferecer preços mais baixos aos clientes. Desta forma, tenta-se “fidelizar” as partes, e aqui a punição por rejeição de corridas entra no jogo como tentativa de garantia de haver uma “boa prestação de serviço” aos consumidores. Se é fortemente desencorajada a recusa, há uma procura em diminuir o tempo de espera das entregas. Roger, por exemplo, nos afirmou que no tempo que trabalhava para a Rappi sofreu bloqueios temporários por 3 vezes em uma mesma semana por não aceitar corridas que pagavam “praticamente nada”, para utilizar suas palavras¹¹. Como não há clareza nas políticas das plataformas, não é possível afirmar com precisão acerca das formas como estas empresas atuam, mas não podemos deixar de frisar que há total sentido nos relatos trazidos por estes trabalhadores quando colocados lado a lado com as falas dos próprios empresários.

¹¹ Entrevista realizada em 21/09/2021.

Loggi

Seguindo nesta mesma direção, vejamos um pouco da trajetória da Loggi, a última plataforma a ser analisada. Fabien Mendez, CEO da companhia revelou em entrevista um pouco dos seus primeiros passos à frente da empresa. Após uma tentativa sem sucesso de criar “o Uber no Brasil antes do Uber”, com a *GoJames*, resolveu mudar a área de atuação e migrar do transporte de pessoas para o transporte de mercadorias (DANTAS, 2020). Foi esta a razão para que em 2013 fosse lançada a Loggi. Mas, esta plataforma possui algumas especificidades em relação às anteriores. Em primeiro lugar, ela surgiu com foco em atuar na entrega de documentos em São Paulo. Foi apenas em 2015 que o e-commerce entrou na pauta da empresa, e no ano seguinte a expansão foi rumo ao *delivery* de comidas (SIQUEIRA; BERGAMASCO, 2019).

Cabe ainda apontar um pouco da estratégia da empresa com relação aos seus entregadores. Ao contrário das plataformas citadas anteriormente, a Loggi exige que os “parceiros” possuam um CNPJ via MEI para poder realizar o cadastro. Parece assim que há uma tentativa de regular a relação entre as partes por fora da Legislação Trabalhista desde sua gênese. A própria empresa diz ser “um aplicativo de entregas via motoboy” (MACHINE, 2020), enquanto outras plataformas preferem assumir a máscara de “empresas de tecnologia”¹².

Aliás, é ainda interessante ressaltar a fala de Fabien sobre a possibilidade de vínculo empregatício entre a empresa e os entregadores. Ele levanta a questão dos processos trabalhistas, com uma visão patronal bem característica, sendo direto ao dizer que a Loggi conseguiu nos tribunais seu “direito reconhecido” (MACHINE, 2020). A ação do Ministério Público que buscava reconhecer o vínculo a que o CEO se referia em 2019 foi para Segunda Instância, e em agosto de 2021 houve uma decisão do TRT-2 pró empresa (BRIGATTI, 2021). Sobre a iniciativa do MP, disse as seguintes palavras: “É completamente normal isso acontecer. As leis, por definição, são retroativas. Elas cristalizam uma situação passada e, diante disso, é muito normal que os órgãos públicos pensem ‘bom, isso é uma coisa nova e a gente não entende muito bem’.” (SIQUEIRA; BERGAMASCO, 2019). Parece, portanto, que o modelo da Loggi, muito próximo com o das outras plataformas digitais no que tange a ausência de vínculo com os entregadores, tem conseguido juridicamente fazer valer a força dos interesses do capital. Mas talvez isto pode estar em momento de transformação.

¹² As plataformas se autodeclararem empresas de tecnologia tem relação com a responsabilidade destas com eventuais acidentes e mesmo vínculos empregatícios com seus trabalhadores. A aparência proclamada pelas empresas é a de que elas apenas intermediam pessoas que, por exemplo, querem uma corrida de carro e motoristas dispostos a fornecer este serviço.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

Recentemente, houve vitória de um trabalhador contra a Uber (G1, 2021) nos mesmos moldes, e diversos processos seguem tramitando nos tribunais.

Por fim, vale ainda trazer que esta mesma matéria sobre a Loggi informa que “A empresa afirma que apenas 1% dos entregadores cadastrados trabalham mais de oito horas por dia” (SIQUEIRA; BERGAMASCO, 2019). Interessante pensar nesta informação e no dia a dia profissional de Sandro, 42. Há 10 meses na atividade, o ex-motorista de ônibus disse que só trabalha para a Loggi, e com uma rotina de 11 horas por dia, seis vezes por semana. Se quisermos trazer uma média dos entregadores que disseram trabalhar para a empresa, de acordo com nossa pesquisa, a jornada média destes trabalhadores diária ficou em 10 horas e 55 minutos por dia. Mais uma vez, a não transparência dos dados das plataformas digitais não permite olhar para a totalidade do grupo, e nossas informações adquiridas mostram um resultado completamente distinto daquele citado pelo CEO.

Mas, voltando às experiências dos trabalhadores, alguns casos merecem atenção. Foi comum ouvir relatos como o de Juarez, que nos disse que “Lá quando começou a Loggi era boa. Pagava bem. Até pouco tempo atrás ainda era assim. Agora com isso de pandemia que ficou muito ruim. É difícil ter uma que vale a pena.”¹³. Através de falas como esta parece ser possível associar a queda no pagamento pela empresa com a expansão dos próprios aplicativos. Vale lembrar que, na corrida pela liderança no mercado de entregas, vimos a iFood crescendo e apostando no *full service*, que por sua vez tem relação direta com a chegada da Uber e da Rappi – duas empresas também em ampliação de sua área de atuação – no Brasil, além da Loggi passando a atuar no mercado do *delivery* de alimentos. Em busca de “levar tudo”, nada mais normal às empresas do que o aumento da exploração do trabalho. Isso pode também ser visto através de uma matéria publicada pela FEBRAMOTO (Federação Brasileira dos Motociclistas Profissionais). No ano de 2018, com título “Loggi e demais empresas de motofrete com aplicativos empurram setor para baixo” postado sob a *tag* de “precarização”, o texto é aberto com indicações acerca da evolução dos rendimentos dos trabalhadores de aplicativos: “a Loggi pagava R\$ 22,90 (2013) e agora paga R\$ 12 (2018) (...) com nenhum reajuste e projeção de diminuição do valor ainda esse ano, e trabalho sem jornada fixa” (FEBRAMOTO, 2018).

A situação narrada a seguir que foi vivenciada enquanto ocorria uma entrevista de nossa pesquisa é bem ilustrativa acerca da questão que estamos explorando. Enquanto Ricardo estava respondendo ao questionário, sua principal queixa era acerca da queda nos rendimentos oriundos das entregas, principalmente a partir de meados

¹³ Entrevista realizada em 17/09/2021.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

de 2020¹⁴. Seu celular tocou, e a chamada era para uma corrida da Loggi. Após verificar olhar os detalhes, seguiu:

Olha aqui [mostrando o celular], para você ver que não é mentira. Como pode? 56Km por 52 reais? Isso aí é um absurdo. É para dar prejuízo para a gente mesmo. Isso sem contar o caminho até a retirada [do produto]. Como vou sair da Barra da Tijuca, ir para o Leblon, passar pelo Centro e finalizar em Bangu por 52 reais? Agora está só assim. Gasolina aumenta toda semana, mas as taxas ficam cada vez mais baixas. Não dá para aceitar uma entrega dessa não. Aí dá nisso. A gente tem que ficar aqui parado, sem entrega, porque até aparecer uma que compensa é mais de uma hora esperando.

Este caso evidencia que a relação dos entregadores com as plataformas tem sido afetada de acordo com o movimento de expansão destas. Dito de outra maneira, as formas de trabalho daqueles que atuam no *delivery* sofreram mudanças nos últimos anos com o crescimento do setor de e-commerce plataformizado. Ou seja, estas empresas inauguraram uma outra dinâmica de relação de trabalho de entregas.

Considerações Finais

Através do que foi exposto, procuramos apontar um pouco da história das quatro principais plataformas de entrega que atuam no Brasil, a fim de pensar na sua relação com os trabalhadores. O que pudemos observar, através da discussão apresentada, é que o desenvolvimento tecnológico, fundamentalmente das TICs, possibilitou novos caminhos ao processo de precarização do trabalho. Na realidade brasileira, a qual já conta com uma longa história de informalidades, insegurança no mercado de trabalho e inconstância de rendas a partir de bicos, a dinâmica do processo de digitalização foi conformada e se expandiu com certa facilidade.

Neste sentido, pode ser possível dizer que os trabalhadores brasileiros experienciam este fenômeno de um modo particular. Por um lado, uma renda incerta, sem registro em carteira de trabalho, que obriga o trabalhador a custear parte do necessário para atuar não é uma novidade. Desta forma, ao contrário dos países do Norte global, no Brasil estas plataformas não surgem como uma complementação de renda, ou uma alternativa de trocas sociais mais justas, mas sim como um novo tipo da velha conhecida “viração” (ABÍLIO, 2017). Mas ainda devemos lembrar que há uma história dos motoboys antes da chegada dos aplicativos no país, o que certamente

¹⁴ Entrevista realizada em 15/10/2021.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

dá novos contornos neste movimento, seja na recepção à modalidade e mesmo nas possibilidades de resistências – o que será explorado no capítulo quatro.

Assim, enquanto presenciamos na última década a ascensão das plataformas digitais, assistimos a mais um capítulo da retirada de direitos em curso. Se a reforma trabalhista de 2017 abriu largas vias de precariedade, os serviços de delivery via aplicativo têm conseguido atuar no mesmo sentido, mas por caminhos distintos. Desta maneira, ao analisar os significados da digitalização das entregas pelos discursos de seus agentes, é possível perceber os conflitos que atravessam a criação e disseminação dos aplicativos.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila. **“Uberização do trabalho: A subsunção real da viração”**. *Passapalavra - Blog da Boitempo*. 22 de fev. de 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/> Acesso em 01/06/2022.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRETAS, Valéria. **“Sinal de alerta para o iFood”**. Isto é – Dinheiro. 01 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/sinal-de-alerta-para-o-iFood/>. Acesso em 01/06/2022.

BRIGATTTI, Fernanda. **“Entregador não tem relação de emprego com a Loggi, decide Tribunal do Trabalho em São Paulo”**. Folha de São Paulo. 19 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/entregador-nao-tem-relacao-de-emprego-com-a-loggi-decide-tribunal-do-trabalho-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 01/06/2022.

CANT, Callum. *Delivery Fight: A luta contra os patrões sem rosto*. São Paulo: Veneta, 2021.

CARSON, Biz. **“Uber Eats é a mina de ouro secreta do Uber”**. Forbes – Negócios. 30 de jun. de 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2019/06/uber-eats-e-a-mina-de-ouro-secreta-do-uber/>. Acesso em 01/06/2022.

COELHO, Alesander. **“Não toca pedido”**. Reclame aqui (site). Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/iFood/nao-toca-pedido_rzD4CNdX98pzFHHz/. Acesso em 01/06/2022.

DANTAS, Rodrigo. **Fabien Mendez, CEO da Loggi**. Um unicórnio resolvendo o entrave logístico brasileiro. [Locução de]: Rodrigo Dantas. Like a Boss, 9 abr. de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://www.likeaboss.com.br/episodios/fabien-mendez-ceo-da-loggi/>. Acesso em 01/06/2022.

DISTRITO. **“Entrevista a Guilherme Bonifácio”**. Disponível em <https://distrito.me/blog/guilherme-bonifacio-iFood/>. Acesso em 01/06/2022.

DRSKA, Moacir. **“Uber Eats lança app e entra com tudo na disputa com Rappi e iFood”**. Neofeed (site), 07 de out. de 2020. Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/uber-eats-lanca-app-e-entra-com-tudo-na-disputa-com-rappi-e-iFood/>. Acesso em 29/05/2022.

FEBRAMOTO. **“Loggi e demais empresas de motofrete com aplicativos empurram setor para baixo”**. Febramoto (site). 16 de mai. de 2018. Disponível em: <https://www.febramoto.com.br/noticia/66/loggi-e-demais-empresas-de-motofrete-com-aplicativos-empurram-setor-para-baixo>. Acesso em 22/05/2022.

G1. **“Turma do TST forma maioria reconhecendo vínculo empregatício entre Uber e motoristas”**. G1. 15 de dez. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/12/15/turma-do-tst-forma-maioria-reconhecendo-vinculo-empregaticio-entre-uber-e-motoristas.ghtml>. Acesso em: 20/05/2022.

I FOOD. **“Como funciona a relação do iFood com o entregador?”** iFood – Agência de Restaurantes Online S.A. Osasco, SP: iFood. Disponível em: <https://institucional.iFood.com.br/abrindo-a-cozinha/iFood-entregadores>. Acesso em 29/05/2022.

I FOOD. **“Quem somos.”** iFood – Agência de Restaurantes Online S.A. Osasco, SP: iFood. S/D. Disponível em <https://institucional.iFood.com.br/iFood/>. Acesso em 01/06/2022.

MACHADO, Leandro. **“A rotina de ameaças e expulsões de entregadores terceirizados do IFood”** *BBC News Brasil*. 24 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53521791>. Acesso em 01/06/2022.

MACHINE. **“Loggi: a história do principal app de entregas do Brasil”**. *Machine (site)*. 17 de jul de 2020. Disponível em: <https://machine.global/historia-loggi/>. Acesso em 01/06/2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUNIZ, Mariana. **“Plataforma de delivery tem crescimento de 418% em relação a 2020”**. *Veja Online* 8 de abr. de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/plataforma-de-delivery-tem-crescimento-de-418-em-relacao-a-2020/>. Acesso em 01/06/2022.

PELISARI, Lucas. **“Rappi: conheça a história do super app”**. *Sala da notícia (site)*. 07 de mai. de 2021. Disponível em: <https://saladanoticia.com.br/noticia/4405/rappi-conheca-a-historia-do-super-app>. Acesso em 01/06/2022.

SEGADILHA, Bruno. **“Como a Rappi mudou o delivery no Brasil”**. *Azul – Revista digital*. 14 de jul. de 2021. Disponível em: <https://revistaazul.voeazul.com.br/executiva/como-a-rappi-mudou-o-delivery-no-brasil/>. Acesso em 01/06/2022.

A História Através da História

SOUZA, Lucas

SIQUEIRA, André; BERGAMASCO, Daniel. **“Por dentro da Loggi, o mais novo unicórnio brasileiro.”** *Veja – Economia e tecnologia*. 5 de jul. de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/loggi-startup-unicornio-ceo-fabien/>. Acesso em 01/06/2022.

SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Londres: Polity, 2016.

FEMINICÍDIO NO BRASIL: RELAÇÕES DE GÊNERO E CAPITALISMO

Raíssa Teixeira Almeida de Souza*

Introdução

O presente artigo visa apresentar uma breve exposição sobre o debate em torno da violência contra as mulheres e seu ato máximo, o assassinato, conceituado como feminicídio. Desta forma, inicio a discussão a partir do debate sobre a violência contra as mulheres, dentro do âmbito do feminismo e que ganha força nas discussões públicas, que no Brasil é marcada pela Lei Maria da Penha.

Após uma breve introdução sobre violência de gênero, trago os conceitos de femicídio e feminicídio, quando foram apresentados, o que significam, os motivos para as diferenças conceituais e sua abrangência no debate na América Latina, região do mundo que é marcada pelo grande número de casos de assassinatos de mulheres.

Logo após, faço uma breve apresentação sobre o debate em relação à judicialização do feminicídio, pois como todo debate, houve controvérsias e divergências em como tratar o crime dos assassinatos de mulheres, e mais especificamente no Brasil, como essa discussão se deu na convergência entre feminismo e direito penal.

Em seguida, é preciso trazer para a discussão a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Violência Contra a Mulher (CPMI VCM), ocorrida entre os anos de 2012 e 2013 no Congresso Nacional brasileiro, que trouxe para o debate institucional a evolução do tratamento da violência contra as mulheres após a promulgação da lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e a apresentação do projeto de lei nº 292/2013, para a tipificação do feminicídio, que se tornou a lei nº 13.104/2015.

Posteriormente, busco compreender a relação do sistema capitalista e os feminicídios, que segundo Silvia Federici (2017) caminham juntos desde o fim da Idade Média e começo da Idade Moderna. O desenvolvimento do capitalismo, com a necessidade de destruição da lógica social anterior, impõe uma nova disciplina social do trabalho, de forma a precisar do controle sobre os corpos e os conhecimentos femininos, e como esse processo ainda acontece nos dias atuais.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

Para concluir o artigo, apresento a convergência entre gênero, raça e classe na questão das mortes de mulheres, pois faz-se necessário abranger as três opressões para que se interprete de forma correta as nuances e diferenças nas violências, pois as mulheres racializadas e da classe trabalhadora sofrem de forma mais aguda a violência e o assassinato.

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em História em andamento sobre a lei do feminicídio no Brasil, que orienta-se pela perspectiva histórico-dialética, e que portanto, recusa o argumento de neutralidade científica, pois entende que há uma relação dialética entre sujeito e objeto, portanto, há o comprometimento com as lutas sociais e com a emancipação das mulheres. Esta pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Debate sobre a violência contra as mulheres

Segundo Rita de Lourdes de Lima (2018), os anos de 1970 foram marcados pela popularização dos estudos sobre gênero, tanto nas academias quanto em Organizações Não-Governamentais feministas, e também entrou em debate na Organização das Nações Unidas (ONU), definindo assim o ano de 1975 como o ano das mulheres, e os anos de 1976 a 1985 como década da mulher.

Lima (2018) afirma que, a partir da década de 1970, houve um amplo financiamento de pesquisas que tiveram por tema as questões de gênero, porém não necessariamente tais pesquisas foram comprometidas com a transformação do *status quo*, de forma que agências comprometidas com o capitalismo absorveram a discussão de gênero auxiliando na manutenção do sistema capitalista.

O debate institucional sobre os direitos das mulheres começou com a instauração da ONU e ganhou força na década de 1970. Em 1979, ocorreu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), também conhecida como Convenção da Mulher, que entrou em vigor no ano de 1981 e foi o primeiro tratado internacional de grande amplitude sobre os direitos humanos das mulheres que propõe a igualdade de gênero e a repressão da discriminação contra as mulheres. Até o ano de 2005, 180 países haviam aderido à Convenção da Mulher. Vê-se no documento da CEDAW que,

A adoção da Convenção da Mulher (CEDAW, sigla em inglês) foi o ápice de décadas de esforços internacionais, visando a proteção e a promoção dos direitos das mulheres de todo o mundo. Resultou de iniciativas tomadas dentro da Comissão de Status da Mulher (CSW, sigla em inglês) da ONU, órgão criado dentro do sistema das Nações Unidas, em 1946,

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

com o objetivo de analisar e criar recomendações de formulações de políticas aos vários países signatários da Convenção, visando ao aprimoramento do status da mulher (ONU MULHERES, 2013, p. 14).

Os Estados-parte da Convenção se responsabilizaram pela eliminação da discriminação contra as mulheres, com a elaboração de medidas para a promoção da igualdade de gênero nos âmbitos público e privado. Neste sentido, vale um breve comentário/questionamento sobre o papel das convenções e das leis criadas para a busca da igualdade de gênero: quem tem acesso à lei e as formas de proteção que a legislação oferece? Quem são as pessoas punidas pela lei? Pois apesar da valiosa contribuição na discussão sobre os direitos das mulheres, as resoluções tomadas pela ONU são claramente limitadas, portanto, segundo o documento da Convenção,

Não obstante seja possível identificar inúmeros avanços no que se refere a uma normativa brasileira não-discriminatória, esta ainda carece de mudanças para garantir a igualdade, muito especialmente no Código Penal. Os direitos das mulheres ainda estão longe de alcançar a sua plena realização prática, pois há grande defasagem entre a lei e a prática. Vale ainda dizer, que em um mundo globalizado, em constante modificação, novas temáticas vêm sendo incorporadas às demandas das mulheres. Entretanto, alguns países da América Latina não têm conseguido acompanhar estas transformações e alguns vêm, até mesmo, experimentando retrocessos no que se refere à garantia e ao exercício de determinados direitos sexuais e direitos reprodutivos. Neste contexto, a atuação do Comitê da Mulher da ONU e a sua interlocução com o movimento de mulheres mostram-se valiosos (ONU MULHERES, 2013, p. 17).

Outra importante resolução no debate internacional sobre os direitos das mulheres foi a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará, que foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994.

No artigo *A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, “*Convenção de Belém do Pará*”, e a *Lei Maria da Penha*, de Ludmila Tavares e Carmen Campos afirmam que,

O acordo estabeleceu mecanismos de monitoramento dos avanços obtidos pelos Estados signatários com base nos objetivos firmados. O primeiro mecanismo, de caráter não jurisdicional, consiste na apresentação de petições individuais e/ou coletivas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), cujo objetivo é a defesa dos direitos humanos, servindo como órgão consultivo da OEA. O segundo mecanismo de caráter jurisdicional consiste na realização de

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

procedimento investigativo, posterior à apresentação de denúncia formulada pela CIDH perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional responsável por julgar os Estados soberanos denunciados (TAVARES; CAMPOS, 2018, p. 13).

Segundo Mércia Souza *et al.* (2010), a partir das Convenções da Mulher e de Belém do Pará, a nomeação da violência contra as mulheres abriu um novo caminho para a discussão da situação das mulheres no mundo, rompendo uma separação entre os espaços público e privado para assegurar os direitos das mulheres, considerando a violência contra estas como um acontecimento socialmente generalizado.

Porém, a participação e a ratificação das convenções internacionais não resolveram o problema da violência contra as mulheres no Brasil, que, segundo Tavares e Campos,

Apesar dos avanços legislativos no âmbito internacional, o Brasil não conseguia acompanhar tais inovações em busca da proteção da vítima mulher, principalmente devido ao grave problema burocrático instalado no âmbito do Poder Judiciário e perante as autoridades policiais, que funcionam como principais meios de acesso da vítima mulher (TAVARES; CAMPOS, 2018, p. 14).

Essa burocracia no Poder Judiciário brasileiro se ancora também na formação patriarcal da justiça brasileira, que mesmo com as mudanças ocorridas a partir da luta dos movimentos feministas e das convenções e debates sobre a necessidade de mecanismos para a prevenção e controle das violências contra as mulheres, há a continuidade da reprodução dos machismos e patriarcalismos da instituição jurídica brasileira.

O caso Maria da Penha ficou conhecido, e se tornou lei em 2006, após anos de luta para o julgamento de seu marido, que tentou assassiná-la mais de uma vez. Com a falta de resposta do Estado brasileiro, em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, junto de Maria da Penha, encaminharam uma petição para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, e, em 2001, o estado brasileiro foi responsabilizado pela tolerância e omissão em relação aos casos de violência doméstica.

Em 7 de agosto de 2006, foi promulgada a lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, modificando a forma de tratamento dos crimes cometidos contra as mulheres, elevando o direito destas a direitos humanos, buscando aplicar as recomendações dos tratados internacionais ratificados pelo estado brasileiro e que ainda não haviam sido cumpridos. A Lei Maria da Penha é considerada pela ONU

como uma das leis mais relevantes para o combate à violência contra as mulheres no mundo.

Discussão sobre feminicídio/femicídio

Após essa breve exposição sobre o histórico do debate sobre violência de gênero, exponho agora o histórico da discussão do conceito de femicídio e feminicídio, para compreender o processo de produção da nomeação e do simbolismo em relação ao assassinato de mulheres.

Em 1976, Diana Russell apresenta o conceito de femicídio pela primeira vez no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, ocorrido em Bruxelas, porém a autora teoriza o conceito apenas no ano de 1992, junto a Jill Radford, quando escreveram o livro *Femicide: the politics of women killing*. Para as autoras, femicídio é o assassinato de mulheres baseado no gênero, como ferramenta de controle sobre os corpos femininos. Como já dito, anteriormente, a década de 1970 marcou o debate público sobre violência contra as mulheres e o assassinato destas e a nomeação do crime demonstra a importância da compreensão deste como fenômeno social.

Na América Latina, o termo femicídio começa a ser utilizado a partir dos crimes cometidos na década de 1990, em Ciudad Juárez, México. No ano de 2004, Marcela Lagarde, antropóloga e deputada mexicana, apresenta o conceito de feminicídio, entendendo que a mera tradução do termo “femicídio” não explica a relação política dos assassinatos das mulheres com as relações de poder e com a impunidade que encontram no Estado.

Segundo Manuela Pause e Rafaella Mallmann (2018), os termos feminicídios/femicídios começam a ter mais relevância na América Latina a partir da condenação do México pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, corte da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo caso Campo Algodoeiro, sentenciado em 2009, quando do assassinato de três trabalhadoras mexicanas e a falta de investigação do Estado.

Pause e Mallmann, em seu artigo *Feminicídio como crime de Estado no caso Campo Algodoeiro: Uma análise a partir do julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos* (2018), afirmam que:

(...) A dimensão política das mortes foi apresentada por Marcela Lagarde, antropóloga e feminista mexicana, que levou em consideração a responsabilidade do Estado pela continuidade dessas mortes, observando a sua omissão na investigação, identificação e responsabilização dos

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

criminosos. Buscando incluir a impunidade penal como característica dessas mortes, Lagarde (2004) elaborou o conceito de feminicídio (PAUSE; MALLMANN, 2018, p. 5).

No Brasil, a discussão sobre feminicídio começou a ganhar força na década de 1990, com o debate sobre violência contra as mulheres no livro *Violência de gênero: poder e impotência* (1995), de Heleieth Saffioti e Suely Almeida, e em 1998, Suely Almeida publicou o livro *Femicídio: algemas (in)visíveis do público privado* (como toda dificuldade de pesquisa, ainda não conseguiu ter acesso ao livro de Suely Almeida). As décadas de 2000 e 2010 são decisivas para o crescimento do debate sobre feminicídio, com a produção de documentos como as *Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/femicídio*, feito em 2012 pelo CLADEM, e o *Mapa da Violência 2012 atualização: homicídio de mulheres no Brasil*, redigido também no ano de 2012 por Julio Waiselfisz.

Judicialização do feminicídio

O crescimento do debate em torno da nomeação e da punição dos assassinatos de mulheres traz à luz a questão da judicialização dos crimes de feminicídio em toda a América Latina, aqui darei ênfase ao debate no Brasil.

Izabel Gomes, em seu artigo *Feminicídios: um longo debate* (2018), argumenta que identificar o assassinato de mulheres como feminicídio é relevante para que haja visibilidade sobre os casos e que seja politizada as causas e consequências da violência de gênero, que foi naturalizada pela sociedade. Gomes afirma que,

Reconhecer a existência dos feminicídios e identificá-los dentre as mortes de mulheres é tarefa fundamental, no marco de um processo em defesa dos direitos humanos, porque apropriar-se do vocabulário “feminicídio” implica em apreender um conjunto de concepções teórico-políticas que localizam a violência de gênero, suas características e seu contexto de produção (GOMES, 2018, p. 3).

Como já dito anteriormente, os anos de 1970 marcaram o início do debate sobre os assassinatos de mulheres, no Brasil, a epistemologia feminista começou a discussão sobre o assunto com algumas autoras, como por exemplo *Morte em família*, de Mariza Corrêa (1983) e *Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*, de Guita Guin Debert e Daniele Ardaillon (1987). Porém, é apenas a partir dos anos 2000 que o assassinato de mulheres é nomeado como feminicídio/femicídio na América Latina.

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

Gomes em seu artigo *Feminicídios e possíveis respostas penais* (2015, p. 190) comenta que a tipificação da lei do feminicídio, “(...) Trata-se, especialmente, de um diálogo entre o feminismo e o direito penal e a tentativa de garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres por meio de um sistema que já provou ser também violador destes mesmos direitos.”

Clara Oliveira, em sua dissertação *Do pensamento feminista ao código penal: o processo de criação da lei do feminicídio no Brasil* (2017) traz o seguinte questionamento: “como pensar um projeto feminista de transformação da sociedade que se articule com um paradigma penal mais humano?”

A judicialização do feminicídio traz um debate complexo sobre o Direito Penal Mínimo e a Racionalidade Penal Moderna, porém por falta de espaço, esta discussão será mais aprofundada na dissertação que está sendo produzida. Portanto, aqui apenas marco o debate com a importância da nomeação como ato simbólico para demarcar o fenômeno social, ou seja, o feminicídio é um acontecimento recorrente, e segundo Rita Segato (2012), Julia Monarrez nomeia como violência sistêmica, de forma que a nomeação torna o ocorrido visível, em processo de desnaturalização.

CPMI VCM

O processo de tipificação da lei do feminicídio no Brasil iniciou a partir do debate da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência Contra Mulher (CPMI VCM). A CPMI VCM ocorreu nos anos de 2012 e 2013 e foi instaurada com o objetivo de analisar a situação das mulheres no estado brasileiro, com foco na análise dos dados sobre as violências sofridas pelas mulheres nos âmbitos público e privado, observando as mudanças e as continuidades em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres que foram aplicadas desde a promulgação em 2006 da lei nº 11.340¹, conhecida como Lei Maria da Penha, que versa sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o intuito de coibir e prevenir tais violências.

No Relatório final da CPMI VCM, há a proposta do Projeto de Lei do Senado nº 292/2013 que versa sobre a alteração do Código Penal “para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio” (SENADO FEDERAL,

¹ “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.” (BRASIL, 2006)

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

2013), que no ano de 2015 é promulgada como lei nº 13.104, chamada de lei do feminicídio.

É importante frisar que, no momento de discussão e de promulgação da lei do feminicídio, o Brasil passava por um momento político em que o debate sobre o feminismo e as questões das mulheres estava em voga e tinha como respaldo o fato de uma mulher estar ocupando o cargo de presidenta da república. Além disso, a discussão sobre violência de gênero e a nomeação do assassinato de mulheres como femicídio/feminicídio, principalmente na América Latina, estava curso.

A CPMI VCM teve grande importância na inserção do feminicídio no debate público e institucional do Brasil, e que, a partir da apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 292/2013, e da posterior aprovação da lei 13.104/2015, inseriu o termo “feminicídio” em diversos ramos, como, por exemplo, a imprensa, que passou a cobrir mais casos de assassinato de mulheres, nomeando-os de feminicídio.

Há controvérsias sobre a forma com que foi aprovada a lei no Congresso Nacional no ano de 2015, porém, é visível o quanto a aprovação da lei inseriu o termo nas discussões sobre violência de gênero, e como a denominação a partir de uma decisão institucional dá respaldo a uma luta do movimento feminista que vem de décadas e que ganhou força de modo mais amplo a partir das tipificações do crime na região da América Latina.

Capitalismo e feminicídio

Neste tópico, apresento a relação entre os assassinatos de mulheres e o sistema capitalista e como há uma relação direta entre a origem do sistema e as violências contra as mulheres.

De acordo com Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva* (2017), a perseguição e o assassinato de mulheres na Europa, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, foi fundamental para a construção do sistema capitalista, juntamente da escravização dos povos africanos e da colonização do continente americano. O fenômeno chamado de caça às bruxas² segue

2 “(...) esse fenômeno sem precedentes históricos foi um elemento central do processo que Marx definiu como acumulação primitiva, pois destruiu um conjunto de sujeitos e práticas femininas que atravancava o caminho das principais condições para o desenvolvimento do sistema capitalista: acumulação de uma numerosa mão de obra e imposição de uma disciplina de trabalho mais coercitiva. Apontar e perseguir as mulheres como “bruxas” preparou o terreno para o confinamento das europeias no trabalho doméstico não remunerado. Isso legitimou sua subordinação aos homens, dentro e fora da família. Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

ocorrendo e nas últimas décadas, junto da nova expansão do capitalismo, a violência contra as mulheres e o assassinato destas tem aumentado.

(...) há cada vez mais evidências de que as causas na raiz dessa atual onda de violência são as novas formas de acumulação de capital, que envolvem a desapropriação de terras, a destruição das relações comunitárias e uma intensificação na exploração do corpo e da mão de obra das mulheres (FEDERICI, 2019, p. 88).

Federici (2019) interpreta esse aumento da violência contra as mulheres, principalmente das afrodescendentes e indígenas, como processo de expansão do capital. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) vão ao encontro do afirmado por Federici, interpretando a violência contra as mulheres como parte do sistema capitalista e que tem gênero, raça e classe como recortes no sistema hierárquico que constitui o capitalismo. As autoras afirmam que,

(...) Como o capitalismo atribui o trabalho reprodutivo sobretudo às mulheres, ele restringe nossa capacidade de participar de forma plena, como iguais, no mundo do “trabalho produtivo”, com o resultado de que a maioria de nós acaba em empregos sem futuro que não pagam o suficiente para sustentar uma família. Isso repercute na vida “privada”, nos colocando em situação desvantajosa, já que nossa menor capacidade de sair de relacionamentos nos tira o poder nesse âmbito. O primeiro beneficiário de todo esse arranjo é, sem dúvida, o capital. No entanto, seu impacto é nos tornar duplamente sujeitas à violação – primeiro, nas mãos de parentes próximos e nas relações pessoais; segundo, nas mãos de agentes e promotores do capital (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 44).

No capitalismo, há uma separação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, o segundo sendo subordinado ao primeiro e relacionado às mulheres. “(...) na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrancheira-se na opressão de gênero. (...)” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 38). Desta forma, o controle sobre os corpos femininos faz parte da lógica do capital para controlar a classe trabalhadora como um todo, transpondo a violência para os homens, de forma que estes contribuem para que haja continuidade na lógica social capitalista.

trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, as caças às bruxas estruturaram uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje, embora tenha se ajustado constantemente em resposta à resistência das mulheres e às necessidades sempre em transformação do mercado de trabalho.” (FEDERICI, 2019, p. 89).

A História Através da História

SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

Federici (2019) afirma que,

(...) a violência sempre esteve presente na família nuclear como uma mensagem nas entrelinhas, uma possibilidade, porque os homens, graças a seus salários, conquistaram o poder de supervisionar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, de usar as mulheres como serviçais e de punir sua recusa a esse trabalho. Por isso a violência doméstica praticada pelos homens não foi, até recentemente, considerada crime. Em paralelo à legitimação, pelo Estado, dos direitos de pais e mães castigarem suas crianças como parte de um treinamento para se tornarem a futura mão de obra, a violência doméstica contra as mulheres tem sido tolerada pelos tribunais e pela polícia como reação legítima ao não cumprimento, por parte das mulheres, de suas obrigações domésticas (FEDERICI, 2019, p. 90).

Em vista disso, pode-se entender que os assassinatos de mulheres são cometidos como forma de demonstração de controle sobre os corpos femininos, um poder masculino consentido pelo Estado para que haja manutenção da ordem capitalista e da reprodução da classe trabalhadora.

Gênero, raça e classe

Para se pensar de forma mais abrangente a questão da violência de gênero é preciso observar a convergência de opressões de gênero, raça e classe, e como apontam Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel em seu artigo *Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução de desigualdades* (2015):

Outras determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29).

Desta forma, pensar o feminicídio como fenômeno social regional é imprescindível para compreender que a violência de gênero não é uma questão pontual e privada, mas um acontecimento recorrente que fez e faz parte da formação das sociedades latino-americanas e que, portanto, é parte da lógica social da América Latina como um todo, que afeta as mulheres de formas diferentes, e que os marcadores de raça e classe influenciam diretamente o tratamento para com as mulheres e o acesso

que estas têm em relação à prevenção contra a violência, mas também à proteção após o ocorrido, e como estas mulheres têm mais chances de serem assassinadas.

Federici (2019) demonstra que há uma relação direta entre a expansão capitalista sobre as regiões do mundo ricas em recursos naturais, como América Latina, África e Sudeste asiático, e o aumento da violência contra as mulheres. Violentar e matar as mulheres faz parte de uma lógica de controle sobre as populações e sobre as terras, isso incide de maneira marcante nas vidas das mulheres negras e indígenas.

Essa convergência de gênero, raça e classe é fundamental para a compreensão do processo de funcionamento do capitalismo e das ferramentas de manutenção do sistema, portanto, é imprescindível que os estudos sobre as opressões tenham em mente as três formas de opressão para que haja uma análise abrangente tanto sobre o sistema capitalista de modo geral, como sobre as populações afetadas por ele.

Considerações Finais

Este artigo é parte da pesquisa em andamento sobre o feminicídio no Brasil no âmbito da História, com ênfase na História Contemporânea Marxista. A lei do feminicídio, promulgada em 9 de março de 2015, marca um novo capítulo na discussão dos direitos das mulheres na sociedade latino-americana e brasileira.

Algumas questões surgem a partir da análise do processo da CPMI VCM e da promulgação da lei, como por exemplo: qual o efeito da lei sobre os casos de violência contra as mulheres, e principalmente o assassinato delas? Houve mudanças efetivas nas políticas públicas para as mulheres nesses 7 anos de lei? Os números de assassinatos têm diminuído? Por que há diminuição dos casos de feminicídio nas mulheres brancas e aumento dos casos em relação às mulheres negras e indígenas? Quais as políticas de prevenção contra a violência contra as mulheres e o assassinato destas têm sido aplicadas no Brasil? Estas e outras perguntas fazem parte do processo da pesquisa e serão aprofundadas na dissertação de mestrado.

Estudar o feminicídio no Brasil no âmbito da História tem suma importância para que as questões de gênero e, principalmente, a violência que nós mulheres sofremos sejam visibilizadas e desnaturalizadas, por isso, este trabalho é fundamental para que a discussão continue acontecendo e que entre em mais esferas das relações sociais, não só o debate dentro dos círculos feministas, mas na sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>>.

Acesso em: 14 jun. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Código Penal. **Lei 13.104/2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>.

Acesso em: 18 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOMES, Izabel S. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/BRBjpfdrF9vBbMmqPC9Lzsg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

OLIVEIRA, Clara F. S. de. **Do pensamento feminista ao código penal: o processo de criação da lei do feminicídio no Brasil**. Dissertação de mestrado.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24650>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ONU MULHERES. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW 1979**. 2013. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

PAUSE, Manuela Hamester; MALLMANN, Rafaela Weber. **Feminicídio como crime de Estado no caso Campo Algodoeiro**: Uma análise a partir do julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia**, pp. 1-13, 2018. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/10630>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SEGATO, Rita L. **Femigenocídio y feminicidio: una propuesta de tipificación**. **Herramienta**, vol. 49. 2012. Disponível em: <<https://www.repositorio.ciem.ucr.ac.cr/bitstream/123456789/151/1/RCIEM132.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência Contra a Mulher**. Brasília. 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado nº 292/2013. Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113728>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUZA, Mércia *et al.* **A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Lei Maria da Penha. Âmbito Jurídico**. Junho, 2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-77/a-convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-para-e-a-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

TAVARES, Ludmila A.; CAMPOS, Carmen H. de. **A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**,

A História Através da História
SOUZA, Raíssa Teixeira Almeida de

“Convenção de Belém do Pará”, e a Lei Maria da Penha. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, [S. l.], v. 6, n. 3, pp. 9–18, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3536>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

A ABERTURA DO SISTEMA CARCERÁRIO E A CPI DOS PRESÍDIOS

Rosileide Ribeiro de Melo Souza*

O retorno à prática de crimes é uma realidade na experiência dos egressos do sistema penitenciário. “[...] o que ocorre atualmente é que as pessoas que estão presas, ao saírem daquela verdadeira escola de delinquência (sic), na maioria voltam, tornam-se reincidentes.” (FAYAL, 1983, p. 6).

A citação acima é de aproximadamente 40 anos atrás, quando uma CPI foi instaurada para investigar os problemas existentes no interior dos presídios cariocas e fluminenses. A intenção da CPI em 1983, foi a de averiguar a incapacidade das instituições penitenciárias em manter cidadãos condenados a cumprir penas de privação de liberdade, em que pese, além de estarem em regime de contenção, os presidiários eram submetidos a toda forma de constrangimento, privações, violências e maus tratos. O ator da citação foi integrante da referida CPI.

Nos dias mais atuais, lamentavelmente, a situação não é diferente e recai para uma realidade com pouca chance de significar avanço do sistema penitenciário. As instituições de cumprimento de penas no Brasil continuam fora do padrão democrático, embora o país não esteja mais submetido a um estado de exceção cerca de aproximadamente 40 anos também. Avaliações mais recente sobre um estabelecimento penal não se furtam de escancarar uma realidade lamentável: “Em suma, o cárcere brasileiro nunca foi visto ou edificado como espaço de (algum) direito. Na verdade, ele é comparável [...] à senzala ou ao navio negreiro, que o Brasil conheceu como poucos países no mundo.” (FERRAZ; JOFFILY, 2019, p. 81; GARLAND, 2008).

Na tônica de reduzir o aumento da criminalidade e justificar os delitos cometidos contra a população, a resposta que os governos, influenciados pela onda neoliberal, encontram é aumentar a dose do exercício de controle com autoridade, austeridade e firmeza, em outras palavras, a expressão “tolerância zero” com o crime exprime bem a convicção (FERRAZ; JOFFILY, 2019).

* Mestra em História pelo PPGH-UFF.

O artigo está dividido em duas partes principais, as quais interessam para situar o leitor na compreensão do tema pesquisado: (1) explorar a metodologia e fontes empregadas na análise dos eventos retomados, como garantia de que a abordagem siga um modo conciso. (2) E, em segundo momento, o tratamento do contexto e circunstâncias históricas em questão.

Breve exposição sobre metodologia e fontes

São vários elementos a serem tratados neste tema e que por isso configuram esta pesquisa no enquadramento da História Política. No embalo da perspectiva da Nova História, que uma CPI pode ser discutida como tema acadêmico, tendo em vista a possibilidade de análise de diferentes documentações não tradicionais, bem como, entrevistas e notícias de jornais. Entretanto, a fonte que marca maior espaço de destaque são os discursos pronunciados por parlamentares que compunham a assembleia legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) na ocasião de exercício da CPI.

O tratamento de temas relacionados com as prisões é abordado com maior frequência pelo interesse de investigadores cientistas sociais. No ramo da Sociologia é mais vasta a existência de material teórico sobre os processos pelo qual os estabelecimentos penitenciários passaram e a filosofia de manutenção destas instalações. Desse modo, a base de apoio teórico para compreender os movimentos que incentivaram ações em prol de melhorias nos cárceres está concentrada nos estudos de Norberto Bobbio (*A era dos direitos*, 2004). Em contrapartida, nos dará suporte a contribuição teórica de David Garland (*A cultura do controle*, 2008) para compreender os movimentos reacionários a essas iniciativas progressistas. Em suma, dois sociólogos que discutem os principais eixos deste tema histórico: Direitos Humanos e exercício punitivo do Estado nas prisões.

Fernand Braudel diferencia o mister do historiador e do sociólogo. E, nesse transcurso de reflexão, observa que embora o historiador não seja tão cuidadoso quanto o sociólogo com o tratamento de signos sociais e tampouco, seja capaz de categorizar os papéis sociais, a investigação historiográfica, por sua vez, não deixa a desejar, pois, também é capaz de discorrer sobre os eventos dos problemas que são mais comuns na análise sociológica. (BRAUDEL, 1969 [2013], p. 101) Enfim, são atividades intelectuais que se irmanam nas fronteiras.

Segundo a historiadora Michelle Perrot (2017), a prisão faz parte de um dos pontos sombrios da sociedade e sobre esta instituição repousam alguns obstáculos para a pesquisa historiográfica, entre os quais, a destruição de arquivos e a dificuldade de conseguir depoimentos (PERROT, 2017, pp. 255-256).

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

Portanto, esta pesquisa tem partido de elucubrações baseadas na consulta de discursos de deputados e de consultas de matérias publicadas em jornais de grande circulação sobre visitas às penitenciárias do Rio de Janeiro na década da democratização, especialmente entre 1983-1984. Neste contexto, foi instalada uma Comissão de Inquérito Parlamentar, orquestrada pela bancada do PDT e demais simpatizantes com a causa de aplicação de princípios democráticos na recém-iniciada gestão de Leonel Brizola, que integravam o campo progressista na Assembleia Legislativa do Estado.

A História política considera a opinião pública um elemento de grande importância para a compreensão de determinados cenários explicativos na construção historiográfica, desde que a mesma possa ser analisada. “Quantos traços da evolução histórica se esclarecem quando somos capazes de analisar a opinião pública?” (BECKER, 2003, p. 205) Ainda segundo Jean-Jacques Becker, muitos elementos dos estados democráticos podem ser investigados sob a ótica da análise da opinião pública. “[...] não existe política que possa se desenvolver por muito tempo - pelo menos num Estado democrático e, provavelmente, também um pouco nos outros - sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública.” (BECKER, 2003, p. 205).

Nesta pesquisa, a opinião pública foi um dos pontos de disputa entre os parlamentares. Afirmar que se apoia no sentido em que, em certo momento, houve um debate entre parlamentares, com argumentos apoiados na opinião pública, vulgo, da opinião do povo, por defender ou posicionar-se em favor de uma dada opinião sobre os direitos humanos. Outro ponto foi a percepção de determinados agentes naquele contexto que, avaliam que a opinião pública repudiou uma determinada política pública de segurança (CERQUEIRA, 1997, p. 35).

Precedentes da mobilização pela causa dos cárceres

A superlotação carcerária foi tema que gerou perturbações no território nacional em durante a década de 1970, especialmente pela insegurança que as administrações das penitenciárias tinham com relação a fugas de presos. Em 1975, foram iniciados os trabalhos da CPI Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília que resultou na averiguação dos presídios no território nacional. A conclusão da relatoria desta CPI aprovou o início dos trabalhos para a aprovação de uma lei de execuções penais (lei que viria a ser aprovada em 1984 – Lei n. 7.209/1984).

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

Outra conclusão da CPI, a partir das visitas realizadas por parlamentares nas prisões pelo território nacional, é que os presídios do estado do Rio de Janeiro eram os que apresentavam as piores instalações. Foram comparados a masmorras.

As circunstâncias no nível internacional, neste momento, tencionavam para um clima de calma na repressão política e estabelecimento de uma aparência democrática. Francisco Carlos Teixeira da Silva resume “com precisão cirúrgica” a mudança dos regimes políticos na América Latina, em especial o que ocorria no Brasil nos anos finais da década de 1970 e início de 1980:

Os Estados Unidos sinalizavam, desta forma, que o longo histórico de apoio às ditaduras militares latino-americanas havia se encerrando, ao menos, por um tempo. Tais governos deveriam, sinceramente, empenhar-se em reformas em direção à redemocratização - no falar político do continente, era o momento das aberturas-, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis (SILVA, 2020, p. 321).

Na esfera religiosa, havia uma atuação que preconizava maior apoio social dentro dos presídios. A figura que ficou bastante conhecida como atuante na aproximação da Igreja católica dos presídios cariocas foi o padre Bruno Trombetta. A rede de apoio criada foi a Comissão Arquidiocesana de Pastoral Penal, popularmente conhecida como Pastoral Penal, onde o preso poderia ter acesso à equipe com sacerdote, assistente social, psiquiatra entre outros profissionais que permitia maior acesso do preso para com a sociedade fora dos cárceres. A equipe da entidade Pastoral Penal contabilizava cem pessoas (PASTORAL, .1978, p. 24).

No âmbito do estado do Rio de Janeiro foi realizado um pleito eleitoral com a ascensão ao cargo de governador Leonel Brizola. A bancada de parlamentares eleitos para ocupar a Assembleia Legislativa do Estado também integravam, em sua maioria, ao campo ideológico de oposição ao regime militar. A liderança da câmara era progressista, as promessas de campanha de Brizola ecoavam melhorias nos presídios, organizações sociais (ONGs) iniciavam mobilizações por mais respeito aos direitos e foi nesse somar de elementos conjunturais que a segunda resolução aprovada na ALERJ no ano de exercício de 1983, foi a CPI de investigação das penitenciárias do Rio de Janeiro.

Uma composição de parlamentares iniciou o debate público por meio de uma comissão de inquérito parlamentar. Atendendo aos pedidos de familiares de presos políticos, ONGs e instituições que há algum tempo vinham pedindo mais atenção para a causa das injustiças cometidas nos cárceres.

Tanto a composição da equipe escolhida por Brizola em seu mandato tinha propósitos empolgados com a causa, quanto a composição de parlamentares na

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

assembleia legislativa, com deputados da ala progressista defendiam melhorias para a classe de presos políticos e comuns.

O retorno do exílio de Brizola não significou apenas a esperança de que um candidato de oposição assumisse o governo estadual, mas também foi um fôlego de esperança em comunidades que sempre haviam sido menosprezados até então. A imagem de que Brizola representava as demandas das classes menos favorecidas foi um dos motivos para sua repentina eleição, a despeito de pesquisas que apontavam outro cenário.

Entre os grupos menosprezados estava a parcela de familiares de presos que pediam maior atenção para suas condições de muito sacrifício e também por seus familiares presos, quem viviam as misérias de um sistema penitenciário baseado em métodos brutalizados.

Na campanha eleitoral de Brizola, temas como esses foram mencionados como promessas de ações. Durante o exílio, Leonel Brizola travou diálogos com personalidades do campo progressista, a partir de tais oportunidades, temas como direitos humanos e direitos de presos passaram a integrar as pautas pedetistas. Além das promessas de campanha sobre a melhoria no atendimento das necessidades dos familiares de presos, outro tema figurou como central em sua campanha: a diminuição da violência de Estado.

A escolha para o Comando da Polícia Militar foi ação estratégica no sentido de fortalecer a aplicação de uma filosofia que se distanciasse do pensamento positivista, calcado na doutrina de Segurança Nacional. O coronel Carlos Magno Nazareth de Cerqueira foi a personalidade escolhida quem representava esses anseios.

Desse modo, parecia que muitos fatores combinados poderiam favorecer a mudança nos padrões de aplicação e gestão do conjunto das instituições que constituem o âmbito da segurança pública. Segundo Cerqueira foi uma ilusão acreditar que o período de transição para a democracia poderia favorecer a aplicação dos marcos democráticos internacionais de direitos humanos (CERQUEIRA, 1997, p. 130).

Na frente da Secretaria de Justiça do Estado, foi designado o jurista Vivaldo Barbosa, na presidência do DESIPE Avelino Gomes Neto. E, na ALERJ, uma CPI que investigava os cárceres do estado.

No âmbito da ALERJ, a segunda resolução aprovada foi a CPI dos presídios. Segundo Liszt Vieira (2020) havia um clamor intermediado pelas ONGs por ações nessas instituições. A maioria dos presos políticos já haviam saído dos cárceres. Mas, as experiências e reivindicações que fizeram enquanto estavam nas instalações penitenciárias para as entidades ainda eram um eco que reverberava como resquícios nas lembranças dos dramas em tempos de ditaduras.

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

A exemplo disso, o caso da tentativa do deputado Lysâneas Maciel, deputado carioca, de ter requerido a formação de uma CPI dos Direitos Humanos em nível nacional. A formalidade necessária foi alcançada, bem como, a quantidade de assinaturas exigida, mas a CPI foi abortada por falta de vontade política em averiguarem os tantos casos de violências praticados pelo Estado (CABRAL; LAPA, 1979, p. 256).

A abertura do sistema penitenciário

No início de 1983, uma resolução foi aprovada com a finalidade de iniciarem a CPI sobre os presídios no estado do Rio de Janeiro.

Entre as primeiras medidas, deputados fizeram visitas nos presídios e entrevistas a autoridades. Mesmo as visitas sendo marcadas com antecedência era possível aos parlamentares surpreenderem-se com a calamitosa situação dos cárceres. As visitas eram compartilhadas com a presença de cinegrafistas [da grande imprensa] que registravam as precárias instalações e também o horror que era costumeiramente cometido pelos funcionários das prisões. Torturas e maus-tratos de presos eram as práticas dos estabelecimentos penais (JB, 23 .03.1983).

No entanto, em meio a reportagens que cobriam esses arbítrios, havia o clamor conservador expresso em páginas dos jornais diários e em discursos de parlamentares que criticava as iniciativas que preconizava os direitos dos presos. Em tom crítico, dois meses após o início dos trabalhos da CPI, o Jornal Última Hora publicou uma charge representando a caricatura de um criminoso perseguindo um homem e também uma mulher, com a seguinte legenda:

Mais "direitos humanos" em questão. E os do cidadão que paga impostos?
E os do humilde trabalhador que, no fim de semana, recebe a magra fêria e dela é despojado quando volta para casa, por assaltantes, implacáveis? E os da moça estuprada entre a estação de trem e o modesto tugúrio em que reside? São perguntas que este leitor joga no ar (BRIZOLA..., 1983, p. 5).

As visitas da comissão visavam investigar denúncias que eram realizadas através de cartas escritas pelos prisioneiros. Religiosos da Pastoral Penal e advogados da OAB faziam o intermédio entre essas comunicações.

Durante o período inicial de implantação da CPI, jornais diários cobriam as visitas mostrando a decrepitude das instalações. A miséria moral a que eram submetidos os condenados e o interior dos presídios passava ser um drama que as

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

páginas dos jornais estampavam para quem quisesse conhecer (PENITECIÁRIAS..., 1983, p. 24).

No início da gestão PDT, com a representação da liderança política de Leonel Brizola, existia uma conciliação de ideias, ao menos no que tange a questão do sistema penitenciário. Era consensual entre o governo do estado e a maioria dos parlamentares da ALERJ, a opinião de que era momento de intervenção nestas instituições.

Por convite das próprias autoridades políticas a imprensa acompanhava a essas incursões aos presídios. Os jornais de grande circulação divulgavam as impressões das autoridades. O registro da situação dos cárceres era documentado por cinegrafistas e somavam-se a isso o apelo feito pelos presidiários por meio de bilhetes e pedidos de ajuda com suas infelizes situações no cárcere.

O movimento de abertura do sistema carcerário, como ficou conhecido, tinha por objetivo a melhoria das instalações, no bojo de uma política pública voltada para democratizar as instâncias administrativas dentro dos cárceres.

Já no primeiro mês de trabalho da comissão algumas medidas emergenciais foram adotadas de modo a reparar um dos problemas que pareciam ser mais evidentes no funcionamento das prisões: a superlotação. O secretário de justiça, Vivaldo Barbosa, além de demonstrar indignação com a situação que presenciou em um dos presídios mais famosos do estado do Rio de Janeiro, também fez declaração que seria usada ao desfavor dos trabalhos da comissão. "Preso também é cidadão." (VIVALDO..., 1983, p. 24).

A visita ao presídio da Ilha Grande contou com um misto de situações, no mínimo, curiosas. A presença da imprensa ajudou a registrar a situação histórica, mas também serviu para que a notícia sobre a comparação de presidiário e cidadão gerasse uma polêmica. Fernando Gabeira, que havia sido um presidiário político naquele estabelecimento durante a década de 1970, retornou ao presídio para visitar, atendendo ao convite feito pela comissão (EX-PRESOS..., 1983, p. 25).

O secretário de justiça recebeu diversos pedidos de presos com queixas a respeito de sua situação irregular na permanência do presídio. Algumas condenações já haviam sido cumpridas. Outros casos eram de presos que já poderiam reivindicar o cumprimento da pena em regime mais flexibilizado e as queixas mais comuns que suplicava por melhores refeições.

Vivaldo saiu da penitenciária da ilha com promessas de melhorias para os presidiários. Uma delas foi executada em tempo significativamente rápido. Uma força tarefa foi direcionada a rever as penas dos presidiários das prisões do estado. Um exemplo do que os funcionários da equipe constataram nos presídios foi o caso de um coreano surdo-mudo preso sem informações sobre as circunstâncias de sua prisão. A Comissão de defensores públicos e estagiários de Direito perceberam que o preso não

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

apresentava problemas mentais, apenas não compreendia o idioma: "Está preso há um ano e quatro meses, mas ninguém sabe se foi condenado ou não. Surdo, mudo, sem sequer escrever em português, um coreano [...]" (COMISSÃO..., 1983, p. 15).

Em março de 1983, uma foto de capa de jornal dos defensores públicos entrevistando coletivamente diversos presos em uma prisão expôs a celeridade com que eram realizadas as ações iniciadas com a CPI. A notícia registra: "Mil presos serão soltos no Rio a partir de 90 dias" (MIL PRESOS..., 1983, p. 1). Cerca de 2 meses depois, 800 presos foram postos em liberdade. Notícias como essas não seriam bem aceitas pela sociedade.

Já na dinâmica da Segurança pública, a prática profissional de policiais militares também foi alvo de observação e revisão sobre condutas. A normalizada atuação policial obsoleta de funcionários sem urbanidade e respeito aos direitos dos cidadãos passaram a serem combatidas. A truculência e o incentivo a violência não era mais um modelo a ser seguido durante aquela gestão. O comandante da polícia militar da ocasião afirmava sobre as novas facetas de uma polícia que pretendia reformar-se:

Não foi difícil perceber a necessidade de se repensar a atividade policial preparando-a para um novo papel em uma nova sociedade democrática; a velha polícia, inspirada pela cultura autoritária presente em grandes momentos da história brasileira, precisava ser substituída rapidamente. Era necessário buscar outras alternativas para a proteção dos cidadãos e para o controle do crime (CERQUEIRA, 1997, p. 133).

Entretanto, enquanto a visão mais aguçada do coronel percebia a necessidade de se enquadrar em modelos democráticos e prestava um serviço de remodelação da força policial, deputados aliados com uma imprensa avessa aos valores democráticos não contribuíram com a tarefa de instruir a opinião pública.

Os jornais de oposição ao governador Leonel Brizola adotavam a linha editorial de críticas tanto ao modo de encaminhamento da aplicação da segurança pública quanto às ações investidas no propósito de democratização dos presídios.

O tom de abordagem com que esse assunto era abordado mudou e passou a ser considerado como caricatura, ao ponto de apelidaram aos integrantes de turma do balão mágico (LEMGRUBER, 2010).

Segundo Cerqueira, a proposta na segurança pública era humanizar os recursos humanos da polícia militar. Era também aplicar as leis existentes, de modo a romper com os vícios de ofícios impregnados pela cultura de violência no contexto de uma ditadura, nos moldes da velha polícia, conforme a designação de Cerqueira. A cultura da velha polícia não foi fácil de ser combatida. No bojo das intenções reformistas,

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

havia a proposta de implantação de uma polícia comunitária que alterava a lógica repressiva de modo a adotar a prevenção (CERQUEIRA, 1997, p. 134).

Os projetos foram frustrados no âmbito da polícia militar. Reclamações por parte de policiais insatisfeitos chegaram até a Brasília. “Havia uma grande repulsa manifestada pelos policiais e por parte significativa da sociedade carioca, relativa à política e direitos humanos para criminosos.” (CERQUEIRA, 1997, p. 135).

O propósito de democratizar e fazer a lei ser respeitada também incomodou as forças políticas conservadoras no estado. Em debate entre deputados como Leôncio de Vasconcelos (presidente da CPI) e os deputados Paulo de Quental (do PDT) e Flores da Cunha (do PDT), algumas posições ficam evidentes sobre a admiração ao uso da violência pelas forças policiais:

Quando vemos e discutimos o problema do respeito aos direitos humanos, do preso, e os direitos da sociedade; quando nos defrontamos com um policial que mata um bandido, perguntamos apenas e inquirimos sobre a violência policial e sobre os direitos do preso, mas perguntamos também: e o policial e o desempenho da função policial? Esta dúvida, inegavelmente, é a grande aflição das populações carioca e fluminense de hoje. Vemos o problema apenas sob a perspectiva do preso, do respeito aos direitos humanos, sob um único ângulo, e desprezamos o outro, qual seja o direito de proteção à sociedade (CUNHA, 1983, p. 4).

Na concepção do deputado Paulo de Quental, a disposição da CPI servia para a desestabilização da ordem dos presídios: “Está havendo uma desautorização dos guardas penitenciários, e o enfraquecimento da autoridade. Essa é a realidade.” (QUENTAL, 1983, p. 4).

No parlamento da ALERJ, deputados absorviam notícias diárias sobre o aumento no índice da violência, divulgadas pela grande imprensa e teciam críticas às posições adotadas pelo governo do estado e dos integrantes da comissão. E, mesmo sabendo que nos presídios as convenções adotadas seguiam mantendo os vícios de truculência aceitos nos períodos de exceção. – como torturas, abusos de poder, abandono do acompanhamento jurídico, sevícias (DESIPE...1983, p. 15) - deputados da ala conservadora (alguns integrantes do próprio partido PDT) preferiam manterem-se alinhados com as filosofias da repressão, na tese de defender axiomas como “bandido bom e bandido morto, preso não é Humano”. Consideravam que os presos transformavam-se em animais quando não cumpriam a lei.

Sobre os canais de comunicação, David Garland (2008) delimita alguns artifícios que a imprensa faz uso, a fim de inflamar o debate público sobre o tema da segurança pública. Na urgência de garantir que a opinião sobre a instabilidade da sociedade demanda por ações enérgicas do poder público, o diálogo que a imprensa

passa a estabelecer com o público é com o tom sensacionalista, estridente e que usa a lupa de aumento para insuflar situações de forte comoção popular. E, é nesse processo que o uso do recurso de foco na vítima, como o centro de tudo, é mais comumente utilizado. "A vítima é agora, de certo modo, um personagem muito mais representativo, cuja experiência é projetada para o comum e o coletivo, em lugar de ser considerada individual e atípica." (GARLAND, 2008, p. 55).

A violência na cidade como Rio de Janeiro já estava em franca ascensão nas últimas décadas antes dos anos iniciais de 1983. Porém, conforme Cerqueira, o tipo de violência priorizado para ser enfrentado, até o momento, pelo aparato militar, era o perfil subversivo, opositor ao regime. A defesa da sociedade, após a perda de foco no subversivo, passou a ser no delinquente. E conforme as percepções de Zygmunt Bauman, "(...) é possível obter grandes lucros comerciais graças à insegurança e ao medo." (BAUMAN, 2005). A sociedade brasileira, na entrada dos modelos neoliberais, ingressou também na nova categoria de risco na segurança pública, com a formação dos comerciantes ilegais das novas drogas a chegarem nos mercados. Os presídios, por sua vez, passaram a ser mais abarrotados ainda. Embora, na década de 1980, tenha havido esforços pelas autoridades, responsáveis em aprovar leis, de que era preciso reduzir penas para diminuir as pressões nos presídios. As ondas do "Punitivismo", da "tolerância zero" serão as novas diretrizes dos modelos atuais.

Apesar de polêmica e carregada de muitas críticas que consideravam a iniciativa dos parlamentares e do governador do estado como atitudes de proteção de criminosos, a CPI continuou seus trabalhos e apresentou a relatoria e conclusão dos trabalhos em setembro de 1984. Entre as deliberações apresentadas no relatório final, constam as seguintes propostas de execução: classificação dos internos de acordo com aptidões nas penitenciárias, de forma que passem a receber tratamento especializado; definição categorizada de especialidade de cada penitenciária; criação de uma escola que profissionalize os funcionários agentes penitenciários, entre outras iniciativas. Uma das deliberações mais emblemáticas e que só viria a se concretizar dez anos depois, foi o fechamento do presídio da Ilha Grande (Resolução n. 139 de 1984).

Considerações Finais

A CPI, bem como a Política de Abertura dos presídios, foi uma iniciativa que funcionou e exerceu influência nas instâncias administrativas das unidades prisionais em consonância com uma política mais ampla que foi a política de Segurança Pública pensada/teorizada e divulgada como política de segurança pública pela primeira vez

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

no estado do Rio de Janeiro. Por 19 anos, havia sido instaurada uma ditadura militar no país que mantida a fidelidade das forças armadas do estado em consonância com uma doutrina de Segurança Nacional inspirada em moldes internacionais de perseguição a subversivos comunistas. Lamentavelmente, a primeira política de segurança pública seria do estado precisou ser abortada e ela é ainda pouco lembrada na História, dado que, foi injustiçada pelas distorções que a memória coletiva produziu. Esta política pretendeu ser um amplo movimento de democratização da segurança pública.

Assim como houve uma combinação de circunstâncias na aplicação da política de segurança pública e a CPI, também ocorre a crescida do comércio de drogas. Outros presos passariam a ocupar os presídios e crescendo a política de democratização dos cárceres culminou como benefício para os novos tipos de presidiários. Percebe-se que, na Memória coletiva, falsamente, existe a responsabilização dessas diretrizes que previam a reformulação da conduta policial como o motivo o crescimento da violência no estado. Neste sentido, a política pública de democratização no campo da segurança pública foi considerada como complacente com a criminalidade. Entretanto, a pretexto de destacar a importância destes movimentos reformadores que foram baseados em teorias científicas e progressistas, importa ressaltar o pioneirismo da iniciativa. Caso não tenha sido de todo acertada nos métodos, ao menos foi na finalidade: democratizar e criar uma polícia e presídios de acordo com os nos parâmetros dos marcos legais internacionais. Portanto, é possível identificar que tanto a Política Pública na Segurança, quanto o movimento de Abertura das prisões agiram com reflexos organizadores dos cárceres, como uma pedagogia transformadora na atuação das forças policiais, e neste sentido, como projetos ambiciosos e reformadores.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**. In: Rémond, René (org.). **Uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988 [2003].

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro; Elsevier, 2004.

BORGES, Wilson Couto. **Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRIZOLA em questão. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 11 mai. 1983, p. 6.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (org.). **Boicote à CPI**. In: CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo **Desaparecidos políticos: prisões sequestros assassinatos** Rio de Janeiro: Edições Opção Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979. pp. 256-259.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Política de segurança pública para um estado de direito democrático chamado Brasil**. In: **Discursos sediciosos**. Crime, direito e sociedade. ano 1, n. 2, 2º semestre 1996, pp. 191-211.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. In: **Discursos sediciosos**. Crime, direito e sociedade. ano 2, n. 3, 1º semestre 1997, pp. 115-148.

COMISSÃO acha coreano surdo-mudo em prisão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 mar. 1983, 1º Caderno, p. 15.

CUNHA, Flores. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, 12 mai. 1983. parte 2, p. 4.

DESIPE apura tortura também... **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 mar. 1983, 1º Caderno , p. 15.

EX-PRESOS políticos voltam ao presídio em comitiva. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983, 1º Caderno , p. 25.

FAYAL, Carlos . In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 56, 23 mar. 1983. parte 2, p. 6.

A História Através da História

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

FERRAZ, Hamilton Gonçalves; JOFFILY, Tiago. Democracia e encarceramento em massa: provocações de teoria política ao estado penal brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais** v. 152, 2019, pp. 383-422.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

LEMGRUBER, Julia; et al. **A dona das chaves**: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MIL presos serão soltos no Rio a partir de 90 dias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1983, 1º Caderno, p. 1.

PASTORAL penal: nos presídios do Rio, a fé remove as grades. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 fev. 1978, Caderno B.

PENITENCIÁRIAS terão plano de emergência. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983, Grande Rio, p. 24.

PERROT, Michelle. Parte 3: prisioneiros. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro; São Paulo, 2017, pp. 253-362.

PRESOS DO INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES - Ilha Grande. [Carta enviada para a Comissão de Inquérito que averiguava as condições de funcionamento dos presídios no Estado]. Destinatário: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 8 nov. 1983. 1 carta. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Poder Legislativo)**: parte 2, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 223, pp. 9-10, 23 nov. 1983.

QUENTAL, Paulo de. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, 12 mai. 1983. parte 2, p. 4.

RESOLUÇÃO n. 139 de 1983.. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]**, Rio de Janeiro, Ano X, n. 172, 5 set. 1984. parte 2, p. 1.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização. quarta república (1964-1985). 10. ed.. (Coleção O Brasil republicano, v. 4) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, pp. 313- 356.

A História Através da História
SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo

VIEIRA, Liszt. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Por videoconferência em 01 dez. 2020.

VIVALDO se declara chocado com o que viu na I. Grande. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983, 1º Caderno , p. 24.

EXPEDIENTE

A História através da História Seminário Discente PPGH-UFF

Comissão Organizadora:

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Andressa Inácio de Oliveira
Bárbara Romano Athila Freixo
Beatrice Rossotti
Igor Mello Diniz
Jéssica Evelyn Pereira dos Santos
Thaís Rodrigues dos Santos
Yasmin da Silva Pacheco

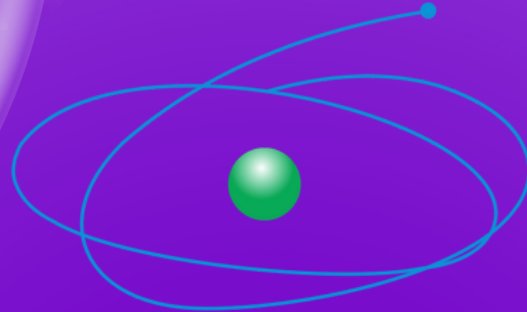
Apoio:

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal
Fluminense (PPGH-UFF)
PROEX
CAPES

Comitê Editorial e Organizadores do E-book:

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Barbara Romano Athila Freixo
Jéssica Evelyn Pereira dos Santos
Thaís Rodrigues dos Santos
Yasmin da Silva Pacheco





C A P E S

PPGH PROEX



Seminário Discente 2022

PPGH-UFF

